

Vol. 9, N° Especial | 2024 | ISSN 2527-0525

OFÍCIOS DE *clio*

REVISTA DISCENTE DOS CURSOS DE
GRADUAÇÃO E DO PPG EM HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS

Anais do VI Encontro Discente do
Programa de Pós-Graduação em
História da Universidade Federal de
Pelotas - UFPel



OFÍCIOS DE *clio*

Revista Discente dos cursos de graduação e
do PPG em História da Universidade Federal
de Pelotas

Vol. 9, nº. Especial | ISSN 2527-0524



Reitora:

Isabela Fernandes Andrade

Vice-Reitora:

Úrsula Rosa da Silva

Pró-Reitora de Ensino:

Maria de Fátima Cossio

Pró-Reitor de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação:

Flávio Fernando Demarco

Pró-Reitor de Extensão e Cultura:

Eraldo dos Santos Pinheiro

Pró-Reitor Administrativo:

Ricardo Hartlebem Peter

Pró-Reitor de Planejamento e Desenvolvimento:

Paulo Roberto Ferreira Júnior (Reitor eleito)

INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS

Diretor:

Sebastião Peres

Vice-Diretora:

Andréa Bachettini

LABORATÓRIO DE ENSINO DE HISTÓRIA

Coordenadora:

Lisiane Sias Manke

Dados de Catalogação na Publicação (CIP) Alex Serrano de Almeida – CRB 10/2156 Biblioteca Campus Porto - UFPel

032 Ofícios de Clio [recurso eletrônico]: Revista Discente dos Cursos de História da Universidade Federal de Pelotas / Universidade Federal de Pelotas. Laboratório de Ensino de História – v.9, n. especial (2024) - Pelotas: LEH, 2016 - . Semestral
ISSN: 2527-0524.
1. História - Periódico. I. Universidade Federal de Pelotas. Laboratório de Ensino de História.
CDD: 981

EXPEDIENTE

Editora-Chefe

Prof^ª Dr^ª Márcia Janete Espig - Universidade Federal de Pelotas

Editora Assistente

Laura Bergozza Pereira - Universidade Federal de Pelotas

Equipe Editorial

Amanda Rodrigues Guelso - Universidade Federal de Pelotas
Bethânia Luísa Lessa Werner - Universidade Federal de Pelotas
Francine Sedrez Bunde - Universidade Federal de Pelotas
Leonardo Silva Amaral - Universidade Federal de Pelotas
Lucas Viscardi Marques - Universidade Federal de Pelotas
Víctor Blaskoski Lehueur - Universidade Federal de Pelotas

Organização desse n.º especial

Bethânia Luísa Lessa Werner - Universidade Federal de Pelotas
Caroline Cardoso da Silva - Universidade Federal de Pelotas
Darcylene Pereira Domingues - Universidade Federal de Pelotas
Francisca Mesquita Jesus - Universidade Federal de Pelotas
Gilson Moura Henrique Júnior - Universidade Federal de Pelotas
Luíza Machado Montedo de Oliveira - Universidade Federal de Pelotas
Matheus José da Silva Santos - Universidade Federal de Pelotas

Capa

Domínio Público

CONSELHO CONSULTIVO

Prof. Dr. Aldrin Castellucci - Universidade do Estado da Bahia
Prof. Dr. Antônio Luigi Negro - Universidade Federal da Bahia
Prof. Dr. Benito Bisso Schmidt - Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof^ª Dr^ª Carla Beatriz Meinerz - Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof^ª Dr^ª Carla Rodrigues Gastaud - Universidade Federal de Pelotas
Prof^ª Dr^ª Clarice Speranza - Universidade Federal de Pelotas
Prof^ª. Dr^ª. Dalila Müller - Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Deivid Valério Gaia - Universidade Federal do Rio de Janeiro
Prof^ª Dr^ª Eliane Teresinha Peres - Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Felipe Alves Pereira Avila - Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Gilberto Calil - Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof. Dr. Ginter Tlajja Leipnitz - Universidade Federal do Pampa
Prof. Dr. Marcelo Badaró Mattos - Universidade Federal do Rio de Janeiro
Prof^ª Dr^ª Luíza Horn Iotti - Universidade de Caxias do Sul
Prof. Dr. Nilton Mullet Pereira - Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Rodrigo Santos de Oliveira - Universidade Federal do Rio Grande
Prof. Dr. Paulo Roberto Staudt Moreira - Universidade do Vale do Rio dos Sinos
Prof. Dr. Paulo Pinheiro Machado - Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. René Ernaini Gertz - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

CONSELHO EDITORIAL

Prof. Dr. Adhemar Lourenço da Silva Junior - Universidade Federal de Pelotas
Prof^ª Dra. Alessandra Gasparotto - Universidade Federal de Pelotas
Prof^ª. Dr^ª Ana Inez Klein - Universidade Federal de Pelotas
Prof^ª Dr^ª Ana Maria Sosa González - Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Aristeu Elisandro Lopes - Universidade Federal de Pelotas
Prof^ª Dr^ª Carolina Kesser Barcelos - Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Charles Pereira Pennaforte - Universidade Federal de Pelotas
Prof^ª. Dr^ª. Daniele Gallindo G. Silva - Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Edgar Ávila Gandra - Universidade Federal de Pelotas
Prof^ª Dr^ª Elisabete Leal - Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Fábio Vergara Cerqueira - Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Fernando da Silva Camargo - Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Jonas Moreira Vargas - Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Jorge Eremites de Oliveira - Universidade Federal de Pelotas
Prof^ª. Dr^ª. Larissa Patron Chaves - Universidade Federal de Pelotas
Prof^ª Dr^ª Lisiane Sias Manke - Universidade Federal de Pelotas
Prof^ª Dr^ª Lorena Almeida Gill - Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Marcos César Borges da Silveira - Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Mauro Dillmann Tavares - Universidade Federal de Pelotas
Prof^ª Dr^ª Patrícia Weiduschadt - Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Paulo César Possamai - Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Paulo Ricardo Pezat - Universidade Federal de Pelotas
Prof^ª Dr^ª Rejane Jardim - Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Sebastião Peres - *Universidade Federal de Pelotas*
Prof. Dr. Thiago Amorim – *Universidade Federal de Pelotas*
Prof^ª Dr^ª Viviane Saballa - *Universidade Federal de Pelotas*
Prof. Dr. Wilian Bonete – *Universidade Federal de Pelotas*

PARECERISTAS AD HOC DESTA EDIÇÃO

Para esta edição, excepcionalmente, os artigos foram avaliados e aprovados pelos respectivos orientadores/as dos/as autores/as.

Sumário

Apresentação do Número Especial

Equipe Organizadora do VI Encontro Discente PPGH-UFPelp. 9

O horror e a cultura da mídia: O gênero e a construção da cultura da modernidade

Gilson Moura Henrique Juniorp. 18

Influências teóricas e experiências práticas na obra de Cristiano Mascaro: Um estudo comparativo

Luís Fernando Oliveira Camposp. 37

A luta das trabalhadoras grávidas demitidas no Frigorífico Anglo de Pelotas

Andreina Hardtke Corpesp. 51

Teatro Grego e Gênero

Darcylene Pereira Dominguesp. 65

O golpe de 1964: A Associação Comercial de Pelotas como influência nas articulações

Leonardo Silva Amaralp. 77

A Política Externa Independente e o Golpe Civil-Militar de 1964: desafios entre a História da Política Externa e a História da Experiência Democrática Brasileira a partir de Luiz Alberto Moniz Bandeira

Mateus José da Silva Santosp. 89

“Comunistas, Subversivos e Perniciosos”: expurgos nas faculdades de Pelotas-RS ao longo da ditadura civil-militar

Nathalia Lima Estevamp. 111

Sindicalismo na ditadura: aspectos da constituição do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Lourenço do Sul

Patrícia Schneid Altenburgp. 125

“Faz-se desde já sentir a necessidade de medidas repressivas contra a vagabundagem”: o imediato pós-abolição em Pelotas/RS (1888)

<i>Alisson Barcellos Balhego</i>	p. 138
Escravidão e criminalidade no extremo-sul do Império: uma análise do perfil de réus e vítimas escravizados de processos-crime da Cidade de Rio Grande (1850-1888)	
<i>Douglas Reisdorfer</i>	p. 152
Os “Menores” do Patronato Agrícola Visconde da Graça (Pelotas – 1923)	
<i>José Ricardo Resende Júnior</i>	p. 167
Escravidão e Velhice em Pelotas: o crime do ex-cativo João Piratini e sua “quadrilha de ladrões de gado” (1889)	
<i>Laís Neves Bittencourt</i>	p. 181
Ser Capitão-do-mato: uma forma de ascender socialmente?	
<i>Luísa Machado Montedo de Oliveira</i>	p. 196
Experiências de liberdade: as cartas de alforrias de mulheres escravizadas (Pelotas, Rio Grande do Sul, 1850-1888)	
<i>Marina Ribeiro Cardoso</i>	p. 212
Experiências e vivências: importância de debates antirracistas com jovens negros/as	
<i>Sabino Tobana Intanquê</i>	p. 225
Os Orientalismos Presentes nos Ballets La Révolte Au Sérail (1833) e Raymonda (1889)	
<i>Lóren Cantiliano Ximendes</i>	p. 238
História Política e Estudos de Trajetórias: os casos das primeiras-damas Orsina da Fonseca e Nair de Teffé (1910-1924)	
<i>Bethânia Luisa Lessa Werner</i>	p. 251
Pode o ensino de História falar em colonialismo digital?	
<i>Natiele Gonçalves Mesquita</i>	p. 269
“Era uma loucura!” – Gilberto Gil, um artista da contracultura brasileira vivenciando a contracultura inglesa	
<i>Leandro dos Santos Fernandes</i>	p. 281

“Ligação Direta”: A atuação dos eletricitários gaúchos no processo de encampação da CEERG, pela trajetória do líder sindical Álvaro Ayala entre os anos de 1956 a 1963

Suélien de Medeiros Cortesp. 294

Uma Escultora Negra ao Sul do Brasil: Uma Análise de ‘Mãe preta amamentando menino branco’ (1988) de Judith Bacci

Guilherme Susin Sirtoli; Carolina Fogaça Tenottip. 306

Guerra do Paraguai: efemérides do centenário do conflito em Santa Maria

Beatriz Barbosa Benderp. 321

O Partido Trabalhista Brasileiro em Santa Cruz do Sul na experiência democrática (1945-1964)

Gustavo Henrique Kunsler Guimarãesp. 335

Representação do trabalho rural feminino em Concórdia de 1940 – 1950

Jordan Brasil dos Santosp. 350

Jean-Paul Sartre: trajetória, engajamento e intelectualidade

Lucas Do Pradop. 370

Duelos de honra em uma perspectiva global: conexões entre elites e imprensa no Oceano Atlântico na segunda metade do século XIX

Vitor Wieth Portop. 383

Apresentação do Número Especial

Prezados (as) leitores (as), autores (as), editores (as) e demais colaboradores da *Revista Discente Ofícios de Clio*, é com muito entusiasmo que a Comissão Científica do VI Evento Discente do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pelotas (UFPel) divulga um número especial do periódico. Ocorrido entre os dias sete, oito e nove de novembro de 2023, nas dependências da mesma instituição, a atividade em questão reuniu mais de cem ouvintes, sessenta comunicações inscritas em nove simpósios temáticos, além de heterogêneos espaços de discussão como mesas, rodas de conversa, minicursos e lançamentos de livros de autoria de discentes e egressos da UFPel.

Contemplando as mais diferentes linhas de pesquisa que estruturam o PPGH, os textos que compõem essa nova edição constituem uma janela multifacetada acerca do caráter transversal que orientou a construção do Evento. Desde estudos vinculados à Nova História Política até à História Cultural, passando pelos olhares sobre o Gênero e as análises acerca das Trajetórias e Biografias, a heterogeneidade da oficina da História se afirma a partir de um conjunto de artigos de autoria de graduandos, mestrandos e doutorandos da UFPel e de outras instituições do Rio Grande do Sul. A distribuição dos textos ao longo dessa edição acompanha a sequência de comunicações apresentadas ao longo dos simpósios que estruturaram o evento.

O Grupo de Trabalho (GT) *Mídias, Entretenimento, Cultura Pop e História* reuniu um conjunto de trabalhos que, a partir dos estudos relacionados às imagens, apontaram para diferentes aspectos teórico-metodológicos multidisciplinares que influenciam na construção de análises sobre tais fenômenos nas sociedades contemporâneas. Abarcando também estudos sobre o cinema e outras linguagens artísticas, tal espaço de discussão se notabilizou pela ampliação dos horizontes que envolvem as mais diferentes modalidades da História Cultural e do estudo das representações. Gilson Moura Henrique Júnior é o autor de *O Horror e a Cultura da Mídia: O Gênero e a Construção da Cultura da Modernidade*. No artigo em questão, exploram-se as correlações entre a formação do Horror enquanto gênero, o desenvolvimento do capitalismo e das relações de classe, além da formação de uma cultura de massas.

No artigo intitulado *Influências teóricas e experiências práticas na obra de Cristiano Mascaro: Um estudo comparativo*, o mestrando em História pela Universidade Federal de Pelotas, Luis Fernando Oliveira Campos, analisa algumas obras e influências do fotógrafo

Cristiano Mascaro. O autor descreve aspectos sobre a trajetória profissional de Mascaro, suas diferentes atuações e experiências enquanto fotógrafo jornalista e, além disso, apresenta uma análise comparativa das obras deste em relação a outros fotógrafos e teóricos que influenciaram suas produções.

A partir de uma perspectiva transdisciplinar, o GT *História e Relações de Gênero* discutiu acerca de seu caráter estrutural e estruturante no desenvolvimento das sociedades, constituindo um conceito que ultrapassa e, ao mesmo tempo, é atravessado por diferentes esferas de organização da vida humana ao longo da história. A *luta das trabalhadoras grávidas demitidas no Frigorífico Anglo de Pelotas* é de autoria de Andreina Hardtke Corpes, graduada em História Bacharelado pela Universidade Federal de Pelotas. A pesquisa dedica-se a demonstrar como um ambiente de trabalho predominantemente masculino, o Frigorífico Anglo de Pelotas, abrigou em seu quadro funcional centenas de trabalhadoras. A autora apresenta dados que apontam a demissão das funcionárias em decorrência de ficarem grávidas, mesmo após a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) em 1943. Este trabalho analisa três processos presentes no acervo Justiça do Trabalho, salvaguardados no Núcleo de Documentação Histórica da UFPel (NDH-UFPEL), que envolvem mulheres reivindicando seus direitos trabalhistas por serem demitidas grávidas e por terem o auxílio maternidade rejeitado pela empresa.

Darcylene Pereira Domingues, em *Teatro Grego e Gênero*, busca tratar das afinidades sobre teatro grego e as relações de gênero, utilizando-se como fonte a tragédia de Eurípides, de título *Medeia*. Além disso, a Doutoranda em História pela UFPel procura compreender através das falas dos personagens, a tensão existente entre o masculino e o feminino no interior das cidades, demonstrando as estruturas de parentesco em Atenas, como meio de elucidar a “funcionalidade” de ambos os gêneros.

Em *Ditadura Civil-Militar: Vivências, Resistências, Tensões e Silenciamentos para além dos Grandes Centros Urbanos*, diferentes trabalhos acerca dos vinte e um anos que sucederam à derrubada de João Goulart (1961-1964) se destacaram a partir de um horizonte de valorização das novas perspectivas sobre o tema. Entre História e Historiografia, temáticas como resistências, memórias, política externa e a ditadura pensada a partir de zonas exógenas aos grandes centros urbanos marcaram o GT. Em *O golpe de 1964: A Associação Comercial de Pelotas como influência nas articulações* analisa o contexto da cidade de Pelotas no período após o golpe de 1964 e tem por objetivo observar os integrantes da Associação Comercial do município entre os anos de 1950 e 1970. De autoria de Leonardo Silva Amaral,

doutorando em História no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pelotas, apresenta-se também um histórico a respeito da fundação dessa entidade no final do século XIX e suas influências a posteriori. Assim, o interesse do autor é entender as motivações que levaram diferentes indivíduos a apoiar a Ditadura Civil-Militar através da associação a partir de interesses coletivos e individuais.

Em *A Política Externa Independente e o Golpe Civil-Militar de 1964: desafios entre a História da Política Externa e a História da Experiência Democrática Brasileira a partir de Luiz Alberto Moniz Bandeira*, Mateus José da Silva Santos procura explorar, a partir da análise bibliográfica das obras e contribuições desse intelectual, a dimensão conflituosa da Política Externa Independente e seus efeitos em nível doméstico, além de pensar o papel dos EUA na derrubada de João Goulart. O autor, doutorando em História na UFPel, aponta que, apesar dos distintos objetivos e temas, o pensamento de Moniz Bandeira contribui para a reafirmação da dimensão internacional do golpe, sofrendo influência dos debates e questões relativas à inserção externa do Brasil e suas interações com o acirramento da luta política e social no país.

Nathalia Lima Estevam analisa as diferentes formas de vigilância no contexto da ditadura civil-militar brasileira em instituições de ensino superior na cidade de Pelotas, entre os anos de 1964-1972, através do AI-1. Em *Comunistas, Subversivos e Perniciosos: expurgos nas faculdades de Pelotas – RS ao longo da ditadura civil-militar*, a Mestranda em História pela UFPel aponta como o referido ato institucional foi responsável pela “operação limpeza” no seio das universidades, e causou a demissão e afastamento de professores, funcionários e alunos. Os expurgos em instituições públicas foram comuns no Brasil no período ditatorial; desta forma, Estevam buscou explicar sobre como os agentes de repressão buscaram “limpar” os espaços acadêmicos de pessoas ditas subversivas, através de ações autoritárias e anti-democráticas, usando o aparelho estatal como um meio de perseguir politicamente sujeitos considerados progressistas.

O próximo artigo é *Sindicalismo na ditadura: aspectos da constituição do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Lourenço do Sul*, da autora Patrícia Schneid Altenburg, mestranda do Programa de Pós-Graduação em História na Universidade Federal de Pelotas. Parte integrante da sua dissertação de mestrado, tal estudo tem como problemática a Trajetória do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Município de São Lourenço do Sul durante a Ditadura Civil-Militar. Segundo a autora, o objetivo da pesquisa é abordar o cenário do município de São Lourenço, assim como os pequenos produtores e empregados rurais que

estavam inseridos na fundação do sindicato. Para tanto, utilizam-se da Memória e da História Oral como aporte teórico e metodológico e apresenta duas entrevistas com antigos sindicalistas envolvidos no movimento rural.

O GT *Escravidão e Pós-Abolição* abordou os enlaces entre gênero, classe, raça e resistência a partir das premissas da História Social, Nova História Política e História Cultural. No artigo intitulado “*Faz-se desde já sentir a necessidade de medidas repressivas contra a vagabundagem*”: O imediato pós-abolição em Pelotas/RS (1888), o doutorando em História pela Universidade Federal de Pelotas, Alisson Barcellos Balhego, analisa o cotidiano e as representações sobre a população preta, parda, livre e liberta através de notícias de jornais na cidade de Pelotas em 1888. Ao longo de sua narrativa o autor discute o papel da imprensa naquele período em relação ao controle, monitoramento e repressão desses indivíduos, bem como elabora reflexões sobre o processo de racialização das relações sociais na história da cidade.

Mestrando em História na UFPel, Douglas Reisdorfer traça uma análise transitando entre a História Social da Escravidão e a História do Crime e da Justiça Criminal. Em *Escravidão e criminalidade no extremo-sul do Império: uma análise do perfil de réus e vítimas escravizados de processos – crime da Cidade de Rio Grande (1850-1888)*, este autor avalia algumas das principais características da criminalidade escravizada na segunda metade do século XIX numa região com importante circulação de trabalhadores. Em meio a um processo marcado, dentre outras coisas, pelo crescimento demográfico da cidade portuária, pelo aumento dos mecanismos de controle e repressão do Estado, além da judicialização das relações sociais, questões como o aumento das tensões entre escravizados e senhores acompanhavam também o desenvolvimento de uma interação complexa entre homens não brancos, livres e escravizados, transitando entre solidariedade e rivalidade.

Doutorando em História na UFPel, José Ricardo Resende Júnior propõe uma revisão bibliográfica sobre pesquisas que estudaram o Patronato Agrícola Visconde da Graça em seus primórdios, tentando localizar os menores negros e quais métodos foram empregados em suas matrículas, dessa forma, problematizando o contexto dessas instituições patronais dentro da temática do pós-abolição. Em *Os ‘Menores’ do Patronato Agrícola Visconde da Graça (Pelotas – 1923)*, o autor faz uso de fontes do recente NEPEC, exibindo possibilidades de pesquisa que percebam os menores negros e seus vínculos sociais de forma centralizada.

Laís Neves Bittencourt é a autora de *Escravidão e Velhice em Pelotas: o crime do executivo João Piratini e sua “quadrilha de ladrões de gado” (1889)*. A graduanda em História

pela UFPel analisa a velhice entre escravizados e como ele é trabalhado na historiografia brasileira e foca na vida do ex-cativo João Piratini, de 70 anos, que se tornou réu, em 1889, no município de Pelotas. Com ênfase nos processo-crime, o artigo destaca as relações sociais, ofícios e saberes, comportamento e discursos a fim de compreender o cotidiano do réu.

Em *Ser Capitão-do-Mato: uma forma de ascender socialmente?* Luísa Machado Montedo de Oliveira busca analisar dados sobre a nomeação de capitães-do-mato pela Câmara Municipal de Porto Alegre, entre os anos de 1768 a 1828; e a busca nominativa nos inventários post mortem dos sujeitos que atuaram como capitães-do-mato, para apurar se esses indivíduos acumularam algum pecúlio no decorrer de suas vidas. A mestranda em História pela UFPel tem o objetivo de debater se atuar como um agente de repressão contra escravizados era uma forma de ascender socialmente, ainda que de maneira limitada.

Marina Ribeiro Cardoso, mestranda em História (UFPel), é a autora de *Experiências de liberdade: as cartas de alforrias de mulheres escravizadas (Pelotas, Rio Grande do Sul, 1850 – 1888)*. O estudo abarca os anos entre 1850-1888, na cidade de Pelotas, Rio Grande do Sul, Brasil, realizando um levantamento de 4.072 cartas de alforria no referido período, conquistadas por mulheres escravizadas. Assim como, Cardoso reconstitui fragmentos de suas trajetórias, com o intuito de demonstrar a rede de solidariedade que se conformava entre as mulheres submetidas à escravidão, bem como, são destacados os ofícios que as libertas exerciam quando no momento de sua emancipação, sendo estes utilizados como meio de acumular capital para alcançar suas cartas de alforria.

Em *Experiências e Vivências: Importância de Debates Antirracistas com Jovens Negros [as]*, Sabino Tobana Intaqué procura explorar experiências e vivências de seus primeiros momentos no Brasil no curso de Licenciatura em Sociologia, na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), situada no Estado de Ceará. Para tal, o Doutorando em Educação usa narrativas de personagens do documentário intitulado “Do Outro Lado do Atlântico”, da direção de Daniele Ellery e Márcio Câmara lançado em novembro de 2015, além de suas experiências pessoais.

O GT *Construtores de Idade (s) Média (s) e suas ‘Bricolagens’: (Ab)usos do passado e a recepção do medievo (Mittelalterrezeption) em análise (Séc. XIX-XXI)* se dedicou ao estudo das mais diferentes formas de apropriação do medievo, num processo de [re]construção simbólica do passado a partir de múltiplas linguagens. Lóren Cantiliano Ximendes, graduanda em História pela UFPel, é a autora de *Os Orientalismos Presentes nos Ballets La Révolte Au Sérail (1833) e Raymonda (1889)*. O artigo busca analisar o

orientalismo na formação dos estereótipos a respeito dos povos orientais como "exóticos!" a partir da análise da produção artística do século XIX, especialmente do o ballet, que recebeu forte influência dos ideais do Romantismo, incorporando das muitas características desse movimento as temáticas "exóticas" a respeito do oriente, estereotipando povos e elementos culturais desta região do globo, encaixando-os como oposição aos ideais e padrões europeus, que os entendiam como os "outros". A busca de produção de estereótipos negativos a respeito dos povos árabes e demais povos orientais demarcavam uma diferença idealizada entre ocidente e oriente. O artigo analisa esse processo especialmente a partir dos roteiros de ballet como Paquita (1846), Le Corsaire (1886), Yedda (1879), mas especificamente foca nas peças La Révolte Au Sérail (1833) e Raymonda (1889).

O GT *Nova História Política: Abordagens, Fontes e Objetos* propôs uma reconstituição da trajetória de constituição de uma revitalizada história sobre o político e o poder, apontando para perspectivas que transcendem o estadocentrismo e os olhares outrora circunscritos aos chamados grandes homens e grandes acontecimentos, sob uma perspectiva positivista. A mestrandia em História pela UFPel Bethânia Luisa Lessa Werner é a autora de *História Política e Estudos de Trajetórias: os casos das primeiras-damas Orsina da Fonseca e Nair de Teffé (1910-1924)*. A partir de uma abordagem cruzada entre a História Política e os estudos de Trajetórias, o artigo conta com uma análise sobre os casos das primeiras-damas Orsina da Fonseca e Nair de Teffé, entre 1910 e 1924. Procura-se entender sociabilidades, instigando análises sobre a participação feminina na política, a partir de fontes como a imprensa do Rio de Janeiro através da Hemeroteca Digital Brasileira (1910-1924), os Anais do Senado Federal (1910-1914), o livro de Nair de Teffé, *A Verdade sobre a Revolução de 22* (1974) e a entrevista *Reinvindicações Políticas* concedida por Nair de Teffé ao Jornal de Petrópolis em 1924.

Em *Pode o ensino de História falar em colonialismo digital?* Natiele Gonçalves Mesquita analisa tal fenômeno a partir da exploração da experiência vivida no ensino público pelotense num contexto recente de pandemia de COVID-19 e retomada gradativa das aulas presenciais. Resultado de pesquisas preliminares desenvolvidas ao longo de seu Doutorado em História pela UFPel, esta autora discute criticamente o uso da internet e das redes sociais no papel da formação da consciência histórica dos estudantes.

O GT *Trajetórias e Biografias: dos limites às possibilidades de pesquisa* apontou para as mais diversas teorias, fontes métodos e abordagens que auxiliam na compreensão de duas diferentes formas de relação entre o indivíduo ou uma determinada coletividade e com seus

respectivos processos de construção sociocultural, política e econômica. Em “*Era uma loucura!*” – *Gilberto Gil, um artista da contracultura brasileira vivenciando a contracultura inglesa*, Leandro dos Santos Fernandes aborda aspectos da cena contracultural na Inglaterra no fim da década de 1960 e começo de 1970 por meio da trajetória do músico Gilberto Gil como personagem símbolo, capaz de permitir a visualização das características gerais da contracultura, seja no Brasil ou na Inglaterra, onde conviveu com relevantes artistas e frequentou festivais símbolos da contracultura naquele país, durante o período em que esteve exilado. O Doutorando em História pela UFPel discute as experiências e percepções de Gil referente a cena contracultural e o quanto estas experiências fornecem elementos que interligam as similaridades e as diferenças entre o movimento nos dois países, devido aos distintos contextos político e social.

Suellen de Medeiros Cortes busca analisar a trajetória do líder sindical Álvaro Ayala à frente do sindicato dos eletricitários. Em “*Ligação Direta*”: *A atuação dos eletricitários gaúchos no processo de encampação da CEERG, pela trajetória do líder sindical Álvaro Ayala entre os anos de 1956 a 1963*, a Mestranda em História pela UFPel se concentra no processo de encampação da antiga CEERG, bem como demonstra o cenário político que o líder sindical e seus companheiros estavam inseridos, atuando de maneira ativa para garantir direitos para os trabalhadores. Conquanto, também destaca que a trajetória de Ayala não se resume a compreender a atuação de uma figura isolada, e sim lançar luz sobre a organização, as estratégias e esquemas de atuação política e resistência dos eletricitários gaúchos na luta por dignidade e direitos.

Guilherme Susin Sirtoli e Carolina Fogaça Tenotti reconstituem parcela da trajetória artística de Judith Bacci, mulher negra e pelotense que marcou os primeiros passos da Escola de Belas Artes da Universidade Federal de Pelotas (UFPel). Nos desafios de enfrentamento ao elitismo e as marcas do racismo estrutural que atravessam a sociedade, Bacci foi reconhecida como escultora autodidata, alcançando o ambiente universitário a partir de suas contribuições enquanto laboratorista e auxiliar docente. No artigo, o Doutorando em História e a Mestra em Artes Visuais exploram as articulações entre raça e arte a partir de trabalhos consagrados de Bacci.

Os GTs ocorridos a partir de modalidades virtuais se notabilizaram pela ampliação do diálogo com Pós-Graduandos e Pós-Graduandas da UFPel e estudantes de outras universidades. A mestranda em História pela Universidade Federal de Santa Maria, Beatriz Barbosa Bender, apresenta o artigo intitulado *Guerra do Paraguai: efemérides do centenário*

do conflito em Santa Maria. Em sua narrativa, a autora analisa os usos e percepções da história a partir do centenário da Guerra do Paraguai em Santa Maria, no Rio Grande do Sul. Através da análise de periódicos da imprensa local e de acervos militares na cidade, Bender apresenta colocações iniciais que apontam para reflexões sobre a elaboração de políticas de esquecimento e de embates políticos sobre a memória do acontecimento.

Gustavo Henrique Kunsler Guimarães, doutorando no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS) é o autor de *O Partido Trabalhista Brasileiro em Santa Cruz do Sul na experiência democrática (1945-1964)*. O trabalho tem por objetivo analisar a formação e atuação do Partido Trabalhista Brasileiro no município de Santa Cruz do Sul e compreender a sua atuação no período indicado. O autor utiliza como fonte o jornal *Gazeta de Santa*, além do Banco de dados eleitorais da Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC), que disponibiliza informações sobre os resultados dos pleitos analisados. Assim, a partir de uma abordagem qualitativa o autor dedica-se a demonstrar como se deu a estruturação do partido e sua força eleitoral e como essas discussões estavam presentes no periódico também.

Jordan Brasil dos Santos, Doutorando no PPGH-UFPel, é o autor de *Representação do Trabalho Rural Feminino em Concórdia de 1940 – 1950*. Tal artigo tem como principal objetivo o desenvolvimento de uma análise crítica sobre as imagens arquivadas pelo Museu Municipal, considerando os exercícios de avaliação do seu contexto histórico, os aspectos estruturais e estruturantes que permeiam a construção das representações, além das suas intersecções com a política, o poder e o desenvolvimento social. Entre as principais contribuições de seu texto reside o reconhecimento de diferentes processos de invisibilização do trabalho feminino, em detrimento ao protagonismo atribuído aos homens nos diferentes processos produtivos e no cotidiano [re]produzido a partir das lentes da câmera.

Mestrando em História pela Universidade de Passo Fundo (UPF), Lucas do Prado é o autor de *Jean-Paul Sartre: trajetória, engajamento e intelectualidade*. Nesse artigo, o autor reconstitui, a partir de revisão bibliográfica, a construção política e intelectual do filósofo francês, reconhecendo o seu contexto de atuação e as oscilações que marcaram sua trajetória ao longo do século XX.

Em *Duelos de honra em uma perspectiva global: conexões entre elites e imprensa no Oceano Atlântico na segunda metade do século XIX*, Vitor Wieth Porto transita pela chamada História global para analisar os processos de apropriação de um fenômeno recorrente em diversas partes do Mundo Ocidental. Como prática de inserção internacional de homens da

elite, um jogo entre aproximação e diferença envolveu a construção de uma espécie de elo entre os duelos para além das fronteiras nacionais, num processo que abarcava tanto o compartilhamento de valores, regras e preceitos, quanto à produção de horizontes específicos de [re]produção de tais ações na esfera nacional e transnacional.

Aos nossos leitores, desejamos um ótimo mergulho pelas teias da História. Produto de uma experiência acadêmica exitosa, tais artigos reafirmam a tradição de organização dos Eventos Discentes do PPGH-UFPel, ampliando a capacidade de socialização das nossas produções científicas a partir de um importante periódico como *Ofícios de Clio*.

Bethânia Luísa Lessa Werner

Caroline Cardoso da Silva

Darcylene Pereira Domingues

Francisca Mesquita Jesus

Gilson Moura Henrique Júnior

Luíza Machado Montedo de Oliveira

Matheus José da Silva Santos

O horror e a cultura da mídia: O gênero e a construção da cultura da modernidade

Horror and media culture: Genre and the construction of modernity culture

Gilson Moura Henrique Junior,¹ UFPel

Resumo

As publicações de Horror são parte dos processos de transformação social que se deram entre os séculos XVIII e XIX e suas produções representavam medos sociais cuja recepção fez possível surgir um mercado consumidor robusto que gerou uma série de caminhos que até hoje se fazem presentes nas produções do gênero. As *penny dreadfuls* foram publicações de baixo custo e voltadas para o consumo pelos trabalhadores, classes médias, adolescentes e jovens estudantes da Inglaterra vitoriana, suas trajetórias e as perseguições que sofreram impactaram e legaram ao futuro uma linha de produção de revistas de contos, literatura barata e quadrinhos que influenciaram filmes de Horror no século XX e a própria constituição de uma cultura da mídia baseada no gênero e em seu estatuto artístico. Abordar parte desta trajetória é fundamental pro entendimento do Horror na fundação desta cultura.

Palavras-chave: Horror; Cultura da mídia; Literatura popular; Quadrinhos; Cinema.

Abstract

Horror literature are part of the social transformation that took place between the 18th and 19th centuries and their productions represented social fears whose reception made possible the emergence of a robust consumer market that generated a series of paths that are still present in genre horror productions today. Penny dreadfuls were low-cost publications aimed at consumption by workers, middle classes, teenagers and young students in Victorian England, their trajectories and the persecutions they suffered impacted and bequeathed to the future a production line of short story magazines, pulp literature and comics, that influenced Horror movies in the 20th century and the constitution of a media culture based on the genre and its artistic status. Addressing part of this trajectory is fundamental to understanding Horror at the foundation of this culture.

Keywords: Horror; Media culture; Popular literature; Pulp literature; Comics; Cinema.

Introdução

Quando pensamos na construção do Horror enquanto gênero literário e cinematográfico, muitas vezes podemos ser tentados em entender que ele sempre esteve presente na cultura da humanidade.

Porém, essa percepção abraça a ideia do Horror como o medo, quando o gênero foi constituído em paralelo com toda a gama de transformações culturais que a humanidade sofreu com o avanço e consolidação do capitalismo.

¹ Doutorando em História pelo PPGH-UFPEL, carioca, 49 anos, pesquisa a representação da classe trabalhadora na cinematografia de horror dos Estados Unidos entre 1968 e 2020 com foco na análise de conteúdo da filmografia dos diretores George Romero, John Carpenter e Jordan Peele.

A ideia do medo como emoção construída a partir de narrativas ficcionais, publicadas em livretos, livros, jornais e revistas, é parte dos processos de transformação da vida das sociedades que ocorreram nas longas viagens da consolidação do capitalismo como modo de produção.

Assim como os campos foram cercados e campos de produção comum passaram a ser propriedade privada, os corpos passaram a receber uma disciplina e o tempo foi domesticado no cercado do relógio e da jornada de trabalho mensurada. O medo passou a sofrer um processo de domesticação e cercamento, delimitação e controle que pôs parte das criaturas que habitavam o campo do medo na circunscrição do irreal, da ficção.

O Horror ficcional nasce como gênero literário sobre a construção do sistema de pensamento que fez das culturas e dos cultos agrários pré-cristãos parte de uma cosmogonia, objeto de uma taxionomia que organizou deuses, deusas e criaturas da noite em uma hierarquia e ordenamento que os transformou em personagens da produção ficcional. Essa sistematização foi a que transformou em sabá uma série de extratos dos cultos agrários, dos pobres e aldeões (Ginzburg, 2012, p. 24).

Este processo foi paralelo à formação da classe operária no contexto histórico europeu e norte-americano dos séculos XVIII e XIX, as mudanças culturais que impactaram a perspectiva de tempo e a ideia de trabalho durante a Idade Moderna, foi parte e produto das transformações das percepções a respeito da natureza, do tempo e da fé, com sua reordenação no mundo da cultura, da formação intelectual e do pensamento.

A definição do que era passível de exploração na natureza levou à delimitação entre o que é natural e o que era antinatural, sobrenatural e até preter natural, modificando o olhar sobre o mundo, relegando o sobrenatural ao fantástico, pondo vampiros, bruxas e fantasmas na moldura dos personagens de ficção, indignos de serem investigados, sofrendo, como outros tantos campos e perspectivas, o controle da imaginação investigativa (Braga, 2020, p. 46).

A ocupação iluminista do pensar construiu o edifício do racional, fazendo a relação com o sobrenatural uma relação que tirava da equação a crença na efetiva nas existências de tais como fenômenos concretos, reduzindo ao científico toda a abordagem sobre o real, excluindo o desconhecido, desacreditando a religião, rejeitando a superstição e tudo o imensurável e mediado pela ciência. Se até o século XVIII o verossímil incluía tanto a natureza quanto o mundo sobrenatural, unidos de forma coerente pela religião, com o fenômeno “das luzes” os dois planos tornam-se opostos, como antinômicos, pondo o humano amparado somente pela ciência contra o mundo hostil e desconhecido (Roas, 2014, p. 48).

As “luzes” libertaram o imaginário e o ficcional do jugo do concreto, pondo-o no campo do lúdico, e assim nasce suas manifestações ficcionais, tendo sua primeira manifestação literária o romance gótico inglês *O Castelo de Otranto* (1764) de Horace Walpole (Roas, 2014, p. 48).

Tornando-se literatura, o Horror passa a pertencer a um tipo de cultura que dialoga com a produção industrial de criações específicas que reproduzem discursos sociais encravados nos conflitos e lutas de cada época (Kellner, 2001, p. 12).

Essa cultura é compreendida como uma cultura da mídia, um meio de transformar em relação de produção e consumo as manifestações artísticas e representações ficcionais e culturais. Investigamos aqui o contexto no qual se deu a construção do Horror como gênero, os produtos que criaram a base de nossa relação atual com ele e como podemos compreender as circunstâncias de seu nascimento em meados do século XVIII, e como e quando se dão as condições adequadas para o surgimento do choque entre o real e o sobrenatural, fundador do efeito principal do gênero: o rompimento do horizonte de expectativas do leitor. dramatizando a “constante distância que existe entre o sujeito e o real” (Bessiére *apud* Roas, 2014, p. 47).

Precisamos aqui buscar narrar o surgimento das publicações que engendraram o mercado literário de Horror, para além das obras que habitavam as bibliotecas de quem podia consumir livros.

Junto com *Frankenstein ou o Prometeu moderno*² (1818), *O Vampiro* (1819), *Carmilla* (1872), *O estranho caso do Dr. Jekyll e Mr. Hyde* (1887), *Drácula* (1897), *O retrato de Dorian Gray* (1891), *A volta do Parafuso* (1898), *As Histórias de Fantasma de um Antiquário* (1904) e outras obras marcaram o século XIX e início do XX, a literatura de Horror também inaugurou outros meios de circulação literária com as *Penny dreadful*,³ por onde desfilavam histórias assustadoras com crimes comuns, personagens e tramas bizarras e entidades sobrenaturais como Varney, o Vampiro e Spring - Heeled Jack ou assassinos hediondos como Sweeney Todd (Dunae, 1979, p. 134).

Essas obras de baixo custo anteciparam tendências que foram posteriormente seguidas pelos quadrinhos e literatura *pulp*⁴ que surgiram nos anos 1930 e são ainda hoje uma indústria forte.

2 O título original da principal obra de Mary Shelley é “Frankenstein ou o Prometeu Moderno” (1818).

3 *Penny Dreadfuls* foram publicações baratas que custavam um penny, ou seja, um centavo de libra esterlina. A alcunha *Penny dreadful* significa “centavo assustador” ou “centavo terrível” ou “Centavo aterrorizante”.

4 O termo *pulp* se refere à produção ficcional publicada em revistas, livros e livretos populares do século XX, impressas em papel barato e cujo mercado consumidor era em geral de membros das classes trabalhadora e média (Cardin, 2017, p. 74%).

Assim como o Horror no Teatro, como o Grand Guignol, e em menor sentido a própria literatura de Horror, essa literatura de baixo custo publicada e vendidas nas ruas de Londres, era tratada como “literatura impura” e como influenciadoras de suicídios e possivelmente de matricídios (Springhall, 1994, p. 343).

A baixa literatura de horror, impura ou não, construiu um mercado, e com ele uma base de influência cultural que junta *Sweeney todd* a *Creepshow*, e o século XIX ao século XXI, e é a partir dela que viajaremos pelos campos da historiografia de um gênero, e da indústria e da cultura que este produziu como mídia.

As *Penny Dreadfuls*, a cultura popular e a censura

O Horror nasce como gênero já experimentando as bordas do sistema, rompendo os limites que impunham culturas e sociedades, criticando o status quo mesmo quando tinha uma perspectiva conservadora em sua criação (Carroll, 1999, p. 251).

Buscando uma narrativa que fixa o realismo de sua descrição do mundo para posteriormente subvertê-lo ao inserir o não natural, o sobrenatural e o fantástico, o Horror apresenta-se como um atentado contra a realidade na qual se circunscreve (Roas, 2014, p. 52). O texto fantástico estabelece uma relação conflituosa com a realidade empírica (Roas, 2014, p. 53). A narrativa é construída assim em um ambiente realista, na realidade cotidiana, ao mesmo tempo em que a destrói inserindo nela outra realidade incompreensível a este mesmo ambiente (Roas, 2014, p. 54).

Mary Shelley (1797-1851) em “Frankenstein ou o Prometeu moderno” (1818), rompeu o paradigma do otimismo oitocentista com a ciência, com uma crítica ácida à ideia da ciência como substituta da religião e da magia e ao cientista como substituto de Deus. Relacionando racionalidade e loucura, Shelley descrevia a produção da ciência sem limites, um novo mundo elétrico, iluminado, como um Prometeu Moderno, acorrentado na montanha da inadequação, pária no mesmo o novo mundo que devora sua criação. Em *O retrato de Dorian Gray*, Oscar Wilde expunha uma metáfora da dupla face dos costumes da aristocracia, expondo o horror dionisíaco⁵ que se ocultava sob seus retratos apolíneos.⁶ Como uma metáfora do processo civilizatório, que discursava a palavra de Apolo enquanto devorava o mundo com a fome de Dionísio.

5 Algo que se caracteriza pelo excesso, pela desordem, grotesco e anárquico, segundo o dicionário Houaiss.

6 Algo caracterizado pela ordenação harmônica no comportamento e na estética, segundo o dicionário Houaiss.

As obras de horror partiam da recusa ou crítica à racionalidade hegemônica e “em pleno iluminismo – ou seja, quando a ciência jogava luz na “Idade das Trevas” optaram “por somente assombrar os leitores” (Nestarez, 2016).

Não é estranho que esse mesmo tipo de literatura tenha fomentado uma profusa produção ficcional que tinha como alvo atores que protagonizaram desde o século XVIII revoltas e críticas a um sistema que transformou brutalmente sua realidade cotidiana: os trabalhadores.

Assombrados pela mudança na forma como seu trabalho se dava, com a disciplina do tempo, e do corpo, a redefinição da natureza da propriedade agrária, regulamentada na Inglaterra por “um parlamento de proprietários e advogados”, que fez dos cercamentos um exemplo crasso de “roubo de classe” em que terras comunais passaram a ser propriedade privada de pequenos e grandes proprietários rurais, os trabalhadores são atingidos por uma profunda transformação social em que quem residia nas terras comunais perderam completamente os direitos de uso e até de lá residir sem a anuência do dono (Thompson, 1987b, p. 45).

Neste processo em que trabalhar na terra e até residir nela passa a ser um direito perdido ou transformado, e cujos valores da relação entre residente e senhor passa a ser mensurado pela questão econômica e que enfatizava o peso econômico da terra, o trabalhador via-se em meio a uma ruptura da estrutura tradicional dos costumes e dos direitos, as relações consuetudinárias dos indivíduos com os meios de produção agrícola foram corroídas, produzindo um profundo sentimento de destituição para os pobres (Thompson, 1987b, p. 46-47).

As mudanças na alimentação, moradia, saúde, vida familiar, ao ócio, disciplina no trabalho, educação e lazer, intensidade de trabalho e outros tantos elementos afetaram a vida do trabalhador e a própria formação da Classe (Thompson, 1987b, p. 37). Essas novas relações de trabalho se formaram em novas relações de exploração que ultrapassam a soma de injustiças e antagonismos mútuos e se representam nas formas de propriedade e de poder estatal, em que as obrigações de mutualidade são destituídas de papel, e entram em cena a despersonalização das relações de trabalho e de produção com perda de *status* e de independência do trabalhador, redução de sua relação com mestres e patrões, a ruptura da economia familiar tradicional, a perda do tempo livre, a monotonia das novas formas de uso de suas horas de trabalho, as condições disponíveis para o exercício do trabalho e a redução do trabalhador ao *status* de “instrumento” produziram um tremendo impacto na formação da classe e na cultura que advém deste processo (Thompson, 1987b, p. 27-28).

Submetida à exploração econômica e à opressão política, a Classe viu-se submetida a uma “liberdade” que retira dele a liberdade em si, disciplinando-o como um mecanismo de um sistema que faz das relações entre empregados e patrões mais duras que nos processos de vida anteriores (Thompson, 1987b, p. 23). O tempo mediado pelo relógio, instrumento da regulação do tempo do trabalho quando tempo sideral abandonou o céu para entrar nos lares, toma para si uma função que invade o cotidiano cultural da sociedade e Classe, dos discursos científicos e até na arte, como explicita Goethe em Fausto quando diz “as estrelas se movem silenciosas, o tempo corre, o relógio vai bater as horas” (Thompson, 2013, p. 268). Ao contrário da economia da pequena agricultura familiar, orientada pelas tarefas, o tempo, transformado em dinheiro, passa a ser orientado pelo dinheiro do empregador, e neste caso o que o relógio media era o tempo que o trabalhador vendia a seu patrão. O relógio influencia mais do que sua função de mensurador do tempo-dinheiro, mas também como um mecanismo de ensino para “o uso econômico do tempo”: a escola. Ali, as crianças deixavam de perambular soltas pelas ruas, de aprender os vícios e “os hábitos do jogo” para um aprendizado do trabalho, da ordem e da regularidade, “os estudantes ali são obrigados a levantar cedo e a observar as horas com grande pontualidade” (Thompson, 2013, p. 292).

Neste quadro e contexto, o Horror da vida e a dureza das transformações, permitiram uma constituição de mercado de uma literatura que enfatizava a ruptura com o real, a fantasia, e construía os monstros metafóricos que faziam papel de escape da monstruosidade de um real onde a exploração brutal e a dura disciplina do corpo e do tempo eram o cotidiano.

As *penny dreadfuls* atuam como fontes importantes das cultura da época, porque

Embora o valor literário intrínseco dos *penny dreadfuls* seja questionável, seu status histórico como literatura de massa popular e as pistas que eles detêm sobre a natureza da moralidade pública vitoriana fornecem informações contextuais sobre as maneiras pelas quais a cultura impressa, as forças de mercado, a moralidade e a classe operam dentro do contexto da tradição mais ampla da literatura gótica (Hughes; Punter; Smith, 2016, p. 1722).

Nas *Penny dreadful* desfilavam histórias assustadoras com crimes comuns, personagens e tramas bizarras e entidades sobrenaturais como Varney, o Vampiro e *Spring - Heeled Jack*⁷ ou assassinos hediondos como *Sweeney Todd*⁸ (Dunae, 1979, p. 134).

7 Esta figura do folclore anglo-saxão é praticamente uma lenda urbana e consiste em um demônio ou criatura que salta grandes alturas e inicialmente produzindo grandes sustos, mas sendo também acusada de violências como estrangulamento de algumas mulheres (Hughes; Punter; Smith, 2016, p. 1777).

8 Sweeney Todd foi um personagem ficcional primeiramente publicado em um livreto popular parte dos tradicionalmente chamados de *penny dreadful* e que posteriormente ganhou uma adaptação em uma obra publicada em 1936, chamada “Sweeney Todd: The Demon Barber of Fleet Street”. Todd era um barbeiro que

O vampiro como o conhecemos teve em *Drácula* de Bram Stoker, publicado em 1897, a constituição de um personagem obtido a partir da reunião, organização e teorização do saber vampirológico, unindo *opyr*, *vârkolac*, *grobnik*, *vurdalak*, *brucolaque*, *nosferat*, *murony*, *strigoi*, *moroiu*, *stafia* e *vampir* em um ente, como uma fusão representativa da diversidade de mortos-vivos sugadores de sangue em uma só espécie representada em um personagem⁹ (Lecouteux, 2005, p.24). *Varney, o Vampiro* (1845–1847), escrita por James Malcolm Rymer e Thomas Peckett, antecipa, porém, a construção do cânone do vampiro no século XIX, iniciando processos que a *Carmilla* (1872) de Sheridan Le Fanu e o *Drácula* (1897) de Stoker finalizam sobre o que conhecemos hoje a respeito deste monstro muito popular na literatura de Horror do século XIX, trazendo consigo o apelo destes personagens, que apareciam como “vampiros aristocráticos “corruptos”, o que atraía leitores de classe média e trabalhadora, também pela dramatização das lutas de classes do século” (Corstorphine; Kremmel, 2018, p. 173).

Também eram populares as histórias de fantasmas, que representavam a crescente onda de presença do movimento espiritualista, reflexo colateral do impacto das teorias de Charles Darwin nas as crenças religiosas tradicionais, e novos monstros criados a partir da influência da criação de Mary Shelley do Monstro de Frankenstein, que fez proliferar substitutos dos espectros e vilões feudais da ficção gótica do século XVIII. Estas criações se dividiram em subgêneros que representavam um cenário diversificado para os romances de terror no século XIX, onde o tropo narrativo de Frankenstein serve para que nasça “A Múmia” de Jane Webb Loudon (1827), onde a eletricidade é usada para ressuscitar a múmia do faraó Quéops (Corstorphine; Kremmel, 2018, p. 173).

A proliferação das *penny dreadful* não tardou a incomodar a sociedade vitoriana, as autoridades e o parlamento, surgindo uma campanha contra os “efeitos das histórias terríveis” em contraponto à regulação da consciência dos meninos da classe trabalhadora representada pela educação obrigatória a partir do Estado. As forças conservadoras diziam-se preocupadas com a ameaça que a literatura barata trazia à orientação para o “trabalho de meninos”, onde as *penny dreadful* atuavam como uma cultura descontrolada e que poderia sugerir movimentos juvenis organizados por adultos. A política vitoriana entendia que as *penny dreadful*

matava seus clientes em associação a uma comparsa que vendia tortas de carne (Hughes; Punter; Smith, 2016, p. 1774). *The Demon Barber of Fleet Street*.

⁹ O Vampiro como conhecemos é uma entidade desenvolvida por Bram Stoker unindo em uma só espécie uma diversidade de outros tipos de entes que sugam sangue e são mortos-vivos, como o *Vurdalak* da Bósnia, Ucrânia e demais povos eslavos do sul, o *Opyr* da Turquia, o *Nosferat* da Romênia o *Vampir*, da Rússia, Lituânia e parte da Alemanha em uma só entidade, o *Drácula*, que juntava as distintas características desses seres (Lecouteux, 2005, p. 24).

ridicularizavam a autoridade com suas histórias de salteadores que permitiam que a juventude sonhasse com uma vida contrária à regulamentação estrita da sala de aula do final da era vitoriana e de organizações de jovens da igreja como as brigadas juvenis (Springhall, 1994, p. 346).

O pânico moral em torno das publicações chegou ao ponto em que em 1895 receberam acusações de provocarem crimes, isso provocou a seguinte reação de um confesso autor de histórias publicadas nestas edições:

Pessoalmente, gostaria de saber se algum membro do júri que atribui o crime juvenil aos chamados ‘penny dreadfuls’, que o criminoso de tenra idade supostamente devorou, já leu um dos livros em que passam tal condenação em massa? Li todos os livros que um exemplo de depravação juvenil trouxe à tona, e até agora não consegui encontrar nenhum incentivo ao matricídio, à desonestidade ou vício de qualquer tipo. O vilão é invariavelmente ludibriado, o herói é todo honra e bravura, e a heroína casta como a Dama na canção da Dama de John Milton (Springhall, 1994, p. 346).

As ameaças da política pública em relação às publicações baratas de Horror, que não tem equiparação com o tratamento dado à literatura tradicional que abordasse o tema, equivalem a uma reação à popularidade do gênero e ao mercado que criou de publicações baratas, que atingiam jovens trabalhadores, adolescentes e continham o germe do que seriam os quadrinhos e a literatura barata do século XX.

As transformações do mercado fizeram das *penny dreadfuls* vítimas da disponibilidade de alternativas mais baratas e mais sangrentas, que paulatinamente as substituíram no início do século XX, levando a uma gradual perda de apelo e fez sua venda se esvaír. A natureza efêmera dessas publicações levou a hoje existirem poucas cópias originais nos acervos britânicos (Hughes; Punter; Smith, 2016, p. 1722).

São muitos os herdeiros das *penny dreadful*, mas o mercado que estabeleceu a mais fértil sequência da produção cultural de gênero teve residência nos Estados Unidos do século XX. A permanência de linhas de publicação de histórias baratas em livretos e revistas que ainda eram considerados sinônimos de literatura de baixa qualidade, os livretos *pulp* e revistas como *Weird tales*, foi um fenômeno que abriu as portas para literatura fantástica e estabeleceu um mercado profissional de produção literária. Este mercado deu lar à ficção fantástica como as do subgênero literário conhecido como *sword an sorcery*, cuja obra mais conhecida é *Conan* de Robert E. Howard, as obras fantásticas e policiais de Robert Bloch, autor de “*Psicose*” (1960) e obras do Horror Cósmico de H.P. Lovecraft (Collares, 2019, p. 17).

Essa trajetória do gênero constituiu um caminho que liga a literatura mais formal, publicada em livros clássicos, à produção barata que invadiu em estilo e forma a literatura

fantástica. A mesma família que nasceu de obras como *O Castelo de Otranto* (1764) e enriquecidas com *Frankenstein* (1818), *O Vampiro* (1819), *Carmilla* (1872), *O estranho caso do Dr. Jekyll e Mr. Hyde* (1887), *Drácula* (1897), *O retrato de Dorian Gray* (1891), *A volta do Parafuso* (1898), *As Histórias de Fantasma de um Antiquário* (1904), reconhece parentesco com obras de H.P Lovecraft nas revistas que sucederem as *penny dreadfuls*.

Há uma linha que une das *Weird tales* até as obras contemporâneas, produzidas por um mercado já estabelecido, como *O senhor das moscas* e *Menina má* (1954), *Vampiros de almas* (1956), *A assombração da casa da colina* (1959), *Psicose* (1959), *O colecionador* (1963), *A sangue frio* (1965), *O Bebê de Rosemary* (1968), *A casa infernal* e *O Exorcista* (1971), *Carrie* de Stephen King (1973), como *Ghost Story* (1974) de Peter Straub, *A profecia* (1976), *Kindred: Laços de Sangue* (1979), *O Conto da aia* e *O Jogo da Perdição* (1985) e *Hellraiser – Renascido do Inferno*.

O aumento de publicações, a variedade que vão dos quadrinhos aos livros, de literatura barata vendida em bancas a encadernados em livrarias, é resultado de um mercado que se organizou desde o início com um perfil variado, popular e erudito que desde que nasceu consistia em uma confrontação com o próprio estatuto de arte do gênero e seus subgêneros.

A *Weird Tales*, a *E.C Comics* e o Horror contemporâneo

As discussões sobre a qualidade literária das obras de Horror permanecem até hoje, em contrapartida a seu apelo popular, que mantém uma vigorosa vinculação com o público e laços profundos que seguem geração a geração mantendo laços com um mercado consumidor mundial. Este apelo possivelmente ganha força com a capacidade do Horror de atualizar-se na reflexão sobre os medos sociais de cada época. Projetando alegoricamente os medos reais no espaço controlado do cinema, monstros como os da Universal (*Drácula*, *Frankenstein*, *Lobisomem*), atuaram ressonâncias dos medos existentes na Grande Depressão (Phillips, 2012, p. 2).

A produção literária segue as mesmas perspectivas, com filmes e livros produzidos no século XX representando medos sociais de seus contextos. Se o horror cósmico de Lovecraft se referia aos medos ancestrais do outro, trazendo, de forma racista até, um desgosto profundo sobre o avanço da imigração nos Estados Unidos nos primeiros anos do século XX, os alienígenas e criaturas do espaço ou aranhas gigantes, os invasores de corpos, ressoavam os medos do início da Guerra Fria, do comunismo ameaçador e sua supressão da individualidade.

Tendo como matriz as mudanças sociais no século XIX ou as brutais transformações do XX, com a Segunda Guerra Mundial, o novo mundo da Guerra Fria ou o que surge depois

do Onze de Setembro, o Horror transformou em monstros as tensões pós guerras, a crise na ideia de ocidente, as tensões raciais estadunidenses e mundiais, o medo na sociedade “atômica”, sob o impacto de Hiroshima, Nagasaki e da Shoah, as lutas contra a violência policial contra afro descendentes e transformou tudo isso nos fantasmas e monstros que invadiram a fantasia com medos que não permitiam o apavorante escape do Horror tradicional, e traziam novas criaturas que nem sempre eram inumanas, e viviam em nossas salas, casas, ruas, subúrbios, pequenas cidades.

A produção literária dos escritores americanos foram principalmente publicadas em revistas populares na década de 1920, ou nas revistas *Munsey* que datam do final do século XIX e antecederam as populares *Weird Tales*. O mercado literário, no entanto, também ocupava uma série de revistas convencionais, como *Cosmopolitan* e *Collier's*, que recebiam contribuições de contos fantásticos e de horror (Joshi, 2014, p. 59%).

H. P. Lovecraft emerge como escritor do gênero em paralelo à ascensão das revistas populares, que surgiram antes e prosseguiram depois da própria vida do autor. Inclusive a ironia de *Lovecraft* estar associado a revistas pulps como a “*Weird Tales*”, reside nele próprio ser conhecido como uma espécie de esnobe literário que se vangloriava de seu aprendizado clássico e que defendia para si um status de autor cavalheiro que escrevia apenas por amor ao ato de escrever, condenando a maior parte da escrita popular como lixo subliterato (Joshi, 2014, p. 67%).

A história das revistas pulp, que custavam cerca de entre um centavo e um quarto e com isso eram acessíveis aos bolsos da classe trabalhadora remonta a 1882, quando Frank A. Munsey lançou a “*Golden Argosy*” (mais tarde “*Argosy*”) como a primeira revista totalmente de ficção, e origem de inúmeras outras. A principal descoberta desta publicação foi a do autor Edgar Rice Burroughs, que criou os personagens John Carter, cuja primeira aparição se deu no primeiro romance da série de Marte (“*Under the Moons of Mars*”), e Tarzan, cuja primeira aparição se dá em “*Tarzan of the Apes*”, ambos de 1912 (Joshi, 2014, p. 67%).

Na mesma época *Street & Smith* publicam a “*Popular Magazine*”, e sem seguida outras editoras e outras revistas surgiram dando um formato popular aos gêneros como os conhecemos – o faroeste, a história de terror, a história de detetive, a história de amor, o conto de ficção científica. Mesmo se a história desses gêneros parecer distinta da “alta” literatura foram as revistas *pulp* que lhes deram ampla popularidade entre as massas (Joshi, 2014, p. 67%).

A popularidade dos filmes e livros de terror parece viver ciclos de dez ou vinte anos eles parecem desfrutar um ciclo de maior e menor interesse, e coincidem em geral com épocas

de grande tensão política e/ou econômica, refletindo uma ansiedade social que acompanha estes sérios, mas não fatais, deslocamentos. O *boom* nos anos 1930, quando as pessoas oprimidas pela Depressão já não buscavam entretenimento em musicais, mas assistindo a Boris Karloff em *Frankenstein*, ou Bela Lugosi, em *Drácula*, marcaram também marcaram o surgimento da chamada Imprensa do Terror, que englobava tudo, desde *Weird Tales a Black Mask* (King, 2012, p. 34).

A queda de produção que se viu depois, nos anos 1940, teve provavelmente causa no banimento que as revistas convencionais ou “elegantes” legaram à ficção de gênero (particularmente os contos de terror, de polícia e de ficção científica) das suas páginas, exceto quando escritas por autores considerados eminentes. O banimento acabou por causar uma transformação dos gêneros em guetos que origina a crítica esnobe que perdura até hoje. Mesmo considerando parte da escrita *pulp* como pobre, foi pela dificuldade de vender trabalhos para outros locais que escritores agora canônicos como Lovecraft, Dashiell Hammett, Raymond Chandler, Arthur C. Clarke e Ray Bradbury ocuparam suas páginas, por absoluta falta de outro espaço (Joshi, 2014, p. 67%).

Acompanhando a ampliação da audiência de massa para o entretenimento na primeira metade do século XX, tanto nos Estados Unidos como na Europa, economia da indústria do entretenimento também estabeleceu outros modos de cultura de massa além do material impresso como o rádio, o cinema, a música popular (incluindo o drama musical) e, mais tarde, a televisão. Nessa indústria os livros, mesmo os *best-sellers*, constituíam uma parcela relativamente pequena, mas parte de uma mudança generalizada que os meios de comunicação geral na sua produção para atender ao público, que consistia de um grau variado de pessoas com um tão variado quanto grau de acesso à educação formal. Esta mudança formou mecanismos de produção que se adequaram aos gostos do público de massa, que era afinal onde estava o dinheiro. O público de massa eclipsava a agora minúscula elite dos instruídos, pondo-a na berlinda, tornando-os insignificantes como consumidores. Lovecraft antecipou isso ao escrever a um colega no início de 1937:

O capitalismo burguês deu um golpe mortal à excelência artística e à sinceridade ao entronizar o valor de diversão barato às custas daquela excelência intrínseca que apenas pessoas cultivadas e não aquisitivas de posição segura podem desfrutar. O mercado determinante para materiais escritos, pictóricos, musicais, dramáticos, decorativos, arquitetônicos e outros materiais até então estéticos deixou de ser um pequeno círculo de pessoas verdadeiramente educadas, mas tornou-se um círculo substancialmente maior (mesmo com uma vasta proporção da sociedade faminta e esmagada em um desamparo encharcado e inarticulado devido à ganância e insensibilidade comercial e comercial-satélite) círculo de origem

mista, numericamente dominado por torrões rudes e semi-educados, cujos ideais sistematicamente pervertidos (adoração da baixa astúcia, aquisição material, conforto e suavidade baratos, sucesso mundano, ostentação, velocidade, magnitude intrínseca, brilho superficial, etc.) os impediam de alcançar os gostos e perspectivas dos nobres cujas roupas, fala e maneiras externas eles tão assiduamente imitavam (Joshi, 2014, p. 67%).

Nos anos 1940 a popularidade do Horror sofre um recuo, o que levou até aos monstros da Universal para o caminho da comédia, sacrificados pelo próprio estúdio na ânsia da bilheteria. Só nos últimos anos desse período há um crescimento de qualidade e de publicações como as da *Arkham House*, fundada por August Derletg, que publicou importantes obras de Horror entre 1939 e 1950, como *O intruso* e *Além da barreira do sono*, de Lovecraft, *Jumbee*, de Henry S. Whitehead, *The Opener of the Way* (O desbravador do caminho) e *Pleasant Dreams* (Sonhos agradáveis), de Robert Bloch e *Dark Carnival* (Carnaval negro), de Ray Bradbury (King, 2012, p. 34).

Nessa trajetória que liga Bram Stoker a Stephen King, as *penny dreadfuls* renascem nas revistas *pulp* nos quadrinhos contemporâneos de terror, que nascem como um desdobramento dos quadrinhos tradicionais e desde os anos 1930 “passaram a colorir a imaginação de gerações de leitores, com um impacto que se estendeu além dos quadrinhos como tal para influenciar o mundo mais amplo do entretenimento de terror em geral” (Cardin, 2017, p. 12%).

Populares e incômodos para a elite política, os quadrinhos de Horror chegam aos anos 1950 sendo perseguidos pelo Estado e por políticos conservadores como as *penny dreadfuls* o foram no século XIX.

O principal exemplo deste processo é a Educational Comics (EC) criada em 1933 pelo editor Max Gaines (1895–1947), e cuja perseguição pelas autoridades levou à criação do *Comics Code Authority* (CCA), que durante mais de duas décadas censurou as histórias em quadrinhos estadunidenses.

A editora inicia sua trajetória publicando artigos como *Picture Stories from the Bible* e outros títulos que tinham como intuito educar moralmente as crianças, porém com a morte de Max Gaines, seu criador, seu filho Bill Gaines (1922-1992) assumiu a empresa, mudou o nome de “*Educational Comics*” para “*Entertaining Comics*”, e paulatinamente foi mudando seu tipo de publicação, atendendo ao que seu público desejava: contos de ação e aventura. Mantendo a logomarca, mas mudando radicalmente sua linha de produção, Gaines passou a alimentar o voraz consumo de ficção científica e horror por um público jovem sedento de histórias assustadoras e fantásticas. Renovando sua trupe de artistas, Bill conseguiu ter

excelentes resultados com publicações de horror, ficção científica, guerra e quadrinhos satíricos. Participaram como quadro fixo da EC uma fantástica trupe de novos artistas, escritores, alguns deles fundamentais na produção cinematográfica e televisiva de Horror e fantasia: Al Feldstein, Johnny Craig, Jack Kamen, Ray Bradbury, Joe Orlando, Bernard Krigstein, Wally Wood, Jack Davis, Frank Frazetta, Graham Ingels, Al Williamson, Harvey Kurtzman, Will Eder, irmãos John e Marie Severin (Cardin, 2017, p. 12%).

Mesmo com uma competição feroz de outras editoras, que aumentaram a aposta no que diz respeito às imagens obscenas e gráficas, Gaines e seu pessoal de apoio, como Craig e Feldstein, optaram por uma qualidade maior de suas histórias do que superar os seus concorrentes com sangue e obscenidades, e entre outras iniciativas, iniciaram uma parceria exclusiva com o popular autor Ray Bradbury para adaptar suas obras em formato de quadrinhos com sua aprovação e contribuição (Cardin, 2017, p. 12%).

Bradbury foi um escritor extremamente influente na cultura popular de fantasia e Horror, sendo uma das referências da literatura fantástica posterior, com participação também na produção televisiva, sendo roteirista de alguns episódios de *Twilight Zone* (Além da imaginação no Brasil, que durou de 1959-1964).

As pressões da concorrência e do próprio sucesso tiveram um aditivo de problemas nas condenações do Dr. Fredric Wertham, eminente psiquiatra americano, que mirou na indústria de quadrinhos ao escrever seus estudos sobre o comportamento juvenil. Psiquiatra sênior do Departamento de Hospitais de Nova York, Wertham via no sucesso da EC e em seus imitadores as causas profundas do aumento da delinquência juvenil nos Estados Unidos nos anos 1950. Focando em conclusões falsas a respeito de como o tédio e a indústria de entretenimento, com especial atenção aos quadrinhos, deturparam a consciência juvenil. Seu livro *Seduction of the Innocent* (1954), iniciou um processo que alimenta argumentos até hoje, com ênfase variada em produtos da indústria cultural como videogames, o *rock n' roll*, a televisão, o funk e o cinema, ampliando a culpabilização da arte da delinquência juvenil para até o exagero de culpá-los por uma suposta “rosão ou um embrutecimento da cultura como um todo”. Wertham mais tarde renunciou a algumas de suas crenças, mas infelizmente, a sorte estava lançada (Cardin, 2017, p. 12%).

O negócio ia bem, mas o alvo de Wertham inspirou já em 1954 um Subcomitê do Senado dos EUA sobre a delinquência juvenil, seguindo também o rastro do anticomunismo da Guerra Fria que gerou o Macarthismo nos, que utilizava os argumentos moralistas do Dr. Fredric para pressionar por uma censura ativa nas publicações de Histórias em Quadrinhos. A subcomissão alegava que as Histórias em Quadrinhos chegaram a um tipo de consumo amplo

entre jovens e que desvirtuavam a juventude com seu apelo à violência e ao sexo (Cardin, 2017, p. 12%).

Gaines foi um feroz defensor da liberdade criativa e de suas revistas, mas as editoras de histórias em quadrinhos acabaram por perder a guerra e optaram por copiar o Código Hays, que regulamentou a indústria cinematográfica, e criaram a auto-regulação, evitando uma nova intervenção do governo e, ainda em 1954 estabeleceram a chamada Comics Code Authority (CCA), que supervisionou um novo e rigoroso “Código de Conduta” para a publicação de quadrinhos. Impactada com estas restrições, a EC tentou uma mudança de marca e de tipo de publicação, mas acabou forçada a cancelar todos os seus títulos devido às pesadas restrições. Apenas a popular revista MAD sobreviveu, pois já era publicada em formato de revista (Cardin, 2017, p. 12%).

Na década de 1960, a *Warren Publishing*, de propriedade de James Warren, resolveu enfrentar as restrições do mercado mantendo publicações no formato de revista maior, evitando assim a areia movida do selo CCA, e ocupando o espaço deixado vago pelas concorrentes do campo do Horror. Já tendo sucesso com revistas como *Famous Monsters of Filmland*, Warren passou a publicar vários títulos de Horror como *Creepy*, *Eerie* e *Vampirella* (uma personagem vampira feminina) e acabou empregando vários artistas que haviam atuado na EC, como Jack Davis, Frank Frazetta (então um bem-respeitado artista plástico), Al Williamson, John Severin, Joe Orlando, Johnny Craig e outros.

Este desafio ao controle das publicações acabou derrubando as restrições, tanto no cinema quanto nas Histórias em quadrinhos, levando a uma mudança no perfil do mercado a partir do fim dos anos 1960 e inícios dos anos 1970, permitindo que pontos de vista anteriormente *outsiders* na sociedade americana tornaram a fazer parte das telas e páginas da ficção de horror (Cardin, 2017, p. 12%).

A EC Comics foi a mais famosa editora de Histórias em Quadrinhos de Horror, mas não foi nem a primeira, nem a única. Outras editoras buscaram entregar ao público histórias de Horror, tentando aproveitar o chamativo mercado ansioso por histórias sobrenaturais e outras tendências populares, como histórias de detetive e policiais. Com uma grande dívida para com as publicações que os precederam, esses quadrinhos voltados para a aventura eram tingidos de elementos espetaculares e muitas vezes horríveis. A Gilberton Publications foi a primeira editora a publicar histórias em quadrinhos de Horror com sua edição da *Classic Comics # 13* (1943), onde adaptou *O Estranho Caso do Dr. Jekyll e de Mr. Hyde*, novela de 1886 de Robert Louis Stevenson. Em 1947, a *Avon Publications* produziu *Eerie #1* (no

mesmo ano da morte prematura de Max Gaines), que era composto por contos de horror originais (Cardin, 2017, p. 12%).

Estas revistas foram fundamentais para a ampliação da forma como o Horror chegava às massas, e assim como as publicações de contos e o cinema, ampliaram a forma como a produção chegava à classe trabalhadora. Seu estilo pode ser chamado de *pulp horror*, que se define como um tipo de ficção com personagens estereotipados, formados a partir de fórmulas em detrimento da originalidade. E se eram de publicação rara nas revistas populares de interesse geral do século XX até o advento de *Weird Tales* em 1923, se fizeram mais e mais presentes, mesmo com o gênero considerado “fora do caminho”.

O padrão “*Weird Tales*” dominou a literatura barata com o campo virtualmente só para si, com um tipo de construção literária que estabelece um cânone pra produção dos subgêneros tradicionais da ficção sobrenatural, onde vampiros, lobisomens, fantasmas e monstros, habitavam os contos de uma determinada forma, mesmo a editora alegando não estabelecer tabus e parâmetros, cujo conteúdo seguia convenções de terror comuns e confortáveis, com contribuições de H. P. Lovecraft, Clark Ashton Smith e outros autores menos notáveis (Cardin, 2017, p. 74%).

Eduitores como Harry Steeger entendiam que o horrível Teatro Grand Guignol em Paris era uma inspiração franca para o estilo padrão de histórias de horror populares, com influência também forte de Edgar Allan Poe e o Marquês de Sade foram igualmente influentes. Já o editor Rogers Terrill foi mais franco na descrição da rigidez formulaica para o gênero quando informa que os que os escritores eram obrigados a seguir sem dúvidas um estilo cujas histórias:

dizem respeito a um jovem e uma jovem apaixonados, casados ou namorados, e o terror ameaça ambos. O efeito emocional do terror sentido por outra pessoa é muito mais forte do que o medo por si mesmo. Onde uma terrível ameaça um homem e uma mulher apaixonados, eles lutarão como o inferno um pelo outro... Queremos um tipo de ameaça sinistra e misteriosa, que pode parecer sobrenatural à medida que a história avança, mas que pode ser explicada logicamente no final – ou pode ser definitivamente sobrenatural” (Lenninger 1935, 16 *apud* Cardin, 2017, p 74%).

A formula, chamada de “*Weird Menace*” foi revivida periodicamente, com leitores por vezes preferindo nazistas e encontros naturalistas com a vida selvagem em vez do Horror sobrenatural, com efeito, tendo reproduções em Hollywood nos anos 1970, com os canibais radioativos de Wes Craven em *The hills have eyes* (1977) ou o *Massacre da Serra elétrica* de Tobe Hopper (1974), nas franquias de filmes *Pânico* e *A hora do pesadelo*, também de

Wes Craven, *Jogos mortais* de James Wan e *O albergue* de Eli Roth. Nelas, adolescentes azarados são pegos em armadilhas que remetem ao *E não restou nenhum* de Agatha Christie, onde um a um os personagens vão sendo assassinados por horror bem naturais (Cardin, 2017, p. 74%) .

Nas palavras de Stephen King, um leitor declarado tanto das *Weird tales* e outras revistas *pulp*, quanto dos quadrinhos da EC, uma típica história da E. C. seria assim:

a esposa do herói e seu amante estão determinados a matar o herói para que possam fugir juntos e se casar. Em quase todas as histórias em quadrinhos de mistério dos anos 1950, as mulheres são um pouco maduras, sedutoramente carnudas e sensuais, mas, em última instância, malignas: cadelas assassinas e castradoras que, como viúvas-negras, sentem uma necessidade quase instintiva de devorar os parceiros após o sexo. Este rabo de saia, que poderia ter saído em todos os seus detalhes de um romance de James M. Cain, leva o bolha do marido para uma voltinha e o amante lhe mete uma bala no meio da testa. Eles amarram um bloco de concreto às pernas do cadáver e o atiram no rio, de cima de uma ponte. Duas ou três semanas depois, nosso herói, um morto-vivo, emerge do rio, podre e carcomido pelos peixes. Sai cambaleando à procura da sua esposinha e seu amigo... certamente, não para convidá-los à sua casa para uns drinques, dá para sentir. Um diálogo dessa história que eu nunca me esqueci é: “Estou voltando, Marie, mas tenho que voltar devagar... porque pedacinhos de mim ficam caindo pelo caminho...” Em *A pata do macaco* a imaginação é estimulada por si só. O leitor faz o trabalho sozinho. Nos quadrinhos de terror (bem como nas revistinhas que existiram entre 1930 e 1955), há também as entranhas e vísceras. Como já mostramos, o velho de *A pata do macaco* é capaz de desejar que a horrível aparição se vá antes que sua franzina esposa abra a porta. Em “*Tales From the Crypt*”, a Coisa que Voltou do Túmulo ainda está lá, grande como o diabo e duas vezes mais feia, quando a porta é escancarada (King, 2012, p. 29).

Essa estética conduziu uma geração que incluiu o próprio King e cineastas como George A. Romero, diretor que revolucionou os filmes de zumbi e inaugurou uma estética hiper-realista e sangrenta de Horror, e John Carpenter, a uma perspectiva do gênero que radicalizava a representação, retirava os personagens de Castelos Europeus para posicioná-los em pântanos e motéis de beira de estrada, tirando o Conde da Europa e o jogando numa cidadezinha do Maine e transformando o lobisomem em assassinos mascarados e fazendo com que o diabo acabe morando até em máquinas de passar industriais.

Considerações finais

As produções de Horror acompanharam as transformações sociais do século XIX e XX e o fizeram ao construir um gênero e um mercado capazes de absorver suas produções.

Popular desde o berço, o Horror tornou-se alvo de um mercado que ocupou espaços na literatura canônica da “alta qualidade” e também o espaço do consumo de massas que das *penny dreadfuls* às *Weird tales* e depois às revistas em quadrinhos de horror que influenciaram gerações a partir dos anos 1950.

Partindo do fato de que o Horror faz parte de uma indústria cultural, que compartilha a produção de discursos sociais encaixados nos conflitos e lutas de cada época (Kellner, 2001, p. 12), entendemos que o Horror como gênero produziu uma parte fundamental da cultura da mídia, construindo estilos e mecanismos que fizeram existir um mercado consumidor com identidade própria e que se vê representado nas telas de cinema, nas páginas dos livros e com seu consumo atuam politicamente.

Na perspectiva do que a produção é como produto e como efeito, entendemos que o gênero como parte da indústria cultural, e da cultura da mídia atua contraditoriamente como produto e também como eco de discursos políticos e artísticos. A ampliação do mercado causou uma mudança paulatina não apenas de estilo, mas também de eixo de representação onde a cultura da mídia passou a reproduzir o medo da classe trabalhadora, e consumidora.

A estética das massas passou a representar o medo das massas, construindo canais de exposição do sangue e das vísceras, metafóricas ou não, das dores da classe trabalhadora. O estatuto artístico do Horror, construído em torno de uma percepção elitista a respeito da escrita e da estética fílmica do gênero, passou a dialogar com o estatuto de classe que o gênero tomou para si quando a classe tornou-se voraz consumidora das suas produções.

A trajetória do Horror desde seu legado crítico em *Frankenstein* ou *Varney o Vampiro* até os filmes de Jordan Peele ou os livros de horror de Clive Barker e Stephen King e as revistas de contos, participa de uma paulatina ruptura até do teste sobre os limites do sistema que o gênero traz consigo desde a origem, passando a reproduzir críticas mais duras e violentas ao mesmo sistema, porque reproduz ecos da dura vida das classes mais baixas que habitam nele.

A perseguição ao gênero, das censuras do século XIX ou dos anos 1950 ao pânico satânico¹⁰ que permeia as cruzadas conservadoras dos anos 1970 até hoje, são indicativos de como o Horror atua como um tipo de produção artística que tensiona a relação da sociedade com seus limites e com o que ela considera como indesejável.

10 O termo pânico satânico tem origem na expressão “pânico moral”, criada pelo sociólogo e criminologista britânico Stanley Cohen (1942-2013) no livro *Folk Devils and Moral Panics* e trata de uma construção que faz com que pessoas, figuras ou objetos considerados pela opinião pública como a razão de todos os males sejam demonizados e tratados como “demônios” (Neiva, 2021).

A popularidade do Horror, porém faz com que ele seja um eco do indesejável ao mesmo tempo em que faz parte de um tipo de linha de produção de produtos culturais que fomenta, financia e erige a cultura da mídia, da qual faz parte como elemento fundador e como um dos pilares. Essa contradição entre o papel de alicerce crítico do mesmo sistema do qual testa os limites faz do Horror um gênero ímpar e um fenômeno que traz a relação entre os medos e ansiedades sociais e as representações políticas de nosso tempo pro campo da pesquisa histórica e da cultura da mídia.

Referências Bibliográficas

- BRAGA, Gabriel Elysio Maia. **Vampiros na França Moderna: a polêmica sobre mortos-vivos (1659-1751)**. Curitiba: Appris, 2020.
- CARDIN, Matt (ed.). **Horror literature through history: an encyclopedia of the stories that speak to our deepest fears**. Santa Barbara, California: Greenwood, 2017.
- CARROLL, Noël. **Filosofia do Horror ou paradoxos do coração**. Campinas, Papirus, 1999.
- COLLARES, Marco Antônio. Representações da imagem de um bárbaro: o personagem conan nas mídias. In: LOPES, Aristeu Machado; RODRIGO FILHO, Artur; COLLARES, Marco Antônio (org.). **A história através das mídias: representações, personagens, fontes**. Curitiba: Brazil Publishing, 2019, p. 15-49.
- CORSTORPHINE, Kevin; KREMMEL, Laura R. (ed.). **The Palgrave Handbook to Horror Literature**. Cham, Suíça: Palgrave Macmillan, 2018.
- DUNAE, Patrick A. Penny Dreadfuls: Late Nineteenth-Century Boys' Literature and Crime. **Victorian Studies**, v. 22, n. 2, 1979, p. 133-50. JSTOR. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/3826801>. Acesso em: 13 jul. 2022.
- GINZBURG, Carlo. **História noturna: Decifrando o Sabá**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2012.
- JOSHI, S. T. **Unutterable Horror: a history of supernatural fiction**. New York: Hippocampus Pre, 2014.
- KELLNER, Douglas. **A Cultura da mídia: estudos culturais, identidade e política entre o moderno e o pós-moderno**. Bauru, SP: Edusc, 2001.
- KING, Stephen. **Dança Macabra: o terror no cinema e na literatura dissecado pelo mestre do gênero**. Rio de Janeiro: Suma de Letras, 2012.
- Le Manoir Du Diable, o primeiro curta de terror já criado**. Disponível em: <https://medologia.com/post/le-manoir-du-diable-o-primeiro-curta-de-terror-ja-criado>. Acesso em: 3 abr. 2022.
- PHILLIPS, Kendall R. **Dark directions: Romero, Craven, Carpenter and the modern horror film**. Carbondale, Illinois: Southern Illinois University Press, 2012.
- ROAS, David. **A ameaça do fantástico: aproximações teóricas**. São Paulo: Unesp, 2014.
- SHELLEY, Mary. **FRANKENSTEIN: ou o prometeu moderno**. Rio de Janeiro: Zahar, 2017.
- SPRINGHALL, John. Disseminating Impure Literature: The 'Penny Dreadful' Publishing Business Since 1860." **The Economic History Review**, v. 47, n. 3, 567-584, 1994.

STOKER, Bram. **Drácula**. Jandira, SP: Principis, 2020.

THOMPSON, E. P. **A formação da Classe Operária Inglesa**: a árvore da liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987a. v.1.

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa**: a maldição de Adão. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987b. v. 2.

THOMPSON. E. P. **A peculiaridade dos ingleses**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2012.

THOMPSON. E. P. **Costumes em Comum**. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2013.

Influências teóricas e experiências práticas na obra de Cristiano Mascaro: Um estudo comparativo

Theoretical influences and practical experiences in the work of Cristiano Mascaro: A comparative study

Luís Fernando Oliveira Campos,¹ UFPel

Resumo

O presente artigo propõe identificar algumas influências teóricas e práticas presentes na obra do fotógrafo Cristiano Mascaro. No campo das experiências práticas, o trabalho evidencia a trajetória do fotógrafo durante o período de atuação no fotojornalismo na revista *Veja e Leia*, assim como as marcas desse período em sua produção posterior. No que tange às influências teóricas, será desenvolvida uma análise comparativa entre as fotografias de Mascaro, Robert Frank, George Everard Kidder Smith e Henri Cartier-Bresson.

Palavras-chave: Mascaro; Fotografia; Arquitetura.

Abstract

The present article aims to identify some theoretical and practical influences present in the work of the photographer Cristiano Mascaro. In the practical experiences, the work highlights the photographer's trajectory during his involvement in photojournalism at *Veja e Leia* magazine. It also explores the lasting imprints of this period on his subsequent production. Regarding theoretical influences, a comparative analysis will be developed between the photographs of Mascaro, Robert Frank, George Everard Kidder Smith, and Henri Cartier-Bresson.

Keywords: Mascaro; Photography; Architecture.

Introdução

Cristiano Alckmin Mascaro é um fotógrafo e arquiteto brasileiro, nascido em 22 de outubro de 1944 na cidade de Catanduva, em São Paulo. É vencedor do Prêmio Internacional de Fotografia Eugène Atget, em 1984, e da Bolsa Vitae de Fotografia, em 1989. É formado em arquitetura pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU/USP), onde também se tornou mestre em arquitetura, com o trabalho *O Uso da Fotografia na Interpretação do Espaço Urbano*, de 1986, e doutor, com a tese *Fotografia e Arquitetura*, de 1994.²

¹ Mestrando em História pela Universidade Federal de Pelotas (UFPel). E-mail para contato: luisferolicampos@gmail.com

² Informações retiradas da entrevista cedida ao Instituto Arte na Escola. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=RuXBJIkM5DI&t=821s&ab_channel=InstitutoArtenaEscola

Mascaro se associou de maneira quase simbiótica com a capital paulista, tendo como foco de boa parte de sua produção, a cidade de São Paulo. É importante ressaltar que a produção de Mascaro perpassa por outros trajetos variados, como Minas Gerais, Rio de Janeiro, Maranhão, Bahia, Pernambuco, além de outros países, como Cuba, Venezuela, França, Itália, Japão, entre outros. Em entrevista concedida ao Instituto Arte na Escola, Mascaro diz não se ver como um fotógrafo clássico de arquitetura, enfatizando seu interesse no conjunto arquitetônico e na paisagem urbana formada pela confusão do meio urbano diversificado.³

Logo após se formar em arquitetura, Mascaro conseguiu seu primeiro emprego como fotógrafo na revista *Veja e Leia*, ainda em 1968 (Campos, 2022). No periódico Mascaro atuou como fotógrafo de jornalismo e foi citado no corpo editorial da revista durante os dois primeiros anos de circulação. Suas fotografias continuaram sendo utilizadas pela revista até 1972.⁴ Apesar de sua rápida atuação no cenário jornalístico, é possível observar algumas marcas do período na sua produção como fotógrafo de rua. É claro que não podemos resumir a produção de Mascaro como uma influência direta e única do fotojornalismo, suas obras são influenciadas também por outros fotógrafos, assim como por sua formação enquanto arquiteto.⁵ Também é importante aqui nos desviarmos de uma ideia de naturalidade, que tende a resumir o olhar de Mascaro sobre a cidade como influência única e exclusiva do seu período como estudante de arquitetura, outros fatores diversos colaboraram para que os interesses se alinhassem, como por exemplo quando Mascaro cita em entrevista as caminhadas que fazia pela cidade durante a sua infância e a importância desses momentos para a composição do seu olhar sobre a cidade.⁶

O presente trabalho é construído a partir da proposta de duas análises interseccionadas. Buscando evidenciar a influência do fotojornalismo na obra posterior do fotógrafo. Principalmente no que se relaciona com a fotografia de figura humana, que passa a fazer parte do portfólio do artista após sua passagem pela revista. Além de realizar um estudo comparativo entre as obras do artista e algumas obras de outros fotógrafos que Mascaro menciona como importantes influências na construção de sua poética visual. A partir dessas

³ Entrevista cedida ao Instituto Arte na Escola. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=RuXBJkM5DI&t=821s&ab_channel=InstitutoArtenaEscola

⁴ Biografia de Cristiano Mascaro presente no Projeto: Brasil, Memória das Artes. Disponível em: <https://portais.funarte.gov.br/brasilmemoriadasartes/acervo/infoto/biografia-de-cristiano-mascaro/>

⁵ Mascaro, em entrevista cedida no terceiro episódio do programa “Inspiradores” da TV Gazeta. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=V2WFO-Ux8-8&t=405s&ab_channel=TVGazeta

⁶ Mascaro, em entrevista cedida a TV Gazeta. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=V2WFO-Ux8-8&t=650s&ab_channel=TVGazeta

análises é possível complexificar o olhar sobre a obra do artista, construindo uma lógica de influências que nos ajudam em uma categorização da produção de Mascaro.

Nesse sentido, utilizaremos no presente trabalho fotografias de Henri-Cartier Bresson, Robert Frank e George Everard Kidder Smith, assim como fotografias do próprio Mascaro enquanto fotógrafo na revista *Veja e Leia*, e também enquanto fotógrafo de rua. Com o objetivo de tornar mais evidente o processo de construção da própria poética visual do fotógrafo a partir desses comparativos.

Objetivo e metodologia

O objetivo deste estudo é realizar um exercício comparativo entre o trabalho de Mascaro na revista *Veja e Leia*, e suas influências profissionais e artísticas na época, com a sua produção posterior, buscando um melhor entendimento sobre as influências no estilo e na construção de uma poética visual própria de Mascaro.

As fotografias referentes a obra de Mascaro foram retiradas de diferentes locais, como o catálogo online⁷ do artista, chamadas de jornais e revistas suas para as suas exposições, galerias on-line e também de seu livro *Desfeito e Refeito* de 2008.⁸ As fotografias utilizadas que estão relacionadas ao período de atuação do fotógrafo na revista *Veja e Leia* estão presentes no Acervo do Laboratório Interdisciplinar de Pesquisa e Ensino em Entretenimento e Mídias - LIPEM/UFPel, vinculado ao Núcleo de Documentação Histórica da Universidade Federal de Pelotas (NDH). Já a fotografia de Robert Frank foi retirada de seu livro *The Americans* (1958), a de Kidder Smith do seu livro *Brazil builds: architecture new and old, 1652-1942* (1943), e a de Henri Cartier-Bresson da galeria Artsy.⁹

As leituras das imagens foram realizadas a partir da metodologia de análise comparativa, baseada na ideia de interpretação das imagens através das séries conexas baseadas nos estudos de Tânia Vicente. Esta metodologia nos permite reconhecer as analogias entre as imagens selecionadas, que são possíveis de serem detectadas e interpretadas devido ao conhecimento prévio ou reconhecimento sobre o referente, o contexto cultural e social em que foram produzidas assim como a nossa própria inserção neste processo de interpretação da imagem. (Vicente, 2000, p. 148).

⁷ Disponível em: <https://www.instagram.com/cristianomascaro.acervo/>

⁸ Exemplo: <https://vitruvius.com.br/jornal/agenda/read/7726>

⁹ Disponível em: <https://www.artsy.net/>

O estudo de Vicente é ancorado também na ideia de que só é possível acessar dos elementos necessários para esta análise quando se entende a participação efetiva do pesquisador enquanto sujeito no processo de análise da imagem, segundo Neiva:

As imagens são parte de nosso legado histórico, mas enquanto experiências conceituais e cognitivas participam de um presente concreto que as produziu. A imagem não é expressão imediata; ela depende de mediações, ainda que sutilmente implícitas. O que sabemos oferece as chaves para nossas percepções (Neiva, 1993, p. 13).

Como resultado são analisadas as analogias entre as imagens e suas correspondências possíveis a partir da trajetória e do contexto de seus produtores. Conjuntamente, o entendimento de que o processo de análise das imagens parte também do sujeito que o realiza, evidenciando marcas de seu próprio tempo e de suas experiências no estudo final.

Fotografia, arquitetura, *urbe*

A fotografia de arquitetura corresponde a uma parte significativa da obra de Mascaro, tendo registrado diferentes monumentos arquitetônicos durante sua trajetória, como a Ville Savoye em Poissy, França (2018), o Museu Oscar Niemeyer, em Curitiba, Paraná (2005) o Edifício Copan, em São Paulo (1995), entre muitos outros. É notável que a produção de Mascaro enquanto fotógrafo se volta com especial recorrência para a cidade e a sua arquitetura, entretanto, sua obra não se resume no que pode se entender como um catálogo de imagens de monumentos arquitetônicos. Mascaro adota um olhar múltiplo para a fotografia da arquitetura, a partir de diferentes influências tanto dentro como fora da academia.

A relação entre fotografia e arquitetura é de difícil datação. Desde a icônica imagem composta por Joseph Nicéphore Niépce em 1826, intitulada *Point de vue du Gras*, a arquitetura é representada na fotografia, seja como monumento isolado, ou parte de um complexo urbano maior, como na fotografia *Boulevard du Temple* (1838), de Louis-Jacques-Mandé Daguerre. A fotografia de arquitetura é uma forma artística e técnica de capturar as estruturas construídas pelo homem, sem se limitar a retratar apenas grandiosidade desses locais, explorando também a simplicidade de estruturas menos imponentes. Segundo Possamai a fotografia foi “capaz de construir uma representação visual do urbano, tornando a cidade colossal redutível a uma imagem bidimensional inteligível e ao alcance das mãos” (Possamai, 2008, p. 70), revelando detalhes, padrões e realçando a estética de cada edifício, seja de maneira isolada, ou imersa em um complexo urbano.

O que o presente trabalho objetiva, no entanto, não é estabelecer uma cronologia do que poderia se caracterizar como história da fotografia de arquitetura, mas sim compreender um pouco sobre as possibilidades de análise sobre as obras selecionadas, para isso Fuão escreve que:

A fotografia envelopa tudo, envelopa a arquitetura. A Modernidade se constituiu e se caracterizou exatamente por uma mudança e afinamento das regularidades, uma predileção pelos quatro ângulos retos, ou tudo o que se podia se circunscrever no quadrado da retícula, no conceito de malha, uma certa aversão a toda irregularidade irrepresentável no enquadramento da câmera. Acima de tudo, a arquitetura tornava-se mais autônoma, isto é, objetiva, havia sido cortada literalmente, fisicamente, de seu contexto de continuidades urbanas, a fim de valorizar a imaginação da câmera, o objeto arquitetônico como obra de arte isolada (Fuão, 2018, p. 21).

É justamente a partir dessa ideia de “objeto arquitetônico como obra de arte isolada” que se inicia a análise. A partir de um comparativo da fotografia de Mascaro do Palácio da cultura em Varsóvia, Polônia, de 2013 (Figura 1) e a fotografia de Kidder Smith do Ministério da Educação e Saúde Público, Rio de Janeiro, 1942 (Figura 2).

Figura 1 - Fotografia de Mascaro do Palácio da cultura, Varsóvia, Polônia (2013)



Fonte: <https://galeriamariocohen.com.br/categoria-foto/artists/represented/cristiano-mascaro/>

Figura 2 - Fotografia de Kidder Smith do Ministério da Educação e Saúde Público, Rio de Janeiro (1942)



Fonte: *Brazil builds : architecture new and old, 1652-1942* de Philip L. Goodwin, fotografias de G. E. Kidder Smith (1942).

Em ambas as fotografias a ideia do monumento enquanto obra isolada toma sentido não somente conceitual, mas também prático, principalmente buscando retratar a forma e a função das estruturas, muitas vezes privilegiando a objetividade na representação arquitetônica. Este estilo de fotografia não registra somente a aparência das construções, mas também nos ajuda a entender um pouco mais sobre a dinâmica urbana, as influências culturais e geográficas que circundam o monumento. O uso da dinâmica de luz e sombra citado por Mascaro em sua fala também pode ser observada, embora com algumas especificidades, no seu trabalho na fotografia do Palácio da cultura de Varsóvia. Quando Mascaro se utiliza da luz para dar projeção ao edifício Złota 44, projetado pelo arquiteto polaco-americano Daniel Libeskind. Dessa maneira, Mascaro transforma sua fotografia em uma representação dupla, utilizando do “recuo” causado pela dinâmica de luz e sombra para destacar os dois monumentos de forma distintiva dentro do mesmo quadro.

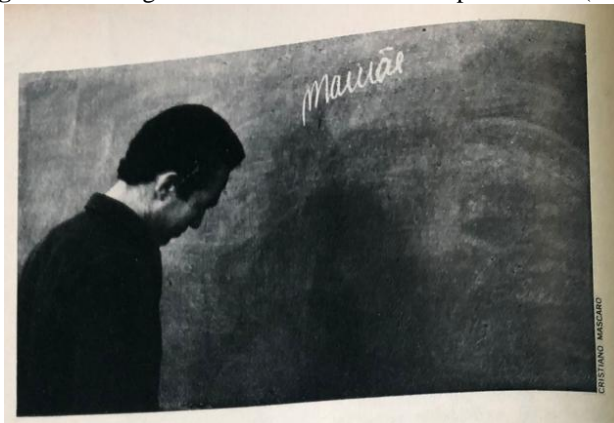
Fotografia de pessoas

O trabalho de Mascaro vai além de sua percepção e representação da arquitetura na cidade. O fotógrafo também procura no meio urbano aqueles que nele residem, ou seja, seus habitantes, segundo Silva “Mascaro parece interessar-se pelo modo como o corpo insere-se na cidade e a constrói, pela maneira como vive o espaço da forma como ele é” (Silva, 2008, p. 43). Surge daí uma vertente muito importante e presente na obra de Mascaro, a fotografia de

figura humana. A produção do artista destaca a interação entre as pessoas e o ambiente ao redor, buscando evidenciar a relação entre a expressão individual e o contexto urbano.

É na fotografia de figura humana presente na obra de Mascaro que será concentrada a segunda parte da análise. A primeira imagem (Figura 3) parte do período em que Mascaro esteve vinculado à revista *Veja e Leia*, na qual precisou se concentrar em imagens de rápida produção, marcada por intencionalidade, e sem muitos espaços para experimentações artísticas arrojadas. No fotojornalismo “a imagem necessita o máximo possível estar carregada de informação, a intencionalidade marca a estratégia de comunicação do repórter fotográfico” (Rodella, 2009, p. 1049). A imagem selecionada está presente na edição de número 50 da revista *Veja e Leia*, e é um exemplo do que se tornou uma tônica do trabalho de Mascaro durante o período no periódico, a recorrência da fotografia de figura humana como temática mais abordada pelo fotógrafo. A imagem acompanha a reportagem sobre a frustração de trabalhadores analfabetos ao tentarem se alfabetizar em um período mais tardio de suas carreiras.

Figura 3 - Fotografia de Mascaro: O difícil aprendizado (1968)



Fonte: Revista *Veja*, Nº50 Acervo: LIPEEM/NDH-UFPEL.

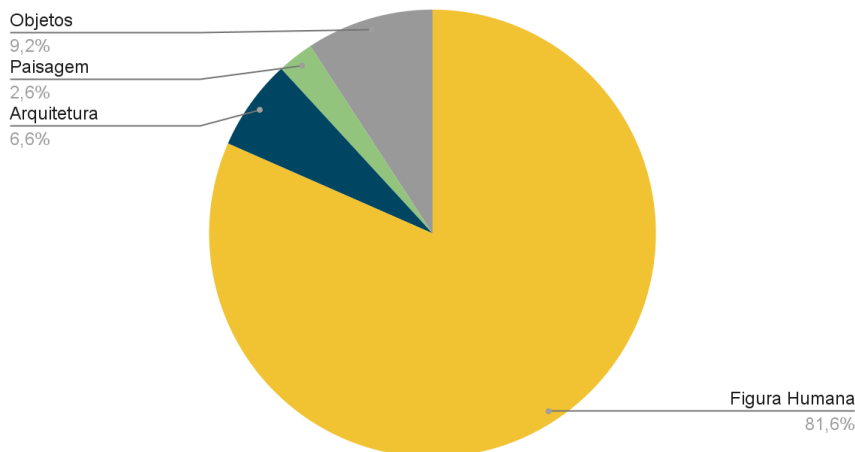
A imagem foi selecionada como exemplificação de um período de formação na carreira de Mascaro. Sendo exigido do ainda jovem fotógrafo uma entrega constante de imagens, produzidas da maneira mais rápida e objetiva possível.¹⁰ Apesar disso, podemos observar na imagem uma escolha visual que traz um apelo emotivo, a partir da escolha do quadro, com a escrita “mamãe” na lousa e da postura do homem curvado, com boa parte de seu rosto na penumbra com uma feição cabisbaixa. As escolhas visuais conversam e se encaixam com o título da reportagem, de um “*Difícil Aprendizado*”, dando ênfase no desafio de alfabetização tardia (Campos, 2022). A partir da atuação de Mascaro na revista, fotografias

¹⁰ Mascaro, em entrevista disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=6TUMQFNMBFA&t=2736s>

de figura humana ganham um espaço significativo na obra do fotógrafo. O gráfico a seguir (Gráfico 1) mostra as diversas categorias de objetos capturados pela lente de Mascaro durante os dois primeiros anos de circulação do periódico (1968-1970).¹¹ É importante ressaltar que não foram analisadas todas as edições publicadas durante o período. De uma totalidade de 104 edições, foram analisadas 82, que correspondem a 78,8% do volume total. O levantamento se focou particularmente na identificação das temáticas mais recorrentes presentes nas fotografias, as quais foram organizadas nos seguintes grupos: Figura humana, Arquitetura, Paisagem e Objetos (outros).

Gráfico 1 – Objetos capturados pela lente de Mascaro (1968 – 1970)

Gráfico 1



Fonte: Autoral.

Como se pode observar, a produção de Mascaro se inclina notoriamente para a fotografia de figura humana, compreendendo quase 82% da produção. Foi durante o período como fotojornalista que Mascaro se aproximou dessa vertente fotográfica, produzindo algumas imagens que fizeram parte de exposições em sua trajetória posterior, como por exemplo na sua coleção intitulada *Enterro de Barrientos*, de 1969. Importante também ressaltar que apenas 6,6% das fotografias são o que se poderia caracterizar como representação de arquitetura.

O próximo comparativo parte de uma imagem de Mascaro (Figura 4) de dois carregadores de farinha na zona cerealista do Brás, em São Paulo, registrada em 1977. Essa fotografia é colocada pelo artista em um lugar de destaque no que se relaciona a sua produção de fotografia de pessoas, Segundo Mascaro:

¹¹ Gráfico desenvolvido durante a realização do trabalho de conclusão de curso do autor.

Foi a partir desta fotografia de dois rapazes que descarregavam sacos de farinha de um caminhão estacionado em uma rua do bairro do Brás, que descobri a emoção de retratar pessoas. [...] Recostados na parede de entrada do depósito, um deles colocou naturalmente seu cotovelo no ombro do outro e com os corpos cobertos de farinha, tornaram-se naquele instante verdadeiras estátuas gregas. Daí, fiz o clic e não parei mais de retratar pessoas (Mascaro, 2023).

Figura 4 - Fotografia de Mascaro: São Paulo (1977)



Fonte: Desfeito e Refeito (2008).

A fotografia aqui é comparada com a de Robert Frank (Figura 5) presente no livro *The Americans*, de 1958. Robert Frank (1924-2019) foi um importante fotógrafo e cineasta suíço-americano. Em 1955 realizou uma importante viagem rumo aos Estados Unidos da América, produzindo uma série de fotografias durante o percurso, resultando em “uma linguagem autoral, expressiva e despojada de tecnicismos fotográficos” (Silva; Mazzilli, 2021, p. 3). Mais do que isso, essas imagens ofereceram uma nova visão crítica da sociedade americana da época, evidenciando suas contradições e problemáticas. Suas fotografias são marcadas por sua abordagem crua e provocadora, na contramão de uma imagem mais idealizada do contexto estadunidense, segundo Silva, Martins e Daguer:

Em pleno período de Guerra Fria, esperava-se que Frank retratasse a América com deslumbramento e unidade. Mas o ritmo de vida acelerado do país e a cultura de valorização exagerada do dinheiro fez com que o fotógrafo ficasse frustrado. Em pouco tempo, Frank passou a ver os EUA como um lugar triste e solitário, características que se tornaram evidentes em seu trabalho (Silva; Martins; Daguer, 2014, p. 369).

Figura 5 - Fotografia de Robert Frank: *New York City* (1955)

Fonte: *The Americans* (1958).

As fotografias de pessoas de Cristiano Mascaro e Robert Frank, apesar de pertencerem a contextos diferentes e tomarem estilos próprios, se alinham sobre a tentativa de capturar parte da vida cotidiana e da sociedade em que estiveram imersos. Ambas as imagens optam por captar primordialmente figuras que se encontram em uma classe social ou cultural subjugada, seja no registro de Robert Frank dos anos de 1950 em *New York*, seja no de Mascaro ao captar dois trabalhadores braçais no centro da cidade de São Paulo. Além disso, é possível observar escolhas comuns entre os dois fotógrafos, colocando os indivíduos em plano principal, dando protagonismo a quem está sendo fotografado, além da liberdade de pose e expressão, já que se trata de uma fotografia posada, com consentimento de quem está sendo retratado.¹² É importante ressaltar que outros fotógrafos já percorreram esse caminho anteriormente, e também podem ter sido fonte de inspiração para Mascaro, podemos citar por exemplo Diane Arbus e Lisette Model.

A terceira análise irá partir de um recorte da produção do fotógrafo francês Henri Cartier-Bresson. Nascido em 1908, Cartier-Bresson é considerado um dos maiores nomes da fotografia moderna. Massivamente reconhecido por abordagem pioneira no campo do fotojornalismo e por participar da fundação da agência de fotografia Magnum. O legado de Cartier-Bresson para a fotografia é imenso, sua abordagem se tornou uma influência no trabalho de diversos outros fotógrafos posteriores, já que “o conceito de instante decisivo mais do que uma metodologia de trabalho foi uma ferramenta de comunicação por meio do qual o fotógrafo tentava se comunicar” (Pereira, 2016, p. 28). Mascaro não foge a essa

¹² Mascaro, em entrevista ao SESC São Paulo (Conexão). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=bnOIox4CIiU&t=20s&ab_channel=SescS%C3%A3oPaulo Acesso em: 16 nov. 2021.

afirmativa, dizendo ter decidido se tornar um fotógrafo quando observou pela primeira vez, ainda durante a graduação, a fotografia *Les mariés* (1938) presente no livro *Images à la Sauvette* (1952).¹³

É sobre o conceito conhecido como *instante decisivo*, de Cartier-Bresson que se sustenta o seguinte comparativo. Tal conceito, muito influente nos segmentos de fotografia de jornalismo e no fotodocumentarismo, e “reflete-se em fotografias que são reconhecidas por captar com precisão um momento-chave, no qual a expressão das pessoas retratadas, a luz e a composição dão lugar a uma imagem única” (Alves, Contani, 2008, p. 130). Para análise foi selecionada a fotografia de Cartier-Bresson: *Hyères, France*, de 1932 (Figura 6). A imagem é colocada em comparação com a fotografia de Mascaro em Lisboa, Portugal, de 2005 (Figura 7).

Figura 6 - Fotografia de Henri Cartier-Bresson Hyères, França (1932)



Fonte: <https://www.metmuseum.org/art/collection/search/286639>.

Figura 7 - Fotografia de Mascaro: Lisboa, Portugal (2005)



Fonte: <https://fotodoc.com.br/perfis/cristiano-mascaro-a-vida-das-cidades/>

¹³ Mascaro, em palestra realizada para a FAU/USP. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=qrqpeRNRinU&t=1334s&ab_channel=FAUUSP

A fotografia selecionada de Henri Cartier-Bresson é uma imagem emblemática que resume muitos dos conceitos próprios adotados pelo artista em sua poética visual. A captura do "instante decisivo", por exemplo, pode ser na fotografia a partir da presença de um ciclista que passa em velocidade pela lente, Cartier-Bresson antecipa esse momento, colocando a figura humana em meio a dois lances de escada. Já na imagem de Mascaro a dinâmica é alterada, colocado o bonde como objeto em velocidade, e capturando o exato momento em que este interage com a figura humana, em repouso. A presença de corpos em velocidade e da escolha do momento exato para a composição da imagem, nos dão uma pista de mais algumas referências de outros artistas na obra de Cristiano Mascaro.

Considerações finais

A pesquisa realizada busca refletir sobre as influências que contribuíram para a formação da identidade visual e artística de Cristiano Mascaro. É importante destacar que essas influências não se originam de uma única fonte, mas sim de uma variedade de fontes distintas, abrangendo diferentes períodos em sua evolução profissional. No estágio inicial de sua carreira, quando emergiu como profissional no fotojornalismo, Mascaro foi direcionado a realizar uma fotografia mais emergencial e urgente, normalmente de figura humana. Este período pode ter desempenhado um papel fundamental em aproximar Mascaro da fotografia de pessoas, uma faceta que se tornou uma parte essencial de sua obra posterior.

No que tange às influências teóricas, é notável a dinâmica de apropriação e ressignificação de algumas características de outros fotógrafos no trabalho de Mascaro. Seja na representação urbana a partir do "reco" de Kidder Smith, ou no momento decisivo de Cartier-Bresson ao registrar um bondinho em Portugal.

Fontes

CARTIER-BRESSON, Henry. Fotografia de Henri Cartier-Bresson: Hyères, França (1932). **Metropolitan Museum of Art**. Disponível em: <https://www.metmuseum.org/art/collection/search/286639> Acesso em: 04. out. 2023.

FRANK, Robert. Fotografia de Robert Frank: New York City (1955). **The Americans** (1958).

KIDDER SMITH. George Everard. Fotografia de Kidder Smith do Ministério da Educação e Saúde Público, Rio de Janeiro (1942). **Brazil builds: architecture new and old, 1652-1942** de Philip L. Goodwin, fotografias de George Everard Kidder Smith (1942).

MASCARO, Cristiano. Fotografia do Palácio da cultura, Varsóvia, Polônia (2013). **Galeria Mario Cohen**. 2013. Disponível em: <https://galeriamariocohen.com.br/categoria-foto/artists/represented/cristiano-mascaro/>. Acesso em: 20 abr. 2023.

MASCARO, Cristiano. Fotografia “O difícil aprendido”. Publicado originalmente na revista *Veja*, edição de N°50, 1968. Disponível no acervo do **Laboratório Interdisciplinar de Pesquisa e Ensino em Entretenimento e Mídias** - LIPEM/UFPel, vinculado ao Núcleo de Documentação Histórica da Universidade Federal de Pelotas (NDH).

MASCARO, Cristiano. Fotografia de Mascaro: São Paulo (1977). **Desfeito e Refeito** (2008).

MASCARO, Cristiano. Fotografia de Mascaro: Lisboa, Portugal (2005). **FotoDoc – Festival de Fotografia Documental**. 2023. Disponível em: <https://fotodoc.com.br/perfis/cristiano-mascaro-a-vida-das-cidades/>. Acesso em: 01 dez. 2023.

Referências Bibliográficas

ALVES, Rafael Freires; CONTANI, Miguel Luiz. O “Instante Decisivo”: uma estética anárquica para o olhar contemporâneo. **Discursos Fotográficos**, [S. l.], v. 4, n. 4, p. 127–144, 2008. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/discursosfotograficos/article/view/1509>. Acesso em: 15 dez. 2023.

CAMPOS, Luís Fernando Oliveira. **As fotografias de Cristiano Mascaro nas páginas da revista *Veja* (1968-1970)**. Monografia (Bacharelado em História) - Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas. Rio Grande do Sul, p. 11-30. 2022.

CHAVES, Tatiana da Silva. A percepção urbana como produtora do conhecimento. **Revista da Faculdade da Fundação Educacional Araçatuba**, v.5 p. 6-8, jun. 2007. Disponível em: https://feata.edu.br/downloads/revistas/avessodoavesso/v5_artigo02_percepcao.pdf. Acesso em: 12 out. 2023

FRANK, Robert. **The Americans**. Nova York: Grove Press, 1959.

FUÃO, Fernando Freitas. Fotografia e arquitetura. **PIXO, revista de arquitetura, cidade e contemporaneidade**, v. 2, n. 4, p. 21, 2018. Texto publicado originalmente no blog <<https://fernandofuao.blogspot.com.br/2012/10/fotografia-e-arquitetura.html>>. 22 de outubro de 2012. Disponível em: <https://revistas.ufpel.edu.br/index.php/pixo/article/view/472>. Acesso em: 10 nov. 2023

MASCARO, Cristiano. **Desfeito e refeito** (Coleção educação do olhar: fotografia). São Paulo: BEI Comunicação, 2007.

MASCARO, Cristiano Alekmin (@cristianomascaro.acervo). 2023. “Carregadores de sacos de farinha: Bairro do Brás São Paulo - 1977” Instagram, 11 de dezembro de 2023. Disponível em: https://www.instagram.com/p/C0u2Uvvp_Gs/. Acesso: 13 out. 2023.

NEIVA, Eduardo. Imagem, história e semiótica. **Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material**, [S. l.], v. 1, n. 1, p. 11-29, 1993. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/anaismp/article/view/5270>. Acesso em: 15 dez. 2023.

PEREIRA, Thiago Braga. **Por uma estética do instante: um olhar filosófico sobre a obra de Henri Cartier-Bresson**. Dissertação (Mestrado em Comunicação) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2016.

POSSAMAI, Zita Rosane. Fotografia e cidade. **ArtCultura**, [S. l.], v. 10, n. 16, 2008. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/artcultura/article/view/1497>. Acesso em: 17 dez. 2023.

RODELLA, Cibele Abdo. **A intencionalidade da imagem fotográfica poética e da imagem fotográfica no jornalismo**. In: Encontro Nacional de Estudos da Imagem, II, Londrina, 2009,

p. 1047-1050. Disponível em:
http://www.uel.br/eventos/eneimagem/anais/trabalhos/pdf/Rodella_Cibele%20Abdo.pdf.
Acesso em 30 dez. 2023.

SILVA, Anderson Lopes; MARTINS, Camilla; DAGUER, Raissa Silva. A fotografia de Robert Frank na busca identitária do "American way of life": a captura do "diferente" por um olhar estrangeiro. **Iluminuras**, Porto Alegre, v. 15, n. 35, 2014. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/iluminuras/article/view/49354>. Acesso em: 10 dez. 2023.

SILVA, Tatiana de Fátima da. **Corpo e cidade**: as narrativas urbanas como produção do lugar. 2008. 90 f. Dissertação (Mestrado) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008.

SILVA, Wagner Souza e; MAZZILLI, Bruna Sanjar. O fotolivro no ambiente tecnoimagético: considerações sobre a dimensão crítica da fotografia a partir de *The Americans*, de Robert Frank. **Intexto**, Porto Alegre, n. 52, jan./dez. 2021. DOI: <http://dx.doi.org/10.19132/1807-8583202152.94350>. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/intexto/article/view/94350>. Acesso em: 13 dez. 2023.

VICENTE, Tania Aparecida de Souza. Metodologia da análise de imagens. **Revista Contracampo**, Niterói, 2000. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/contracampo/article/view/17306>. Acesso em: 15 dez. 2023.

A luta das trabalhadoras grávidas demitidas no Frigorífico Anglo de Pelotas

The Struggle of Workers Fired for Being Pregnant at the Anglo Meatpacking in Pelotas

Andreina Hardtke Corpes,¹ UFPel

Resumo

O Frigorífico Anglo de Pelotas, normalmente visto como um ambiente de trabalho masculino, abrigou centenas de trabalhadoras, que circulavam diariamente por aquele espaço, exercendo os mais diversos ofícios, ao mesmo tempo em que tinham de lutar para ter os seus direitos básicos respeitados. E, mesmo após passarem a ser amparadas pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), a partir de 1943, essas mulheres continuaram sendo demitidas, principalmente quando ficavam grávidas. Dessa forma, o seguinte trabalho buscou, através da análise documental de três processos do acervo da Justiça do Trabalho, salvaguardados no Núcleo de Documentação Histórica da UFPel (NDH-UFPEL), contar parte da luta dessas mulheres, especialmente daquelas que tiveram que acessar a Justiça após serem demitidas por estarem grávidas e por terem o auxílio maternidade rejeitado pela empresa.

Palavras-chave: Frigorífico Anglo; Trabalhadoras Grávidas; Demissão; Direitos Trabalhistas; Justiça do Trabalho.

Abstract

The Anglo Pelotas Meatpacking, normally seen as a male working environment, housed hundreds of female workers, who circulated daily through that space, carrying out the most diverse jobs, at the same time as they had to fight to have their basic rights respected. And, even after being supported by the CLT, these women continued to be fired, especially when they became pregnant. Thus, the following work sought, through documentary analysis of three processes from the Labor Court collection, safeguarded in the Ufpel Historical Documentation Center (NDH-UFPEL), to tell part of the struggle of these women, especially those who had to access the Justice after being fired for being pregnant and for being denied maternity benefits by the company.

Keywords: Anglo Meatpacking; Pregnant Workers; Resignation; Labor rights; Work Justice.

Introdução

O Núcleo de Documentação Histórica da UFPEL (NDH-UFPEL) foi fundado no ano de 1990, pela professora Beatriz Ana Loner, sendo seu objetivo inicial organizar os acervos da própria universidade, entretanto, ao longo do tempo, acabou ampliando a sua área de atuação, passando, principalmente, a salvaguardar e publicizar documentos relacionados ao mundo dos trabalhadores e das trabalhadoras (Gill; Loner, 2014). A partir de então, através de pesquisas e trabalhos acadêmicos, passou a contar as histórias de pessoas “comuns”, em uma perspectiva construída pela chamada História vista de baixo, abordando as trajetórias de

¹ Graduada em História – Bacharelado pela Universidade Federal de Pelotas (UFPel). E-mail para contato: andreinacorpes@gmail.com. Lattes:<http://lattes.cnpq.br/0899488756143701>

mulheres, operários, adoentados, cujas experiências não costumavam ser abordadas pelos livros de História.

O seguinte trabalho versa sobre os documentos referentes à Justiça do Trabalho, que reúne cerca de 93 mil processos trabalhistas, datados entre os anos de 1936 e 1995. Dentre esse montante, 1.110 processos são contra o Frigorífico Anglo, dos quais, muitos foram abertos por mulheres, dentre elas aquelas que foram demitidas por estarem grávidas.

A América do Sul foi escolhida como local para a instalação de vários frigoríficos devido ao passado pastoril da região (Lopes; Schmidt, 2018). Já no Rio Grande Sul, os frigoríficos buscavam, de alguma forma, aproveitar a estrutura das charqueadas (Bosi, 2016). As obras de construção do frigorífico tiveram início em 1918, situando-se às margens do canal São Gonçalo, e, tendo, conforme afirma Cruz (2013), o Banco Pelotense como maior investidor, todavia, devido a uma crise que afetou o Banco, o Frigorífico Rio Grande de Pelotas - nome que recebeu quando construído -, foi vendido para a *The Rio Grande Meat Company*, do Grupo *Vestey Brothers*, em 1921, passando a funcionar a partir de novembro do mesmo ano.

Schmidt (2017) aponta que, somente em 1924, o local foi nomeado como *Frigorífico Anglo de Pelotas*, mantendo suas atividades até 1926, tendo, logo após isso, ficado desativado por quase dezessete anos. Mais tarde, em 1942, as instalações passaram por um processo de reconstrução e adequações promovidas pelo aumento das exportações de carne devido à Segunda Guerra Mundial (Cruz, 2013).

Em 17 de dezembro de 1943, o Frigorífico Anglo de Pelotas foi reinaugurado e permaneceu em funcionamento até a década de 1970, quando a instalação de frigoríficos nacionais ganhou força, e as empresas estrangeiras começaram a deixar o país (Cruz, 2013). Mesmo diante das dificuldades que a empresa passou a enfrentar, o local ainda movimentava uma grande produção. Entre 1943 e 1991 empregou aproximadamente de 1000 a 1500 trabalhadores por mês, sendo que no período de safra esse número poderia aumentar para 2500 operários (Silva, 1999). Por fim, em 1991, o Frigorífico Anglo encerrou totalmente as suas atividades na cidade de Pelotas.

O Silêncio das Fontes e Divisão Sexual do Trabalho

Apesar do Frigorífico Anglo ser tido como um ambiente de trabalho masculino, devido às funções que desenvolvia, havia centenas de trabalhadoras caminhando diariamente por aquele espaço. Para Loner (2001, p. 67), que estudou Pelotas e Rio Grande, embora as mulheres representassem “[...] cerca de um terço dos operários nas duas cidades, [...] atuando

como mão de obra na indústria, especialmente nas tecelagens, indústria de vestuário e toucador, elas eram presenças silenciosas, não tendo expressão mesmo nas entidades de trabalhadores.”

Perrot (2007) relata que na maioria das vezes as mulheres são pouco vistas, e, portanto, pouco se fala delas, o que ocasiona uma das razões para o silêncio das fontes. Durante muito tempo as mulheres deixaram poucos vestígios diretos, escritos ou materiais, tendo em vista que seu acesso à escrita foi tardio. Aquilo que produziam em suas casas foi rapidamente consumido ou disperso, sendo que, muitas vezes, elas mesmas destruíram o que haviam produzido por os julgarem sem interesse para as demais pessoas. Existe ainda, segundo Perrot (2007), um certo pudor feminino na questão da memória, uma desvalorização das mulheres por si mesmas.

Ao tratar das fontes deixadas por trabalhadoras, Rago afirma que os documentos são escassos, pois a maior parte da documentação relativa ao

[...] universo fabril foi produzida por autoridades públicas, como médicos higienistas, responsáveis também pela definição dos códigos normativos de conduta; ou policiais, responsáveis pela segurança pública; por industriais, receosos das mobilizações operárias; e por militantes anarquistas, socialistas e, posteriormente, comunistas, preocupados em organizar e conscientizar politicamente o proletariado (2004, p. 609).

Por conta desses fatores, ao pesquisar sobre a História das trabalhadoras, se tem acesso apenas a uma construção masculina a respeito da identidade das mulheres. Portanto, até muito pouco tempo atrás, ao se falar das trabalhadoras urbanas no Brasil, as mulheres eram descritas como figuras vitimizadas e sem nenhuma possibilidade de resistência. “Sem rosto, sem corpo, a operária foi transformada numa figura passiva, sem expressão política nem contorno pessoal” (Rago, 2004, p. 609).

Ademais, Perrot (2007) afirma que a invisibilidade e o silêncio das mulheres estão atrelados ao sistema mantenedor da ordem. As mulheres eram menos vistas no espaço público, pois estavam confinadas ao espaço familiar, aos cuidados da casa e a locais privados. Em vista disso, somente no final do século XX se passou a ter uma história das mulheres, muitas vezes, escrita por elas mesmas.

Silva (2018) alega que as mulheres foram, por muito tempo, colocadas como sujeitos históricos marginais ou estereotipados, relegadas às margens do protagonismo masculino e branco, o que contribuiu para a formação da desigualdade entre os sexos na sociedade. De acordo com os dados apontados por Mészáros (2002), as mulheres constituem boa parte da parcela entre os pobres do mundo, sendo elas as maiores vítimas da precarização das políticas

públicas, as que mais estão condicionadas a empregos precarizados e sem garantia ou direito trabalhistas assegurados, além de terem sua força de trabalho explorada e dominada.

Além disso, as mulheres sofrem com a divisão sexual do trabalho, que reserva a elas os piores cargos e os menores salários. Segundo Siqueira e Samparo (2017) a divisão sexual do trabalho parte do reconhecimento da existência de trabalhos tidos como especificamente femininos e outros como masculinos, tendo, no entanto, o homem como superior em qualquer ofício.

Conforme Nascimento (2016) a divisão sexual é uma das estruturas mantenedoras das desigualdades de gênero que são usadas pelo capital como mecanismo de elevação dos lucros e domínio ideológico e social.

O mundo do trabalho acentuou profundamente a divisão sexual do trabalho, reservando para as mulheres espaços específicos que, na maioria das vezes, se caracterizavam pela inferioridade hierárquica, pelos salários menores e por atividades adaptadas a suas capacidades inatas (Nascimento, 2016, p. 340).

Consequentemente, a divisão sexual do trabalho acaba por gerar a opressão de um sexo sobre o outro, já que as funções consideradas como masculinas aparecem como superiores às femininas, além de que as funções femininas são vistas como complementares às masculinas (Nascimento, 2016). Carlotto (2002) afirma que a imagem da mulher é sempre associada com a mulher dona de casa, que é mãe e esposa. Por outro lado, o trabalho masculino é visto como realmente importante e produtivo, pois o homem deve ser o provedor da família.

Outro fator que contribui para o aumento dessa desigualdade, é que as mulheres têm mais dificuldade em ter acesso a qualificação profissional, especialmente depois que se tornam mães, aliás, a descontinuidade do trabalho feminino por conta da maternidade é usada como argumento pelos empregadores para reforçar a subalternidade feminina na hierarquia das posições, bem como a preferência de mão de obra masculina nos cargos de chefia (Nascimento, 2016).

O Trabalho das Mulheres no Anglo

No interior do Frigorífico Anglo, a divisão sexual do trabalho era muito visível, e as trabalhadoras ocupavam cargos nas seções de rotulagem, “picada de porco” e na parte das conservas - entre outras atividades que podem ser encontradas na leitura dos processos. De toda forma, as mulheres nunca ocuparam, no Anglo, cargos de maior nível ou de chefia, pois estes eram sempre destinados exclusivamente aos homens.

Além disso, quando trabalhavam nas mesmas funções que homens, recebiam salários menores - situação que persiste até os dias atuais -, fato que levou muitas mulheres a buscarem a justiça numa tentativa de obter equiparação. Dentre os processos abertos por mulheres contra o Frigorífico Anglo, os motivos mais comuns para as reclamações eram as diferenças salariais, o direito de gozar férias, demissões sem motivo, assédio,² e, ainda, demissões por motivo de gravidez e a falta de pagamento de auxílio maternidade.

Tendo em vista esta realidade, este artigo baseia-se numa pesquisa qualitativa, a partir da análise documental de três processos que compõem parte do acervo da Justiça do Trabalho, salvaguardados no Núcleo de Documentação Histórica da UFPel (NDH-UFPel). Em relação aos arquivos policiais e judiciários, Perrot (2007, p. 26) diz que: “[...] são os mais ricos no que concerne às mulheres. [...] Ora, as mulheres perturbam a ordem com mais frequência. [...] Comerciantes determinadas, domésticas hábeis, esposas em fúria, moças casadoiras ‘seduzidas e abandonadas’.”

A Consolidação das Leis do Trabalho e a Proteção à Maternidade

Margareth Rago (2004) relata que durante as primeiras décadas do século XX, grande parte do proletariado brasileiro era composto por mulheres e crianças. Os artigos da imprensa operária denunciavam o assédio sexual - que ainda não era nominado assim -, por parte de contramestres e patrões sobre as trabalhadoras. E, mesmo se mobilizando em greves contra a exploração do seu trabalho entre os anos de 1890 e 1930, as operárias eram muitas vezes descritas como “mocinhas infelizes e frágeis”, que seriam desprotegidas e emocionalmente vulneráveis aos olhos da sociedade (Rago, 2004).

Ainda, conforme Rago (2004), nas primeiras fábricas brasileiras, boa parte dos trabalhadores eram mulheres e crianças imigrantes, pois era uma força de trabalho abundante e barata. Muitas dessas mulheres trabalhavam nas indústrias de fiação e tecelagem, que possuíam escassa mecanização. Em certos trabalhos, como na indústria têxtil, a mão de obra feminina era preferida por ser considerada mais dócil e por terem as mãos menores e mais delicadas, característica que era vista como importante para se mexer com fios de tecidos.

Segundo Sérgio Pinto Martins (2014), durante a Revolução Industrial a mão de obra feminina era largamente utilizada, pois as mulheres acabavam aceitando salários menores que os homens, ao mesmo tempo em que realizavam as mesmas tarefas que eles. Ainda, suportavam jornadas diárias de 14 a 16 horas, em locais completamente insalubres e, ao

² Este não era o termo usado à época, já que as leis sobre assédio são mais recentes.

retornar para casa, tinham seus afazeres domésticos e os filhos para cuidar. Tudo isso sem nenhuma lei em proteção da maternidade e do trabalho feminino. O salário menor se relacionava a uma perspectiva de complementaridade, ou seja, imaginava-se que as mulheres sempre seriam tuteladas, primeiro pelos pais e depois pelos maridos, que deveriam prover os lares.

Nesse período, não havia limitação da jornada de trabalho e as mulheres, muitas vezes, desempenhavam as mesmas tarefas que os homens, sendo que não recebiam qualquer tipo de auxílio em relação à maternidade, à amamentação e aos cuidados dos filhos (Nascimento, 2016). As mulheres negras, enfrentavam condições ainda piores, pois trabalhavam nos setores mais desqualificados, recebendo salários baixíssimos e péssimo tratamento (Rago, 2004)

Fonseca (2004) relata que, de maneira geral, a mulher ganhava um salário muito baixo que não era o suficiente para o seu sustento e muito menos para manter seus filhos. Por aceitarem salários menores, às mulheres e crianças eram preferidas, pois custavam em média 30% menos.

Entretanto, embora nos primeiros anos da industrialização as mulheres tenham representado um número elevado nos ambientes fabris brasileiros, elas foram sendo progressivamente expulsas das fábricas, pois, com o avanço da industrialização, a força de trabalho masculina foi sendo cada vez mais utilizada (Rago, 2004). Em 1872 as mulheres formavam cerca de 76% da força de trabalho nas fábricas, já em 1950, esse número diminuiu para apenas 23% (Rago, 2004).

Fonseca (2004) aponta que segundo estatísticas do Rio Grande do Sul, no ano de 1900, cerca de 42% da população economicamente ativa era feminina. Essas trabalhadoras atuavam, principalmente, em categorias classificadas como “serviços domésticos”, “artes e ofícios” (41,6%), na indústria manufatureira (46,8%), e no setor agrícola. No censo de 1920, 49,4% da população economicamente ativa (PEA) do estado e 50,8% da PEA em Porto Alegre era feminina. Assim, na indústria, as mulheres ocupavam 28,4% das vagas no Estado, e 29,95% na capital. Mesmo que em muitos desses casos as mulheres fossem as principais responsáveis pelo sustento principal da casa, o trabalho feminino continuava sendo visto como complementar à renda masculina (Fonseca, 2004). O fato de o trabalho feminino não ser visto como profissão acabava por desvalorizá-lo e, em muitos casos, nem nome merecia.

Independentemente da classe social, as mulheres sempre enfrentaram muitas barreiras para entrar em um ambiente definido pelos homens como “naturalmente masculino”. Fosse pela variação salarial, a intimidação física, a desqualificação intelectual, o assédio moral ou sexual e, ainda, a hostilidade com que a própria família via o trabalho feminino fora do lar.

Para as mulheres, era esperado que encontrassem um “bom partido” para casar e assegurar o futuro, o que ia contra a vontade de trabalhar fora e obter êxito em suas profissões (Rago, 2004).

Rago (2004) afirma que o trabalho era visto como uma ameaça à honra feminina, já que até mesmo operários militantes, além de médicos higienistas, juristas e jornalistas descreviam a fábrica como o “antro da perdição”, um “bordel” ou “lupanar”, onde a trabalhadora seria totalmente passiva e indefesa. Essa visão está associada ao fato de que a sociedade desejava manter as mulheres reservadas à esfera da vida privada. Ademais, acreditava-se que o fato de a mulher trabalhar fora de casa acabaria por enfraquecer os laços familiares e destruiria a família, uma vez que as crianças não teriam a presença e a vigilância constante da mãe.

Fonseca (2004) descreve que a norma oficial impunha que a mulher devia ser resguardada em casa, aos cuidados domésticos e dos filhos, enquanto os homens seriam os responsáveis pelo sustento da casa e por trabalhar fora. Todavia, essa era uma regra aplicada às mulheres de classe média e alta, pois as mulheres pobres sempre tiveram que trabalhar fora de casa.

O Código Civil de 1916, em seu artigo 233 e 242, colocava a mulher como incapaz e, desse modo, cabia ao marido escolher a profissão de sua mulher. A mulher sempre teve de enfrentar uma série de preconceitos oriundos de uma sociedade paternalista, na qual primeiro o pai era visto como o chefe de família, e, depois de casada, essa responsabilidade era transferida para o marido (Farias; Silva, 2022). O Código Civil de 1916 dizia que os maridos eram os representantes legais da família, bem como o responsável por administrar os bens comuns e particulares da mulher independentemente do regime de bens. Assim, a maioria dos atos femininos deveriam ser autorizados por seus maridos, sem o consentimento do marido a mulher não podia exercer profissão.

Aquilo que mais tarde seria chamado de licença maternidade foi instituído em 17 de maio de 1932, por meio do decreto 21.417-A, durante o governo provisório de Getúlio Vargas. Ficou proibido, então, o trabalho de mulheres grávidas em todos os estabelecimentos comerciais e industriais durante um período de quatro semanas antes e quatro semanas depois do parto. Além disso, os empregadores não poderiam despedir uma mulher grávida apenas por estar grávida, e sem outro motivo que justificasse a demissão.

Já Martins (2014) ressalta que o Decreto nº 21.417-A, de 17 de maio de 1932 foi a primeira norma que tratou do trabalho da mulher, proibindo o trabalho da mulher à noite, das 22 às 5h, bem como foi vedado o trabalho da mulher em subterrâneos, em locais insalubres e

perigosos. Também, permitia à mulher dois descansos diários de meia hora cada, sendo que um era para amamentação dos filhos. Além disso, foi assegurada à gestante, durante seu afastamento, um auxílio no valor correspondente à metade dos seus salários, calculado com base nos seis últimos meses, que deveria ser pago pelas caixas criadas pelo Instituto de Seguridade Social ou pelo empregador. Chama-se a atenção para o fato de que essa lei garantiria o retorno da mulher ao trabalho na mesma função que ocupava na empresa antes do seu afastamento.

Consoante Farias e Silva (2022), a Constituição de 1934 impôs novas mudanças em relação às mulheres, colocando-as em situação mais igualitária em relação aos direitos trabalhistas. A Convenção nº 03, de 26 de abril de 1934 reconheceu o direito da mulher de deixar o seu trabalho, no período de seis semanas após apresentar um atestado médico que comprovasse o seu estado gravídico. Reconheceu também o direito aos cuidados gratuitos de um médico ou de uma parteira. Além do direito de receber a licença maternidade, e proibiu o trabalho de mulheres grávidas em atividades perigosas e penosas; assim como o trabalho noturno nas indústrias. Em seguida, a Constituição de 1937 proibiu o trabalho da mulher em indústrias insalubres, e garantiu a assistência médica e higiênica à gestante, com repouso remunerado e sem prejuízo do salário (Martins, 2014).

É somente com a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), em 1943, que as trabalhadoras do Brasil passaram a ter realmente o benefício da licença maternidade, ganhando o direito de ter doze semanas de afastamento, sendo seis semanas antes e seis semanas depois do parto (Devita, 2021). Rodrigues *et al.* (2016) evidenciam que a CLT possui um capítulo dedicado à proteção ao trabalho da mulher e uma seção relacionada à proteção à maternidade que prevê, por exemplo, o direito à transferência de função quando as condições de saúde a exigirem, e a dispensa do horário de trabalho para poder comparecer em pelo menos seis consultas médicas e exames necessários.

Mais tarde, a Constituição de 1946 agregou novas regras em proteção ao trabalho da mulher, como a proibição da diferença de salário por motivo de sexo e estabeleceu a previdência em favor da maternidade (Martins, 2014).

Foi somente com o Estatuto da Mulher Casada, em 27 de agosto de 1962 (Lei 4.121), que o marido deixou de ser o chefe absoluto da sociedade conjugal. A mulher tornou-se economicamente ativa, sem necessitar da autorização do esposo para trabalhar, passou a ter direito sobre os seus filhos, compartilhando o pátrio poder e podendo requisitar a guarda, em caso de separação (Miranda, 2013).

Os Processos da Justiça do Trabalho de Pelotas

O primeiro dos processos analisados neste trabalho pertence à Idelvira da Silva Ferreira, casada, brasileira e residente da cidade de Pelotas, que foi empregada no Frigorífico Anglo a partir de 27 de dezembro de 1943, como consta em sua Carteira Profissional. Ela afirmava que recebia o pagamento de dois cruzeiros e setenta centavos por hora, tendo ficado afastada do trabalho durante um ano e nove meses, ao se encostar na Caixa do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários (IAPI) por motivo de doença.

Durante esse período ela se casou e engravidou. No dia 31 de janeiro de 1948, depois de passar por inspeção médica, ela teve alta e o Instituto encerrou o pagamento do benefício do auxílio enfermidade. Então, no dia 4 de fevereiro, faltando cerca de cinco semanas para dar à luz, Idelvira apresentou-se a Empregadora, levando um atestado do médico ginecologista do Centro de Saúde, em que constava que estava grávida de sete meses. A empregadora, portanto, a mandou para a casa, negando-se a readmiti-la por estar grávida e, ao mesmo tempo, negando-se a conceder-lhe o auxílio maternidade. Idelvira, portanto, entrou na Justiça em busca do auxílio maternidade.

No dia 2 de março de 1948, Idelvira deu à luz a um natimorto. Então, em 8 de abril de 1948, ela abriu o processo em busca de receber o auxílio. A audiência aconteceu no dia 28 de abril de 1948, e a reclamada - Frigorífico Anglo -, se recusou novamente a pagar o auxílio, alegando que Idelvira não estava trabalhando no período em que teria direito a recebê-lo e ofereceu um acordo na quantia de 582 cruzeiros, que foi calculado com base nos salários que a reclamante recebeu nos últimos seis meses em que trabalhou na empresa. O acordo foi aceito pela reclamante.

Resende (2014) define a licença-maternidade como sendo o período de afastamento da empregada gestante, sem prestar nenhum serviço, por causa do nascimento e cuidado do seu filho. O salário-maternidade é o pagamento ao qual a empregada tem direito durante a licença-maternidade e é pago pela Previdência Social, e não pelo empregador - desde a Lei nº 6.136, de 7 de novembro de 1974,³ que coloca que o encargo do pagamento do salário da gestante não deve ficar a cargo do empregador. Mesmo nos casos em que a criança tenha nascido morta, o emprego deve ficar garantido porque houve a gestação e o parto. Além disso,

³ Apesar de instituído, até meados da década de 1970, o salário-maternidade ou auxílio-maternidade, devia ser pago pelas empresas, o que fazia muitos patrões demitirem as trabalhadoras ao contrair matrimônio ou em caso de gravidez. O Estado Brasileiro transfere a responsabilidade do pagamento para o Instituto Nacional de Previdência Social (INPS) apenas em 1974 (Bonini, 2013).

a empregada tem direito a licença visando a recuperação do seu corpo (Resende, 2014). Tendo isso em vista, percebe-se que, mesmo sendo amparada pela Lei, Idelvira teve seus direitos negligenciados.

O segundo processo conta a história de Urânia Garcia Correia, também casada, brasileira e residente da rua Alberto Rosa, que foi contratada pelo Frigorífico Anglo a partir de 3 de fevereiro de 1945, para trabalhar na seção de conservas, recebendo um cruzeiro e cinquenta centavos por hora. No mês de novembro de 1945, ela deu à luz a uma menina, e a empresa pagou a Urânia uma quantia de oitocentos e vinte cruzeiros, referente ao total das semanas que a gestante tinha assegurado o repouso remunerado. Ela recebeu a quantia ainda no mês de novembro e foi notificada de que deveria retornar ao seu trabalho no dia 14 de dezembro. No dia marcado, ela compareceu no frigorífico, e alegou que precisaria ficar em casa por mais alguns dias. Em seguida, no dia 19, ao retornar a empresa, foi avisada de que estava em aviso prévio e que seria demitida ao final do mesmo.

Então, Urânia abriu um processo afirmando que não deu motivo para a despedida injusta. Ela pleiteou o pagamento do restante do aviso prévio, de um período de férias e uma indenização por despedida injusta num total de oitocentos e sessenta e quatro cruzeiros. A audiência foi marcada para o dia 10 de junho de 1946, e a reclamante foi notificada, apesar disso, o processo foi arquivado, pois Urânia não compareceu ao julgamento, provavelmente por problemas relacionados ao cotidiano de ser mãe.

Já Ema Arruda Carvalho, também brasileira, era solteira e residente à Rua Bento Martins. Ela foi contratada pelo frigorífico Anglo a partir de 4 de abril de 1944, para trabalhar na seção de rotulagem, recebendo um cruzeiro e cinquenta centavos por hora. Exatamente um ano depois da sua admissão, foi despedida sem que tivesse dado motivo para isso, sendo que, no momento, encontrava-se grávida. O Frigorífico ofereceu o pagamento do aviso prévio, na base de duzentas horas, mediante um recibo de geral quitação, que não foi aceito por Ema.

Ela passou a pleitear a anulação da despedida que sofreu, a volta ao trabalho, ou, caso não fosse possível, pedia o pagamento do aviso prévio na base de trinta dias, um período de férias e mais a indenização por despedida injusta, num total de 940 cruzeiros. A audiência foi remarçada e transferida cinco vezes, até que no dia 23 de agosto de 1946, o processo terminou com a reclamante assinando um acordo oferecido pela reclamada, a partir do qual recebeu 750 cruzeiros.

Embora uma das premissas da CLT seja justamente a tentativa de conciliação, vê-se que são bastante comuns, em uma perspectiva desvantajosa para as trabalhadoras que, muitas

vezes, não tinham tempo de aguardar que os processos finalizassem na justiça, ou seja, necessitavam de recursos imediatos para sobreviverem.

Percebe-se também que, através dos acordos, essas mulheres não recebiam o valor correspondente ao auxílio maternidade - uma das principais causas pela qual lutavam -, ficando apenas com a quantia correspondente a outros fatores levados em consideração durante o processo, como, por exemplo, o tempo em que trabalharam na empregadora.

Gill *et al.* (2013) apontam que, mesmo com o avanço das leis e sendo tuteladas pelo Estado, as operárias continuaram enfrentando dificuldades e, principalmente, a resistência dos empregadores em cumprir estas leis, por isso, muitas vezes, essas mulheres acabavam escondendo a gravidez por medo da demissão. Ademais, a entrada das mulheres no mercado de trabalho gerou uma desestruturação em um meio comandado pelos discursos masculinos, o que fez com que as dificuldades fossem ainda maiores. Portanto, mesmo após essas mudanças na lei, os processos da Justiça do Trabalho demonstram que, na realidade, as mulheres continuaram sendo demitidas por estarem grávidas.

E, apesar de terem se passado décadas desde que essas trabalhadoras entraram na Justiça, ainda hoje, milhões de mulheres sofrem pelos mesmos motivos, mesmo que, atualmente, as leis sejam, na teoria, mais firmes do que naquela época. Portanto, este trabalho ainda reflete a realidade das brasileiras que, desamparadas pelo Estado - e às vezes também pela família e sem rede de apoio -, continuam às margens da sociedade, tendo direitos básicos rejeitados simplesmente por serem mulheres em um mundo machista e, muitas vezes, misógino, dominado pelos direitos e desejos dos homens.

Como exemplo disso, Siqueira e Samparo (2017) citam pesquisas realizadas recentemente pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), nas quais, com base em uma média mundial, foi apontado que as mulheres recebem o equivalente a 77% dos salários dos homens. O número preocupa, todavia, pois se nenhuma medida for tomada, estima-se que a igualdade salarial entre gêneros somente será alcançada em 2086. Ademais, com base em pesquisa realizada pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), a segunda principal causa de as mulheres deixarem seus empregos foi para tomar conta de filhos e parentes. Tal realidade reforça que a responsabilidade do cuidado familiar e doméstico recai ainda, exclusivamente, sobre as mulheres (Siqueira e Samparo, 2017).

Godoy (1995) revela que, embora o número de mulheres no mercado de trabalho tenha aumentado nos últimos anos, essas taxas não revelam o número real de trabalhadoras do país, pois boa parte delas está condicionada ao subemprego. As mulheres são demitidas mais

facilmente, ocupam funções de menor prestígio social, e têm mais dificuldade para conseguir uma promoção ou qualificação no trabalho.

Também, a maternidade, embora vista como essencial para a manutenção da sociedade e da família, gera complicações para a mulher quando esta é uma trabalhadora contratada ou busca uma vaga de emprego - especialmente quando a mulher é mãe solteira e não tem com quem deixar os filhos para poder trabalhar -, pois os patrões veem esse fato com maus olhos em consequência dos direitos trabalhistas conquistados pelas mulheres e, principalmente, pelo direito do afastamento do trabalho durante a gestação.

Rodrigues *et al.* (2016) explicam que os direitos sociais conquistados pelas grávidas foram adquiridos através da luta das mulheres, a partir da qual se compreendeu que era necessário existir proteção à gestante e bebê. Todavia, os processos analisados mostram que as leis continham muitas brechas, que continuavam protegendo os patrões e prejudicando as trabalhadoras, de modo que essas raramente tinham suas reclamações atendidas pela Justiça do Trabalho - composta por homens que buscavam defender homens.

Considerações Finais

A partir da análise dos processos da Justiça do Trabalho se tem acesso às lutas dessas trabalhadoras e se passa a conhecer e entender mais sobre os seus cotidianos e as dificuldades que enfrentavam. Tais dificuldades, infelizmente, ainda refletem a realidade de milhares de brasileiras, que, décadas depois, ainda precisam buscar a Justiça do Trabalho para ter seus direitos básicos atendidos.

Portanto, se conclui que, apesar de terem sido criadas diversas leis civis, constitucionais e trabalhistas que visam a proteção dos direitos da mulher, e que, mesmo sendo amparadas legalmente, as mulheres ainda não têm esses direitos plenamente respeitados. Tal fato acontece, em grande parte, pelo machismo, pois se vive em um mundo ainda comandado e feito para os homens, no qual as mulheres são vítimas diárias de violência, misoginia e do preconceito.

Além disso, as mulheres permanecem tendo que quebrar barreiras impostas por uma sociedade patriarcal e paternalista, e desafiar seus limites para conquistarem espaços, bem como para ingressarem e se manterem no mercado de trabalho, pois o que ainda predomina é a injustificável discriminação pela contratação dessas trabalhadoras, principalmente para cargos de chefia e a persistente preferência dos patrões em empregar homens.

Em vista disso, ao se contar as Histórias de Idelvira, Urânia e Ema, se pode refletir sobre as características do mundo do trabalho na cidade de Pelotas durante a década de 1940,

e fazer um comparativo com a atualidade, que permanece ainda muito semelhante, especialmente quando se fala da desvalorização salarial e da hegemonia masculina no universo trabalhista.

Deste modo, essa pesquisa continua reconstruindo e conservando as fontes sobre o trabalho e as trabalhadoras, e, vai além, ao divulgar os resultados obtidos e contar histórias e trajetórias que por muito tempo foram condenadas à invisibilidade e deixadas de lado pela historiografia e pelos pesquisadores, por acreditarem que as vidas dessas pessoas não mereciam ser documentadas. Desta forma, os processos ganham novos usos e contam uma dura realidade que ainda hoje se parece muito com que a grande maioria das trabalhadoras brasileiras enfrentam.

Referências Bibliográficas

- BONINI, Altair. O trabalho da mulher no direito do trabalho e no judiciário brasileiro: regulamentações e representações (Décadas de 1930 a 1970). In: **VI Congresso internacional de História**, Paraná, 2013. Disponível em: http://www.cih.uem.br/anais/2013/trabalhos/653_trabalho.pdf. Acesso em: 25 ago. 2023.
- CARLOTO, Cássia. Gênero, reestruturação produtiva e trabalho feminino. **Serviço Social em Revista**, Londrina, v. 4, n. 2, jan./jun. 2002. Não paginado. Acesso em: 3 dez. 2023.
- CRUZ, Ubirajara. Frigorífico Anglo de Pelotas, uma nova história. **Revista Memória em Rede**, v. 5, n. 9, p. 200-206, 2013. <https://www2.ufpel.edu.br/ich/memoriaemrede/beta-02-01/index.php/memoriaemrede/article/view/215/148>. Acesso em: 4 dez. 2023.
- DEVITA, Rosicleia. **A mulher e o mercado de trabalho**: uma análise sobre o impacto da licença-maternidade nos números de desligamento das mulheres no mercado de trabalho. Linhares, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ifes.edu.br/handle/123456789/1318?show=full>. Acesso em: 4 dez. 2023.
- FARIAS, Manuely Zanardo.; ALVES DA SILVA, Felipe Nogueira. Gravidez e Trabalho: Uma análise da realidade e dos direitos trabalhistas da empregada gestante. **Acta Scientia Academicus**: Revista Interdisciplinar de Trabalhos de Conclusão de Curso (ISSN: 2764-5983), v. 1, n. 01, 25 abr. 2022.
- FONSECA, Cláudia. Ser mulher, mãe e pobre. In: DEL PRIORE, Mary. **História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Editora Contexto, 2004.
- GILL, Lorena. A luta de Olga por seus direitos: imigração, saúde e trabalho de mulheres em Pelotas, RS (década de 1940). **História (São Paulo)**, v. 38, 2019. <https://www.scielo.br/j/his/a/ppyLv99ZJCgrh9BdTt4ZvTc/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 5 dez. 2023.
- GILL, Lorena; PIEPER, Jordana; DA SILVA, Eduarda. Maternidade e trabalho: direito ou dever?. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, v. 5, n. 9, 2013. Disponível em: <https://seer.furg.br/rbhcs/article/view/10522>. Acesso em: 30 nov. 2023.

- GILL, Lorena e LONER, Beatriz. O Núcleo de Documentação Histórica da UFPel e seus acervos sobre questões do trabalho. **Revista Esboços**, Florianópolis, v. 21, n. 31, p. 109-123, ago. 2014. <https://periodicos.ufsc.br/index.php/esbocos/article/view/2175-7976.2014v21n31p109/28464>. Acesso em: 6 dez. 2023.
- GODOY, Arilda. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de Administração de empresas**, v. 35, p. 20-29, 1995. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rae/a/ZX4cTGrqYfVhr7LvVyDBgdb/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 30 nov. 2023.
- JUNIOR, Eduardo Brandão Lima; OLIVEIRA, Guilherme Saramago de; SANTOS, Adriana Cristina Omena dos; [et.al.]. Análise documental como percurso metodológico na pesquisa qualitativa. **Cadernos da FUCAMP**, v. 20, n. 44, 2021. Disponível em: <https://www.revistas.fucamp.edu.br/index.php/cadernos/article/view/2356>. Acesso em: 30 nov. 2023.
- LONER, Beatriz. **Construção de classe: operários de Pelotas e Rio Grande (1888- 1930)**. Pelotas: Unitrabalho, 2001.
- MARTINS, Sergio. **Direito do Trabalho**. 30 ed. São Paulo: Editora Atlas, 2014.
- MÉSZÁROS, István. **Para além do Capital**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.
- MIRANDA, Maria da Graça. **O estatuto da mulher casada de 1962**. 2013. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/90299> . Acesso em: 6 dez. 2023.
- NASCIMENTO, Sara. Precarização do trabalho feminino: a realidade das mulheres no mundo do trabalho. **Revista de Políticas Públicas**, p. 339-346, 2016.
- PERROT, Michele. **Minha História das Mulheres**. São Paulo: Contexto, 2007.
- RAGO, Margareth. Trabalho feminino e sexualidade. In: DEL PRIORE, Mary. **História das Mulheres no Brasil**. Edição. São Paulo: Editora Contexto, 2004.
- RESENDE, Ricardo. **Direito do Trabalho Esquemático**. 4ed. São Paulo: Editora Método, 2014.
- RODRIGUES, Erta Soraya Ribeiro César; TORQUATO, Jamili Anbar; DAVIM, Rejane Marie Barbosa; OLIVEIRA, Luciana Ferreira Monteiro e; ALVES, Érica Surama Ribeiro César; NÓBREGA, Mércia de França. Percepção das Mulheres sobre seus direitos no ciclo gravídico puerperal. **Rev. enferm. UFPE online.**, Recife, v. 10, n. 5, p. 1796-1804, mai. 2016.
- SIQUEIRA, Dirceu Pereira.; SAMPARO, Ana Julia Fernandes. Os direitos da mulher no mercado de trabalho: da discriminação de gênero à luta pela igualdade. **Revista Direito em Debate**, [S. l.], v. 26, n. 48, p. 287-325, 2017. Disponível em: <https://revistas.unijui.edu.br/index.php/revistadireitoemdebate/article/view/7233>. Acesso em: 6 set. 2023.
- SCHMIDT, Mônica. **Na luta por direitos: os trabalhadores do Frigorífico Anglo de Pelotas e a Justiça do Trabalho (1943-1945)**. 2017. Dissertação de Mestrado (História) - Universidade Federal de Pelotas, 2017.

Teatro Grego e Gênero

Greek Theater and Gender

Darcylene Pereira Domingues,¹ UFPel

Resumo

O presente artigo apresenta como a tragédia grega pode ser analisada a partir da perspectiva de gênero, uma vez que, a sociedade grega clássica, especificamente o século V a.C, vivia a partir de determinações generificadas. Neste sentido, ao discutirmos a tragédia e os papéis atribuídos a ambos os gêneros, podemos observar tantos os desvios, como também, os limites de atuação desses indivíduos. Para tanto, utilizamos como fonte a tragédia *Medeia* de autoria de Eurípides para demonstrar por meio da fala dos personagens a tensão existente entre o feminino e o masculino no interior da cidade. Além disso, indicar como as estruturas de parentesco presentes na sociedade ateniense favoreciam a manutenção da instituição casamento e a funcionalidade de ambos os gêneros.

Palavras-chave: Teatro Grego; Gênero; Tragédia.

Abstract

This article presents how Greek tragedy can be analyzed from a gender perspective, since classical Greek society, specifically the 5th century BC, lived from gendered determinations. In this sense, when discussing the tragedy and the roles attributed to both genders, we can observe both the deviations and the limits of action of these individuals. To do so, we used as a source the tragedy *Medea* written by Euripides to demonstrate, through the characters' speech, the tension between the feminine and the masculine within the city. Furthermore, indicate how the kinship structures present in Athenian society favored the maintenance of the institution of marriage and the functionality of both genders.

Keywords: Greek Theater; Gender; Tragedy.

Introdução

Iniciamos² afirmando que a tragédia está ligada a um tipo de convivência específica na *pólis*, uma forma inaugurada pelos gregos entre os séculos VIII e VII a.C., favorecendo segundo Vernant “uma extraordinária preeminência da palavra sobre todos os outros instrumentos de poder” (Vernant, 1984, p. 34). Assim sendo, a palavra, *peithó*, a força da persuasão, se torna instrumento político no meio social largamente utilizado, principalmente em Atenas, a cidade das palavras “logopolis” (Goldhill, 1986, p. 57). Conseqüentemente, as manifestações sociais e artísticas são realizadas pela força da palavra e a *pólis* só existiria

¹ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em História pela Universidade Federal de Pelotas. E-mail: darcylenedomingues@gmail.com

² Este texto faz parte do segundo capítulo da dissertação intitulada *Navegando pelas águas Trágicas: Voz Feminina e Relações de parentesco em Medeia de Eurípides* de autoria de Darcylene Pereira Domingues e defendida em 2019 no Programa de Pós-Graduação em História na Universidade Federal do Rio Grande, orientada pelo Prof. Dr. Jussemar Weiss Gonçalves.

devido às instituições de domínio público, como por exemplo, a ágora, as assembleias e o teatro.

É nesse ambiente trágico que ocorre a ruptura/superação do mito na tradição e na tragédia, em razão da tragédia ser uma criação autoral produzida a partir de um problema contemporâneo do autor e de sua plateia. Conseqüentemente, ela se apresenta como um espaço que proporciona o debate de diversos assuntos referentes à própria convivência da cidade. Assim, o mito é o meio pelo qual o trágico se comunica com a plateia, utilizando-se de um contexto para seus questionamentos atuais que habitam no interior da *pólis*. É por meio desses três eixos, cidade, autoria e passado que a tragédia se estabelece dependendo ativamente de todos esses eixos para manter seu impacto nos cidadãos, conseqüentemente ela exprime o pensamento social da cidade.

A cidade possuía uma relação muito próxima com o teatro, uma vez que, ele se apresentava assim como as assembleias como um local público que proporciona a discussão de assuntos referentes ao convívio da *pólis*. Nesse sentido,

A tragédia não discute teoria política ou filosófica, sua preocupação é com a demarcação de um tipo de vivência na cidade, isto é, ela realiza uma reflexão sobre o vivido, mistura tempos, articula práticas diferentes sempre buscando criar com espectador cidadão uma profunda sintonia (Gonçalves, 2018, p. 108).

Essa nova constituição social a partir de um processo isonômico no interior da cidade de Atenas nos demonstra o constante choque radical entre as diferentes formas da experiência do humano no interior da cidade, por isso o teatro é questionador. Além disso, segundo autor acima citado “constitui na exata medida em que se desprende das relações de parentesco” (Gonçalves, 2018, p. 109) pois observamos uma nova estruturação social e cultural se desenvolvendo no interior da *pólis*. O teatro é a expressão da cidade de Atenas, são cidadãos escrevendo e encenando para cidadãos, e os mesmos financiam esse espetáculo, dessa forma proporcionando uma constante manutenção.

Logo, a tragédia proporciona grandes impactos na cidade de Atenas e na vida de seus cidadãos que vivem um novo modelo social e político, que se findará em consequência do extenso conflito militar entre as regiões do Peloponeso e da Ática. Crise essa gestada após a invasão dos persas, em resposta a essa ação em 476, Atenas concentra sua força na formação de uma liga marítima que tinha como finalidade libertar as cidades gregas do poderio estrangeiro, assim surgindo a Liga de Delos. Além disso, “Atenas, contudo, está segura de si, e, em vez de usar a mais elementar prudência, Péricles parece bem decidido a provocar um

medir de forças para se aproveitar dos incontestáveis êxitos que teve” (Lévêque, 1967, p. 284). Nessa perspectiva, segundo o autor referido, a causa do conflito se deve ao choque do imperialismo intransigente de Atenas contra a vontade da independência e os interesses comerciais de algumas grandes cidades naquela região.

Contudo, a concentração de poder ao redor de Atenas, a transferência da liga para essa pólis, além da imposição de seu regime político para outras cidades levou a reação dos diferentes sistemas políticos contrários. Salientamos que a peça Medeia foi encenada meses antes do ataque a Plateia, que se caracteriza como o início da Guerra do Peloponeso, nesse sentido “na altura da apresentação da peça já havia desentendimentos entre Corinto e Atenas, por conta dos conflitos envolvendo Corcira, Epidamno e Corinto” (Jácome, 2010, p. 267). Dessa forma, a cidade já vivia uma certa instabilidade política frente a guerra que anunciaria uma transformação após três décadas de conflitos. Após muitos anos de guerra, Esparta sai vencedora e Atenas tem seu sistema político isonômico arrasado. Sendo assim, as instituições de domínio público, como a ágora e o teatro, deixam de ser centros de disputas e deliberações, como no apogeu, e a tragédia se extingue na virada do século.

Discussão Teórica e Metodologia

A respeito da nossa visão de tragédia, afirmamos que a compreendemos como um espaço no qual a cidade de Atenas debate os seus problemas, seguindo a perspectiva dos autores, por exemplo, Vernant (1992), Detienne (2013), Veyne (2014), Romilly (2008), Goldhill (2007), Meier (1991), Marshall (2000) e Gonçalves (2018). O teatro é assim apresentado como um local que proporciona a discussão e principalmente a reflexão dos problemas inaugurados pela nova convivência. Observamos a tragédia como um instrumento a partir do qual os atenienses discutem a crise que eles vivem. Crise essa instalada pela nova convivência que vêm ao encontro a um poder horizontalizado, devido a isonomia e a isegoria. Dessa forma, na nossa interpretação o teatro não se apresenta somente como um espaço que celebra um tipo de religiosidade, especificamente, um deus. Mas sim, como um local que proporciona o questionamento através da representação que é visualizada pelos cidadãos que financiam esse espetáculo.

No palco temos o herói trágico que deixou de ser um modelo como era representado e enaltecido nas epopeias tornando-se para si mesmo e para os outros um problema. A tragédia assume um distanciamento em relação ao mito dos heróis em que se inspira e que transpõe com liberdade questionando, confrontando os valores e as representações com os novos modelos de pensamento. Na encenação teatral o herói era “A personagem trágica, vivida por

um ator profissional, individualizada por sua máscara em relação ao grupo anônimo do Coro” (Vernant, 2005, p. 12). Ademais, Romilly enaltece a figura do ator por ser ele a “tornar pública uma emoção, uma explicação, um significado que não tinham sido veiculados antes dele” (Romilly, 2008, p. 22). Percebemos assim que o humano e a sua ação, nesse ambiente trágico, representam um descompasso no interior da cidade, esse herói do passado reinterpretado apresenta-se como um enigma para esse espectador, porque possui sentido duplo, pois não pode ser fixado ou esgotado.

Além do herói trágico encontramos o Coro, um personagem coletivo, e ao mesmo tempo anônimo, que era encarnado por um grupo oficial de cidadãos que tinha como papel exprimir os seus temores, esperanças e interrogações. O Coro, fundamentalmente, expressa às partes cantadas e traz à cena novos questionamentos que permeiam o interior da cidade, uma vez que, “o Coro não mais se identifica com as personagens do mito; delas, fala apenas. É a palavra, não mais a pessoa, que representa o fato” (Snell, 2005, p. 99). Nesse sentido, Vernant (2005, p. 12) nos revela que o Coro não usava máscara, apenas disfarçado representava em cena um personagem coletivo que encarnava a voz dos cidadãos. Existiam tragédias com Coro de cidadãos da cidade, Coro feminino como no caso de Medeia, bem como, composto pelos anciãos, citamos o caso de Agamêmnon. Todavia ele será utilizado de acordo com o interesse do trágico que poderia aproximá-lo do herói ou confrontá-lo.

Posto isto, a tragédia situa-se numa zona fronteira, na qual os atos humanos vêm articular-se com as potências divinas, que revelam seu verdadeiro sentido, inserindo-se numa ordem que ultrapassa o homem e a ele escapa, pois “a tragédia não se atém rigidamente aos acontecimentos do mito, não os considera uma realidade histórica como o faz a epopeia, mas busca os motivos dos acontecimentos na ação humana e assim põe de lado o fato em si” (Snell, 2005, p. 110). As peças atualmente vistas como literatura não podem ser encerradas somente no texto, uma vez que não conseguimos dimensionar a representação cênica dos personagens numa leitura. Para além, o espetáculo em si possuía caráter de uma manifestação cívica, em que cidadãos dirigiam-se a cidadãos, já que por “este fato se explica com toda a certeza certos traços na própria inspiração dos autores de tragédia. Eles dirigiam-se sempre a um público muito vasto, reunido para uma ocasião solene: é natural que tenham tentado alcançá-los e interessá-los” (Romilly, 2008, p. 15).

Análise da Fonte

Iremos demonstrar a relação existente entre Medeia e dois personagens masculinos da tragédia: Creonte e Jasão. Neste tratamento com o masculino, observamos um nítido

contraste, uma vez que os personagens masculinos estão em diferente situação nesse enredo. Creonte, desde o princípio, quer retirá-la da convivência da *pólis*, ele adentra no primeiro episódio com a certeza da expulsão e que essa sua atitude afastaria terríveis problemas, pois ele não confia em Medeia. Por outro lado, Jasão, o masculino que mais conhece a potência da personagem feminina lhe recrimina por não se manter em silêncio:

Não foi essa a primeira vez. Várias vezes notei que um modo rude é um mal sem meios. Estava à tua disposição ter esse chão e essa casa, se suportasse com leveza as decisões dos mais fortes (EUR. Medeia vv. 446- 449).

Esperando uma atitude contida de sua ex-mulher, fato justificado, uma vez que, “qualquer iniciativa tomada activamente por uma mulher só pode ser do domínio da sedução, da feitiçaria, do des pudor. A esposa deve limitar-se a uma passividade que consente, a uma adequação sistemática ao modo de vida do marido” (Sissa, 1990, p. 118). Dessa forma, observamos que os personagens masculinos se posicionam diferentemente, porém produzem um discurso marcadamente androcêntrico em relação a Medeia, pois esse discurso visava a opressão do feminino no interior da *pólis*, “uma vez que ele convence a mulheres de sua incapacidade, de sua inferioridade e de fragilidade perante os homens no geral” (Silva, 2011, p.87).

Estruturalmente a tragédia divide cada episódio para a entrada de determinado personagem masculino, e cada um deles corrobora na representação teatral de maneira distinta. Iniciamos com o personagem Creonte, que já no início do primeiro episódio é anunciado pelo Coro de Coríntias: “Mas vejo chegando Creonte, desta terra o rei e dos novos planos o mensageiro” (vv. 269-270). O rei se dirige até a frente do oikos da personagem Medeia para lhe comunicar a respeito da sua expulsão da *pólis*. Assim, observamos que a preocupação com a retirada da personagem se torna algo primordial para o masculino, uma vez que, é o próprio rei que pronuncia o discurso do exílio já nos primeiros versos. E em suas falas Creonte demonstra e reconhece a potência de Medeia, tanto em suas falas como em suas atitudes, por isso afirma ter medo, pois ela teve seu leito ultrajado e é impulsiva como macho.

Falas docuras de ouvir, mas no fundo me dá horror que trames algum mal.
Por tais coisas fio menos em ti: és mulher, impulsiva, tal qual macho, porém,
é mais fácil vigiar um sábio calado (EUR. Medeia vv. 316-320).

Consequentemente, por temor ele deseja retirá-la da convivência da cidade para que nenhum mal possa ocorrer a sua filha. Dessa forma, o primeiro personagem masculino no interior da tragédia de Eurípides reconhece o processo deliberativo na personagem, além do poder de decisão que Medeia apresenta durante sua trajetória pessoal (vv. 282-291 e 316-

323). Creonte identifica uma ameaça, mesmo quando a chama de louca, pois ele reconhece em Medeia que ela desborda o feminino ousando falar. O rei afirma a impulsividade da personagem, pois ela não se apresenta como uma mulher contida, algo representado no Coro. Pelo contrário, Medeia se apresenta à busca por um espaço de reconhecimento numa sociedade androcêntrica, algo inconcebível para o masculino, por isso Creon deseja controlá-la retirando-a da pólis.

Nesse instante, Medeia se utiliza de um discurso da própria da mãe preocupada com os filhos e principalmente com o futuro da família, por isso ela afirma perante Creon:

Mas me deixa ficar só mais este único dia, para organizar a cabeça quanto ao exílio e a segurança dos meus meninos, já que o pai prefere não preparar nada para os filhos. Tem dó! Tu também és pai! Tens teus filhos! Por isso mesmo, tem boa vontade! A preocupação não é por mim, é se escapamos! E choro por estes, os fadados à desgraça! (EUR. Medeia vv. 340-347).

O argumento utilizado pela personagem é característico do feminino, pois ela evidencia o seu amor materno (vv. 340-347) e a preocupação com seus filhos para conseguir um convencimento concreto de Creon. Medeia assume assim neste momento uma posição meramente formal utilizando a sua funcionalidade, gerar filhos, justamente para ganhar tempo. Ela produz um discurso reconhecido como retórico, pois o que ela deseja é convencimento do rei para chegar a uma finalidade maior. Assim, o rei cede ao pedido da princesa, que suplica mais um dia para organizar sua partida, acreditando ter realizado uma ordem tirânica no princípio assim deixando Medeia ficar. O personagem masculino que possui maior participação no enredo trágico é Jasão, que no segundo episódio ele é afrontado diretamente por Medeia, que afirma ter ampla participação em todas as suas conquistas:

Mas, de qualquer forma, pela minha salvação mais recebeste do que deste, isto vou provar; em primeiro lugar, em vez de chão bárbaro habitas a terra grega, conheces a justiça, fazes uso das leis, não do favor da força. Todos os gregos notam tua sábia essência, teu fama. Se os limites finais da terra habitasses, não haveria palavra sobre ti (EUR. Medeia vv. 534-541).

O herói argonauta nessa situação precisa se defender e para tanto arquiteta uma resposta de retorno para Medeia, retirando toda a sua participação dos feitos mitológicos e lhe atribuindo autovalor. Nesse sentido, segundo Swift (2017) o interesse de Jasão nesse momento é demonstrar a superioridade dos gregos perante os bárbaros, enfatizando o estereótipo de que os bárbaros não reconhecem o estado de direito, por isso ele desqualifica a participação de Medeia, tentando inferiorizá-la. Além disso, alega que lhe retirou de terra bárbara e que atualmente a princesa se encontra em melhor situação, em local civilizado (vv.

522-575). Segundo a autora citada, Eurípides não teria construído gratuitamente esse posicionamento no personagem Jasão, uma vez que, ele usa uma retórica familiar para os gregos, contudo o público observa a sua tentativa de encobrir sua culpabilidade nesse discurso.

Jasão, ao retirar total participação de Medeia de seus atos, lhe atribui uma autoridade de homem perante a princesa. Ele articula a sua fala a partir de experiências que afirmam ser representativas dos humanos como tal, ou seja, exclusivamente homens. Ele se coloca como um sujeito que engloba e dá sentido às falas de Medeia, por isso ela é vista pelo masculino como num estado de semiconsciência, quase infantil. Jasão dessa forma tem um olhar pragmático a respeito de Medeia, visando assim a sua funcionalidade, o utilitarismo da mulher ao contrário do esperado pela princesa, algo que se fundamentaria em *philia* e no acordo recíproco. A conduta que Jasão espera da personagem é o silêncio e a submissão, por isso afirma que são as próprias palavras de Medeia que lhe expulsaram. Dessa forma, se tivesse comportamento feminino esperado pelo masculino em Atenas, principalmente, não teria sido exilada, continuaria na cidade com seus filhos vivendo a sombra dessa sociedade masculina.

Contudo, quando Jasão esperou esse tipo de atitude de Medeia se equivocou, uma vez que, ele é o masculino que mais conviveu com a personagem, e desejou uma atitude que ela nunca teve, passividade. Esta decisão fundamenta a ação dela, para Jasão que familiarizado com as práticas masculinas de tratamento do feminino não percebeu o sentido para Medeia de seu abandono. Ele a tratou como uma mulher grega e enganou-se. Além disso, Medeia até o monólogo (vv. 870-905) recusa-se a desempenhar o seu papel de mãe, mas revela que compartilha parcialmente do raciocínio ético que molda a concepção de maternidade para Jasão. Assim, como nos demonstra Given (2008) ela rejeita a concepção de felicidade de Jasão, pois para ela, a vida familiar não está fincada na prosperidade material, mas sim, relacionada a demandas recíprocas, de *philia*. Por isso, ela cobra uma posição honrosa do marido que deveria exaltá-la depois de todos os feitos. Contudo, Jasão não consegue lhe atribuir sentimento de *philia* pois Medeia é mulher, e dessa forma não se apresenta em nível de igualdade a ele, um homem. Dessa forma, ocorreria nessa situação, segundo Muller (2008) uma violação de *philia* por parte de Jasão e além disso “amizade é uma coisa, relação por casamento, outra” (Konstan, 2005, p. 78).

Durante a discussão do casal, Jasão realiza uma afirmação a respeito da procriação de filhos no interior dessas relações de parentesco que cercam a sociedade ateniense

Preciso era mesmo que viventes de outro modo crianças gerassem e que não houvesse raça feminina. Só assim não haveria mal nenhum para a humanidade (EUR. Medeia vv. 573-575).

Jasão não deseja para si a posição de mãe, mas sim ter filhos, pois isso era considerado bom, além do reconhecimento social e da continuação da memória da sua família, contudo essa situação tinha uma contrapartida, conviver com as mulheres. Este é o problema do masculino, conviver com alguém que aos seus olhos, naquela época, era totalmente incompreensível por isso controlado/funcionalizado. Loraux (1981) corrobora que para a sociedade grega a raça das mulheres era uma praga insuportável tanto na prosperidade como na desgraça. Assim, segundo Silva (2017) “para os homens, portanto, a mulher é um mal necessário, levando em consideração que sem ela não há procriação, geração de descendência” (Silva, 2017, p. 44) O interesse do masculino em manter uma linhagem considerada legítima e principalmente aceita pela pólis é algo fundamental no interior dessa sociedade cívica, uma vez que, os filhos são considerados pertencentes ao pai, porém necessitavam biologicamente das mulheres para essa função. Nesse sentido, “só o nascimento do primeiro filho dará o nome reservado às mulheres completas, quando pai, tendo-o tomado nos seus braços e dado com ele uma volta à lareira, reconhecerá nele um filho semelhante a si,” (Zaidman, 1990, p. 448) e se for uma menina a possibilidade de novas alianças.

Nessa perspectiva, durante a tragédia de acordo com a tradução “Medeia não mata seus filhos, ela mata todos os correlatos que determinam a relação matriz e filial: os herdeiros, a prole, os rebentos, frutos, crias, a estirpe, os descendentes” (Trupersa, 2013, p. 38). Ela era pertencente a essas relações cívicas de produção de filhos para cidade, entretanto ela abandona a sua condição de mãe e esposa e ressalta sua posição de mulher quando decide ter um posicionamento deliberativo na tragédia. Para o modo de pensar ateniense as crianças que deveriam enterrar seus pais, e não os pais seus filhos. E para Jasão é negado até mesmo a oportunidade de enterrar os seus, conforme Cairns (2017) porque Medeia destruiu a sua casa e o contrato entre as gerações. Segundo o autor, os adultos cuidam das crianças para posteriormente as crianças cuidarem dos mais velhos, um contrato que instaura e depende da continuidade dos filhos. Contudo, nesse caso a família se despedaçou, Jasão não terá ninguém para manter viva a sua memória, parte do culto da família e para que isso acontecesse Medeia se certificou de todos os lados, matando a futura esposa juntamente com a possibilidade de nova descendência, os filhos já existentes e deixando Jasão com um miasma jamais esquecido. Filhos homens já reconhecidos pelo pai e pertencentes a Jasão na perspectiva patrilinear grega, em suma Medeia lhe retira um futuro junto aos seus.

A preferência na busca de uma união considerada legítima se expressa como um interesse masculino, quando Jasão decide esposar a filha de Creon, ele busca uma nova aliança dentro da sociedade políade, em que está inserido, em completo detrimento de sua antiga aliança. Seus interesses particulares e masculinos são evidentes em sua fala no segundo episódio característico pelo embate dos personagens:

Obstino-me em propiciar aos filhos irmãos, reunir estirpes, congregar as duas numa. Eis como prosperamos. A mim convém que os filhos do futuro auxiliem os que hoje vivem (EUR. Medeia vv. 563-567).

Jasão espera, nesse sentido, que Medeia mantenha um comportamento condizente com o adequado, ou seja, aceitando o seu compromisso oficial com a princesa da cidade que visa claramente o seu favorecimento mantendo assim em silêncio. Entretanto, estamos falando sobre Medeia, uma mulher com comportamento deliberativo com méis reconhecida e estrangeira, o oposto do ideário grego. Nessa perspectiva oposta encontramos, “Penélope, por sua vez é a representante máxima desse ideal de mulher, a recatada, casta e silenciosa esposa que espera, incólume, a volta do marido Odisseu da guerra de Tróia” (Silva, 2017, p. 42).

Ele não questiona o sentimento dela, mas sim sua audácia em exigir respeito no interior de um acordo que ela pensou ser válido para os dois, por isso ele recrimina as atitudes lamentosas de Medeia:

A tal ponto chegais, mulheres, que com uma cama arrumada julgais tudo ter mas se, algum infortúnio pra cama acontece, a coisa mais desejável e mais bela vira a mais hostil (EUR. Medeia vv. 569- 572).

E, acima de tudo, ele não compreende a dor do abandono, não dimensiona o repúdio que ele gera, uma vez que isso simboliza a exclusão do feminino naquela sociedade. Sob esse ponto de vista “Medeia teria morrido de desespero se não tivesse se tornado Medeia, se não tivesse se encontrado, no momento da maior humilhação que pode acontecer a uma mulher abandonada” (Stengers, 2000, p. 30). Essa exclusão social não ocorre no caso do masculino, uma vez que, o homem se expressa no público, não necessitando do feminino para existir nessa esfera social. Como nos demonstra Rubin (2017) os interesses do feminino não contam nos acordos masculinos, dessa forma elas não tem lugar e nem voz, por isso Jasão não compreende a tentativa de participação e reconhecimento que Medeia deseja. Logo, como exposto acima, o interesse do masculino é ter uma linhagem considerada grega e legítima, segundo Vrissimtzis “para um cidadão, o principal motivo de se casar era o de vir a ter filhos do sexo masculino que assegurariam a continuação da família e cuidariam dele na velhice” (Vrissimtzis, 2002, p. 44).

Dessa maneira, o casamento é visto como um acordo entre homens que decidem parentescos, esse acordo, para ser considerado válido dentro da pólis, depende de duas condições: a *engýsis* (garantia), que poderia ser definida como um contrato entre o masculino e a *ékdotis*, a entrega da noiva à família do noivo, à vista disso “somente o casamento que tivesse cumprido essas formalidades poderia assegurar todos os direitos civis e políticos aos filhos provenientes de tal união” (Vrissimtzis, 2002, p. 42), por isso Medeia argumenta a respeito de sua condição de estrangeira: “Foi que na velhice a cama bárbara acaba em má reputação” (EUR. *Medeia* 591-592).

Assim, os filhos frutos da união com Jasão, não eram considerados legítimos e representantes da linhagem do herói argonauta, fato justificado na busca de uma nova união, pois “o filho de mãe estrangeira é bastardo (*nothos*)” (Cabanes, 2009, p. 159). Corroborando a fala da princesa o herói argonauta responde no mesmo instante para Medeia afirma: “Agora sabe bem isto: não foi por mulher” (EUR. *Medeia* v. 593).

Deixando evidente seu interesse em manter uma linhagem legítima e reconhecida pela cidade. Nesse sentido, o fundamento primordial do casamento seria, conforme Cairns (2017), a procriação de crianças e a continuação do *oikos* não estaria assegurado neste caso. Dessa forma, a justificativa de Jasão buscar uma nova aliança no interior da cidade de Corinto revela o seu interesse particular em realizar uma aliança matrimonial legítima deixando de ser hóspede e tornando-se assim de alguma forma pertencente a aquele local. Jasão ao fazer isso quebra com toda a proximidade que tinha possuía com Medeia em nome daquilo que lhe seria mais conveniente.

Conclusão

Portanto, podemos observar as relações de parentesco a partir da categoria de gênero, pois acreditamos que são justamente essas relações familiares que anunciam uma diferenciação entre masculino e feminino. Podemos observar ainda o processo de reciprocidade existente entre o Coro feminino e a personagem Medeia, posto que se aproximam em diversos momentos da tragédia. Porém, como demonstrado durante a escrita, Medeia não se confunde com essas mulheres, ela continua apartada desse grupo, uma vez que, seu posicionamento diferenciado lhe faz capaz de observar e criticar essa sociedade androcêntrica através de um discurso que busca identidade com o Coro. E para finalizar discutimos o posicionamento de superioridade que o masculino apresenta durante o percurso da tragédia, fato justificado no desejo de manter Medeia e todas as mulheres sob controle e funcionalidade/utilitarismo social.

Referências Bibliográficas

- CAIRNS, Douglas. **Medea: Feminism or Misogyn?** 2017.
- DETIENNE, Marcel. **Mestres da Verdade na Grécia Arcaica**. Tradução de Ivone Beneditti. 1. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2013.
- JÁCOME, Felix. Qual felicidade? A Medeia em Eurípides e em Jean Anouilh. In: SILVA, Maria de Fátima Sousa e; BARBOSA, Tereza Virgínia Ribeiro. **Tradução e Recriação**. Coimbra, 2010.
- GIVEN, John. **Constructions of Motherhood in Euripides Medea**. 2009.
- GOLDHILL, Simon. **Amor, sexo & tragédia: como os gregos e romanos influenciaram nossas vidas até hoje**. Tradução de Cláudio Bardella. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 2007.
- GOLDHILL, Simon. The audience of greek tragedie. In: EASTERLING, P. E. **Companion to greek tragedie**. Cambridge, 1997.
- GONÇALVES, Jussemar Weiss. Relações de parentesco e política: uma crise trágica. IN: SILVA, Semiramis; CAMPOS, Carlos (Org.). **Corrupção, crimes e crise na Antiguidade**. Rio de Janeiro, Desalinho, 2018. p.105-123.
- KONSTAN, David. **A amizade no mundo clássico**. Tradução de Marcia Epstein Fiker. São Paulo: Editora Odysseus, 2005.
- LEVÊQUE, Pierre. **A aventura Grega**. São Paulo: Edições Cosmos 1967.
- LORAU, Nicole. **Maneiras Trágicas de Matar uma Mulher**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1981.
- MARSHALL, Francisco. **Édipo Tirano: a tragédia do saber**. Porto Alegre: Ed Universidade UFRGS, 2000.
- MUELLER, Melissa. **The language of reciprocity in Euripides Medea**. The American Journal of Philology, vol 22, nº 4. The Johns Hopkins University Press, 2008.
- MEIER, Christin. **De la Tragédia comme art Politique**. Paris, Belles Lettres, 1991.
- ROMILLY, Jacqueline de. **A tragédia grega**. Tradução de Leonor Santa Bárbara. 2. ed. Lisboa: Editora 70, 2008.
- RUBIN, Gayle. **Políticas do Sexo**. Tradução de Jamille Pinheiro Dias. São Paulo: Ubu Editora, 2017.
- SILVA, Lisiana Lawson Terra da. **A fabricação androcêntrica do feminino: a construção das relações de gênero como um processo educativo na tragédia Agamenon de Ésquilo**. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Rio Grande, 2017.
- SISSA, Giulia. Filosofia do gênero: Platão, Aristóteles e a diferenças dos sexos. In: DUBY, Georges; PERROT, Michelle (Org.). **História das Mulheres: A Antiguidade**. Porto: Edições Afrontamento, 1990.
- SNELL, Bruno. **A Cultura Grega e as Origens do Pensamento Europeu**. Tradução de Pérola de Carvalho. São Paulo: Perspectiva, 2005.
- VERNANT, Jean-Pierre. **As origens do pensamento grego**. Tradução de Ísis Borges B. da Fonseca. 4. ed. São Paulo: Dipel, 1984.

VERNANT, Jean-Pierre. **Mito e Religião na Grécia antiga**. Tradução de Constança Marcondes Cesar. Campinas: Papyrus, 1992.

VERNANT, Jean-Pierre; VIDAL-NAQUET, Pierre. **Mito e tragédia na Grécia antiga**. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 2005.

ZAIDMAN, Louise Bruit. As filhas de Pandora - mulheres e rituais nas cidades. In: DUBY, Georges; PERROT, Michelle (Org.). **História das Mulheres: A Antiguidade**. Porto: Edições Afrontamento, 1990.

O golpe de 1964: A Associação Comercial de Pelotas como influência nas articulações

The 1964 coup: The Commercial Association of Pelotas as an influence on the joints

Leonardo Silva Amaral,¹ UFPel

Resumo

O cenário pré e pós golpe de 1964, consistiu em uma estrutura com diversos movimentos e conjunturas, é a partir desse contexto que incide o trabalho em questão. Ao considerar a participação da sociedade civil na implementação do regime militar, grupos sociais de diversas áreas se fizeram presentes, e com maior empenho da elite. Descrito esse panorama, a partir do contexto da cidade de Pelotas, no Rio Grande do Sul, tendo como plano de fundo a entidade Associação Comercial, o presente estudo visa analisar os integrantes que estiveram presentes na instituição entre os anos de 1950 e 1970, sem deixar de considerar as influências desde sua fundação no final do século XIX. Um dos principais objetivos, é entender as motivações que levaram diferentes indivíduo a apoiar a Ditadura Civil-Militar, através da associação, tendo interesses coletivos e individuais.

Palavras-chave: Ditadura Civil-Militar; Política; Elite.

Abstract

The pre and post-coup scenario of 1964 consisted of a structure with different movements and situations, it is from this context that the work in question focuses. When considering the participation of civil society in the implementation of the military regime, social groups from different areas were present, and with greater commitment from the elite. Having described this panorama, from the context of the city of Pelotas, in Rio Grande do Sul, with the Commercial Association entity as its background, this study aims to analyze the members who were present at the institution between the years 1950 and 1970, without fail to consider the influences since its founding at the end of the 19th century. One of the main objectives is to understand the motivations that led different individuals to support the Civil-Military Dictatorship, through the association, having collective and individual interests.

Keywords: Civil-Military Dictatorship; Politics; Elite.

Introdução

A conjuntura que se formou entre os anos de 1950 e 1970 representa um período de intensas transformações políticas na sociedade brasileira, culminando no golpe civil-militar. O presente trabalho se situa nesse contexto breve, ao analisar as articulações de uma elite em Pelotas-RS, que visava preservar seu poder financeiro e status social dentro da sociedade local ao apoiar a Ditadura Civil-Militar.

É pertinente ressaltar, como segundo ponto de menor relevância para o objetivo principal, a possível conexão entre as gerações de famílias pré-republicanas e as que surgiram após o ano de 1930. Tal paralelo reflete a notável presença de uma elite econômica voltada

¹ Doutorando em História no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pelotas.

para a produção de charque, e posteriormente, a emergência de um grupo diversificado envolvido em atividades industriais, políticas e intelectuais a partir dos anos 30. É válido ressaltar que esse recorte amplo não abrange o intervalo detalhado na pesquisa, mas representa um período importante que merece atenção, como a criação da ACP em 1873, onde essa primeira elite desempenhou um papel fundamental na fundação e no estabelecimento das ideias centrais da instituição.

Resumindo, o objetivo deste breve estudo é provocar reflexões sobre a relevância de focar a atenção nos grupos que, de alguma maneira, apoiaram o regime estabelecido a partir de 64 e os seus verdadeiros interesses. Apresentando abordagens teóricas e metodológicas, além de algumas observações feitas até agora com base na análise concisa de documentos.

As redes de possibilidade

Ao longo dos séculos XIX e XX, a cidade de Pelotas sempre esteve no cruzamento da economia e política. Esse viés político é ressaltado por Jonas Vargas (2020, p.18), que indica que por volta de 1870, Pelotas se expandiu regionalmente, como evidenciado pelo aumento no número de governadores de províncias, que passou de 1 para 7 em um período curto. Nesse grupo de nomeações, dois dos mais ricos empresários de charque da cidade, João Simões Lopes e Joaquim da Silva Tavares, conseguiram chegar ao poder, apesar de não terem formação acadêmica ou experiência política. Além disso, outras 5 pessoas que se tornaram governadores também vinham de famílias envolvidas na produção de charque. Ressalta-se que, ao destacar as estruturas das famílias que eram proprietárias de fábricas de charque em Pelotas, Vargas faz uma descrição objetiva, onde

Na base, ou melhor, nas localidades (no nível municipal, distrital ou paroquial), a política era dirigida por grandes proprietários de terra e de escravos, ricos comerciantes, e, no caso de Pelotas, os charqueadores, além de outros grupos com notável proeminência local, algumas vezes aparentados dos mesmos. Suas clientelas reuniam famílias e indivíduos na luta por cargos e na eleição dos candidatos de seus chefes (Vargas, 2020, p. 24).

Baseando-se nas informações mencionadas de maneira sucinta, é possível compreender que a elite dominante em Pelotas se estabelecia em diferentes setores da sociedade. No entanto, essa é apenas uma análise inicial da transição para o século XX. Este ensaio pretende, a partir deste recorte, examinar as oportunidades de compreender a configuração das elites familiares durante o período de 1950 a 1970, no qual a pesquisa tem o intuito de analisar.

É fundamental compreender brevemente algumas das transformações ocorridas nesse período. Embora com uma economia baseada na agropecuária, o Rio Grande do Sul conseguiu grandes avanços em sua organização industrial. Num primeiro momento, essa indústria estava ligada ao setor rural e voltada para atender o mercado interno. No entanto, devido à crise no setor do charque, causada principalmente pelo movimento abolicionista, e a mudança de prioridades econômicas com o governo provisório de 1930 e o golpe do Estado Novo, essa indústria se enfraqueceu em relação ao restante do país e passou a ser vista como periférica, especialmente por continuar dependente das condições da agricultura e pecuária.

Desde que Vargas assumiu até governos seguintes como o de Juscelino o que se via era de um

(...) período que vai de 1930 a 50, aproximadamente, pode ser entendido como uma fase na qual os constituintes do modelo histórico de acumulação e dominação gaúcha são explorados ao máximo e sempre a favor das classes agropecuárias e industriais dominantes. Por outro a partir dos anos 50, os produtos dessa exploração intensiva passam do ativo para o passivo da conta de poder dessas classes que, para se manterem enquanto tais, deveriam dar prosseguimento à forma de industrialização das matérias-primas regionais, sem mexer na estrutura fundiária (Muller, 1979, p. 363).

A partir dessas implicações econômicas, é relevante destacar as transformações que ocorreram no contexto político-partidário após os eventos de 1930. Durante o período republicano, o Rio Grande do Sul permaneceu sob o domínio do PRR, mas o mesmo não ocorreu com as mudanças ocorridas no governo provisório de Vargas, conforme evidenciado pela criação da Frente Única Gaúcha (FUG). Essa organização surgiu como um apoio a Getúlio, porém, a partir de meados de 1932, como mencionado por Abreu (2007, p.82), uma ala liberal passou a defender o constitucionalismo em conjunto com parte da oligarquia paulista que se opunha ao varguismo, enquanto os membros do partido republicano se dividiram ao escolher entre apoiar Borges de Medeiros ou os ideais do novo líder. É fundamental ressaltar que essa Frente Única gradualmente se fragmentou nos anos seguintes até a implantação do Estado Novo em 1937.

O complexo acirramento das disputas políticas permanece por quase uma década, a instauração do novo regime em 37 leva a uma exclusão de partidos políticos que só iram retornar em 1945 com as novas eleições, porém as estruturas que em sua maioria se colocam contrárias a Vargas se mantem e vão ter novos contornos com a sua saída em 45.

Neste sentido, fazendo-se alusão às condições políticas do Rio Grande do Sul anteriores a 1937, pode se dizer que o Partido Republicano Rio-Grandense (PRR), o Partido Republicano Liberal (PRL) e o Partido

Libertador (PL) formaram uma Frente Única Gaúcha, desta vez por intermédio da UDN, no sentido de derrubar o regime ditatorial que haviam ajudado a construir – o Estado Novo (Abreu, 2007, p. 293).

Com esses dois principais pilares, o político e o econômico, evidencia-se que, se por um lado a economia do Rio Grande do Sul não passou por muitas mudanças que a colocariam como uma produtora de destaque, por outro lado, a formação partidária sofreu reformulações profundas, embora se percebam ainda raízes perceptíveis daquele Partido Republicano Rio-grandense que governou o Estado por mais de uma década. Ao abordar esses fatos, é indispensável retornar ao contexto em que se encontra o projeto em questão, entendendo que Pelotas desempenhou um papel extremamente relevante durante a República, com cargos provinciais e até mesmo ocupações em nível federal, além de sua forte presença na produção saladeril. A partir de 1930, com alterações, essa elite pelotense precisa se adaptar à nova situação.

É nessa configuração que a presente pesquisa se estabelece, com o objetivo de analisar a Associação Comercial de Pelotas, que está atualmente focada nas questões econômicas e de infraestrutura da cidade. Utilizando a entidade como ponto central e com base nas condições estabelecidas anteriormente, por meio da análise das fontes e bibliografia relacionadas, será possível compreender se a mudança de liderança política diminuiu a influência de algumas famílias da elite ou se a herança familiar continua presente, agora em outras atividades. Além disso, será examinado se alguns ou a maioria manteve seu poder político e econômico, e como os interesses individuais ou coletivos se conectavam com instituições e cargos políticos a nível municipal, buscando conquistar esses interesses.

Após a compreensão dessas estruturas específicas, é crucial incluir no diálogo o estudo de Marco Aurélio, que oferece uma perspectiva de outra Associação no Paraná, auxiliando na identificação de diferenças e possíveis semelhanças nos processos. Um ponto importante é que a Associação Comercial e Industrial de Guarapuava (ACIG), apresenta uma característica distintiva, já que foi fundada somente em 1955, surgindo após a morte de Vargas. Por outro lado, a ACP tem suas origens durante o período monárquico, uma distinção relevante, pois o enfoque temporal definido pelo autor refere-se à fundação propriamente dita, passando por um período de golpe civil-militar, diferentemente da proposta apresentada aqui, que busca examinar as bases estruturais da fundação da Associação Comercial de Pelotas partir de 1873 em diante.

Ao longo da pesquisa, alguns pontos importantes se destacam e podem ser considerados na perspectiva da pesquisa aqui realizada. Da mesma forma que é possível

perceber na breve análise feita a partir das atas da ACP, a Associação de Guarapuava também exercia influência nas decisões estruturais do município, como a implementação da rede telefônica. Além disso, buscavam a construção de linhas aéreas e de um hotel, assim como a criação da Associação Comercial de Pelotas, mais de 80 anos antes, também teve participação na construção de linhas ferroviárias que contribuiriam para melhorar a circulação econômica no município. A partir da análise das atas, o autor observou que: “a relação entre a ACIG e o poder público constituído e a manutenção da estrutura de poder, resistindo às novas alternativas de ampliação e dinamização da economia local, na busca por manter o status quo vigente” (Fernandes, 2010, p. 71).

Vale ressaltar que, em suas considerações a partir de 1959, quando um dos membros e ex-presidente da ACIG concorre e vence as eleições para prefeito da cidade de Guarapuava, ocorre uma sequência de pessoas ligadas à Associação que ocupam cargos públicos. Essa observação é importante, pois levanta a possibilidade de que o mesmo possa ter acontecido ao longo desse período na cidade de Pelotas, já que as estruturas políticas e sociais de um período anterior evidenciam essa tendência. Para isso, será necessário o diálogo entre as fontes, como as atas da Associação e da Câmara Municipal, correspondências e periódicos.

Outras questões importantes sobre os anos pós-1960 são destacadas por Fernandes em sua pesquisa. Ele ressaltar que a instituição se posicionou a favor da Campanha da Legalidade em seus documentos, porém, a partir de 1964, há um silêncio em relação aos acontecimentos. Essas duas condições trazem pontos a pensar a conjuntura da ACP, ainda em uma análise superficial de algumas atas foi possível visualizar o apoio a militares e celebrações contra a intentona comunista de 1935, além de um claro apoio ao Golpe Civil-Militar de 64, caracterizando assim uma clara diferença entre associações, ainda que o autor não possa afirmar se houve um posicionamento em maioria ao regime militar pela falta de informações presentes nos documentos, anos antes foi deixado claro a posição favorável a Legalidade, demonstrando assim que a Associação Comercial de Pelotas, pode ter se colocado como defensora de um golpe, além possivelmente de ter se colocado desde sempre a favor de regimes que poderiam abrir maiores condições de favoráveis a classe produtora e comercial da cidade.

De modo geral, ao salientar alguns pontos da pesquisa de Marcos Aurélio, fica evidente a importância de trabalhos tendo como ponto de partida associações ou instituições, pois estas ajudam a compreender não somente o desenvolvimento da entidade, mas compreender os arranjos, as influências dentre os setores político e econômico e até que ponto

a Associação Comercial pode influenciar nas decisões e transformações de um município ou região.

Outra perspectiva interessante é de Codato (2008, p. 174), onde destaca que a partir das condições de análise e de conjuntura, a forma que o Estado e o regime se colocam é que constituem a característica dos “jogadores”, e ainda ressalta que

De acordo com a perspectiva contextual que adotei, as variáveis históricas que concorrem para a transformação do universo da elite (dessa elite específica, bem entendido, já que esse não é um “modelo”) são: a institucionalização do poder estatal; a autonomização do campo político; e a profissionalização dos agentes políticos (Codato, 2008, p. 174).

Essa consideração extraída de seu trabalho, essa elite paulista pode ter se modificado a partir da relação que a mesma teve com o novo regime. Nesse contexto, a ideia como o próprio autor vai ressaltar mais à frente de que o novo governo apaga ou destrói aquela estrutura de elite mais ligada ao campo, se torna fraca, visto que essa elite ou parte dela vai participar dessa nova estrutura, compondo cargos de interventores, em casos onde eram totalmente oposição a Getúlio Vargas, ainda que o autor destaque uma renovação dessa elite mais urbana, além de uma relativa dissociação de elite política e elite econômica, que levou a uma profissionalização política dentro das Assembleias e demais cargos do Estado.

Em resumo as considerações até aqui apontadas por Adriano Codato é da ocupação dos cargos políticos por parte de uma elite composta por um variado componente de elite diferentes umas das outras. Por outro lado, o pesquisador pôde observar que aquela oligarquia que antes tinha extensa força dentro das decisões da República, agora precisa se aproximar desse novo regime para garantir a representatividade política, seja daquela “velha” elite, seja por um novo grupo mais urbano, com uma minoria que herdou os laços políticos republicanos ou de uma maioria que apresenta novos interesses, mesmo aqueles contrários a tomada de poder de Vargas.

A partir das ponderações feitas em seu trabalho fica claro que mesmo dentro de um novo governo com novas condições estruturais e que retira parte de um status quo existente, ainda é possível constatar uma tentativa de sobrevivência em busca de representação e participação de uma antiga, mas ainda presente elite em busca de interesses próprios, fatos esses que a partir das análises referentes ao município de Pelotas, podem revelar proximidades ou distanciamentos.

Dentro deste contexto, é primordial trazer algumas considerações acerca do aspecto familiar no panorama dos processos de poder. Segundo Oliveira (2018, p. 32), a família é uma

contenda política, histórica e conceitual que se metamorfoseia, se reconfigura e carrega consigo um simbolismo a cada nova geração. Os pontos abordados pelo autor indicam que os processos ligados às relações familiares estão no cerne das transformações nos mais diversos domínios da sociedade brasileira. Embora não seja o objetivo aprofundar tal conceito, é possível afirmar que as famílias de fato se perpetuam no poder e desenvolvem seus próprios formatos e estilos, mesmo que frequentemente estejam inseridas em arranjos de novas estruturas através de matrimônios.

Outro importante pesquisador indica que,

As estruturas de parentesco e a família como *corpo* só podem se perpetuar ao preço de uma criação continuada do sentimento familiar, princípio cognitivo de visão e de divisão que é, ao mesmo tempo, princípio afetivo de *coesão*, isto é, adesão vital à existência de um grupo familiar e de seus interesses. Esse trabalho de integração é tanto mais indispensável porque a família para existir e subsistir deve se afirmar como *corpo*, sempre tende a funcionar como *campo*, com suas relações de força física, econômica e, sobretudo simbólica (vinculadas, por exemplo, ao volume e à estrutura dos capitais que seus diferentes membros possuem) e suas lutas pela conservação ou transformação dessas relações de força (Bourdieu, 1996, p. 130).

Essa reflexão de Pierre Bourdieu ajuda a esclarecer que as estruturas familiares lidam com processos que vão além das relações afetivas. O que implica entender esse ambiente como um local de perpetuação, onde o objetivo é formar indivíduos que auxiliem na continuidade do poder familiar. Dentro dessa estrutura, também é possível estabelecer conexões entre famílias por meio de casamentos, na busca por fortalecer laços e unir grupos.

No contexto da economia charqueadora em Pelotas, conforme apontado por Jonas (2016), o charqueador deveria deixar claro a transferência de seus bens para os herdeiros, seja através dos filhos ou por meio de casamentos.

Tendo em vista que os negócios com o charque e os couros eram os mais lucrativos da província, não é plausível considerar o desaparecimento de algumas famílias deste ramo dos negócios tenha ocorrido pelo fato de encontrarem outra atividade mais rentável, como já argumentei. Também não estavam elas invertendo seus capitais para outra área de investimento que oferecessem maior prestígio social, pois os charqueadores também concentravam grande poder político e status social no final da monarquia (Vargas, 2016, p. 279).

Apresentado as presentes situações, é importante trazer para o debate a realidade da elite posterior a esse período com base no tema de pesquisa. Ao lançar luzes sobre algumas questões, sobre essas estruturas de interesse, é possível que ao pensar no intervalo de tempo ao final do período republicano, os laços familiares de elites que se ligavam por laços

parentais ou matrimoniais se mantiveram como base da sociedade pelotense, desse grupo que participava ativamente dos principais setores da cidade. Partindo dessa reflexão, é de extrema importância considerar alguns pontos possíveis de análise a partir de aspectos teóricos para entender as redes de estruturação.

Ao pensar as relações, estudo prosopográfico pode ser de grande ajuda na compreensão o objeto de pesquisa aqui descrito. Esse método que também pode ser chamado de biografias coletivas, tem como objetivo revelar as características comuns de um grupo social dentro de um período, ajudando assim a compreender mecanismos coletivos (Heinz, 2006, p.9). Essa abordagem é relevante, pois tem em seu aspecto principal elencar análises individuais, para com que constituem um padrão de atividade, em outras palavras,

As biografias sociais permitem colocar à luz do dia as estratégias familiares de ascensão, de estagnação ou de reconversão que os diversos meios de elite ou da burguesia utilizam. A dinâmica dominante interna às elites, do polo intelectual ou polo econômico (pela ascensão), ou inversamente, do polo econômico ao polo cultural (pelo enobrecimento), dá conta de muitos processos anteriormente julgados em termos morais: traição de sua classe de origem, aburguesamento de um lado, traição do progresso, fuga para uma vida “de rendas” de outro (Charle, 2006, p. 32).

E ainda,

Nos primórdios do século XX, a elite política coincidia bastante com as elites sociais, econômicas e intelectuais. Cada vez mais, porém, disponibilizou-se o acesso ao cargo público a indivíduos da classe média, de modo que a elite política não mais se sobrepunha tanto às outras. Carreiras políticas tornaram-se meios de mobilidade ascendente para pessoas talentosas com as qualificações certas (Conniff, 2006, p. 100).

Ao considerar ambos os apontamentos dos autores, é importante destacar que ambas se ligam diretamente ao tema aqui relatado. Assim como já abordado anteriormente a organização desses coletivos de elite, principalmente relacionados ao aspecto familiar busca se organizar para se manter o *status quo*, porém, como salienta Conniff, essa elite em sua grande maioria, estava interligada a diversas áreas, ou seja, aquele mesmo indivíduo que tinha uma trajetória como dono de indústria ou proprietário de terras, poderia diretamente estar ligada a carreira política e intelectual com a escrita de produções. Com isso, e com a breve observação de algumas documentações existentes, onde nomes estavam interligados a diversos setores, deixando claro a importância da Associação nesse campo de articulações e disputas.

É importante ressaltar que a região sul do Estado do Rio Grande do Sul, tinha em sua maioria uma economia voltada para o campo, principalmente nesses primeiros anos até

meados de 1930, e Pelotas era uma das principais produtoras de charque essa atividade era concentrada na mão de poucas famílias, sendo essas as mais ricas.

Breves Considerações e Fontes

Até o atual momento da pesquisa, foram feitos alguns levantamentos a partir das atas de sessões da diretoria, relacionando os pontos encontrados com referencial teórico citado anteriormente. Ao analisar parte dessa fonte, foi possível ver algumas condições, além das definições sobre projetos na estrutura da cidade, como debates sobre taxas sobre produtos, alguns posicionamentos chamam a atenção e deixam até certo ponto claro, a tomada de posição sobre alguns temas. Em um primeiro momento, se havia qualquer movimento de greve ele recebia o cunho de comunista, isso aparece antes mesmo do intervalo de período analisado neste estudo, incluindo também nas atas a divulgação de missas em homenagem aos militares mortos na intentona comunista, que na descrição ainda destaca que eles haviam salvado o país da grande ameaça, deixando margem para entender de forma ainda que muito superficial a demonstração de empenho em demonstrar apoio ao golpe civil-militar.

Em suma, o que foi apresentado aqui de forma resumida e superficial, referente aos resultados levantados até o momento, demonstra algumas condições. Ao pegar as atas das sessões, se torna relevante o olhar atento, buscando questionar se as figuras que se faziam presentes na diretoria concordavam em uma maioria nas decisões e opiniões, por isso se faz necessário observar as redes de relações, a partir do cruzamento de fontes. Outro ponto importante é visualizar que a ACP buscava a todo momento fazer parte das decisões que ocorriam não somente na cidade, mas também em um contexto muito mais amplo, e que nesse sentido é possível considerar a possibilidade de uma forte presença de indivíduos que estavam em diferentes postos de atividade, além de ser imprescindível notar que desde muito cedo a instituição já tinha bem claro a posição política que queria tomar, até a chegada do ano de 1964.

A partir disso é relevante evidenciar as fontes conhecidas até o momento para o desenvolvimento do mesmo. O conjunto principal de arquivos, está salvaguardado no Memorial da Associação Comercial de Pelotas (MACP) e na Bibliotheca Pública Pelotense, no primeiro local os documentos são de um arranjo variado com atas de reuniões da diretoria, essas arranjo documental, é de grande relevância, pois, apresenta diferentes temáticas que descrevem nomes que compunham a entidade, além de definições e direcionamentos sobre temas a respeito do cotidiano pelotense, as correspondências relativas a trocas de

informações entre diferentes entidades e associações, boletins informativos descrevendo eventos e resoluções na região sul que se relacionam com a ACP.

Os acervos presentes na Bibliotheca, correspondem a atas de sessões e correspondências da Câmara Municipal de Pelotas, além de variados documentos relacionados ao poder público, também é preciso ressaltar a presença do vasto acervo de periódicos. Ainda vale destacar, a existência de fontes de registro civil da cidade de Pelotas, que está organizado no Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS). É importante destacar que a soma de fontes apontadas até aqui se coloca como um primeiro momento da análise da temática, abrindo a possibilidade ainda para novas redes de relações que podem surgir ao passar da observação da documentação já conhecida.

A partir dos pontos destacados até o momento, vale destacar algumas contribuições para a análise dessa base documental. Nesse sentido, para Arostégui (2001, p. 392) é importante que façamos uma crítica e avaliação das fontes dentro do método historiográfico, outra condição apontada pelo autor, deixa claro que as fontes são sempre relativas ao tipo de objetivo que a investigação pretende fazer, conduzindo diretamente aos processos críticos e avaliativos. Seguindo essa mesma linha, é o encontro do tema, da teoria, da metodologia e das fontes que abrem caminho para o surgimento de hipótese dentro da pesquisa, como salientou Barros (2005), ao classificar a proposta como “função norteadora” para direcionamentos mais definidos do estudo.

Ao apontar esses aspectos gerais, vale apresentar uma observação como exemplo de análise de um corpo de documentos. Se pegarmos as fontes de imprensa, por um longo período elas foram descartadas por serem consideradas não confiáveis, porém essa ideia tem se modificado, a autora Capelato (1988), destaca a importância de fazer questionamentos para o jornal, e não ficar preso a determinada desconfiança ou certeza de que ele traz informações reais ou falsas. A pesquisadora, ainda salienta, que é extremamente importante que se questione quais pessoas fundaram aquele periódico, o que motivou e em que contexto político e social ele estava inserido, ainda frisando que do mesmo modo que outros documentos precisam de um diálogo com outras fontes, a imprensa também necessita do mesmo cuidado.

As concepções apresentadas por Capelato, não somente destaca concepções sobre um tipo de documento, mas lança luzes para observar de modo mais amplo as variáveis contidas em tipos diferentes de fontes. Se pensarmos que, cada fonte tem um objetivo e influências no momento da sua criação, e por esse motivo ela pode apresentar diferentes versões e aspectos que podem se contradizerem. É a partir dessa situação que o pesquisador deve se debruçar e entender que as perguntas feitas e as lacunas, presentes nas respostas que os arranjos

documentais apresentarem, são positivos para o desenvolvimento do trabalho, ponderações esses entendidos como corretos no direcionamento do presente ensaio.

Considerações Finais

A partir dos pontos abordados ao longo deste breve ensaio, foram apresentadas reflexões sobre a importância do presente estudo. Ao analisar o tema dentro do campo da historiografia, ele se torna um aspecto relevante para compreender uma elite que está fundamentada no conceito familiar e está inserida em um contexto de mudanças políticas constantes, com ênfase na Ditadura Civil-Militar.

Dito isso, um dos objetivos é compreender não apenas até que ponto esse grupo influenciou diretamente as articulações do golpe, mas também entender em que medida essa aliança buscava obter privilégios tanto no contexto coletivo quanto no individual. Além disso, vale ressaltar que, mesmo que em um primeiro momento essa análise tenha um enfoque municipal e regional, as articulações podem apresentar características que são pertinentes à conjuntura nacional.

Referências Bibliográficas

- ABREU, Luciano Aronne. **Um olhar regional sobre o Estado Novo**. 1. ed. Porto Alegre: EdPUCRS, 2007.
- ABREU, Luciano Aronne; VANNUCCHI, Marcos Aurélio. (org.) **A Era Vargas 1930-1945**. 1. ed. Porto Alegre: EdPUCRS, 2021.
- AROSTÉGUI, Júlio. **La investigación histórica: Teoría y Método**. Barcelona: Crítica, 2001.
- BARROS, José D'Assunção. **O Projeto de Pesquisa em História: Da escolha do tema ao quadro teórico**. Rio de Janeiro: Vozes, 2005.
- BOURDIEU, Pierre. **Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1989.
- _____. **Razões práticas: Sobre a teoria da ação**. São Paulo: Papyrus, 1996.
- CAPELATO, Maria Helena. **Imprensa e História do Brasil**. São Paulo: Contexto, 1988.
- CODATO, Adriano Nervo. **As Elites e Instituições no Brasil: Uma análise contextual do Estado Novo**. Tese (Doutorado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – IFCH, Universidade Estadual de Campinas. São Paulo, 2008.
- CONNIFF, Michael F. **A Elite Nacional**. In: HEINZ, Flávio M.(org). **Por outra história das elites**. 1. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006, p. 99-122.
- CHARLE, Christophe. **Como anda a história social das elites e da burguesia? Tentativa de balanço crítico da historiografia contemporânea**. In: HEINZ, Flávio M. (org.). **Por outra história das elites**. 1. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006, p. 19-39.
- DACANAL, José Hidelbrando; GONZAGA, Sergius (org). **RS: Economia & Política**. 1. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979.

FERNANDES, M. A. M. **Poder & Comércio:** A Associação Comercial e Industrial de Guarapuava (1955-1970). 1. ed. Curitiba: CRV, 2010.

FERREIRA, Jorge; GOMES, Ângela de Castro. **1964:** o golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

HEINZ, Flávio M. O historiador e as elites – à guisa de introdução. In: HEINZ, Flávio M.(org.). **Por outra história das elites.** 1. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006, p. 7-16.

OLIVEIRA, Ricardo Costa de. Como definir família? In: OLIVEIRA, Ricardo Costa de (org.) **Família importa e explica:** Instituições políticas e parentesco no Brasil. 1 ed. São Paulo: LiberArs, 2018, p. 27-48.

OLSON, Mancur. **A lógica da ação coletiva.** 1. ed. São Paulo: Edusp, 2015.

VARGAS, Jonas M. “No tempo dos Barões” A elite política pelotense no período do auge das charqueadas escravistas (1850-1889). In: LOPES, Aristeu; VARGAS, Jonas Moreira. **Capítulos de História de Pelotas.** 1. ed. Porto Alegre: Casalettras, 2020. p. 12-31.

VARGAS, Jonas M. **Os Barões do charque e suas fortunas:** Um estudo sobre as elites regionais brasileiras a partir de uma análise dos charqueadores de Pelotas (Rio Grande do Sul, século XIX). 1. ed: Oikos, 2016.

A Política Externa Independente e o Golpe Civil-Militar de 1964: desafios entre a História da Política Externa e a História da Experiência Democrática Brasileira a partir de Luiz Alberto Moniz Bandeira

Independent Foreign Policy and the Civil-Military Coup of 1964: challenges between the History of Foreign Policy and the History of Brazilian Democratic Experience based on Luiz Alberto Moniz Bandeira

Mateus José da Silva Santos,¹ UFPel

Resumo

Esse texto discute, a partir de uma análise bibliográfica, as contribuições de Moniz Bandeira sobre a dimensão conflituosa da Política Externa Independente e o papel dos EUA no golpe civil-militar de 1964. Considerando suas contribuições em obras como *Brasil – Estados Unidos: a rivalidade emergente* e *O Governo Goulart: lutas sociais no Brasil (1961-1964)*, argumenta-se que, apesar dos distintos objetivos e temas, tais trabalhos contribuem para a reafirmação da dimensão internacional do golpe, sofrendo influência dos debates e questões relativas à inserção externa do Brasil e suas interações com a dinâmica doméstica.

Palavras-Chave: Golpe Civil-Militar de 1964; Política Externa Independente; Política Externa Brasileira; Luiz Alberto Moniz Bandeira.

Abstract

Based on a bibliographical analysis, this paper discusses Moniz Bandeira's contributions to the conflictual dimension of Independent Foreign Policy and the role of the United States in the 1964 civil-military coup. Considering his contributions in works such as *Brasil – Estados Unidos: the emerging rivalry* and *The Goulart Government: social struggles in Brazil (1961-1964)*, it is argued that, despite the different objectives and themes, such works contribute to the reaffirmation of the international dimension of the coup, being influenced by the debates and issues related to the Brazil's external insertion and its interactions with domestic dynamics.

Keywords: Civil-Military Coup of 1964; Independent Foreign Policy; Brazilian foreign policy; Luiz Alberto Moniz Bandeira.

Introdução

Em *A Diplomacia na Construção do Brasil*, Rubens Ricupero desenvolve uma análise histórica sobre as relações externas do país nos últimos três séculos, tratando de diferentes páginas que constituíram a trajetória da Política Externa Brasileira (PEB). Episódios como a Política Externa Independente (PEI) de Jânio Quadros e João Goulart ocupam um lugar de

¹ Doutorando em História pela Universidade Federal de Pelotas (UFPel). Membro pesquisador do Laboratório de Geopolítica, Relações Internacionais e Movimentos Antissistêmicos (LabGRIMA). E-mail para contato: mateus_santos29@hotmail.com. O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

destaque em sua análise, a partir da sua condição enquanto suposto fator de desestabilização do ambiente político e “desencadeador de uma crise institucional” (Ricupero, 2017, p. 410).

Numa suposta necessidade histórica na redefinição das linhas mais gerais da ação externa brasileira, a conjunção de dificuldades internas e externas se tornara um desafio para a sobrevivência da PEI que, mesmo diante de seu êxito conjuntural, paradoxalmente contribuiria, na visão deste autor, para o acirramento das tensões em nível doméstico. Na literatura sobre o golpe civil-militar de 1964, as menções quanto ao papel da PEI na deterioração do quadro político dos últimos anos da experiência democrática ocuparam uma dimensão relativamente secundária, circunscrita, muitas vezes, a lembrança de episódios como a Condecoração de Che Guevara com a Ordem do Cruzeiro do Sul nos últimos dias do Governo Jânio Quadros.

Autores como René Armand Dreifuss (1981) destacam a relevância da Política Externa em meio às lutas políticas que marcaram os anos que antecederam o golpe civil-militar de 1964. Como um dos alvos da ofensiva ideológica da burguesia contra o chamado bloco histórico populista, as relações exteriores do Brasil foram objeto de disputa e conflito em meio aos debates sobre o presente e o futuro de um país em transformação. No mesmo sentido, algumas perspectivas emergentes a partir da História da PEB valorizam a presença dos debates sobre a inserção internacional do país a partir de diferentes segmentos da sociedade, apontando suas consequências para a capacidade de obtenção de resultados por meio das iniciativas da PEI ou dos conflitos entre olhares distintos sobre o lugar a ser ocupado pelo Brasil no sistema mundial.

Diante da condição estratégica da Política Externa para diversas agendas de interesse dos heterogêneos atores domésticos entre os últimos anos de 1950 e o início de 1960, este texto propõe um estudo das relações entre a Política Externa Independente e Golpe de 1964 a partir das considerações desenvolvidas por Luiz Alberto Moniz Bandeira em *O Governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil (1961-1964)* e *Brasil – Estados Unidos: a rivalidade emergente*. Considerando tais obras como a expressão de um exercício intelectual de transição entre uma História dos últimos anos da Experiência Democrática Brasileira (1945-1964) e uma História da PEB respectivamente, buscam-se observar as continuidades e discontinuidades, as tensões e os enfoques de dois trabalhos marcados por interesses de pesquisa distintos, mas entrecruzados quanto à compreensão da dimensão externa da conjuntura. Trabalha-se com a seguinte questão: o intelectual baiano, ao propor uma perspectiva interdisciplinar sobre o golpe e a Política Externa, consegue transpor o baixo

diálogo entre a Historiografia da PEB e as abordagens acerca de temas de natureza doméstica (Santos, 2005)?

Esse texto é dividido em três partes. Num primeiro instante, apresentam-se algumas das principais características acerca da multifacetada historiografia sobre o golpe de 1964 e o lugar ocupado pela PEB nas considerações de alguns de seus principais representantes, além de caracterizações específicas da historiografia da PEB. Num segundo instante, desenvolvem-se considerações sobre a trajetória de Moniz Bandeira e sua condição enquanto um intelectual que transitou por diferentes disciplinas. Por fim, abordam-se as perspectivas defendidas autor nas obras selecionadas para esse estudo, considerando como variáveis de análise seus esforços de caracterização da PEI a partir de sua natureza conflituosa e o papel dos EUA no golpe civil-militar de 1964.

Entre a História do fim da Experiência Democrática Brasileira e a trajetória da Política Externa Independente: considerações bibliográficas

As interpretações sobre o golpe de 1964 transitaram entre diferentes formas de relação com o passado, abarcando tanto o desenvolvimento da Historiografia e análises a partir de outras áreas das Ciências Humanas quanto aos complexos processos de constituição e ativação de memória sobre um evento que legou profundas marcas na trajetória da sociedade brasileira contemporânea. Considerando tais características, um esforço de reconhecimento das principais linhas de análise sobre este fenômeno abarca ao menos três dimensões: as relações entre estruturas e conjuntura no acirramento da luta social e a capacidade de agência dos sujeitos, o desenvolvimento de estudos impulsionados pelas complexas interações entre memória e história, além do crescimento exponencial das análises sobre o golpe e a ditadura nas últimas décadas (Joffily, 2018).

Lucília de Almeida Neves Delgado (2010) propõe uma revisão da historiografia sobre o golpe de 1964 a partir da identificação de ao menos cinco correntes ou linhas interpretativas sobre o tema. No que denomina enquanto perspectivas estruturalistas, esta autora atribui às leituras apresentadas por Octávio Ianni, Fernando Henrique Cardoso e Maria da Conceição Tavares um caráter estruturalista. Tais visões teriam em comum a adoção de uma leitura acerca da relação do golpe com o esgotamento do desenvolvimentismo e a crise do populismo, alimentada pela intensificação de suas contradições. Nesse sentido, a derrubada de Goulart assume o contorno de uma resposta autoritária aos desafios estruturais do próprio capitalismo brasileiro. Em *Colapso do Populismo no Brasil*, Octávio Ianni observa, mesmo que de forma secundária, o papel da Política Externa na trajetória de ascensão, consolidação e

crise do modelo de desenvolvimento e do pacto populista. No horizonte de transformação do país numa potência independente, a PEI faria parte de um processo de revisão da inserção internacional:

É preciso lembrar que já em anos anteriores estava ocorrendo uma reinterpretação dos vínculos externos do Brasil, no âmbito da América Latina e do ‘Mundo Ocidental’. Em realidade estavam em jogo – como quadro de referência político-militar e econômico – as relações entre as superpotências mundiais: os Estados Unidos da América do Norte e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (Ianni, 1978, p. 143).

Alinhada às dinâmicas que, em maior ou menor medida, poderiam levar o país a reorientar sua posição no âmbito do capitalismo global e, do ponto de vista geopolítico, rever sua posição no interior da aliança Ocidental, o desmantelamento da PEI também assumia um contorno estrutural, reflexo de um agudo movimento de reforço da dependência do país em relação ao centro hegemônico.

Tendo como principais referências nomes como Caio Navarro Toledo, a própria Lucília Delgado e Jacob Gorender, uma segunda corrente se caracteriza pela compreensão do papel do golpe enquanto um instrumento de reação das forças conservadoras aos possíveis sentidos e consequências das Reformas de Base. Diante das aspirações pela extensão dos direitos sociais e políticos no país, além da perspectiva de resolução de importantes entraves ao desenvolvimento, à derrubada de Goulart visava, dentre outras coisas, limitar ou impedir a execução de medidas que pudessem alterar ou questionar estruturas de reprodução das desigualdades e de exclusão sociopolítica e econômica.

No âmbito de suas considerações sobre o relativo fracasso da experiência parlamentarista no Brasil, Caio Navarro Toledo sugere um aparente descompasso entre as características do Gabinete Tancredo Neves e algumas iniciativas de Política Externa, sob o comando do chanceler San Tiago Dantas. Após o “golpe político” contra o regime institucionalizado com a Constituição de 1946 (Toledo, 1985, p. 18), a composição majoritariamente conservadora do primeiro governo parlamentar não impediu o que, na visão do autor, pode ser classificado como duas medidas apoiadas pelos grupos “progressistas e nacionalistas” (Toledo, 1985, p. 26). Além do cancelamento das autorizações feitas ao *Hanna Corporation*, o restabelecimento de relações com a URSS sinalizava a permanência da PEI. Apesar disso, episódios como a atuação brasileira em Punta Del Este são citados pelo autor como outro importante episódio que, mesmo vinculado aos propósitos de manutenção da linha de ação internacional iniciada pelo governo Jânio Quadros, demonstrava os seus limites frente às pressões dos EUA.

Tendo como dois dos seus principais expoentes intelectuais como Moniz Bandeira e René Armand Dreifuss, uma terceira linha interpretativa foi classificada como “conspiratória” por parte da autora. Denunciando a natureza aliancista do golpe, tais perspectivas apontam a participação das elites conservadoras que, associadas ao imperialismo estadunidense, propuseram uma saída autoritária no avanço das lutas sociais no país. Conforme Carlos Fico (2014), contribuições como as do cientista político uruguaio estabeleceram contrapontos em relação às teses que atribuem o golpe como responsabilidade centralmente dos militares. Do ponto de vista do debate sobre Política Externa, Moniz Bandeira, em *O Governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil (1961-1964)*, reforça a continuidade da PEI durante o governo petebista, evidenciando, por um lado, a existência de uma ação governamental que não se resumia a um caráter reativo na economia:

O governo de Goulart não se limitou apenas a reagir em defesa da economia nacional, como no caso das importações de petróleo e de matérias-primas pela indústria farmacêutica, buscando contornar, mesmo em oposição aos Estados Unidos, o déficit do balanço de pagamentos. Ele adiantou uma série de importantes medidas ofuscadas, na época, pelas questões políticas e, posteriormente, pelos adversários, que se assenhorearam do Governo com o golpe militar de 1964. A diplomacia de Goulart não se resumiu a condenar as ofensas à soberania nacional e ao direito de autodeterminação de Cuba. Identificada com o Terceiro Mundo, ela visou a criar condições para que o Brasil expandisse e diversificasse seu mercado exterior (Bandeira, 1978, p. 115).

No interesse pela conquista de novos mercados entre os Estados em desenvolvimento, Moniz Bandeira atribui a tal característica uma espécie de contramão frente à situação de um governo diante de um intenso processo de desestabilização. Sua leitura se contrapõe a outras perspectivas sobre a PEI que enxergam certo desengajamento ao longo do mesmo período, estimulado principalmente pelas dificuldades internas e externas.

Um quarto grupo prioriza a elaboração de análises com enfoque mais conjuntural, além de abordar questões relativas ao funcionamento da democracia e das instituições. Abarcando nomes como Jorge Ferreira, Wanderley Guilherme dos Santos e Argelina Cheibub Figueiredo, tais leituras pensam o golpe de 1964 a partir das consequências negativas da radicalização política de ambos os espectros político-ideológicos, do aprofundamento de uma crise de governabilidade e da dificuldade de resposta a partir das instituições vigentes até então, além do papel de personagens específicos como o próprio presidente João Goulart e o então governador do Rio Grande do Sul Leonel Brizola. Do ponto de vista da abordagem sobre Política Externa, Jorge Ferreira sustenta o aparente descompasso entre as relações exteriores e a política interna janista. Vista pelo autor como a política pública em que o

governo tomaria “as medidas mais ousadas” (Ferreira, 2006, p. 67), atraindo setores mais progressistas e alimentando a desconfiança de segmentos mais conservadores.

Por fim, uma quinta corrente diz respeito ao chamado Novo Ciclo de Estudos sobre o golpe. Influenciado pela ampliação das fontes e, ao mesmo tempo, a revisitação de antigos documentos disponíveis, além da emergência de novos objetos e impulsos, este amplo segmento se notabilizou pela diversificação dos objetos de estudo sobre a conjuntura do golpe de 1964 e suas implicações para a sociedade brasileira, debatendo, dentre outras coisas, questões relativas às representações, as memórias e outras temáticas. Em alguns casos, a reavaliação de antigas questões à luz de novos problemas, fontes e perspectivas possibilita um avanço na compreensão de temáticas centrais sobre o golpe e a ditadura. Entre os estudos sobre a responsabilidade e a cumplicidade empresarial no contexto autoritário, Pedro Henrique Pedreira Campos (2014) reitera o papel cumprido pelo regime instaurado após a queda de Goulart em meio às dinâmicas de transformação do capitalismo nacional. Dialogando com leituras mais tradicionais sobre a PEB acerca do processo de revisão da inserção internacional após o Governo Castelo Branco, aquele autor estabelece a ponte entre a PEI e a trajetória da diplomacia na ditadura, reconhecendo características que, em maior ou menor medida, estiveram vinculadas ativamente aos impasses e desafios do desenvolvimento nacional.

Cumprir destacar que a diversidade de interpretações apresentadas a partir do modelo analítico fornecido por Lucília de Almeida Neves Delgado não exclui a possibilidade de combinação de duas ou mais correntes nos esforços de explicação da trajetória da PEI a partir de uma intersecção com a historiografia do golpe. Aspectos como as contradições envolvendo a aplicação de uma política externa autônoma frente aos conflitos sobre as características básicas da inserção internacional do país, as relações Brasil – EUA e as intersecções entre as relações exteriores e os desafios de manutenção do projeto de desenvolvimento do país se apresentam como algumas das principais questões presentes nas mais diversas análises sobre a conjuntura que culminaria com a derrubada de Goulart.

Enquanto objeto de considerações de uma heterogênea historiografia, as principais controvérsias envolvendo a produção analítica da PEI, no âmbito das produções sobre as relações exteriores do Brasil, dividem-se em ao menos duas questões. A primeira delas diz respeito à sua relação com a trajetória da PEB no Pós-Guerra. Conforme Thiago Pereira Caldas Brum (2008), as divergências sobre o nível de continuidade ou descontinuidade representado pela Política Externa de Jânio e Jango na trajetória da diplomacia brasileira estiveram entre as principais questões envolvendo a produção de análises sobre o período, do

ponto de vista das relações exteriores. Em sua visão, é possível dividir algumas das principais contribuições historiográficas em ao menos dois grupos. Não necessariamente nessa ordem de importância, um primeiro grupo de autores tende a atribuir a PEI um sentido de ruptura diante das características básicas da PEB nos anos 1950. Atribuindo ênfase às ações políticas e diplomáticas, algumas interpretações dessa corrente chegam a apontar para a PEI enquanto um possível paradigma de inserção internacional que, mesmo diante do hiato representado pelos primeiros anos do Governo Castello Branco, se consolidaria enquanto uma proposta mais consistente de condução das relações exteriores nas décadas subsequentes.

Entre os autores que se enquadram na valorização da ruptura representada pela Política Externa de Jânio a partir de 1961 está Henrique Altemani de Oliveira (2005). Na visão deste autor, diante da experiência limitada de revisão das relações interamericanas a partir da proposta juscelinista da Operação Pan-Americana (OPA), “a PEI teve como objetivo redirecionar a política externa, deslocando-a do eixo norte-americano para uma inserção mais internacional” (Altemani, 2005, p. 74). Nesse sentido, estimulada pelo descompasso de interesses entre Brasil e EUA e influenciada pelas mudanças na conjuntura internacional, a Política Externa de Jânio e Jango teria como uma das principais marcas o lançamento das bases para alterações estruturais nas relações exteriores, mobilizando linhas de ação e princípios que abririam novas possibilidades para o Brasil na cena internacional.

Do ponto de vista da defesa da noção de continuidade, Thiago Pereira Caldas Brum aponta para a inserção de tais leituras dentro de um modelo de análise classificado como societal. Preocupado com a “análise da relação entre determinantes internas e condicionantes externos” (Brum, 2008, p. 84) tais interpretações priorizam o estabelecimento de relações entre a Política Externa e os desafios socioeconômicos, políticos e culturais do país. Um autor a se vincular a tal perspectiva é Paulo Fagundes Vizentini. Em sua visão, a PEI representou uma espécie de inserção madura, fundamentada por um tipo de diplomacia em gradativa construção ao longo dos anos 1950:

Apesar das diferenças existentes entre o nacional-populismo de Vargas, o desenvolvimentismo associado de Kubitschek e a Política Externa Independente de Quadros e Goulart, estas possuem em comum, em seus momentos decisivos, a tentativa de realizar uma diplomacia de barganha visando a ampliar a autonomia frente aos EUA, após as decepções geradas durante o governo Dutra, quando se esperava uma relação privilegiada com este país como decorrência da cooperação durante a Segunda Guerra Mundial (Vizentini, 2004, p. 11).

Diante do esgotamento da perspectiva de alinhamento do Brasil em relação aos EUA, praticado durante o governo Dutra, uma nova fase na Política Externa seria inaugurada a

partir do Segundo Governo Vargas (1951-1954). Em meio aos desafios emergentes a partir do avanço da industrialização, urbanização, crescimento da classe operária e do acirramento das lutas sociais no campo e na sociedade, novas demandas foram atribuídas às relações externas que, conjugada às mudanças na cena internacional, estimularam a produção de um tipo de inserção internacional que buscava um maior nível de autonomia e, ao mesmo tempo, maiores vantagens em relação ao centro do capitalismo global.

Incidindo mais diretamente acerca da trajetória da inserção internacional do país, Moniz Bandeira situa os primeiros movimentos de alteração na PEB ainda durante o governo JK. Para este autor, em meio às contradições existentes no processo de desenvolvimento a partir de seu vetor principal, a industrialização, os impasses registrados diante de um quadro inflacionário crescente, das diferentes vias de evasão de divisas, dos crescentes conflitos no campo e dos limites existentes num processo de “expansão industrial, alimentada pela substituição de importações de bens duráveis de consumo” (Bandeira, 1978, p.19), uma reorientação da Política Externa se tornaria uma ação fundamental:

Não havia, portanto, recursos suficientes para atender às crescentes demandas econômicas e sociais da classe trabalhadora, que, robustecida quantitativa e qualitativamente pela própria industrialização, adquirira maior peso político, e, ao mesmo tempo, manter a taxa de investimentos necessários à continuidade da expansão capitalista do Brasil. A busca de novos mercados no exterior não apenas para o café e outros produtos primários, mas também para o excedente de manufaturas, conformou-se, então, como alternativa, o que implicava a reorientação da diplomacia para a África e a América Latina, com a perspectiva de ter de concorrer com a Europa, o Japão, e, sobretudo, os Estados Unidos (Bandeira, 2011, p. 79-80).

Reiterando as relações entre Política Externa e Desenvolvimento Nacional, Moniz Bandeira reafirma a dimensão socioeconômica das relações exteriores ao inserir suas transformações no âmbito das ações dos Estados diante dos impasses em nível doméstico e sistêmico. Nessa perspectiva, as transformações observadas ainda nos anos 1950 foram parte integrante dos desafios a serem enfrentados por um país em transformação, impulsionados pelos processos de industrialização, urbanização e crescimento da classe operária. A partir de tal leitura, a compreensão da PEI na trajetória da inserção internacional do Brasil no Pós-Guerra não assume necessariamente a condição de uma ruptura nas relações exteriores, mas uma espécie de aprofundamento diante de esforços e tendências registradas ainda nos anos 1950.

A segunda controvérsia reside na natureza da PEI e sua dimensão prática. A partir de olhares que valorizam tanto os resultados conquistados pelos dois governos no campo das

suas iniciativas para as reações exteriores quanto aos sentidos de mudança promovidos pela ditadura militar em seu início, uma das noções relevantes sobre a diplomacia brasileira entre 1961 e 1964 é a sua relativa limitação frente às adversidades conjunturais e estruturais do período. Nessa perspectiva, emergem ao menos duas interpretações. Por um lado, autores como Henrique Altemani de Oliveira enfatizam que “a PEI apresentava-se muito mais como uma intenção, um discurso, que atingiria sua maior capacidade de ação e implementação, no Governo General Geisel, na metade dos anos 1970” (2005, p. 88). Por outro, sem necessariamente classificar tal fase da PEB como um conjunto de dispositivos discursivos, Paulo Fagundes Vizentini classificou a PEI muito mais como uma política “precoce do que equivocada” (2004, p. 249-250), tendo em vista seu enraizamento nas necessidades do projeto de desenvolvimento brasileiro, o seu caráter coeso e coerente, mas submetido ao contexto interno adverso.

Sobre o último aspecto, a grande maioria dos autores consultados concorda com a tese de que uma das principais barreiras de solidificação das propostas de Jânio Quadros e João Goulart nos últimos anos da Experiência Democrática Brasileira foi a crescente radicalização entre os mais diferentes setores da sociedade brasileira. Diante da inexistência de fronteiras nítidas entre temas de Política Externa e Política Interna, agendas das relações exteriores extrapolaram a esfera de discussão institucional e intelectual, alcançando segmentos mais amplos do país. No avanço de tais leituras, um dos principais desafios é dimensionar o lugar ocupado pela PEB no tocante aos diferentes projetos de sociedade que, mesmo de forma difusa, ocuparam a cena política na disputa pelos rumos internos e externos do Brasil naquele contexto. Nesse exercício, retomar o pensamento de Moniz Bandeira consiste num esforço de identificação da relevância da PEI naquela conjuntura de acirramento da luta política e social no Brasil, apontando caminhos para o desenvolvimento de leituras que enfatizem a dimensão da disputa e do conflito sobre a inserção internacional do país e sua condição enquanto um dos expoentes do conjunto de crises que marcou o mesmo período.

Luiz Alberto Moniz Bandeira: um intelectual em trânsito

Na sua vasta trajetória intelectual, os exercícios de análise sobre a política internacional, a Política Externa do Brasil em meio aos desafios de desenvolvimento no interior das assimetrias do capitalismo mundial e considerações mais específicas sobre a História nacional, Luiz Alberto Moniz Bandeira se notabilizou pela produção de olhares interdisciplinares acerca de seus objetos, transitando, em maior ou menor medida, por campos como a História, a Ciência Política e as Relações Internacionais.

Nascido em Salvador (BA), Moniz Bandeira teve uma trajetória pelos contatos com importantes nomes da intelectualidade baiana, a exemplo do geógrafo Milton Santos e do historiador Luis Henrique Dias Tavares, e pelo desenvolvimento de uma militância política a partir de sua crescente aproximação com o trotskismo. Deixara a capital baiana ainda nos anos 1950 para seguir rumo ao Rio de Janeiro, cidade em que concluiria o curso de Direito na Faculdade de Ciências Jurídicas. Nas tramas entre a condição de intelectual e militante, exilou-se no Uruguai após o golpe de 1964, retornando ao Brasil um ano depois. Conforme Ana Vitoria Sampaio Castanheira da Rocha (2018), Moniz Bandeira teria sido pelo preso pela ditadura em duas oportunidades entre os anos 1960 e 1970, reflexo de alguém que sentira as consequências objetivas e subjetivas do regime autoritário.

Ainda na Década de 1970, publicara trabalhos que marcariam sua trajetória enquanto “intérprete da política internacional” e um dos primeiros expoentes na análise sobre a ruptura ocorrida em 1964 (Maldonado, 2021, p. 220). Trabalhos como *Presença dos Estados Unidos no Brasil* e *O Governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil (1961-1964)* chamariam atenção, em maior ou menor medida, para as intersecções existentes entre política externa e política interna, refletindo criticamente sobre a experiência de luta pelo desenvolvimento no Brasil em meio aos interesses enraizados da potência hegemônica. Doutor em Ciência Política pela Universidade de São Paulo (USP) no início dos anos 1980, Moniz Bandeira avançaria em suas análises sobre a PEB ao se concentrar sobre as relações entre o Brasil e seus vizinhos platinos ao longo de diferentes séculos, apontando para a importância do conceito geopolítico da América do Sul na definição dos interesses externos do país. Como professor universitário, ocupou a cátedra de História da Política Exterior do Brasil na Universidade de Brasília (UnB), além de ter atuado em diversas instituições de ensino na Europa.

Como uma possível representante da HPEB, *Brasil – Estados Unidos: a rivalidade emergente* discute os desafios enfrentados pelo Brasil na luta pelo desenvolvimento e construção de uma projeção internacional a partir dos anos 1950. Em meio aos objetivos de manutenção do processo de industrialização e transferência de tecnologia, além de elevar a posição do Brasil na arquitetura política e econômica global, aprofundam-se os conflitos entre os dois países, mesmo diante de esforços de contenção como aquele verificado com a derrubada de Goulart. Nesse sentido, ainda que não trabalhe com a dimensão de uma Política de Estado enquanto característica do desenvolvimento da PEB desde os anos 1950, Moniz Bandeira explora as continuidades nas estratégias de inserção internacional do país desde o Segundo Governo Vargas, bem como os desafios e limites de um país situado geopoliticamente sob a esfera de influência dos EUA.

Já no âmbito dos estudos mais específicos sobre o golpe de 1964, a obra *O Governo Goulart: as lutas sociais no Brasil (1961-1964)* analisa a derrubada do presidente petebista sob a ótica do protagonismo das classes no processo histórico, considerando aquela conjuntura como um momento de “aguçamento de suas lutas” (Bandeira, 1978, p. 8). Afirmando se contrapor ao que considera como uma narrativa dos setores dominantes, Moniz Bandeira reconstitui o movimento de desestabilização contra o governo Goulart, envolvendo os diferentes segmentos domésticos que, com apoio dos EUA, opuseram-se ao reformismo e as propostas de transformação estrutural do país.

Como materializações de um processo de construção de conhecimento interdisciplinar sobre a Política Externa e as dinâmicas domésticas que marcaram a trajetória do Brasil Republicano, busca-se observar se Moniz Bandeira consegue transpor o relativo distanciamento entre a HRI e a historiografia brasileira, de modo geral. Sem deixar de reconhecer os diferentes ângulos e interesses de pesquisa expressos nas duas obras em questão, propõe-se um olhar cruzado sobre as perspectivas apresentadas acerca da PEI de Jânio Quadros e João Goulart, considerando a natureza das mais diferentes iniciativas expressas pelos dois governos, o ambiente de conflitos sobre a Política Externa e o papel cumprido pelos EUA no golpe de 1964.

Dimensão conflituosa da PEI

Enquanto parte integrante do quadro de acirramento da luta política e social no Brasil nos últimos anos da Experiência Democrática iniciada com o fim do Estado Novo, a PEI foi objeto de disputa entre os mais diferentes atores individuais e coletivos daquela conjuntura. Entre intelectuais, partidos, parlamentares, militares, diplomatas, imprensa e outros segmentos, o debate sobre o presente e o futuro das relações exteriores adquiria contornos complexos, reflexo da condição estratégica da inserção internacional brasileira para a concretização de diferentes agendas de interesse interno, tais como o desenvolvimento, a segurança nacional, a modernização e mesmo a reforma social.

A partir dos escritos de Moniz Bandeira, a dimensão da disputa assume ao menos três contornos. Num primeiro plano, as divergências quanto ao processo de formulação da Política Externa possuem alguma relevância, mesmo que limitada, na narrativa de determinados processos. Ao abordar as mudanças promovidas durante a segunda metade do governo JK na PEB, o autor sugere a existência de um processo não protagonizado pelo Itamaraty:

A reformulação da política exterior do Brasil respondeu, naquelas circunstâncias, a uma necessidade econômica e a projeção das linhas, sobre as quais pautaria, não se deveu à esquerda – nem ao Itamaraty, onde, aliás, o restabelecimento de relações comerciais com a União Soviética sofreu forte resistência do conservadorismo -, e sim ao próprio Kubitschek, sob influência direta de Augusto Frederico Schmidt e San Tiago Dantas, ambos ideologicamente oriundos da direita nacionalista, o integralismo, que fora o simulacro do nazifascismo europeu (Bandeira, 2011, p. 75).

No contexto de questionamento quanto ao futuro da inserção internacional do país, Moniz Bandeira acena com uma leitura crítica quanto aos rumos da PEB a partir da movimentação dos atores institucionais e sociais no fim dos anos 1950. A relação estabelecida entre o Itamaraty e a preservação de uma linha de atuação externa considerada aquém das necessidades socioeconômicas do país remonta a um debate contemporâneo e extemporâneo acerca do lugar ocupado pela diplomacia brasileira naquele contexto. Conforme Luciano da Rosa Muñoz, desenvolveu-se ao longo de 1961 uma espécie de “duplo estranhamento” entre Jânio e o corpo diplomático brasileiro (2019, p.236). Nas origens de tal situação, o interesse crescente do Chefe de Estado em incidir sobre os rumos da PEB, o corte parcial nos salários de categorias vinculadas à chancelaria, a aproximação com intelectuais e outras figuras que viriam a ocupar postos na diplomacia em detrimento da burocracia especializada e as discordâncias quanto a determinadas iniciativas estimularam a produção de um relacionamento difícil entre as partes.

As tensões entre governo e diplomacia ocupam também outro espaço nas considerações sobre o período parlamentarista, sob um ponto de vista alternativo. Em *O Governo João Goulart: lutas sociais no Brasil (1961-1964)*, Moniz Bandeira reconstitui as implicações da participação brasileira na Conferência de Punta Del Este (1962), episódio protagonizado pela postura do então chanceler brasileiro Francisco Clementino de San Tiago Dantas em defender a autodeterminação cubana e a constituição de uma fórmula diplomática capaz de impedir o isolamento da ilha em relação ao sistema interamericano. Diante das pressões externas e internas sobre a posição brasileira, o autor chama atenção para o relativo apoio doméstico às linhas adotadas pelo chanceler brasileiro durante o evento:

Quase toda a opinião pública se expressou favoravelmente à atitude de San Tiago Dantas em Punta del Este, aplaudida por Sindicatos, associações de classe, entidades estudantis e Câmaras Municipais, e por um momento o governo parlamentar de Tancredo Neves se fortaleceu (Bandeira, 1978, p. 48).

Diante de uma agenda que expôs controvérsias entre segmentos influentes no Itamaraty e a condução da Política Externa durante o governo Goulart, Moniz Bandeira opta

por abordar a existência de algum respaldo social para as posições defendidas por San Tiago Dantas naquela ocasião. Apesar da relevância de tais considerações para uma compreensão mais ampla do papel das relações exteriores no âmbito da luta política e social no Brasil dos últimos anos da Experiência Democrática, o relativo consenso sugerido pelo autor se mostra controverso diante das pressões e consequências da atuação brasileira na crise envolvendo a situação de Cuba no sistema interamericano. Conforme Tânia Maria Pechir Gomes Manzur (2009), ao menos quatro correntes de opinião disputavam os sentidos e os rumos da PEI durante o governo Jânio Quadros e o período parlamentarista. No tocante às posições brasileiras em Punta Del Este, setores classificados como liberais associacionistas discordavam da linha assumida por San Tiago Dantas ao apontarem a existência de uma incompatibilidade entre o comunismo e os princípios que fundamentariam o sistema interamericano.² Os chamados liberais nacionalistas,³ ao apregoarem um tipo de inserção internacional mais autônomo dentro das tradições diplomáticas do país, apresentavam uma dose de realismo em sua análise sobre a Conferência. Na visão de tal corrente, apesar de elogiável juridicamente, a postura brasileira se apresentava como inviável politicamente, tendo em vista as pressões de Washington e os apelos em relação aos efeitos do aprofundamento da Revolução Cubana a partir de uma crescente aproximação com Moscou.

Mesmo entre as correntes que abertamente defendiam as posições brasileiras, havia algum nível de divergência. Se os universais-independentistas validavam a defesa da autodeterminação cubana e sua permanência no sistema interamericano a partir da valorização do direito internacional,⁴ os ditos radicais-nacionalistas eram favoráveis às posições brasileiras, mas questionavam a natureza daquele encontro.⁵ Diante do quadro diversificado de posições, a sugestão feita por Moniz Bandeira corresponderia apenas a uma das mais

² Reunindo nomes como Eugênio Gudín, Roberto Campos, Carlos Lacerda e organizações como o IBAD, os liberais-associacionistas defendiam a existência de relações preferenciais do Brasil com o Mundo Ocidental, orientando-se a partir de uma concepção de um mundo rigidamente bipolar. Além de defenderem o capital estrangeiro, destacavam-se pelo reconhecimento da liderança dos EUA no plano estratégico (Manzur, 2009).

³ Apesar de se pautarem pelo conflito Leste-Oeste e reivindicarem um conjunto de princípios e linhas de ação que vinculavam o Brasil ao Bloco Ocidental Capitalista, os ditos liberais nacionalistas vislumbravam uma maior margem de autonomia do país, defendendo um modelo liberal que não necessariamente se traduzisse em dependência econômica e estratégica. Entre os seus principais nomes estava Plínio Salgado (Manzur, 2009).

⁴ Favoráveis ao universalismo nas relações exteriores e na coexistência pacífica como marco constitutivo das relações entre os blocos de poder, os universal-independentistas se aproximavam da linha executada pelos governos Jânio Quadros e João Goulart em termos de política externa, reivindicando a defesa do desenvolvimento autônomo, o controle do capital estrangeiro e, internamente, o compromisso com as reformas. Nessa corrente podem ser enquadrados os três principais chanceleres da PEI: San Tiago Dantas; Afonso Arinos e Araújo Castro (Manzur, 2009).

⁵ Reunindo segmentos trabalhistas, comunistas e intelectuais vinculados ao ISEB, os radicais nacionalistas tinham como principais características a adoção de uma linha considerada antiamericana nas relações exteriores, criticando a dependência e a ingerência norte-americana na América Latina. Do ponto de vista da inserção internacional, eram favoráveis ao movimento de diversificação das parcerias internacionais (Manzur, 2009).

diferentes alternativas colocadas diante do debate público sobre um tema que expôs as complexidades envolvendo a relação entre Política Externa, Diplomacia e uma Sociedade em Transformação.

Uma terceira dimensão do caráter conflituoso envolvendo a PEI diz respeito ao desenvolvimento das relações Brasil – EUA nos anos finais da Experiência Democrática. Ao longo das duas obras analisadas, as abordagens sobre o tema podem ser enquadradas em ao menos três variáveis: a) As diferentes estratégias dos EUA frente aos projetos de desenvolvimento e autonomia externa do Brasil; b) As perspectivas brasileiras em relação a Washington; c) O nível de engajamento dos EUA no avanço do golpismo contra Goulart.

Do ponto de vista das perspectivas de relacionamento entre Brasília e Washington a partir dos formuladores da Política Externa dos EUA, Moniz Bandeira destaca a existência de um conjunto de estratégias distintas a partir do mandato de John Kennedy, aplicada de diferentes formas entre 1961 e 1963. Diante da sombra do avanço do processo revolucionário em Cuba e da crescente contestação dos movimentos nacionalistas latino-americanos quanto à revisão das relações com os EUA em favor do desenvolvimento, desenvolveu-se, na concepção do cientista político baiano, uma estratégia de natureza ofensiva e outra preventiva. No primeiro caso, destacaram-se o exercício da espionagem e a criação dos “grupos especiais de contrainsurreição” (Bandeira, 2011, p. 86). Já no segundo, o desenho de uma nova estratégia de ação multilateral a partir da promoção da chamada Aliança para o Progresso.

Numa análise mais crítica sobre o caráter ofensivo de determinadas ações dos EUA, é possível incluir outras ações que, desenvolvidas em nível diplomático ou não, pressionavam direta ou indiretamente o Brasil frente aos interesses da potência hegemônica. Deste modo, acrescentam-se também as tratativas sobre o apoio brasileiro às ações contra Cuba, os baixos entendimentos acerca dos esforços brasileiros em conquistar novos recursos para o desenvolvimento e, ao mesmo tempo, renegociar as dívidas em curto prazo e as ações de agentes de Estado dos EUA no país, a exemplo do embaixador Lincoln Gordon.

Considerando esse cenário mais amplo, a aplicação de tais estratégias no contexto brasileiro teria variado significativamente entre os mandatos de Quadros e Goulart. Em relação ao ex-governador de São Paulo, as abordagens de Moniz Bandeira em *Brasil – Estados Unidos: a rivalidade emergente* enfatizam a existência de um nível relativo de tolerância das autoridades estadunidenses para com os sentidos da PEI, porém encaminhando para um grau de instabilidade até a inesperada Renúncia. Para o autor, Jânio Quadros teria chamado atenção do presidente estadunidense pelo “carisma e estilo populista” (Bandeira, 2011, p. 87), demonstrando capacidade de conciliação de um projeto reformista com os

princípios da chamada democracia representativa. A combinação desses dois elementos fazia do Brasil um ator ainda mais estratégico no contexto do desafio imposto por Cuba ao sistema interamericano. Conforme Moniz Bandeira (2011), criou-se a expectativa de ter no Brasil uma alternativa de modelo de desenvolvimento político e socioeconômico, capaz de contrapor a experiência cubana.

Diante desses e de outros horizontes, episódios como os diálogos entre Jânio Quadros e Adolfo Berle Jr, além de, posteriormente, o encontro do presidente brasileiro com Douglas Dillon são citados pelo cientista político baiano como momentos de contato direto do Chefe de Estado com autoridades estadunidenses. Ao avaliar o tom das conversas, torna-se perceptível a existência de certa habilidade do brasileiro em resistir às ofensivas dos EUA. No contexto das tentativas de Washington em conquistar o apoio ou a conivência brasileira em uma intervenção contra Cuba, os limites quanto a participação direta ou indireta do Brasil se misturava com as perspectivas em garantir suporte financeiro:

Quadros, evidentemente, condicionava qualquer forma de colaboração com os Estados Unidos, na questão de Cuba, ao atendimento dos graves problemas financeiros do Brasil, e enfatizou ainda mais as dificuldades políticas que enfrentava, a fim de encarecer sua posição nos entendimentos. Sem dúvida alguma, naquelas circunstâncias, não lhe era fácil recuar, abandonar os princípios de autodeterminação e não intervenção, e tanto Berle Jr. quanto o embaixador John Moors Cabot colheram a impressão de que ele fora sincero (Bandeira, 2011, p. 89).

Ainda que não faça uso direto do conceito de “barganha” para designar o jogo envolvendo Brasil e Estados Unidos nesse contexto, Moniz Bandeira atribui uma dose de realismo a possibilidade de mudança na posição brasileira, estando imersa frente aos desafios políticos e econômicos de natureza interna e externa. Nesse sentido, a crença da PEI enquanto um instrumento flexível, direcionado aos objetivos específicos como a conquista de apoio doméstico e o atendimento das demandas impostas à Política Externa alimentaria não somente parte do imaginário brasileiro, mas também teria alguma ressonância entre as autoridades estadunidenses (Loureiro, 2012).

Contudo, o mesmo autor estabelece algumas ressalvas quanto ao suposto nível de tolerância dos EUA durante o governo Jânio Quadros. Para Moniz Bandeira (2011), o presidente brasileiro não conseguiu superar totalmente as desconfianças quanto aos rumos de sua Política Externa, promovendo críticas e desapontamentos entre diferentes segmentos dos setores de inteligência estadunidenses. Ao reconstituir os episódios que marcaram os últimos dias de Jânio no Palácio do Planalto, destaca-se o envio de um comunicado do então Ministro da Guerra Odílio Denys que, ao preparar uma intervenção no âmbito do Dia do Soldado, fazia

menção aos limites existentes na inserção internacional do país diante dos compromissos filiados ao bloco Ocidental Capitalista.

A partir das abordagens sobre o Governo Goulart, verifica-se uma alteração substancial na condução das estratégias. Se a tolerância prevalecia em relação ao avanço das estratégias ofensivas ao longo dos primeiros meses de 1961, o inverso se deu durante praticamente todo o mandato do petebista. As ações estadunidenses transitaram entre a elevação das pressões financeiras e diplomáticas, o apoio a segmentos que conspiravam contra o presidente, a elevação da presença física no país e as tentativas de fortalecimento da oposição à Goulart. Antes, porém, um fator fundamental na produção de um ponto de virada entre os dois mandatos diz respeito à conformação das alianças políticas no entorno dos dois presidentes. Se Jânio Quadros possuía o respaldo dos setores conservadores, a ascensão de Jango representava uma perspectiva de crescimento da influência de setores vinculados ao nacional-reformismo nos círculos do poder:

A tendência nacional-reformista de Goulart, pois, diferia essencialmente do populismo de Quadros e daí as crescentes dificuldades internas e externas com as quais defrontou antes e depois de sua ascensão à presidência da República (Bandeira, 2011, p. 101).

Os históricos vínculos com setores ligados ao trabalhismo e o relativo compromisso com as reformas faziam de Goulart um personagem ainda mais intrigante para os círculos estadunidenses do que Jânio Quadros. A existência de tais desconfianças provocava uma situação relativamente complexa. Se alguns agentes de Washington não acreditavam num aprofundamento da PEI após os eventos de agosto de 1961, o relativo apoio ofertado por parte de setores progressistas às linhas de ação externa estabelecida por Jânio e a crença de um projeto de reinserção do Brasil no sistema mundial enraizado num movimento de “amadurecimento da consciência” (Bandeira, 2011, p. 102). Somam-se a isso, questões que extrapolavam a própria PEI ao afetar os interesses privado estrangeiro no país, tais como o avanço das encampações e a Lei sobre Remessa de Lucros. Um exemplo de avanço da estratégia ofensiva dos EUA foi a instrumentalização da Aliança para o Progresso.

Constituída em 1961 enquanto uma perspectiva de combate ao comunismo pela via do desenvolvimento, a chamada Aliança para o Progresso (ALPRO) foi uma das principais agendas multilaterais entre Brasil, América Latina e EUA ao longo da primeira metade dos anos 1960, alimentando expectativas quanto à injeção de recursos para o desenvolvimento nos países do continente. Nos governos Jânio Quadros e João Goulart, as relações com tal iniciativa variaram entre a frustração diante das promessas não cumpridas e apreensão quanto

à sua incorporação entre os aspectos que constituíam a estratégia ofensiva dos EUA. Em *O Governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil (1961-1964)*, Moniz Bandeira retoma um debate sobre a situação das relações econômicas entre Brasil e EUA. Considerando que, ao contrário do que era defendido por setores da imprensa dos EUA, estudos da Embaixada Brasileira em Washington e mesmo produções intelectuais evidenciavam que a ajuda estadunidense era muito menor do que imaginava e seus impactos não alteravam a dimensão da grande remessa de capitais para a potência do norte. Ações como a ALPRO, a partir das condições colocadas, não alteravam esse quadro. Pelo contrário, constituíam numa forma de enquadramento do país ao receituário econômico-financeiro defendido pelos EUA:

Todas as verbas prometidas pela Aliança para o Progresso ‘aguardavam a eventualidade de uma submissão do Brasil às exigências norte-americanas sobre as desapropriações e à política financeira do FMI’. E, na verdade, o que ocorria não era uma transferência de capitais dos Estados Unidos para o Brasil e sim, ao contrário, um escoamento de recursos do Brasil para os Estados Unidos (Bandeira, 1978, p. 91).

Apesar de constituída no âmbito das reivindicações de movimentos que lutavam por maior autonomia e desenvolvimento para os países continentais, a resposta do centro hegemônico a partir da ALPRO evidenciava o descompasso entre a estratégia de ampliação das suas concessões e a manutenção das estruturas de dominação por parte de Washington. A sua transição enquanto recurso de desestabilização atingiu um ponto máximo com a transferência de recursos do programa para os governos estaduais que se contrapunham ao presidente Goulart. Num movimento que violava a própria estrutura institucional das relações exteriores do Brasil, Moniz Bandeira (2011) reitera que o Chefe de Estado cogitou denunciar tal postura, demonstrando seu conhecimento quanto ao que se passava nas relações entre os EUA e atores subnacionais.

Em relação às perspectivas brasileiras, um sentido relativamente contínuo entre a obtenção de vantagens econômico-financeiras junto aos EUA e a atenuação do caráter da PEI diante das pressões de Washington coexiste nas abordagens de Moniz Bandeira sobre os dois governos. Durante os meses de Jânio Quadros na presidência, os esforços de superação das desconfianças sobre a PEI se concentravam na determinação de seu caráter instrumental frente aos rumos da luta política no país. Segundo o autor, diferentes observadores internos e externos atribuíam a PEI certa dimensão manipulatória, no sentido de atrair segmentos que rejeitavam o programa de austeridade praticado internamente por Jânio Quadros (Bandeira, 2011). Tal leitura se transformou em uma característica reivindicada pela maioria dos autores

que contribuíram para a historiografia do tema, evidenciando os limites existentes na natureza da PEI enquanto um projeto autônomo de inserção internacional.

Durante o Governo Goulart, um, entre muitos outros episódios, pode ser tomado como exemplo quanto ao lugar ocupado pelos EUA na formulação da PEB. Para além das negociações envolvendo a revisão dos acordos financeiros do país e a busca de maiores recursos para o desenvolvimento, o episódio da Crise dos Mísseis foi significativo quanto às possibilidades de diálogo entre os dois Estados em meio às pressões domésticas e sistêmicas impostas ao Brasil. Conforme Paulo Fagundes Vizentini, as tensões envolvendo as superpotências no caso da possível instalação de Mísseis Soviéticos na Ilha Caribenha representou um importante episódio para PEI, na medida em que se fazia necessário “ceder em alguns pontos” diante do peso da situação (2004, p.201). Rememorando a atuação brasileira em Punta Del Este, o desafio da diplomacia residia em combinar a defesa da autodeterminação cubana com uma dose realista acerca do cenário que se apresentava. Nesse sentido, o governo brasileiro buscou construir uma solução conciliadora para o episódio, demonstrando o interesse em se posicionar enquanto um ator decisivo para a diminuição das tensões:

Mas o Brasil continuava a se opor à invasão de Cuba, conquanto fizesse concessões formais ao anticomunismo da OEA, e Goulart respondeu a Kennedy que não compactuaria com o atentado aos princípios de não-intervenção e de autodeterminação, sendo seu Governo, conseqüentemente contrário e hostil àquela iniciativa, se os Estados Unidos resolvessem consumá-la (Bandeira, 1978, p. 79).

Diante de mais uma questão que colocava em xeque a estabilização do sistema interamericano, a postura brasileira demonstrou certa continuidade de ação ao manter a perspectiva de afirmação de saídas não intervencionistas. Contudo, na concepção de Moniz Bandeira, a posição brasileira se mostrava “vacilante, dúplice e equívoca” e que (Bandeira, 1978, p. 80), a partir de seus encaminhamentos, teria contribuído para o avanço as tensões internamente. Ao chamar atenção para tal circunstância, o autor evidencia o quanto a PEI esteve submetida às pressões de diferentes correntes que discutiam o presente e o futuro da inserção internacional do país, não sendo objeto de pacificação entre o governo e os atores constituintes das lutas políticas e sociais naquele contexto.

Como um terceiro componente nessas relações, a participação estadunidense no golpe de 1964 se mostrou relevante no suporte ofertado aos conspiradores, no fortalecimento das oposições ao governo Goulart, na organização de uma ação preventiva e na atribuição de legitimidade ao novo regime. Nas duas obras, o enfoque atribuído às relações Brasil – EUA

no campo da Política Externa evidenciam a relevância da dimensão internacional no processo de deterioração da conjuntura brasileira no Pré-1964. Em *O Governo João Goulart: lutas sociais no Brasil (1961-1964)*, Moniz Bandeira recupera alguns dos capítulos mais conhecidos sobre essa movimentação, além de trazer outras questões relativamente secundarizadas na historiografia. Além das abordagens sobre as ações dos EUA no suporte ao IPES-IBAD, do apoio ofertado às candidaturas mais conservadoras no contexto das eleições de 1962 e do aumento da presença física de estadunidenses no Brasil, o autor sugere a existência de diferentes planos por parte de Washington em caso de um possível agravamento da situação ainda em 1963:

A CIA organizou, indubitavelmente, uma vasta operação especial, com suportes militares dentro e fora do País. Havia em Teresina (Piauí) um campo de pouso para helicópteros, clandestino, e, na Guiana Inglesa, uma pequena base norte-americana funcionava, sem o conhecimento do Presidente Cheddi Jagan, como posto de observação e com 15 aviões a jato, prontos para a ação, em caso de emergência. A operação especial não se limitou, porém, ao contrabando de material bélico para armar as forças da reação, explorando as agudas contradições internas que atassalhavam o Brasil ou a premeditar o assassinio dos Embaixadores de Cuba ou da União Soviética, a fim de criar problemas internacionais para o Governo de Goulart. Ela envolveu também a participação pessoal de militares norte-americanos, concentrando-se seus cuidados, particularmente, no Nordeste, cuja invasão (e isso não constituía segredo para o Governo do Brasil) o Pentágono planejara, diante da previsão de que lá irrompesse uma revolução inspirada pelo exemplo de Cuba (Bandeira, 1978, p. 136).

A partir de diferentes partes da estrutura do Estado norte-americano, os debates sobre o futuro do Brasil se transformavam em possíveis linhas de ação diante do que fosse considerado enquanto o desenvolvimento de um ato considerado subversivo. Passagens como essa chamam atenção para a dimensão atribuída à Washington na leitura de Moniz Bandeira. Longe de se resumir apenas aos embates relativos à inserção internacional do país ou ao choque de interesses acerca de agendas como os processos de nacionalização, perspectivas acerca de uma possível ação externa diante dos desdobramentos da conjuntura brasileira já seriam ensaiadas antes mesmo de 1964.

Ainda que o apoio a partir de diferentes estratégias de ação no contexto de deterioração, somado ao fato da organização da Operação Brother Sam, sejam fatos relativamente aceitos por parte da historiografia, persistem determinadas dúvidas acerca do nível de engajamento dos EUA em caso de possíveis consequências do golpe:

Seja como for, a polêmica sobre a intervenção direta dos Estados Unidos nos preparativos do golpe ainda persiste. Se já não há dúvidas quanto ao caráter

de apoio logístico da chamada ‘Operação Brother Sam’ (um porta-avião, seis contratorpedeiros, um porta-helicópteros e quatro petroleiros), que poderia chegar a Santos entre os dias 8 e 13 de abril, ainda não é possível afirmar, documentadamente, que os Estados Unidos estariam dispostos a um envolvimento direto num possível conflito armado mais prolongado (Fico, 2014, p. 43).

Num contexto de diferentes golpes de Estado pelo Terceiro Mundo, a experiência brasileira, no tocante aos interesses estadunidenses, ainda constitui uma agenda de pesquisa potencial. Trabalhos como o de Moniz Bandeira abriram caminhos para uma compreensão mais profunda sobre o golpe, do ponto de vista das relações externas. É a partir dessas e de outras contribuições que se propõe avançar na análise acerca das possíveis ações dos EUA diante de outros cenários fora aquele que de fato se materializou no final de março e início de abril de 1964.

Considerações finais

Luiz Alberto Moniz Bandeira desenvolveu o perfil de um intelectual em trânsito, contribuindo teórica e metodologicamente na construção de interpretações sobre os mais diferentes processos históricos envolvendo o Brasil e outros atores do sistema internacional a partir de uma perspectiva interdisciplinar. Nos caminhos entre a História, a Ciência Política e as Relações Internacionais, o baiano incidiu, mesmo que indiretamente, numa questão relevante para o reconhecimento das principais questões que permearam a conjuntura brasileira no contexto do golpe de 1964: qual o papel da Política Externa no acirramento da luta política e social no país?

Situadas em lugares relativamente distintos no âmbito da oficina da História, trabalhos como *O Governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil (1961-1964)* e *Brasil – Estados Unidos: a rivalidade emergente (1950-1988)* recuperam questões importantes relativas à caracterização da PEI, sua relação com o ambiente de conflitos nos últimos anos da Experiência Democrática Brasileira e o papel dos EUA no golpe. Diante de um movimento de reformulação da política exterior à luz das novas demandas de um país em busca de desenvolvimento e autonomia na esfera internacional, a Política Externa de Jânio Quadros e João Goulart constituiria uma espécie de aprofundamento de tendências registradas em governos anteriores, tendo como um dos principais desafios encarar o complexo debate sobre o presente e o futuro da inserção internacional do país.

No tocante ao ambiente de conflitos existentes em seu entorno, destacaram-se a existência de ao menos três dimensões. Entre disputas pela formulação, divergências entre o

Itamaraty e o governo e entre o Estado Brasileiro e os EUA enquanto ator e eixo central das relações internacionais do Brasil, o processo de reformulação da PEB envolveu contestações quanto ao papel da academia diplomática na condução das relações exteriores, mas principalmente disputas quanto à natureza de tais transformações. Nesse sentido, diante de um quadro de acirramento das lutas sociais no país, questões externas interagem com debates internos ao estabelecerem limites e possibilidades, contradições e afirmações sobre os possíveis rumos de um país diante de desafios conjunturais e estruturais.

Como um desdobramento da terceira dimensão, a participação dos EUA no golpe evidencia a internacionalização da crise brasileira. Sob o ponto de vista de Moniz Bandeira, a reconstituição de um aspecto central na compreensão da derrubada de Goulart assume múltiplas faces. Desde o exercício de pressões diplomáticas e iniciativas multilaterais de enquadramento da diplomacia brasileira até a violação aberta da soberania do país, o papel estadunidense nesse contexto se revelaria enquanto peça relevante na conformação do golpe de classe e limitação de um horizonte reformista e autonomista.

Luiz Alberto Moniz Bandeira apresenta um caminho alternativo para a produção de uma perspectiva crítica das relações exteriores, avançando na sua compreensão enquanto inscrita nas relações socioeconômicas mais gerais e capaz de, ao transcender os meios diplomáticos mais restritos, envolver diferentes segmentos dos setores dominantes e das classes trabalhadoras.

Referências Bibliográficas

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil (1961-1964)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **Brasil – Estados Unidos: a rivalidade emergente (1950-1988)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

BRUM, Thiago Pereira Caldas. **Ruptura e continuidade: as correntes historiográficas da política externa independente**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. **Empresários, Ditadura e Política Externa Brasileira. Continentes**, Seropédica, n. 4, p. 112-137, 2014.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **O governo João Goulart e o golpe de 1964: memória, história e historiografia**. Tempo, Niterói, v. 14, n. 28, p. 125-145, jan-jun. 2010.

DREIFUSS, René Armand. **1964: A Conquista do Estado: Ação Política, Poder e Golpe de Classe**. Petrópolis: Vozes, 1981

FERREIRA, Jorge. **A democracia no Brasil (1945-1964)**. São Paulo: Atual, 2006.

FICO, Carlos. **Além do golpe: a tomada do poder em 31 de março de 1964 e a ditadura militar**. Rio de Janeiro: Record, 2014.

IANNI, Octavio. **O Colapso do Populismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

JOFFILY, Mariana. Aniversários do golpe de 1964: debates historiográficos, implicações políticas. *Tempo e Argumento*, **Florianópolis**, v. 10, n. 23, p. 204-251, jan./ mar. 2018.

LOUREIRO, Filipe Pereira. **Empresários, trabalhadores e grupos de interesse: a política econômica nos governos Jânio Quadros e João Goulart, 1961-1964**. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

MALDONADO, L. E. O Jovem Moniz Bandeira entre poesia e militância em Salvador: sentidos de um itinerário intelectual. *Intelligere*, São Paulo, 11, p. 219-243, 2021.

MANZUR, Tânia Maria Pechir Gomes. **Opinião Pública e Política Exterior do Brasil (1961-1964)**. Curitiba: Juruá, 2009

MUÑOZ, Luciano da Rosa. **Intelectuais, militares, diplomatas: uma genealogia da autonomia no Brasil (1946-1974)**. Tese (Doutorado em Relações Internacionais) - Universidade de Brasília, Brasília, 2019.

OLIVEIRA, Henrique Altemani de. “A Operação Panamericana e a Política Externa Independente”. In: _____. **Política Externa Brasileira**. São Paulo: Saraiva, 2005.

RICUPERO, Rubens. **A diplomacia na construção do Brasil, 1750-2016**. Rio de Janeiro: Versal, 2017.

ROCHA, Ana Vitória Sampaio Castanheira. Um historiador que nunca dorme: os ‘anos vermelhos’ de Luiz Alberto Moniz Bandeira. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 28, n.77, p. 149-154.

SANTOS, Norma Breda dos. História das Relações Internacionais no Brasil: esboço de uma avaliação sobre a área. *História*, São Paulo, v. 24, n. 1, p. 11-39, 2005.

TOLEDO, Caio Navarro de. **O Governo Goulart e o Golpe de 64**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. **Relações Exteriores do Brasil (1945-1964): o nacionalismo e a política externa independente**. Petrópolis: Vozes, 2004.

“Comunistas, Subversivos e Perniciosos”: expurgos nas faculdades de Pelotas-RS ao longo da ditadura civil-militar

“Communists, Subversives and pernicious”: purges at the universities of Pelotas-RS during the civil-military dictatorship

Nathalia Lima Estevam,¹ UFPel

Resumo

O presente artigo é um recorte da pesquisa em desenvolvimento no Programa de Pós - Graduação em História da Universidade Federal de Pelotas. E visa analisar os primeiros anos do contexto de vigilância imposto pelo golpe civil-militar de 1964 nas faculdades da cidade de Pelotas. Tendo em vista a participação de membros do corpo militar, mas também civil. Logo nos primeiros dias de instauração do referido, instituições públicas em todo Brasil foram afetadas pelo Ato Institucional nº1, que articula a “operação limpeza” em instituições públicas de todo país. Nessas instituições a caça aos subversivos foi corriqueira. Da mesma forma, as universidades e faculdades públicas em Pelotas sofreram com a expulsão e a aposentadoria de membros progressistas do corpo docente e discente mobilizada por agentes repressivos nas instituições de ensino e por investigações militares.

Palavras-chave: Faculdades; Perseguição política; Expurgos; Ditadura civil-militar.

Abstract

This article is an excerpt from the ongoing research in the Postgraduate Program in History at the Federal University of Pelotas. It aims to analyze the early years of the surveillance context imposed by the civil-military coup of 1964 in the colleges of the city of Pelotas. Considering the participation of both military and civilian members, in the initial days of its establishment, public institutions across Brazil were affected by Institutional Act No. 1, which orchestrated the 'clean-up operation' in public institutions nationwide. In these institutions, the hunt for subversives was commonplace. Similarly, public universities and colleges in Pelotas suffered from the expulsion and retirement of progressive members of the faculty and student body mobilized by repressive agents within the educational institutions and military investigations.

Keywords: College; Political persecution; Purges; Civil-military dictatorship.

Introdução: As universidades no regime civil-militar

Os primeiros anos da ditadura civil-militar brasileira foram marcados pela repressão e perseguição ideológica. Nos órgãos públicos, expurgos de professores, técnicos e demais funcionários começaram logo nos primeiros dias de abril de 1964. Nas universidades o contexto era similar, através de invasões à *campi* universitários, Inquéritos da Polícia Militar

¹ Mestranda no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pelotas. É participante da Comissão para implementação de medidas de memória, verdade e justiça na UFPEL (CMVJ-UFPEL) em 2023. Desenvolve pesquisas sobre as instituições de ensino na cidade de Pelotas e a ditadura civil-militar.

(IPM's), e a criação de Assessorias Sumárias de Informação (ASI), os agentes repressivos buscaram “limpar” do ensino superior a possível subversão. É neste contexto que em 9 de abril de 1964, poucos dias após a instauração do golpe, é publicado o Ato Institucional nº1, que previa além de uma restauração “moral do Brasil”, a cassação de direitos políticos e a suspensão de garantias constitucionais para servidores públicos, entre outras determinações. O AI-1 foi acompanhado nas instituições públicas pela “operação limpeza”, que ocorreu em âmbito nacional e que tinha como objetivo livrar o funcionalismo público dos “subversivos” no primeiro momento, e dos corruptos logo após (Motta, 2014). Além de suas ações através do aparato burocrático, como a instauração de IPM's, a operação também agiu no contexto social ao incitar que parte dos civis buscassem pelos elementos “subversivos” através da criação de comissões de investigação nos órgãos públicos. Essas ações coibiram o desenvolvimento de projetos identificados como imorais ou subversivos, reprimindo, assim, as ações de funcionários, professores e alunos nas instituições de ensino superior (Ferreira, 2017).

É a partir deste contexto que o presente artigo pretende, por meio da documentação disponível no Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN), assim como nos documentos do Núcleo de Documentação Histórica Professora Beatriz Loner (NDH-UFPel), analisar os expurgos ocorridos nas faculdades de Pelotas a partir do ano de 1964. Esta pesquisa ainda está em andamento, e para o presente trabalho compreende até o ano de 1972, ano dos últimos expurgos registrados nas documentações pesquisadas até o momento. O estudo também objetiva apresentar a participação civil na manutenção deste complexo e burocrático emaranhado de informações e determinações adquiridas pelo regime ao longo dos anos.

Dessa forma, para compreender parte do contexto a que os indivíduos articulados ao golpe e também os afetados estavam é necessário elencar as principais instituições públicas de ensino e pesquisa presentes na cidade de Pelotas no ano de 1964. São elas, as Faculdades de Direito e Odontologia da Universidade do Rio Grande do Sul (URGS),² a Universidade Federal Rural do Rio Grande do Sul (UFRRGS) e o Instituto de Pesquisa e Experimentação Agropecuária do Sul (IPEAS). Ambas as instituições foram atingidas pela “operação limpeza” e conseqüentemente pelo AI-1. No contexto privado, outra importante instituição presente na cidade, a Universidade Católica de Pelotas (UCPel), deve ser evidenciada, pois embora não

² Atualmente Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

estivesse na esfera pública, passou a integrar investigações de condução similar às da “operação limpeza”.

Editado em 9 de Abril de 1964, o primeiro Ato Institucional do governo golpista previu no seu 7º artigo a suspensão temporária dos direitos constitucionais ou legais de estabilidade e vitalidade (Brasil, 1964a). Dessa forma, suspendeu pelo período inicial de 6 meses garantias políticas, e direitos dos servidores públicos. O documento ainda indica a possibilidade de extensão da vigência do mesmo pelo prazo de 10 anos, e aponta em anexo 102 nomes de sindicalistas, parlamentares, intelectuais, membros do corpo militar, entre outros "subversivos". Com o objetivo de “drenar o bolsão comunista cuja purulência já se havia infiltrado não só na cúpula do governo como nas suas dependências administrativas”(Brasil, 1964), o ato deu início à “operação limpeza”. Esta operação visou retirar em primeiro momento os “subversivos”, e posteriormente os corruptos das instituições públicas no país. Segundo Marília Silveira nas instituições de ensino superior, “Foram presos e expulsos professores, técnico-administrativos, pesquisadores e estudantes” assim como “foram formadas comissões, compostas por militares e civis, tendo professores das instituições, que cumpriram o papel de delatar, julgar e expulsar seus pares” (2014, p. 61).

O AI-1 foi, nos ambientes de pesquisa e ensino, um dos primeiros passos para a implantação consecutiva da Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento (DSND). Inspirada na National War College dos Estados Unidos, surge no fim dos anos 1940, no Brasil, a Escola Superior de Guerra (ESG). De acordo com Maria Helena Alves (1985), a instituição recebia instruções de consultores franceses e estadunidenses, e tinha por objetivo treinar seu pessoal para funções de direção e planejamento da segurança nacional, além de elaborar um método de análise e interpretação dos fatores diplomáticos, políticos, militares e econômicos que condicionam o conceito de estratégia. De acordo com Octávio Ianni, conforme Veridiana Oliveira (2018), essa doutrina visava, entre outros pontos, a segurança interna, inclusive contra opositores da mesma, e dessa forma passa a incorporar o meio civil.

Os processos inquisitoriais e as intervenções nas instituições de ensino superior em Pelotas

A partir das recentes pesquisas sobre a “operação limpeza” nas universidades, é possível inferir que suas ações ocorreram em dois momentos. O primeiro, por meio das intervenções nas reitorias e direções, e o segundo, nos procedimentos inquisitoriais e

expurgos. As intervenções nas direções e reitorias ocorreram para facilitar os processos de demissão e aposentadoria compulsória para docentes e técnicos, e a expulsão e investigação nas universidades. Dessa forma, gestores vinculados ao governo legalista recém deposto foram retirados de seus cargos, dando lugar a interventores escolhidos pelo Ministério da Educação ou pelo ditador-presidente, geralmente através de listas elaboradas nas próprias instituições. Outra forma de ação desta operação nas universidades foram os procedimentos inquisitoriais dentro das instituições de ensino. Segundo Rodrigo Sá Motta (2014), às autoridades delegaram às próprias instituições públicas o dever de investigar e punir seus servidores. E estas investigações poderiam ou não ser acompanhadas por militares.

Na Universidade do Rio Grande do Sul, a operação ocorreu através da suspensão de seu reitor e da formação de uma comissão de investigação. No início de 1964 a reitoria era ocupada por Eliseu Paglioli, antigo ministro da Saúde de João Goulart no período parlamentarista (1962), ligado ao Partido Trabalhista Brasileiro. Com a instauração do golpe, não demorou muito para que o reitor entrasse na lista de suspeitos de subversão e sua suspensão ocorresse. Ainda nos primeiros dias de abril Paglioli foi suspenso por Gama e Silva, então ministro da Educação e Cultura. Em 24 de abril o Conselho Universitário da instituição formou uma lista para aprovação do novo reitor. O nome de José Carlos Milano, que se mostrou posteriormente favorável à caça aos “subversivos”, fora aprovado por Castello Branco poucos dias depois (Motta, 2014).

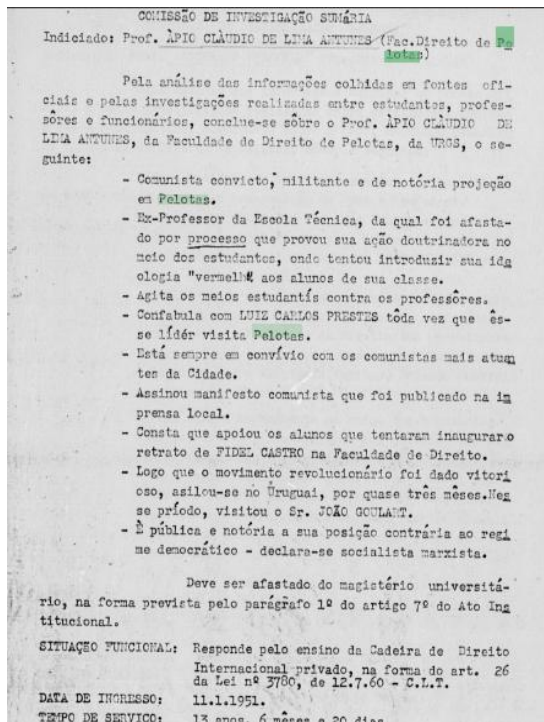
Logo no dia 18 de maio, quando Milano foi confirmado para a reitoria, foi criada a Comissão Especial de Investigação Sumária (CEIS) na universidade através da Portaria de nº 855, baixada pelo novo reitor. Segundo a Portaria, a estrutura da CEIS/URGS funcionaria “em cumprimento ao artigo 7º do Ato Institucional e ao Decreto nº 53.897, de 27 de abril de 1964, que o regulamentou” (UFRGS *apud* Mansan, 2009, p. 84). Mais tarde naquele ano o MEC enviou um telegrama à reitoria da universidade pedindo acompanhamento militar nas investigações. Dessa forma, o processo poderia ser assegurado sem possibilidade de intervenção na antiga gestão.

O trabalho da CEIS foi dividido em subcomissões, nas quais haveria um membro de cada faculdade. Nos *campi* de Pelotas as ações foram dirigidas por Gastão Pureza Duarte, na Faculdade de Odontologia, além de ter sido integrada por Delfim Mendes Silveira, da Faculdade de Direito (FD), Rosah Russomano, da FD, e ainda Ruy Martins Amaral Braga, da mesma instituição. Ao total foram atingidos pela CEIS quatorze funcionários, dez

aposentados e quatro demitidos, se configurando como um dos maiores expurgos movidos por comissões universitárias no país (Motta, 2014). Nos campi de Pelotas a atuação da Comissão resultou em uma dispensa e um aposentamento. Os professores Ápio Cláudio de Lima Antunes e Hugolino de Andrade Uflacher, da Faculdade de Direito, tiveram de se retirar da instituição, sendo acusados de comunistas e doutrinadores.

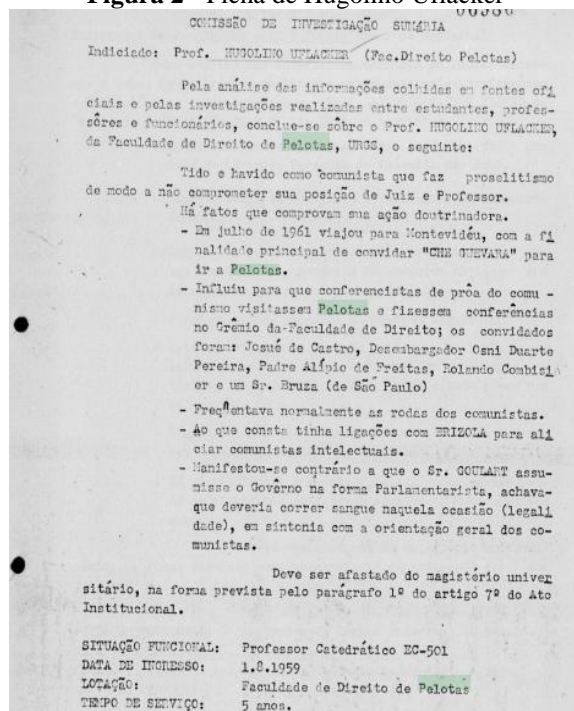
Apoiadas no 7º artigo do AI-1 as investigações da “operação limpeza” foram repetidamente pautadas por questões ideológicas em 1964. E nos relatórios apresentados pela Comissão da URGS ao fim do processo essas relações ficam evidentes. Como exemplo, a ficha de indiciamento de Ápio de Lima Antunes (Figura 1). Professor da disciplina de Direito Internacional, fora acusado de agitador dos meios estudantis, comunista convicto, militante de notoriedade local, entre outras acusações de cunho ideológico. Na ficha de Hugolino Uflacker (Figura 2), a frequência em rodas comunistas, assim como uma viagem em 1961 para Montevideo, de acordo com o documento, para convidar Che Guevara a ir em Pelotas configuraram sua dispensa do cargo ainda naquele ano. As acusações apresentadas visam atribuir aos investigados a falta de ética, e desmoralizar ideias progressistas e independentes presentes no contexto político do pré-golpe.

Figura 1 - Ficha de Ápio Cláudio de Lima Antunes



Fonte: ARQUIVO NACIONAL. BR DFANBSB V8. MIC, GNC. GGG. 83006986. Disponível em: <http://sian.an.gov.br/>. Acesso em: 10 mar. 2024.

Figura 2 - Ficha de Hugolino Uflacker



Fonte: ARQUIVO NACIONAL. BR DFANBSB V8. MIC, GNC. GGG. 83006986. Disponível em: <http://sian.an.gov.br/>. Acesso em: 10 mar. 2024.

Na Universidade Federal Rural do Rio Grande do Sul e no Instituto de Pesquisa e Experimentação Agropecuária do Sul não foi diferente, as ações ocorreram também nos

primeiros dias do golpe. A invasão do campus da Escola de Agronomia da UFRRGS e do IPEAS, no IPM intitulado “Subversão no município de Pelotas/RS” tinha o objetivo de investigar o treinamento de grupos dos onze³, e armamentos presentes no campus do IPEAS. O relatório ainda indica articulações políticas entre AEM e IPEAS na esfera social, atribuindo a professores e alunos acusações de propaganda petebista em seus ciclos sociais. Nesses primeiros dias de golpe, quatro professores das instituições foram presos, sendo eles Darcy Carret, funcionário do Instituto de Pesquisas e Experimentação Agropecuárias do Sul, IPEAS, Dr. Manoel Alves de Oliveira, agrônomo do IPEAS e professor de fitopatologia da Escola de Agronomia Eliseu Maciel, Dr. Amaury Alfredo de Arruda, agrônomo do IPEAS e Edilberto da Costa Amaral, professor de matemática da Escola de Agronomia Eliseu Maciel (DIÁRIO POPULAR apud Ferreira, 2017).

O contexto de vigilância nas instituições de ensino superior

Entre as documentações presentes no NDH-UFPel, analisamos uma entrevista em História Oral realizada pela professora Beatriz Loner no ano de 1992. E para compreender mais sobre o contexto da vigilância nas instituições de ensino superior do município, acionaremos para além da entrevista concedida pela professora Carmen Duarte, as fichas de investigados do SNI e as fichas de indiciamento da CEIS. Vinculada ao projeto “Reconstrução da Memória Histórica da Ufpel”, Beatriz Loner entrevistou Carmem Duarte, que foi professora da Faculdade de Ciências Domésticas (FCD) da UFRRGS, e posteriormente na Universidade Federal de Pelotas (UFPel). De acordo com Carmem Duarte houve dois momentos de intensa vigilância nas instituições de ensino que faziam parte, o primeiro em 1964, com instauração do golpe, e o segundo em 1969, logo após a instauração do Ato Institucional de nº 5. Segundo a professora,

[...] a gente estava dando aula e, daqui a pouco, um pé na porta... abria violentamente e entravam sargentos fardados. Aquilo era um terror para os professores, para os alunos; a gente não sabia o que ia acontecer, não sabia quem era quem... Isso tinha deixado um trauma muito grande!⁴

³ Este era um grupo revolucionário brizolista composto por 11 pessoas - associando sua formação a um time de futebol - que se organizavam em pequenas células que poderiam ser mobilizadas agrupadamente (Tavares, 2015).

⁴ Entrevista concedida à Beatriz Ana Loner, em 19/09/1992 intitulada “Reconstrução da Memória Histórica da Ufpel”. Sob a guarda do Núcleo de Documentação Histórica (NDH) da UFPel.

Além da possibilidade de intervenção durante as aulas, a professora ainda comenta sobre o envolvimento dos civis favoráveis ao golpe na instituição. Em consonância a estudos como de José Vale (2014), Duarte afirma que para ministrar a disciplina de Estudos de Problemas Brasileiros os professores eram designados pelo governo, e “era gente [...] que até tinha sido laureada no Serviço de Informação, e que aqui, no nosso caso [Pelotas], tinha sido delator dos próprios colegas.” Ainda segundo a professora,

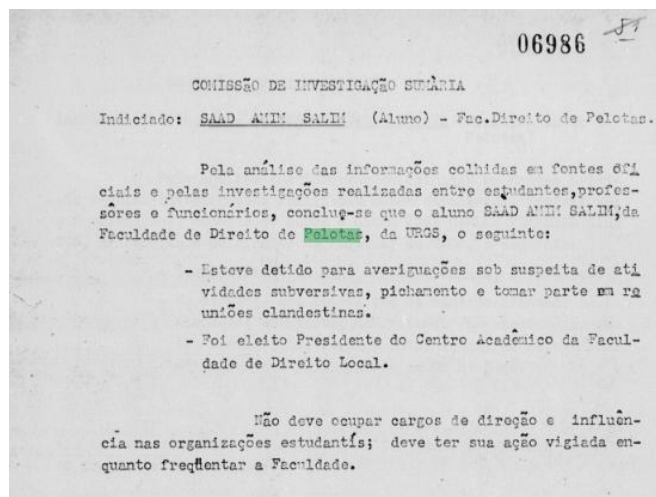
[...] aquilo era uma coisa terrível, porque arreventou com todo um sonho, porque trouxe uma total decepção, porque nos aterrorizou. A gente ficou totalmente aterrorizada e teve que se recolher.

A disciplina havia sido um sonho dos professores das ciências humanas das instituições de ensino superior na cidade, que aos fins dos anos 1960 pensavam em mudar a educação superior na cidade através da dissolução da tecnicidade presentes nos cursos e de estudos sobre as humanidades.

Sobre a participação de civis na caça aos “subversivos” ao longo do regime é relevante ressaltar, na Faculdade de Direito da URGs em Pelotas a colaboração assídua de Delfim Mendes Silveira, diretor daquela instituição, para com o regime. Além de sua rápida participação na Comissão de Investigação Sumária da URGs em 1964, três anos após, no ano de 1967, participou de uma comissão espontânea formada no mesmo campus da instituição pelos professores Ivo Wolff e Gastão Dias de Castro. Por meio das investigações, os alunos João Carlos Alberto Pinto Vieira, Claudio Torres da Silva e João Francisco de Pinedo Kasper sofreram processo administrativo após a ocupação do Restaurante Universitário em março daquele ano. E ao fim do processo, João Vieira, líder estudantil, foi expulso da instituição (Mansan, 2009).

De volta ao contexto de vigilância, na documentação do Sistema Nacional de Informação e da CEIS da URGs, as informações de seus investigados são fortemente mobilizadas. Endereço, horários de saída e chegada, assim como dados anexados das famílias dos investigados e determinações sobre sua situação fazem parte de fichas de investigação dos mesmos. A exemplo, as fichas de Saad Amin Salim (figura 3), estudante da Faculdade de Direito da URGs submetido a vigilância dos órgãos de informação. Saad Salim havia sido presidente do centro acadêmico da Faculdade de Direito em Pelotas, o que o configurou como possível indivíduo subversivo, tendo chegado a ser detido em 1964.

Figura 3 - Ficha de Saad Amin Salim



Fonte: ARQUIVO NACIONAL. BR DFANBSB V8.MIC, GNC.GGG.83006986. Disponível em: <http://sian.an.gov.br/>. Acesso em: 10 mar. 2024.

Vinculada a DSND, a “operação limpeza” também agiu em instituições privadas com o objetivo de conter o inimigo interno nas instituições de ensino. A partir de pesquisas nos processos indenizatórios, movidos pelo governo do estado do Rio Grande do Sul para com os afetados pelo golpe, Vânia Ferreira (2017) evidencia que na Universidade Católica, pelo menos três membros foram afetados pela operação. Vinculado à militância secundarista do PCB, em 1969, o estudante Ismael Carneiro fora preso e torturado, sendo expulso logo em seguida da Escola de Engenharia da UCPel. Já em 1972 outros dois casos, os professores Antônio Voltan e Alceu Salamoni foram submetidos a tortura por suas vinculações políticas. De acordo com as investigações de Ferreira nos processos de Voltan sua atuação na Ação Popular (AP) o havia comprometido, e seus torturadores queriam nomes de companheiros. Sem comprometer seus companheiros, Voltan é solto, após cerca de um mês como preso político. Assim, descobre que perdeu seu cargo como professor da Faculdade de Serviço Social da UCPel e de administrador no Centro Social do SESC. No caso de Alceu Salamoni, após cerca de um mês sob jugo dos militares fora solto e pode retornar a UCPel sem ministrar aulas, o que não deixou de causar reações. Sua participação, mesmo administrativa e sem lecionamento, era vista como perigosa, e moveu o secretário de segurança pública a enviar uma correspondência ao reitor da instituição sugerindo a demissão de Salomoni.

Na segunda onda de expurgos no fim de 1968 e início de 1969 outros dois professores foram atingidos em Pelotas. José Pio de Lima Antunes da Faculdade de Direito e Manuel Alves de Oliveira, docente da Faculdade de Agronomia da UFRRGS. Indiciado em um Inquérito da Polícia Militar, José Antunes foi posteriormente absolvido. Dessa forma, é

relevante ressaltar que para além do aparato de vigilância, as investigações também provocaram expurgos nas instituições de ensino. Estes ocorreram em larga escala, não se restringindo aos órgãos públicos.

A partir da reunião de instituições de ensino superior presentes na cidade de Pelotas, no ano de 1969 foi fundada a Universidade Federal de Pelotas (UFPel). Em sua gestão foram combinados, por um lado, as instituições públicas, a partir das Faculdades de Odontologia e Direito da URGS, os corpo universitário da UFRRGS, e o Instituto de Sociologia e Política, da URGS em Pelotas. E em outros institutos privados, como o Conservatório de Música de Pelotas, a Faculdade de Medicina, o Instituição Pró Ensino Superior do Sul do Estado (IPESSE), e a Escola de Belas Artes Dona Carmen Trápaga Simões. Para ocupar o cargo de interventor/reitor da instituição, Delfim Mendes Silveira (1969-1977) foi escolhido pelos militares. Como comentado anteriormente, como professor da Faculdade de Direito, Silveira participou do expurgo de dois colegas professores em 1964 e um aluno em 1967. E além de sua conexão institucional com o regime civil-militar, Silveira era parte da elite intelectual da cidade e segundo Gastão Pureza Duarte “era muito afinado com o Regime Militar”⁵.

Após pouco mais de um ano da instauração da Universidade, por demanda do Ministério da Educação e Cultura, é fundada a Assessoria Especial de Investigação Sumária da UFPel (AESI-UFPel). Vinculada ao Serviço Nacional de Informação, a AESI-UFPel tinha como principal objetivo exercer a vigilância sobre a comunidade acadêmica. Não obstante o chefe responsável, General Edson Vignoli foi de Oficial de Gabinete da reitoria à auxiliar de ensino da disciplina de Estudos de Problemas Brasileiros, passando pela Pró-reitoria Administrativa da instituição. Embora tenha durado até, pelo menos, 1983, a AESI-UFPel deixou pouquíssimos documentos. Entretanto, é possível inferir, a partir do material encontrado no SIAN, que suas investigações transpassam os muros da UFPel, e abrangem também a Universidade de Rio Grande e a UCPel. E para além, é possível observar sua atuação em várias esferas da instituição, desde os concursos até os informantes infiltrados nas classes.

Questões teórico-metodológicas

A pesquisa para realização deste trabalho ocorreu a partir da leitura de bibliografias pertinentes ao tema, assim como o exame no acervo digital do Arquivo Nacional. O site do

⁵ Entrevista concedida à Beatriz Ana Loner, em 19/09/1992 intitulada “Reconstrução da Memória Histórica da Ufpel”. Sob a guarda do Núcleo de Documentação Histórica (NDH) da UFPel.

SIAN (Sistema de Informações do Arquivo Nacional) que salvaguarda importantes coleções de documentos oficiais brasileiros está sendo vastamente utilizado na presente pesquisa. Entre relatórios de ações e fichas de alguns dos expurgados também é possível observar quais eram as acusações, assim como ressaltar a condução das investigações pelos agentes repressores. Nessa perspectiva, é relevante ressaltar que pesquisas sobre o contexto da ditadura nas universidades brasileiras a partir da documentação produzida por órgãos de vigilância estão ganhando espaço. A partir da implementação da Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527), parte dos arquivos referentes à ditadura civil-militar brasileira foram abertos e difundidos em plataformas digitais, o que corroborou para maior acesso público. Entretanto, mesmo a lei sendo vigente em âmbito nacional, muitos dos documentos referentes à repressão nas universidades ainda mantêm um status de “desaparecidos”. Isso porque, os documentos referentes às AESIs das instituições de ensino eram de responsabilidade das mesmas, e a abertura desses arquivos, assim como a investigação sobre os casos de repressão demandam a organização e criação de Comissões da Verdade para “trazer à luz” os documentos. Essa dificuldade para acessar os documentos gera um lento desenvolvimento das pesquisas relacionadas à atuação de sistemas de vigilância nas universidades.

Nesse sentido, o trabalho de Rodrigo de Sá Motta, *As universidades e o regime militar*, é uma das obras mais relevantes sobre o tema, evidenciando as múltiplas ações do aparato repressivo nas universidades. Outros pesquisadores também citam as ações desenvolvidas na universidade no contexto da ditadura, como no caso da dissertação de Jaime Mansan, que ao analisar os expurgos ocorridos na UFRGS, entre 1964 e 1969, utiliza documentos da instituição, principalmente de sua CEIS. Outra relevante contribuição é a dissertação de Leonardo Kantorski, que escreve sobre os expurgos ocorridos na Universidade Federal de Rio Grande sob a lógica da Doutrina de Segurança Nacional, entre 1969 e 1977. Ainda sobre a conjuntura da UFRGS, a dissertação de Letícia Fernandes utiliza os registros do Serviço Nacional de Informações sobre a universidade e propõe um importante debate acerca da vigilância institucionalizada.

Com relação à UFPel, a historiadora Vânia Ferreira traçou em sua dissertação um importante paralelo entre o contexto ditatorial e a criação da universidade. Ao longo de seu texto nos permite compreender o cenário nacional, pontuando ações e táticas de cada governo militar e como, ao analisar as primeiras décadas da universidade, suas ações reverberam na cidade de Pelotas. No entanto, investigações sobre os expurgos realizados na instituição não

foram pesquisadas até o presente momento. É nessa perspectiva que o trabalho aqui apresentado analisa as fichas presentes no SIAN de professores e colaboradores expurgados ao longo deste período. Esta pesquisa auxiliará a investigação sobre o ambiente de repressão e desenvolvimento da instituição.

Resultados parciais

Esta pesquisa está em fase inicial e tem como objetivo investigar não só os expurgos na cidade de Pelotas, mas também as relações de violência institucional ligada a rede de ensino superior na cidade, mais especificamente das faculdades que mais tarde se unificaram para instauração da Universidade Federal de Pelotas (UFPel). Instituída quatro anos após o golpe civil-militar, em 1969, a Universidade também foi palco de violência e repressão. Dirigida por uma gestão que atendia as demandas golpistas, a instituição cresceu ao passo em que reprimiu funcionários e estudantes. Esse crescimento, acompanhado de repressão ideológica, estava ligado à ideologia contida nas diretrizes da DSND, que atuava na repressão de agentes públicos, investigando atividades “subversivas”. Nesse sentido, a despolitização e desmobilização das repartições públicas pretendia prevenir-se da circulação de ideias progressistas para manutenção do golpe. Acompanhada dessa desestruturação política e pela perseguição de “subversivos”, a doutrina favorecia, na cidade de Pelotas, os interesses ideológicos e econômicos das elites pelotenses.

A estrutura repressiva apresentava-se não só em agentes do regime, mas também por intermediários institucionais, como os docentes nas instituições de ensino superior que operaram a partir da formação de Comissões e das Assessorias de Segurança e Informação (ASI), presentes em várias instituições no período. Assim, o presente trabalho compreende que a atividade repressiva não se absteve após a instauração da UFPel, mas se manteve articulada para repelir atitudes possivelmente subversivas na instituição, as quais, através de suas articulações, são o objeto de análise desta investigação.

Considerações finais

Embora em fase inicial, a presente pesquisa aponta para um número maior de expurgados do que os indicados em pesquisas anteriores, já que nem todos os funcionários que passaram por investigação e foram demitidos ou aposentados constam nas pesquisas enquanto expurgados. Dessa forma, entendemos que este tipo de pesquisa amplia a percepção

a respeito das práticas repressivas e punitivas presentes nas instituições de ensino superior durante a ditadura civil-militar, possibilitando assim novas respostas possíveis sobre o período na cidade de Pelotas. Contribuindo não apenas com o suprimento dessa lacuna nas investigações sobre a memória institucional e dos agentes ligados às instituições atingidas pelas investigações da “operação limpeza”, mas também buscando compreender as reverberações da DSND na cidade.

Fontes Legislativas

BRASIL. **Ato Institucional nº 1, de 9 de abril de 1964a**. Modifica a Constituição do Brasil de 1946 quanto à eleição, ao mandato e aos poderes do Presidente da República; confere aos Comandantes-em-chefe das Forças Armadas o poder de suspender direitos políticos e cassar mandatos legislativos, excluía a apreciação judicial desses atos; e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-01-64.htm Acesso em: 24/11/2023.

_____. **Decreto nº 53.897**, de 27 de abril de 1964b. Regulamenta os artigos sétimo e décimo do Ato Institucional de 9 de abril de 1964. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-53897-27-abril-1964-394234-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 24/11/2023. Seu caráter de base legal deve ser compreendido como recurso inconstitucional e arbitrário utilizado pelo bloco dominante para, através de certas formalidades apenas aparentemente “democráticas” (no sentido de democracia burguesa), buscar legitimidade para o regime ditatorial.

Arquivos Públicos

Arquivo Nacional.

Fontes Orais

Carmen Duarte da Silva. Entrevista concedida a Beatriz Ana Loner, em 19/09/1992 intitulada “Reconstrução da Memória Histórica da Ufpel”. Sob a guarda do Núcleo de Documentação Histórica (NDH) da UFPel.

Gastão Pureza Duarte. Entrevista concedida a Beatriz Ana Loner, em 19/08/1992 intitulada “Reconstrução da Memória Histórica da Ufpel”. Sob a guarda do Núcleo de Documentação Histórica (NDH) da UFPel

Referências Bibliográficas

ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)**. Petrópolis: Vozes, 1985.

DO VALE, J. M. F. Política de educação e política da universidade no pós-64. In: _____. **O Golpe de 1964 e a Ditadura Militar em Perspectiva**. 1. ed. São Paulo: Cultura acadêmica, 2014. p. 49–63.

FERREIRA, Vânia Farias. **Universidade Federal de Pelotas à época da ditadura civil-militar: memórias divergentes de uma trajetória.** Dissertação (Mestrado) — Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2017.

GONÇALVES, Darlise Gonçalves de. **Acolhei aos perseguidos!** Redes de mobilidade que salvaguardavam vidas na fronteira entre Brasil e Uruguai (1964-1975). Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2022.

KANTORSKI, Leonardo Prado. **Expurgo de docentes na lógica da Doutrina da Segurança Nacional: o caso da FURG (1969-1977).** Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Instituto de Sociologia e Política. Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2011.

MANSAN, Jaime Valim. **Os expurgos na UFRGS:** Afastamentos sumários de professores da Universidade Federal do Rio Grande do Sul no contexto da ditadura civil-militar brasileira (1964-1969). Dissertação (Mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2009.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **As universidades e o regime militar:** cultura política brasileira e modernização autoritária. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

OLIVEIRA, Veridiana Bertelli Ferreira de. **A UFSC na ditadura civil-militar:** um projeto de "desenvolvimento com segurança". Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2018.

SILVEIRA, Marília Brandão Amaro da. **Ditadura Civil Militar na Região Sul Gaúcha Militâncias e Rotas de Exílio.** Dissertação (Mestrado) — Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2014.

TAVARES, Tânia dos santos. Grupo dos Onze: a esquerda brizolista: (1963-1964). XXVI Simpósio Nacional de História, 2015, Florianópolis. **Anais eletrônicos**, p. 1-15 Disponível em:
https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548945016_8cdb2337b04cb0f1ead6b451d5f62331.pdf. Acesso em: 10 nov. 2022

Sindicalismo na ditadura: aspectos da constituição do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Lourenço do Sul

Trade unionism in the dictatorship: aspects of the constitution of the rural workers union of São Lourenço do Sul

Patrícia Schneid Altenburg,¹ UFPel

Resumo

O presente artigo é parte integrante da dissertação de mestrado desenvolvida por esta pesquisadora junto ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pelotas, que tem como problemática central a Trajetória do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Município de São Lourenço do Sul durante a Ditadura Civil-Militar que teve início em 1964, vertente do sindicalismo brasileiro rural ainda pouco explorada pela História e demais áreas das Ciências Humanas. Aqui, os objetivos traçados consistem em compreender o cenário no qual pequenos produtores e empregados rurais estavam inseridos anteriormente a fundação do sindicato, os fatores que levaram a fundação do mesmo e características da sua organização no que tange as relações externas construídas nesse processo, fazendo uso da Memória e da História Oral como aporte teórico metodológico.

Palavras-chave: Sindicalismo de Trabalhadores Rurais; Ditadura Civil-Militar; Memória; História Oral.

Abstract

This article is an integral part of the master's thesis developed by this researcher with the Postgraduate Program in History at the Federal University of Pelotas, which has as its central issue the Trajectory of the Rural Workers' Union of the Municipality of São Lourenço do Sul during the Civil-Military Dictatorship that began in 1964, an aspect of rural Brazilian trade unionism still little explored by History and other areas of Human Sciences. Here, the objectives outlined consist of understanding the scenario in which small producers and rural employees were inserted prior to the founding of the union, the factors that led to its founding and characteristics of its organization with regard to the external relations built in this process, making use of of Memory and Oral History as a theoretical and methodological contribution.

Keywords: Rural Workers Unionism; Civil-Military Dictatorship; Memory; Oral History.

Introdução

O período democrático situado entre o fim do Estado Novo de Getúlio Vargas em 1945 e o Golpe Civil-Militar em 1964, é lembrado pela efervescência de diversos movimentos sociais no campo, que reivindicando por melhores condições de vida e denunciando a repressão e a exploração presentes no meio rural, colocaram em evidência bandeiras que

¹ Licenciada em História pela Universidade Federal de Pelotas. Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História da mesma instituição. Bolsista Capes. E-mail: patricialtenburg@gmail.com. Número Orcid: 0000-0003-4660-3889.

enfrentariam discussões controversas nos espaços públicos de discussão, como a da reforma agrária, dos direitos trabalhistas e do direito de organização sindical no campo. (Medeiros, 2021)

Em referência ao último item citado, é importante destacar que, enquanto a legislação trabalhista dos centros urbanos previa desde a aprovação da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) em 1943, durante a Era Vargas (1930-1945), que cada categoria profissional, separando trabalhadores e empregadores, possuísse o seu próprio sindicato e esse fosse reconhecido pelo Ministério do Trabalho. (Ramos, 2010). A formação de sindicatos oficiais no meio rural seguia enfrentando entraves legais, sendo indicada pelo Ministério da Agricultura, a filiação dos grupos oriundos do campo a associações rurais mistas, reunindo em uma mesma entidade, tanto empregadores, quanto empregados (Comissão Camponesa da Verdade, 2014).

O que, no entanto, não impediu a formação paralela de algumas frentes camponesas de organização sindical, dado que as associações mistas não propunham representação igualitária para todos os distintos grupos existentes, ficando a direção destas entidades, na maioria dos casos, nas mãos de grandes latifundiários, que não visavam em sua administração, as reivindicações de setores subalternos, como pequenos produtores e empregados rurais.

Conforme Nora (2002) e Ramos (2010), destacaram-se nesse cenário, como entidades paralelas de luta e representação do homem do campo, as Ligas Camponesas, que surgiram na região nordeste do país, congregando arrendatários, parceiros, posseiros e pequenos produtores; o Partido Comunista Brasileiro (PCB), atuante através da União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil, cuja organização compartilhava os mesmos anseios de mudanças do partido, com relação aos trabalhadores do campo; e o Movimento dos Agricultores Sem Terra (MASTER) no estado do Rio Grande do Sul, que se notabilizou por sua rápida ascensão e expansão durante o mandato do então governador gaúcho, Leonel Brizola.

Grupos os quais, se tornaram conhecidos por serem combativos, ostensivos e de militância aguerrida, cujas lutas muito contribuíram para que determinados direitos fossem reconhecidos ao homem do campo, mas que, contudo, não esgotam as possibilidades de pesquisa na área, dado que outras frentes surgiram no período, na disputa pela hegemonia da representação do homem do campo.

Com ênfase para a Igreja Católica, que após 1940, fundando e inserindo, após 1940, também se direcionou a fundar e inserir diversos setores voltados para a denúncia das precárias condições de vida dos camponeses e exaltação de características e valores preponderantes nas áreas rurais, como o trabalho em comunidade e a cultura popular. Contudo, em comparação as demais, se diferenciava especialmente pelo seu caráter conservador e massivo combate às ideias comunistas, que segundo a mesma eram disseminadas pelos grupos de esquerda supracitados (Ramos, 2010).

No estado do Rio Grande do Sul, o movimento conservador católico seria liderado pela Frente Agrária Gaúcha (FAG), entidade fundada em 1961 e voltada à organização dos trabalhadores gaúchos do campo, responsável por criar entre os anos de 1963 e 1977, 224 sindicatos de trabalhadores rurais, reflexo de seu acelerado crescimento e propagação tanto entre comunidades católicas, quanto protestantes, onde seus ideais ganharam grande aceitabilidade (Bassani, 2009).

Em suma, é possível aduzir que a Frente dominou a esfera do sindicalismo rural no estado gaúcho, sobretudo após o Golpe Civil-Militar de 1964, quando movimentos como o MASTER foram duramente reprimidos e seus líderes perseguidos, presos e torturados, resultando na sua desarticulação (Nora, 2002). Enquanto a FAG angariava cada vez mais associados, muito em razão das propostas e ações assistencialistas que apresentava aos trabalhadores rurais, que lidavam com o desamparo público e as dificuldades do cotidiano de sua profissão, mas que não se sentiam mobilizados pelo tipo de sindicalismo promovido pelas frentes de esquerda, tampouco se identificavam com as associações e sindicatos patronais. Trabalhadores estes, cuja atuação pouco é estudada pela historiografia e demais áreas das ciências humanas.

Por essa razão, o presente trabalho, que advém da comunicação apresentada no VI Evento Discente do Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal de Pelotas, tem como questão norteadora a apresentação de alguns aspectos da atuação de um sindicato em específico, vinculado a Frente Agrária Gaúcha, fundado em plena Ditadura Civil-Militar, constituído em um município interiorano de colonização germânica e localizado na porção sul do estado do Rio Grande do Sul: o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Lourenço do Sul, fruto da dissertação de mestrado que está sendo desenvolvida por esta pesquisadora junto ao Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal de Pelotas. Os objetivos aqui elencados consistem em compreender, por meio da história oral, o

cenário no qual pequenos produtores e empregados rurais estavam inseridos anteriormente a fundação do sindicato, os fatores que levaram a fundação do mesmo, ou seja, a pretensão daqueles sujeitos ao optarem pela organização sindical, as características da sua organização inicial e relações externas construídas nesse processo, visando apresentar ligeiramente uma pequena parte do material utilizado na dissertação.

Memória e História Oral: discussão teórico-metodológica

Para compreender com detalhes a organização dos sindicalistas rurais de São Lourenço do Sul, concluiu-se ser fundamental recorrer a Memória, erigindo-a como o conceito principal dessa discussão, cabendo aqui algumas considerações acerca da mesma.

Descrevendo a sumariamente, o historiador francês Jacques Le Goff (1990, p. 423) define “a memória, como propriedade de conservar certas informações (...) conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas.”

Ampliando tal conceitualização, Márcia Menendes Motta (2012) caracteriza-a como uma vinculação direta ao passado, que se alimenta de lembranças vagas, contraditórias e acrílicas, por sua vez explicadas por intermédio do presente. Do qual recebe incentivos que a legitimam como o conjunto de lembranças de um determinado grupo, constituídas somente por alguns elementos selecionados do passado, encarregados de conferir-lhe coerência e ordenamento. Dessa forma, a memória possui forte atuação na construção das identidades de grupo, “consagrando elementos pelos quais os indivíduos se veem pertencentes a determinado coletivo, muitas vezes em detrimento de outrem” (Motta, 2012, p. 25).

Reconhecido pelos seus estudos sobre memória e identidade, o sociólogo Michael Pollak (1989, n.p.) complementa as afirmações de Motta (2012), ao definir a primeira como “uma interpretação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado que se quer salvar”, a qual se integra “em tentativas mais ou menos conscientes de definir e reforçar sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais entre coletividades”. Como é o caso dos próprios sindicatos, entidades que buscam referências no passado visando a manutenção da coesão do grupo e a definição de seu respectivo lugar, mas também a demarcação das oposições irreduzíveis. São, portanto, conforme o autor, funções essenciais da memória comum a manutenção da coesão interna e a defesa das fronteiras daquilo que o grupo tem em comum, tal como o que o difere do outro.

Á vista disso, uma discussão pertinente a ser abordada, diz respeito a diferenciação entre História e memória. Explorando as relações entre ambas, Enzo Traverso (2012) define a história como a escrita a respeito do passado e de acordo com as modalidades e regras do ofício do historiador, escrita que nasce da memória para depois se libertar dela, à medida que coloca o passado à distância e o olha com criticidade, transformando-a em um dos seus objetos. Enquanto, ao contrário, a memória é subjetiva, qualitativa, despreocupada com comparações, contextualizações e generalizações, e não carece de provas, posto que, quando não relatada por um mentiroso consciente, se traduz sempre na verdade do depoente, na imagem que este atribuí ao passado. Para Traverso (2012), tanto a memória individual, quanto a coletiva não são inertes, são sempre construções filtradas por conhecimentos adquiridos em momentos seguintes, por reflexões e experiências que se sobrepõem modificando aquela recordação inicial.

Ainda é necessário destacar que a construção da memória tem como alicerce igualmente a lembrança e o esquecimento, implicando que determinado grupo opere escolhas quanto aos fatos do passado que deseja conservar e rememorar, enquanto sublima, oculta ou esquece outros. Esquecimento esse que, individual ou coletivo, traduz-se como elemento fulcral para o estudo da história do tempo presente (Motta, 2012).

Nesse sentido é presumível que a memória sindical, com a qual se trabalha aqui, assuma determinadas semelhanças entre si, mas também divergências, conforme os fatores acima expostos, capazes de modifica-la no decorrer do tempo, o que é absolutamente inerente a todos os grupos humanos da terra e não desqualifica tampouco diminuí a significância das memórias dos sindicalistas para esta pesquisa, desde que se faça uso com responsabilidade dos métodos de análise e reflexão que concernem a profissão de historiador.

Frente ao exposto, a estratégia metodológica aqui utilizada trata-se da História Oral, descrita por Verena Alberti (2005, n.p.) como um método de pesquisa multidisciplinar “que privilegia a realização de entrevistas com pessoas que participaram de, ou testemunharam, acontecimentos, visões de mundo, como forma de se aproximar do objeto de estudo”. Tratando-se em suma, do estudo “de acontecimentos históricos, instituições, grupos sociais, categorias profissionais, movimentos, conjunturas, etc.”

Conforme Luisa Passerini (2011), a sua utilização como objeto de pesquisa e análise, pode revelar informações que fontes escritas não contemplam.

A oralidade apresenta um quadro distinto. O papel é muito mais fortemente, e imediatamente, emotivo – isso porque o interlocutor está presente, faz perguntas ou pelo menos acena positivamente ou faz expressões de desaprovação. (...) Este aspecto, longe de ser um atentado contra a objetividade, é um modo de recuperá-la. A emotividade faz emergir, na relação intersubjetiva, indícios preciosos que, de outro modo, seriam perdidos (Passerini, 2011, p. 40).

Em complemento, o historiador e sociólogo britânico Daniel James (2004) pontua que, ao se trabalhar com a oralidade, lida-se inevitavelmente com contradições que, no entanto, podem trazer grande auxílio na tentativa de remontar o cotidiano dos trabalhadores pesquisados. “O testemunho oral é mais desorganizado, mais paradoxal, mais carregado de contradições e, talvez, por causa disso, mais fiel à complexidade das vidas da classe trabalhadora e da memória desta” (James, 2004, p. 311).

Por conseguinte, as fontes históricas aqui utilizadas consistem em relatos orais de membros fundadores do Sindicato de Trabalhadores Rurais de São Lourenço do Sul. Dentre os entrevistados contatados até o momento para comporem a dissertação de mestrado, foram selecionados dois indivíduos, cuja atuação junto ao sindicato no período mostrou-se bastante significativa e atende bem aos objetivos propostos nesse trabalho. Sendo eles o Senhor Ronald Spiering, figura de articulação no processo de criação e secretário durante os primeiros dez anos de funcionamento da entidade, e o senhor Balbino Schneid, membro fundador e presidente do STR no período de 1972-1984.

O local de estabelecimento do sindicato: algumas considerações sobre São Lourenço do Sul

Constituída em 1858, com a chegada dos primeiros imigrantes alemães e pomeranos à região, a colônia de São Lourenço, que posteriormente viria a ser o município de São Lourenço do Sul, foi concebida desde o princípio enquanto uma colônia agrícola por seu idealizador e fundador Jacob Rheigantz. Responsáveis por ocupar 80% das terras do interior do município, os pomeranos que para cá migraram, já eram anteriormente conhecidos por serem um povo iminentemente rural e habituado ao trabalho agrícola, o que facilitou os projetos de Rheigantz (Hammes, 2014).

Apesar de, no princípio, os colonos encontrarem inúmeras dificuldades ao serem assentados em meio à mata virgem e inexplorada, São Lourenço, já no primeiro século, atingiu considerável sucesso enquanto colônia agrícola, sucesso esse que costuma ser

atribuído fundamentalmente pela literatura à boa fertilidade do solo, à grande capacidade de trabalho e às técnicas de cultivo adquiridas no dia-a-dia pelos colonizadores. O que propiciou o crescimento gradativo do porto mercante fixado às margens do Arroio São Lourenço, por meio do qual os produtos produzidos na colônia eram escoados para mercados consumidores próximos, como as cidades de Pelotas e Rio Grande (Maltzahn, 2011).

Todavia, a literatura local que faz referência aos anos preambulares da colonização alemã e pomerana em São Lourenço costuma citar o baixo interesse da administração pública em realizar investimentos na região, deixando ao encargo da administração do núcleo e dos próprios colonos a ação de suprir suas necessidades mais primárias, como educação, infraestrutura, saúde e segurança, as quais eram viabilizadas por diversas reuniões entre o diretor e os colonos.

O que torna plausível pontuar que o desamparo público para com São Lourenço foi um dos fatores favoráveis ao fortalecimento da unidade e ao surgimento de um associativismo, ao pressionar os colonos a se unirem em prol de serviços cruciais à sobrevivência do núcleo colonial. Muitas destas demandas foram atendidas pelas diversas associações que foram sendo criadas na colônia, as quais tinham como objetivo inicial a manutenção da herança cultural, mas que logo se estenderam para outras esferas (Salamoni, 2001, p. 09).

A memória dos sindicalistas: o que dizem as lembranças?

Criado efetivamente em 23 de setembro de 1967, quando foi realizada a primeira assembleia da entidade e eleita uma junta governativa que regeria provisoriamente a sua administração, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Lourenço do Sul, ao contrário de outros sindicatos fundados no período, já possuía a sua carta sindical desde 1966, oriunda de um movimento anterior, que se desfez por razões ainda pouco esclarecidas, o que facilitou em certa medida a constituição da entidade estudada pelos sujeitos envolvidos nesse processo. Todavia, embora necessário mencioná-lo, este trata-se de um assunto ainda ininteligível nesta pesquisa, o qual, esta mestranda pretende apurar até a entrega de sua dissertação, enquanto aqui serão analisadas informações presentes nos relatos orais de igual importância.

Calha iniciar por ressaltar que antes da concreta fundação do STR, grande parte dos trabalhadores do campo no município não possuía vinculação a nenhuma entidade de representação da classe, conforme o depoimento do senhor Ronald Spirieng, havia na época somente cooperativas no município, com ênfase para a “Cooperativa Agrícola Mista e

Cooperativa de Arroz”.² Havia ainda, uma Associação Rural que mais tarde assumiria a nomenclatura de Sindicato Rural, a qual embora alguns dos futuros associados do STR, fossem filiados, não se sentiam efetivamente beneficiados, dado o seu direcionamento para a representação do setor patronal rural, como os grandes latifundiários do município, Apesar disso constata-se ter grande insistência por parte da associação, para convencer pequenos produtores pela filiação, inclusive após a fundação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, o que gerava atrito entre diretoria e funcionários de ambas as entidades.

O que houve muito foi uma rivalidade entre o sindicato, esse que nós criamos e o Sindicato Rural, isso aí barbaridade, porque se discutia muito se aquele agricultor era do Sindicato dos Trabalhadores Rurais. Esse Sindicato Rural, eles consideravam que o trabalhador rural era o empregado dos grandes e não do pequeno agricultor, eles queriam forçar aquele que tivesse 10, 15 hectares de terra a se associar com eles e não com nós, isso aí havia muita briga, então muitas vezes eu discutia com eles.³

No que tange aos fatores que motivaram os trabalhadores a se organizarem e optarem pela filiação ao STR, se destaca o encaminhamento para obtenção da sonhada aposentadoria que nas palavras do Senhor Ronald Spiering “começou a motivar o agricultor⁴”, uma vez que estes trabalhadores, que até então, sentindo-se bastante afastados da cobertura do poder público, viam no sindicato um meio para obter e pleitear direitos antes considerados inacessíveis.

Uma grande ajuda pra gente começar a organizar esse sindicato foi que naquela época começou a aposentadoria dos agricultores (...) e aqui em São Lourenço não havia representação de Funrural, aí nós organizávamos esses agricultores com 65 anos e encaminhava, alugava um ônibus e tinha que ir pra Pelotas e o sindicato era quem abonava. (...) E assim começou e isso motivou o agricultor que pensava: - bom vou ter que me associar para poder me aposentar. (...) E aí foi indo, dois, três anos bem motivados e acho que já tinha uns mil associados.⁵

Tendo a aposentadoria do produtor rural funcionado igualmente como fator motivacional para filiação e para o aumento acelerado do quadro social da entidade, permitindo que funcionários como Spiering, que dentre outras incumbências exercia a função de encaminhar os pedidos de aposentadoria, obtivessem grande reconhecimento e admiração da comunidade, inclusive após o passar de várias décadas. “Hoje cinquenta anos depois, as

² Entrevista concedida em 20 de maio de 2022.

³ Entrevista concedida em 20 de maio de 2022.

⁴ Entrevista concedida em 20 de maio de 2022.

⁵ Entrevista concedida em 20 de maio de 2022.

vezes eu encontro gente que fala: - ah foi tu que aposentou meu pai. Eu não aposentei ninguém, é só que nós preenchíamos a documentação”.⁶

Enquanto isso, o Senhor Balbino Schneid destaca como uma das grandes conquistas do sindicato responsáveis por atrair associados, a função de levar atendimento médico e odontológico a comunidade a preços populares: “também médico e dentista, tudo era particular na época (...), nós recebemos uma farmácia, um dentista, um médico e o gabinete, o ambulatório, isso foi conquistado”,⁷ visto que fora do âmbito do sindicato, estes serviços eram pouco acessíveis aos trabalhadores do campo, que em sua maioria não tinham plano de saúde.

Além dos serviços de saúde, Spiering destaca a assistência agrícola e o fornecimento de sementes pelo STR: “assim como hoje, também se fornecia sementes e tinha também na época, eu me lembro uma lambreta, aí nós conseguimos um técnico agrícola pra dar assistência pros agricultores associados do sindicato.”⁸ e também serviços burocráticos, jurídicos e contábeis, igualmente caros e de difícil alcance para a maioria dos trabalhadores do campo da época:

Encaminhamento para Modelo 15, imposto de renda, se tinha que fazer as propostas pra fazer encaminhamento de banco, tudo isso era feito lá, emplacamento de veículo ou para encaminhar o IPVA, aí tinha o despachante, mas o sindicato fazia pros associados por uma taxinha pequena ou de graça, pros outros fazia também, mas aí cobrava o dobro.⁹

Por fim, a atuação do sindicato se dava também por meio da oferta de cursos profissionalizantes e de ampliação dos saberes de ofício, direcionados para os homens e as mulheres associadas, além das bolsas de estudos enviadas pelo Ministério da Educação, cujo repasse e seleção dos contemplados se dava através do STR.

Tinha muito curso, pra qualquer trabalho, tinha corte e costura, tinha crochê, tinha tricô, isso tudo não só na sede, mas também no interior. E esses cursos de pedreiro, eletricista, isso foi uma época muito importante, eles recebiam uma bolsa, o aluno além de participar e não pagar nada, recebia uma bolsa e certificado. Tinha também bolsa de estudos do MEC para filhos de associados, para quem vinha dinheiro.¹⁰

⁶ Entrevista concedida em 20 de maio de 2022.

⁷ Entrevista concedida em 24 de maio de 2022.

⁸ Entrevista concedida em 20 de maio de 2022.

⁹ Entrevista concedida em 20 de maio de 2022.

¹⁰ Entrevista concedida em 20 de maio de 2022.

Bolsas essas, que conforme Schneid, de eram de exclusividade dos filhos dos associados: “tinha uma certa pontuação que o aluno tinha que ter nas provas né, aí conforme recebia eles mandavam. Era um auxílio para o estudante, tinha que ser agricultor e tinha que ser associado”.¹¹

Ao abordarem características da entidade após a sua fundação, especialmente no que se refere as relações externas e as alianças políticas construídas para o alcance de interesses e a obtenção de direitos junto a esfera pública, ambos os entrevistados destacam o contato e a presença de figuras políticas de diferentes instancias ligadas ao partido situacional, a Aliança Renovadora Nacional (ARENA).

Quando eu tava no sindicato o prefeito era o João Thofehr e o Pedro Tomaschewki, já tinha um relacionamento super bom, isso a nível municipal, a nível estadual era o Peracchi esse que foi ministro antes e depois foi governador, mas o grande elo de ligação que eu tinha era o Chiarelli, ele na época foi secretário do Trabalho e da Ação Social em Porto Alegre, naquela época a gente fazia muitas reuniões e ele sempre participava, ele trazia até o ministro para as assembleias.¹²

A fala supracitada de Spiering é enfática quanto a presença recorrente de Carlos Chiarelli, na época Secretário do Trabalho e da Ação Social do governo do Rio Grande do Sul, com a qual Schneid concorda: “o Chiarelli ele entrava numa porta e saía na outra, muito nos ajudou o Chiarelli”¹³. Contudo, este julga ser ainda mais próxima a relação com o prefeito municipal, sobretudo na esfera particular do depoente, evidenciando que os diretores da entidade mantinham relações de amizade com governantes para além do campo profissional, dada a admiração com que se refere ao referido prefeito, descrito ser bastante popular no município.

Quando eu cheguei no sindicato, o João era o prefeito e sempre a relação era muito boa, ele nos ajudou muito, precisávamos de um caro ele nos mandava, também se ele precisava de alguma coisa do sindicato a gente estava a disposição também. (...) Nas assembleias ele ia as vezes sem convidar, quando menos esperava o João estava lá, aí ele cumprimentava todo mundo e estava todo mundo também na volta dele, era o rei de São Lourenço.¹⁴

Por fim, é muito enaltecida pelo senhor Spiering, a visita do Ministro do Trabalho em algumas assembleias realizadas pela entidade junto ao seu quadro social. “A gente fazia

¹¹ Entrevista concedida em 24 de maio de 2022.

¹² Entrevista concedida em 20 de maio de 2022.

¹³ Entrevista concedida em 24 de maio de 2022.

¹⁴ Entrevista concedida em 24 de maio de 2022.

assembleia geral lá na Boa Vista, vinha o Ministro do Trabalho, era o Arnaldo da Costa Prieto, ele vinha pras reuniões lá na Boa Vista, lá no interior, e isso motivava muito o pessoal.”¹⁵

Schneid inclusive salienta ter desenvolvido certa amizade com o ministro, chegando a compartilhar de uma carona com o mesmo para um evento tradicionalmente realizado na zona rural de São Lourenço do Sul. “O Arnaldo da Costa Prieto, como ministro, teve aqui em casa uma vez e me levou na festa do Barão, uma coisa que quase não acontece, então das autoridades não tenho queixa.”¹⁶

Em resumo, o cenário descrito nas falas dos senhores Ronald Spiering e Balbino Schneid para além de expor certa identificação entre os diretores, funcionários e demais membros do sindicato para com o caráter conservador do governo, gerando inclusive relações de amizade e admiração, também denota a sua utilização como um campo de negociações para obter demandas que eram caras a comunidade, entendendo ser aquele um caminho viável, visto que o regime ditatorial consentia o tipo de sindicalismo rural que era ali sustentado.

Considerações finais

As conclusões a serem anunciadas ao final desta pesquisa são ainda passíveis de alteração, dado que a análise de outras fontes escritas e a realização de novas entrevistas com distintos depoentes podem apresentar novas perspectivas de entendimento e reflexão a medida que o trabalho avança. Todavia, os caminhos percorridos e o contato com as fontes até então examinadas, vem confirmando a existência de um discurso voltado ao atendimento das demandas daqueles que constituem o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Lourenço do Sul, ainda que utilizando-se de caminhos que fogem a lógica dos sindicatos combativos e reafirmam a prevalência de relações diretas com sujeitos vinculados ao governo.

Necessita-se também destacar a singularidade do grupo de trabalhadores analisado, que dentro da historiografia é majoritariamente compreendido como sendo de direita. Visão essa que carece ser cuidadosamente debatida, levando em conta a complexidade da origem e da identificação cultural daqueles sujeitos, bem como o contexto de constituição e atuação do referido sindicato, que margeia uma simbologia de interpretação que permite compreendê-los como sendo mais de direita, mas também ora de esquerda, dado que na prática os interesses e

¹⁵ Entrevista concedida em 20 de maio de 2022.

¹⁶ Entrevista concedida em 24 de maio de 2022.

direitos pleiteados pelo grupo se assemelham em grande medida com aqueles reclamados por outros grupos formados entre as camadas subalternas do campo, tal como o MASTER no estado gaúcho.

Por tal, não se percebe somente cedência ou cooptação entre os membros do STR de São Lourenço do Sul, e sim a presença de um campo de negociação. Onde a tecitura da ação dos sindicalistas no geral busca contornar o sistema que se impôs de maneira desfavorável contra os trabalhadores, após a implantação da ditadura. Diante de um leque de possibilidades apresentado pelo próprio regime, escolhas exequíveis são feitas pelos trabalhadores a partir das leituras de mundo e contexto que fazem, ocasionando que determinados discursos e posicionamento sejam adotados, visando o alcance de interesses.

Fontes

Entrevista com o Senhor Ronald Spiering, realizada em 20 de maio de 2022, em sua residência na cidade de São Lourenço do Sul/RS.

Entrevista com o Senhor Balbino Schneid, realizada em 24 de maio de 2022, em sua residência na cidade de São Lourenço do Sul/RS.

Referências Bibliográficas

ALBERTI, Verena. **Manual de história oral**. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

BASSANI, Paulo. **Frente Agrária Gaúcha e sindicalismo de trabalhadores rurais**. Londrina: EDUEL, 2009.

COMISSÃO CAMPONESA DA VERDADE. **Relatório final**: violações de direitos no campo 1946-1988. Brasília: [s. n.], dezembro 2014.

HAMMES, Edilberto Luiz. **A imigração alemã para São Lourenço do Sul**: Da formação de sua Colônia aos primeiros anos após seu Sesquicentenário. 1. ed. São Leopoldo: Studio Zeus, 2014.

JAMES, Daniel. Contos narrados nas fronteiras: A história de dona Maria, história oral e questões de gênero in: BATALHA, Cláudio H. M; SILVA, F. Teixeira da; FORTES, A. (orgs.). **Culturas de Classe**. Campinas, Ed. da Unicamp, 2004, p. 287-314.

LE GOFF, Jacques. Memória. In: **História e memória**. 5. ed. Campinas: UNICAMP, 2003, p. 419-476.

NORA, Helenice Aparecida Derkoski Dalla. **A organização sindical rural no Rio Grande do Sul e o surgimento do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Frederico Westphalen (1960-1970)**. Dissertação de Mestrado (Mestrado em História Regional) - Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2002.

MALTZAHN, Paulo César. **A construção da identidade étnica teuto-brasileira em São Lourenço do Sul (década de 1980 até os dias atuais)**. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.

MOTTA, Márcia Maria Menendes. História, memória e tempo presente. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (org.). **Novos Domínios da História**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012. cap. 1, p. 21-36.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. Empresariado rural, modernização da agricultura e violência no meio rural brasileiro. **Revista Latinoamericana de Trabajo y Trabajadores**, [s. l.], p. 183-214, maio-outubro 2021.

PASSERINI, Luisa. **A memória entre política e emoção**. São Paulo: Letra e Voz, 2011.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, p. 3-15, 1989.

RAMOS, Carolina. A construção do sindicalismo rural brasileiro. In: VI Simpósio Nacional Estado e Poder: Cultura, 6., 2010. **Anais** [...] UFS, 2010. Disponível em: <http://www.historia.uff.br/estadoepoder/6snepc/GT1/GT1-CAROLINA.pdf>. Acesso em: 27 jul. 2022.

SALAMONI, Giancarla. A imigração alemã no Rio Grande do Sul: O caso da comunidade pomerana de Pelotas. **História em Revista**, Pelotas, v. 7, p. 25-42, dez 2001.

TRAVERSO, Enzo. História e memória: uma dupla antinômica? In: TRAVERSO, Enzo. **O passado, modo de usar**: história, memória e política. 1ª. ed. Lisboa: Edições Unipop, 2012, p. 21-53.

**“Faz-se desde já sentir a necessidade de medidas repressivas contra a vagabundagem”:
o imediato pós-abolição em Pelotas/RS (1888)**

*"The need for repressive measures against vagrancy is now felt": the immediate aftermath of
abolition in Pelotas/RS (1888)*

Alisson Barcellos Balhego,¹ UFPEL

Resumo

O presente trabalho tem por intuito apresentar uma análise sobre uma matéria de um periódico da imprensa escrita, no ano de 1888, para observar aspectos daquele cotidiano e representações noticiadas em relação a população preta e parda, livre e liberta, de Pelotas/RS, após a abolição da escravidão. Sendo assim, trabalharemos por intermédio de notícias, as formas como essa população foi reprimida e estabelecer uma reflexão que auxilie a compreender a construção do preconceito racial em Pelotas, no imediato pós-abolição. A atuação da imprensa fazia parte de um sistema de controle e classificação social, ou seja, um conjunto de práticas e processos próprios da sociedade do período, que produz e reproduz preconceitos raciais. Sendo assim, ela não apenas reproduzia o preconceito racial presente na sociedade brasileira da época, como era produtora de estereótipos racializados.

Palavras-chave: Racialização; Imediato pós-abolição; Pelotas/RS.

Abstract

The present work aims to present an analysis of an article from a written press periodical, in the year 1888, to observe aspects of that daily life and representations reported in relation to the free and liberated black and brown population of Pelotas/RS, after the abolition of slavery. Therefore, we will work through news, the ways in which this population was repressed and establish a reflection that helps to understand the construction of racial prejudice in Pelotas, in the immediate post-abolition period. The press' actions were part of a system of social control and classification, that is, a set of practices and processes specific to society at the time, which produced and reproduced racial prejudices. Therefore, it not only reproduced the racial prejudice present in Brazilian society at the time, but also produced racialized stereotypes.

Keyword: Racialization; Post-abolition; Pelotas/RS.

Introdução

O presente trabalho tem como objetivo apresentar uma breve análise em relação a uma notícia de um periódico da imprensa do ano de 1888, para através dela observar aspectos daquele cotidiano e representações noticiadas sobre a condição da população preta e parda, livre e liberta, após a abolição da escravidão. Sendo assim, trabalharemos por intermédio de uma publicação feita no jornal *Echo do Sul*, um periódico de Rio grande, que tinha circulação

¹ Doutorando em História – PPGH/UFPEL.

na cidade de Pelotas/RS e trazia em suas duas primeiras páginas diversas matérias sobre a Princesa do Sul.

As matérias divulgadas nesse periódico no ano de 1888 e que tem relação com a população negra da localidade são bem diretas. E dão conta de uma necessidade de controle sobre essas pessoas. Nesse sentido, a imprensa escrita estava inserida em um sistema de controle e classificação de sujeitos, ou seja, fazia parte de um conjunto de práticas e processos próprios da sociedade do final do século XIX, que produzia e reproduzia preconceitos raciais.

Nessa circunstância, ela não apenas esboçava o preconceito racial presente na sociedade brasileira daquele período histórico, como era produtora de estereótipos racializados, o que contribuía com a construção de uma visão preconceituosa a respeito da população negra local.

Em Pelotas, assim como em diversas localidades do país, o fim da escravidão foi duramente sentido, no município isso é especialmente sentido nas charqueadas. E mais, aquela organização social entendia ser imprescindível disciplinarizar as classes populares para o trabalho e para a noção de progresso. Em razão disso, houve um esforço das elites para tornar as penas mais pesadas, abrangentes e para criminalizar a conduta do desocupado, pois a percepção daquele meio social era de que a pena constituiria uma regeneração moral.

Sendo assim, após a abolição muitos dispositivos são criados sob vestes de progresso e de alcance de uma civilidade (Schwarcz, 2012). O *Código Penal* de 1890, por exemplo, é um mecanismo que foi parte importante desse processo por abarcar normas que visavam a perseguição das camadas populares, em sua grande maioria pretos e pardos libertos. Nele foi criminalizada a chamada “vadiagem” e a capoeira no mesmo tipo penal, dessa maneira especificando o alvo a quem se dirigia o projeto punitivo da República, tudo envolto em discursos de correção moral pelo trabalho.

Dessa maneira, estereótipos de vagabundagem, alcoolismo, criminalidade, promiscuidade são utilizadas dentro desse contexto e também auxiliam a fomentar a criminalização dessa população, no sentido de estimular uma necessidade de controle social e policial sobre os corpos dessas pessoas.

E através do trabalho com periódicos jornalísticos são apresentadas muitas possibilidades averiguação daquele contexto social como, por exemplo, a observação da construção de estereótipos. Principalmente se nos atentarmos ao tratamento disposto pela imprensa pelotense aos libertos no período imediatamente posterior ao 13 de maio de 1888 ou

a forma como era representado o cotidiano dos personagens de cor, fragmentos de histórias de vida, dinâmicas sociais no espaço público, a desigualdade social e racial, indícios de linchamentos raciais, embates vividos e estratégias pensadas pela população negra, formas de inserção no mundo do trabalho livre, dentre outros aspectos do cenário complexo do pós-abolição em Pelotas.

O jornal impresso, nessa perspectiva, permite ao profissional de história compreender muito do percurso realizado pelas pessoas no passado, um espaço em que se representa a realidade vivida. É resultado de uma série de práticas sociais de determinada época, e aqueles que a produzem formatam imagens da sociedade que serão certamente reproduzidas em outras épocas históricas (Capelato, 1988).

Ainda assim, o uso desse tipo de fonte precisa ser explorado de forma crítica para que a pesquisa não seja comprometida, ou seja influenciada pelo discurso exposto na fonte e, construindo uma análise precipitada, sem crítica e superficial do documento.

No tópico a seguir, iremos apresentar informações sobre o jornal *Echo do Sul*, para na sequência expor uma análise que corrobore com o entendimento da fonte, daquele contexto social e depois exibir literatura que auxilie a compreender o período histórico e as dificuldades enfrentadas pela população negral local.

Echo do Sul

O *Echo do Sul*, jornal que iremos trabalhar, é um periódico de Rio Grande. Esse documento possui conflitos em relação a sua data de fundação. Esta teria ocorrido em 12 de fevereiro de 1857 ou em 10 de outubro do dito ano. Ainda existe quem argumente que poderia ter acontecido em 1854, já Francisco Rüdiger aponta que a fundação ocorre em Jaguarão em 1856 (Rüdiger, 2003).

As dúvidas também se fazem presentes no que tange a data de término do jornal, pois alguns autores indicam o ano de 1934 como o último do jornal, baseados principalmente no acervo existente na *Biblioteca Rio-Grandense* e em depoimentos da época. Enquanto Rüdiger aponta que, em 1937, o recém-proclamado Estado Novo determinou, através de ato oficial, o fechamento de diversos jornais, entre eles do rio-grandino *Eco do Sul* e do porto-alegrense *A Federação* (Rüdiger, 2003).

O *Echo do Sul* teve diversos redatores como Pedro Bernardino de Moura, Carlos Eugênio Fontoura (1858), Carlos von Koseritz (1862-64), Lobo da Costa (1872-1873),

Bernardino Antônio de Gouveia Pacheco (1874), Manuel Bernardino Mello Guimarães (1874-1879), Carlos Miller (1884-1885), Rocha Galo (1889-90), João José César (1890-1892), Alfredo Rodrigues de Oliveira (1893), Armando Passos Paradedá (1923-1925), Frederico Carlos de Andrade (1925) e Roque Aita Júnior (1931). Também houve outros proprietários, como Tomás de Melo Guimarães (1880-1890) e Alfredo Rodrigues de Oliveira (1890-1934).

No que diz respeito a localização de seu escritório e tipografia, ela esteve em constante mudança ao longo dos anos. Entre 1859 e 1862, estava situado na rua da Praia, 135 (nome, entre 1829 e 1865, para a atual Floriano Peixoto), depois em 1874, passou a ser editado no número 74 da mesma rua, conhecida atualmente como D. Pedro II (nome dado em 1865). Em 23 de junho de 1875, mudou-se para a rua General Osório (nome atual, desde 1865), número 7 e 9; finalmente em 1889, a tipografia volta para a rua D. Pedro II, agora no número 82.

Ao longo do ano de 1888 o *Echo do Sul* tem ativa atuação opinando e reportando situações daquele cotidiano que abrangiam os rumos que estavam sendo tomados no período, nesse sentido o jornal apresenta matérias sobre a proximidade do fim da abolição, sobre o projeto de repressão a ociosidade e sobre a necessidade de repressão aos libertos que será acentuada após a promulgação da *Lei de nº3.353*.

Tensão na transição: Uma breve análise sobre o cotidiano do imediato-pós abolição em Pelotas

Imediatamente após o 13 de maio, são muitas as notícias que tratam da população de ex-escravizados da localidade. Nesses textos são utilizadas muitas menções a “vadiagem”, são textos que colocam pessoas negras como seu principal alvo, o que podemos observar no trecho a seguir de 24 de maio de 1888:

Faz-se desde já sentir a necessidade de medidas repressivas da vagabundagem.

Numerosos libertos vagam pelas ruas da cidade sem encontrarem trabalho em parte alguma. Se isto agora é assim, que dirá quando em junho tiverem de ser despedidas as três quartas partes de negros que trabalham nas charqueadas! (*Echo do Sul*, 24/05/1888, p. 1).

Ocorre que a abolição do sistema escravocrata provocou o um atrito no processo de marcha para a civilização que estava se formando, pois ela fomentou “a separação entre o trabalhador e sua força de trabalho” (Chalhoub, 2012, p. 65). Entretanto, para dar prosseguimento a “marcha para a civilização” era improtelável convencer a população liberta,

que agora era dona de sua força de trabalho a vender essa capacidade para o capitalista empreendedor.

A parte prática dessa questão significou a elaboração de mecanismos para empurrar essas pessoas para o trabalho. Entretanto, para que esse movimento fosse executado era necessário um esforço que girava entorno da construção de valores que iriam formar uma nova simbologia do trabalho. Logo, seria deixado de lado o caráter degradador característico do trabalho em uma sociedade escravista, para tomar um valor positivo e fomentar a implementação de uma ordem burguesa no Brasil, como explica Chalhoub (2012):

Com a libertação dos escravos, as classes possuidoras não mais poderiam garantir o suprimento de força de trabalho aos seus empreendimentos econômicos por meio da propriedade de trabalhadores escravos. O problema que se coloca, então, é de que o liberto, dono de sua força de trabalho, torne-se um trabalhador, isto é, disponhasse vender sua capacidade de trabalho ao capitalista empreendedor. Por um lado, esse problema tinha seu aspecto prático que se traduzia na tentativa de propor medidas que obrigassem o indivíduo ao trabalho. Por outro lado, era preciso também um esforço de revisão de conceitos, de construção de valores que iriam constituir uma nova ética do trabalho. [...] o conceito de trabalho precisava se despir de seu caráter aviltante e degradador característico de uma sociedade escravista, assumindo uma roupagem nova que lhe desse um valor positivo, tornando-se então o elemento fundamental para a implantação de uma ordem burguesa no Brasil (Chalhoub, 2012, p. 64-65).

Desse modo, a transição do trabalho baseado em mão de obra escravizada para o trabalho livre no Brasil do século XIX, colocou as classes dominantes da época perante a necessidade iminente de realizar reajustes no seu universo mental e moldar a sua visão de mundo às transformações socioeconômicas que estavam em andamento. No mundo de outrora, ordenado pela presença de escravizados, a questão do trabalho era escassamente problematizada na esfera das mentalidades, ou seja, o trabalhador cativo era propriedade do senhor e o mundo do trabalho estava obviamente vinculado à esfera mais ampla do mundo da ordem, que consagrava o princípio da propriedade (Chalhoub, 2012).

Dentro desse processo de transição foi incessante a busca por estabelecer um controle social sobre os libertos. E no âmago desse esforço estava o empenho por criminalizar a conduta do “vadio”. No processo de repressão à vadiagem, a suspeição era generalizada, todavia, estava mais direcionada para os indivíduos “de cor” do que sobre os outros trabalhadores. Sendo assim, amedrontados pelas formas de controle e registro de conduta em cadernetas, por exemplo, bem como por intervenções policiais em busca de “vadios”, batidas em cortiços, é certo que o exercício da liberdade, da mobilidade e da cidadania como

caminhar pela rua ou dar uma festa em casa ou num clube, acabava se tornando problemático e frequentemente perigoso para pessoas negras, independentemente de terem ou não passado pela escravidão (Rosa, 2014).

Nesse aspecto, a ociosidade apenas poderia ser praticada por quem tivesse como garantir sua sobrevivência (Chalhoub, 2012), mas esse conceito precisa ser conjugado junto a definição de racialização de Wlamyra Albuquerque (2009), para assim compreender melhor aquela realidade, afinal de contas o Brasil é um país racializado:

Racialização traduz raça como noção em construção, a mercê de circunstâncias e propósitos políticos diversos, que podem ser ou não antagônicos. Na perspectiva que proponho, o termo é peça chave¹¹. Enquanto raça soa como ideia elaborada em circuitos científicos, racializar dizia respeito a concepções postas em movimento no dia a dia das decisões administrativas, das páginas dos jornais, da agenda abolicionista, dos estatutos dos principais clubes carnavalescos da Bahia da época (Albuquerque, 2009, p. 295).

Assim sendo, a concepção de vadiagem é utilizada substancialmente para perseguir a população negra que entrava em igualdade jurídica com o resto daquela sociedade. E por óbvio, em cima desses corpos a intensidade do uso é latente. Nesse sentido, o Brasil emancipacionista segue perseguindo a preservação a senhorialidade dos antigos proprietários de escravizados, recriando distinções entre os brancos e a população de cor (Albuquerque, 2009).

Ainda nessa perspectiva, os numerosos conflitos individuais em situações de trabalho dentro do contexto mais amplo da competição entre populares para proporcionar sua sobrevivência em condições desfavoráveis, são conflitos nacionais e raciais, e demonstram a mais comum dessas tensões advindas da luta pela sobrevivência (Chalhoub, 2012). Então, a população preta nesse período histórico passa por uma situação de tensão que está vinculada tanto a sua vivência do trabalho, quanto em relações do cotidiano com outras pessoas pobres, mas que são brancas.

Karl Monsma, evidencia que os imigrantes estavam inteirados da lógica em voga no final do século XIX, ou seja, a de que eles estavam sendo trazidos para substituir os escravizados. O fato de que no oeste paulista os trabalhadores europeus se inseriram nas mesmas posições ocupacionais que os libertos, além de estarem submetidos como eles à vigilância e à repressão policial, gerava entre pessoas nascidas no Velho Mundo a ojeriza de

serem tratados como pessoas negras, em virtude disso recorriam à cor como forma de se diferenciar da população preta (Monsma, 2007).

Portanto, a transição do século XIX para o XX em terras brasileiras, difundiu características tão dramáticas, quanto decisivas para o destino futuro da nação. O Brasil foi a última nação do Ocidente a dar fim ao sistema de trabalho escravagista, depois dos Estados Unidos (1865) e de Cuba (1886). Um ano e meio após a promulgação da lei áurea caía a Monarquia, extremamente vinculada à escravidão e que no fim estava isolada entre as demais forças políticas. Logo, esse cenário se mostrava propício a todo tipo de utopia e projeção. E a República surgiu alardeando promessas de igualdade e de cidadania, uma concepção de modernidade que se impunha como etapa inevitável. O grande modelo civilizatório que seria objetivado era o da França, com seus circuitos literários, cafés, teatros e uma sociabilidade urbana almejada em outras sociedades (Schwarcz, 2012).

É importante destacar que com a experiência moderna da emancipação e da assimilação, que teve início já no contexto da Revolução Francesa experimentaram um tipo de suspensão das restrições de fundo legal, moral, político e social, tradicionalmente vigentes. O que levou aquela organização social a um sentimento bastante generalizado de que era possível "erguer-se da escravidão", se distanciar do isolamento e acreditar na promessa da inclusão e da mobilidade ascendente. Cenário esse que foi convulsionado pela entrada dos racismo e das teorias raciais, que impuseram novas divisões entre os grupos humanos, agora justificadas por argumentos e teorias biológicas. Então, no lugar da trajetória assimilacionista que se apresentava como estrada de percurso longo, mas possível, houve a retomada de um projeto hierárquico, agora pautado na diferenciação racial (Rosa, 2014).

Ou seja, fica nítido que o século XIX inaugurou um novo capítulo na história da percepção das diferenças físicas entre europeus e não-europeus. A noção científica de raça era a crença que embasava a ideia de que a humanidade estava naturalmente dividida e hierarquizada em grupos biológicos, portadores de especificidades e inerências morais e comportamentais imutáveis, determinadas e transmissíveis hereditariamente. Por conta disso, a vontade e a ação de indivíduos e grupos seriam inexistentes. Todavia, raça não tinha existência natural, não era um "fato biológico" e muito menos um componente cientificamente identificável. Ela consistia em uma poderosa construção cultural, inventada durante a expansão europeia em busca de territórios e mão de obra exploráveis, mas também reinventada nesses mesmos territórios. Logo, a raça passou a existir como um elemento

componente das relações estabelecidas entre dominantes e dominados e entre as estabelecidas entre os próprios dominados (Rosa, 2014).

Em outras palavras, não é por nada que a noção de raça foi renovada no século XIX, momento crítico da desagregação das relações servis. Ao deixarem de ser cativos, a população preta ingressou na cidadania. E no entendimento senhorial, a liberdade e outros direitos civis que dela decorriam quando associados a essa população eram frequentemente vistos como uma ameaça, como um caos, como uma reversão da ordem estabelecida, como uma perda de poder e de privilégios. Com o fim formas escravistas de domínio foi criada uma demanda por novos meios de controle dos trabalhadores. A raça durante o período do escravismo, forneceu essa justificativa para barrar a ampliação dos direitos civis aos cativos à medida que se tornaram livres, no sentido de manter velhas hierarquias políticas entre os que viviam em liberdade (Rosa, 2014).

Ou seja, a desagregação do domínio e da autoridade senhoriais durante o século XIX foi acompanhada por uma crescente importância da raça nas relações sociais, em que os significados atribuídos aos tons de pele orientaram a redefinição das hierarquias e dos conflitos sociais no Brasil. Assim sendo, raça e cor, principal critério racial, passaram a ser componentes centrais das relações sociais, respondendo a anseios políticos de naturalização e perpetuação das desigualdades. Se antes da abolição a condição social das pessoas negras era dada pelos estatutos jurídicos escravistas, depois da Lei Áurea essa condição passou a ser definida principalmente pela cor (Rosa, 2014).

Ainda assim, é importante destacar que Racialização e racismo não representam nenhum tipo de sononimia. O racismo é a face nociva da racialização. Em diversas sociedades dispersas no tempo e no espaço, racializa-se para referendar ou constituir hierarquias, para assegurar poder e prestígio para determinados indivíduos e grupos. Nesse sentido, o Brasil emancipacionista é o mesmo que tenta preservar a senhorialidade dos antigos proprietários de escravos, recriando distinções entre os brancos e a população de cor. Assim, o que me interessou foi como aquela sociedade convulsionada por graves mudanças políticas e culturais preencheu o conceito de raça com significados próprios, trazidos à baila em diferentes ocasiões (Albuquerque, 2010).

A seguir iremos trabalhar uma proibição feita no final do século XIX em Pelotas, que visava deslocar as pessoas pretas e pobres que viviam em cortiços situados no centro da

cidade para as áreas mais distantes do município. Essa ação é parte do processo de controle e vigilância fomentado pela imprensa escrita local e ocorre no país inteiro.

Deslocamento ou empurrão: O processo de mobilidade populacional forçado em Pelotas

O processo de perseguição fomentado nas páginas de periódicos jornalísticos como o *Echo do Sul*, resultou em alguns esforços tomados pelas autoridades pelotenses. Um deles é o deslocamento das pessoas pretas que viviam em habitações modestas no centro da cidade. Ou seja, em virtude do contexto de medo desenvolvido, foram tomadas atitudes no sentido de controlar a mobilidade dessas pessoas. Com isso são criados momentos de “empurrão” que esse conjunto populacional vivenciou vinculados a ocasiões de profundas transformações do espaço urbano. O primeiro deslocamento está relacionado ao início da década de 80 (1881) e é aprofundado após a abolição da escravatura em 1888 (Moura, 2006).

Essa intensificação do deslocamento se dá por intermédio da *Lei Provincial*, número 1717 de 19 de dezembro de 1888 aprovada em um *Código de Posturas* para a localidade. O texto dessa normativa trata das edificações, do calçamento, das estradas, caminhos e rios navegáveis, aborda a polícia sanitária, a segurança dos habitantes, os jogos proibidos, a aferição e controle de pesos e medidas, as companhias responsáveis pelos serviços públicos e aumentava o controle sobre a organização e a forma da cidade (Moura, 2006).

Em 1888 a área aumentada detém seus os limites leste e oeste são indicados pelas ruas Gonçalves Chaves, Santo Antônio, Paysandú e São Domingos, hoje respectivamente Gonçalves Chaves, Senador Mendonça, Barão de Santa Tecla e Benjamin Constant (Moura, 2006). Portanto, o perímetro engloba praticamente toda a área urbana de Pelotas, empurrando a população negra para os arrabaldes da cidade.

Em relação a esses momentos de “empurrão” é importante destacar que entre a elaboração do primeiro perímetro de proibição de construção de cortiços e o segundo, a Câmara Municipal incluiu, no orçamento de 1885, um novo imposto para as edificações desta cidade, chamadas cortiços. Foi estabelecida a quantia de 500 réis por cada metro quadrado de terreno edificado com tais prédios (Moura, 2006).

A primeira área de proibição foi definida em 1881, período em que está em voga essa política de restrição à construção de cortiços em determinadas áreas da cidade. Sendo seus limites leste e oeste são indicados pelas ruas Gonçalves Chaves e pelo curso do Arroio Santa Bárbara. Então, estava proibida a construção ou a manutenção de cortiços nas áreas de

expansão urbana de cota mais alta e, conseqüentemente, menos suscetíveis a enchentes. Foram instituídos valores para o serviço obrigatório de alinhamento das construções feito pelo Engenheiro da Câmara assim como para as multas a serem pagas se a lei fosse desrespeitada (Moura, 2006).

Esse tipo de movimento acontece em várias localidades do País, cidades como Salvador, Recife e Porto Alegre almejavam, assim como a capital do país, desfazer a sobreposição de diferentes grupos sociais nas áreas centrais da cidade. Com instrumentos adaptados e de acordo às suas realidades, todas associaram intervenções para “deter” as epidemias e eliminar a “promiscuidade” entre o espaço público e privado das zonas centrais, com a exclusão de moradias populares e homogeneização “por cima” dos moradores destas áreas (Marins, 1998).

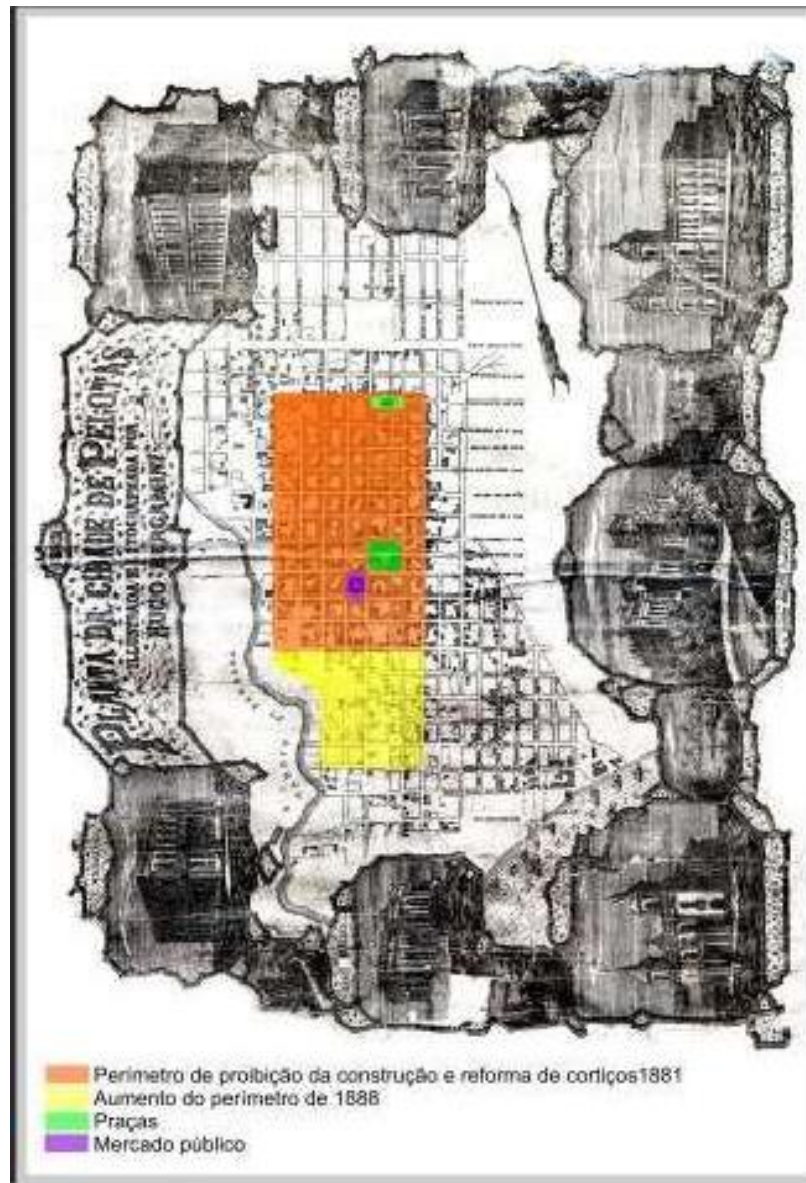
A pesquisadora Daniele Vieira ao analisar Porto Alegre, indica que na condição de moradias coletivas destinadas à população de baixa renda, os cortiços passam a ser considerados viveiros do crime, focos de epidemias e, principalmente, ameaças à saúde pública. Nesta perspectiva, há uma intensa campanha pela eliminação dos cortiços e outras formas de moradias coletivas localizadas na área central, que conta com a criminalização da imprensa a estes espaços. A legislação é um dos mecanismos utilizados para promover o massivo deslocamento da população de menor renda do espaço central em direção às zonas periféricas. A manipulação tributária e as novas normas presentes no Regulamento Geral de Construções (1913) em Porto Alegre tiveram influência no direcionamento da classe que irá habitar o núcleo central e as zonas servidas pelos melhoramentos urbanos (Vieira, 2017).

Assim como explica Daniele Viera (2017), o conjunto populacional que habitava moradias de baixa renda, é empurrado para outras regiões da cidade, enquanto os grupos abastados ocupam esses espaços e ainda fazem uso de estímulo financeiro do poder público tanto no sentido de ocupar, como para a construção de novos prédios:

Os moradores dos cortiços se veem obrigados a deslocarem-se para outras regiões, enquanto que grupos de maior poder aquisitivo irão ocupar os novos prédios construídos no lugar das antigas habitações, sob o estímulo financeiro do poder público. Assim, tais normatizações determinaram a instituição não apenas de um novo padrão de construções, mas também de um novo padrão de moradores para os espaços servidos pelos melhoramentos urbanos (Vieira, 2017, p. 70).

Já no que diz respeito ao quadrilátero estabelecido através de lei municipal na Princesa do Sul, este tinha uma abrangência relevante no que diz respeito a extensão geográfica da localidade tanto em 1881, como para 7 anos após. Como fica representado através do mapa base de 1882, disposto a seguir:

Figura 1 – Mapa da Cidade de Pelotas



Fonte: Mapa base de 1882. NEAB/FAURB/UFPeL.

Quanto aos tipos de moradias voltadas a população mais pobre, ou os cortiços, Rosa Maria Rolim de Moura (2006) identifica os tipos arquitetônicos que constituíram essas habitações em Pelotas a partir de notícias de jornais locais, relatórios de visitas sanitárias as habitações da cidade e pesquisa no arquivo municipal de projetos. Nesse sentido, são três

tipos de construções que podiam ser definidas como cortiços em Pelotas: o galpão, o portão e o contrafeito.

O portão foi uma modalidade freqüente na cidade de Pelotas. Reproduzindo as mesmas características daqueles construídos em Porto Alegre e em outras cidades, eram formados por fitas de casas desenvolvidas no sentido longitudinal do lote com pequena rua interna onde, geralmente, situavam-se as latrinas e os tanques para uso coletivo. Dependendo da largura do lote, a rua era central a duas fitas ou colocada em uma das laterais do terreno (Moura, 2006).

Os contrafeitos eram pequenos compartimentos, quase sempre com o telhado constituído por apenas um plano inclinado e geralmente tinha a frente voltada para o passeio público, porém afastado quatro metros do alinhamento da calçada. E o galpão, quer voltado para o passeio ou nos fundos de terrenos. Suas formas assemelhavam-se a depósitos ou galpões e, segundo a pesquisadora, poderiam servir tanto para atividades comerciais, industriais, entretanto eram mais viável para habitação (Moura, 2006).

Nesse sentido, o processo de racialização que ocorre em Pelotas também é caracterizado por um triste episódio, que é um deslocamento territorial forçado da população preta para as áreas periféricas da cidade. Logo, o imediato pós-abolição foi um período que engendrou diversas mudanças nas relações sociais, de trabalho e também nas formas de habitação dessa região.

Considerações finais

O presente teve como objetivo apresentar uma análise sobre o período do imediato pós-abolição na cidade de Pelotas/Rs, no sentido de observar como a população preta local é atingida pelas mudanças proporcionadas pelo fim do trabalho escravizado as relações sociais. Na segunda metade do século XIX acontece um processo de racialização das relações sociais e que é acentuado no fim do mesmo século, sobretudo na transição para a República quando a escravidão é extinta. Esse processo afeta diversos âmbitos como o deslocamento territorial forçado supracitado.

Essas ações nos colocam um processo contínuo de racialização das relações sociais que tem seus efeitos práticos na vida das pessoas pretas. O “empurrão” dessas pessoas para zonas periféricas de Pelotas, forçado por normativa, é um bom exemplo de como o ambiente de medo fomentado pela imprensa escrita teve resultado no cotidiano desse conjunto populacional.

A matéria acima trabalhada demonstra preocupações daquela organização social que giravam em torno do controle e monitoramento da população preta, parda, livre e liberta pelotense, evidencia como a raça passa a ser utilizada mais uma vez no sentido de manter hierarquias após a promulgação da lei de nº3.353 que extingue a escravidão em território brasileiro.

Portanto, ainda é preciso observar o imediato pós-abolição em Pelotas e desenvolver mais pesquisas sobre a localidade. Para assim construir uma compreensão mais detalhada da cidade, a sua disposição, especialmente, no sentido de compreender quais espaços são ocupados por determinados grupos sociais.

Fontes

Echo do Sul, Rio Grande, 1886 a 1896 (Biblioteca Pública Pelotense). Acessado em 10/11/2023.

Referências Bibliográficas

ALBUQUERQUE, Wlamyra R. **O jogo da dissimulação: abolição e cidadania negra no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

ALBUQUERQUE, Wlamyra. A vala comum da ‘raça emancipada: abolição e racialização no Brasil, breve comentário. **História Social** (UNICAMP), 19, p. 91-108, 2010.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. *A imprensa na História do Brasil*. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988.

CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque**. 3a ed. – Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2012.

JORNAL. Instituto de Letras e Artes. Sobre o Jornal. Disponível em <https://ecodosul.furg.br/jornal>. Acessado em 10/11/2023.

MONSMA, Karl. **Linchamentos raciais no pós-abolição: uma análise de alguns casos excepcionais do oeste paulista**. In: Flávio Gomes; Petrônio Domingues. (Org.). *Políticas da raça: Experiências e legados da abolição e da pós-emancipação no Brasil*. 1ed. São Paulo: Editora Selo Negro, 2014, p. 195-210.

MONSMA, Karl. **Identidades, desigualdade e conflito: imigrantes e negros em um município do interior paulista, 1888-1914**. *Revista História Unisinos*, v. 11, n. 1, jan/abr. 2007.

MACHADO, Maria Helena. Apresentação. In: MACHADO, Maria Helena. **Tornando-se livre: Agentes históricos e lutas sociais no processo de Abolição**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2015.

MARINS, Paulo Cezar G. *Habitação e Vizinhaça: limites da privacidade no surgimento das metrópoles brasileiras*. In: SEVCENKO, Nicolau (org.) **História da Vida Privada no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 131-214.

MOURA, Rosa Maria Rolim de. **Habitação Popular em Pelotas (1880-1950):** Entre políticas públicas e investimentos privados. Tese (Doutorado em História) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC/RS), Porto Alegre: 2006.

ROSA, Marcus Vinicius de Freitas. **Além da invisibilidade:** história social do racismo em porto alegre durante o pós-abolição (1884-1918). Tese (Doutorado em História Social) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2014

RÜDIGER, Francisco. **Tendências do jornalismo.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

SCHWARCZ, L. M. (org.). **A abertura para o mundo: 1889-1930.** História do Brasil Nação: 1808-2010. V. 3. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

VIEIRA, Daniele Machado. **Territórios Negros em Porto Alegre/RS (1800-1970):** Geografia histórica da presença negra no espaço urbano. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre: 2017.

Escravidão e criminalidade no extremo-sul do Império: uma análise do perfil de réus e vítimas escravizados de processos-crime da Cidade de Rio Grande (1850-1888)

Slavery and criminality in the Empire's far south: an analysis of the profile of enslaved defendants and victims of Rio Grande's criminal proceedings (1850-1888)

Douglas Reisdorfer,¹ UFPel

Resumo

O presente trabalho visa analisar a relação entre escravidão e criminalidade em Rio Grande, entre os anos de 1850 e 1888, período caracterizado pela desagregação do regime de trabalho forçado. Tal pesquisa insere-se em dois campos de estudos: a história social da escravidão, marcada pela valorização da agência dos trabalhadores escravizados; e a história do crime e da justiça criminal, a partir da qual o fenômeno do crime é encarado em perspectiva histórica. Do ponto de vista metodológico, esta apresentação se centra em abordagem quantitativa, empregando processos-crime. Neste texto, busca-se explorar dois aspectos: o devir da criminalidade escravizada ao longo do século XIX, com suas transformações ao longo do tempo; e um perfil de réus e vítimas escravizados, abordando questões como sua origem e suas ocupações.

Palavras-chave: Escravidão; Criminalidade; Rio Grande.

Abstract

The present work aims to analyze the relationship between slavery and crime in Rio Grande, during the years of 1850 to 1888, period characterized by the disintegration of the forced labor regime. Such research relates to two fields of study: the social history of slavery, which values the agency of enslaved workers; and the history of crime and criminal justice, from which the phenomenon of crime is perceived as the result of historical processes. From a methodological point of view, this text focuses on a quantitative approach through criminal procedures. We want to explore two aspects: the evolution of enslaved criminality throughout the 19th century, with its changes over time; and the profile of defendants and victims, examining issues such as their origin or their occupations.

Keywords: Slavery; Criminality; Rio Grande.

Introdução

Esta pesquisa se debruça sobre a relação entre escravidão e criminalidade. Como recorte de análise, selecionamos a Cidade de Rio Grande, importante zona portuária para o extremo-sul do Império do Brasil, entre os anos de 1850 e 1888, período marcado pelo fim do tráfico atlântico de escravizados e pela desagregação da instituição servil. Trata-se, aqui, de apresentar alguns dos resultados de pesquisa desenvolvida como Mestrado em História junto

¹ Graduado em Licenciatura em História pela Universidade Federal de Pelotas (UFPel). Mestrando no Programa de Pós-Graduação em História da mesma universidade. E-mail para contato: dglsreisdorfer@gmail.com

ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pelotas (UFPel), na qual procuramos investigar as características da escravidão em uma urbe marcada por sua relação com o mundo das águas. Rio Grande era caracterizada por sua vocação marítima e mercantil, realizando as atividades de exportação e importação das mercadorias que circulavam pela província do Rio Grande do Sul. Acreditamos que sua condição portuária era um fator relevante para compreender as dinâmicas sociais da escravidão, sobretudo por se tratar de lugar de grande circulação de trabalhadores (Oliveira, 2013). Para este trabalho, temos dois objetivos principais: examinar a evolução da criminalidade escravizada ao longo do século XIX, a fim de demonstrar algumas de suas tendências e transformações; e investigar o perfil dos réus e das vítimas de processos-crime que envolvem escravizados, demonstrando quem praticava e quem sofria os delitos.

Duas áreas do saber historiográfico são fundamentais para esta pesquisa. Partimos da história social da escravidão para pensar as relações entre senhores e escravizados, as especificidades deste regime de trabalho, os conflitos que se desvelavam no interior do cativeiro e os modos de resistir que aqueles impunham à dominação a que estavam submetidos. Os fundamentos teóricos desta abordagem emergiram sobretudo a partir dos anos de 1980, em oposição à perspectiva que vigorava entre os estudos dos anos de 1960 e 1970. Nestes, a escravidão e suas transformações resultavam do devir das forças econômicas e sociais, com pouco espaço para pensar as ações dos que padeciam daquela instituição. A partir das últimas duas décadas do século XX, este “paradigma da ausência”, como ficou conhecido, deu lugar a trabalhos que colocavam a agência e a resistência dos trabalhadores escravizados no centro da análise histórica, valorizando suas estratégias de negociação e tensionamento (Chalhoub; Silva, 2009; Reis; Silva, 1989). Outro campo de estudos no qual nos embasamos refere-se à história do crime e da justiça criminal. Aqui, parte-se da perspectiva de que o crime, a violência e as instituições voltadas a combatê-lo são um produto da história. Nesse sentido, a criminalidade assume caráter historicamente relativo: o que em uma sociedade ou período é considerado ilegal, não o será em outros contextos (Vendrame; Mauch; Moreira, 2018).

Do ponto de vista metodológico, a documentação criminal possibilita diversas abordagens. Boris Fausto, analisando a criminalidade em São Paulo, apontou para as diferenças que existem entre o crime e a criminalidade:

As duas expressões têm sentido específico: "criminalidade" se refere ao fenômeno social na sua dimensão mais ampla, permitindo o estabelecimento de padrões através da constatação de regularidades e cortes; "crime" diz respeito ao fenômeno na sua singularidade cuja riqueza em certos casos não se encerra em si mesma, como caso individual, mas abre caminho para muitas percepções (Fausto, 1984, p. 9).

Assim, o fenômeno do "crime" pode abrir caminho para o estudo das relações sociais da escravidão, para os significados sociais que permeavam o mundo dos trabalhadores livres, libertos e escravizados, para as relações afetivas, para o parentesco, entre outras dimensões (Wissenbach, 1998). A "criminalidade", por sua vez, permite o estudo de padrões, tendências e transformações da ocorrência de crimes ao longo do tempo. No presente trabalho, voltamos a esta segunda abordagem, pela qual examinaremos quantitativamente a documentação criminal.

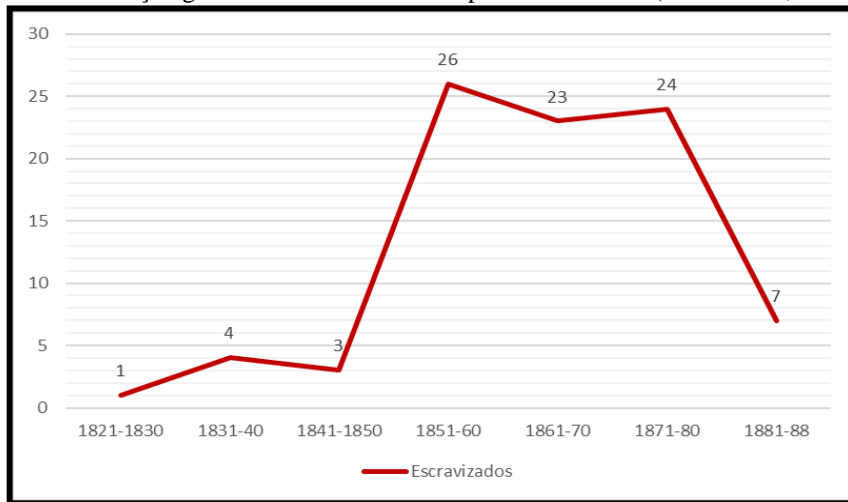
Contudo, aproximar-se deste fenômeno através dos processos-crime levanta uma série de dificuldades. A começar pelo fato de que parte da documentação ficou perdida no tempo, de modo que só é possível examinar o que ficou preservado. Mas não só a preservação do patrimônio documental importa. Na verdade, a existência dos autos criminais resulta de uma série de fatores. Nem todos os crimes chegavam às autoridades – em muitos casos, conflitos nos quais os escravizados se envolviam eram resolucioneados sob a alçada do senhor, sem que se recorresse à Justiça. De acordo com Karl Monsma (2011), o rol de processos-criminais de que dispomos no presente é resultado de várias formas de *seletividade não aleatória*, que envolvem desde a preservação dos documentos, o interesse das autoridades da época em investigar e julgar – ou não – determinados casos, do lugar social dos envolvidos, etc. Assim, atentamos para o fato de que o conjunto de documentos disponíveis não representa, necessariamente, a criminalidade tal qual ela transcorreu; revelam, sim, as preocupações das autoridades, os aspectos que podem tê-las influenciado, as características das instituições criminais, etc.

A criminalidade escravizada em Rio Grande: padrões, tendências e o perfil de réus e vítimas

Para selecionar e reunir o material documental, partimos do catálogo de processos criminais presente no projeto *Documentos da Escravidão no RS* (2010), que reúne autos criminais que envolvem escravizados e libertos como vítimas ou réus. Para o Município de

Rio Grande, entre 1850 e 1888, encontramos 123 casos criminais.² Destes, 80 tiveram escravizados como réus, 20 foram cometidos por libertos, e 23 em que sujeitos destas duas condições jurídicas foram vítimas de réus livres. A fim de apresentar um quadro amplo da criminalidade escravizada ao longo do século XIX, selecionamos também os processos de réus escravizados dos anos 1820, 1830 e 1840, totalizando 88 processos:

Gráfico 1 – Variação geral de crimes cometidos por escravizados (Rio Grande, 1820-1888)



Fonte: *Documentos da Escravidão no RS* (2010).

Como se vê pelo gráfico 1, a trajetória da criminalidade escravizada em Rio Grande, ao longo do século XIX, pode ser dividida em duas tendências. De 1820 a 1850, observa-se um brusco aumento no número de autos, que vão de 3 na década de 1840 para 26 nos anos de 1850. A partir desta década até 1888, houve tendência geral de queda nos casos criminais. Primeiro, entre as décadas de 1850 e 1870, uma relativa estabilização; nos anos de 1880, com o declínio do cativo, nota-se uma diminuição vertiginosa no número de processos.

Sem dúvida, o aspecto mais impressionante desta amostragem refere-se ao enorme salto que a criminalidade apresentou entre 1840 e 1850. Como podemos explicá-lo? Acreditamos que quatro fatores contribuíram para este processo. Tais fatores explicativos podem ter se somado, combinado, interferido uns nos outros, contudo, é difícil avaliar qual deles teve maior importância. O primeiro deles é a preservação documental. É possível que, na primeira metade do século XIX, parte da documentação criminal realmente existente não tenha sobrevivido ao tempo. Este aspecto tem consequências significativas para as outras três explicações, posto que pode anulá-las. Caso a perda tenha sido massiva, e o número de autos

² Excluímos desta contabilização alguns processos-crime, devido à repetição de documentos referentes ao mesmo caso criminal.

criminais fosse, digamos, de cerca de 20, teríamos, então, um aumento muito menor, plenamente condizente com o incremento populacional observado na cidade. Este fenômeno, por sinal, constitui o segundo fator explicativo. Entre as décadas de 1840 e 1850, Rio Grande experienciou um forte crescimento de sua população livre e escravizada: respectivamente, de 302% (de 3866 para 15541) e de 57,6% (de 2772 para 4369).³ Como a população cresceu, é de se esperar que o número de processos-crime também tenha aumentado. Todavia, os autos que têm escravizados como réus aumentaram em 766%, uma taxa muito superior ao seu incremento demográfico, o que indica que as mudanças populacionais não são suficientes para explicar o salto apresentado pelo gráfico 1. Um terceiro aspecto para compreendê-lo pode ter sido, de fato, uma intensificação real das disputas e tensões do cativeiro. É improvável que consigamos identificá-la apenas pelos processos-crime. Mesmo assim, com uma expansão demográfica tão significativa, é possível que, nas ruas, tavernas, praças, no Mercado e em outros espaços da cidade portuária, os conflitos entre escravizados – tanto por recursos no mundo do trabalho quanto nas sociabilidades e lazeres noturnos – tenham se acirrado.⁴ Caso esta hipótese seja verdadeira (e acreditamos que seja), o aumento vertiginoso dos autos criminais refletiria, além do crescimento demográfico, um aumento real da criminalidade.

Por fim, o quarto fator explicativo refere-se a mudanças institucionais: a estruturação dos aparatos de controle e repressão do Estado e uma maior judicialização das relações sociais da escravidão. Ora, no primeiro caso, a década de 1840 é um momento chave para a organização da Polícia e Justiça locais. Por um lado, ocorria a centralização do poder relacionado à Reforma do Código de Processo Criminal, com a lei nº 261 de 3 de dezembro de 1841. Localmente, este processo apareceu já em 1837, com a lei nº 7 de 18 de novembro de 1837, a qual colocava o Corpo Policial sob o controle do presidente da Província. A partir disso, pode-se falar na presença de uma instituição policial de fato. Por outro, vivia-se, naquele período, a Guerra dos Farrapos, em função da qual houve uma expansão dos gastos provinciais com policiamento (Al-Alam, 2007). É somente a partir das décadas de 1840 e 1850 que, no extremo-sul do Império, as autoridades tiveram as condições mínimas para vigiar, reprimir, controlar, julgar e punir a criminalidade de modo sistemático. No que se

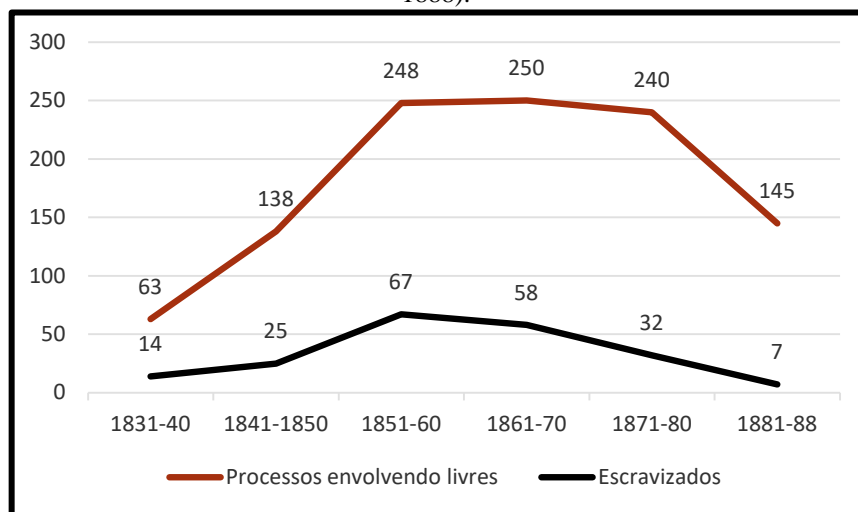
³ Embora tenha crescido em números absolutos, do ponto de vista de sua representatividade na população riograndina como um todo, a escravidão diminuiu. Em 1842, era 41,76% da população total; em 1858, tornou-se somente 21,98%. Esta redução percentual se deve ao aumento muito maior da população livre. Ver: Scherer (2008).

⁴ Como veremos, esta hipótese ganha força quando olhamos para o perfil das vítimas dos crimes contra a segurança individual perpetrados por escravizados, que foram, nas décadas de 1850 e 1860, outros sujeitos subalternizados.

refere à judicialização das relações sociais, reforçamos que a documentação criminal não era um espelho preciso da ocorrência de delitos e transgressões. Ela se relaciona ao interesse das autoridades, mas também ao dos sujeitos sociais envolvidos: muitos conflitos do cativo sequer chegavam aos tribunais, sendo resolvidos no âmbito da autoridade do senhor. Assim, a partir dos anos de 1850, disputas que antes não eram mediadas pela Justiça passam a sê-lo, e isso, sem dúvida, contribui para entendermos como os autos criminais se tornaram tão mais frequentes.⁵

A capilarização das instituições de Estado e o maior envolvimento das autoridades podem ser melhor visualizados se compararmos os crimes cometidos por escravizados com aqueles de livres. Infelizmente, não foi possível acessar separadamente os processos-crime de livres relativos ao município de Rio Grande, somente os da comarca, a qual compreendia mais de um município sob sua jurisdição. A comparação que elaboramos é, portanto, limitada, mas é relevante observar como os crimes de réus livres e de réus escravizados se comportaram ao longo do século XIX:

Gráfico 2 – Evolução da criminalidade perpetrada por livres e escravizados da Comarca de Rio Grande (1830-1888).⁶



Fonte: Para os processos cometidos por escravizados: *Documentos da Escravidão no RS - O escravo como vítima ou réu* (2010). Para os que foram cometidos por réus livres, utilizamos o relatório gerado pelo sistema AAP (Administração de Acervos Públicos), gentilmente disponibilizado pelo APERS.

⁵ Diversos autores observaram algo semelhante para outras localidades.

⁶ Na comarca de Rio Grande, existiram 2172 crimes cometidos por livres. Assim, para elaborar este gráfico, foi necessário trabalhar por amostragem, selecionando apenas os crimes ocorridos em anos ímpares. Do contrário, a visualização se tornaria inviável.

O que o gráfico 2 evidencia é que, ao menos na comarca como um todo, os delitos de réus escravizados e de réus livres seguiram uma tendência semelhante, crescendo significativamente entre as décadas de 1840 e 1850 – 168% nos escravizados e 79,7% nos livres. Trata-se de um indício de que, de fato, a judicialização das relações sociais foi um aspecto fundamental para explicar o aumento da documentação criminal. Caso as linhas do gráfico 2 seguissem trajetórias completamente diferentes, significaria que outros aspectos importaram mais do que a judicialização das relações sociais.

A segunda parte do gráfico 1, que vai de 1850 a 1888, apresenta menos questões. Neste período, a documentação variou pouco. Em geral, apresentou tendência de queda, a qual se acentuou na última década de existência da escravidão, o que, sem dúvida, refere-se à sua decadência. É relevante comparar as tendências observadas em Rio Grande com outras localidades. Cidades como Mariana, Franca e São Paulo apresentaram trajetórias semelhantes: crescimento da criminalidade escravizada na passagem da primeira para a segunda metade do século XIX; diminuição a partir da década de 1850 (Ferreira, 2005, 2011; Martins, 2012; Wissenbach, 1998). Outras localidades, como Campinas e Juiz de Fora, experienciaram um aumento do número de autos criminais até a década de 1870, quando ocorreu o pico da criminalidade (Guimarães, 2006; Machado, 2018). E Pelotas, por sua vez, vivenciou uma diminuição da documentação criminal nas décadas de 1850 e 1860 e um aumento na de 1870 (Ramos, 2018).

Como explicar que, em determinadas localidades, na segunda metade do século XIX, houve tendência de queda, enquanto em outras ocorreu uma intensificação? O caráter mais urbano ou rural destes municípios não se correlaciona com a evolução dos delitos ao longo do tempo, pois se encontra rumo semelhante em Rio Grande e Franca, que foram, respectivamente, uma localidade definida por sua condição mais urbana e outra por ser mais rural. Outras questões, como a estrutura de posse, também não explicam o fenômeno: enquanto Rio Grande, a partir da década de 1850, experimentou um processo de concentração da propriedade de escravizados, Franca foi caracterizada por senhores de escravarias pequenas (Ferreira, 2005; Scherer, 2008). Ao que parece, o que há de comum entre as localidades que vivenciaram um crescimento do número de crimes – na segunda metade do século XIX – é o fato de serem áreas de *plantation*, no contexto da expansão da lavoura cafeeira. Estas zonas foram marcadas pela incorporação de escravizados provenientes de

outras regiões do Império – em função do tráfico interprovincial⁷ – e, também, pela intensificação da disciplina e dos ritmos de trabalho no eito (Machado, 1994, 2018). Nelas, é provável que o aumento da criminalidade até os anos de 1870 esteja relacionado a estes dois fatores.

Outro aspecto fundamental para compreendermos o devir da documentação criminal refere-se ao perfil de réus e vítimas. No caso dos primeiros, vejamos, principalmente, duas características: a origem dos réus escravizados – se africanos ou crioulos – e as suas ocupações. A partir do primeiro, podemos visualizar as consequências do fim do tráfico atlântico de escravizados:

Tabela 1 – Naturalidade dos réus escravizados de Rio Grande (1850-1888).

Origem	1851-60		1861-70		1871-80		1881-88		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Africano	17	51,52%	9	34,62%	3	10,71%	1	14,29%	30	31,91%
Crioulo	14	42,42%	16	61,54%	24	85,71%	6	85,71%	60	63,83%
Não identificado	2	6,06%	1	3,85%	1	3,57%	0	0%	4	4,26%
Total	33	100%	26	100%	28	100%	7	100%	94	100%

Fonte: *Documentos da Escravidão no RS* (2010).

Sabemos a proveniência de 95,74% de todos os réus. Em todo o período considerado, 31,91% foram africanos, enquanto 63,83% foram nascidos no Brasil. Mas vejamos sua proporção ao longo das décadas. Em 1850, quando o fornecimento de mão-de-obra escravizada africana havia recém cessado, os africanos constituíram maioria entre os réus, 51,52% contra 42,42% dos nascidos no Brasil. Estes números são interessantes quando consideramos também que, em Rio Grande, os escravizados da África eram os que mais conquistavam a liberdade. Nos anos subsequentes, houve tendência de inversão entre os dois

⁷ A relação do tráfico interprovincial com a criminalidade é difícil de ser perscrutada. Por um lado, sabe-se que, ao menos em Campinas, Taubaté e Pelotas, a maioria dos réus escravizados de outras partes (trazidos pelo tráfico interno) morava na propriedade em que o delito ocorreu há muitos anos – por isso, torna-se difícil atribuir a prática de homicídios e ofensas físicas contra senhores e feitores à transferência destes sujeitos de um lugar para outro. Sobre isso, ver Machado (2018) e Ramos (2018). De outro, é provável que a transferência de escravizados de outras regiões – e de outros contextos, como o urbano – para as *plantations*, com ritmos de trabalho intensos, bem como a concentração de muitos escravizados de diferentes regiões em uma mesma propriedade, acirrasse tensionamentos e conflitos já muito preocupantes. Não por acaso, a partir das décadas finais da escravidão, políticos e autoridades públicas preocuparam-se muito com os escravizados vindos do Norte, o que, na província de São Paulo, contribuiu para a aprovação de um imposto sobre o tráfico interprovincial, temerosa que estava a classe senhorial diante de um aumento da criminalidade. Ver: Azevedo (1987) e Chalhoub (1990).

grupos: assim, já na década de 1860, africanos foram 34,62% dos réus, enquanto crioulos foram 61,54% deles. Na penúltima década de existência do cativo, os crioulos atingiram a maior proporção: 85,71% dos indiciados. Comparando estes números com o encontrado por Scherer (2008), em sua análise dos inventários *post-mortem* de Rio Grande, vê-se que eles estão em consonância com a distribuição de africanos e crioulos entre a população escravizada na década de 1850: os primeiros foram 53,6%, e os segundos, 46,4%. A inversão apresentada entre os réus nos anos seguintes acompanha, também, as transformações demográficas da cidade. De acordo com o autor, no período de 1861 a 1865, os crioulos constituíram a maioria, compreendendo 61,06% das escravarias riograndinas, enquanto os africanos representaram 38,94% (Scherer, 2008). A pesquisa do autor vai apenas até 1865; mas, sem dúvida, o aumento dos crioulos entre a população escravizada se intensificou nas décadas seguintes. O que está demonstrado na tabela 1 resulta, sem dúvida, das consequências demográficas do fim tráfico atlântico de escravizados. Com seu findar, a entrada constante de africanos cessou – não é surpreendente, portanto, que sua diminuição se expresse tanto nos inventários *post-mortem* quanto na documentação criminal.

O perfil ocupacional dos réus também é bastante revelador. Para analisá-lo, dividimos as diversas atividades em cinco categorias: doméstico, artesão/urbano, lavoura/campo, trabalho marítimo e sem especificação. Como já pontuamos, Rio Grande era uma urbe marcada por suas atividades mercantis e portuárias. Assim, não é surpresa que isso se reflita nas atividades em que os escravizados eram empregados:

Tabela 2 – Perfil ocupacional de réus escravizados (1850-1888).

Ocupação	1851-60		1861-70		1871-80		1881-88		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Doméstico	1	3,03%	1	3,85%	7	25%	2	28,57%	11	11,7%
Artesão/urbano	9	27,27%	8	30,77%	4	14,29%	2	28,57%	23	24,47%
Lavoura/campo	11	33,33%	10	38,46%	8	28,57%	0	0%	29	30,85%
Trabalho marítimo	4	12,12%	2	7,69%	2	7,14%	2	28,57%	10	10,64%
Sem especificação	8	24,24%	5	19,23%	7	25%	1	14,29%	21	22,34%
Total	33	100%	26	100%	28	100%	7	100%	94	100%

Fonte: *Documentos da Escravidão no RS* (2010).

Em um primeiro momento, o percentual de 10,64% dos trabalhadores marítimos não parece particularmente expressivo, tratando-se da categoria menos numerosa entre os réus.

Contudo, os escravizados deste grupo eram todos de um único ofício: o de marinheiro. As demais categorias comportam diferentes ofícios. Acresce ainda o fato de que, no Censo de 1872, os escravizados de ofício marinheiro eram 4,7% do total.⁸ Temos, portanto, que os marujos envolviam-se em conflitos – que chegavam à Justiça – a um percentual superior à sua presença entre o conjunto dos escravizados.⁹ Já os escravizados que desempenhavam outras atividades urbanas compreenderam 24,47% dos indiciados, o que não é impressionante, dado que o município riograndino se caracterizava tanto pela zona portuária quanto pelos diversos serviços relacionados a ela. Outro dado bastante interessante refere-se aos trabalhadores do campo, que constituíram 30,85% de todos os réus. No Censo de 1872, 15,25% dos escravizados foram arrolados como lavradores. Possivelmente, trata-se de um indício de que a lida rural era bastante propícia à ocorrência de conflitos diversos. Os trabalhadores do serviço doméstico, por sua vez, foram significativamente poucos, ainda mais se considerarmos sua representatividade no Censo de 1872: entre os réus, constituíram 11,7% em todo o período; no Censo, foram 45,93%. Se considerarmos apenas a década em que foi produzido este documento, a de 1870, os réus e rés do serviço doméstico foram 25%, ainda abaixo de sua presença entre a população escravizada como um todo. É difícil entender o porquê – talvez, a explicação resida no que significava, efetivamente, desempenhar o trabalho doméstico. Muitos dos que desempenhavam a função atuavam, também, no ganho (Reis, 2019). Assim, é possível que, no Censo de 1872, os escravizados de ofício doméstico estejam sobre-representados.

Por último, um olhar para as vítimas também se faz necessário. Trazemos a distribuição das vítimas de réus escravizados na tabela 3.¹⁰ Para elaborá-la, separamo-las em três categorias. A primeira compreende outros escravizados, libertos e livres pretos ou pardos – em suma, sujeitos de condição jurídica ou social semelhante à do réu, que se aproximavam pela afrodescendência. A segunda refere-se aos senhores, à família senhorial e aos seus prepostos, mas incluímos, também, oficiais da hierarquia naval, uma vez que, a bordo, desempenhavam a função de disciplinar os marinheiros escravizados. Por último, agrupamos

⁸ Os números do Censo de 1872 podem ser consultados em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo?id=225477&view=detalhes>

⁹ Um caminho para futuras pesquisas – que podem confirmar, refutar ou matizar os dados apresentados aqui – é explorar a documentação prisional. Os registros de entradas e saídas da prisão apresentam algumas informações sobre os réus, e podem contribuir para observar tendências que passaram ao largo dos processos-crime. Um trabalho que explorou tal fonte, em Rio Grande, foi o de Molet (2011), no qual a autora investigou as mulheres escravizadas e libertas encarceradas entre 1864 e 1875.

¹⁰ Para este exame, selecionamos apenas os crimes contra a segurança individual (homicídios e ofensas físicas), já que os crimes contra a propriedade foram praticamente todos contra livres.

as vítimas livres brancas que não eram do mundo senhorial e aquelas cuja cor não conseguimos precisar na categoria de “outros livres”. O resultado pode ser visualizado abaixo:

Tabela 3 - Vítimas de crimes contra a segurança individual cometidos por escravizados (Rio Grande, 1850-1888).

Vítimas	1851-1860		1861-1870		1871-1880		1881-1888		TOTAL	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Escravizados, libertos e livres de cor	14	60,9%	10	66,7%	10	43,5%	1	20%	35	53%
Senhores, família senhorial ou prepostos	5	21,7%	4	26,7%	10	43,5%	0	0%	19	28,8%
Outros livres	4	17,4%	1	6,6%	3	13%	4	80%	12	18,2%
TOTAL	23	100%	15	100%	23	100%	5	100%	66	100

Fonte: *Documentos da Escravidão no RS - O escravo como vítima ou réu* (2010).

Em outro trabalho, Resende Jr. (2023) já havia apontado para uma grande incidência de homicídios cometidos contra escravizados, libertos e negros livres nas décadas de 1850 e 1860. Aqui, acrescentamos também os crimes de ofensas físicas e os que ocorreram nas décadas de 1870 e 1880. A tabela 3 evidencia dois momentos. Entre 1850 e 1860, anos posteriores ao fim do tráfico atlântico de escravizados, as principais vítimas de réus escravizados foram outros sujeitos subalternizados: respectivamente, 60,9% e 66,7% dos vitimados. Nos anos de 1870, o perfil da criminalidade se altera. O número de vítimas escravizadas, libertas ou livres de cor reduz-se para 43,5%, enquanto as que pertencem ao mundo senhorial, que antes eram uma parcela muito menor, equiparam-se à primeira categoria, também 43,5%. Antes de buscar compreender estes números, é pertinente compará-los. A intensidade do conflito entre escravizados, libertos e negros livres nas décadas de 1850 e 1860 não é uma exclusividade de Rio Grande, embora, ao que parece, tenha sido particularmente acirrado nesta cidade. Em Mariana, entre 1850 e 1888, Martins (2012) demonstrou que escravizados e libertos, somados, foram 40,62%. Já em Pelotas, no mesmo período, 41,2% das vítimas foram escravizados e libertos (Ramos, 2018).

Ao mesmo tempo, em diferentes localidades, os anos de 1870 presenciaram um aumento dos conflitos entre escravizados e sujeitos do mundo senhorial (Machado, 2018; Martins, 2012; Ramos, 2018). O que pode explicar estes números? Sugerimos que dois processos interferiram no perfil das vítimas da criminalidade escravizada. Nas décadas de 1850 e 1860, as disputas do cativo se aceleraram. Com a enorme introdução de africanos

escravizados nas décadas finais do tráfico atlântico – que, em Rio Grande, traduziu-se em um aumento expressivo da população escravizada, ao que já nos referimos anteriormente -, as tensões em torno de recursos do mundo do trabalho, do lazer e do afeto se incrementaram. A urbe portuária tornou-se, por assim dizer, lugar muito pequeno para tanta gente. De fato, se em um ambiente citadino como este o campo para a conquista da liberdade¹¹ era amplo, o espaço para confrontos e disputas em torno do que a cidade proporcionava não era menor. Quando voltamos nosso olhar para penúltima década de existência da escravidão, por sua vez, o quadro se altera. Com a Lei do Ventre Livre, a política de domínio senhorial começa a ruir (Chalhoub, 1990). Concomitantemente, em diversas regiões, senhores buscam aumentar o ritmo de trabalho com a finalidade de auferirem a maior lucratividade possível.¹² Trata-se, ainda, de momento em que a sociedade questiona cada vez mais o regime de trabalho escravo, com o advento do movimento abolicionista. Assim, enquanto as tensões entre escravizados e senhores se ampliavam, a Justiça, as autoridades públicas e a sociedade em geral tornavam-se menos generosas com a brutalidade senhorial. A quantidade de crimes contra senhores na década de 1870 é um reflexo disso.

Considerações finais

De modo geral, procuramos apresentar os resultados da pesquisa desenvolvida como Mestrado em História junto ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pelotas (UFPel). A pesquisa debruçou-se sobre a criminalidade escravizada, sobretudo a partir dos processos-crime. Aqui, apresentamos as dinâmicas deste fenômeno ao longo do século XIX, buscando explicações para compreendê-las. Ao menos quatro fatores contribuíram para o devir da documentação criminal em Rio Grande: a preservação das fontes, o crescimento demográfico da cidade, o acirramento dos conflitos e a judicialização das relações sociais. Tais fenômenos agiram em conjunto, relacionando-se uns com os outros; todavia, é difícil apontar qual, em cada momento, foi mais importante. Quanto à criminalidade de livres, ao que parece, seguiu trajetória semelhante à de escravizados. Outro problema analisado por este trabalho refere-se ao perfil de réus e vítimas. Pode-se ver claramente os

¹¹ Pela brevidade deste texto, não entraremos em detalhes. Todavia, basta dizer que, em Rio Grande, os escravizados que mais se alforriavam eram os africanos, em especial os mina. Há que se investigar melhor como a conquista da manumissão e o conflito se relacionavam, mas é interessante pensar que, ao mesmo tempo em que africanos e seus descendentes construíam solidariedades para obter a liberdade, competiam com outros escravizados e libertos. Sobre a questão das alforrias em Rio Grande, ver: Scherer (2008).

¹² Tal movimento foi observado por Machado (1994, 2018) para a região de Campinas, lugar de produção cafeeira.

efeitos do fim do tráfico atlântico de escravizados na naturalidade dos réus (se africanos e crioulo). Além disso, algumas características da cidade puderam ser observadas (a forte presença de atividades marítimas e urbanas, por exemplo), ao olharmos para o perfil ocupacional dos indiciados.

Finalmente, um exame das vítimas relevou aspectos importantes sobre a escravidão em Rio Grande. Ao mesmo tempo em que era palco para a elaboração de solidariedades entre africanos e seus descendentes (no âmbito da conquista da liberdade), escravizados travaram duras disputas com sujeitos que compartilhavam com eles a cor, fossem eles outros escravizados, libertos ou livres pretos e pardos. Nos anos de 1870, contudo, os crimes contra senhores, seus familiares e prepostos aumentaram, equiparando-se aos demais. Sem dúvida, isso se deve a uma intensificação dos confrontos entre escravizados e senhores, mas também à perda de legitimidade da escravidão, que, naquela época, era cada vez mais questionada. Ressaltamos que, para uma compreensão melhor da criminalidade escravizada no município riograndino, ainda há diversos aspectos a serem explorados. A começar por outros tipos de fontes, como os registros prisionais e as correspondências das autoridades policiais, com a finalidade de entender sua atuação, suas preocupações e como percebiam a escravidão na cidade. Uma última questão, a qual se encontra em desenvolvimento, é o estudo qualitativo dos documentos criminais. Desejamos levá-la a cabo, mas, sem dúvida, é possível notar alguns dos problemas aqui abordados quando examinamos casos criminais singulares.

Fontes

BRASIL (Império). **Recenseamento do Brasil em 1872**. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo?id=225477&view=detalhes>. Acesso em: 6 dez. 2023.

DIRETORIA GERAL DE ESTATÍSTICA. **Relatório anexo ao do Ministério dos Negócios do Império, de 1875**. Rio de Janeiro: Typographia de Pinto, Brandão & Comp., 1875.

RIO GRANDE DO SUL (Estado). **Documentos da escravidão: processos-crime**. O escravo como vítima ou réu. Porto Alegre: CORAG, 2010. Disponível em: www.apers.rs.gov.br/

Referências Bibliográficas

AL-ALAM, Caiúá Cardoso. **A negra forca da princesa: Polícia, pena de morte e correção em Pelotas (1830-1857)**. Dissertação (Mestrado em História) – Unidade Acadêmica de Pesquisa e Pós-graduação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2007.

AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. **Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites – século XIX**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

- CHALHOUB, Sidney. **Visões da liberdade:** uma história das últimas décadas da escravidão na corte. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- CHALHOUB, Sidney; SILVA, Fernando Teixeira da. Sujeitos no imaginário acadêmico: escravos e trabalhadores na historiografia brasileira desde os anos 1980. **Cadernos AEL.** Campinas: Arquivo Edgard Leuenroth, v. 14, n. 26, p. 14-45, 2009.
- FAUSTO, Boris. **Crime e cotidiano:** a criminalidade em São Paulo (1880-1924). São Paulo: Editora Brasiliense, 1984.
- FERREIRA, Ricardo Alexandre. **Senhores de poucos escravos:** cativo e criminalidade num ambiente rural (1830-1888). São Paulo: Editora da Unesp, 2005.
- FERREIRA, Ricardo Alexandre. **Crimes em comum:** escravidão e liberdade sob a pena do Estado imperial brasileiro (1830-1888). São Paulo: Editora Unesp, 2011.
- GUIMARÃES, Elione. **Violência entre parceiros de cativo:** Juiz de Fora, segunda metade do século XIX. 1ª ed. São Paulo: Annablume, 2006.
- MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. **O plano e o pânico:** os movimentos sociais na década da abolição. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Edusp, 1994.
- FERREIRA, Ricardo Alexandre. **Crime e escravidão:** trabalho, luta e resistência nas lavouras paulistas (1830-1888). 2. ed. São Paulo: Edusp, 2018.
- MARTINS, Lidia. **Entre a lei e o crime:** a atuação da justiça nos processos criminais envolvendo escravos - termo de Mariana, 1830-1888. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2012.
- MOLET, Cláudia Daiane Garcia. **Entre o trabalho e a correção:** escravas e forras na cadeia de Rio Grande/RS (1864-1875). Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Instituto de Sociologia e Política, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2011.
- MONSMA, Karl. O problema de viés de seleção na pesquisa histórica com fontes judiciais e policiais. **Revista História Social.** Campinas: IFCH/Unicamp, n. 21, p. 27-46, 2011.
- OLIVEIRA, Vinicius Pereira de. **Sobre águas revoltas:** cultura política maruja na cidade portuária de Rio Grande/RS (1835 a 1864). Tese (Doutorado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.
- RAMOS, Amanda Ciarlo. **Cruzando a linha em tempos de incerteza:** crimes de cativos em Pelotas no contexto de intensificação do tráfico interno (segunda metade do século XIX). Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.
- REIS, João José; SILVA, Eduardo. **Negociação e conflito:** a resistência negra no Brasil escravista. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1989.
- RESENDE JR., José Ricardo. **“Infâncias de sal e areia”:** uma história das crianças escravizadas em Pelotas e Rio Grande (1820-1870). Porto Alegre: Mundo Acadêmico, 2023.
- SCHERER, Jovani de Souza. **Experiências de busca de liberdade:** alforria e comunidade africana em Rio Grande, séc. XIX. 2013. Dissertação (Mestrado em História) - Unidade Acadêmica de Pesquisa e Pós-graduação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2008.

VENDRAME, Maíra Ines; MAUCH, Cláudia; MOREIRA, Paulo Roberto Staudt (Orgs.). **Crime e justiça:** reflexões, fontes e possibilidades de pesquisa. São Leopoldo: Oikos, 2018.

WISSENBACH, Maria Cristina Cortez. **Sonhos africanos, vivências ladinas:** escravos e forros em São Paulo (1850-1880). São Paulo: Hucitec.

Os “Menores” do Patronato Agrícola Visconde da Graça (Pelotas – 1923)

The "minors" of the Patronato Agrícola Visconde da Graça (Pelotas – 1923)

José Ricardo Resende Júnior,¹ UFPEL

Resumo

O presente trabalho é uma revisão bibliográfica sobre pesquisas que estudaram o Patronato Agrícola Visconde da Graça em seus primórdios, tentando localizar os menores negros e quais métodos foram empregados em suas matrículas, dessa forma, problematizando o contexto dessas instituições patronais dentro da temática do pós-abolição. As fontes utilizadas no trabalho são do recente NEPEC, a partir delas, pretende-se exibir possibilidades de pesquisa que percebam os menores negros e seus vínculos sociais de forma centralizada.

Palavras-chave: Menores; Pós-Abolição; Patronato Agrícola.

Abstract

The present work is a bibliographical review of research that studied the Patronato Agrícola Visconde da Graça in its beginnings, trying to locate black minors and what methods were used in their enrollment, in this way, problematizing the context of these employers' institutions within the theme of the post- abolition. The sources used in the work are from the recent NEPEC, based on them, we intend to display research possibilities that understand black minors and their social ties in a centralized way.

Keywords: Minors; Post-Abolition; Agricultural Patronage.

Introdução

Durante os Oitocentos a rua resguardava um caráter sinuoso, que mesmo com a presença estatal da seguridade e do monopólio da violência, nas cidades policiadas, que assim eram para amenizar o medo branco da sensação de perigo e incerteza. Esse profano corpo encantado das ruas, de espírito dúbio, formava um ambiente que flertava com aspectos da imoralidade, nutridos pelas concepções de vadiagem, da prática de ofensas e delitos. Para a população infanto-juvenil, essa questão estava relacionada à existência de centenas de meninos e meninas que, mesmo ligados à família, mestres de ofício ou senhores (no caso de escravos), faziam das ruas o espaço de trabalho, de divertimento, de peraltices, de jogos e brincadeiras. Ao lado das prostitutas e dos indivíduos sem eira nem beira, os moleques vadios eram vistos com desprezo e hostilidades pelos bem nascidos (Fraga Filho, 1996, p.111).

¹ Doutorando no PPGH-UFPEL. E-mail para contato: josericardoresendejr@gmail.com

Uma citação do jornal *Chronica* relatando a procissão do Senhor dos Passos até a igreja matriz, nos ajuda a elucidar essa ideia “Ia o povo com fartura, e como a noite é de todos, os gatos são pardos, mas antes são pretos, os moleques metiam-se entre a gente branca e os rapazes brancos, queriam passar por moleques, coisa que me metia pena” (*Chronica*, 1853, p. 10). Havia, portanto, um incômodo das pessoas bem nascidas quanto à circularidade dos moleques² pobres nas ruas. Para Gilberto Freyre (1990), o aspecto prisional dos sobrados oitocentistas, protegidos por cães ferozes, portões, muros altos e encimados por afiados pedaços de vidro, deveu-se à intenção de preservar a família patriarcal urbana, da plebe da rua: os sedutores, os ladrões e sobretudo, os moleques (Freyre, 1990, p. 205).

Algumas vezes, as peraltices desses moleques³ culminavam em conflitos com as autoridades policiais. Durante a dissertação quantificamos 152 processos criminais envolvendo menores de idade sob a condição jurídica da escravidão no Rio Grande do Sul, durante o século XIX, mas a esmagadora maioria descreveu essas crianças como vítimas, aqueles processos aonde apareceram como réus significavam uma tímida fração de todo mapa da criminalidade na região do extremo sul do Império. Uma das motivações possíveis: Os menores de 14 anos não podiam ser condenados, seguindo o Código Criminal de 1830. Sendo assim, essa pequena fração de crimes cometidos por esses moleques, pode nos servir de auxílio para pensarmos nas mudanças epistemológicas-jurídicas da transição do século, sobretudo na visão em relação a população “menor” ao qual sofreram constante vigia e diversos projetos disciplinadores.

Segundo relatado nos anais da Câmara dos Deputados do Rio de Janeiro, durante debate a respeito da formação do Código Penal de 1890, que dentre outras tantas alterações, diminuí a maioridade de 14 para 9 anos: “A comissão estabeleceu essa taxa para a penalidade dos menores, segundo diz, em virtude do **aumento crescente dos crimes por eles cometidos**” (Anais Da Câmara Dos Deputados, 7 de agosto de 1897, Rio de Janeiro, p. 111).⁴

Na passagem para o século XX, frente as tendências da antropologia criminal e do biodeterminismo, que deflagram o caráter racializado da marginalização e segregação no Brasil, intensificada durante o Pós-Abolição, atingindo entre outras populações, os menores vadios. Fato que culminou na estratégia de internamento desses menores (sobretudo os órfãos)

² Segundo Reis (1991, p.111) o termo moleque era empregado para identificar negros jovens. Assumimos assim uma ótica de racialização ao analisar esse termo.

³ Aqui vistos de forma racializada: moleque, durante o século XIX pareceu indicar jovens negros.

⁴ Grifo Nosso.

em instituições de cunho militares, agrícolas ou industriais. O Patronato Agrícola Visconde da Graça foi uma dessas instituições de internação desses menores no extremo sul do Brasil, principalmente em seus primeiros anos de funcionamento. O objetivo desse trabalho é fazer um levantamento bibliográfico dos trabalhos que pautaram essa instituição e pensar possibilidades de investigação a respeito das experiências e vínculos sócio-afetivos, pautando os menores negros como protagonistas. As fontes utilizadas nas pesquisas citadas pertencem ao NEPEC (Núcleo de Extensão e Pesquisa em Educação, Memória e Cultura) e englobam fotografias, registros de visitas, dados cadastrais, entre diversas outras fontes que ainda estão sendo catalogadas.

Das instituições de internação de menores nas primeiras décadas do século XIX

Frente as tendências da antropologia criminal e do biodeterminismo, que deflagraram o caráter racializado da marginalização e segregação no Brasil, culminando na estratégia de internamento desses menores (sobretudo os órfãos) em instituições de cunho militares, agrícolas ou industriais. O presente capítulo tem como intuito refletir sobre essas práticas e a respeito das instituições para onde foram encaminhadas essas crianças no extremo sul do país, nas primeiras décadas do pós-abolição.

A literatura sobre as ações estatais em torno da assistência às crianças no Brasil aponta que a prática de internamento, acabou sendo o modelo mais amplamente adotado para tratar da questão. Seja no passado ou atualmente, as políticas (das mais elementares as mais elaboradas) sempre situam o afastamento da família como uma possibilidade no rol das intervenções. Independente das causas, observa-se na literatura sobre o tema que, tanto em contextos de pobreza quanto no de práticas infracionais (vocabulário recente), a solução mais comumente adotada foi a internação/afastamento da família (Pereira, 2019, p. 82).

Este afastamento da família era justificado pelos arquitetos desse projeto político, a partir de uma ótica de prevenção do crime e evitação da vadiagem. Além disso, o ideal de atendimento defendido para os filhos dos grupos populares era o trabalho, apostando em sua utilidade como elemento integrador da sociedade (Pereira, 2019, p. 84).

O modelo de atendimento almejado, cuja formulação datava do século XIX, estava calcado na razão científica, a qual pressupunha objetivos, um método de trabalho e resultados palpáveis, que juntos, constituíam o 'maquinismo da assistência'. O método preconizava uma organização do atendimento institucional nos seus diversos aspectos, como a distribuição da clientela, segundo uma classificação baseada em inúmeros e cada vez mais complexos

critérios, entre eles, o motivo da internação, a inteligência, as aptidões e o caráter do menor, a ocupação criteriosa do espaço e do tempo dos internos, conforme descrição do juiz de menores [...] O trabalho era, neste sentido, o único instrumento capaz de tornar o menor desvalido, um indivíduo válido para a sociedade. O resultado que se esperava desse atendimento era, portanto, a produção de ‘homens úteis e válidos’, capazes de contribuir para a ‘prosperidade da nação’ (Rizzini, Pilotti, 2011, p. 232).

Na esteira destas transformações, o lugar da criança passa a ser objeto de preocupações, sobretudo nas regiões urbanas, diante dos incômodos que geravam e das formas com as quais se apresentava. A criança passou a simbolizar o futuro desta Nação que se desejava construir. Tal conjunto de questões situa-se no contexto de “grandes transformações econômicas, políticas e sociais, que marcam a era industrial capitalista do século XIX, o conceito de infância adquire novos significados e uma dimensão social até então inexistente no mundo ocidental” (Rizzini, 2011, p. 23). Numa clara adesão às transformações mundiais, que evidenciavam também um novo lugar para a infância, práticas higienistas com intenção de sanear e civilizar foram o caminho encontrado pelas elites para colocar o país no rumo da modernidade (Pereira, 2019, p. 83).

Segundo a socióloga Irene Rizzini (2011), existiam dois modelos para representação da pobreza urbana na virada do século XIX para o século XX: o pobre virtuoso e o pobre vicioso. Como debatido no primeiro capítulo, torna-se nítido a necessidade daquela sociedade em transição lidar com o problema social da infância vadia, exposta aos vícios e jogatinas. Para os “bem nascidos” a origem dessa exposição era a negligência familiar, sendo assim, as crianças deveriam ser afastadas de suas famílias viciosas, corrigidas e orientadas. A pobreza virtuosa, enaltecida e também objeto de atenção permanente para evitar seu desvio para comportamentos viciosos, era formada por aqueles que, além de trabalhar “(...) ao mesmo tempo com poucos recursos, mantinham a família unida, os filhos na escola e/ou trabalho e observavam costumes religiosos” (Rizzini, 2011, p. 59).

A questão de fundo que permeava tais classificações e previa práticas de intervenção salvacionista-civilizatória tinha a intenção de construir, aliado ao surgimento da Nação, as bases que substituiriam o modelo escravista pelo assalariado (Pereira, 2019, p. 85). Foi neste período que as elites, preocupadas com a “vadiagem” e o “ócio” como elementos perturbadores da ordem, buscaram imprimir um sentido positivo ao trabalho que, até então centrado na escravidão, não permitia ao país atingir níveis de desenvolvimento tal como os países europeus (Rizzini, 2011, p. 65).

A respeito da infância, institui-se um complexo aparato jurídicoassistencial, encarregado de educá-la e contê-la. Tornou-se ela objeto de minucioso escrutínio e ampla manipulação. Examinada sob todos os ângulos, classificada de acordo com o seu estado de abandono e grau de periculosidade, diagnosticada e finalmente submetida ao tratamento que a remediasse, essa criança, invariavelmente filha da pobreza, será transformada em menor (Rizzini, 2011, p. 89).

Existia na categoria “menor” uma série de atribuições ocultas. Tal denominação não se referia apenas ao critério etário, mas sobre à exposição à violência e da incapacidade de regularem a si mesmo. Além disso, o termo menor também foi permeado por importantes marcadores sociais que explicitavam uma constituição de identidades desiguais e hierárquicas a respeito da infância.

Um complexo sistema de distribuição de menores em instituições foi desenvolvido previamente pela polícia. Os menores foram antes de tudo o objeto de atenção e atuação da força policial. Cabia a polícia classificar crianças e jovens de acordo com seu nível de periculosidade e, a partir daí, definir para onde seriam encaminhados, sendo os patronatos agrícolas uma das escolhas disponíveis (Pereira, 2019, p. 86).

A legislação que orientava a organização dos patronatos no Brasil, adotou a categoria “menores desvalidos” para se referir aqueles que se constituíram como seu objeto de atenção e intervenção, neles nos debruçaremos a partir daqui.

Os Patronatos foram criados no Brasil em 1918 e ficaram vinculados ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio sob o Decreto de nº 12.893, de 28 de fevereiro de 1918. Dentro ainda do mesmo Ministério, em 1919, o Decreto de nº 13.706 destina a Superintendência da Diretoria do Serviço de Povoamento a cuidar o orientar os referidos Patronatos. Em 1930, portanto no governo de Getúlio Vargas, os Patronatos passaram à supervisão do Ministério da Agricultura (Vicente, 2010, p. 30).

A educação agrícola no Brasil é vinculada à ideia de que o país se constituiu através de uma economia essencialmente agrícola, o que refletiu em discursos que destacam a importância de políticas públicas que ajudassem na manutenção e qualificação do trabalhador rural (Vicente, 2010, p. 28). No contexto político econômico do Rio Grande do Sul, seara de nossa pesquisa, destaca-se a participação e articulação do ministro Ildefonso Simões Lopes junto a Sociedade Nacional de Agricultura.

Ildefonso Simões Lopes foi presidente dessa sociedade de 1926 até 1944, sendo, portanto, o presidente que mais tempo ficou na direção dessa Instituição - 18 anos. Natural do Rio Grande do Sul, da cidade de Pelotas, nascido em 1866 e falecido em 1944, era fazendeiro, filho do Visconde da Graça, formou-se engenheiro civil pela Politécnica do Rio de Janeiro, foi fundador do Club Abolicionista Rio Grandense e do Club Republicano da Escola Politécnica, foi empreiteiro na construção das estradas de ferro Sorocabana e Mogiana, diretor do abastecimento de águas em Pelotas, deputado estadual pelo Rio Grande do Sul por oito anos, diretor da Companhia Hidráulica pelotense, deputado federal pelo Partido Republicano RioGrandense, empresário fabricante de adubos fosfatados e farinha de ossos, Ministro da Agricultura, Indústria e Comércio (1919-1922), vice-presidente da Comissão Diretora da Aliança Liberal e fundador da Confederação Rural Brasileira (Mendonça, 1997, p. 197 e Carvalho, 1937).

Através de um levantamento bibliográfico Magda Vicente (2010) elencou um quadro a respeito das instalações dos patronatos agrícolas no Brasil. Havendo apenas dois no Rio Grande do Sul: Pinheiro Machado em Porto Alegre e o Visconde da Graça na cidade de Pelotas.

Os patronatos agrícolas, primeiramente, foram uma das instituições de internação de menores oriundos do crescente aumento da urbanização. Em tese, para garantir uma reforma moral e disciplinar para os órfãos, desvalidos da sorte e pobres. Da mesma forma, essas instituições serviram para suprir as necessidades nacionais quanto à formação de mão de obra voltada as atividades agrárias. Segundo Nascimento (2004), essa prática é consequência das discussões sobre educação agrícola características do século XIX, revelando “estratégias utilizadas pela elite dirigente na sua necessidade de legitimar seu poder, moralizar suas funções, sentir-se útil e justa” (Nascimento, 2004, p. 53).

O “Visconde da Graça” foi o principal destino para esses menores desvalidos, tanto para Pelotas quanto para as cidades dessa faixa sul do Estado. Os Patronatos pretendiam orientar e encaminhar os alunos órfãos e desvalidos da sorte que moravam nas zonas urbanas ao “mundo do trabalho”, de modo a que não se tornassem uma ameaça à população citadina e também que não atrapalhassem a nova orientação trabalhista, que passava a utilizar mão de obra livre. Os estabelecimentos dessas instituições traziam à tona o debate sobre a inserção da infância pobre na economia, portanto, enquadrar aqueles que estavam fora do mercado de

trabalho também era uma forma de ajustá-los às necessidades capitalistas da época (Vicente, 2010, p. 33).

A etimologia da palavra Patronato acaba explicitando e orientando os estímulos e objetivos de sua criação: Patronato, Patrão, Assistência. Segundo o dicionário Larousse Cultural (1999, p. 697). “Esta palavra é significado de, Autoridade de patrão, proteção concedida por pessoa poderosa a um inferior, sociedade oficial ou privada que tem por fim readaptar à vida social os ex-condenados ou libertos condicionais, organização destinada a zelar pela infância abandonada, local onde essas sociedades têm sede”. O que denota uma característica importante para essas instituições em sua origem: eram voltadas para as populações pobres.

Como debatido no capítulo anterior, os argumentos para o aumento da maioria penal na Primeira República foram voltados à questão da educação. Ainda que embasados por uma ótica preventiva, os debates na Câmara de Deputados explicitaram a preocupação quanto a circularidade dessas crianças e suas “competências para o mal”, culminando na necessidade de uma reforma disciplinar que fundamentou a criação de várias instituições voltadas para esses menores. Além disso:

O objetivo de tais instituições é principalmente o papel de “aperfeiçoamento do homem do campo, modernização da produção rural e regeneração moral” dos adolescentes através da busca de sujeitos moralmente capacitados. (BRASIL, 1918). É dever do Governo contribuir para aumentar a população rural e formar o verdadeiro agricultor brasileiro, aproveitando e treinando como factor de riqueza o elemento nacional. Considerando, finalmente, ser ao mesmo tempo obra de previsão social e econômica empregar na formação do gremio rural, donde há de promanar o engrandecimento real futuro do paiz, os menores abandonados ou sem meios de subsistência por falta de ocupação legítima (Brasil, 1918).

Sendo assim, a formação dos Patronatos possuía dois objetivos centrais: 1º lidar com o problema social de uma suposta “infância abandonada” a partir de uma reforma disciplinar destes indivíduos através de suas internações nessas instituições; 2º Contribuir para a formação de uma mão-de-obra agrária, visando a modernização da produção rural para o desenvolvimento nacional.

Os “menores” do Patornato Agrícola Visconde da Graça

O jornal Federação no dia 19 de outubro de 1923, noticiou em sua página 5 a inauguração do Patronato Agrícola Visconde da Graça:

“Patronato Agrícola Visconde da Graça – Effectuou-se, em Pelotas, com toda a solenidade, a inauguração oficial do Patronato Agrícola Visconde da Graça. Destina-se o Patronato a preparar o homem para os vatos domínios da agricultura.

Há, ali, aulas para o ensino primário, gymnastica e exercícios militares, a cargo do professor Julio Evangelista da Silva.

O Patronato Agrícola Visconde da Graça, está situado nas proximidades da Boa Vista, 2º districto à pequena distancia da cidade, o que não dificulta a frequencia de alunos que aqui residam.

E ele dotado de 6 grandes pavilhões de solida construção, oferecendo todos os recursos de hygiene e conforto.

São os mesmos para secretaria e almoxarifado, aulas, dormitório com 100 camas, sanitárias refeitoria (Federação, 19 de out. 1923, p. 5).

O atual Instituto Federal Sul Riograndense Campus Visconde da Graça, localizado em Pelotas-RS, foi inaugurado no ano de 1923 sob a vigência de um Patronato Agrícola. A influência política e econômica do futuro Ministro da Agricultura, o pelotense, Ildefonso Simões Lopes foi um expoente importante na constituição de um Patronato em sua cidade natal, batizando-o em homenagem ao seu pai: o Visconde da Graça.

Para a instalação dos Patronatos no Brasil houve articulação entre o governo federal e as prefeituras municipais, sendo beneficiadas as localidades que possuíam lideranças políticas mais atuantes junto ao poder público (Vicente, 2010, p. 59). Na proporção que iam sendo adquiridos esses imóveis, o projeto ia se interiorizando, as Instituições Patronais iam sendo criadas em vários locais, levando-se em consideração os meios disponíveis bem como a necessidade do local, e, de acordo também, às solicitações de líderes políticos do Governo, onde, é claro, cada um queria beneficiar a sua comunidade com tal empreendimento (Silva, 1994, p. 44).

Dessa forma, salientamos a influência de Ildefonso para formação do Patronato Visconde da Graça, mas para além da repercussão dos jornais da época que explicitaram as coligações políticas sulistas referente à questão agrícola. Essas instituições serviram para a formação disciplinar dos menores desvalidos e órfãos, e são estes os protagonistas dessa presente pesquisa, portanto centralizaremos o debate a respeito da educação e do público que ali residia.

Os Patronatos eram instituições com currículo voltado para o ensino agrícola e cívico. Esse padrão de ensino vem associado à ideia de formar mão de obra para o setor primário numa instituição destinada às crianças que fossem consideradas fora dos padrões sociais estabelecidos. Essas crianças eram aquelas que foram pouco amparadas pela família, órfãos

em sua maioria, que não tinham condições de ter acesso ao estudo. Aos alunos do Patronato era ministrado o ensino primário no qual as turmas eram divididas, conforme o seu grau de adiantamento, em elementar, média e complementar (Vicente, 2010, p. 73).

O método de ensino era o Intuitivo e o Prático. Segundo notícia do jornal *Diário Popular*, o ensino primário era ministrado em dias alternados, divididos em mais de uma turma, aumentando as turmas de acordo com o aumento do número de alunos, de acordo com a necessidade da região e a organização da instituição. A divisão dos alunos era seguida pelo grau de adiantamento de cada um. Assim, enquanto uma turma frequentava as aulas, a outra recebia o ensino agrícola no campo. Os alunos de melhor desempenho eram colocados na turma 1, os outros eram distribuídos, respectivamente, nas turmas 2 e 3.

Dentro dos poucos recursos de que dispõe o estabelecimento, dá-se ali também o ensino técnico profissional nas modestíssimas oficinas de carpintaria, ferraria, e selaria, por onde passam todos os menores, em pequenas turmas procurando-se aperfeiçoar em um determinado ofício aqueles que demonstram inclinação, gosto especial e interesse pelo mesmo. A parte correspondente ao ensino agrícola, porém, é a que mais desvelo merece a administração. Assim, além das aulas diárias de elementos de agricultura existem as aulas práticas do campo, empregando-se ferramentas agrícolas. Está assim feita a organização agrícola do Patronato: seção de horticultura, seção de pomicultura, seção de viveiros, seção de agrostologia, seção de culturas experimentais, seção de culturas extensivas, seção de avicultura. Será em breve instalada a estação de monta (*Diário Popular*, 10 de abril de 1928, p. 6).

O método de ensino intuitivo, segundo o regulamento dos Patronatos, deveria estar presente nas aulas práticas, nas quais os educandos aprendiam de acordo com o objetivo da instituição, voltado para as práticas agrícolas.

Na classe média, os alunos aumentavam o seu quadro de disciplinas. Além das aulas práticas, aprendiam Português, Aritmética, Geografia, Geometria e História do Brasil e Natural, Lições das Coisas, Instrução Moral e Cívica e noções de Agricultura. Na classe elementar os alunos tinham as mesmas disciplinas da classe média, porém as classes eram subdivididas de acordo com o aproveitamento. Os que eram considerados com menor aproveitamento deixavam de receber ensinamentos de algumas disciplinas, como Geometria e História do Brasil. Assim, a orientação dava-se em ordem crescente, ou seja, na sub-classe A ficavam os alunos mais adiantados e, consecutivamente, até a sub-classe D, ficando nessa os alunos com mais dificuldades, dependendo da quantidade de alunos em cada ano. Tudo isso no primeiro semestre do ano letivo. No segundo semestre, os alunos da classe Complementar e Média aprendiam Português, Aritmética, Geografia, Geometria, História do Brasil, Lição das Coisas, Desenho, Instrução Moral e Cívica e Noções de Agricultura (Brasil, 2019).

Necessário ressaltar que esse era o retrato baseado no regulamento, tendo em vista o real público e as condições financeiras do PAVG, não é ingênuo pensar que essa instituição possuía um caráter bem mais laboral e disciplinar do que de fato educacional.

Nos relatórios, os professores reclamavam dos alunos que entravam para o Patronato, pois eram em sua maioria analfabetos. O MAIC deixava a desejar quanto ao material que deveria enviar à instituição. Ainda no ano de 1927, o professor de Instrução Agrícola declara que não possuía material escolar nem livros apropriados, utilizando-se assim somente de uma “instrução puramente demonstrativa [...] A partir do ano de 1926 os alunos estudavam uma hora à noite, antes de dormir, apesar das dificuldades por não haver luz elétrica” (Vicente, 2010, p. 75).

Nosso objetivo nesse capítulo é refletir a respeito das instituições onde os menores pobres e negros foram internados nas primeiras décadas do século XX, também refletir sobre esses personagens e tentar problematizar a respeito desse suposto abandono familiar, para isso foi necessário apresentar um panorama a respeito da educação agrícola e a formação dos patronatos, mas não é esse o tema central deste capítulo. Nos atentemos então aos perfis de estudantes nas primeiras⁵ turmas do PAVG.

Estando internados no Patronato Agrícola Visconde da Graça, em Pelotas, cinquenta educandos, o diretor daquele patronato solicitou ao diretor do Serviço do Povoamento que fosse autorizado a matricular mais 25 menores desvalidos, afim de poder atender aos insistentes apelos da população local (Federação, 31 de outubro de 1923, p. 3). Além dessa citação do jornal Federação, os primeiros artigos do regulamento dessas instituições convergem para a mesma perspectiva:

Art. 1º Os patronatos agrícolas instituídos por decreto n. 12.893, de 28 de fevereiro de 1918, são, exclusivamente, destinados às classes pobres, e visam a educação moral, cívica, física e profissional de menores desvalidos, e daquelles que, por insuficiência da capacidade de educação na família, forem postos, por quem de direito, á disposição do Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio.

Art. 2º Os patronatos agrícolas constituem, em seu conjunto, um instituto de assistência, protecção e tutela moral dos menores compreendidos no art. 1º do presente regulamento, recorrendo para esse effeito ao trabalho agrícola, sem outro intuito que não o de utilizar sua acção educativa e regeneradora, com o fim de os dirigir e orientar, até incorporal-os no meio rural (Brasil, 1919).

⁵ Em razão do nosso recorte temporal

Vicente (2010) analisou as fichas dos alunos que entraram entre o ano de 1923 até o de 1934 e encontrou os seguintes dados: 188 alunos eram órfãos ou de pai ou de mãe. Logo, pensando sobre a assistência familiar percebe-se que 156 alunos (82,98% - morto, não identificado e ignorado) não podiam contar com o pai, figura masculina, e apenas 17,02% tinham o pai vivo. Quanto às mães, desses 188 alunos, apenas 53 encontravam-se mortas, ignoradas ou não identificadas, representando um percentual de 28,19%. Dessa forma, constata-se que os alunos contavam muito mais com a presença feminina do que com a presença masculina em sua vida familiar. O restante dos alunos analisados (66) representou 25,99% do total, e foram colocados à parte na tabela porque eram totalmente órfãos ou não apresentaram a característica de orfandade. Assim, 42, 42% destes tinham os pais mortos e 54, 55% tinham os pais vivos (Vicente, 2010, p. 123).

O Juiz de Órfãos em Pelotas administrava e definia os rumos da vida dos meninos que estudaram no Patronato, ampliando consideravelmente as atribuições iniciais pelas quais sua função passou a ser adotada no Brasil. Assim, se o Juiz se encarregava de “matricular” e “desligar” meninos do registro de internos da instituição, pergunto-me sobre as origens familiares destes alunos (Pereira, 2019, p. 99). A autora reflete sobre como essas crianças chegavam até o Juiz de Órfãos, o que parece um mistério na investigação dos registros desses alunos. A questão que intriga é se as famílias se dirigiram voluntariamente ao Juiz solicitando a matrícula e internação de seus filhos ou se esses meninos foram retirados do convívio familiar, contrários à suas vontades.

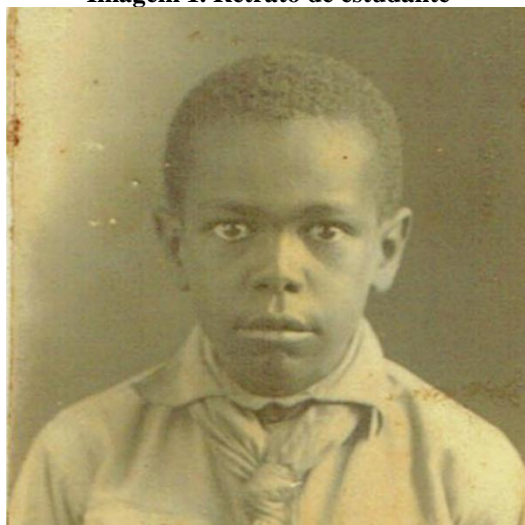
Esses questionamentos evidenciam um mistério a respeito das matrículas desses alunos. Tendo em vista que os Patronatos tinham como intuito também pensar na prevenção à criminalidade, investindo em uma educação rígida e disciplinar muito pautada pela atividade laboral, da mesma forma que foram as oficinas nas cadeias e as escolas militares. O argumento utilizado pelos bem nascidos foi o do abandono familiar, mas o que era interpretado como esse suposto abandono? A não presença paterna talvez tenha sido um delimitador, mas, quando pensamos em estruturas familiares, principalmente das camadas populares, percebemos várias constituições de família baseada em responsabilidade, cuidado e afeto que não se delimitam apenas a questão de laços sanguíneos. Quanto à vadiagem, essas crianças estavam inseridas nas problemáticas das hierarquias sociais no pós-abolição que evidenciaram o negro como um problema social, que motivou a políticas de controle e

segregação dessas populações, afastando-as dos centros urbanos. Talvez o internamento desses menores também apresente esse caráter corretivo e disciplinar, disfarçado sob o pretexto de assistencialismo e prevenção. Torna-se necessário, no futuro, mergulhar nas fontes disponíveis no Acervo do NEPEC sobre o Patronato para tentar refletir sobre os vínculos de família invisibilizados pela narrativa dos registros destes alunos, afim de responder essas questões.

A escola recebia alunos de várias cidades e de regiões periféricas de Pelotas. Num total de 16 cidades, 15 eram do interior do Rio Grande do Sul, região Sul e uma de Blumenau, no estado de Santa Catarina. Temos ainda um percentual de 5,91% de alunos dos quais não foi identificada a origem. De qualquer forma, o maior percentual (61,42%) era originário de Pelotas. Na sequência, 6% dos alunos vinham de Herval e de Piratini (Vicente, 2010, p. 126).

Quanto a distribuição étnica, segundo os registros dos alunos: 159 alunos eram denominados “brancos” (62%) e 92 alunos estavam entre aqueles denominados “pardos, morenos, mixtos e negros” (36%). O restante, 2%, eram denominados ruivos ou não foram identificados (Vicente, 2010, p.132) A autora problematiza o levantamento desses dados, primeiramente pelo caráter duvidoso desse processo de racialização na inscrição desses estudantes, também, quando voltamos ao regimento dos patronatos e sua característica de receber essas crianças das camadas mais pobres da população, refletimos como a raça social é uma indicadora da classe (Davis, 2016). Esse apontamento fica mais nítido quando observamos as fotografias desses alunos.

Imagem 1. Retrato de estudante



Fonte: RIBEIRO, Angelita. **Imagens embriagadas – A cruzada das crianças – Barbárie e reencantamento do mundo**. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação Faculdade de Educação. Universidade Federal de Pelotas. Pelotas, 2018/Acervo de Imagens NEPEC.

Considerações finais

Este trabalho trata-se sobretudo de um levantamento bibliográfico, analisando os resultados das poucas pesquisas que se debruçaram sobre essa instituição e também pensar outras possibilidades de reconhecer essa temática, investigando os menores vadios, desvalidos e órfãos, aqueles que de forma protagonista foram atingidos pela política higienista do biodeterminismo, consolidado pela antropologia criminal. O NEPEC ainda é bastante recente e fez um trabalho extraordinário na recuperação destes documentos e em sua catalogação, essas fontes ainda foram pouco exploradas pela historiografia, apresentando trabalhos na área da Ciência Sociais e Antropologia, faz-se necessário um mergulho e uma intersecção dessas fontes. Uma possibilidade para dar continuidade a essa pesquisa, é cruzar os dados de registros de alguns menores órfãos de pai, com o registro de visitas para pensar outros horizontes na consolidação dos vínculos sócio-afetivos, sobretudo desses menores negros.

Fontes

ANAIS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, 7 de agosto, 1897. Rio de Janeiro.

CHRONICA, Porto Alegre. 20 de março, 1853, p. 3.

Referências Bibliográficas

PEREIRA, Fabíola. **“Nestes termos, pede deferimento”**: uma etnografia das dinâmicas de Intervenção e das práticas da assistência em uma instituição de ensino. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. 2018.

RIBEIRO, Angelita. **Imagens embriagadas – A cruzada das crianças –** Barbárie e reencantamento do mundo. Tese (Doutorado em Educação) -. Faculdade de Educação. Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2018 / Fonte: Acervo de Imagens NEPEC.

REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos. **Liberdade por um fio**: a história dos quilombos no Brasil. São Paulo: cia. Das Letras, 1996.

RESENDE JR, José. **“Crianças pretas passeiam em liberdade”** um estudo sobre infância e escravidão: Pelotas e Rio Grande (1820-1870). 2021. 208f. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2021.

RIZZINI, Irene; RIZZINI, Irma. **A institucionalização de crianças no Brasil**: Percurso histórico e desafios do presente. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rop; São Paulo: Loyola, 2004.

RIZZINI, Irene. **O século perdido**: raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil. São Paulo: Cortez, 2011. 3. ed.

RIZZINI, Irene; PILOTTI, Francisco. **A arte de governar crianças**: A história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância. São Paulo: Cortez, 2011b.

VICENTE, Magda Abreu. **O Patronato Agrícola Visconde da Graça em Pelotas / (1923 – 1934):** gênese e práticas educativas. Pelotas: UFPel, 2010. 157 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Pelotas, 2010.

Escravidão e Velhice em Pelotas: o crime do ex-cativo João Piratini e sua “quadrilha de ladrões de gado” (1889)

Slavery and Oldness in Pelotas: the crime of the ex-captive João Piratini and his “gang of cattle thieves” (1889)

Laís Neves Bittencourt,¹ UFPEL

Resumo

Este artigo visa explorar o tema da velhice cativa através do processo-crime no qual o ex-cativo João Piratini se tornou réu, em 1889, no município de Pelotas. A escolha desta fonte se deu a partir da observação da idade deste homem na data de ocorrência do crime: 70 anos completos. Para atingir os objetivos estabelecidos, pretendemos realizar um debate acerca de como o tema da velhice cativa vem sendo trabalhado pela historiografia brasileira da escravidão. Em seguida, passaremos a analisar o processo-crime em si, destacando elementos como as relações sociais, ofícios e saberes, comportamento e discursos a fim de compreender o cotidiano de João Piratini. Por fim, apontaremos brevemente como algumas tradições africanas poderiam estar presentes na vida do ex-cativo septuagenário.

Palavras-chave: Velhice; Escravidão; Processo-crime; Pelotas; Tradições africanas.

Abstract

This article aims to explore the theme of old age in captivity through the criminal case in which the former captive João Piratini became a defendant, in 1889, in the municipality of Pelotas. This source was chosen because of the man's age at the time of the crime: 70 years old. In order to achieve the objectives set, we intend to discuss how the theme of captive old age has been addressed by the Brazilian historiography of slavery. Next, we will analyze the criminal case itself, highlighting elements such as social relations, trades and knowledge, behavior and speeches in order to understand João Piratini's daily life. Finally, we will briefly point out how some African traditions could be present in the life of the septuagenarian ex-captive.

Keywords: Old age; Slavery; Criminal case; Pelotas; African traditions.

Introdução

Era quase meia noite do dia vinte e um de novembro de 1889, quando Joaquim José de Freitas ouviu seus cães latindo embravecidos. Encarregado da administração da fazenda de sua mãe, Joaquina Maria de Freitas Machado, o homem se pôs à luz do luar e dirigindo-se para a porteira de sua chácara encontrou o motivo pelo qual os cães latiam: no campo de criação de gado da família avistou o que pareceram ser dois vultos. Quando estes se encaminharam para a estrada que chegava ao banhado, Joaquim conseguiu contornar o valo

¹ Graduada no curso de Licenciatura em História da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL).

de sua chácara e se esconder atrás de um eucalipto. Ambas as sombras passaram por onde Joaquim se escondia, permitindo que este percebesse que se tratava do preto João Piratini e do crioulo José Vieira, agora montados em seus cavalos.

O episódio narrado faz parte do depoimento de Joaquim José de Freitas para o delegado Epaminondas Piratinino de Almeida em inquérito instaurado contra um homem preto conhecido como João Piratini. O réu foi acusado de guardar o couro e carnear uma rês mansa que era propriedade de Maria Joaquina Marques Machado. O fato mais interessante deste caso reside na faixa etária a qual João Piratini estava inserido: na época do crime apresentava 70 anos de idade. Associado ao crime também estava José Vieira. Um homem pardo, de estatura média e barba não bem serrada, que não se fez presente em nenhuma das fases do julgamento.

Há algumas décadas os historiadores têm se voltado para os documentos judiciais a fim de desvendar o cotidiano dos cativos, réus ou vítimas dos processos criminais. Sendo assim, Maria Helena P. T. Machado defende que

A consideração dos autos criminais permite a abordagem de aspectos sociais da vida das camadas dominadas, tais como as relações de amizade, parentesco ou vizinhança, os padrões familiares e mesmo a organização do trabalho e sobrevivência daqueles que foram alijados das tarefas socialmente dignificadas. Porém, é o evento criminoso que condiciona as confissões e revela-se como o fio condutor do documento, emprestando significado à pluralidade dos fatos registrados. O processo criminal conduz o historiador, em primeira instância ao crime, e deste à sua remontagem, no quadro das tensões sociais que o geraram e na multiplicidade de eventos que o qualificam como ato social (Machado, 1987, p. 23).

Neste sentido, a observação dos documentos judiciais permite remontar, mesmo que não em sua totalidade, o crime cometido e até mesmo observar a criminalidade que atinge uma determinada sociedade no tempo. Bóris Fausto diferencia os conceitos de “criminalidade” e “crime”, uma vez que o primeiro se trata do “[...] fenômeno social na sua dimensão mais ampla, permitindo o estabelecimento de padrões através da constatação de regularidades e cortes.” (Fausto, 1984, p.9); e o último se refere ao “[...] fenômeno na sua singularidade cuja riqueza em certos casos não se encerra em si mesma, como caso individual, mas abre caminho para muitas percepções.” (Fausto, 1984, p. 9).

Tendo isto em mente, pretendemos analisar o processo-crime que colocou João Piratini no banco dos réus no ano de 1889 (APERS, 1889). O objetivo é compreender o significado da velhice cativa e as formas de resistência e sobrevivência de um escravizado

(ou, neste caso, liberto) idoso dentro da sociedade pelotense do século XIX, partindo do cotidiano do velho Piratini. Para isso, é necessário que haja duas observações iniciais, sendo a primeira referente à época do crime cometido: o imediato pós-abolição.

À primeira vista pode parecer estranho ao leitor que um crime cometido após a promulgação da Lei Áurea de 1888, que extinguiu a escravidão em todo o território brasileiro, possa dizer algo sobre o cotidiano de um cativo ou liberto durante os anos de vigência do sistema escravista. Sobre isto, Wlamyra R. de Albuquerque explica que

Fazer transbordar para a sociedade pós-abolição as regras sociais do mundo escravista foi o principal empenho das elites. Entre as formas de salvar os ex-senhores do desatino estava a de garantir-lhes a exclusividade da condição de cidadão (Albuquerque, 2009, p. 123).

Portanto, o imediato pós-abolição não foi marcado apenas por processos de mudança, como aqueles decorrentes da própria abolição, sendo possível observar a permanência de elementos próprios de um mundo escravista (sejam eles jurídicos, econômicos, sociais ou culturais). James P. Woodard (2014) constatou, ao analisar os discursos republicanos, que a ideia de “cidadania” no pós-abolição estava atribuída aos sujeitos brancos, uma vez que os negros não eram tidos como aptos para o exercício desta. Assim, se anteriormente a hierarquização racial era utilizada como justificativa para a escravidão, neste momento passou a servir de referência para a construção de uma cidadania brasileira.²

O segundo ponto a ser destacado se refere ao momento da vida em que João Piratini se encontra, a velhice. Poucos trabalhos dentro da historiografia brasileira se dedicaram a investigar a velhice cativa. As primeiras contribuições sobre o assunto se deram a partir de obras que fizeram parte do movimento de estruturação de uma Nova História Social da Escravidão. Para Luis Carlos Palermo (2019) a renovação teórica da historiografia sobre escravidão, a partir da década de 1980, significou uma nova visualização das relações sociais entre os diferentes sujeitos dentro da sociedade escravista, agora reconhecendo-se os escravizados como sujeitos da história e agentes de sua própria vida.

Apesar de todos os avanços da historiografia da escravidão no Brasil nas últimas décadas, os quais favoreceram o desenvolvimento de temas referentes a escravidão e

² Kabenguele Munanga (2014) explica que as teorias raciais, utilizadas principalmente no século XIX, foram gestadas para hierarquizar as diferentes raças, resumindo características psicológicas e culturais a um determinismo biológico. Assim, o conceito de “raça”, socialmente construído, determinou a superioridade de pessoas brancas em relação aos demais sujeitos. Lilia Schwarcz (2005) aponta para o fato de que esta construção da noção de “raça” se dá justamente quando se debate, no Brasil e no mundo, as condições para a cidadania.

liberdade dos cativos (seu cotidiano, suas crenças, relações familiares etc.) o tema da velhice cativa foi abordado, predominantemente, de forma indireta. Neste sentido, diversos autores forneceram suas elaborações acerca do que compreendiam ser um cativo idoso a partir de investigações mais gerais sobre a população cativa voltadas para todas as faixas etárias. O Quadro 1 apresenta alguns marcos etários para a idade idosa a partir de trabalhos renomados dentro da historiografia brasileira da escravidão.

Quadro 1 – Marcos para a idade idosa segundo a Historiografia brasileira da escravidão

MATTOSO (2016)	SCHAWARTZ (1988)	Florentino e Góes (2017)	MOTTA (2010)	MAGALHÃES (2018)
Acima dos 35 anos	Acima dos 50 anos	Acima dos 40 anos	Igual ou superior aos 50 anos	46 anos

Fonte: Florentino; Goés (2017); Magalhães (2018); Mattoso (2016); Motta (2010); Schwartz (1988).

Para Kátia Mattoso, em *Ser Escravo no Brasil*, os cativos estavam divididos em: “crianças (molequinho, molequinha), 0 a 7 anos; criança (moleque, moleca), 8 a 14 anos; adolescente (molecão, molecona), 15 a 18 anos; adulto (negro, negra), 19 a 35 anos e velho (velho, velha), acima dos 35 anos” (Mattoso, 2019, p. 109). Embora a autora estabeleça a demarcação da idade avançada para acima dos 35 anos, esta chama a atenção para o fato de que os sujeitos encarregados de preencherem os documentos com a idade dos cativos muitas vezes o faziam de modo a não estarem de acordo com a realidade, sendo frequente casos nos quais os cativos são avaliados em preços superiores por conta de apresentar uma “boa saúde e ao ofício rentável” (Mattoso, 2019, p. 110).

Levando em consideração tais apontamentos, podemos inferir que partir de uma noção exclusivamente econômica (como a avaliação dos preços de cativos) não nos será útil na investigação sobre a velhice cativa, uma vez que, ao que parece, a idade avançada dos cativos muitas vezes era relevada entre comerciantes em prol de fatores biológicos favoráveis (saúde, aparência, força física etc.).

Stuart Schwartz (1988), em *Segredos Internos*, dedicou-se ao estudo dos engenhos baianos entre os séculos XVI e XVIII. O demonstra que há certa imprecisão na separação das categorias etárias, porém via uma divisão geral por idades de “[...] crianças até oito ou treze anos, adultos de catorze a cinquenta anos e idosos com mais de cinquenta anos.” (Schwartz, 1988, p. 288). Já Manolo Florentino e José Roberto Góes (2017) trabalharam juntos em *A Paz*

das *Senzalas*. Utilizando uma variedade de fontes em sua obra, os autores definiram a idade idosa dos cativos como acima dos 40 anos de idade.

Um grande salto nas investigações se deu a partir do trabalho de José Flavio Motta (2010) em *O Tráfico de escravos velhos (Província de São Paulo, 1861-1887)*. O historiador trouxe para o centro das investigações os cativos velhos ao observar as transações de escravos em Areias, Guaratinguetá, Constituição (Piracicaba) e Casa Branca – municípios da província de São Paulo. Para Motta (2010), levar em conta apenas a legislação imperial, mais especificamente a Lei do Sexagenário (1885), para estabelecer um marco etário para a velhice não parece uma boa opção. Mais seguro seria partir das estimativas de longevidade, visto que a escolha dos 60 anos no corpo da lei abolicionista pode ter sido alta a fim de “[...] prolongar o mais possível a vigência da instituição servil” (Motta, 2010, p. 46). Portanto, a construção da investigação de Flávio Motta se direcionou ao grupo de escravizados com idades iguais ou superiores a 50 anos.

Teresa Raquel Coimbra Magalhães (2018), assim como José Flávio Motta, elege como protagonistas da sua pesquisa os cativos idosos - neste caso os que habitaram o município de São João Del Rei (Minas Gerais), no século XIX. Seu palpite é de que a fase idosa dos cativos se inicia na média dos 46 anos de idade. Porém, para além de todas as formulações economicistas, a autora tenta compreender o papel social destes sujeitos, tendo como referência “[...] a importância dos anciãos para as culturas africanas como detentores de saberes ancestrais, assim como perpetuadores da cultura e possíveis agentes pacificadores” (Magalhães, 2018, p. 22).

Em vista das contribuições supracitadas, compreendemos a importância de se estabelecer um marco etário para a investigação da velhice cativa. Neste sentido, concordamos com Flávio Motta (2010), que pensarmos na idade idosa a partir dos 50 anos de idade parece mais razoável do que o que fora estabelecido no texto da Lei do Sexagenário. Porém, também destacamos a relevância de se ultrapassar questões cronológicas e biológicas ao estudarmos a velhice, tal qual Magalhães (2018) se propôs a fazer.

Não há consenso no que diz respeito a delimitação da fase idosa cativa, uma vez que cada autor analisa uma sociedade diferente no tempo. Segundo Kátia Jane Chaves Bernardo:

A palavra velhice não representa uma realidade bem definida, mas ao contrário, é um fenômeno complexo, cujo conceito está associado a aspectos como gênero, classe e raça. A velhice deve ser pensada como um processo

gradual em que a dimensão histórico-social e a biografia de cada indivíduo devem ser consideradas com relevância (Bernardo, 2010, p. 52).

Por conseguinte, a velhice cativa só pode ser averiguada quando se analisa não só fatores biológicos, cronológicos ou econômicos referentes a existência dos sujeitos, mas também sociais e culturais. Considerando que cada sociedade compõe sua própria noção de juventude e velhice, as investigações devem apontar para diferentes fatores, unindo-os à trajetória de cada indivíduo investigado. Desta forma, nos aproximamos de entender a posição social e o cotidiano de figuras como o João Piratini.

“Uma maloca de ladrões de gado” na cidade de Pelotas

Na manhã do dia 21 de novembro de 1889, perto das dez da manhã, José Joaquim Machado se dirigiu ao campo de gado da sua família, a fim de compreender os fatos da noite anterior. Chegando próximo ao local do ocorrido, avistou corvos esvoaçando o que identificou como carniça de rês (a cabeça do animal e restos de couro). Logo, o fazendeiro enviou carta ao inspetor de polícia do segundo distrito, Domingos Dias Portella, que ao analisar a cena saiu para reunir testemunhas com o intuito de prosseguirem até a casa do acusado.

Assim, foram convocados Valêncio Rodrigues da Silva, Delfim Vieira de Britto, Bento Barbosa de Oliveira, José Maria Alves de Farias, Copertino Dias Portella e Manoel Vieira de Brito – todos moravam nos arredores do arroio Santa Bárbara (município de Pelotas), ou seja, vizinhos de José Joaquim Machado. O território era relativamente próximo a estância do Monte Bonito, local no qual se estabeleceram o núcleo urbano e charqueador pelotense. Segundo Ester Gutierrez (2001) este era um lugar de maior densidade de escravos em todo o Rio Grande do Sul.

Não era incomum que pessoas “notáveis” da sociedade fossem convocadas para atuarem ativamente nos processos-crime instaurados. Um exemplo disso pode ser observado na obra de Ricardo Ferreira (2009), que ao analisar a estrutura jurídica imperial, constatou que a escolha dos jurados passou a ser feita pelos delegados de polícia a partir de 1841, levando em consideração elementos como alfabetização e rendimentos anuais mínimos.

Portanto, os proprietários locais poderiam influenciar diretamente nas decisões jurídicas cotidianas. No presente caso, esta influência se torna nítida ao observarmos que Copertino Dias Portella e Manoel Vieira de Brito se tornaram peritos no “auto de exame”,

alegando que o couro era de rês fresca, de pelo baio jaguané, com marca que indicava ser de propriedade da fazenda de Joaquim Machado. A objetividade de Portella e Britto, testemunhas e vizinhos de Joaquim Machado, não fora questionada – o que talvez demonstre como os sujeitos desta sociedade estavam empenhados na defesa da propriedade privada.

O que se sucedeu após a convocação das testemunhas foi que todos se dirigiram e cercaram a casa do réu, seguindo o rastro dos cavalos deixados desde a entrada da fazenda de Joaquim Machado. Todas as testemunhas concordam que o inspetor bateu à porta do rancho de João Piratini, uma mulher parda abriu a porta e quando estes entraram na casa avistaram a carne e o couro da rês roubada escondida em um sótão. Copertino Dias Portella que observava tudo por uma porta entreaberta nos fundos da casa pôde ver o momento em que João Piratini parou de salgar a carne e alcançou-a para uma “crioula” escondê-la no sótão da casa. Também foram encontradas linguiças novas, carne salgada e linguiças velhas. Assim, o inspetor Portella deu voz de prisão ao acusado que tentou fugir pelos fundos da casa.

Segundo o testemunho de João Piratini, no momento citado este teria saído da casa em direção a residência de um homem chamado Antonio Severino. Porém, sua versão destoa daquelas contadas pelas testemunhas presentes. Os homens convocados pelo inspetor Portella alegaram que João Piratini saiu disparado em direção ao mato na tentativa de escapar e quando foi detido, este teria tentado ferir Valencio Rodrigues da Silva com uma faca. O fato é que depois do corrido, os homens conduziram Piratini à delegacia de Pelotas – o qual passou a responder pelo furto e ato de carnear a rês alheia.

João Piratini era um homem preto, tinha 70 anos e transitou por muitos lugares até chegar em Pelotas. Original de Piratini, este senhor residiu anteriormente na cidade de Jaguarão e passou a habitar nas “pontas” do Santa Bárbara mais ou menos dois anos antes da data do crime. Durante seu depoimento, chamou por ex-senhor um homem chamado Zecca Anastácio – o qual não conseguimos localizar com as fontes que dispomos em mãos.

O velho ex-cativo também acrescentou informações sobre suas ocupações laborais, ora alegando ser “tropeiro”, ora “jornaleiro” ou “trabalhador”. Não é possível identificar o que está por trás das respostas do réu, mas podemos supor que talvez João não tivesse uma ocupação bem definida e, portanto, deu respostas mais evasivas sobre sua ocupação. Também podemos suspeitar que este alternava entre trabalhos, não tendo uma atividade fixa. Cabe lembrarmos que se tratava do período de pós abolição, portanto suas agências e trabalhos ocasionais devem ter se tornado ainda mais necessários. Por fim, não podemos esquecer do

fato de que o termo “jornaleiro” se referia àqueles que trabalhavam por turno e, por outro lado, “trabalhador” era aquele que tinha uma ocupação fixa.

De um jeito ou de outro, João Piratini parecia ter conhecimento sobre a produção de charque – visto que estava sendo acusado de carnear uma rês roubada. Os municípios pelos quais Piratini passou em sua vida, pelo menos os que temos certeza, se destinavam à criação de gado e produção de charque. Neste sentido, é possível que o ex-cativo tenha desenvolvido trabalhos voltados para a criação de gado, como tropeiro (segundo seu próprio relato) ou ligados diretamente à produção de charque (carneador, graxeiro, tripeiro, salgadores etc.). Não é difícil imaginar um João Piratini, alguns anos mais jovem, salgando carne na fazenda de seu senhor, Zecca Anastácio. Se for o caso, aos 70 anos de idade, Piratini ainda manejava as habilidades adquiridas durante a vida no cativeiro, mas agora as utilizava para a sobrevivência cotidiana.

Ainda, João Piratini alegou que na manhã da sua captura “[...] ele interrogado foi fazer suas plantações, voltando à casa quando o sol já estava quente [...]” (APERS, 1889, 17v). Ou seja, em seu rancho, este senhor realizava plantações. Neste caso, João Piratini tinha conhecimentos específicos ligados à agricultura, o que pode ser um indicativo de uma vida roceira pregressa. Porém, ainda é possível que este homem tenha desenvolvido tanto atividades na agricultura quanto na agropecuária, em uma mesma fazenda. Segundo Luis Farinati,

É possível pensar que os senhores procurassem fazer com que os escravos, mesmo os pertencentes aos grandes estancieiros e aqueles dentre eles que tinham uma ocupação definida, desempenhassem acessoriamente também muitas atividades (Farinati, 2007, p. 302).

Portanto, como era comum entre senhores empregarem escravizados em diferentes funções e João Piratini já apresentava uma idade avançada, não é errôneo supormos que este ex-cativo tenha sido tanto tropeiro como roceiro. Outra possibilidade para o desenvolvimento das habilidades agricultoras de Piratini reside na “brecha camponesa”, um sistema de economia própria de escravizados que era utilizado como ferramenta de manutenção da ordem pelos senhores. João José Reis e Eduardo Silva (1989) explicam que

Ao ceder um pedaço de terra em usufruto e a folga semanal para trabalhá-la, o senhor aumentava a quantidade de gêneros disponíveis para alimentar a escravaria numerosa, ao mesmo tempo que fornecia uma válvula de escape para as pressões resultantes da escravidão (Reis; Silva, 1989, p. 28).

Não cabe neste trabalho discutirmos se a “brecha camponesa” foi uma conquista dos cativos ou apenas um instrumento de controle dos senhores. O que nos interessa é saber que a doação de um pedaço de terra para que os cativos pudessem trabalhar em plantações próprias nas folgas foi comum durante a vigência da escravidão. Em decorrência disso, João Piratini pode ter tido contato com esta medida e ter trazido para o seu cotidiano em liberdade a prática de cultivar o seu pedaço de terra. Ainda mais, levando em consideração que este homem não vivia sozinho.

No processo, João Piratini era descrito como um homem casado. Este alegava que Maria, uma mulher parda vista na residência do acusado, era sua mulher. Porém, no decorrer do processo, diferentes sujeitos insistem em afirmar que esta era “amásia” do acusado. No Dicionário de Língua Brasileira produzido por Luis Maria da Silva Pinto (1832), a palavra “amásia” significa “amiga” ou “concubina”. Já a palavra “esposa” diz respeito à “mulher que está para casar, ou que é já casada” (Pinto, 1832). Neste sentido, percebe-se que existem discordância entre aqueles homens que figuravam entre as testemunhas e o acusado no que diz respeito à relação deste último com sua companheira.

Natália Garcia Pinto (2012) analisou os dados sobre arranjos matrimoniais de cativos e libertos a partir dos Livros de Batismo de Escravos e de Casamentos de Livres da Catedral de São Francisco de Paula, entre 1830 e 1850. A autora constatou que

A primeira informação que salta aos olhos é de que o casamento não era acessível a todos e pelo contrário, podemos aventar que a maioria da comunidade negra local não priorizava este sacramento, contendo-se com relações consensuais legitimadas pelo reconhecimento comunitário (Pinto, 2012, p. 96).

Apesar do salto temporal entre o estudo de Natália Pinto e o caso de João Piratini, acreditamos que a união deste com Maria possa ser um exemplo de caso não consagrado em matrimônio por falta de recursos e incentivos. Dentro desta ótica, esta união talvez não fosse considerada moral pelos seus contemporâneos brancos e bem afortunados, visto que não se tratava de uma família nuclear típica burguesa. Sobre isto, Robert Slenes destaca:

Em resumo, o racismo, os preconceitos culturais e a ideologia do trabalho na época predispunham os viajantes europeus ou os brasileiros “homens de bem” a verem negros, que aparentemente não seguiam suas regras na vida íntima como desregrados. Na segunda metade do século, quando o “não seguir as regras” parecia ameaçar cada vez mais a disciplina do trabalho, essa predisposição provavelmente se tornou mais forte (Slenes, 2011, p. 150).

Assim, ambos contavam com o apoio e legitimação vinda da convivência com seus entes e amigos. Afinal de contas, João Piratini e Maria não viviam sozinhos naquele rancho no Santa Barbara. Manoel Vieira de Britto alegou ter visto mais quatro mulheres: uma parda, uma crioula que ajudava o velho a colocar as carnes no sótão (e supostamente era parente do réu), uma preta velha e uma criança. Existe apenas uma menção a existência de uma criança na casa, enquanto os outros depoimentos concordavam com a presença das três outras mulheres.

Sobre a senhora que estava na casa de João Piratini não temos certeza se esta era mais uma mulher parda, ou uma preta velha de fato, visto que os depoimentos se tornam confusos sobre a identificação das mulheres que ali estavam, principalmente no quesito das cores destas. Em depoimento, João Piratini defende a si e à sua mulher alegando que as linguças prontas na casa foram feitas por esta senhora – identificando-a como mãe de José Vieira.

A estes ainda se somava o nome de Ivo, um homem “moço” pele retinta e estatura baixa. O jovem havia sido escravizado de Maria Joaquina Marques Machado. Joaquim de Freitas Machado acusava o preto Ivo de ter arquitetado todo o plano do roubo, uma vez que este tinha sido “escravo da casa dele respondente, é mau, tem assaltado casas, e vive atualmente sem ocupação” (APERS, 1889, f. 16). Já o pardo José Vieira foi escravizado de Chico Vieira. Manoel Vieira de Britto alegou que, após a declaração das mulheres que viviam com João Piratini, estava convencido de que as linguças achadas na casa eram de um gado de sua propriedade, roubado há dias pelos acusados João Piratini e José Vieira. A resposta de João Piratini às acusações foi declarar Ivo inocente, enquanto José Vieira era culpado de roubar a rês e levar para a sua casa sem consultá-lo.

Cabe destacarmos novamente que Manoel Vieira de Britto constava entre os peritos que identificaram a rês carneada como sendo de propriedade da fazenda dos Machado. Junta-se a isto o fato de que tanto as testemunhas como as autoridades locais insistiam na versão de que João Piratini fazia parte de uma “quadrilha” (APERS, 1889, f. 7) ou “maloca de ladrões de gado” (APERS, 1889, f. 16). Neste sentido, João Piratini, José Vieira e Ivo circulavam pelos arredores do Santa Barbara cometendo roubos de gado, principalmente nas propriedades de seus antigos senhores. As alegações também se voltavam com peso contra Ivo, já que este morava em uma chácara descrita como “[...] grande troca de vagabundos [...]” (APERS, 1890, f. 16), a qual era palco de constantes bailes realizados pelos acusados.

Não há como sabermos se estes sujeitos de fato formavam um grupo de ladrões de gado. Porém, a associação entre ex-cativos com a finalidade de resistirem através de roubos não é incomum no cenário pelotense. Mais de cinco décadas antes do caso de João Piratini, cativos fugitivos residentes da Serra do Tapes e liderados por Manoel Padeiro realizaram diversos roubos, incêndios e assassinatos em Pelotas. Os processos contra os *Calhambolas* do general Manoel Padeiro identificam

Práticas quilombolas que mesclavam economias camponesas (o plantio de pequenas roças), a caça, a execução de razias em propriedade vizinhas de novos integrantes para o quilombo e mantimentos e o possível planejamento de uma ação maior, não claramente discernível, mas que as autoridades pensavam comportar uma invasão da vila, contando com a ajuda dos escravizados das charqueadas às margens do São Gonçalo (Al-Alam; Moreira; Pinto, 2020, p. 55).

Assim, os *calhambolas* intimidaram a elite pelotense, colocando em risco o patrimônio destes ao manterem contato com diversos sujeitos cativos e libertos. A despeito de não podermos afirmar que João Piratini e seus companheiros planejavam uma revolta organizada, é importante termos em mente que se observarmos o cotidiano escravista

[...] não havia dicotomia radical entre a negociação diária e os rompimentos frontais entre senhores e cativos. Revolta e negociação cotidiana não eram planos antagônicos, mas estratégias de resistência/sobrevivência colocadas em ação conforme as possibilidades de êxito ou fracasso verificadas pelos atores sociais em determinados contextos, num misto de adaptação e revolta (Moreira, 2006, p. 215).

Portanto, as práticas de João Piratini e seus associados também figuram entre o que se compreende como resistência, uma vez que representavam a forma como estes se adaptaram e sobreviviam no contexto do pós-abolição, realizando roubos em propriedades que lhes garantissem a alimentação diária. Deste modo, João Piratini, Maria, Ivo, José Vieira e sua mãe e as duas mulheres pardas que habitavam o rancho podem ter formado uma quadrilha de ladrões de gado e contanto com uma ampla rede de relações que incluíam todos aqueles que participavam de seus bailes e, assim, foram capazes de pôr em prática seus planos.

Diante de todas as acusações, Piratini se apresentava como um homem inocente e acusava as testemunhas de terem armado para ele, amarrando o couro da rês em seu cavalo. Este idoso tinha ciência de que a hierarquização racial legada pelos anos de escravidão permanecia em vigor e usava como defesa o argumento de que muitas pessoas brancas podiam “atestar sua boa conduta” (APERS, 1890, f. 37). Além disso, a primeira reação de

João Piratini ao ser detido pelos moradores dos arredores de Santa Bárbara foi alegar que “não é só negro que rouba, também há brancos metidos no roubo” (APERS, 1889, 11v). Isto demonstra que o velho sabia que a marca da criminalidade era atribuída, quase de forma exclusiva, à população negra.

Os 70 anos de vida fizeram com que João Piratini se tornasse um homem detentor de muitos saberes e capaz de realizar uma leitura sóbria da sociedade na qual estava inserido. Teresa Raquel Magalhães (2018) estudou a velhice cativa em São João del-Rei e concluiu que o ancião era uma figura de destaque nas escravarias tanto quanto em culturas africanas. Neste sentido, traça-se um paralelo entre estes e os pretos-velhos dos terreiros de umbanda, “representado como um líder, paciente, mas acima de tudo não submisso, também atuante na resistência ao sistema ao qual estava inserido.” (Rezende *apud* Magalhães, 2018, p. 183).

É interessante pensarmos que João Piratini era um jovem de 31 anos quando o tráfico transatlântico havia cessado, em 1850, através da Lei Eusébio de Queirós. Este homem poderia ter sido trazido diretamente do continente africano para trabalhar em terras brasileiras. Por outro lado, Piratini pode nunca ter estado em alto mar no Atlântico, mas com certeza conviveu com pessoas que fizeram esta mesma travessia. De uma forma ou de outra, tradições africanas e brasileiras compuseram o universo sociocultural deste sujeito.

O que se observa através do seu processo é que a valorização da pessoa velha se manteve na vida de Piratini. Inclusive, este fez o seguinte questionamento à José Vieira: “como é que fazes isto José, para que roubas e procuras me comprometer agora que estou velho, trazendo isto para a minha casa?” (APERS, 1889, 17v). Tendo em vista que João Piratini negava ser ladrão, o homem parece ter evocado sua velhice como posição que merecia respeito e como não detentora de culpa.

Além de reunir saberes e práticas em torno de sua pessoa, João Piratini parecia ocupar uma posição de destaque em sua casa, sendo quem realizava plantações e carneava a rês no momento do flagrante. Durante o julgamento, defendeu tanto Ivo quanto sua mulher, alegando que o crime fora cometido por José Vieira e que a mãe deste estaria fazendo as linguças no rancho. Nestes dois casos, é notável como o velho ex-cativo parecia ser um líder entre sua família.

Também podemos supor que tanto Piratini quanto a preta velha, mãe de José Vieira, podem ter passado ensinamentos aos mais jovens. Levando em consideração que algumas testemunhas alegaram que Maria estava fazendo linguças, esta pode ter aprendido a prática

com a mãe de José Vieira. Da mesma forma, João Piratini pode ter repassado não só a aprendizagem sobre a lida com as plantações e a carne, mas também sobre como sobreviver no contexto em que viviam e até agir diante de uma possível emboscada – tendo em vista que estes agiram muito rápido escondendo as carnes no sótão da casa.

No noroeste da África ainda é muito comum a figura dos velhos *griots*. Estes sujeitos são responsáveis por transmitir tradições e histórias de seu povo.

O fato de serem importantes guardiões da memória africana faz com que os griôs tenham grande poder de influência sobre os nobres e o segredo dessa influência reside no fato de eles possuírem o conhecimento da genealogia e da história das famílias, chegando ao ponto, muitas vezes, disso se transformar em uma especialização. Esse tipo de griô geralmente não está ligado a alguma família e, por essa razão, é um viajante que percorre o país em busca de informações históricas (Barzano, 2009, p. 248).

Enfim, é possível que João Piratini também tenha desenvolvido uma oralidade voltada para a transmissão dos saberes. Quantas vezes João Piratini não deve ter se sentado entre seus familiares, naquele rancho aos arredores do canal Santa Bárbara, para contar as histórias que colecionou ao longo dos seus 70 anos? Com que frequência este idoso devia falar sobre o período da escravidão? Quais crenças, rituais, práticas e ofícios ele foi responsável por passar adiante para as novas gerações? Inúmeros devem ter sido os conselhos, sobretudo para os negros mais jovens, sobre como sobreviver em uma sociedade que impusera o trabalho escravo aos seus corpos.

Para muitas perguntas não possuímos respostas. João Piratini foi um homem tão complexo e cheio de histórias que apenas um processo-crime não poderia contemplar a amplitude da sua vivência. No fim, o velho Piratini foi condenado à prisão e para José Vieira foi emitido um mandado com a mesma finalidade. O resultado não poderia ser outro, visto que se tratava de uma comunidade empenhada em proteger a propriedade privada e estruturada pelo racismo.

Considerações finais

O caso de João Piratini, homem preto de 70 anos de idade, demonstrou que a velhice cativa está longe de ser entendida como um momento de limitações biológicas e psicológicas. Este ex-cativo vivia sua velhice tendo posse de um terreno próprio com suas plantações. Também possuía uma rede de relações que incluía sua família e todas as pessoas que circulavam pelos bailes na chácara de Ivo (incluindo as pessoas brancas que alegou poderem

atestar sua “boa índole”) e colecionava saberes e práticas que adquiriu ao longo da vida em todos os lugares pelos quais passou. Piratini era um homem ativo e pronto para defender os seus quando fosse necessário. Seu caso ainda sugere que este homem idoso fez parte de uma quadrilha de ladrões que ameaçou a propriedade de alguns fazendeiros da região do canal Santa Bárbara, incluindo os ex-senhores dos seus companheiros.

Estas informações não seriam alcançadas se não nos dedicássemos à compreensão do processo-crime que tornou réu este sujeito. Neste sentido, ultrapassamos os pressupostos cronológicos para conhecermos uma velhice muito mais ampla e complexa. A velhice de João Piratini era repleta de conhecimento e resistência cotidiana em uma sociedade atravessada pelo racismo. Assim, esperamos que a trajetória deste ex-cativo contribua para futuras investigações acerca do significado da velhice cativa.

Fontes

APERS, Acervo do Judiciário, Comarca de Pelotas, Tribunal do Juri, Processo Crime nº 1382, 1889.

APERS, Acervo do Judiciário, Comarca de Pelotas, Tribunal do Juri, Processo Crime nº 1382, 1890

PINTO, Luís Maria da Silva. Dicionário da língua brasileira. Ouro Preto: Typografia de Silva, 1832.

Referências Bibliográficas

AL-ALAM, Caiuá Cardoso; MOREIRA, Paulo Roberto Staudt; PINTO, Natália Garcia. **Os Calhambolas do General Manoel Padeiro**: práticas quilombolas na Serra do Tapes (RS, Pelotas, 1835). São Leopoldo: Oikos, 2020.

ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de. **O jogo da dissimulação**: abolição e cidadania negra no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

BARZANO, Marco Antonio Leandro. Griôs: a sabedoria dos velhos africanos na cidade de lençóis/BA. **Ensino em Re-Vista**, v.16, n.1, p.245-257, jan./dez. 2009.

BERNARDO, Kátia Jane Chaves. **Envelhecer em Salvador**: uma página da história (1850 – 1900). 2010. Tese (Doutorado em História Social) - Programa de Pós- Graduação em História da UFBA, Universidade Federal da Bahia, Bahia, 2010.

FARINATI, Luís Augusto Ebling. **Confins meridionais**: famílias de elite e sociedade agrária na Fronteira sul do Brasil. 2007. Tese (Doutorado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

FAUSTO, Boris. **Crime e cotidiano**: a criminalidade em São Paulo (1880-1924). São Paulo: Editora brasiliense, 1984.

- FERREIRA, Ricardo Alexandre. Livres, escravos e a construção de um conceito moderno de criminalidade no Brasil Imperial, São Paulo, 2009. **História (São Paulo)**, São Paulo, v. 28, n. 2. 2009, p. 339-376.
- FLORENTINO, Manolo; GÓES, José Roberto. **A paz das senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico no Rio de Janeiro, c. 1790-c. 1850**. São Paulo: Editora Unesp, 2017.
- GUTIERREZ, Ester J. B. **Negros, charqueadas e olarias: um estudo sobre o espaço pelotense**. Pelotas: Editora Universitária/UFPEL, 2001.
- MACHADO, Maria Helena P. T. **Crime e escravidão: trabalho, luta e resistência nas lavouras paulistas 1830-1888**. São Paulo: Editora brasiliense, 1987.
- MAGALHÃES, Teresa Raquel Coimbra. **Escravos velhos em São João del-Rei do século XIX: 1831 a 1861**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de São João del-Rei, Minas Gerais, 2018.
- MATTOSO, Kátia M. de Queirós. **Ser escravo no Brasil: séculos XVI-XIX**. Rio de Janeiro: Vozes, 2016.
- MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. Justicando o cativo: a cultura de resistência escrava. In: PICCOLO, Helga; PADOIN, Maria Medianeira (ed.). **História Geral do Rio Grande do Sul: Império**. Vol. 2. Porto Alegre: Méritos, 2006, p. 215-230.
- MOTTA, José Flávio. O tráfico de escravos velhos (Província de São Paulo, 1861- 1887). **História: Questões & Debates**, Curitiba: Ed. da UFPR, n. 52, p. 41-73, jan./jun. 2010.
- MUNANGA, Kabengele. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. **Programa de educação sobre o negro na sociedade brasileira**. Tradução. Niterói: EDUFF, 2004.
- PALERMO, Luis Claudio. Uma análise sobre aspectos da historiografia da escravidão brasileira pós-1980: permanências, mudanças e matizes no interior dessa tendência. **Clio: Revista de pesquisa histórica**, Pernambuco, v. 37, n. 2, p. 214-235, jul./dez., 2019.
- PINTO, Natália Garcia. **A benção compadre: experiências de parentesco, escravidão e liberdade em Pelotas, 1830/1850**. 2012. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), 2012.
- REIS, João José; SILVA, Eduardo. **Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- SCHWARTZ, Stuart B. **Segredos Internos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- SLENES, Robert W. **Na Senzala, Uma Flor: esperanças e recordações na formação da família escrava**. Campinas: Editora Unicamp, 2011.
- WOODARD, James. De escravos e cidadãos: raça, republicanismo e cidadania em São Paulo (notas preliminares). In: ABREU, Martha; DANTAS, Carolina Vianna; MATTOS, Hebe (org.). **Histórias do pós-abolição no mundo atlântico: identidades e projetos políticos**. Niterói: Editora da UFF, 2014.

Ser Capitão-do-mato: uma forma de ascender socialmente?

Being Capitão-do-mato: a way to ascend socially?

Luísa Machado Montedo de Oliveira,¹ UFPel

Resumo

Esta apresentação visa exibir dados sobre a nomeação de capitães-do-mato pela Câmara Municipal de Porto Alegre, entre os anos de 1768 a 1828; bem como, fizemos uma busca nominativa nos inventários *post mortem* dos sujeitos que atuaram como capitães-do-mato, a fim de apurar se esses indivíduos acumularam algum pecúlio no decorrer de suas vidas. O objetivo desta pesquisa é debater se atuar como um agente de repressão contra escravizados era uma forma de ascender socialmente, ainda que de maneira limitada. Os referidos capitães-do-mato eram nomeados pelas câmaras municipais e possuíam a função de recuperar escravizados prófugos e destruir quilombos. Inferimos que os capitães-do-mato eram, em sua maioria, homens de cor, muitas vezes pretos ou pardos forros, buscando alguma alternativa de sobrevivência em uma sociedade escravo

Palavras-chave: Escravidão; Capitães-do-mato; Ascensão social.

Abstract

This presentation aims to display data on the appointment of capitães-do-mato by the Porto Alegre City Council, between the years 1768 and 1828; as well as, we carried out a nominative search in the post-mortem inventories of the subjects who acted as capitães-do-mato, in order to determine whether these individuals accumulated any savings during their lives. The objective of this research is to debate whether acting as an agent of repression against enslaved people was a way of social advancement, albeit in a limited way. The aforementioned capitães-do-mato were appointed by the municipal councils and had the function of recovering fugitive slaves and destroying quilombos. We infer that the capitães-do-mato were, for the most part, men of color, often black or mixed-race, seeking some alternative for survival in a slave society.

Keywords: Slavery; Capitães-do-mato; Social rise.

Se um escravo foge e o trazem de volta, é castigado na maior severidade, é raro, aliás, que consigam seu intento, pois acabam sendo capturados nas montanhas por um numeroso corpo de vigilantes, chamados capitães-do-mato, composto quase sempre de antigos escravos armados de espingardas e sabres (Leithold; L. von Rango, 1819, p.166).

Introdução

O presente estudo tratará de debater o papel desempenhado pelos capitães-do-mato, capitães-de-assalto, capitães-de-entrada, capitães-de-campos² no Rio Grande do Sul

¹ Graduada em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul/ Mestranda em História pela Universidade Federal de Pelotas.

escravista, através das nomeações feitas pela câmara municipal de Rio Grande, posteriormente câmara de Porto Alegre.³ Bem como interessa-nos entender neste trabalho se atuar na captura de escravizados em fuga era uma maneira de ascender socialmente, visto que a bibliografia de apoio nos leva a inferir que esses sujeitos eram homens pobres, pretos ou pardos, muitas vezes forros, ou até mesmo escravizados. Os capitães-do-mato eram nomeados pelas câmaras municipais através de provisões expedidas pelas mesmas, os oficiais do mato eram indicados pelos agentes que compunham a instituição ou pelos comandantes de distrito, posteriormente os documentos poderiam ser enviados ao governador da capitania e, segundo apontam alguns historiadores, para o próprio rei de Portugal, no entanto, esta última não parece ter sido uma realidade para o Rio Grande do Sul. De acordo com Nauk Maria de Jesus, “pouco se sabe sobre a origem e funcionamento efetivo das atividades desses oficiais. Poucas são as análises sobre eles, sobre o significado político do cargo e se por meio dele esses homens não brancos alcançavam alguma ascensão social” (Jesus, 2014, p. 198/ 199).

O recorte temporal deste trabalho deve-se às fontes que tivemos acesso. No ano de 1768, pela primeira vez, é publicado um edital para que se nomeasse um capitão-do-mato para atuar na localidade do Arraial de Viamão. Finda-se no ano de 1828, quando foi promulgada a lei que modificou as competências das câmaras municipais, reiterando o caráter estritamente administrativo dos órgãos camarários. Ressalta-se ainda que, partiremos somente da documentação da câmara de Rio Grande, posteriormente câmara de Porto Alegre, visto que em 1810, em respeito à Resolução Régia de 1809, foram criadas quatro vilas na capitania do Rio Grande de São Pedro, cada uma com sua respectiva câmara, no entanto, a principal instituição ficou permanecendo a de Porto Alegre, dado esta ser a capital do continente.

A historiografia aponta que, os homens que ocupavam o referido cargo eram, em sua maioria, não brancos, ou seja, eram forros, ou até mesmo escravizados e, em algumas ocasiões, indígenas (Schwartz, 1988, p. 135). No caso da câmara de Porto Alegre, foram expedidas 87 provisões para o cargo no referido período, contudo, apenas 51 homens

² “A variedade nas nomenclaturas, atribuições de jurisdições reforça o caráter fluido do cargo, que parece estar desvinculado do serviço de ordenanças (...)” (Lara, 1996, p.117).

³ No Rio Grande do Sul, existiu somente uma câmara até o ano de 1809, logo, é de salutar importância destacarmos as particularidades da instituição. Fundada em 1751, na então Vila de Rio Grande, no ano de 1763, devido à invasão espanhola na cidade, a instituição foi transferida para a freguesia de Viamão, permanecendo neste território por dez anos. No ano de 1773 ocorreu sua transferência para Porto Alegre. Os motivos que levaram a segunda mudança da câmara não é um consenso entre os historiadores, no entanto, temos afinidade com a hipótese fundamentada por Comissoli. De acordo com o autor, tal mudança se deu devido ao jogo entre o poder régio e os interesses locais, tendo em vista que, no momento anterior à mudança ocorreu uma série de conflitos e desentendimentos entre os camaristas, o vice-rei e o governador. A transferência teria, então, um caráter eminentemente político (Comissoli, 2006, p.12).

aparecem nominalmente, sendo que a menção à cor só foi feita em apenas 5 momentos do total de indivíduos, sendo de 2 pardos, 2 pardos forros e 1 preto forro (Montedo, 2016, p. 15).

Levantamos que somente 37% do total de homens nomeados em atas foram até a câmara assinar o livro de posses e, destes, somente 2%, assinam de “próprio punho”, sendo que o restante assinou com o sinal escrito de uma “cruz”,⁴ o que não implica em afirmar que os mesmos não ocuparam o cargo, pois, apesar de nem todos os homens assinarem tal livro, atuavam no cargo da mesma maneira. Pôde-se fazer esta constatação por verificarmos que sujeitos nomeados para a função tiveram suas provisões renovadas posteriormente, mesmo sem terem registrado suas assinaturas (Montedo, 2016, p.27).

As Ordenações Filipinas e as Câmaras Municipais

É importante evidenciar que, antes da institucionalização do cargo, que ocorreu por volta das primeiras décadas do século XVIII, figuras como feitores, capatazes, agregados e indígenas podem ter atuado na função de capturar escravizados em fuga, assim como apontou Stuart Schwartz, quando enfatiza que desde os primórdios da economia açucareira eram os índios que atuavam na “caça” dos escravizados fugidos. Schwartz usa como fonte os registros de um dos engenhos pesquisados, o Sergipe, onde constam pagamentos feitos a indígenas pela captura de escravizados em fuga. É somente a partir do início do século XVIII que foram nomeados, em áreas rurais, homens para servirem de capitão-do-mato, deslocando-se da figura do indígena e indo para os negros e mulatos livres.

As câmaras atuaram como mediadoras entre os poderes central e local, entre metrópole e colônia, e foram de suma importância para o sucesso da colonização em território brasileiro. De acordo com Hespanha, as Ordenações Filipinas de 1603 foram norteadoras para efetivação da administração pública no Brasil. Tais instituições, seriam formadas através de eleições realizadas a cada três anos, das quais somente os considerados “homens bons” poderiam ser eleitores e elegíveis (Hespanha, 1994, p. 164).

Alguns cargos tiveram suas atribuições definidas através de regimentos,⁵ este é o caso dos capitães-do-mato. Ao que tudo indica, as nomeações para o cargo começaram a ser efetuadas

⁴ A “cruz” era utilizada em documentos oficiais quando fosse necessário a assinatura de uma pessoa analfabeta. Logo, o escrivão ou homem letrado registrava o nome do indivíduo, e ao lado era feita uma cruz para designar que o sujeito não havia assinado de “próprio punho”.

⁵ “Algumas vezes as leis ou alvarás tomam formas especiais. Quando estabelecem um conjunto de obrigações, normas e princípios que devem reger o funcionamento de um órgão, tribunal, magistrado ou cargo, são chamados *regimentos*.” (Lara, 2000).

pelas câmaras, na maioria das regiões, a partir do século XVIII, quando foi, lentamente, sendo institucionalizado e, como apontaremos adiante, o medo de que novos quilombos dos Palmares surgissem foi fundamental para que a referida função fosse institucionalizada.

Para ocupar o cargo era necessário obter licença para exercê-lo. A nomeação para o cargo de capitão-do-mato era considerada privativa da câmara, para períodos determinados e com possibilidade de renovação. Além do mais, muitas vezes os capitães possuíam soldados para auxiliá-los nas buscas que, na maioria das vezes, eram escolhidos pelo próprio oficial do mato, ou, em outras situações, pela própria câmara responsável, como pode-se verificar em ata do dia 03 de abril de 1799, onde na vereança *se fez Capitão das entradas a José Alves Pedroso. Morador na freguesia da Aldeia, de que se lhe mandou passar provisão, sendo por ele indicado os soldados e cabos para os Capitães do Mato.*

Silvia Lara discorre sobre as provisões de capitães-do-mato e afirma que o processo de provimento do cargo se fazia através de uma eleição pelos vereadores ou de seu assentimento a uma petição. Após eleito o capitão e aprovada a petição, era expedida uma provisão pela câmara e o candidato era chamado a prestar juramento e tomar posse do cargo. Através dos registros das provisões a autora revela que os capitães-do-mato possuíam uma circunscrição espacial para atuar, em geral estabelecida pelo lugar onde eram moradores. Ainda de acordo com Lara, depois do comércio, a maior preocupação da legislação metropolitana foi a questão da fuga de escravos (Lara, 1988, p. 304). Desde as Ordenações Filipinas até as Leis Extravagantes e Cartas Régias, há constantes referências à repressão dos quilombos e proibição de ajuda aos escravizados que fugiam.

O processo de regimento para o cargo na câmara de Rio Grande parece nem sempre ter seguido o ritual burocrático estabelecido. A maneira “correta”, seria o indivíduo ser nomeado para o cargo por indicação de um comandante local, ou pelos próprios camaristas e depois disto, o sujeito era comunicado - não se sabe como, nem por qual funcionário - que deveria comparecer ao local para tomar posse do posto. No entanto, encontramos por duas vezes indivíduos que juram *nas costas da provisão*. Ou seja, não foram até a câmara para oficializar a posse, mas juraram no momento em que foram comunicados sobre a nomeação.

As Ordenações Filipinas deveriam ser a linha mestra da administração no Brasil, e através da análise do referido conjunto de leis, pode-se ter uma boa noção das atribuições das câmaras municipais. Porém, sabe-se que as câmaras possuíam relativa autonomia e seus camaristas nem sempre respeitavam ou estavam de acordo com as leis propostas pelo império português:

O Código Filipino foi elaborado sob os reinados de Filipe II e Filipe III da Espanha (I e II de Portugal, respectivamente) e instituído em Portugal e suas colônias em 1603. Mesmo com o fim da União Ibérica em 1640, esse código foi mantido e, no Brasil, chegou a influenciar as legislações dos períodos imperial e republicano, tendo sido “o nosso direito civil”, basicamente, o das Ordenações Filipinas de 1603 até a promulgação do Código Civil Brasileiro em 1916 (Avellar *apud* Silva, 1970, p. 30).

A função de capturar escravizados em fuga e a sua recompensa estava prescrita no Livro V das Ordenações Filipinas, Título LXII:

Se algum escravo que andar fugido for achado, o achador o fará saber a seu senhor ou ao Juiz da cabeça do Almojarifado da Comarca em que for achado, do dia em que o achar a quinze dias. E não o fazendo assim, haverá pena de furto. E o Juiz desse lugar notifique por sua carta ao Lugar, onde morar o senhor do escravo (...) e a sua custa o leve o recado. E a pessoa que tiver tal escravo por autoridade de justiça, se dará para seu mantimento vinte réis cada dia, e os dias que se servir dele, não haverá cousa alguma pelo mantimento; e mais haverá o achador de achádego por escravo negro trezentos réis, e por escravo branco ou da índia, mil réis.

As Ordenações não faziam referências específicas aos agentes da captura, no entanto, salienta-se que os regimentos do cargo de capitão-do-mato contavam com informações muito semelhantes em sua constituição com as expressas nas Leis Filipinas. Por exemplo: a quantidade de açoites a serem dados, a ordem de levar o escravizado para a prisão caso fosse necessário e, principalmente, o fato de os capturadores terem o direito de receber um valor do senhor do escravo que havia fugido. No Rio Grande do Sul, ainda não encontramos o regimento para o cargo, no entanto, o Livro de Registros das Posturas Municipais,⁶ de 1829, da câmara de Porto Alegre, Capítulo 40, explicita a quantia que deveria ganhar um capitão-do-mato:

Os Capitaens do mato vencerão a quantia de dois mil réis, de cada hum escravo, ou escrava, que prenderem andando fugidos na Cidade, ou Povoações do termo, a de quatro mil réis verificando-se a prisão fora das mesmas; a de seis mil e quatrocentos réis sendo em quilombo, em que se achem reunido trez; e havendo maior número vencerão

⁶ “As posturas municipais serviram como recursos, articulados por senhores para a preservação de um domínio social repleto de tensão (...) onde circulavam escravos, forros e trabalhadores livres. (...) Ao empreender uma análise dessas fontes, documentam-se tentativas de controle social das autoridades das Vilas, ao tempo em que certamente também foram lugares onde se desenvolveram relações sociais e de poder, numa afirmação recorrente do domínio social exercido pelos setores dominantes da sociedade” (Pires, 2003. p. 50).

doze mil oitocentos réis de cada hum; cujas quantias lhe pagarão os proprietários dos mesmos escravos.

Apesar de a Postura consultada ser do ano de 1829, este foi o único documento que encontramos até o momento para o Rio Grande do Sul, onde é especificado a quantia a ser paga a um capitão-do-mato, que recebia o nome de tomadia, e deveria ser paga pelo senhor do escravizado recuperado.

Importante também destacar, que as câmaras eram responsáveis pela feitura de instrumentos de tortura e repressão para aplicar contra os escravizados, como pode-se constatar em ata do dia 18 de abril de 1798, onde mandou-se fazer uma marca “F” para marcar os escravos apanhados em quilombo, igualmente mandou-se fazer um tronco para o Capitão-do-Mato segurar os escravos que forem apanhados em quilombos para eles se fazer a execução que a lei determina, antes de entrar na cadeia.” A anterior citação evidencia o caráter de poder e controle por parte da câmara para com os escravizados, bem como a demanda pela mão de obra dos capitães-do-mato.

A ambiguidade social dos homens do mato

Como já visto, a bibliografia de apoio corrobora com o pressuposto de que os capitães-do-mato eram, em sua maioria, homens de cor. No entanto, para o caso da capitania do Rio Grande do Sul, a menção à cor dos homens nomeados para o cargo, de um montante de 87 provisões expedidas pela câmara no período de 1768 a 1828, aparece em apenas 5 momentos, sendo de 2 pardos, 2 pardos forros e 1 preto forro. Conquanto, inferimos que o número de homens negros ocupando esta posição seja bem maior, visto que, definitivamente, não constava entre as ocupações mais bem quistas na sociedade da época. Os capitães-do-mato eram acusados de grandes desmandos, desde usar a mão de obra dos escravizados capturados de forma ilegal para obter vantagem, como prender indevidamente e até matar cativos inocentes para receber o pagamento da tomadia. Em 1833, em Minas do Rio de Contas, Bahia, o coiteiro de um casal de escravos fugidos chamou de “pedestres e capitães-do-mato”, a título de insulto, um grupo de guardas nacionais (Reis, 1995, p. 17).

No entanto, a estabilidade da escravidão no Brasil, de uma forma ou de outra, dependia, também, do serviço desses homens. Na mesma década de 1830, Reis narra que um capitão-do-mato-mor afirmara que eles eram necessários à segurança interna dos povos e do domínio dos senhores sobre os escravos e malfeitores, e que a população devia ao corpo de

capitães-do-mato a segurança interna de todo o país. Ou seja, os capitães-do-mato e os soldados negros estavam entre os indivíduos necessários à manutenção das conquistas do império português. A.J. Russel-Wood propõem que os capitães do mato,

assumindo uma espécie de *autoridade ambivalente* no contexto da administração. Pelas experiências com o seu passado, eles, possivelmente, sabiam como pensavam e agiam os escravos podendo captura-los facilmente. Se tornar capitão-do-mato poderia ser uma oportunidade para quem não tinha muitas oportunidades na sociedade colonial. Ao mesmo tempo, esses “oficiais” tinham uma posição ambivalente, porque recebiam o menosprezo dos brancos pela sua raça e dos negros cativos e forros que os consideravam como um traidor de sua própria origem. Ele era útil e necessário, mas ao mesmo tempo, perigoso, por poder não contribuir com a administração das elites locais e se juntar aos cativos fugidos (Jesus *apud* Russell-Wood, p. 203).

O mesmo autor afirma que os negros livres tinham três possibilidades de ganhar a vida no Brasil escravista: a primeira era tentar tirar vantagens em atividades ligadas ao comércio e obter sua independência financeira dentro de uma sociedade competitiva; a segunda forma era “fazer algumas concessões, permitindo-se a reabsorção no sistema escravocrata, como feitor ou trabalhador assalariado; a terceira era rejeitar o desafio de enfrentar a pesadíssima do indivíduo de cor livre e descair para os biscates e vagabundagem”. Acreditamos que a categoria de capitão-do-mato esteja inserida na segunda possibilidade indicada por Russell-Wood, pois cremos que esses homens buscavam inserir-se no “mercado de trabalho” que era possível, ou que estava “disponível” para eles. Lembramos que um homem liberto carregava para sempre consigo as marcas da escravidão e a mobilidade social de tal grupo acabava sendo, na maioria das vezes, muito limitada (Russell-Wood, 2005, p. 65).

Nielson Bezerra é outro historiador que aponta para a ambiguidade do cargo. Em concordância com A. J. Russell Wood, o autor, quando pesquisa sobre os homens-do-mato em processos crimes no Recôncavo da Guanabara no século XIX, afirma que, quando fala-se de capitães-do-mato, estamos referindo-nos a homens livres de cor, geralmente escravos libertos, que se prontificavam a participar da repressão institucionalizada contra a fuga de escravos, sendo estratégicos para isso justamente porque conheciam a região e as táticas de fuga. Portanto,

os capitães-do-mato eram agentes sociais ambivalentes, cuja presença era notada, suportada ou utilizada pelas autoridades, havendo várias possibilidades de ação, conforme a configuração dos interesses, poderes e necessidades de cada localidade. Nesse sentido, o tipo de convivência com os capitães-do-mato poderia variar regionalmente,

representando a sua posição mais prestígio social numa área de fronteira do que num grande centro urbano. Esses homens poderiam até gozar de certo prestígio social junto à elite local. Em outras regiões, poderiam apenas ser considerados mero instrumentos da repressão (Bezerra, 2004, p. 3).

Bezerra, partindo do pressuposto de que os homens-do-mato eram em sua maioria forros, ressalta que, para ele, parece intrigante o fato de ex-escravizados – homens que conheciam as agruras do cativo, assim como a lógica das fugas em busca da liberdade – prontificarem-se a ser agentes da repressão contra negros cativos que buscavam na fuga melhores condições de vida e de sobrevivência. A resposta pode estar, nesse sentido, que para além de atender necessidades econômicas, o cargo de capitão-do-mato, para um escravo liberto, atendia às demandas simbólicas de distinção social numa sociedade escravista. A “posição” de capitão-do-mato colocava aquele que vestia a dignidade de tal ofício mais próximo do senhor do que da escravaria, conferia autoridade e prestígio, ostentando um poder que o deixava acima dos escravos e dos pobres livres.

Os *critérios de aceitabilidade* explicitados nos documentos a respeito da investidura dos capitães do mato em seu ofício policial sugerem-nos que os senhores viviam tensionados entre a necessidade e o medo de sua proximidade social. O jogo dinâmico de interdependência é evidente: o capitão do mato adquiria um meio de sobrevivência e prestígio vigiado e autorizado pelos senhores locais, em troca de sua perícia em controlar ou conter revoltas e fugas de escravo. Esta perícia definia-se por sua capacidade de conhecer os signos socioculturais do mundo dos quilombolas e outros escravos fugidos. Devido justamente a esta perícia, que implicava em proximidade social e cultural com os cativos, havia o temor implícito de que os capitães do mato pudessem contribuir para a desordem. Entretanto, uma constante de comportamento no interior dos jogos de interdependência numa sociedade escravista garantia uma margem de segurança para a posição dos senhores: o fato de que a origem comum e as condições de miserabilidade e marginalização não criavam necessariamente um horizonte de expectativa grupal entre escravos e capitães do mato, mas sim uma necessidade de afastar-se das marcas desprestigiadas do cativo (Bezerra, 2004).

A ambiguidade consistia, essencialmente, na origem e na cor dos indivíduos que se aventuravam na ocupação. Os homens-do-mato relacionavam-se com todos os estratos sociais, possuíam laços de solidariedade, interesses, identificação social, econômica e cultural, como qualquer outro grupo. Quando em contato com os negros fugidos, poderiam tanto capturá-los como ajudar na sua libertação, fazendo “vista grossa” para uma possível fuga, sem que isso implicasse, necessariamente, em uma crítica ao regime escravista. Quando se

relacionavam com os senhores, atuavam diretamente na manutenção do sistema escravista, pois o ofício poderia dar-lhes alguma dignidade, apesar de todo emaranhado social que estavam submersos.

Destaca-se ainda que, no ano de 1817, Francisco José da Fonseca foi provido e prestou juramento para o cargo, o mesmo deveria atuar na localidade do Distrito do Caí. Em 1818, Anastácio José da Fonseca prestou juramento para o cargo, para o também Distrito do Caí. Atentemos para os sobrenomes iguais dos indivíduos, nomeados para a mesma localidade, na mesma época. Podemos inferir que os homens eram da mesma família, apesar de desconhecermos o grau de parentesco.

Nauk de Jesus encontrou caso semelhante na câmara de Vila Bela, na capitania de Mato Grosso; no entanto, diferentemente deste trabalho, a autora identifica a ligação entre os homens: eram pai e filho. Jesus indaga se “estariamos diante de uma função na companhia do mato que era transmitida de pai para filho” (Jesus, 2014, p. 203). Esta questão ainda deve ser melhor averiguada, mas uma das hipóteses é se esses homens poderiam obter algum tipo de privilégio para si ou para suas famílias. A autora ainda constata que alguns homens requeriam às câmaras para servirem no cargo. No Rio Grande do Sul, localizamos alguns requerimentos⁷ de homens solicitando serem nomeados capitães-do-mato; no entanto, não encontramos solicitações para o período em que estudamos, sendo a mais próxima do ano de 1830, por esse motivo decidimos desconsiderar a análise dos documentos, até o presente momento.

A institucionalidade do cargo

“A montagem de um aparato repressivo sistemático e preventivo de fugas foi um processo bastante lento (Lara, 1996, p. 49)”. Percebe-se que pelo menos até início do XVIII, a captura de escravizados em fuga era uma atividade esporádica. Eventualmente, se uma pessoa encontrasse um escravo deveria devolver ao seu dono, como explicitam as Ordenações Filipinas, em até 15 dias. O mesmo conjunto de leis ordena que toda vila ou cidade deveria ter alguns “quadrilheiros”⁸, para ficar responsável pelo controle da área em que foram designados trabalhar. No entanto, não era determinado que esses funcionários, também nomeados pelas câmaras, deveriam capturar escravizados, embora se saiba que, por vezes, isto aconteceu.

⁷ AHPMAV/1765-1889. Fundo: Câmara. Documento/assunto: Atas, Correspondência, Processos.

⁸ Os quadrilheiros atuavam como uma espécie de polícia local, participando da prisão de malfeitores. Através da bibliografia de apoio pode-se constatar que a instauração dos quadrilheiros falhou, dando lugar ao capitães-do-mato.

Sobre a institucionalização do cargo, é um consenso entre os historiadores que, entre os principais motivos para tal fato, estava o receio da formação de novos quilombos, principalmente devido a Palmares.⁹ Desta forma, os homens-do-mato deveriam atuar de maneira preventiva, impedindo a fuga e formação de quilombos, ou de modo repressivo, quando ocorria a investida a um quilombo para captura dos escravos.

No Rio Grande do Sul, são muitos os rastros documentais deixados sobre a formação de quilombos. Mário Maestri afirma que, em 1738, após a fundação da cidade de Rio Grande, registrou-se a fuga de um cativo pela câmara municipal. Bem como, é de 1768 a primeira nomeação para o cargo de capitão-do-mato pela câmara municipal de Rio Grande, então sediada em Viamão, devido à invasão espanhola que ocorreu em Rio Grande no ano de 1762. A respeito de Porto Alegre, Maestri afirma que “nos morros que cercavam a vila e nas ilhas próximas do Guaíba deve ter havido pequenas concentrações de fujões. A esses quilombos se referia a câmara” (Maestri, 1996).

Silvia Lara questiona o que teria ocorrido nas primeiras décadas do XVIII para que a ocupação de capitão-do-mato se estabelecesse tão firmemente na vida colonial. A resposta encontrada pela autora foi de que

o medo do surgimento de muitos e novos Palmares teria desempenhado um papel importante para que as mentes senhoriais e, sobretudo a cabeça de alguns estadistas coloniais maquiassem e aperfeiçoassem esse novo ‘engenho’. Não houve planejamento, nem foi feito de caso pensado por uma só pessoa, mas pode ter resultado de um longo processo, cujo movimento irregular e contraditório teria tido seu epicentro no impacto causado pela força da resistência dos habitantes dos Palmares às sucessivas e cada vez maiores expedições repressivas (Lara, 1996, p. 85).

Em suma, a função de capitão-do-mato foi articulada pelo medo, pelo temor de que agrupamentos de escravizados em proporção a Palmares surgissem novamente, mas não foi o suficiente para impedir as fugas, bem como a formação de novos quilombos, formas de resistência da população cruelmente escravizada.

Ser Capitão-do-mato: uma forma de ascender socialmente?

⁹ Palmares foi o maior quilombo que existiu no Brasil, localizado na Serra da Barriga, atual estado do Alagoas, ao que indica a historiografia, a comunidade de escravos fugidos iniciou no final do XVI e durou mais de um século. Um dos principais líderes foi Zumbi dos Palmares, até a atualidade símbolo da resistência negra no Brasil.

São poucos os historiadores que pesquisaram sobre os homens-do-mato; no entanto, vale destacar alguns trabalhos pela sua contribuição historiográfica sobre o tema. Existe apenas uma dissertação, de Mário Baldo, defendida em 1980, pela Universidade Federal do Paraná, que se dedica exclusivamente aos referidos indivíduos. Neste trabalho, o autor faz um levantamento de fontes de várias localidades do Brasil, e chama atenção para indivíduos de cor atuando no cargo.

A historiadora Silvia Lara dedicou um capítulo da sua tese de doutoramento, em 1988, à análise dos capitães-do-mato. De grande contribuição historiográfica, sua pesquisa traz apreciações requintadas sobre os sujeitos; bem como, destaca a institucionalização do cargo, que ocorreu devido ao assalto final do Quilombo dos Palmares, em 1694.

Nauk Maria de Jesus tem uma comunicação publicada sobre os capitães-do-mato, apesar de sucinta, possui grande valor analítico. A autora destaca a maneira que esses homens atuavam na localidade da Capitania de Mato Grosso durante o período colonial.

E, por fim, referenciamos o trabalho do historiador Francis Albert Cotta, fruto de sua pesquisa de pós-doutoramento. Em livro intitulado *Negros e Mestiços nas Milícias da América Portuguesa*, publicado pela Editora Crisálida, no ano de 2010, Cotta insere os capitães-do-mato no chamado Sistema Militar Corporativo, e destaca para hierarquia presente entre os capitães-do-mato, nos moldes das tropas pagas regulares, sendo estas: capitão-mor-do-mato, sargento-mor-do-mato, capitão-do-mato, cabo-do-mato e soldado-do-mato, constituindo capitão-do-mato o nome genérico atribuído a todos esses sujeitos. Cotta também afirma que é ingênuo pensar em capitães-do-mato agindo de maneira solitária, sendo que, na maioria das vezes, essas pessoas possuíam auxiliares; assim como, deve-se levar em consideração as estratégias bélicas de resistência dos escravizados fugitivos, para não cair na ilusão de acreditar que esses homens atuavam de maneira isolada.

Desta forma, fez-se uma análise quantitativa das fontes, por via de levantamento das atas camarárias de Porto Alegre, entre 1768-1828; bem como, foram consultados inventários nos quais constam homens que atuaram como capitães-do-mato. Logo após a análise quantitativa, foram realizadas análises qualitativas, através de buscas nominiais dos sujeitos designados para o cargo, a fim de apurar se esses indivíduos deixaram algum bem, seja móvel ou imóvel, após a sua morte.

Esta pesquisa, fruto de dissertação de mestrado, encontra-se ainda em andamento, neste sentido, os resultados ainda são parciais. Através das 87 provisões expedidas pela

Câmara Municipal de Porto Alegre, pode-se constatar as cores de apenas 5 indivíduos, sendo de 2 pardos, 2 pardos forros e 1 preto forro. No entanto, como veremos no quadro abaixo, averiguamos as cores de mais 2 sujeitos através dos inventários, sendo a de 1 pardo e um 1 preto forro. Por meio da documentação consultada, as atas e os inventários, bem como pela bibliografia de apoio, inferimos que o número de sujeitos pretos ou pardos, forros, libertos ou escravizados atuando como capitães-do-mato seja bem maior, visto que esta era uma realidade no restante do Império português na América. O silêncio das fontes em relação às cores dos sujeitos deve ser melhor averiguado; conquanto, atuar como um capitão-do-mato não se encontrava entre as atividades mais bem quistas na sociedade da época. O que não implica em afirmar que sujeitos brancos e pobres não possam ter, também, agido na função, mas sua predominância foi de homens de cor.

Quadro 1 - Capitães-do-mato com inventário e posse de escravizados

<i>Nome</i>	José Ferreira da Silva	José Ribeiro da Silva	Antônio José Rodrigues	Manuel José dos Santos	Florentino José Correio	Antônio Pedro
<i>Número de vezes nomeado para capitão-do-mato</i>	04	01	02	0 2	01	01
<i>Qualidade</i>	Não Consta	Não Consta	Não consta	Não consta	Pardo	Preto Forro
<i>Número de escravizados que Possuía</i>	01	02	01	0 6	03	01

APERS- Ano 1825 - Processo nº: 44; Maço 2; Inventariado: José Ferreira da Silva; Ano: 1847 – Processo nº: 1575; Maço 77; Inventariado: José Ribeiro da Silva; Ano: 1851 – Processo nº: 19; Inventariado: Antônio José Rodrigues; Ano: 1833 – Processo nº: 32; Maço 2; Inventariado: Manoel José dos Santos; Ano: 1832 – Processo nº: 194; Maço 8; Inventariado: Florentino José Correio; Ano: 1825 – Processo nº: 858 Inventariado: Antônio Pedro.

A partir deste cenário, constatamos que 6 dos 51 indivíduos identificados possuíam inventários. Verificamos, igualmente, que os homens tinham um número pequeno de escravizados, e que metade dos sujeitos já havia sido nomeado para o cargo mais de uma vez.

A posse de um escravizado por uma pessoa de cor poderia ser vista com estranheza. No entanto, hoje sabe-se que esta era uma realidade social no Brasil escravocrata, pois eram meios de distinção e inserção sociais.

Diferentemente do que se convencionou pensar por muito tempo, o Rio Grande do Sul foi um espaço essencialmente escravista. Helen Osório, ao examinar o contingente da população escravizada no Rio Grande, afirma que: “em relação a outras capitanias da América portuguesa, percebe que sua importância é similar à de muitas (capitanias) consideradas predominantemente escravistas, como Bahia, Pernambuco e Rio de Janeiro”. Osório ainda constata, através da análise de 541 inventários, entre os anos 1765-1825, que 87% dos inventariados eram proprietários de escravos. Destes 541, 13 eram declarados como homens e mulheres forros, sendo que 8 possuíam entre um e dois escravizados (Osório, 2005, p. 3).

Desta forma, constatamos que houve demanda para que os capitães-do-mato fossem nomeados, através do expressivo número de provisões expedidas pela Câmara Municipal de Porto Alegre. Como verificamos através dos inventários, parte dos homens do mato conseguiu reunir algum pecúlio, o que lhes possibilitou adquirir escravizados. É importante atentarmos, também, que o fato de não localizarmos um número maior de capitães-do-mato nos inventários, não implica em afirmar que a quantidade de indivíduos possuidores de escravizados não fosse maior. Isto apenas pode não ter sido documentado

O número de sujeitos com qualidades de cor identificados nas atas camarárias foi de 5; conquanto, após o levantamento dos inventários, sobe para 7, sendo o total de: 3 pardos, 2 pardos forros e 2 pretos forros.

Em síntese, como já destacado, apesar de a pesquisa estar em andamento, já podemos ter uma boa noção do cenário em que atuavam os capitães-do-mato no Rio Grande do Sul escravista; bem como, o número expressivo de suas nomeações. Que demonstra a preocupação em que senhores e estadistas possuíam para com a população escravizada. O medo era constante, assim como as fugas, as estratégias de sobrevivência por parte da população escravizada eram diversas. Fugir e/ou formar aquilombamentos eram apenas algumas das formas de resistir. Aliás, questionemo-nos, igualmente, sobre os motivos de um sujeito se tornar capitão-do-mato. Seria, também, uma forma de resistir? De sobreviver? Estas hipóteses ainda serão melhores averiguadas, mas devemos ter cautela para não cairmos no simplismo de enxergarmos esses sujeitos históricos somente como vilões desse terrível

capítulo de nossa História. Devemos historicizá-los, contextualizá-los e, acima de tudo, humanizá-los.

Por fim, as câmaras municipais ficaram responsáveis pela nomeação dos referidos homens, sendo um importante meio de controle, seja através da nomeação dos capitães-do-mato, seja pela feitura de instrumentos de tortura para utilizar contra os escravizados. Da mesma forma, percebe-se que a institucionalização do cargo ocorreu de maneira lenta e gradual na América Portuguesa, sendo que, no Rio Grande do Sul, o primeiro capitão-do-mato nomeado pela câmara municipal de Rio Grande é em 1768, e ao que indica a bibliografia de apoio, o cargo foi institucionalizado devido ao temor de que novos Quilombos do Palmares surgissem.

Igualmente, averiguamos que os capitães-do-mato eram indivíduos marginalizados, pois carregavam os estigmas de suas cores e, também, o meio social do qual provinham estava envolto um ar de desprezo por parte da sociedade escravista da época; apesar disto, atuar no cargo poderia ser uma forma de ascender socialmente, ainda que de maneira limitada, pois, lembremo-nos que uma pessoa preta ou parda em uma sociedade escravista tinha limitações de todos os tipos, incluindo social e econômica. Do mesmo modo, afirmamos que os homens do mato eram sujeitos envoltos em ambiguidade social, pois, como visto, eram pessoas, em sua maioria de cor, muitas vezes forras ou libertas. Ao mesmo tempo que carregavam consigo o peso de uma pessoa de cor em uma sociedade escravagista, eram indivíduos fundamentais na manutenção do sistema e da ordem pública. Ou como apontou A.J. Russell-Wood, os capitães-do-mato assumiram o papel de *autoridade ambivalente*.

Lista de fontes

- Atas da Câmara de Rio Grande
- Correspondência Passiva da Câmara
- Livro de Posses da Câmara
- Livro de Registro das Posturas Municipal
- Livros de Inventários
- Livro V das Ordenações Filipinas.

Referências Bibliográficas

BEZERRA, Nielson Rosa. Entre escravos e senhores: a ambiguidade social dos capitães do mato. **Revista espaço acadêmico**, n. 39, ago. 2004.

_____. **As chaves da liberdade:** confluências da escravidão no Recôncavo do Rio de Janeiro (1833-1888). Niterói. EDUFF, 2008.

COMISSOLI, Adriano. **Os homens bons e a câmara de Porto Alegre (1767-1808).** Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, 2006.

COTTA, Francis Albert. **Negros e mestiços nas milícias da América Portuguesa.** Belo Horizonte: Crisálida, 2010.

_____. **No rastro dos Dragões:** Política da ordem e o universo militar nas Minas setecentistas. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Minas Gerais, 2004.

DE PAULA, Leandro Francisco. **Negros nos campos das armas:** Homens de cor nos corpos militares nas Minas setecentistas (1709-1800). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Paraná, 2012.

GUIMARÃES, Carlos Magno. Mineração, quilombos e Palmares. In: In: REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos (Org.). **Liberdade por um fio:** história dos quilombos no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

HESPANHA, António Manuel. **Às vésperas do Leviathan:** instituições e poder político, Portugal (século XVII). Coimbra: Almedina, 1994.

JESUS, Nauk Maria de. “Com capacidade e suficiência para exercer a dita ocupação”: Notas de pesquisa sobre os capitães- do-mato na Capitania de Mato Grosso. **Anais do IV Encontro Internacional de História Colonial. Dinâmica imperial no Antigo Regime português: séculos XVI-XVIII.** 2014.

LARA, Silvia Hunold. **Legislação sobre escravos africanos na América Portuguesa.** 2000.

LARA, Silvia Hunold. **Campos da Violência.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

LARA, Silvia. Do singular ao plural. Palmares, capitães-do-mato e o governo dos escravos. In: REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos (Org.). **Liberdade por um fio:** história dos quilombos no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 81 – 109.

LEITHOLD, T. Von.; RANGO, **O Rio de Janeiro visto por dois prussianos em 1819.** Trad. e anotação de Joaquim de Sousa Leão Filho. São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1966.

MAESTRI, Mário. **Deus é grande, o mato é maior!** História, trabalho e resistência dos trabalhadores escravizados no RS. Passo Fundo: UPF, 2002.

MAESTRI, Mário. Pampa negro: quilombos no Rio Grande do Sul. In: REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos (Org.). **Liberdade por um fio:** história dos quilombos no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

MOTT, Luiz. Santo Antônio, o divino capitão do mato. In: REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos (Org.). **Liberdade por um fio:** história dos quilombos no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

OLIVEIRA, Luísa M.M. **Para prender os escravos fugidos e aquilombados:** capitães do mato no Rio Grande de São Pedro (1768-1828). Monografia em História - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2016.

OSÓRIO, Helen. **Fronteira, escravidão e pecuária:** Rio Grande do Sul no período colonial. Porto Alegre: PUCRS, 2005.

PIRES, Maria de Fátima Novaes. **O crime na cor: escravos e forros no alto sertão da Bahia (1830-1898)**. São Paulo. FAPESP, 2003.

REIS, João José. **Quilombos e revoltas escravas no Brasil**. Revista USP. São Paulo, 28, p. 14-39, dez. 1995/ fev. 1996.

SCHWARTZ, Stuart B. **Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835/tradução: Laura Teixeira Motta**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

WOOD, A.J.R. **Escravos libertos no Brasil colonial**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2005.

Experiências de liberdade: as cartas de alforrias de mulheres escravizadas (Pelotas, Rio Grande do Sul, 1850-1888)

Experiences of freedom: letters of manumission from enslaved women (Pelotas, Rio Grande do Sul, 1850-1888)

Marina Ribeiro Cardoso,¹ UFPel

Resumo

Entre 1850 e 1888, na cidade de Pelotas, no Rio Grande do Sul, 4.072 mulheres conquistavam suas cartas de alforrias e auxiliavam outras mulheres na obtenção desse documento que proferia suas liberdades. Liberdade esta que, para elas, ultrapassava o documento manuscrito e buscava, sobretudo, autonomia sobre suas vidas. No decorrer deste artigo, objetivou-se discutir sobre as distintas experiências de obtenção da carta por estas mulheres, analisando suas tipologias, os ofícios com os quais se especializavam e como estes poderiam estar influenciando neste processo. Para isso, analisaram-se as cartas de forma quantitativa e qualitativa, buscando, para além de análises demográficas, fragmentos de trajetórias.

Palavras-chave: Escravidão; Liberdade; Mulheres.

Abstract

Between 1850 and 1888, in the city of Pelotas, in Rio Grande do Sul, 4,072 women obtained their manumission letters and helped other women in obtaining this document that declared their freedoms. This freedom, for them, went beyond the handwritten document and sought, above all, autonomy over their lives. Throughout this article, the aim was to discuss the different experiences of obtaining the license by these women, analyzing their typologies, the jobs in which they specialized and how these could be influencing this process. To this end, the letters will be analyzed in a quantitative and qualitative way, seeking, in addition to demographic analyses, fragments of trajectories.

Keywords: Slavery; Freedom; Women.

Introdução

As últimas décadas da escravidão foram marcadas pela deslegitimação gradual do sistema no Império. Em Pelotas, no Rio Grande do Sul, a economia charqueadora, responsável pela riqueza e prestígio da localidade, via-se com dificuldade de manter-se após a promulgação da Lei Euzébio de Queirós, em 1850. Como pontua Jonas Vargas (2016), o fim do tráfico complexificou a posse de mão-de-obra escravizada no Império, fazendo com que grandes escravarias se concentrassem nas mãos de poucos senhores. É nesse momento que ocorre, também, um aumento no valor dos escravizados, mais precisamente na década de

¹ Graduada em História Bacharelado, mestranda em História e graduanda em História Licenciatura pela mesma instituição.

1860, como demonstra o mesmo autor (Vargas, 2016) através da investigação dos inventários *post-mortem* registrados no período. O contexto revela uma série de mudanças e problemáticas que vão para além do que foi exposto aqui inicialmente. Nele, duas escravizadas, com trajetórias distintas, tiveram suas histórias marcadas pela conquista de suas cartas de alforrias.

Em setembro do ano de 1860 a africana mina, Delfina, obtinha o seu documento de liberdade escrito e registrado pela senhora Maria Fagundes de Miranda, com a condição de entregá-la o valor de 1:200 mil réis por ele. A quantia extremamente alta, estabelecida pela proprietária de Delfina, deixa explícita uma possível tentativa da mesma de dificultar a transição da africana para a condição de livre. Ainda mais se considerarmos que a alforria é de dez anos após a promulgação da Lei de 1850. Apesar disso, o documento foi registrado um ano depois, no dia primeiro de agosto de 1861, por ter sido efetuado o pagamento por Catarina de Jesus Mascarenhas (Livro 8, p. 3r, Catálogo Seletivo de Cartas de Liberdade, APERS, Tabelionato do Município de Pelotas). A mencionada personagem, que paga pela carta de alforria de Delfina, é encontrada envolvida nos empreendimentos de uma outra manumissão, conquistada no mesmo ano, de uma escravizada chamada Joaquina.

Embora não tenhamos mais informações sobre Joaquina, como sua origem e nação, sabemos que a sua alforria, obtida no dia dois de junho de 1860, custou-lhe uma quantia igualmente alta. Assim como Delfina, precisou entregar ao proprietário Manoel de Araújo Castro Ramalho o valor de 1:500 mil réis, os quais foram pagos pela já mencionada Catarina de Jesus Mascarenhas. A carta, no entanto, foi registrada somente quatro anos depois, em quatro de março de 1864 (Livro 8, p. 32, Catálogo Seletivos de Cartas de Liberdade, APERS, Tabelionato do Município de Pelotas). Por não sabermos se Joaquina era uma mulher africana ou descendente de africanos, podemos apenas inferir que o valor pago por sua carta de alforria pudesse estar atrelado ao contexto no qual foi obtida, assim como inferimos sobre o valor estipulado pela manumissão de Delfina.

Ao expor como se deram suas experiências de conquista da liberdade, fica evidente onde se relacionam. Além de ambas terem suas alforrias classificadas como “pagas” e o estabelecimento de quantias relativamente altas por seus proprietários, ambas tiveram o auxílio de Catarina de Jesus Mascarenhas na obtenção e pagamento do valor imposto por suas manumissões. A figura emblemática que se repete nestes vestígios que marcaram as vidas de Joaquina e Delfina, foi investigada por Natália Garcia Pinto em sua tese de doutorado (2018).

Segundo ela, a africana mina Catarina havia conquistado a sua carta de alforria algum tempo antes, em quatorze de maio do ano de 1839, após pagar a maior parte do valor ao proprietário João Batista Figueiredo Mascarenhas. Os fragmentos de sua trajetória, sobre os quais Natália Pinto (2018) tomou conhecimento, demonstram que além de ter contraído matrimônio mais de uma vez, tornou-se proprietária de imóveis e de escravizados, sobrevivendo como egressa da escravidão com o ofício de quitandeira. Além disso, a autora pontua algo extremamente relevante para compreendermos um pouco mais sobre sua participação na obtenção da carta por Delfina e Joaquina: ela possivelmente estava vinculada ao mercado de empréstimos para a compra da alforria (Pinto, 2018, p. 198).

A inferência da autora provoca-nos a presumir que, possivelmente, Joaquina e Delfina tenham acordado o pagamento do valor de suas manumissões com Catarina. O que era comum entre os escravizados que estavam constituindo pecúlio tanto para a compra de suas manumissões, quanto de outras pessoas, entre familiares² e amigos (Perussatto, 2010). Apesar disso, há também o fato de que, evidente na fonte, Delfina era uma mulher africana cuja origem era a mesma de Catarina e, como vem sendo discutido pela historiografia e, igualmente, foi pontuado por Natália Pinto (2018), haviam redes de solidariedade entre escravizados e libertos de uma mesma nação, como os mina. Assim, fica possível propor, também, que a participação de Catarina na alforria da mesma pudesse estar pautada, ainda, nesta questão importante.

Mesmo que tenhamos inferências (Davis, 1991) sobre as possíveis relações entre estas mulheres, são suposições sobre as quais nunca teremos certeza, uma vez que a fonte revela-nos apenas fragmentos (Jenkins, 2001) sobre estes possíveis laços estabelecidos entre elas. No entanto, o que podemos afirmar, com certeza, é que estão entre as 4.072 cartas de alforrias de mulheres, conquistadas em Pelotas, entre 1850 e 1888, sobre as quais esta pesquisa tem-se preocupado em analisar. A investigação desta documentação revela as distintas experiências de transição para a liberdade vivenciadas pelas escravizadas, o perfil destas mulheres e os aspectos mais particulares sobre seus cotidianos como, por exemplo, os ofícios nos quais se especializaram ao longo de suas vidas e ensinaram outras mulheres também. Assim, a discussão que será aqui desenvolvida demonstrará e discutirá sobre os primeiros resultados obtidos com base na análise das cartas de alforrias, onde objetivou-se investigar, essencialmente, os processos de conquista da liberdade enfrentados por estas mulheres e como

² É importante pontuar que, quando nos referimos a família, estamos considerando o conceito de família discutido por Robert Slenes (2011).

os ofícios poderiam estar sendo ativados como uma forma de agenciamento para a obtenção do documento.

Por conta disso, é importante pontuar que consideramos tanto as especializações como demais mobilizações que poderiam estar movimentando em busca da liberdade, como estratégias de *agenciamento* (Haack, 2019) e resistência contra a escravidão. Uma vez que refletimos sobre a própria busca e conquista da alforria como uma forma sutil de *resistir* às práticas de opressão às quais foram submetidas durante toda ou boa parte de suas vidas (Moreira, 2006). Do momento em que nasciam dos ventres de suas mães escravizadas ou que foram trazidas, capturadas, de suas terras de origem, precisaram impor-se e lutar contra a extrema violência do sistema escravista. À medida em que conseguiam e podiam, defendiam umas às outras, formando fortes redes de proteção.

No entanto, nem sempre conseguiam fugir ou evitar situações que colocavam suas vidas em risco. Como enfatiza Maria Helena Machado (2018), mesmo que, por muito tempo, a historiografia tenha desconsiderado a questão do gênero durante as reflexões por diferentes tipologias de fontes, é um fato que as mulheres experienciavam formas de opressão muito distintas das dos homens. A maternidade, por exemplo, era uma das vias principais de exploração do corpo da mulher preta e parda, e escravizada, uma vez que, o *partus sequitur ventrem* tornava os filhos destas mulheres igualmente cativos (Cowling, 2018, p. 109). Portanto, não eram apenas atravessadas por sua condição de mulheres, mas, ainda mais, por suas cores e condições jurídicas (Davis, 2016).

Esta questão tem justificado algumas das análises de historiadores que averiguam, corriqueiramente, as mulheres se alforriando com mais frequência do que os homens. Por exemplo, Katia Mattoso (2016, p. 209), precursora nas pesquisas aprofundadas de cartas de alforrias, aponta que no Rio de Janeiro, em Salvador e Paraty a distinção entre os gêneros era de duas mulheres para um homem alforriado. As hipóteses para este desequilíbrio são diversas, mas é interessante a reflexão que Camillia Cowling (2018, p. 113) realiza relacionando o ventre com a predominância de mulheres sendo libertadas: ela pontua que famílias escravizadas compravam primeiro a liberdade das mulheres para garantir a de seus descendentes. Assim, buscavam uma forma de, anteriormente à Lei do Ventre Livre (1871), libertar o ventre escravizado das mulheres, rompendo com a legislação escravista baseada no Direito Romano. No entanto, para a cidade de Pelotas, na província do Rio Grande do Sul,

iremos verificar uma contraposição à historiografia, que será apresentada e discutida no tópico seguinte, que objetiva a análise quantitativa da documentação utilizada para esta pesquisa.

Liberdades conquistadas via carta de alforria

Alforriadas entre 1850 e 1888, as mencionadas 4.072 mulheres que, embora tenham tido suas liberdades conquistadas em um período de instabilidade que, de certo, influenciou nos caminhos e descaminhos que percorreram pela emancipação, como veremos a seguir, tinham ainda, vivências e experiências muito particulares. Suas histórias são marcadas por complexidades e circunstâncias que ultrapassam o que as fontes nos revelam e que, por mais que encontremos proximidades entre elas, não devem ser homogeneizadas. Viviam, agiam e resistiam a partir dos lugares nos quais estavam inseridas e o que estes lugares possibilitavam. Quando olhamos para o contexto em que estas mulheres obtiveram suas cartas de alforria, talvez os dados que analisamos sobre as manumissões fique claro para o leitor.

Antes de apresentar a distinção analisada entre os gêneros nas cartas registradas em Pelotas, no mencionado período, lembramos que estamos situados em uma sociedade cuja economia girava em torno da produção de charque que, segundo Jonas Vargas (2016) alavancou o território economicamente e popularmente durante o século XIX. Além, é claro, do período ser marcado pela promulgação da Lei Euzébio de Queirós (1850), do Ventre Livre (1871) e Sexagenários (1885), o que movimentou o Império em direção ao fim da escravidão. Em contrapartida, trouxeram outras questões problemáticas que dificultaram a conquista da liberdade dos escravizados explícita e implicitamente. Começando pela diferença na obtenção da carta de alforria por homens e mulheres na cidade de Pelotas, que contrapõe o que vem sendo apresentado e discutido pela historiografia (Mattoso, 2016; Scherer, 2008; Perussatto, 2010; Matheus, 2012; Balhego, 2020). Ao investigarmos a documentação e averiguarmos os dados tabulados, tivemos a seguinte distinção representada pela tabela 1:

Tabela 1: Distinção de gênero nas cartas de alforrias registradas em Pelotas/RS, entre 1850 e 1888

	T	%
H	2.129	52,3
M	1.943	47,7
T	4.072	-

Fonte: Catálogo Seletivo de Cartas de Liberdade, APERS, Tabelionato do Município de Pelotas.

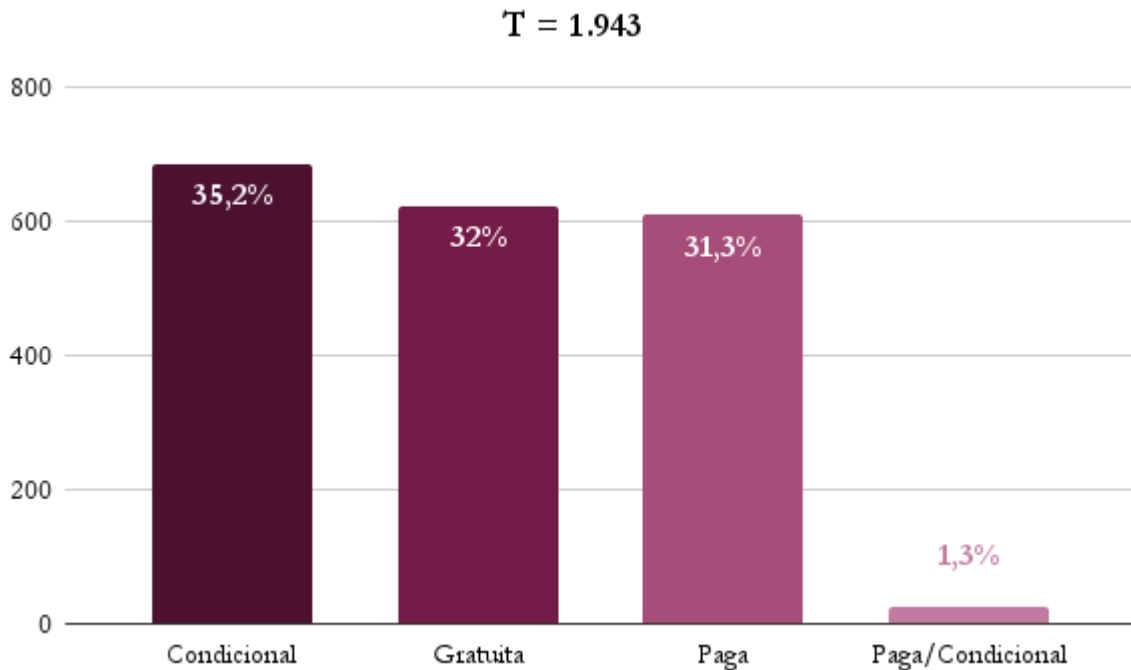
Como é possível observar, há uma distinção de 4,5% em predominância para os homens nas cartas de alforrias. Embora pequena, ela pode estar atrelada tanto à economia predominante no local quanto à desigualdade igualmente presente na estatística populacional da cidade. Isso porque, ao investigarmos os dados apresentado no DGE de 1874, verificamos que, das 8.141 pessoas que ainda viviam em condição de escravidão na cidade, 5.104 eram homens e 3.037 eram mulheres (Relatório da Diretoria Geral de Estatística de 1874). Novamente, a diferenciação entra em questão e, na tentativa de justificá-la, lembramos que Jonas Vargas (2016) pontua que a produção de charque era uma atividade majoritariamente masculina e, apesar da maior parte dos escravizados não estarem concentrados nas charqueadas, mas sim disseminados por todas as camadas da população, ainda assim, poderiam estar refletindo neste desequilíbrio percebido tanto nas alforria, quanto na estatística. Outro ponto sobre esta questão também é importante. Em 28 de setembro de 1871, quando é promulgada a Lei do Ventre Livre, cujo objetivo central era a libertação do ventre das mulheres escravizadas, observamos, logo em seguida, que a intenção não era alforriar, de fato, os filhos destas mulheres.

O parágrafo 1, do artigo 1º da Lei, determina a “responsabilidade” senhorial de manter o filho desta mulher sob seus “cuidados” até que a criança complete oito anos de idade. Logo após, fica a critério do mesmo utilizar a mão-de-obra dos filhos destas mulheres como forma de indenização, até os vinte e um anos, ou receber do Estado o valor de 600 mil réis (Lei nº 2.040 de 28 de setembro de 1871). Como pontua Joseli Nunes Mendonça (2018), foram pouquíssimos senhores que optaram por entregar os filhos destas mulheres para o Estado e receberem a indenização. Se somarmos a isso o fato de que elas estavam, em Pelotas, em menor número na conquista da liberdade, pressupomos que a estratégia senhorial era a de mantê-las escravizadas para obter a tutela de seus descendentes, uma vez que ficariam sob sua “responsabilidade”. Além de não quererem perder a posse da mão-de-obra das escravizadas

que, após a proibição do tráfico, em 1850, sofre uma complexificação em virtude da alta no valor dos escravizados, mais precisamente, na década de 1860 (Vargas, 2016).

Há, ainda, uma outra questão a ser abordada. Durante a quantificação das cartas, os filhos foram quantificados juntamente com suas mães. Se analisarmos esta totalidade individualmente, teremos 31 crianças inseridas nas cartas de alforrias conquistadas no período. Entre elas, 14 são meninos e 17 são meninas. Se somarmos as 17 meninas alforrias com suas mães, teremos, ainda, uma totalidade igual a 1.960 mulheres manumitidas entre 1850 e 1888. Mas a intenção não é deter-se, aqui, a esta dupla possibilidade de análise, mas sim, adentrar nas 1.943 cartas de mulheres encontradas para o período. Neste sentido, direcionamos o foco da investigação para a divisão das tipologias dessas alforrias. Como menciona Henrique Espada Lima (2013), há três formas de conquistar o documento de liberdade: condicional, quando o proprietário estabelece um tempo de trabalho a mais para o escravizado, podendo ser referente aos anos ou até a morte do mesmo; pagas, que constituem o pagamento de uma quantia, que poderia variar de acordo com as características do escravizado, por exemplo; e gratuita, quando não há valor ou condição, mas sim, uma justificativa associada aos bons serviços prestados pelo escravizado e/ou uma boa relação com a família senhorial.

Quanto à última tipologia mencionada, é necessário relativizarmos a gratuidade deste documento, pois como pontua Natália Pinto (2018), devemos considerar os anos de trabalho escravizado ao qual esta pessoa foi submetida, às práticas de opressão e desumanidade que vivenciou. Assim, a alforria gratuita, nada mais é, e como as demais, fruto dos esforços e negociações empenhadas por estas pessoas para que pudessem cruzar a fronteira da escravidão para a liberdade. Além das mencionadas anteriormente, nas cartas também foram encontradas alforrias pagas condicionais, isto é, acompanhavam uma condição e valor. Estas ficaram distribuídas da seguinte maneira:

Gráfico 1: Tipologias das alforrias de mulheres (Pelotas/RS, 1850-1888)

Fonte: Catálogo Seletivo de Cartas de Liberdade, APERS, Tabelionato do Município de Pelotas.

O gráfico 1 mostra-nos que havia uma distribuição equilibrada entre as tipologias das alforrias de mulheres, onde somente as alforrias pagas/condicionais estavam perceptivelmente em menor número. Quando olhamos com um cuidado maior para o gráfico, verificamos que entre as tipologias havia pouca diferença percentual. Por exemplo, das condicionais para as gratuitas há uma variação de 4,7%, e das gratuitas para as pagas apenas 1,13%. A predominância de alforrias condicionais é algo que já vem sendo apontado por outros historiadores para outras regiões do Rio Grande do Sul (Perussatto, 2010; Matheus, 2012; Scherer, 2008). Como menciona Natália Pinto (2018), nas décadas finais da escravidão ocorre um aumento expressivo nas manumissões por condição registradas na cidade. O que pode estar associado a uma relutância senhorial em alforriar os seus escravizados, mais ainda, se considerarmos que este equilíbrio aponta, também, para um número relativo de alforrias pagas, mesmo que estejam em menor número em relação às gratuitas.

Inferimos que por estarem inseridos em um contexto que se encaminhava para o fim da escravidão, onde os preços dos escravizados aumentaram, concentrando, conseqüentemente, grandes escravarias nas mãos de poucos senhores (Vargas, 2016), condições e valores eram uma forma de atrasar a plena liberdade dos escravizados que obtinham a alforria por uma destas vias. Soma-se, ainda, a questão dos ofícios. Segundo Katia

Mattoso (2016), proprietários que tinham escravizadas(os) especializadas(os) demonstravam certa relutância em “perde-las”, a menos que conseguissem substituí-las(os) por outra(o) escravizada(o) com o mesmo ofício ou outro que fosse do seu interesse. Neste sentido, iniciamos a análise e discussão dos ofícios presentes nas alforrias pontuando o duplo sentido que o conhecimento de uma atividade especializada poderia possuir na vida dessas mulheres. Elas totalizaram 341 das cartas que possuíam algum ofício, sendo que, algumas delas ocupavam-se de mais de uma especialização, o que gerou uma distribuição de 352 ofícios nas cartas de alforrias. A tabela 2 expõe, além da quantificação total de cada profissão na documentação, a disseminação destes ofícios no interior das tipologias das manumissões.

Tabela 2: Os ofícios nas cartas de alforrias de mulheres (Pelotas/RS, 1850-1888)

Ofícios	Paga	Condicional	Gratuita	P/C	T
Seviços domésticos	20	44	15	-	79
Cozinheira	9	47	15	-	71
Costureira	10	36	11	-	57
Mucama	10	29	4	-	43
Lavadeira	9	17	10	-	36
Para todo serviço	2	29	1	-	33
Engomadeira	2	7	1	-	10
Servente	-	18	2	-	20
Quitandeira	2	-	-	-	2
Rendeira	1	-	-	-	1
T	65	227	59	-	352

Fonte: Catálogo Seletivo de Cartas de Liberdade, APERS, Tabelionato do Município de Pelotas.

Seguindo a perspectiva de análise anterior, a tabela exposta mostra-nos igualmente a sobreposição das alforrias que possuíam algum valor ou condições, em relação às outras tipologias. Enfatiza, em virtude disso, o que foi pontuado anteriormente sobre uma possível relutância senhorial em alforriar seus escravizados e os obstáculos que colocavam em seus caminhos para dificultar e atrasar o processo de emancipação das mesmas. Para além desta questão, também é necessário mencionar a predominância de mulheres classificadas com o ofício de “serviços domésticos” em suas cartas de alforrias, seguidas das classificadas como cozinheiras. Ambos os ofícios são corriqueiramente encontrados nesta fonte, sofrendo apenas alterações em sua posição, um em relação ao outro, como demonstrou Melina Perussatto em suas análises sobre a mesma fonte, mas registrada em Rio Pardo (2010).

Ademais, se levarmos em conta que todos os ofícios marcados em lilás são executados de portas adentro (Carvalho, 2003) da casa senhorial, exceto o ofício de lavadeira que oferece, também, uma mobilidade pelos espaços externos à casa, obtemos uma realidade em que a mulher escravizada é destinada, especificamente, para as tarefas diárias das propriedades de seus senhores. Eram responsáveis por manter a boa imagem da casa e da família, executando, em seus cotidianos, atividades que suas senhoras recusariam-se a fazer, como ir ao mercado comprar os alimentos que seriam necessários para o preparo das refeições. Enquanto a mulher preta e parda era vista andando de um lado para outro desempenhando o papel de cuidado da casa, a mulher branca negava-se, de todas as formas, à ser vista realizando tais tarefas (Davis, 2016, p. 98). Fica, aqui, evidente o quanto os atravessamentos de gênero, raça e classe influenciavam (e ainda influenciam) de formas distintas e particulares nas vidas destas mulheres. Por exemplo, dentro do próprio movimento feminista há fragmentações, de forma que as mulheres defendem seus direitos a partir de seus lugares e, durante muito tempo, a mulher preta e parda foi alvo desta fragmentação, como aponta bell hooks (2015).

Momentos como esses, de trânsito, poderiam ser, no entanto, vantajosos para as mulheres escravizadas, pela autonomia que possuíam enquanto andavam pelos espaços urbanos da cidade, longe dos olhares de seus escravizadores. A possibilidade de se comunicarem e estabelecerem relações afetivas com pessoas de distintas condições jurídicas, era uma estratégia importante para que pudessem articular seus empreendimentos pela obtenção da carta de alforria, tanto sua, quanto de outra pessoa. Como destaca Camillia Cowling (2018), esta era uma das razões pelas quais escravizados que estavam inseridos em espaços urbanos tinham mais chances de conquistar a liberdade do que escravizados do meio rural. No entanto, havia, em contrapartida, os perigos que corriam enquanto andavam sozinhas pelas ruas da cidade, onde estavam submetidas a qualquer tipo de abuso e importunação. Na verdade, há um paralelo entre os perigos das ruas e o perigo da casa senhorial, onde estavam mais próximas dos homens da família, correndo o risco de sofrer abusos.

Este paralelo torna-se ainda mais complexo quando pensamos, também, nas possibilidades que este espaço de portas adentro poderia proporcionar em direção a conquista da liberdade para si e/ou outrem. Em pesquisas anteriores (Cardoso, 2022), investigou-se e reconstruiu-se os fragmentos da trajetória de Catharina, uma mulher cuja carta de liberdade não foi encontrada, mas sim em outras cartas de alforrias, de seus filhos. Em um dos

documentos o proprietário ao qual os seus pertenciam, menciona os bons serviços prestados por ela, como razão para a conquista da liberdade de sua filha. O aspecto importante, no entanto, não está nesta carta em específico, mas sim no inventário *post-mortem* do proprietário ao qual Catharina pertenceu: era uma escravizada classificada com o ofício de serviços domésticos (Inventário nº 1622, ano de 1848, Inventários *post-mortem*, v. 1, APERS, Vara de Família e Sucessões). A menção a história de Catharina exemplifica o que se quer destacar aqui: quanto mais próximas da família senhorial, melhor poderiam observar, articular e negociar a liberdade. Além da possibilidade de, como Catharina, prestarem bons serviços como forma de agência.

Considerações finais

Neste artigo buscou-se dissertar sobre as diferentes possibilidades que tinham e que encontravam de agir e resistir, contra a escravidão, a partir dos lugares nos quais estavam inseridas, suas realidades e cotidianos. Apresentou-se a possibilidade do uso dos ofícios como método de conquista da liberdade pelas distintas vias de obtenção da carta de alforria, uma vez que, da mesma forma que poderiam dificultar as negociações com proprietários, poderiam exercer o sentido inverso. Verificou-se, também, que nem sempre os territórios estarão apresentando o mesmo tipo de realidade. Assim como não devemos homogeneizar as histórias destas mulheres, os lugares onde viviam também não eram homogêneos. Pelotas, por possuir uma economia que abasteceu diversas cidades do Império e para além dele, trouxe riqueza e prestígio para seus produtores e tornou-a conhecida por ser uma das maiores exportadoras de charque do Império, acabou refletindo em como a escravidão se organizou no território. Cidade esta onde viveram Catarina de Jesus Mascarenhas, Joaquina e Delfina.

Estas três personagens que protagonizaram no início desta discussão, estão atreladas a cada um dos dados investigados, inicialmente, nas cartas de alforrias registradas nas últimas décadas da escravidão. Catarina, às mulheres classificadas com ofícios, uma vez que era quitandeira (Pinto, 2018) e Delfina, e Joaquina que apesar de não terem tido suas trajetórias marcadas pelo aprendizado de alguma atividade especializada, conquistaram suas manumissões de forma paga, como vimos, constituídas por valores extremamente altos. Foram acometidas não só pelos atravessamentos interseccionais que ficam evidentes nos documentos que registram suas existências e proporciona-nos saber um pouco mais sobre suas vivências, mas, também, pelo contexto no qual estavam inseridas e, nele, conquistaram suas

cartas de alforrias. Assim, este ensaio, breve, que provém de pesquisas bastante iniciais, buscou, sobretudo, colaborar de alguma forma para a construção da História Social da Escravidão e História das Mulheres, onde agentes escravizadas são postas como protagonistas destas histórias.

Fontes

BRASIL. **Lei nº 2.040 de 28 de setembro de 1871.**

BRASIL. **Relatório da Diretoria Geral de Estatística apresentado ao Ministério do Império pelo Conselheiro Manoel Francisco Corrêa.** Rio de Janeiro: Tipografia Franco-Americana, 1874

RIO GRANDE DO SUL. Documentos da escravidão. **Catálogo Seletivo de Cartas de Liberdade.** Tabelionato do Município de Pelotas. Porto Alegre: CORAG, 2006, p. 407-630.

RIO GRANDE DO SUL. **Inventários post-mortem**, v. 1. Localidade de Porto Alegre. I Vara da Família e Sucessões, processo nº 1622, 1848.

Referências Bibliográficas

BALHEGO, Alisson Barcellos. **Para o bem e fielmente, sem dolo, nem malícia:** ações de liberdade em Canguçu (1868-1887). Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2020.

CARDOSO, Marina Ribeiro. **O que revelam as Cartas de Alforrias de mulheres escravizadas?** Uma análise dos ofícios constados nas manumissões (Pelotas, Rio Grande do Sul, 1871-1888). Monografia (Graduação em História) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2022.

CARVALHO, Marcus J. M. de. De portas adentro e de portas afóra: trabalho doméstico e escravidão no Recife, 1822-1850. **Afro-Ásia**, 2003, p. 41-78.

CHALHOUB, Sidney. **Visões da Liberdade:** uma história das últimas décadas da escravidão na corte. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

COWLING, Camillia. **Concebendo a liberdade:** mulheres de cor, gênero e a abolição da escravidão nas cidades de Havana e Rio de Janeiro. São Paulo: Editora Unicamp, 2018.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe.** São Paulo: Boitempo, 2016.

DAVIS, Natalie Zemon. **Nas margens:** três mulheres do século XVII. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

GINZBURG, Carlo. O nome e o como: troca desigual e mercado historiográfico. In: GINZBURG, Carlo. **A Micro-história e outros ensaios.** Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1989. p. 169-178.

HAACK, Marina Camilo. **Sobre silhuetas negras:** experiências e agências de mulheres escravizadas (Cachoeira do Sul, c. 1850-1888). 2019. Dissertação (Mestrado em História) – Unidade Acadêmica de Pesquisa e Pós-Graduação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2019.

- HOOKS, bell. Mulheres negras: moldando a teoria feminista. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 16. Brasília, janeiro-abril, 2015, pp. 193-210.
- JENKINS, Keith. **A história repensada**. Tradução de Mário Vilela. São Paulo: Contexto, 2001.
- LIMA, Henrique Espada. Da escravidão à liberdade na Ilha de Santa Catarina. In: **História diversa: africanos e afrodescendentes na Ilha de Santa Catarina**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2013. p. 197-223.
- MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. Mulher, corpo e maternidade. In: **Dicionário da escravidão e liberdade**. São Paulo: Companhia das letras, 2018, p. 334-340.
- MACHADO, Taís Sant'Anna. **“Um pé na cozinha”**: uma análise sócio-histórica do trabalho de cozinheiras negras no Brasil. 2021. Tese (Doutorado em Sociologia) - Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Brasília, 2021.
- MATHEUS, Marcelo Santos. **Fronteiras da liberdade: escravidão, hierarquia social e alforria no extremo sul do Império brasileiro (província do Rio Grande de São Pedro, Alegrete, 1829-1888)**. Dissertação (Mestrado em História) – Unidade acadêmica de pesquisa e pós-graduação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2012.
- MATTOSO, Katia Queirós. **Ser escravo no Brasil: séculos XVI-XIX**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016.
- MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. Legislação emancipacionista, 1871 e 1885. In: **Dicionário de escravidão e liberdade**. São Paulo: Companhia das letras, 2018, p. 277-284.
- MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. Justicando o cativo: A cultura de resistência escrava. In: **Império: História Geral do Rio Grande do Sul**. v. 2. Passo Fundo: Méritos, 2006, p. 215-231.
- PERUSSATTO, Melina Kleinert. **Como se de ventre livre nascesse: experiências de cativo, parentesco, emancipação e liberdade nos derradeiros anos da escravidão – Rio Pardo/RS, c.1860 – c.1888**. 2010. Dissertação (Mestrado em História) – Unidade Acadêmica de Pesquisa e Pós-Graduação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2010.
- PINTO, Natália Garcia. **Gerações de senzalas, gerações de liberdade: experiências de liberdade em Pelotas/RS, 1850/1888**. 2018. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.
- SCHERER, Jovani de Souza. **Experiências de busca pela liberdade: alforria e comunidade africana em Rio Grande, séc. XIX**. 2008. 194 f. Dissertação (Mestrado em História) - Unidade Acadêmica de Pesquisa e Pós-Graduação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2008.
- VARGAS, Jonas Moreira. **Os barões do charque e suas fortunas: um estudo sobre as elites regionais brasileiras a partir de uma análise dos charqueadores de Pelotas (Rio Grande do Sul, século XIX)**. São Leopoldo: Oikos, 2016.

Experiências e vivências: importância de debates antirracistas com jovens negros/as

Experiences and experiences: importance of anti-racist debates with young black people

Sabino Tobana Intanquê,¹ UFPel

Resumo

Neste artigo, objetivou-se apresentar experiências e vivências nos primeiros momentos no Brasil no curso de Licenciatura em Sociologia, na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) situada no estado de Ceará, enquanto estudante africano e negro, realçando a compreensão tardia do racismo, considerando os relatos de personagens do documentário “Do Outro Lado do Atlântico” (2016) de Daniele Mourão e Márcio Câmara, refletindo, através das narrativas e das construções das relações étnico-raciais no Brasil, assim como o quão é importante debater e construir mecanismos antirracistas com jovens negros/as.

Palavras-chave: Experiências; Racismo; Antirracismo; Realidade brasileira.

Abstract: The aim of this article is to present the experiences of the first moments in Brazil on the Sociology degree course at the University of the International Integration of Afro-Brazilian Lusophony (UNILAB) in the state of Ceará, as an African and black student, highlighting the late understanding of racism, considering the accounts of the characters in the documentary "Do Outro Lado do Atlântico" (On the Other Side of the Atlantic) by Daniele Mourão and Márcio Câmara, reflecting through the narratives and construction of ethnic-racial relations in Brazil, as well as how important it is to debate and build anti-racist mechanisms with young black people.

Keywords: Experiences; Racism; Anti-racism; Brazilian reality.

Introdução

Este ensaio é baseado nas minhas vivências sociais e acadêmicas, com objetivos de apresentar um pouco das minhas experiências enquanto estudante estrangeiro no Brasil, principalmente nos primeiros momentos no referido país, com foco enquanto estudante do curso de Licenciatura em Sociologia na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), situada no Estado de Ceará, uma universidade que me viu crescer enquanto acadêmico e pesquisador, possibilitando-me abertura de outros horizontes, principalmente no que refere às reflexões críticas das relações étnico-raciais, de gênero e o próprio racismo na sociedade brasileira, enfatizando ainda a importância do debate antirracista com jovens negros/as.

¹ Mestre em Educação-PUCRS, Doutorando em Educação, PPGE-UFPel e bolsista CAPES. sabinosabinotobana@gmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0617565506320365>

É de suma importância ressaltar que, para a construção deste ensaio, considerou-se as falas e experiências dos personagens do documentário intitulado “*Do Outro Lado do Atlântico*”, da direção de Daniele Ellery e Márcio Câmara lançado em novembro de 2016. A descrição do referido documentário pode ser ilustrativa em relação à compreensão do desenrolar das falas dos personagens durante 90 minutos, ou melhor, é um documentário filmado no Brasil e nas ilhas de Cabo Verde.

De igual forma, foram abordadas no documentário as diversas formas de percepções sobre identidades e culturas de estudantes africanos de países africanos de língua oficial portuguesa (*PALOP's*) que estudam ou estudaram nas universidades brasileiras. Dos dois lados do Atlântico, histórias de partidas, permanências e regressos são contados, encontros e desencontros de ideias, espaços, desejos e sonhos.

Na construção deste artigo, levou-se em consideração as minhas experiências e vivência enquanto estudante negro que não teve oportunidade de adquirir conhecimentos antirracistas nas escolas do ensino básicos e secundários do meu país (Guiné-Bissau). O meu contato com os debates antirracistas aconteceu quando decidi deixar o meu país de origem em busca de conhecimento, uma realidade que mudou através de participação, engajamento e interesse em escutar e apreender sobre as questões raciais no Brasil e não só.

O levantamento de bibliografias foi fundamental para materialização deste trabalho. De igual forma, Gil (2008) afirma que é um fator fundamental no que refere ao embasamento teórico e conceitual, permitindo a compreensão do fenômeno pesquisado através das bibliografias e fontes históricas oficiais e não oficiais, assim como procurando respostas através da análise das informações obtidas. Portanto, ainda Gil (2008) ressaltou que, a pesquisa bibliográfica é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, teses e dissertações. Recomendações levadas em consideração para materialização deste trabalho.

De igual modo, para Prodanov e Freitas (2013), a pesquisa bibliográfica é elaborada a partir de material já publicado, ou seja, livros, revistas, publicações em periódicos e artigos científicos, jornais, boletins, monografias, dissertações, teses, material cartográfico. Ainda esses autores frisaram que a pesquisa bibliográfica permite o pesquisador ter contato direto com “todo” material já escrito relacionado ao assunto da pesquisa.

Em relação à técnica de pesquisa, a análise de conteúdo foi fundamental para realização desta pesquisa, portanto, para Freitas *et al.* (1997), a análise de conteúdo em todo

caso, pode ser definida como um conjunto de instrumentos metodológicos, que se utiliza para analisar diversas fontes de conteúdo, sem esquecer de que, é uma técnica de pesquisa que exige do pesquisador, a disciplina, dedicação, paciência e saber utilizar o seu tempo. Por isso, é de suma importância considerar a intuição, criatividade e imaginação em relação ao conteúdo a ser analisado.

Em relação à estrutura deste artigo, primeiro, foi feita uma breve apresentação do meu percurso enquanto estudante nas escolas públicas da Guiné-Bissau; a minha chegada no Brasil principalmente quando ingressei no curso de Licenciatura em Sociologia da UNILAB e, como as leituras dos esboços raciais e antirracistas me possibilitaram a ter noção mais ampla em relação à questão racial do país, assim como, compreender o quanto é importante construir debates antirracistas nas nossas sociedades.

A seguir, foi feita uma análise do documentário “*Do Outro Lado do Atlântico*” (2016), enfatizando as falas de personagens e a criação do elo dessas falas com as minhas experiências em relação ao racismo e lutas antirracistas, enquanto estudante negro-africano e guineense no Brasil. Por último, uma abordagem a importância de desencadear debates raciais e antirracistas com jovens negros/as, para possibilitar um reforço da consciência racial crítica em diferentes espaços, ou seja, tanto nas escolas assim como nas comunidades.

Processo formativo do pesquisador: breve historial

Sou da Guiné-Bissau, um país situado no oeste do continente africano e ex-colônia de Portugal. O Bairro Quelelé em Bissau foi um dos primeiros bairros no qual comecei os meus estudos primários. Na escola do mesmo bairro estudei da 1ª classe até a 5ª classe (do 1º ano ao 5º ano). Fiz a 6ª classe (6º ano) na Escola Justado Vieira, no Bairro de Ajuda, em Bissau-Capital do país, comecei o ensino básico na Escola Samora Moisés Machel na qual estudei 7ª e 8ª classe (7º ano e 8º ano).

Com a mudança da minha família para o bairro de Antula, ainda em Bissau, a minha mãe decidiu me matricular na Escola do Ensino Básico e Secundário 23 de Janeiro, uma escola batizada com a data do início da luta da libertação da Guiné Bissau. Na referida escola, terminei o segundo ciclo do ensino básico, ou seja, 9ª classe (9º ano).

A Escola do Ensino Básico e Secundário 23 de Janeiro serviu-me de ponte para o fim de um ciclo escolar e início do outro, no qual comecei e terminei o ensino secundário, ou

melhor, 10^a, 11^a e 12^a classe (Do 1^o ao 3^o ano do ensino médio), onde finalmente terminei uma das etapas fundamentais na minha formação enquanto estudante e cidadão.

As experiências vividas durante todos esses doze anos, tanto nas escolas como nas comunidades, foram cruciais para a inquietação que vivencio hoje como acadêmico e pesquisador, de certa forma, essas experiências serviram e servem ainda de ferramentas para indagações sobre a ausência do debate racial e sobre racismo no sistema de ensino do país, no que refere encarar e analisar o sistema de ensino e o aprendizado nas escolas públicas da Guiné-Bissau. Afinal, por que ainda existe a ausência desse debate? Não se debate esse assunto com estudantes por motivo do sistema de ensino ainda estar atrelado ao modelo colonial? Minhas experiências como estudante levou-me a fazer essas questões que poderão possibilitar inúmeras reflexões, pois, acredito que o processo de ensino e aprendizagem se constrói com diálogos, reflexões e conteúdo que abordam as questões raciais que precisam ser debatidos.

Essas reflexões não se verificavam nas escolas em que eu passei, ou seja, nessas escolas os alunos, inclusive eu, recebíamos conteúdos e muitas das vezes éramos obrigados a decorar os conteúdos para as provas escritas e orais. Esta lógica de ensino não nos possibilitava refletir e procurar outras possíveis soluções para os problemas com os professores. Nas escolas que estudei, nunca tive oportunidade de participar nos debates e reflexões sobre questões raciais e o próprio racismo, um dos motivos de compreender tardiamente as relações raciais existentes e o racismo que negros/as enfrentam no dia a dia, não só no Brasil, assim como no mundo todo. Acredito que o sistema do ensino e aprendizagem da Guiné-Bissau ainda estão marcados pela colonialidade que impossibilita a reflexão profunda sobre diversidade cultural, questões raciais e o racismo.

Após terminar o Ensino Secundário na Guiné-Bissau no ano de 2013, comecei a pensar na realização de um curso superior no país ou no exterior. Por motivos pessoais, sempre optei em estudar fora da Guiné-Bissau, no entanto, comecei a fazer curso intensivo de informática custeado pela minha querida tia Maria Alice, uma mulher que sempre se preocupou e se preocupa com o meu bem-estar e com a minha formação.

No mesmo ano, ouvi falar de uma “bolsa” de estudo que a cada ano uma universidade oferecia vagas para estudar no Brasil em uma Universidade pública e Federal que é a (UNILAB). Procurei as informações na Embaixada do Brasil em Bissau sobre o processo seletivo e as documentações necessárias para se candidatar, comecei a planejar principalmente

os valores monetários necessários para emissão de passaporte e de todos certificados do ensino secundário. No início de 2014, a UNILAB publicou um edital para estrangeiros ingressarem nos cursos de graduação, e na sequência disso, realizei a inscrição e entreguei todos os documentos solicitados na referida embaixada.

Fiz a prova e, após alguns meses, saíram os resultados preliminares dos exames e depois definitivos no qual consegui a vaga para cursar o Bacharelado em Humanidades na UNILAB, e posteriormente concluí a Licenciatura em Sociologia na mesma universidade. Ao longo desses anos, conheci grupos de pesquisas e participei de encontros relacionados ao debate racial e ao racismo na sociedade brasileira, comecei a integrar e ter interesses por esses assuntos, por isso, acredito que esses debates devem interessar qualquer que seja pessoa negra, e deve servir de momentos de reflexões e de lutas antirracistas.

Lendo textos de bell hooks (2013), Freire (1978), Fanon (2008), Mbembe (2018), Bâ (2010) e entre outros escritores, acabei por perceber o quanto necessário é a discussão da colonialidade e da de(s)colonialidade no sistema educacional guineense para pensar uma ruptura significativa de uma educação inclusiva, de equidade, libertadora, anticolonial, antirracista e contra tribalismo.

“Do outro lado do Atlântico”: experiências e vicências

No documentário *“Do outro Lado do Atlântico”* (2016) da autoria de Daniele Mourão e Márcio Câmara, foram sintetizadas através das falas de personagens, as narrativas sobre construção das relações étnico-raciais no Brasil, assim como a relação entre o Brasil e a África. Essas relações foram criadas desde o início do período da escravidão, no qual vários africanos foram trazidos para o Brasil afim de serem submetidos aos trabalhos escravos.

A escravidão assim como a colonização fizeram o Brasil se adquirir alguns traços culturais dos povos africanos que até hoje se verificam na sociedade brasileira, isto se deve à diáspora africana, que muitas das vezes, os descendentes dos africanos no Brasil sofrem de certa forma as discriminações que são fatos que algumas personagens enfatizaram no referido filme.

Foram abordadas e ilustradas as diferentes formas de entender as identidades e culturas, principalmente dos estudantes africanos de diferentes países que falam a língua portuguesa, quer dizer, os estudantes que estudam assim como aqueles que já estudaram nas universidades brasileiras. Ainda, o documentário aborda as histórias desses estudantes antes

de deixarem os seus países para o Brasil, os seus percursos acadêmicos, assim como os seus regressos e sonhos.

A forte ligação cultural do Brasil com o continente africano deve-se ao fato de que muitos africanos foram submetidos à escravidão nesse país, como sintetizou Munanga (2019) enfatizando que, no século XV, os europeus chegaram no continente americano e estes implementaram a demanda da mão-de-obra barata, na altura, a África não tinha desenvolvido as tecnologias potentes de guerras, assim como indústria de guerra como os europeus, por isso, a África passou a ser reservatório da mão-de-obra humana por meio do tráfico de pessoas com a finalidade de servirem na transformação de matérias primas, na plantação de cana-de-açúcar e dentre outros processo de exploração.

Essa aproximação identitária entre Brasil e África, foi enfatizada no documentário, numa forma diferente, ou melhor, através das falas e histórias de personagens e jovens africanos dos países da língua oficial portuguesa, que deixaram os seus países de origem para estudar nas universidades brasileiras. Os autores do documentário trazerem à tona as trajetórias desses estudantes, e estas trajetórias que foram marcadas pela difícil tomada de decisão de deixarem suas famílias, amigos, a procura de uma vida melhor, assim como a procura de conhecimento e a realização dos seus sonhos.

Falando das relações étnicos raciais no Brasil, os depoimentos das personagens do documentário são muito mais ilustrativas sobre o assunto, porque muitas das vezes o Brasil é visto como um país do “mito das três raças”, onde todos se dão bem, sem existência de atitudes de preconceito, discriminação racial e racismo, mas, os estudantes entrevistados, mostraram que ao deixarem seus países, após chegaram no Brasil, houve uma dificuldade de se adaptarem à realidade brasileira, porque muitas das vezes são vistos com desconfiança, e percebem também a prática racista no cotidiano e nos lugares que frequentam.

A minha ingenuidade em relação ao mito da democracia racial no Brasil foi se desconstruindo ao longo do tempo, através das minhas experiências e vivências enquanto negro e estrangeiro no país. O mais deprimente ainda, é observar a legitimidade desse mito da democracia racial no qual muitas pessoas, infelizmente, acreditam na sua existência. Deste modo, Gomes (2021) afirma que, acreditar que o Brasil é ausente de conflitos de raça, significa negar toda história do povo negro no país, que é marcada pela violência, de igual forma, desacreditar as lutas de todos os movimentos que se engajam em prol da igualdade racial.

O fato do Brasil ser um país com muitos descendentes de africanos, fez com que muitos desses estudantes entendam que seria muito mais fácil a adaptação linguística e social, mas, foram os imaginários construídos por estes estudantes, em muitos dos casos não pensavam que poderiam passar ou sofrer discriminação racial e preconceito, situações que já passei, ou melhor, o imaginário de possível inexistência de racismo no Brasil foi desconstruído após a minha chegada no país, tardiamente, mas sim, passei a observar práticas racistas nas instituições, nas comunidades que frequentei e frequento, assim como no dia-a-dia.

O Referido documentário possibilita-nos fazer uma crítica a respeito das discriminações que os negros sofrem no Brasil, tentando mostrar a realidade da sociedade brasileiro onde muitas das vezes são mascaradas pela tentativa da negação da dignidade e da humanidade do “outro” ou seja, do negro. Sabe-se ainda que o ser branco é assumir o lugar de privilégio, como estes estudantes não são pessoas brancas por isso sofreram-sofrem discriminações até de próprios negros, ou seja, o racismo muita das veze é reproduzido pelas pessoas negras de forma consciente ou inconscientemente,

Como salienta Cardoso (2010), a branquitude é considerada como um privilégio de forma simbólica, e estes privilégios é que muitas das vezes legitimam o poder do branco ou ainda facilita na construção social de produções e reproduções de preconceito racial ou discriminação racial. Uma questão que foi enfatizada no documentário, ilustrando de forma mais evidente como as pessoas brancas têm probabilidade maior de ocupar espaços hegemônico e de poder.

No Brasil, a problemática das relações étnico-raciais é um assunto que deve ser questionado em todas as vertentes, porque o negro sempre assumiu e assume um papel pejorativo na sociedade, muitas das vezes pessoas negras são consideradas de incapazes sofrem discriminação pelas suas condições biológicas, por isso, Munanga (2019) salienta que os negros se tornam então, sinônimo de ser primitivo, inferior, dotado de uma mentalidade de incapacidade, a condição social e racial do negro no mundo moderno assim como nas literaturas enfatizam seus pretendidos caracteres, considerando os negros como seres inferiores.

Esta afirmação do autor pode servir para ilustrar o que acontece no Brasil, onde os negros são considerados de inferiores, a imagem do negro representa inferioridade em qualquer que seja lugar do país, e isso acontece até entre os negros, ou melhor, o negro

discriminando o negro. Uma realidade que precisa ser mudada através da continuidade das lutas e engajamento dos movimentos negros, promovendo ações antirracistas para que jovens negros/as possam se engajar mais no que se refere ao empoderamento, autoafirmação e autoaceitação da negritude.

Falar sobre racismo: caminhos para emancipação e desconstrução

É muito importante salientar que debate antirracista deve desencadear a construção de modos de agir e de pensar, assim como práticas que envolvem combate ao racismo em quaisquer áreas de conhecimento, tanto nas escolas assim como nas comunidades, possibilitando jovens negros/as a adquirirem conhecimentos sobre o desenrolar da discriminação racial e lutas antirracistas. A discussão sobre o antirracismo vem sendo temática de muitos campos de saberes, como afirma Munanga (2009) de que, até os anos de 1970 os debates antirracistas eram recorrentes mais no campo das ciências biológicas, só mais tarde, ou melhor, nos anos de 1980 é que outras áreas de saberes incluíram outros termos e léxicos que permitem compreender de maneira mais ampla as formas de debate e combate ao racismo.

As práticas antirracistas devem e precisam ser articuladas com políticas contra reverberações racistas, considerando os momentos históricos de uma determinada sociedade, por isso, Cruz (2016) afirma que o antirracismo deve ser acompanhado pelas/com definições de políticas contra implicações racistas, de igual forma, entender as características amplas e múltiplas, de acordo com os contextos locais e globais.

A autora citada ainda enfatiza que a articulação de prática antirracista com a compreensão de modos de produção e disseminação de discursos racistas fazem com que essa mesma prática adquira uma funcionalidade para combater estereótipos racistas. Essa afirmação nos faz entender que não se pode debater o antirracismo sem conhecer como o próprio racismo reverbera na sociedade, uma articulação que, segundo a autora, deve ser feita considerando a forma como o racismo impactou e impacta uma determinada sociedade e como essa mesma sociedade foi construída.

Entretanto, é de suma importância proporcionar debates antirracistas com jovens negros/as, momentos de reflexões sobre a realidade social e racial que devem incluir a própria prática da negritude e a aceitação do ser negro na sociedade. Não se pode efetivar prática antirracista com jovens que, de certa forma não se reconhecem como negros/as, como salienta

Guimarães (2005), citado pela Cruz (2016) que o antirracismo como prática política deve possibilitar as pessoas negras de se identificarem do ponto de vista racial. Por isso, a não identificação do ponto de vista racial abala o imaginário de muitas pessoas negras e acaba por camuflar a realidade social e racial de uma sociedade racista.

Enquanto as práticas racistas fazem parte do dia-a-dia do ser negro em diferentes espaços sociais, culturais e acadêmicos, enquanto pessoas que sofrem com esses acontecimentos, o nosso engajamento nos debates e conferências antirracistas é primordial, por isso, Cruz (2016) nos faz refletir ainda que, essas conferências podem possibilitar a reintrodução do debate acerca do antirracismo, não só abrangendo a questão cultural, mas também engajando nas lutas antirracistas, considerando a questão religiosa e de gênero.

As estratégias para superação de desigualdade social e racial devem partir através das discussões amplas para a compreensão do racismo estrutural, formas de pensar a agir que devem ser incorporadas nos debates com jovens negros/as, por isso, Silva (2021) acredita que as discussões antirracistas permitem sustentar um olhar analítico e político para o campo de estudos das relações étnico-raciais, com a finalidade de descrever e interpretar como se manifesta o racismo estrutural e refletir sobre estratégias e mecanismos para a superação do racismo.

Como aponta Almeida (2019), o racismo é uma decorrência da própria estrutura social, ou melhor, do modo “normal” com que se constituem as relações políticas, econômicas, jurídicas assim como as relações familiares, de igual forma, o autor não considera o racismo como uma patologia social e nem um desarranjo institucional. Ou seja, o racismo é estrutural.

No que se refere aos espaços de discussões antirracistas e importância dos movimentos negros na denúncia do racismo, Silva (2021) enfatiza que os coletivos negros têm criado espaços na mídia, como jornais e redes sociais, com objetivos de divulgar o engajamento de negros/as principalmente para denunciar o racismo na sociedade brasileira. Ainda, esses coletivos têm muita importância porque procuram visibilizar conquistas que vem decorrendo ao longo do tempo, conquistas como o sistema de cotas raciais nas universidades, um apontamento que nos mostra como é importante debater as pautas raciais para a superação da desigualdade racial.

A recusa da discussão da questão racial ou do racismo se verifica através da negação da existência do racismo, por isso, Gomes (2021) afirma que mesmo com a abertura das

discussões acerca do racismo, uma grande parte da sociedade ainda se fecha para essa discussão, e existem afirmações que remetem a negação de que haja racismo na sociedade brasileira, mesmo que ele seja “escancarado”. Por isso, os movimentos de lutas antirracistas consideram esse fato como uma contradição. Desta forma, é muito necessário continuar a lutar para que se reverta o cenário atual sobre as relações étnico-raciais.

Os debates antirracistas não devem interessar somente pessoas negras, mas sim, qualquer que seja pessoa que pauta pela igualdade racial. Por isso, como podemos ser antirracistas? Gomes (2021) sinaliza que se pode ser antirracista usando as práticas de enfrentamento ao racismo, de igual modo, combater as estruturas que fazem do racismo uma forma de chegar ao poder e a própria manutenção do poder.

A autora ainda salienta que a prática antirracista consiste em ações que põem em pauta o racismo na sociedade, com a finalidade de alterar o cenário submetido à população negra, uma luta que necessita de engajamento de toda a população que se preocupa com a mudança da realidade e se responsabilizar de forma clara para a inversão desse status-quo permanente na sociedade.

Por isso, é muito importante que nós, enquanto pessoas negras, é fundamental assumirmos sempre um posicionamento engajamento para a promoção de debates antirracistas em qualquer que seja espaço que nos encontramos, e não só. De igual forma, Almeida et al. (2022) salientam que é de suma importância colocar no cotidiano as temáticas que envolvem as práticas antirracistas e a manutenção dos privilégios da branquitude, para isso, debates precisam ultrapassar as abordagens racistas somente nas datas específicas como, por exemplo, no Dia da Consciência Negra (20 de novembro), mas também as discussões e as práticas antirracistas precisam estar nos processos cotidianos, um movimento necessário para pensar uma sociedade antirracista.

Assim, devemos revelar sempre uma preocupação com a educação antirracista, desencadeando debates com jovens, para uma possível reconstrução da imagem de negros/as na sociedade. Essa tarefa deve ser assumida por pesquisadores/as, intelectuais e políticos negros/as, assim como todas a camada social almeja uma sociedade livre de racismo, justa e igualitária.

Considerações finais

Neste artigo, as reflexões sobre o meu percurso escolar na Guiné-Bissau, momentos importantes para a minha formação enquanto cidadão e pesquisador, momentos que contribuíram e contribuem nas minhas reflexões críticas acerca dos conteúdos que estudei nas escolas. Afirmo ainda que, não se pode concretizar emancipação sem refletirmos acerca do racismo estrutural.

Um sistema de educação deve englobar debates antirracistas, um debate importante para que adolescentes e jovens negros/as possam compreender e relatar o ocorrido no seu dia a dia, assim como promover discussões para que jovens possam ter mecanismos teóricos e conceitos para o enfrentamento do racismo. Uma oportunidade que não tive e sei que muitos jovens não tiveram esta oportunidade. Experiências vivenciadas na UNILAB abriram horizontes para uma compreensão mais acurada sobre questões raciais.

Saliento, ainda, que a colonialidade, assim como o racismo estrutural invisibiliza esse debate, uma questão que precisa ser discutida e problematizada em detrimento da formação de jovens negros/as para que possam se engajar mais e assumirem seus destinos enquanto cidadãos que precisam ser valorizados e respeitados, uma luta que deve ser assumida com responsabilidade e para uma sociedade mais justa e igualitária.

O documentário *Do Outro Lado do Atlântico* trabalhado neste artigo me ajudou a romper com o imaginário do Brasil como um país sem racismo, como também, é impossível negar os avanços nos debates sobre o racismo na sociedade brasileiro, assim como avanços nas lutas pelo enfrentamento do racismo e políticas para a promoção da igualdade racial, lutas que precisam ser valorizadas e apoiadas, principalmente aderidas por pessoas negras e pessoas que almejam um mundo melhor e mais saudável em termos de convivências.

Inviabilizar debates sobre racismo impossibilita a compreensão do fenômeno social vigente na realidade social e racial brasileira, realidades que precisa ser discutida, contestada e denunciada para acabar com caos racial que prevalece na sociedade, um problema que deve ser combatido com lutas e debates, abrindo horizontes para que jovens negros/as possam se interessar mais nas suas negritudes, de se autoafirmarem enquanto negros e negras.

Personagens entrevistadas no documentário tiveram a mesma percepção ingênua sobre o racismo, uma oportunidade de debate que não tiveram e que eu não tive no meu país de origem (Guiné-Bissau). Uma abertura sobre essas questões precisa ser possibilitada nos espaços escolares, universitários e comunitários, porque são espaços onde ocorrem atos racistas com muita frequência.

Na graduação tive a oportunidade de vivenciar momentos importantes para o meu engajamento e esses momentos devem ser proporcionados para que outras pessoas possam se engajar mais nas discussões sobre racismo, assim como no seu combate. Enfatizo ainda que a desconstrução de narrativas deve partir desses debates, a desconstrução da imagem pejorativa do negro na sociedade é eminente e indispensável, uma luta que deve ser assumida pelo Estado, sociedade civil, assim como por coletivos e movimentos antirracistas.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Diângeli Strada de. MIRANDA, Gabriela da Cruz. RODRIGUES, Luciana. Pensando a produção de uma Cidadania Antirracista. In: MACHADO, Loiva Mara de Oliveira; FERRUGEM, Daniela; ROSA, Cíntia Marques da (Org.). **Debates antirracistas; direitos humanos e políticas sociais**. 1.ed. – Porto Alegre: CirKula, 2022.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

BÂ, Amadou Hampâté. A tradição viva. In: KIZERBO, Joseph (org). **História Geral da África I: Metodologia e pré-história da África**. Brasília: UNESCO, 2010.

CARDOSO, Lourenço. Branquitude acrílica e crítica: A supremacia racial e o branco antirracista. **Rev.latinoam.cienc.soc.niñez juv** [online], v.8, n.1, p.607-630, 2010.

CRUZ, Ana Cristina Juvenal da. O debate contemporâneo do antirracismo: implicações teóricas e políticas para a educação. **Rev. educ. PUC-Camp., Campinas**, v. 21, n.3, p. 335-349, set./dez. 2016.

DO OUTRO LADO DE ATLÂNTICO. Direção: Daniele Ellery e Márcio Câmara. Produção: Allan Deberton. Deberton Entretenimento. Brasil e Cabo-Verde, 2016. (90 min).

FANON, Frantz. **Pele negra máscaras brancas**. Tradução de Renato da Silveira, Prefácio de Lewis R. Gordon. EDUFBA. Salvador, 2008.

FREIRE, Paulo. **Cartas à Guiné-Bissau: registros de uma experiência em Processo**. 2ª ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.

FREITAS, H. M.; CUNHA JÚNIOR, M.; MOSCAROLA, J. Aplicação de Sistema de Software para auxílio na análise de conteúdo. **RAUSP Management Journal**, v. 32, n. 3, p. 97-109, 1997.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2008.

GOMES, Nathália Inácia. **Racismo e antirracismo no brasil e seus reflexos na escola**. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso- Escola de Formação de Professores e Humanidades da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2021.

HOOKS, bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013.

MBEMBE, Achille. **Crítica da Razão Negra**. Tradução de Sebastião Nascimento. São Paulo: n-1 edições, 2018.

MUNANGA, Kabengele. Fundamentos antropológicos e histórico jurídicos das políticas de universalização e de diversidade nos sistemas educacionais do mundo contemporâneo. In:

Ações afirmativas nas políticas educacionais: o contexto pós-Durban. São Carlos: EdUFSCar, 2009.

_____. **Negritude: usos e sentidos.** 4. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019. Coleção Cultura Negra e Identidades. E-book.

PRODANOV, Cleber Cristiano. FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico.** 2ª edição. Novo Hamburgo - Rio Grande do Sul – Brasil, Fevale, 2013.

SILVA. Marcos Antonio Batista da. Educação antirracista no contexto político e acadêmico: tensões e deslocamentos. **Educ. Pesqui.**, São Paulo, v. 47, p.1-18, 2021.

Os Orientalismos Presentes nos Ballets *La Révolte Au Sérail* (1833) e *Raymonda* (1889)

The Orientalisms Presents in the Balletes La Révolte au Sérail (1833) and Raymonda (1889)

Lóren Cantiliano Ximendes,¹ UFPel

Resumo

No século XIX, o *ballet* passou a ser influenciado pelos ideais do Romantismo, entre as muitas características desse estilo o presente trabalho irá destacar a incorporação de temáticas “exóticas” que visavam representar o oriente, fazendo isso, quase sempre de maneira estereotipada, baseada nos ideais e padrões europeus que entendiam o oriente e os orientais como os “outros”. Ao tentarem marcar as diferenças entre “eles” (europeus) e os “outros” (árabes, mulçumanos, ciganos, chineses, etc), os coreógrafos, músicos, figurinistas e maquiadores fizeram uso de características generalizantes e que estereotipavam negativamente o comportamento de diversos povos do oriente. São alguns exemplos de ballet que possuem orientalismos em seus roteiros: *Paquita* (1846), *Le Corsaire* (1886), *Yedda* (1879), além desses, há também *La Révolte Au Sérail* (1833) e *Raymonda* (1889), sendo esses dois *ballets* o foco principal de análise do presente trabalho.

Palavras-chave: *Ballet*; Orientalismo; Século XIX; Marius Petipa; Filippo Taglione.

Abstract

In the 19th century, *ballet* began to be influenced by the ideals of Romanticism, among the many characteristics of this style the present article will highlight the incorporation of “exotic” themes that aimed to represent the East, doing so, almost always in a stereotypical way, based on the ideals and European standards that understood the East and Orientals as the “others”. When trying to mark the differences between “them” (Europeans) and the “others” (Arabs, Muslims, Gypsies, Chinese), the choreographers, musics, customers and makeup artists made use of generalizing characteristics that negatively stereotyped the behavior of different Eastern peoples. There are some examples of ballets that have orientalism in their scripts: *Paquita* (1846), *Le Corsaire* (1886), *Yedda* (1879), in addition to these, there is also *La Révolte Au Sérail* (1833) and *Raymonda* (1889), with these two *ballets* being the main focus of analysis of this work.

Keywords: *Ballet*; Orientalism; XIX century; Marius Petipa; Filippo Taglione.

Introdução

O presente trabalho analisará comparativamente dois *ballets* do século XIX, a saber, *La Révolte Au Sérail* (1833) e *Raymonda* (1889), com a finalidade de compreender como cada um deles lança mão de orientalismos em suas construções narrativas. Porém, antes de iniciarmos nossa análise, consideramos importante traçar uma breve linha do tempo do surgimento do ballet, até o período em que esses *ballets* são criados.

¹ Graduanda em História - Licenciatura pela Universidade Federal de Pelotas (UFPel).

O *ballet* clássico como conhecemos hoje não surgiu como uma dança pronta, ele é um processo artístico, político e social que permanece em constante construção. Construção essa, que começa ainda no medievo com o surgimento do *momo* (*mascherada* para os italianos),² uma dança com características de espetáculo com o uso de máscaras, figurinos e métrica. Na atual Itália durante o Renascimento, surgem os primeiros tratados sobre essa dança espetáculo nos quais são descritos os passos fundamentais (Boucier, 2006).³ Mais tarde, Catarina de Médicis, ao casar-se com Henrique II em 1533, introduz o *balletti* na corte francesa. Anos depois, em 1581, também em um casamento real, o *ballet de cour*⁴ é inaugurado e mantém-se popular na corte Francesa por muito tempo, chegando a seu ápice durante os reinados de Luís XIII e Luís XIV: é nesse momento que o *ballet* passou a fazer parte da identidade aristocrata e tornou-se símbolo do absolutismo. Em 1661, Luís XIV funda a *La Réal Académie de Dance* que foi responsável pela criação da codificação do *ballet* que ficou conhecida como *La belle danse*.⁵ Agora padronizado, o *ballet* passou a ser uma dança social e se espalhou por todo o território “europeu” (Santos, 2011).

Com o passar do tempo o *ballet de cour* perdeu um pouco de seu espaço para o *comédie-ballet*⁶ que possuía caráter mais teatral, valendo-se do uso de histórias e sátiras. Posteriormente, a influência do iluminismo passa a afastar o *ballet* da sua origem cortesã, assim, inaugura-se um novo propósito, o de mostrar mais sobre pessoas e acontecimentos reais, assim surge o *ballet d’action*⁷. Durante o período Napoleônico, o *ballet* adquire maior disciplina tornando-se mais hierárquico e meritocrático.

O *ballet* romântico, estilo ao qual pertencem *La Révolte Au Sérail* e *Raymonda*, surge em 1832, com a estreia do *ballet La Sylphide*. Através da influência da literatura da época, o Romantismo colocou nos palcos da Europa criaturas mágicas, o protagonismo quase que absoluto da mulher, a natureza e, quase sempre, um elemento trágico (Souza, 2015, p. 28).

Inseridos no universo do *ballet* Romântico, tanto Filippo Taglioni quanto Marius Petipa eram grandes nomes. Filippo era filho e também o patriarca de uma família de bailarinos, sendo sua filha, Marie Taglioni, a primeira estrela do período romântico. De

² A Itália ainda não havia passado por sua unificação nessa época, porém estamos usando o termo “Italianos” para ficar mais fácil de entender que esse tipo de dança estava presente em diferentes regiões da atual Itália.

³ Alguns desses passos ainda fazem parte do *ballet* clássico e possuem a mesma nomenclatura até hoje.

⁴ *Ballet* de corte, em tradução literal.

⁵ A bela dança, em tradução literal.

⁶ *Ballet* de comédia, se traduzido literalmente, possuía influência da *commedia dell’arte* (Santos, 2011)

⁷ *Ballet* de ação, aquele que possuía histórias contadas em sequência, também conhecido como *ballet* pantomima ou *ballet* de repertório.

caráter saudosista em relação às tradições da dança do Antigo Regime, Filippo tentou levar a filha para o mesmo caminho, porém, devido à dificuldade de Marie na *belle danse*, Filippo decidiu unir o *ballet* aristocrático com novos movimentos, usando inclusive novos equipamentos, como a sapatilha de ponta. Dessa forma, pai e filha acabam por definir os moldes do *Ballet Romântico* (Santos, 2011). Já Marius Petipa foi um bailarino e coreógrafo francês que desenvolveu grande parte de sua carreira no Império Russo. A partir do governo de Pedro I, houve uma tentativa de “ocidentalizar” a Rússia, e um dos elementos “ocidentalizadores” era o *ballet*. Após a invasão de Napoleão à Rússia, o *ballet* francês não foi mais tão bem recebido. Com o declínio do *ballet* romântico na França, diversos artistas italianos e franceses, como Petipa, foram para a Rússia. Lá, Petipa trabalhou arduamente para reconstruir a visão que os russos tinham do *ballet* eliminando a ideia de uma “ocidentalização” russa por meio da dança e promovendo uma “russificação” do *ballet* (Santos, 2011). As tentativas de reaproximar a Rússia e o *ballet* foram bem-sucedidas, Petipa usava uma mescla de elementos de danças folclóricas russas e do Romantismo criando uma fórmula que geralmente continha sonhos ou alucinações, o uso de danças tradicionais russas, espanholas e árabes (Souza, 2015).

Após esse breve histórico sobre a evolução do *ballet*, de seu surgimento até o século XIX, e um pequeno percurso acerca da carreira dos coreógrafos responsáveis pelos *ballets* que iremos analisar nesse texto, introduziremos as duas obras que aqui serão analisadas.

La Révolte Au Sérail é um *ballet* em 3 atos coreografado por Filippo Taglioni, com música de Théodore Labarre, figurinos por Paul Lormier e Edmond Duponchel, tem como personagens principais:⁸ Maomé o rei de Granada, interpretado por Montjoie, Ismael o comandante do exército, interpretado por Mazillier, Zulma noiva de Ismael, interpretada por Marie Taglioni, Myssauf o chefe dos eunucos, interpretado por Simon, Mina que é descrita apenas como “uma negra”, interpretada por Elie, O Espírito do Sexo Feminino, interpretado por Legallois, e um escravo negro interpretado por Guériot. Todos os bailarinos anteriormente mencionados foram responsáveis por dar vida a seus respectivos personagens durante a primeira encenação do *ballet*. O *ballet* estreou 4 de dezembro de 1833 no Théâtre de l’*Academie Royale de Musique de Paris* e contava com a popular bailarina Marie Taglioni, que além de filha de Filippo Taglioni, foi a primeira bailarina a usar sapatilhas de ponta. Essa

⁸ Além desses personagens há também as esposas do rei, o séquito real, o séquito de Ismael, pajens, escravos, amazonas e servos do Espírito feminino (Beaumont, 1953).

invenção do pai de Marie tinha como objetivo criar a ilusão de que a bailarina estava flutuando (Beaumont, 1953, p. 94).

Raymonda é um *ballet* em 3 atos e 4 cenas, coreografado por Marius Petipa, coreógrafo de famosos *ballets* como *O Lago dos Cisnes*⁹ (1895) e *O Quebra Nozes* (1892), com música de Alexander Glazunov, cenários de Allegri, Ivanov e Lambini, teve sua estréia no Teatro *Mariinsky* localizado na Rússia no dia 7 de janeiro de 1898. Os principais personagens¹⁰ e os bailarinos da primeira encenação eram: *Raymonda* interpretada pela bailarina Pierina Legnani, a Condessa de Sibila, tia de *Raymonda*, interpretada por Giuseppina Cecchetti, Jean de Brienne noivo de *Raymonda*, interpretado por Sergei Legat, Abderrakhman um cavaleiro sarraceno, que era originalmente interpretado por Pavel Gerdt (Beaumont, 1953).

Apesar da diferença de 65 anos que separam a estreia de cada um dos espetáculos, podemos notar algumas semelhanças, sendo estas: a representação do medievo através da temática das cruzadas e a forma como os personagens árabes e mulçumanos são apresentados. É por conta desses aspectos que recortamos os dois *ballets* para a análise comparada. As aproximações presentes entre os dois *ballets* são o tema principal de estudo deste trabalho, que tenta compreender o reforço de estereótipos negativos contra árabes e mulçumanos presente nas duas obras. Para tanto, iremos utilizar do conceito de orientalismo proposto por Edward Said (1998), o qual defende que o oriente é o espelho invertido do ocidente, vinculando aos orientais um conjunto de atributos contrários às virtudes ocidentais, especialmente europeias. Para Said,

O orientalismo, portanto, não é uma fantasia avoada da Europa sobre o Oriente, mas um corpo criado de teoria e prática que houve por muitas gerações um considerável investimento material. O investimento continuado fez do orientalismo, como sistema de conhecimento sobre o oriente uma tela- aceitável para filtrar o Oriente para a consciência ocidental, assim como esse mesmo investimento multiplicou - na verdade, tornou realmente produtivas - as declarações que proliferam a partir do Oriente para a cultura geral (Said, 1996, p. 18).

Essa definição difere, contudo, do sentido aplicado nos séculos XVIII e XIX, que se referia ao orientalismo como o trabalho do orientalista, ou seja, um erudito que estudava sobre língua e literatura oriental e que no mundo das artes servia para caracterizar o estilo artístico

⁹ Petipa foi o coreógrafo de uma segunda versão de *O Lago dos Cisnes*, já que a primeira não foi muito bem-sucedida, a versão de Marius Petipa foi feita para homenagear o compositor Piotr Tchaikovski.

¹⁰ Além desses Beaumont (1953) ainda cita também trovadores e o Rei André II da Hungria.

que visava a representação do oriente (Macfie, 2002 *apud* Silva, 2016, p. 283). Para Said, e eis a parte do estudo que nos interessa, o orientalismo se vincula aos preconceitos, generalizações e características criadas sobre o oriente a partir do olhar ocidental e que ainda são reproduzidos na grande mídia e na arte.

Zulma, protagonista do ballet *La Révolte Au Sérail*, vive na Espanha durante a ocupação moura, é noiva de Ismael, que estava lutando contra os cristãos castelhanos. Zulma é sequestrada por Mahomet, rei de Granada, passa a fazer parte de seu harém, no qual se torna a escrava favorita do rei. Durante uma festa promovida pelo rei em homenagem a Ismael, ele percebe que sua noiva é uma das escravizadas. O rei havia concedido um desejo a Ismael por seu bom desempenho nas Cruzadas, e ele usa esse desejo para pedir que as mulheres do harém sejam libertadas e elas assim o são. Todavia, Zulma, por ser a favorita do rei, não é liberta e recebe uma proposta de casamento por parte do mesmo. Em solidariedade à Zulma, as outras mulheres do harém recusam a liberdade. Mais tarde, graças a um encantamento promovido pelo Espírito do Sexo Feminino, as flores do harém viram armas e as mulheres passam a formar um exército para lutarem por sua liberdade (Marquié, 2012, p. 3).

Nos últimos momentos do conflito, o rei Mahomet finge tentar negociar com Zulma, porém ao ouvir a própria dizer que não irá se casar com ele e sim com Ismael, o rei monta uma armadilha contra Zulma e seu exército. Nesse momento, o Espírito do Sexo Femino surge na forma de um gênio, e ordena que o rei permita o casamento de Zulma e Ismael, liberte as mulheres e nunca mais as oprima novamente (Beaumont, 1953).

Raymonda, protagonista do ballet de mesmo nome, vive na Provença e é noiva do cavaleiro Jean de Brienne. Às vésperas de seu aniversário, ela recebe uma carta avisando que seu noivo voltará da guerra no dia seguinte, quase no mesmo instante tia e sobrinha são surpreendidas com a visita de um estrangeiro, o cavaleiro sarraceno Abderrakhman. Ao ver Raymonda, ele oferece muitas riquezas em troca do amor da donzela, sendo, contudo, rejeitado (Beaumont, 1953, p. 498).

Mais tarde, Raymonda adormece, sendo guiada pela Dama Branca, estátua guardiã das tradições de sua família, e em seu sonho, o guerreiro mulçumano Abderrakhman a rapta. Posteriormente, durante sua festa de aniversário, o pesadelo torna-se realidade, porém Jean duela com o mulçumano, que é enfeitiçado pela Dama Branca e perde suas forças sendo derrotado por Jean que acaba salvando Raymonda e casando-se com ela (Fullington, 2022, p. 215).

As semelhanças nas narrativas são visíveis e em alguns pontos apresentam realidades paralelas, já que, ambas protagonistas são noivas de cavaleiros que foram lutar nas Cruzadas, porém o noivo de Raymonda é cristão e o de Zulma, mulçumano, o que conduz as narrativas para os distintos finais. Nos dois roteiros, há um vilão mulçumano que rapta a heroína, propõe casamento a ela e, quando rejeitado, assume uma postura violenta e opressora. Em ambos os *ballets* existe também um fator místico caracterizado pela ação do Espírito do Sexo Feminino, em *La Révolte Au Sérail*, e pela Dama Branca, em *Raymonda*. Essas semelhanças não são apenas meras coincidências e sim características artísticas da época, tanto *Raymonda* quanto *La Révolte Au Sérail* possuem elementos comuns dos *ballets* criados a partir de meados do século XIX como: a mescla de danças exóticas, nacionais e históricas (Fullington, 2022, p. 3). Além dessas características, Santos (2011) apresenta outras características dos *ballets* românticos:

Os românticos franceses inventaram o *ballet* como o conhecemos, fugiram da interpretação da história exata (como no teatro) e mudaram a arte que tratava de homens, poder e etiqueta aristocrática; de deuses clássicos e ações heróicas; ou de aventuras e estranhos eventos nas vilas. No lugar, era agora uma arte de mulheres devotadas a representar o interior enevoado de mundos de sonhos e imaginação, e também o imaginário do Oriente (Santos, 2011, p. 17).

Tanto Santos (2011) quanto Fullington (2022) mencionam o exótico e o oriente durante o período romântico do *ballet*, essas particularidades não ficam restritas apenas à dança e podem ser visualizadas em diversas produções europeias, como nas artes visuais e na literatura (Silva, 2013 *apud* Silva, 2016, p. 288).

Durante nossa pesquisa, percebemos que características orientalistas, tanto em *La Révolte Au Sérail* quanto em *Raymonda*, são atreladas a um forte marcador de gênero, sendo os homens antagonistas maus, cruéis e bárbaros. No caso de Abderrakhman, essas características ganham ainda mais destaque, já que contrastam com a cortesia e bondade do cristão Jean (Fullington, 2022, p. 217). Já as mulheres, no caso Zulma e suas companheiras, comportam-se de maneira transgressora, pegando em armas e lutando por sua liberdade, comportamento esse que se torna “aceitável”, pois se trata de uma personagem “exótica” (Buehrle, 2018, p. 12). A forma com que Zulma e suas companheiras precisam lutar contra seu raptor opõem-se à realidade de Raymonda, que também é raptada, porém, é incapaz de escapar sozinha e por isso precisa ser salva por seu noivo cristão. Zulma também tem um noivo que é cavaleiro e também lutou nas cruzadas, assim como o noivo de Raymonda,

entretanto, Ismael e Zulma são mulçumanos, característica que faz com que o noivo não tenha condições de salvar sua amada e ela tenha que lutar por si e pelas outras mulheres.

Os atributos orientalistas generalizantes em *Raymonda*, também podem ser percebidos na criação dos personagens, já que, grande parte dos personagens são inspirados em figuras históricas como Jean de Brienne, que é inspirado em John de Brienne (1170–1237) que foi rei de Jerusalém e imperador do Império Latino de Constantinopla, e também atuou na Quinta Cruzada, que teve o primeiro contingente liderado por Andrew II (1175–1235), rei da Hungria e que também inspirou um personagem do mesmo ballet. Contudo, Abderrakhman¹¹ não é inspirado em nenhuma figura histórica, ele é descrito apenas como um compilado oriental bárbaro e generalizante (Fullington, 2022, p. 221).

Os figurinos também reforçam esses estereótipos orientalistas. Em *La Révolte Au Sérail*, vemos uma mistura de adereços “orientais” com muitos acessórios dourados, turbantes, e uso abundante de cores, com destaque para as cores vermelha, amarela e verde, como podemos observar logo abaixo no croqui do figurino do personagem Ismael:

Figura 1 - Croqui do figurino do personagem Ismael de *La Révolte Au Sérail*



Fonte: The New York Public Library.¹²

No *ballet*, de forma mais ampla, esses orientalismos são perceptíveis de diferentes formas: velada e explícita. A forma velada apresenta-se em detalhes que às vezes passam despercebidos para aqueles que não possuem um conhecimento mais específico sobre o tema,

¹¹ Apesar de possuir o mesmo nome que Abderrakhman I, emir de Córdoba, não há indícios que o personagem tenha sido criado inspirado em uma figura histórica.

¹² Disponível em: <https://digitalcollections.nypl.org/items/4c543130-beb0-0132-cf9f-58d385a7bbd0>

como na criação de danças e músicas tidas como “orientais”, as quais não possuem nenhuma referência em manifestações artísticas tradicionais do oriente, mas que se mostram como criações ocidentais de um oriente imaginado. Alguns exemplos disso podem ser encontrados em outras duas obras de Marius Petipa, os *ballets La Bayadere* (1877) e *O Quebra Nozes* (1892). O primeiro narra a vida de uma dançarina de um templo indiano de forma muito distorcida, desvinculando-se de uma realidade bem como das tradições locais e religiosas. O segundo apresenta um conto de natal, no qual em determinado momento surgem visitantes estrangeiros entre eles árabes e chineses: a coreografia pensada para o primeiro grupo representaria o café e para o outro o chá. Entretanto, essas coreografias não possuem nenhuma ligação com danças tradicionais árabes ou chineses, além dos figurinos serem extremamente diferentes das roupas tradicionalmente usadas por esses grupos (Beaumont, 1953). Já a outra, a forma mais explícita, é quase caricata e atribui aos árabes e mulçumanos habilidades para o comércio, grande quantidade de riquezas, mulheres e escravizados, sendo essa forma mais explícita a que encontramos tanto em *Raymonda* quanto em *La Révolte Au Sérail*.

Em relação aos escravizados, quando retratados, são sempre negros, mesmo quando o ballet é ambientado na Antiguidade ou no Medievo, época na qual não havia uma escravidão ligada apenas à cor da pele. Isso deve-se, em grande parte, ao imaginário do século XIX, período no qual a escravidão ainda era uma instituição presente em muitos países como o Brasil e financiada direta ou indiretamente por países europeus.

As imagens, assim como qualquer expressão artística, não formam o imaginário, e sim o contrário. O cinema, a música, o esporte, nascem de um imaginário que se expressa na sociedade através desses suportes, que são, por suas vezes, coletivos. As indústrias culturais, como o cinema, por exemplo, não são capazes de criar, propriamente, um novo imaginário. Elas fomentam um imaginário já existente. “As tecnologias do imaginário bebem as fontes imaginárias para alimentar imaginários” (Maffesoli, 2001 *apud* Aquino; Schwartz, 2011, p.7).

O imaginário, como afirmado por Maffesoli, está presente nas sociedades e influencia as artes. Na imagem abaixo vemos o croqui do figurino de Mina uma personagem negra do *ballet La Révolte Au Sérail*, descrita por Beaumont (1953, p. 95) como a “negra de Zulma”. Como não temos registros fotográficos da primeira montagem desse ballet, não sabemos se a bailarina que interpretava a personagem fez uso de *blackface*¹³ ou não. Contudo, é sabido que

¹³ Prática racista que consiste em pintar a pele para “parecer negro” geralmente essa prática tem o intuito de ridicularizar e promover estereótipos racistas contra pessoas negras, o *blackface* surgiu nos Estados Unidos durante o século XIX, assim como os ballets aqui analisados.

o uso de maquiagem em tons mais escuros que a pele dos artistas, para aparentar que são pessoas negras foi amplamente usado no *ballet* clássico. Atualmente, apesar da inclusão de bailarinos negros nas grandes companhias de dança do mundo inteiro, a prática do *blackface* ainda pode ser observada¹⁴.

Figura 2 - Croqui do figurino da personagem Mina do *ballet La Révolte Au Sérail*



Fonte: The New York Public Library.¹⁵

No *ballet* clássico, as discussões sobre a performance de estereótipos racistas ganharam mais ênfase a partir de 2015, quando a bailarina Misty Copeland foi promovida a primeira bailarina do *American Ballet Theatre*, tornando-se a primeira mulher negra a alcançar esse cargo (Gendron, 2020 p. 1). Quase 10 anos após esse ganho de notoriedade, podemos encontrar diversos trabalhos que abraçaram a causa e lutam por um *ballet* que não propague preconceitos, são pesquisadores, bailarinos e coreógrafos que se propõem a recriar do zero ou adaptar coreografias, figurinos, maquiagens, roteiros, etc, visando quebrar um ciclo duradouro de *ballets* de cunho orientalista e racista. O primeiro trabalho que queremos destacar é o da *Final Bow for Yellowface*, uma fundação criada em 2017 por Phil Chan e Georgina Pazcoguin, dois bailarinos de origem asiática, que trabalha para eliminar estereótipos desatualizados e ofensivos em relação a asiáticos. Segundo o site da

¹⁴ Em 2019 Misty Copeland, bailarina principal do American Ballet Theatre, denunciou o uso de *blackface* por cias de dança europeias. Notícia disponível em: <https://www.nytimes.com/2019/12/23/arts/dance/blackface-ballet-bolshoi-misty-copeland.html>

¹⁵ Disponível em: <https://digitalcollections.nypl.org/items/5a5a5600-8c35-0131-13ba-58d385a7b928>

organização,¹⁶ diversas companhias de dança já se comprometeram a excluir, adaptar ou recriar obras e/ou personagens de cunho orientalista.

A adaptação de obras orientalistas visando acabar com os estereótipos é uma prática que vem sendo recorrentemente adotada, como por exemplo, em 2012, quando o *Royal Danish Ballet* apresentou uma versão de *La Bayadere*¹⁷ ambientada na Índia durante o período colonial britânico, adaptando os figurinos e a história, removendo equívocos culturais e religiosos que a versão original apresentava. Inspirando-se também em *La Bayadere*, Shobana Jeyasingh criou *Bayadère – The Ninth Life*,¹⁸ que visa contar as “verdadeiras” histórias dos bailarinos dos templos indianos (Carman, 2020).

Apesar de não encontrarmos nenhuma adaptação ou recriação de *Raymonda* ou *La Révolte Au Sérail*, acreditamos que é de suma importância darmos visibilidade a esses trabalhos que buscam a criação de uma cultura antiorientalista e antirracista no *ballet* clássico. Essa nova cultura no *ballet* clássico só irá ser construída a partir do constante debate sobre esse tema, debate esse que não deve ficar restrito à academia ou às salas de ensaio das companhias de dança, mas sim deve ser levado até o grande público para que este possa participar do processo crítico do *ballet*.

Finalizando nossa discussão sobre imaginário, notamos que apesar do grande sucesso de público, o *ballet La Révolte Au Sérail* foi bastante criticado pela forma com que as personagens femininas agiam. De acordo com Beaumont (1953),

O extraordinário sucesso do bailado causa certa apreensão muito viva entre os correspondentes de jornais femininos da Inglaterra, que receram a apresentação de *La Révolte Au Sérail* em Londres. “Trata-se de uma situação tola e absurda”, observa o correspondente de *O Mundo da Moda*. “Há qualquer coisa de pouco delicado e impróprio no espetáculo de mulheres marchando no palco a imitar soldados, e sinceramente esperamos que essas coisas se confiem ao teatro francês” (Beaumont, 1953, p. 100).

Conforme observado por Beaumont, a atitude de Zulma e suas companheiras de pegar em armas e lutar parece ter chocado a sociedade da época, já que no século XIX a visão de que a mulher era naturalmente delicada era muito presente e alimentada na sociedade. Entretanto, ainda segundo o relato de Beaumont, o repúdio ao *La Révolte Au Sérail* só

¹⁶ Fonte: <https://www.yellowface.org/aboutus>

¹⁷ Ballet criado por Marius Petipa que conta sobre a vida, o amor, a morte e a vida após a morte de uma bailarina de um templo indiano.

¹⁸ No site oficial da coreógrafa é possível assistir a um mini documentário sobre a produção: <https://www.shobanajeyasingh.co.uk/works/bayadere-the-ninth-life-2015/>

aconteceu na Inglaterra, já que na França ele foi um sucesso de público sendo reapresentado várias outras vezes, o que nos leva a pensar que, apesar de contemporâneas, essas sociedades recepcionaram esse *ballet* de formas diferentes de acordo com os respectivos imaginários.

Ao longo do presente trabalho pudemos observar que o *ballet* clássico é uma arte que vem sendo construída há muito tempo, possuindo raízes no medievo, passando pelo Renascimento, Antigo Regime, Revoluções, até os dias atuais. O *ballet* é também fruto do intercâmbio entre povos que assimilaram algo de sua cultura, seja na própria dança, nas histórias, figurinos etc, e, por isso, podemos perceber que os figurinos, músicas e temáticas foram adquirindo novas características de acordo com as sociedades e regiões em que estavam inseridos.

Os dois *ballets* que nos propomos a analisar, *Raymonda* e *La Révolte Au Sérail*, ainda que inseridos em diferentes contextos, apresentam algumas semelhanças que são oriundas do período artístico, o Romantismo, e também do imaginário europeu sobre o oriente. Sendo assim, entendemos que *Raymonda* e *La Révolte Au Sérail* expressam mais os valores de sua época, o século XIX, do que a época que retratam, o medievo. Os personagens, carregados de puritanismo cristão ou vilanismo islâmico, as Cruzadas, evento que é pano de fundo principal dos dois espetáculos, evidenciam muito bem as mentalidades do século XIX sobre a Idade Média. A guerra é apresentada como um elemento presente e constante, já que a luta corporal é representada como a única forma de resolver os problemas, caracterizando árabes e muçumanos como a causa central de toda violência e percebendo toda a forma de escravidão, independente da época e da sociedade que a praticava, como aquela motivada pela supremacia racial que é típica do colonialismo europeu.

O *ballet* romântico, estilo ao qual os dois *ballets* analisados neste artigo pertencem, foi e ainda é muito influente para bailarinos e coreógrafos. Suas histórias são consideradas quase que atemporais e isso pode ser caracterizado como um problema atualmente, visto que, os costumes, ideais e imaginários do século XIX diferem muito dos do século XXI. Durante nossa análise nós interpretamos esses *ballets* com o olhar de pessoas viventes no século XXI e, por isso, conseguimos perceber os orientalismos, racismos e outros preconceitos que habitam nessas obras.

Ao concluirmos nossa reflexão, uma questão surgiu: se as pessoas do século XIX não conseguiam perceber esses preconceitos presentes nos *ballets* e nós atualmente conseguimos, por que continuamos permitindo que essas obras carregadas de preconceitos sejam

apresentadas nos palcos do mundo todo? Para essa pergunta não temos uma resposta exata, porém acreditamos que a falta de reflexão sobre o tema seja a principal razão sobre essa continuidade preconceituosa, visto que o *ballet* clássico é carregado de noções de tradição e muitas vezes não há uma reflexão crítica sobre essas naturalizações. Se essa for realmente a principal causa, ficamos felizes em constatar que essa realidade aos poucos vem transformando-se graças a pesquisadores, bailarinos e coreógrafos que se mobilizam dentro da academia, em cima dos palcos e nas redes sociais, para mudar essas narrativas e quebrar esse ciclo de reprodução de preconceitos.

Fontes

MALEUVRE, Louis. **Costume de Mazilier, rôle d'Ismail, dans La révolte au sérail**. 1834. Gravura impressa sobre papel. 15,8 x 10,5 cm. New York Public Library, Nova York, Estados Unidos. Disponível em: <https://digitalcollections.nypl.org/items/4c543130-beb0-0132-cf9f-58d385a7bbd0> Acesso em 27 nov. 2023.

MALEUVRE, Louis. **Costume de Mme. Elie, rôle d'une négresse, dans La révolte au Sérail**. 1834. Gravura impressa sobre papel. ,15,8 x 10,5 cm. New York Public Library, Nova York, Estados Unidos. Disponível em: <https://digitalcollections.nypl.org/items/5a5a5600-8c35-0131-13ba-58d385a7b928> Acesso em: 27 nov. 2023.

Referências Bibliográficas

AQUINO, Stela Gonçalves; SCHWARTZ, Rosana Maria. A influência do ballet de repertório do século XIX no imaginário feminino. **JORNADA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA**, v. 7, 2011. Disponível em: <https://silo.tips/download/a-influencia-do-ballet-de-repertorio-do-seculo-xix-no-imaginario-feminino> Acesso em 27 nov. 2023.

BEAUMONT, C.W. **O Livro do Ballet**. Porto Alegre: Editora Globo, 1953.

BOURCIER, Paul. **História da dança no ocidente**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

BÜHRLE, I. J. Brigands in Pointe Shoes and Selfless Spirits: salvage and salvation in nineteenth-century ballets. **Comparative Critical Studies**, [S.I.], v. 14, n. 2-3, p. 169-186. 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.3366/ccs.2017.0234> Acesso em 16 out. 2023.

CARMAN, Joseph. A "La Bayadère" for the 21st Century:: how companies are confronting the ballet's orientalist. **Pointe Magazine**, [S.I.], v. 2, n. 1, p. 1-2, 31 ago. 2020. Disponível em: <https://pointemagazine.com/la-bayadere-orientalist-stereotypes/#>. Acesso em: 01 dez. 2023.

CHAN, Phil; PAZCOGUIN, Georgina. **Final Bow for Yellowface**. Disponível em: <https://www.yellowface.org/aboutus>. Acesso em: 01 dez. 2023.

FULLINGTON, D.F. **A source study of two ballets and a divertissement by Marius Petipa**. 2022. 434 f. Tese (Doutorado) - Curso de Música, Universidade de Washington, 2022. Disponível em:

https://digital.lib.washington.edu/researchworks/bitstream/handle/1773/49092/Fullington_washington_0250E_24377.pdf?sequence=1. Acesso em: 16 out. 2023.

GENDRON, Pamela. **De-Orientalizing Classical Ballet in the Twenty-First Century**. 2020. 57 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Arte Contemporânea, Sotheby'S Institute Of Art, [S.I], 2020. Disponível em: https://digitalcommons.sia.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1071&context=stu_theses. Acesso em: 01 dez. 2023.

JEYASINGH, Shobana. **Bayadère The Ninth Life**. 2015. Disponível em: <https://www.shobanajeyasingh.co.uk/works/bayadere-the-ninth-life-2015/>. Acesso em: 01 dez. 2023.

MARQUIÉ H, Des barricades de 1830 à la Révolte des femmes, in HAFFEMAYER, S.; MARPEAU, B.; VERLAINE, J. **Le Spectacle de l'histoire**, Rennes, Presses Universitaires de Rennes, 2012, p. 129-142.

SAID, Edward W. **Orientalismo: o oriente como invenção do ocidente**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SANTOS, Marcela Mendes. **O ballet no século XIX: declínio e ascensão na Europa das revoluções e dos impérios**. 2011. 50 f., il. Monografia (Bacharelado/Licenciatura em História) - Universidade de Brasília, Brasília, 2011. Disponível em: <https://bdm.unb.br/handle/10483/2773>. Acesso em: 27 nov. 2023.

SILVA, L. L. S. da. O embate entre Edward Said e Bernard Lewis no contexto da ressignificação do Orientalismo. **Antropolítica - Revista Contemporânea De Antropologia**, [S.I] v. 1 n. 40. p. 281 - 306. 2016. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/antropolitica/article/view/41786/23779> Acesso em 16 out. 2023.

SOUZA, Stela Duarte de. **MARIUS PETIPA: Influências remanescentes do ballet clássico de repertório na atualidade**. 2015. 43 f. Monografia (Licenciatura em Dança) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/183428>. Acesso em: 27 nov. 2023

História Política e Estudos de Trajetórias: os casos das primeiras-damas Orsina da Fonseca e Nair de Teffé (1910-1924)

Political History and Trajectory Studies: the cases of first ladies Orsina da Fonseca and Nair de Teffé (1910-1924)

Bethânia Luisa Lessa Werner,¹ UFPEL

Resumo

A renovação de objetos e abordagens da História Política colaborou para a emergência de estudos como os de trajetórias e sociabilidades, instigando análises sobre a participação feminina na política. Nessa perspectiva, apresentamos possibilidades de análises a partir das trajetórias das primeiras-damas Orsina da Fonseca e Nair de Teffé na Primeira República (1910-1924). São analisadas fontes como: a imprensa do Rio de Janeiro através da Hemeroteca Digital Brasileira (1910-1924), os Anais do Senado Federal (1910-1914), o livro de Nair de Teffé, *A Verdade sobre a Revolução de 22* (1974) e a entrevista *Reivindicações Políticas* concedida por Nair de Teffé ao *Jornal de Petrópolis* em 1924. Assim, apresentamos observações preliminares sobre as trajetórias das personagens através do mapeamento de suas redes de sociabilidade e da análise de suas atuações políticas, evidenciando os protagonismos dessas mulheres naquele período.

Palavras-chave: Orsina da Fonseca; Nair de Teffé; trajetórias políticas; primeiras-damas; Primeira República.

Abstract

The renewal of objects and approaches to Political History contributed to the emergence of studies such as trajectories and sociability, instigating analyzes of women participation in politics. From this perspective, we present possibilities for analysis based on the trajectories of the first ladies Orsina da Fonseca and Nair de Teffé in the First Republic (1910-1924). Sources are analyzed such as: the press of Rio de Janeiro through the Hemeroteca Digital Brasileira (1910-1924), the Annals of the Federal Senate (1910-1914), the book by Nair de Teffé, *A verdade sobre a Revolução de 22* (1974) and the interview *Reivindicações Políticas* by Nair de Teffé to *Jornal de Petrópolis* in 1924. Thus, we present preliminary observations on the trajectories of the characters through the mapping of their sociability networks and the analysis of their political actions, highlighting the leading roles of these women in that period.

Keywords: Orsina da Fonseca; Nair de Teffé; political trajectories; first ladies; First Republic.

Introdução

Cercadas por estereótipos, as funções e os papéis sociais das primeiras-damas são, atualmente, pautas cada vez mais presentes no debate público. Dentre essas perspectivas, emergem principalmente duas atribuições principais associadas a essas mulheres: a de

¹ Mestranda no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL). Bolsista CAPES. Contato: bethaniawerner@hotmail.com

acompanhante do Chefe do Executivo ou a de defensora das causas sociais (Moreno, 2023). Noções relacionadas ao cuidado para com o próximo, o recato e a delicadeza, por exemplo, associadas enquanto “naturais” ao sexo feminino, aproximam – quando não restringem – as mulheres ao âmbito privado. No cenário brasileiro contemporâneo, porém, percebe-se um engajamento da atual primeira-dama, Rosângela Lula da Silva, em ressignificar a função de primeira-dama para além dessas duas esferas. Ao participar da reunião da Aliança de Cônjuges de Chefes de Estado e Representantes da América Latina e Caribe (ALMA), em julho de 2023, Janja destacou que compreende a atuação das primeiras-damas enquanto “amplificadoras e promotoras da paz e de políticas de apoio à participação política de mulheres e combate à misoginia” (Poder360, 2023). Nesse sentido, sua atuação, assim como a de outras primeiras-damas nacional e internacionalmente, permite que sejam discutidas as relações entre a participação política feminina, as relações de poder e as trajetórias dessas mulheres para além da figura de seus maridos.

Dadas as aproximações e os crescentes debates acerca da temática, os estudos sobre a participação feminina no campo político fazem-se, pouco a pouco, mais numerosos na historiografia. Nessa perspectiva, as discussões em relação aos âmbitos público e privado também emergem enquanto necessárias para as análises dessas atuações em diferentes períodos históricos. Compreendemos que em relação às fronteiras entre essas duas esferas, “[...] reina a heterogeneidade cultural – as singularidades próprias da sociodiversidade – que estão historicamente marcadas por assimetrias, por jogos de poder [...]” (Silveira, 2005, p. 20). Tais concepções colaboram na investigação das atuações políticas femininas, uma vez que essas encontram-se historicamente imersas em relações de poder e de gênero.

Além disso, destaca-se que “[...] ‘primeira-dama’ não é um título oficial, nem carrega prerrogativas ou direitos exclusivos, mas exerce, ou pode vir a exercer, papel de destaque na administração de seus cônjuges e no desenvolvimento de possíveis capitais políticos” (Rodrigues, 2019, p. 177). Esses capitais políticos, por sua vez, podem ser atravessados e constituídos por (ou através de) relações de gênero, conceito que compreendemos enquanto “uma questão de relações sociais dentro das quais os indivíduos e grupos atuam” (Connel, Pearse, 2015, p. 47), ultrapassando as perspectivas dicotômicas que excluem as diferenças entre homens e entre mulheres enquanto importantes para o conceito e suas possibilidades de leituras.

Dessa maneira, “o gênero é a estrutura de relações sociais que se centra sobre a arena reprodutiva e o conjunto de práticas que trazem as distinções reprodutivas sobre os corpos para o seio dos processos sociais” (Connel, Pearse, 2015, p. 48). Dessa forma, as interlocuções entre as áreas da História Social da Política e dos Estudos de Gênero na historiografia, apresentam novas possibilidades e objetos – dentre esses, as trajetórias e atuações femininas, que são objeto dessa pesquisa – para as investigações sobre o campo político. Ou seja, aliam-se as concepções de escrita da história e do contexto de sua produção pelos pesquisadores e pesquisadoras, ressaltando que as renovações do campo político – noção que permite “construir de maneira rigorosa essa realidade que é a política ou o jogo político” (Bourdieu, 2011, p. 194) – partem também do olhar que o historiador dirige ao seu objeto e, ainda, ao que pode ser objeto de estudo para a história política.

Com a ampliação teórica e de objetos, bem como com diálogos interdisciplinares, a chamada Nova História Política rompeu com abordagens que privilegiavam apenas um tipo de relação (Rémond, 2003, p. 36), fomentando espaços para investigações sobre grupos historicamente excluídos na historiografia, como os vínculos entre as mulheres e a política. Através desses diálogos e novas abordagens, portanto, emergem lacunas em relação à história das primeiras-damas. Algumas pesquisas já realizadas buscaram analisar essas mulheres, à nível nacional, enquanto agentes políticas para além das figuras de seus maridos, fosse ao longo de seus mandatos presidenciais ou em períodos anteriores ou posteriores. Dentre essas, destacam-se os trabalhos de Torres (2002) relacionado à investigação sobre a função de primeira-dama e a assistência social, permeadas por relações de gênero e poder, bem como os trabalhos de Rodrigues (2017, 2019, 2021) que investigou a atuação de Lúcia Braga na política local da Paraíba e, em estudos posteriores, dedicou-se às análises sobre o primeiro-damismo, observando os protagonismos e o envolvimento dessas mulheres com a cultura política nacional. Além dessas produções, destaca-se, ainda, a pesquisa realizada por Simili (2008) sobre a trajetória de Darcy Vargas, evidenciando as movimentações, atuações e influências políticas da personagem para além de Getúlio Vargas, seu marido.

Não temos o objetivo de esgotar aqui as menções às pesquisas realizadas sobre a temática, no entanto, buscamos demonstrar brevemente o quanto esse tipo de análise ainda demanda maior aprofundamento em relação a períodos mais recuados como o final do século XIX e o início do século XX. Com base nessas concepções e na percepção dessas lacunas, portanto, é que se desenvolve a presente pesquisa. Compreendendo a relevância de estudos

sobre trajetórias femininas relacionadas ao cenário político de diferentes períodos históricos e as novas possibilidades para os estudos sobre o político², buscamos analisar as atuações políticas das primeiras-damas Orsina da Fonseca e Nair de Teffé a partir do estudo de suas trajetórias e redes de sociabilidades ao longo da Primeira República no Brasil (1910-1924).

Enquanto mulheres e primeiras-damas, os papéis e atuações sociais que lhes eram previstos, o lugar que os jornais e os políticos homens esperavam que elas ocupassem e os comportamentos desempenhados pelas mesmas são importantes objetos de análise quando visamos compreender o cenário da política nacional. Nesse sentido, refletir sobre os meios sociais em que ambas estavam inseridas, os laços e alianças estabelecidos com outros agentes e as suas condutas enquanto representantes femininas, permite que as análises sobre a Primeira República privilegiem outras narrativas, não apenas as de figuras masculinas tradicionalmente presentes na historiografia sobre o período, ampliando, da mesma forma, as leituras sobre o político.

Para a realização dessa proposta de análise estão sendo utilizados diferentes conjuntos documentais, compreendendo a importância do cruzamento de informações das fontes para a elaboração de uma investigação que permita visualizar a complexidade das narrativas veiculadas por seus agentes. Da mesma forma, analisando diferentes tipos de fontes buscamos apreender “as diversas escolhas de um mesmo sujeito, bem como perceber as estratégias e projetos de indivíduos ou grupos”, além de compreender que “através das relações sociais e tensões também pode ser desvelada as disputas por poder e as nuances da política local” (Vendrame, 2016, p. 31), as quais, nesse caso, interseccionam-se à política nacional, dada a função ocupada pelas personagens aqui apresentadas.

Estão sendo analisados os discursos presentes nos Anais do Senado Federal entre os anos de 1910 e 1914, no contexto do mandato presidencial do Marechal Hermes da Fonseca, disponíveis no site do Senado Federal. A análise se direciona aos livros 1 ao 6, entre 1910 e 1911, e aos livros 1 ao 9 entre 1912 e 1914. Através da incorporação dessa documentação buscamos visualizar de que forma as primeiras-damas em questão eram representadas nos

² Para a concepção do estudo sobre o político, concordamos com Rémond (2003) quando o mesmo destaca que “[...] as escolhas políticas dos indivíduos não lhes são imperativamente ditadas pelo seu status socioprofissional, e que eles tomam muitas vezes partidos que não coincidem com seus interesses materiais” (Rémond, 2003, p. 446). Nesse sentido, ao propor a investigação das trajetórias de Orsina da Fonseca e Nair de Teffé, também consideramos a autonomia dos sujeitos e suas subjetividades (Levi, 1998), não os analisando enquanto imóveis ou presos a uma estrutura social.

discursos masculinos e de que maneira suas ações e/ou condutas eram consideradas adequadas ou não para mulheres da elite à época.

Além disso, também estão sendo analisados os jornais do Rio de Janeiro entre os anos de 1910 e 1924 a partir da ferramenta de buscas nominais no site da Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional. Sobre a metodologia adotada para com essa documentação, destacamos que “A utilização do ‘método onomástico’ tem se mostrado caminho vantajoso para analisar as trajetórias familiares e estratégias utilizadas pelos indivíduos”, além de entender que “O nome como objeto de estudo permite compreender classificações sociais e também o seu uso como uma maneira de estabelecer alianças e relações de parentesco” (Vendrame, 2016, p. 34). Destacam-se, dessa forma, dentre os inúmeros títulos presentes, os jornais *A Época*, *A Imprensa*, *A Noite*, *A Tribuna*, *Correio da Manhã*, *Jornal do Brasil*, *O Imparcial*, *O Paiz*, *O Seculo*. Em relação a essa documentação foram importantes os registros de “informações detalhadas sobre cada periódico estudado, o acervo, o volume de digitalizações, o período de publicações, seus donos, redatores, editores, jornalistas, suas imagens, gravuras, colunas, preço, circulação [...]” (Brasil, Nascimento, 2020, p. 212-213) visando compreender as formas de construção das representações das atuações políticas e das próprias primeiras-damas nesses espaços.

Além disso, o terceiro conjunto documental principal que faz parte dessa análise refere-se ao livro de memórias intitulado *A Verdade sobre a Revolução de 22*, escrito por Nair de Teffé e publicado no ano de 1974. Dividida em duas partes, na primeira apresenta-se uma narrativa referente aos aspectos da sua infância da personagem, bem como sua juventude e vida adulta, destacando sua trajetória artística, intelectual e, especialmente, acontecimentos relacionados ao seu casamento com o Marechal Hermes da Fonseca, além de relatos sobre a vida do casal até 1923 quando do falecimento de Hermes. Nessa narrativa, Nair de Teffé evidenciou inúmeros acontecimentos políticos e, com o filtro de suas lembranças e esquecimentos, permite que sejam observadas as suas percepções sobre o cenário político daquele período. Já a segunda parte da obra é composta por uma reunião de caricaturas produzidas pela personagem, tanto ao longo da Primeira República quanto já nas décadas de 1960 e 1970, materiais que também permitem analisar suas relações com o meio político em variados momentos em sua trajetória.

Partindo da análise de categorias como as redes de sociabilidades e as trajetórias dessas mulheres, buscamos evidenciar os protagonismos por elas exercidos, bem como os

limites impostos as suas atuações políticas. Da mesma forma, perspectivas relacionadas ao estudo da história das elites também se fazem presentes, compreendendo que o próprio uso da noção de elite pela historiografia contribui para “[...] dar conta, através de uma microanálise dos grupos sociais, da diversidade, das relações e das trajetórias do mundo social” (Heinz, 2006, p. 8). Da mesma forma, o autor destaca que “a opção pelas elites é, aqui, antes de tudo, uma solução de escala, uma chave metodológica para perscrutar a complexidade do social a partir do enfoque em universos de análise ao mesmo tempo reduzidos e abundantes em informações sociais” (Heinz, 2006, p. 10). Contudo, quando relacionado às mulheres, essa abundância de fontes nem sempre é experimentada na prática historiográfica que busca analisa-las, sendo necessário a recorrência a outras abordagens como o mapeamento e o estudo de suas redes de sociabilidades.

Com base nessas concepções, o presente artigo destaca, num primeiro momento, discussões teóricas sobre o conceito de trajetória e apresenta as duas personagens que estão sendo analisadas nessa pesquisa. Buscamos introduzir o leitor a algumas das relações estabelecidas entre as famílias Fonseca e Teffé, as aproximações e distanciamentos entre suas trajetórias e as distintas redes de sociabilidade nas quais Orsina da Fonseca e Nair de Teffé inseriram-se. Em seguida, apresentamos algumas das análises já realizadas sobre as atuações políticas dessas mulheres, destacando o caráter preliminar dessas considerações, visto que essa pesquisa está em andamento no momento de produção dessa publicação. Da mesma forma, buscamos discutir quais foram os distanciamentos e quais foram as aproximações entre as trajetórias, estabelecendo paralelos ou diferenciações. À guisa de algumas considerações finais, retomamos as hipóteses que apontamos, confrontando-as com os exemplos apresentados ao longo do artigo, com o objetivo de discutir possibilidades e relações entre as trajetórias de Orsina da Fonseca e Nair de Teffé, reforçando a importância desse tipo de investigação no campo historiográfico e a emergência de atenção aos novos objetos e abordagens no campo da História Política.

O político e as mulheres: Orsina da Fonseca e Nair de Teffé

A partir das renovações que caracterizaram o campo da História Política na virada do século XIX para o século XX, novos objetos foram incorporados à área, trazendo novas perspectivas e olhares sobre o político. As transformações ao longo da história da historiografia fizeram com que, por algum tempo e sob influência das inovações trazidas por

correntes teóricas como a Escola dos Annales, a história política fosse caracterizada enquanto “factual, subjetivista, psicologizante, idealista [...]”, fazendo com que a área reunisse “[...] todos os defeitos do gênero de história do qual uma geração almejava encerrar o reinado e precipitar a decadência” (Rémond, 2003, p. 18). Esse descrédito pelo qual os estudos sobre o político foram relegados durante o período foi, no entanto, temporário.

Considerando suas transformações e a concepção de que “o universo político está em expansão” (Rémond, 2003, p. 23), além da incorporação de novos questionamentos e objetos à história política, também sofreu modificações o “olhar que o historiador dirige ao político” (Rémond, 2003, p. 22). Com o alargamento de abordagens, diálogos interdisciplinares foram sendo estabelecidos, dando origem a campos como a História Social da Política. Com base no estudo de trajetórias de indivíduos ou grupos sociais, bem como suas sociabilidades e alianças, essa abordagem permite que sejam observadas as esferas macro e micro de diferentes contextos históricos, a partir do direcionamento do olhar do historiador a algum(as) personagens, compreendendo que “a escolha do individual não é vista aqui como contraditória a do social” (Revel, 1998, p. 21).

Nessa perspectiva, destacam-se os diálogos e intersecções com a História das Mulheres e os Estudos de Gênero, para essa pesquisa, considerando que “nos anos 1990, a história política e a história das mulheres passaram a compartilhar alguns pressupostos que as aproximam” (Simili, 2008, p. 13), como, por exemplo, a incorporação de novas formas de abordar seus objetos de estudo. Todavia, a autora também afirma que

[...] um dos problemas destacados por aqueles que estudam política e mulheres é a desigual presença e participação dessas personagens no cenário nacional e, por consequência, a dificuldade enfrentada para a obtenção de fontes de pesquisa que permitam conhecer e avaliar as experiências femininas e políticas do passado (Simili, 2008, p. 14).

Contudo, considerando as investigações acerca das redes de sociabilidade das personagens, bem como suas trajetórias enquanto mulheres da elite carioca na Primeira República, alia-se à nossa análise a elaboração de uma História Social das Elites. Essa, por sua vez, busca acionar o próprio conceito de elite para “[...] dar conta, através de uma microanálise dos grupos sociais, da diversidade, das relações e das trajetórias do mundo social” (Heinz, 2006, p. 8). Ainda conforme Heinz, essa abordagem metodológica busca “[...] compreender, através da análise mais ‘fina’ dos atores situados no topo da hierarquia social, a complexidade de suas relações e de seus laços com o conjunto ou com setores da sociedade”

(Heinz, 2006, p. 8). Dessa maneira, ao propor o estudo das atuações políticas das primeiras-damas Orsina da Fonseca e Nair de Teffé a partir de suas redes de sociabilidade, mas também a partir de suas trajetórias, cabe evidenciar a partir de qual abordagem compreendemos a análise de trajetórias.

Assim, consideramos a noção de trajetória apresentada por Bourdieu, sendo essa uma “uma série de posições sucessivamente ocupadas por um mesmo agente (ou um mesmo grupo) num espaço que é ele próprio um devir, estando sujeito a incessantes transformações” (Bourdieu, 1998, p. 189). Da mesma forma, Dal Forno aponta que

[...] a análise de uma trajetória social de um agente encontra-se intimamente relacionado com os espaços sociais pelos quais este percorreu (ambiente familiar, instituição escolar, partido político, edição e redação de um jornal, etc.) e pelos recursos e atributos (capital cultural, econômico, intelectual, social, etc.) que foi capaz de adquirir, reproduzir, ampliar, acionar e mobilizar durante esta trajetória (Dal Forno, 2017, p. 163).

A partir disso, cabe discorrer sobre quem foram as mulheres que são objeto de estudo dessa pesquisa: Orsina da Fonseca e Nair de Teffé. A análise das trajetórias políticas das personagens, bem como de suas redes de sociabilidade, é marcada por diferenças e aproximações. Orsina Francioni da Fonseca (1859-1912), filha de Pedro Paulino da Fonseca e Francisca Catarina Francioni, foi a primeira esposa de Hermes da Fonseca e, portanto, a primeira primeira-dama durante seu mandato enquanto Presidente da República no quadriênio 1910-1914. Nessa função, apesar das condutas e comportamentos esperados e, em alguns momentos, impostos às mulheres naquele período, Orsina teve uma atuação política de destaque, evidenciando seu protagonismo em diferentes âmbitos do cenário público e político. Dentre essas, destacam-se seus vínculos com o Partido Republicano Feminino (PRF), fundado em 1910 e sua preocupação com os problemas e causas sociais. A partir de uma rede de sociabilidade com maior presença feminina entre seus círculos sociais, Orsina da Fonseca, apesar de descrita enquanto um “exemplo de marechala” justamente por não se envolver com a política presidencial e suas articulações durante o período, exerceu seu protagonismo através de suas atuações políticas por outras vias, as quais discutiremos no tópico seguinte.

Já em uma relação de contraste, a segunda esposa do Marechal Hermes da Fonseca teve sua trajetória caracterizada pelo envolvimento mais direto com a administração e com as ações presidenciais durante o período de 1913 e 1914. Nair de Teffé von Hoonholtz Hermes da Fonseca (1886-1981), filha do almirante Luiz von Hoonholtz – o barão de Teffé – e Maria

Luísa Dodsworth, foi a segunda primeira-dama do Marechal Hermes da Fonseca. Em sua narrativa na obra pretendida autobiográfica e intitulada *A Verdade sobre a Revolução de 22* (1974), Nair de Teffé descreveu diferentes memórias que guardou ao longo dos anos, sendo possível observar que ao longo da narrativa sua descrição se detém mais detalhadamente sobre o período de seu casamento e, conseqüentemente, o ambiente político da Primeira República e alguns dos adversários políticos do Marechal Hermes da Fonseca – de modo especial, nas palavras da personagem, “Ruy Barbosa, chefe da oposição, líder do ‘civismo’, adversário impiedoso [...]” (Fonseca, 1974, p. 114).

Incorporando algumas das rivalidades políticas do marido naquele momento, portanto, Nair de Teffé apresentou outra postura diante da ocupação da função de primeira-dama. Esse lugar, portanto, destaca-se não enquanto um título oficial ou com prerrogativas ou exclusividades, mas enquanto uma função que “exerce, ou pode vir a exercer, papel de destaque na administração de seus cônjuges e no desenvolvimento de possíveis capitais políticos” (Rodrigues, 2019, p. 177). Contudo, ainda que com diferenças entre si, ambas as personagens estabeleceram vinculações com o âmbito político naquele período, mas não só, criando vínculos inclusive entre suas próprias famílias, ainda antes do falecimento de Orsina da Fonseca em 1912.

A relação entre as famílias Fonseca e Teffé passa, por sua vez, pelas figuras masculinas e as redes de alianças estabelecidas pelos mesmos. Destaca-se, dentre essas aproximações, o cargo de Secretário da Presidência no governo de Hermes da Fonseca, presidido por Álvaro de Teffé, irmão de Nair de Teffé. Além disso, os contatos entre as famílias e possivelmente entre as personagens também pode ser percebido quando realizadas exposições das caricaturas produzidas por Nair de Teffé e a presença do casal Fonseca (O Paiz, 08/06/1912, p. 5) ou quando da oferta de jantares por Álvaro de Teffé e sua esposa, Nicola de Teffé, à Orsina da Fonseca, tendo junto aos demais convidados, a presença de Nair de Teffé (A Imprensa, 20/08/1912, p. 3).

Nessa perspectiva, mesmo com trajetórias aparentemente distantes e distintas entre si, assim como suas redes de sociabilidade, algumas aproximações ou contatos podem ser visualizados entre as personagens. Enquanto mulheres da elite na Primeira República e enquanto primeiras-damas, suas atuações políticas transitaram entre as fronteiras dos âmbitos público e privado em diferentes situações, articulando o papel social que lhes era posto, as

condutas que lhes eram esperadas e, principalmente, suas escolhas e individualidades frente a esses contextos. Vejamos alguns deles.

As atuações políticas

Contava 26 de outubro de 1914. Nesta data, no Palácio do Catete, realizou-se a última recepção oficial do mandato presidencial do Marechal Hermes da Fonseca, a qual ficou conhecida carinhosamente enquanto Noite do Corta Jaca. Celebrada em meio a presença do corpo político e diplomático brasileiro, bem como com a presença de representantes internacionais, a festividade contou com a interpretação da então primeira-dama Nair de Teffé Hermes da Fonseca, ao lado do músico Catulo da Paixão Cearense, da canção composta por Chiquinha Gonzaga, intitulada Corta Jaca. A partir desse acontecimento, Nair de Teffé conseguiu animar “os espíritos ilustres e oficiais de seus convidados com uma programação musical um tanto inusual para a ocasião” (Nascimento, 2017, p. 39). Acompanhada pelo violão, considerado um instrumento boêmio à época, a primeira-dama interpretou a canção mencionada, a qual aproximava-se do maxixe, gênero musical que “começava a expressar novas maneiras de lidar com o corpo e a sexualidade, tensionando certas convenções da economia simbólica do erotismo” (Nascimento, 2017, p. 51). Escandalizada, a oposição não deixou passar.

Nos dias seguintes àquela que, segundo Nair de Teffé, foi considerada uma noite “prafrentex” (Fonseca, 1974), a oposição não se silenciou acerca do suposto ataque à moralidade e aos bons costumes da nação. Centralizando as críticas tanto no governo de Hermes da Fonseca, quanto na figura da primeira-dama, o senador Ruy Barbosa levou sua indignação ao âmbito do Senado Federal. Em 11 de novembro de 1914, ao discursar em uma das sessões parlamentares, Ruy Barbosa faz menções às primeiras-damas no governo do Marechal, comparando suas atuações e expressando sua opinião sobre as condutas das duas mulheres.

Tanto Orsina da Fonseca quanto Nair de Teffé foram mencionadas nessa fala do senador. Em relação à primeira personagem, Ruy Barbosa elabora uma narrativa que a coloca enquanto um exemplo de mulher, de primeira-dama e de mãe, reforçando estereótipos tradicionais esperados das mulheres – principalmente as mulheres das elites – durante a Primeira República. Ao mencioná-la, descreve Orsina da Fonseca enquanto um “exemplo de primeira marechala, cuja discrição não assumiu jamais a menor parte na vida oficial do

presidente” (Anais do Senado Federal, 1917, p. 110). Em seguida, ao evocar a figura da então falecida primeira-dama, Ruy Barbosa a descreve a partir de vocativos como “Santa Senhora”, “consorte fiel do seu marido” e como uma “mãe desvelada de seus filhos” (Anais do Senado Federal, 1917, p. 110), possibilitando identificar a opinião do político em relação à Orsina da Fonseca. Ou seja, segundo as descrições apresentadas nesse discurso de Ruy Barbosa, é possível que Orsina da Fonseca seja percebida enquanto uma mulher ausente e pouco participativa em discussões sobre aspectos públicos e especialmente políticos. Entretanto, tal perspectiva não encontra sustentação quando da investigação da trajetória e das redes de relações da personagem.

Como mencionado anteriormente, ainda no ano de 1910 foi fundado o Partido Republicano Feminino (PRF), ao qual Orsina da Fonseca prestou apoio. Considerada amiga íntima de uma das fundadoras do PRF, a professora e indigenista Leolinda Daltro, a primeira-dama a recebia “na casa presidencial [...] aprovando a causa feminista por ela sustentada” (Schumacher, Brazil, 2000, p. 462). Além disso, também relacionado ao partido podem ser observadas a amizade entre Orsina da Fonseca e a poetisa Gilka Machado, colaboradora do PRF, e a criação da Escola Orsina da Fonseca, “em homenagem à Exma. esposa do Sr. Presidente da Republica” (O Paiz, 26/05/1911, p. 7).

Nesse contexto, na cerimônia de inauguração da referida escola, o discurso oficial foi realizado por Gilka Machado, a qual “depois de traçar o papel da mulher na sociedade, ofereceu o título de protetora à Exma. Sra. D. Orsina da Fonseca, ‘em nome da família, do sexo, do partido feminino e como um culto à mulher, à mãe, à esposa virtuosa’.” (O Paiz, 19/06/1911, p. 6). A partir do pequeno trecho podem ser discutidas as relações entre os ideais de mulher e de família ao longo do começo do século XX, os quais passaram por distintas transformações através da abolição da escravidão no final do século XIX. O ideal feminino, desse modo, encontrava-se relacionado a concepção de “uma mãe dedicada que dispensava especial atenção ao cuidado e à educação dos filhos [...] responsabilizando-se também pela ‘formação moral’ das crianças”, além da mulher que seria uma “esposa afetiva, ainda submissa ao marido, mas não mais completamente sem voz” (Scott, 2018, p. 17). Inserida em vários destes ideais, a imagem de Orsina da Fonseca constrói-se rodeada por ideais de afeto, maternidade e feminilidade exemplares.

Da mesma maneira, as concepções acerca dos papéis dessa mulher construída socialmente enquanto um exemplo, relacionavam-se a perspectiva de que “a mulher estaria

voltada inteiramente aos afazeres do lar, o espaço feminino por excelência, ao passo que o espaço público seria o domínio dos homens” (Scott, 2018, p. 17). Ao trazer para dentro de seu lar não apenas mulheres que defendiam e lutavam pelos direitos das mulheres durante a Primeira República, mas ideais e concepções políticas a sua própria atuação, Orsina da Fonseca transitou entre as fronteiras dos âmbitos público e privado, mesclando-os e construindo a partir disso, parte de sua atuação e trajetória políticas. Essas, por sua vez, seguiram sendo lembradas até mesmo após o seu falecimento, como quando do discurso de Leolinda Daltro em sua homenagem ao lembrar que: “Hoje, procurando o teu tumulo, procuro a mansão da eternidade onde o teu silencio é a revelação da recompensa de Deus às tuas dores, aos teus sacrifícios, aos momentos dolorosos e mudos das tuas lágrimas...” (O Paiz, 03/11/1913, p. 3). Ainda relacionado aos ideais femininos construídos naquele período, o trecho em questão permite que sejam estabelecidas relações sobre os silêncios na própria elaboração das Histórias das Mulheres. Considerado um “mandamento reiterado através dos séculos pelas religiões, pelos sistemas políticos e pelos manuais de comportamentos”, o silêncio das mulheres, segundo Perrot, é também um “silêncio no espaço público, onde sua intervenção coletiva é assimilada à histeria do grito [...]” e, “até mesmo na vida privada” (Perrot, 2005, p. 9-10). Ainda assim, compreendido enquanto um modelo de comportamento relacionado à formação da sociedade em que estavam inseridas essas mulheres, o silêncio também pode colaborar para a análise de suas atuações políticas, sejam elas elaboradas em âmbito público ou privado.

Ainda em relação ao discurso de Ruy Barbosa na sessão de 11 de novembro de 1914, a primeira-dama Nair de Teffé também foi descrita. Em contraste às condutas e atitudes atribuídas à Orsina da Fonseca, a segunda personagem apresenta características que indicam permanências, mas também rupturas em relação ao desempenho das funções sociais enquanto primeira-dama. Nair de Teffé von Hoonholtz Hermes da Fonseca (1886-1981), filha do almirante Luiz von Hoonholtz – o barão de Teffé – e Maria Luísa Dodsworth, foi a segunda esposa do Marechal Hermes da Fonseca, sendo o matrimônio realizado em dezembro de 1913. Em sua narrativa na obra pretendida autobiográfica e intitulada *A Verdade sobre a Revolução de 22* (1974), Nair de Teffé descreveu diferentes memórias que guardou ao longo dos anos, sendo possível observar que ao longo da narrativa sua descrição se detém mais detalhadamente sobre o contexto de seu casamento e, conseqüentemente, o cenário político da Primeira República e algumas das personalidades tidas enquanto oposição ao Marechal

Hermes da Fonseca – de modo especial, nas palavras da personagem, “Ruy Barbosa, chefe da oposição, líder do ‘civismo’, adversário impiedoso [...]” (Fonseca, 1974, p. 114).

Incorporadas as rivalidades políticas, Nair de Teffé foi alvo de críticas por políticos da época que consideravam que a primeira-dama tinha condutas, por vezes, inadequadas, como quando da realização da Noite do Corta Jaca. No discurso crítico de Ruy Barbosa sobre o acontecimento, após evidenciar elogiosamente as características e a personalidade de Orsina da Fonseca, o senador descreveu Nair de Teffé enquanto “[...] uma figura de relevo no protocollo, na cômte presidencial, no seu ascendente notório sobre o exercício da autoridade suprema” (Anais do Senado Federal, 1917, p. 110), referindo-se a ela como uma possível influenciadora sobre as ações do governo e, principalmente, do Marechal Hermes da Fonseca. O senador exemplifica, ainda, sua argumentação a partir da associação entre a prisão do jornalista Edmundo Bittencourt, do *Correio da Manhã*, com “á vontade imperativa da mulher do presidente” e, além disso, em um trecho seguinte, destacou que: “Exercer impunemente uma tal influencia, ainda ninguém o conseguiu, nem o conseguirá nunca” (Anais do Senado Federal, 1917, p. 110). Em relação a essa acusação, a imprensa também se posicionou. Uma carta do diretor do jornal *A Epoca* foi publicada na imprensa e, em trechos da mesma, é possível novamente encontrar menções à primeira-dama. Algumas das prisões ocorridas em virtude da declaração do Estado de Sítio eram atribuídas, dessa maneira, à Nair de Teffé, destacando novamente a prisão de Edmundo Bittencourt quando o autor da carta escreveu: “[...] sei que esse nosso distinto amigo foi preso por ordem expressa da virtuosa esposa do venerado presidente, a Serenissima Senhora Dona Nair de Teffé von Honholtz Hermes Rodrigues da Fonseca” (*A Epoca*, 31/10/1914, p. 1). Além disso, Ruy Barbosa destacou a participação de Hermes da Fonseca no envolvimento mais direto da primeira-dama em assuntos políticos, evidenciando que

Aqui o marechal, não se conformando com a situação retrahida que se reserva em França e nos Estados Unidos, ás mulheres dos presidentes, conduziu por sua mão a esposa ao proscenio da vida official, e sentou a eleita do seu coração ao seu lado na omnipotência da sua dictadura (Anais do Senado Federal, 1917, p. 111).

Ou seja, a partir das representações concebidas pelo senador em relação às duas personagens enquanto mulheres e primeiras-damas, é possível perceber algumas das concepções vigentes sobre elas naquele período. Sobre Nair de Teffé, no entanto, destacam-se as críticas e desaprovações de condutas, demonstrando que mesmo passando pouco tempo

enquanto primeira-dama no Catete, “[...] a sua passagem, com toda certeza, está entre aquelas que mais revolucionaram esse próprio Palácio que lhe serviu de palco para performances artísticas e atuações políticas”. (Chagas, 2016, p. 65). Enquanto caricaturista, porém, sua resposta aos insultos direcionados a ela e ao Marechal vieram a partir desse campo e, mais especificamente, a partir de uma caricatura que evidenciava o senador Ruy Barbosa de maneira cômica. Já em relação às prisões mencionadas e atribuídas apenas à sua vontade, em suas memórias, Nair de Teffé silenciou. Fossem as versões da primeira-dama, fossem as versões do senador ou os discursos da imprensa na época, torna-se imperativo considerar que a atuação política da personagem e a sua influência no meio eram balizadas tanto pelo seu contrato de casamento quanto por sua trajetória enquanto caricaturista (Werner, 2022).

Assim, através desses recortes do discurso mencionado e da veiculação de ambas as personagens pelas páginas de alguns jornais do Rio de Janeiro, são observadas perspectivas sobre como ambas as mulheres eram representadas politicamente. Dessa forma, ainda que envolvidas em relações de poder assimétricas, ambas as personagens construíram trajetórias políticas, fossem elas consideradas adequadas ou não pelas personalidades masculinas do período.

Considerações finais

À despeito de essa ser uma pesquisa em andamento, buscamos apontar algumas considerações acerca de nosso objeto de pesquisa. Dentre essas destacam-se a existência das atuações políticas de Orsina da Fonseca e Nair de Teffé no contexto da Primeira República, através de articulações possíveis às mulheres que ocupassem a função de primeira-dama naquele período. Dessa maneira, por meio da compreensão das relações de gênero e poder em que estavam inseridas ambas as personagens, buscamos evidenciar algumas das diferenças e das aproximações entre as duas trajetórias. A partir da presente pesquisa buscamos demonstrar caminhos e possibilidades para o estudo da chamada Nova História Política, seja através do estudo de trajetórias, das elites e/ou de diferentes abordagens para as investigações sobre esses objetos.

Da mesma forma, buscamos demonstrar alguns dos protagonismos das personagens em diferentes esferas e campos sociais, bem como a representação de suas condutas através dos discursos masculinos, contrapondo concepções como as de que “ser mulher na política, ou ainda, ser uma ‘mulher política’, parece a antítese da feminilidade [...]” (Perrot, 2019, p. 153).

Em relação ao contexto brasileiro na década de 1910, destacam-se os “aparatos jurídicos que fundamentavam os laços de casamento e a política matrimonial”, os quais apresentavam-se de modos bastante “[...] claros e bem definidos no sentido de determinar os papéis sociais a serem desempenhados por homens e mulheres após as núpcias” (Galetti, Simili, 2013, p. 131). Ou seja, enquanto mulheres e primeiras-damas, seus papéis e funções sociais eram regidos por concepções excludentes, as quais buscavam limitar suas atuações em diferentes campos, como o político, por exemplo, voltando-as para o ambiente privado. Além disso, ao olhar para o cenário político do Rio de Janeiro no início do século XX, no qual inserem-se as trajetórias das personagens aqui analisadas, vários outros contextos se misturavam com o amadurecimento da República e com as articulações em torno da mesma. Nessa perspectiva, “[...] os produtos culturais em circulação retraduziam simbolicamente as clivagens e contradições sociais de um lugar em processo de modernização” (Nascimento, 2017, p. 48), o qual, como buscamos apresentar, também pode ser lido através do protagonismo e da atuação política das primeiras-damas. Logo, o processo de modernização em que se inseria a capital federal naquele momento pode ser considerado enquanto plano de fundo do episódio aqui analisado. Em decorrência disso, são reforçados os argumentos dos críticos da Primeira República de que “seus políticos e intelectuais não teriam conseguido associar as manifestações populares, suas peculiaridades e potencialidades, à identidade da nação e da arte brasileiras” (Abreu, Gomes, 2009, p. 10).

Assim, cruzando algumas fronteiras entre os âmbitos público e privado, tanto Orsina da Fonseca quanto Nair de Teffé foram primeiras-damas presentes, políticas e participantes. Em diferentes níveis e de diferentes formas, suas trajetórias políticas foram sendo elaboradas e a análise das mesmas pode colaborar em leituras que proporcionem outras perspectivas acerca dos contextos da Primeira República, assim como a ampliação de olhares sobre o estudo do político através de novas abordagens, objetos e perspectivas.

Fontes

FONSECA, Nair de Teffé Hermes da. *A verdade sobre a Revolução de 22*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Gráfica Portinho Cavalcanti LTDA, 1974.

Hemeroteca Digital Brasileira

A Epoca, Rio de Janeiro, 31 de outubro de 1914, p. 1

A Imprensa, Rio de Janeiro, 20 de agosto de 1912, p. 3

O Paiz, Rio de Janeiro, 08 de junho de 1912, p. 5

O Paiz, Rio de Janeiro, 26 de maio de 1911, p. 7

O Paiz, Rio de Janeiro, 19 de junho de 1911, p. 6

O Paiz, Rio de Janeiro, 03 de novembro de 1913, p. 3

Anais do Senado Federal

FEDERAL, Annaes do Senado. **Sessões de 1 a 30 de novembro de 1914**. Volume VII. Congresso Nacional. Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1917.

Imprensa

MORENO, Maís. **Primeiras-damas: dos estereótipos à regulamentação**. Opinião: Congresso em Foco. Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/area/governo/primeiras-damas-dos-estereotipos-a-regulamentacao/> Acesso realizado em 14/10/2023.

PODER360. **Janja se reúne com primeiras-damas de América Latina e Caribe**. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/governo/janja-se-reune-com-primeiras-damas-da-america-latina-e-caribe/> Acesso realizado em 14/10/2023.

Referências Bibliográficas

ABREU, Martha; GOMES, Angela de Castro. A nova ‘Velha’ República: um pouco de história e historiografia. **Revista Tempo-UFF**, v.19, n. 35, p. 1-14, 2009.

BOURDIEU, Pierre. A Ilusão Biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes, AMADO, Janaína (Org.) **Usos e Abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: FGV, 1998, p. 183-191.

BRASIL, Eric; NASCIMENTO, Leonardo Fernandes. História digital: reflexões a partir da Hemeroteca Digital Brasileira e do uso de CAQDAS na reelaboração da pesquisa histórica. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 33, n. 69, p. 196-219, jan./abr. 2020.

CONNELL, Raewyn; PEARSE, Rebecca. A questão do gênero. In: CONNELL, Raewyn; PEARSE, Rebecca. (org.) **Gênero: uma perspectiva global**. Tradução de Marília Moschkovich. São Paulo: nVersos, 2015, p. 29-50.

CHAGAS, Mario. Nair de Teffé: Uma mulher entre a arte e a política. In: ASSIS, Maria Elisabete Arruda de. SANTOS, Taís Valente dos. **Memória Feminina: Mulheres na História – História de Mulheres**. Editora Massangana. Recife, 2016, p. 58-65.

DAL FORNO, Rodrigo. Pierre Bourdieu e Jean-François Sirinelli: aproximações, possibilidades e usos para o estudo da trajetória de lideranças políticas no Brasil republicano. In: MARTINS, Luis Carlos dos Passos. (org.) **Pensar a História com e além de Bourdieu: experiências de pesquisa**. Porto Alegre, RS: Editora Fi. 2017, p. 157-177.

GALETTI, Camila Hildebrand. SIMILI, Ivana Guilherme. Mulheres, casamento e política: a artista e primeira dama Nair de Teffé. **Revista CDHIS**, Uberlândia, v. 26, n. 1, p. 129-151, jan./jun. 2013.

- HEINZ, Flávio Madureira. (org.). **Por outra história das elites**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.
- LEVI, Giovani. Usos da biografia. In: FERREIRA, Marieta de Moraes, AMADO, Janaína. (Org.) **Usos e Abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: FGV, 1998, p. 167- 182.
- NASCIMENTO, Rafael. Catete em ré menor: tensões da música na Primeira República. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**: Universidade Federal de Campinas, n.67, p.38-56, ago. 2017.
- PERROT, Michelle. **As mulheres ou os silêncios da história**. [Tradução: Viviane Ribeiro] Bauru, SP: EDUSC, 2005.
- PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. [tradução Angela M. S. Côrrea] 2ª ed. 6ª reimpressão – São Paulo: Contexto, 2019.
- RÉMOND, René. **Por uma história política**. [tradução: Dora Rocha] 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003
- REVEL, Jacques. Microanálise e construção do social. In.: REVEL, Jacques. (org.) **Jogos de escala: a experiência da microanálise**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998. p. 15-38.
- RODRIGUES, Dayanny Deyse Leite. **Mulheres e política no estado da Paraíba**: a atuação de Lúcia Braga em meio às práticas políticas locais. 213 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2017.
- RODRIGUES, Dayanny Deyse Leite. Ser coadjuvante ou protagonista no cenário político: o impasse das primeiras-damas. **Sæculum – Revista de História**, v. 24, nº 41, p. 176-195, 2019.
- RODRIGUES, Dayanny Deyse Leite. **"Primeiro damismo" no Brasil**: uma história das mulheres na cultura política nacional (1889-2010). Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2021.
- SCHUMACHER, Schuma. BRAZIL, Ético Vital. **Dicionário Mulheres do Brasil**: de 1500 até a atualidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.
- SCOTT, Ana Silvia. O caleidoscópio dos arranjos familiares. In: PINSKY, Carla Bassanezi. PEDRO, Joana Maria. **Nova História das Mulheres no Brasil**. 1ª ed. 3ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2018, p. 15-42.
- SILVEIRA, Flávio Leonel Abreu da. As Complexidades da noção de fronteira, algumas reflexões. **Caderno Pós Ciências Sociais**, São Luís – MA, v. 2 n. 3, p. 17-38, 2005.
- SIMILI, Ivana Guilherme. **Mulher e política**: a trajetória da primeira-dama Darcy Vargas (1930-1945). São Paulo: Editora UNESP, 2008.
- TORRES, Iraildes Caldas. **As primeiras damas e a assistência social**: relações de gênero e poder. São Paulo: Cortez, 2002.
- VENDRAME, Maíra Ines. **O poder na aldeia**: redes sociais, honra familiar e práticas de justiça entre os camponeses italianos (Brasil-Itália) – São Leopoldo: Oikos, Porto Alegre: ANPUH-RS, 2016.
- WERNER, Bethânia Luisa Lessa. **“Eu serei uma senhora importante. Vou ser muito importante”**: a trajetória política de Nair de Teffé na Primeira República (1910- 1922).

Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em História) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), Pelotas, 2022.

Pode o ensino de História falar em colonialismo digital?

Can history education address digital colonialism?

Natiele Gonçalves Mesquita,¹ UFPEL/SMED PELOTAS/SEDUC-RS

Resumo

Este trabalho pretende articular discussões iniciais da pesquisa em andamento no Programa de Pós-Graduação em História a respeito de colonialismo digital, História do Tempo Presente, Nova História Política, consciência histórica e ensino de História. Iremos delinear o trajeto da situação-problema de uso desregulado da Internet e redes sociais e possíveis implicações destas para as formulações da consciência histórica de estudantes do Ensino Fundamental. Este texto possui um caráter ensaístico e é fruto de formulações que partem da prática do ensino de História e relacionamento de ensino-aprendizagem com jovens na idade de 10 a 16 anos, que estudam entre o 6º e 9º anos.

Palavras-chave: Colonialismo digital; Consciência histórica; Ensino de história.

Abstract

This work aims to articulate initial discussions of ongoing research in the Postgraduate Program in History regarding digital colonialism, Present History, New Political History, historical consciousness, and the teaching of History. We will outline the trajectory of the problem situation of the unregulated use of the Internet and social networks and possible implications of these for the formulations of the historical consciousness of elementary school students. This text has an essayistic character and is the result of formulations that arise from the practice of teaching History and the teaching-learning relationship with young people aged 10 to 16, who study between the 6th and 9th grades.

Keywords: Digital colonialism; Historical consciousness; History education.

Preocupações iniciais

A partir da vivência em sala de aula em duas escolas públicas da cidade de Pelotas nos últimos 10 anos, observando as transformações após a pandemia de covid-19, tanto no que diz respeito a relacionamentos interpessoais, como compreensão e construção de conhecimento histórico, buscamos desenvolver um estudo a partir de um projeto de doutorado em História. Este projeto tem como objetivo, identificar a influência das redes sociais, publicidade e monopólio da indústria digital na consciência histórica de jovens que cursam e cursaram o Ensino Fundamental em duas escolas públicas da cidade de Pelotas, considerando o colonialismo digital e a acumulação primitiva de dados. O trabalho que se segue, é uma

¹ Graduada em História pela Universidade Federal de Pelotas, Mestra em História pela Universidade Federal do Rio Grande, Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pelotas. Leciona História no Ensino Fundamental nas redes Municipal e Estadual de Pelotas/Rio Grande do Sul.

discussão inicial das referências e raciocínios que articulam esta pesquisa, que se encontra inicial e em andamento.

Muito tem se falado a respeito das tecnologias na educação, metodologias ativas, educação 4.0 e inteligência artificial. As demandas por inovação tecnológica no mercado, se estendem ao desenvolvimento cognitivo e a lógica empreendedora está praticamente curricularizada na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) em sua dinâmica de habilidades. Da mesma forma, as plataformas educacionais estão tão presentes na educação que parecem quase “neutras”, mas em maioria são ligadas às big techs, como é o caso do Google Sala de Aula, ou dos próprios serviços de e-mail, que em 70% da utilização por universidades brasileiras, são de propriedade Google, segundo pesquisa do Observatório de Educação Viglada.²

O contexto educacional é um dos espaços de avanço das big techs, pois a expansão da captação e venda de dados e o lucro gerado em cima desta mercadoria, tem levado as empresas de tecnologia a se firmarem entre as mais valiosas. A educação é um dos mercados em crescimento, mas não o único.

Este contexto tem sido articulado na categoria colonialismo digital, que explicita a relação entre “uma nova partilha territorial do globo terrestre entre os grandes monopólios da indústria da informação” (Faustino, Lippold, 2023, p. 24), em que o sul global vira o “território de mineração extrativista de dados informacionais” (Faustino, Lippold, 2023, p. 24).

O tempo presente precisa ser considerado ao pensarmos a História ensinada. É necessário que a aula de História esteja no seu tempo, sendo compatível com as ferramentas disponíveis, mas ao mesmo tempo problematizando os fetiches. Porém, ainda temos lacunas em reflexões que abordem concretamente os sistemas de controle das big techs, que operam predatoriamente inclusive no desenvolvimento de crianças e adolescentes, influenciando a subjetividade de gerações através de inúmeros meios, que vão desde uma busca pessoal por aprovação, expressa na forma de like, até ficar a mercê de algoritmos desenvolvidos a partir de dinâmicas coloniais.

No cotidiano da sala de aula, nos deparamos com cenas em que todos e todas estudantes estão imersos em seus próprios mundos, de cabeça baixa, em seus smartphones, sentados em roda em seus grupos de amigos, mas muitas vezes, sem interagir. E nesse

² Disponível em: <https://educacaovigliada.org.br/pt/mapeamento/brasil/>. Acesso em: 02 mai. 2024.

momento nos perguntamos, o que fazer para despertar o interesse de quem tem ao seu dispor a dopamina em um clique, seja no TikTok, Instagram, FreeFire, Roblox, Supermarket, ou em outras redes, plataformas e jogos? Quais as consequências do uso desregulado e acrítico das redes sociais? Como lidar com uma disputa desigual entre entretenimento e conhecimento histórico?

A tecnologia acompanha a História da humanidade em seu desenvolvimento cognitivo e social desde seus primórdios. Porém, no atual desenvolvimento das forças produtivas, a popularização da tecnologia das coisas e a atuação desregulada das grandes empresas detentoras de monopólios de tecnologia (big techs), têm influenciado a construção da nossa consciência histórica de maneira silenciosa, conforme o filósofo sul-coreano Byung-Chul Han (2020) apresenta na obra *Psicopolítica: o neoliberalismo e as novas técnicas de poder*. Pouco se questiona os custos do progresso tecnológico, que implica questões sociais, econômicas, cognitivas e ambientais; mas muito se defende a plataformação da educação, a introdução das chamadas metodologias ativas de ensino, hibridismo e parcerias público-privadas.

Entendemos que é papel da aprendizagem histórica situar estudantes no presente a partir de uma leitura do passado. E uma das demandas da atualidade é a compreensão de uma ideia de soberania de dados ou algorítmica — definida por Sérgio Amadeu Silveira como a necessidade de entender a inteligência computacional como um bem comum livre (Silveira, 2021, p. 50) —, frente a colonização digital em curso.

A categoria colonização é útil para a compreensão do avanço de empresas monopolistas do Norte global no domínio de dados e indução psicológica ao consumo (Cassino, 2021, p. 27). A historiografia, à luz da Nova História Política e dos diálogos com a História do Tempo Presente, pode trazer contextualizações, comparações e metodologias de pesquisa que contribuam para uma compreensão do mundo em que vivemos e nas reflexões a respeito do desenvolvimento da consciência histórica no atual contexto.

A consciência histórica tem sido amplamente debatida pela área da educação-histórica a partir da perspectiva do filósofo e historiador alemão Jörn Rüsen, que defende a didática da História como sendo a finalidade da ciência da História, aproximando a teoria do ensino e valorizando as “características peculiares da história como campo de aprendizado” (2011, p. 31).

A consciência histórica dá estrutura ao conhecimento histórico como um meio de entender o tempo presente e antecipar o futuro. Ela é uma combinação complexa que contém a apreensão do passado regulada pela

necessidade de entender o presente e de presumir o futuro. Se os historiadores vierem a perceber a conexão essencial entre as três dimensões do tempo na estrutura da consciência histórica, eles podem evitar o preconceito acadêmico amplamente aceito de que a história lida unicamente com o passado: não há nada a se fazer com os problemas do presente e ainda menos com os do futuro (Rüsen, 2011, p. 36-37).

As discussões a respeito das tecnologias da informação e do ensino de História são ainda recentes e a literatura acadêmica tem caminhado para analisar o cenário. Editado em 2021, o livro *Ensino de História e internet: aprendizagens conectadas*, organizado por Osvaldo Rodrigues Jr. e Marcelo Fronza, traz diversos autores e perspectivas a respeito desta problemática. Se por um lado, temos o desafio de aprender a utilizar ferramentas digitais, pensando nas demandas e interesses da juventude, partindo de linguagens como memes, jogos e vídeos, por outro, temos o problema da acumulação primitiva de dados que

Refere-se, em primeiro lugar, à uma nova partilha do mundo que atualiza o imperialismo e o subimperialismo, ao reduzir o chamado Sul global a mero território de mineração extrativista de dados informacionais ou a consumidores retardatários de tecnologia.

No entanto, atualiza e viabiliza novas formas de exploração, opressão e controle político, ideológico e subjetivo, a partir de um fenômeno aqui nomeado como acumulação primitiva de dados (Lippold, Faustino, 2022, p. 58).

A historiografia, preocupada com o ensino de História e a História Pública, tem debatido também como as redes sociais têm contribuído para a disseminação do negacionismo, conforme infere e combate o trabalho de mestrado de Ianni Sousa Borges (2022). No contexto brasileiro, com o avanço do negacionismo e cortes de verbas de políticas públicas para educação nos recentes anos pós-golpe de 2016, o estudo de como estas dinâmicas agem sobre a juventude e seu livre arbítrio, bem como a popularização de perspectivas de soberania algorítmica se fazem urgentes.

É possível afirmar que estamos vivendo uma realidade disruptiva no campo tecnológico, psicológico e social, que se expressa na nossa ignorância a respeito do oferecimento gratuito de serviços de acesso e armazenamento de dados pelas big techs, incluindo dados de órgãos públicos como das Secretarias de Educação. Então, este trabalho se situa na encruzilhada dessas questões apresentadas, particularmente a relação que o ensino de História estabelece com novos costumes que estão sendo forjados a partir do uso constante de ferramentas digitais, como a naturalização do uso de smartphones no nosso cotidiano, e as

estruturas de exploração econômica a partir do acúmulo desta nova forma riqueza em forma de dados.

Ressaltamos que este texto não pretende demonizar a inovação, mas sim a apropriação da comunicação, privacidade e subjetividade pelo mercado. Afora isso, conforme a “crítica hacker-fanoniana”, a linguagem, tecnologia e técnica precisam ser descolonizadas (Faustino, Lippold, 2023, p. 197), pois o fetiche da tecnologia, o monopólio e a ignorância aos interesses das big techs nestes serviços reproduz uma série de desigualdades e promove novas ferramentas de exploração e opressão. Para os autores Deivison Faustino e Walter Lippold, que se debruçam a respeito do colonialismo digital, quando estes abordam a problemática da tecnologia como um fetiche, afirmam:

Ocorre que o fetiche não se reduz à naturalização da exploração; expressa-se também, pela aceitação do mito da neutralidade ou da incontrolabilidade - seja salvadora, seja amaldiçoadora - da tecnologia, como se ela própria não fosse fruto de relações sociais historicamente determinadas que a projetam de acordo com certas finalidades políticas, culturais e econômicas (Faustino, Lippold, 2023, p. 44).

Tendo acordo com a “crítica hacker-fanoniana” dos referidos autores e dialogando com as etapas de desenvolvimento da pesquisa e escrita da História de Rüsen, as “relações sociais historicamente determinadas” da nossa atualidade, bem como o processo colonial, são objetos do estudo e ensino de História e deve estar no horizonte do currículo desde sua base, principalmente em se tratando de Brasil, que é estruturado na colonização. Dessa forma, compreender a realidade pensando na aproximação das indagações do tempo presente da História e a utilizando como ferramenta pedagógica, cumprimos parte da função social da aula de História. Porém, além dos discursos, currículos e métodos, não podemos perder de vista o cotidiano e a cultura histórica a que a juventude estudante está imersa.

O caso do injustiçado da História Nikola Tesla: o presente para a História urge

“Defenda uma pessoa invisibilizada para ser homenageada”. Esta era a questão número 3 de uma proposta de atividade realizada com turmas de 7º e 8º anos do Ensino Fundamental regular e etapas 7 e 8 da modalidade de Educação de Jovens e Adultos, ao final do ano letivo de 2022. O trabalho era em grupo e partia de recortes que continham imagens e biografias de quatro personalidades históricas que tiveram suas estátuas atacadas em 2020 e 2021: Jefferson Davis, Cristóvão Colombo, Edward Colston e Borba Gato. Em turmas,

adiantamentos e escolas diferentes, nos chamou a atenção a defesa de uma pessoa considerada invisibilizada e que deveria, na visão de muitos estudantes, ser homenageada: Nikola Tesla.³

Por que determinados alunos, “coincidentemente” meninos e brancos, defendiam a mesma personalidade? Qual o motivo do fascínio que este personagem despertou? Quais os meios em que as informações sobre Nikola Tesla circundam naquele contexto? Quais os discursos propagados a respeito dele? Por que ele estava sendo considerado invisibilizado? Na sala de aula, essa figura que pouco conhecíamos passou a ser frequente nesse exercício de aula. Encontramos um vídeo de 2021 com 22.424.173 de visualizações⁴ no canal do Youtube *Nostalgia*, um dos vídeos mais assistidos do canal, o conclamando como “o inventor mais injustiçado da História”.

A hipótese em que se sustenta este trabalho, é que esse público se encontre em uma determinada bolha em que este conteúdo é difundido. O canal em questão, segundo Karina Oliveira Brito e Osvaldo Rodrigues Junior, inspira confiança entre jovens do Ensino Médio. Segundo os autores, os quatro principais aspectos que imprimem confiabilidade na interpretação dos estudantes observados: “1) confiança nas fontes; 2) confiança atribuída a qualidade da explicação; 3) confiança nos especialistas (historiadores); 4) confiança relacionada à audiência do comunicador” (Brito; Rodrigues Jr., 2021, p. 85). O estudo de Brito e Rodrigues Jr. corrobora com a abordagem de Sonia Meneses, de que a forma de comunicar a temática atrai e fideliza o público mais do que o seu conteúdo. Para Meneses, parte dessa historiografia midiática manipula informações, fontes e debates acadêmicos, em uma preocupação muito mais com o formato e alcance do que com a metodologia e ética (Meneses, 2019, p. 75). A autora chama de historiografia midiática, “toda a produção de leitura do passado que se ampara no universo dos meios de comunicação, em seus vários formatos, e que se destinam a grandes audiências” (Meneses, 2019, p. 73).

Brito e Rodrigues também advertem que a confiança acrítica às fontes reforçaria uma perspectiva tradicional ou positivista da História, algo que na ciência de referência da academia, a partir da Escola dos Annales, considera como vencida, porém, está presente na cognição histórica (Brito; Rodrigues Jr., 2021, p. 86). Apenas a descrição da fonte ou o acesso a mesma não é garantia de rigor científico, nem de compreensão de quadros analíticos

³ Segundo a Wikipédia: “Nikola Tesla foi um inventor, engenheiro eletrotécnico e engenheiro mecânico sérvio, mais conhecido por suas contribuições ao projeto do moderno sistema de fornecimento de eletricidade em corrente alternada”.

⁴ Até a data de submissão deste texto, em 17 de dezembro de 2023.

que contribuem para ler o mundo historicamente. Para a professora portuguesa da Universidade do Minho, Isabel Barca, “em História, a aprendizagem é orientada para uma leitura contextualizada do passado a partir da evidência fornecida por variadíssimas fontes” (Barca, 2006, p. 95).

No vídeo é reforçado o discurso das patentes que envolvem o nome de Tesla e é mencionada a propriedade do magnata Elon Musk⁵ de sua empresa. Suponho que a exaltação de Nikola Tesla se relacione com a propaganda da empresa de carros elétricos e baterias Tesla Motors, aliada ao enaltecimento da própria figura do bilionário. Aqui, insiro a hipótese de formação da subjetividade do sujeito-neoliberal, o reforço à meritocracia e a publicidade do sujeito empreendedor de si, tendo como modelo a figura de Elon Musk como alvo de consumo e interesse dessa geração ou de um grupo específico de jovens, gerando interesse nas mídias e redes sociais.

Para Cristiane Marinho, se alicerçando no pensamento de Pierre Dardot e Christian Laval, na formação do sujeito-neoliberal “prevalece o discurso da definição do homem desejoso de ser ‘bem-sucedido’, ter sucesso pelo próprio esforço empreendedor e, por isso, deve se deixar ser formado para alcançar seu objetivo de ser um empresário bem sucedido” (Marinho, 2019, p. 28). Dardot e Laval expõem as estratégias da educação formal e informal na formação desse “neossujeito”. Temos então, no campo da formalidade, o papel da Escola, das reformas educacionais, cortes de investimentos nos serviços públicos, privatizações e aqui insiro o papel da contratação das big techs, disfarçado de metodologia ativa de ensino-aprendizagem. No campo da informalidade, entre outros setores, considero as redes sociais um dos principais focos de propagação de ideias.

O contexto do colonialismo digital, em conformidade com a formação dos sujeitos-neoliberais, tem desenvolvido a subjetividade de crianças e adolescentes, influenciado na consciência histórica, nas formas de ler o mundo e agir sobre seu tempo. Assim, os conceitos de colonialismo e soberania se inserem, como uma proposição de reflexão na temporalidade do presente e no passado da História do Brasil. Maria Auxiliadora Schmidt afirma a respeito da consciência histórica:

⁵ Segundo a Wikipédia, Elon Musk: “é um empreendedor, empresário e filantropo sul-africano-canadense, naturalizado estadunidense. Ele é o fundador, diretor executivo e diretor técnico da SpaceX; CEO da Tesla, Inc.; vice-presidente da OpenAI, fundador e CEO da Neuralink; cofundador, presidente da SolarCity e proprietário do Twitter (X). Em 2023, ele era a pessoa mais rica do mundo, com um patrimônio líquido estimado em US\$ 225 bilhões de dólares, de acordo com o *Bloomberg Billionaires Index*.” É herdeiro de minas de esmeralda na Zâmbia e segundo o jornal Brasil de Fato, alvo de desconfianças na relação com o governo Bolsonaro e o favorecimento da rede de internet Starlink nos territórios Yanomamis, beneficiando o garimpo ilegal.

[...] é o local em que o passado é levado a falar e este só vem a falar quando questionado; e a questão que o faz falar origina-se da carência de orientação na vida prática atual, diante das suas experiências no tempo. Trata-se de uma lembrança interpretativa que faz presente o passado, no aqui e agora (Schmidt, 2008, p. 85).

As questões de indução de comportamento podem gerar perspectivas de orientação no tempo, formas de ler o passado e pensar sobre o presente, de maneira que precisamos investigar os vieses. O historiador Enrique Serra Padrós — ao analisar a perspectiva da História do Tempo Presente, da História Contemporânea e da História Imediata —, e se debruçando sobre o pensamento de Eric Hobsbawm e René Rémond, infere:

O desenvolvimento da História Imediata está vinculado ao intenso crescimento tecnológico, nos últimos anos, dos meios de comunicação e apresenta novos desafios aos historiadores diante da dinâmica colocada ao grande público, quais sejam: o imediatismo da veiculação das informações — simultaneamente à realização do evento —; a amplitude do seu alcance — direcionado à opinião pública mundial —; e uma relação, aparentemente paradoxal, entre subinformação e superinformação (quantidade de informação em detrimento da sua qualidade), o que, geralmente, resulta na construção de um conhecimento fragmentado, assistemático e que banaliza os elementos significativos para a sua compreensão (Padrós, 2004, p. 201).

De acordo com Padrós (2004), as tecnologias, a superprodução de informação, têm influenciado a forma como produzimos, armazenamos e analisamos a cultura histórica. O Tempo Presente se manifesta, comunica e expõe opiniões, porém, a preocupação com factualidade e cientificidade está em declínio e o negacionismo, em ascensão.

Trazendo a Internet e as redes sociais como ambiente de construção histórica, política, ideológica, cultural, a historiadora Débora El-Jaick Andrade aponta: “As pessoas ficam cada vez mais conectadas, quase que naturalmente condicionadas a tornarem-se usuárias das redes sem que estejam necessariamente habilitadas a compreender, distinguir e usar de modo eficiente o conhecimento disponível na Internet.” (Andrade, 2022, p. 202). Desta forma, podemos afirmar que as redes sociais têm grande interferência no cenário político e cultural. A autora afirma:

Nestes novos tempos, a historiografia é instada a incorporar conscientemente tal realidade, assim como a operacionalizar as interações que ocorrem na Internet, não apenas como um vasto universo de fontes para a pesquisa, mas também como possibilidades de delimitar, a partir deste, uma variedade de objetos de estudos para a Nova História Política, assim como para a História das Ideias, a História Cultural e a História Social. (Andrade, 2022, p. 181).

Desta forma, o presente trabalho se debruça com os desafios atuais de pensar o ensino de História brasileiro dentro do contexto de globalização, exploração de dados e consumo em massa. As transformações cognitivas que podem acarretar o atual cenário, precisam estar na ordem do dia das pesquisas acadêmicas para compreendermos a sociedade que vivemos e queremos transformar. Aqui, buscamos apresentar os principais argumentos para responder a pergunta que intitula esse trabalho. O isolamento da Didática da História no todo da historiografia, ficando a cargo de nichos específicos de acadêmicos, sendo pouco tocada pelo restante de historiadores e historiadoras, que em muito poderiam contribuir para a área, acaba comprometendo o combate à historiografia midiática anti-ética e negacionista.

Conclusões preliminares

A pesquisa que este trabalho se alicerça ainda está em fase inicial. Até o presente momento, estão sendo coletados em diário de campo, informações a respeito dos hábitos digitais observados no cotidiano da sala de aula em duas escolas da cidade de Pelotas, uma estadual e outra municipal, de Ensino Fundamental, de 6º a 9º ano. Também estão sendo quantificados os questionários aplicados no ano de 2023 a 242 estudantes e a 90 em 2024 a , igualmente com o objetivo de mapear os hábitos digitais e os interesses buscados nas redes sociais.

Os resultados preliminares apenas quantitativos que analisamos até então do total de 270 questionários respondidos, apresentou o *ranking* das três plataformas mais utilizadas: 1º- Youtube (utilizado por 78% dos estudantes atendidos pelo questionário); 2º- Tik Tok (76%); 3º- Whatsapp (73%). Dessa forma, se obtém a visualização que a plataforma de vídeos Youtube é alvo de interesse da maioria destes estudantes e logo na sequência, o Tik Tok, que propõe uma linguagem de abreviação de vídeos e aceleração de informações. Em seguida está o Instagram e o FreeFire, ressaltando que o questionário apresentava as opções de 16 aplicativos, em que podiam ser selecionadas diversas opções.

O questionário semi-estruturado contou com 18 perguntas, questionando sobre: nome, idade, gênero, identidade racial, o que gostam de fazer fora da escola, o que gostam e o que não gostam na escola, atividades preferidas na escola, preferências de séries, música, leituras, acesso a tecnologias (se possuem celular, computador de mesa/notebook, tablet, videogame), acesso a compras pela internet, acesso a sites e aplicativos, rede social mais usada, conteúdo acessado e preferência entre youtubers e influencers. Neste mesmo grupo de 270 estudantes

de 10 a 19 anos, também foi observada variações no que se refere a gênero, havendo características distintas de interesse e número de redes sociais visitas, que corroboram com a reprodução de estereótipos de gênero.

As próximas etapas da pesquisa visam o aprimoramento metodológico, visto que o questionário aplicado até então necessita de ajustes para ser reeditado e melhor aproveitado, principalmente no que se trata a uma visualização da influência da historiografia midiática na consciência histórica. Somando a isso, enxergo como necessário o diálogo provocativo para indagar a estudantes como observam e inferem a respeito do avanço das mídias, redes e plataformas. E por fim, a pesquisa pretende desenvolver sequências didáticas de aulas de História que abordem o colonialismo digital, buscando trazer o conhecimento histórico para a discussão e a partir disso, analisar as deduções dos estudantes sobre a temática após a intervenção pedagógica nas aulas de História, que esperamos que apresente uma série de camadas e abordagens possíveis e úteis.

A sala de aula no Ensino Fundamental é um interposto de conhecimentos, experiências, sentimentos e personalidades. A aula de História, em seus 45 minutos multiplicados por 2 encontros, é um espaço de experimentações e desafios para a docência. Muitos incômodos são sentidos quando se propõe pensar a aprendizagem histórica de um lugar crítico-reflexivo, socialmente referenciado, tentando não perder de vista a ciência de referência da academia.

A Nova História Política, se preocupando com os desafios teóricos e metodológicos da pesquisa histórica articulada na História do Tempo Presente, precisa estar necessariamente debruçada sobre as transformações que estão sendo observadas no que está sendo chamado de História Digital. E todas estas ferramentas devem servir a didática da História, para que a História cumpra sua função de ensino e aprendizagem, dando sentido às reflexões que fazemos na academia.

Referências Bibliográficas

ANDRADE, Débora. Redes Sociais digitais: um novo horizonte de pesquisas para a História do tempo presente. In: BARROS, José D'assunção (org.). **História Digital: a historiografia diante dos recursos e demandas de um novo tempo.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2022, p.179-227.

BARCA, Isabel. Literacia e consciência histórica. **Educar**, Curitiba, Especial, p. 93-112, 2006. Editora UFPR. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/bqhz7MVKCd3TLVT6jFLcpFK/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 13 jan. 2023.

BRITO, Karina O.; RODRIGUES JR., Osvaldo. Entre forma e conteúdo: os estudantes do Ensino médio 73 diante das temáticas históricas no YouTube. (In:) FRONZA, Marcelo; RODRIGUES JR., Osvaldo (Orgs.). **Ensino de História e Internet: aprendizagens conectadas**. São Paulo: Paruna Editora, 2021. Disponível em: https://www.paruna.com.br/wp_paruna/wp-content/uploads/2022/02/ebook-ensino-de-historia-e-internet-paruna.pdf. Acesso em: 13 jan. 2023.

CASSINO, João F. O sul global e os desafios pós-coloniais na Era Digital. In: CASSINO, João F.; SOUZA, Joyce; SILVEIRA, Sérgio A. (org.) **Colonialismo de dados: como opera a trincheira algorítmica na guerra neoliberal**. São Paulo: Autonomia Literária, 2021. (E-book Kindle).

ELON MUSK. In: **WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre**. Flórida: Wikimedia Foundation, 2023. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Elon_Musk&oldid=67106007. Acesso em: 12 dez. 2023.

FAUSTINO, Deivison; LIPPOLD, Walter. **Colonialismo digital: por uma crítica hacker-fanoniana**. São Paulo: Boitempo, 2023.

HAN, Byung-Chul. **Psicopolítica: o neoliberalismo e as novas técnicas de poder**. Tradução: Maurício Liesen. Belo Horizonte: Âyné, 2020. (E-book Kindle).

LIPPOLD, Walter; FAUSTINO, Deivison. Colonialismo digital, racismo e acumulação primitiva de dados. **Germinal: Marxismo e educação em debate**, v. 14, n.2, p. 56–78, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/49760>. Acesso em: 15 dez. 2023.

MARINHO, Cristiane. O sujeito neoliberal e a educação como capital humano. **Kalagatos - Revista de Filosofia**. v.16, n. 2, p. 25-40, 2019. Disponível em: <<https://revistas.uece.br/index.php/kalagatos/article/view/6587/5506>> Acesso em: 13 jan. 2023.

MENESES, Sônia. Uma história ensinada para Homer Simpson: negacionismos e os usos abusivos do passado em tempos de pós-verdade. **Revista História Hoje**, v. 8, n. 15, p. 66-88 - 2019.

NIKOLA Tesla: o inventor mais injustiçado da história. Direção: Felipe Castanhari. Roteiro: Rob Gordon e Felipe Castanhari. Produção: Thed Oliveira. Canal Nostalgia, 2021. 1 vídeo (74:10 min). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=pYP7OGTdYY8&t=1s&ab_channel=CanalNostalgia. Acesso em: 12 de dez. 2023.

NIKOLA Tesla. In: **WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre**. Flórida: Wikimedia Foundation, 2023. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Nikola_Tesla&oldid=66955039. Acesso em: 13 nov. 2023.

OBSERVATÓRIO DA EDUCAÇÃO VIGIADA. Disponível em: <https://educacaovigiada.org.br/pt/mapeamento/brasil/>. Acessado em 02/05/2024.

PADRÓS, Enrique. Os desafios na produção do conhecimento histórico sob a perspectiva do Tempo Presente. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 11, n. 19/20, p.199-223, jan./dez. 2004.

PAJOLLA, Murilo. Internet de Elon Musk é vendida a garimpeiros na terra Yanomami por compradores de ouro ilegal. **Jornal Brasil de Fato**, Lábrea, 20 fev. 2023. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2023/02/20/internet-de-elon-musk-e-vendida-a-garimpeiros-da-terra-yanomami-por-compradores-de-ouro-ilegal>. Acesso em: 12 dez. 2023.

RÜSEN, Jorn. Didática da História: passado, presente e perspectivas a partir do caso alemão. In SCHMIDT, Maria Auxiliadora *et. al.* (org). **Jörn Rüsen e o Ensino de História**. Curitiba. Ed. UFPR. 2011. p 23-40.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora. Perspectivas da consciência histórica e da aprendizagem em narrativas de jovens brasileiros. **Tempos históricos**, Marechal Cândido Rondon, v. 12, n. 1, p.81-96, 2008. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/tempohistoricos/article/view/1945>. Acesso em: 13 dez. 2023.

SILVEIRA, Sérgio Amadeu. A hipótese do colonialismo de dados e o neoliberalismo. In: CASSINO, João F.; SOUZA, Joyce; SILVEIRA, Sérgio A. (org.) **Colonialismo de dados: como opera a trincheira algorítmica na guerra neoliberal**. São Paulo: Autonomia Literária, 2021. (E-book Kindle).

“Era uma loucura!” – Gilberto Gil, um artista da contracultura brasileira vivenciando a contracultura inglesa

“It’s was crazy” – Gilberto Gil, a brazilian counterculture artist experiecing counterculture english

Leandro dos Santos Fernandes,¹ UFPel

Resumo

Este trabalho tem como objetivo abordar aspectos da cena contracultural na Inglaterra no fim da década de 1960 e começo de 1970 por meio da trajetória do músico Gilberto Gil. O artista é um personagem interessante para visualizarmos características gerais da contracultura, seja no Brasil ou na Inglaterra, onde conviveu com relevantes artistas e frequentou festivais símbolos da contracultura naquele país, durante o período em que esteve exilado. Como pressupostos teórico-metodológicos, utilizamos os conceitos de variação de escala e micro-história translocal para compreendermos e analisarmos a trajetória de um indivíduo em diferentes espaços. As experiências e percepções de Gil referente a cena contracultural nos fornecem elementos que estão interligados nos dois países, mas também de diferenciação, estes em grande parte devido aos distintos contextos político e social.

Palavras-chave: Gilberto Gil; Contracultura; Inglaterra.

Abstract

This work aims to address aspects of the countercultural scene in England in the late 1960s and early 1970s through the trajectory of musician Gilberto Gil. The artist is an interesting character for us to visualize general characteristics of counterculture, whether in Brazil or England, where he lived with relevant artists and attended festivals that were symbols of counterculture in that country, during the period in which he was exiled. As theoretical-methodological assumptions, we use the concepts of scale variation and translocal microhistory to understand and analyze the trajectory of an individual in different spaces. Gil's experiences and perceptions regarding the countercultural scene provide us with elements that are interconnected in the two countries, but also of differentiation, largely due to the different political and social contexts.

Keywords: Gilberto Gil; Counterculture; England.

Introdução

No fim do ano de 1968, Gilberto Gil, assim como seu amigo e grande parceiro musical, Caetano Veloso, sentiam o peso da repressão do governo ditatorial imposto por meio de um golpe em 1964, ambos foram presos e obrigados a realizarem diversos depoimentos.

¹Graduado em História pela Universidade Estadual de Maringá (UEM), mestre em História Social pela Universidade Estadual de Londrina (UEL) e doutorando em História pela Universidade Federal de Pelotas (UFPEL).

No início do ano de 1969 foram “aconselhados” por autoridades do regime a se retirarem do país e ficarem por algum tempo distantes. Desta forma, Gil, assim como Caetano, e suas respectivas esposas, as irmãs Sandra e Andréa Gadelha partiram para a Inglaterra, especificamente para Londres, onde residiriam até 1972 (Gil; Zappa, 2013, p. 131-145).

Gilberto Gil antes de engajar-se na tropicália, já possuía alguns pontos que poderia levar a problemas com o regime ditatorial de 1964. Durante a juventude em Salvador no início da década de 1960, assim como, entre os anos de 1965 a 1967 em que viveu em São Paulo e Rio de Janeiro, Gil participou e teve contatos com movimentos artísticos e indivíduos relacionados a esquerda brasileira do período. Exemplificado, na sua atuação junto ao Centro Popular de Cultura (CPC) em Salvador e no Teatro de Arena de São Paulo, em peças dirigidas por Augusto Boal (Gil; Zappa, 2013, p. 122-135). Além do seu primeiro álbum nomeado *Louvação* de 1967 que possui canções com temáticas associadas ao ideário nacional popular da esquerda dos anos 1960.

Entre o ano de 1967 e fim de 1968, Gilberto Gil e diversos outros artistas, como Caetano Veloso, construíram o movimento tropicalista² que entre outras perspectivas, buscava realizar uma espécie de junção entre o tradicional e o moderno por meio das artes (Artes plásticas, cinema, teatro, e principalmente pela música), neste sentido se inspiravam no movimento modernista da década de 1920 e principalmente nas concepções de Oswald de Andrade e o seu “Manifesto Antropófago³” (Favaretto, 2000, p. 36-56). Especificamente sobre as composições de Gil no âmbito do movimento do fim dos anos 1960, muitas apresentam pontos de contrastes associado a proposta tropicalista, como os avanços tecnológicos e urbanização que ganhavam força no país na década de 1960 em contraponto com um Brasil com sérios problemas sociais. Outro aspecto nas canções tropicalistas de Gil é a presença de instrumentos eletrônicos, como a guitarra e diferentes ritmos em uma mesma canção, algo inovador no período. Tais características estão presentes em diversas canções de Gil pós movimento tropicalista dos anos 1960.

²Também denominado de movimento tropicália ou tropicalismo. São inúmeros os trabalhos, entre livros, teses, dissertações em diversas áreas do conhecimento sobre o movimento, e por não ser um dos pilares deste trabalho, não adentraremos de forma mais profunda sobre o movimento.

³A antropofagia oswaldiana seria pensar o ser humano como um todo cultural, neste sentido, o brasileiro pensado como uma deglutição da cultura do exterior associada com a de caráter nacional, pertencentes aos nativos indígenas. O movimento antropofágico surge como estilo literário com o manifesto de Oswald de Andrade em 1928, entretanto, a sua concepção como pensamento cultural, permeia toda a literatura brasileira de estilo realista, principalmente em que se encontra a dualidade colonizador e colonizado e modernidade e nacionalidade (Carreri, 2003, p. 107-109).

Além das opiniões em entrevistas, apresentações, participações em eventos e composição de canções de contestação ao regime ditatorial, o principal ponto para a prisão e exílio de Gil e Caetano foi a tropicália, ainda que, como citamos anteriormente, a associação principalmente de Gil com projetos culturais associados a esquerda mais tradicional, possa ter sido um ponto secundário para a sua prisão e exílio. A capacidade dos tropicalistas de dialogar principalmente com os jovens de classe média (sendo estes uma das bases de sustentação popular do regime), por meio de canções, artes plásticas ou performances corporais de seus representantes, que transmitiam mensagens de contestação ou sátira a padrões sociais conservadores e nacionalistas, considerados vitais para a manutenção do regime ditatorial, tornava-os figuras alvos para os órgãos de repressão, principalmente após o Ato Institucional nº 5 de 1968, que culminou no exílio de Gil e Caetano (Carvalho, 2013, p. 125).

O movimento tropicalista pode ser considerado um dos primeiros eventos associados à ideia de contracultura⁴ da década de 1960 no Brasil. A tropicália absorveu conteúdos vindo de países como Estados Unidos, França e Inglaterra (Por exemplo a *pop art*, o uso de guitarras nas canções e elementos eletrônicos, entre outros pontos), mas que também ressignificou esses conteúdos e acrescentou diversos outros peculiares do Brasil, além de ocorrer em um regime ditatorial, o que criou um movimento único (Diniz, 2017, p. 15-16).

Este trabalho tem como ênfase trazer alguns aspectos da cena contracultural inglesa do fim da década de 1960 e começo dos anos 1970, por meio da trajetória de Gilberto Gil durante o período em que esteve exilado (1969-1972), sendo este, um importante personagem da contracultura brasileira, principalmente pela sua participação na tropicália até o momento do seu exílio. Analisamos principalmente a sua participação no Festival da Ilha de Wight (*Isle of Wight Festival*), que foi um importante evento contracultural naquele país. Ao final buscamos traçar um breve comparativo sobre os movimentos contraculturais na Inglaterra e no Brasil.

Referente à pesquisa envolvendo a trajetória de um indivíduo, recorreremos as proposições apresentadas por Revel (1998) e Levi (2020). Concordamos com Revel, que a abordagem com enfoque no individual não torna a pesquisa distante do social, pois, por meio

⁴Entendemos que o termo contracultura é de difícil definição, e que, está inicialmente associado ao contexto estadunidense do fim da década de 1960. Porém concordamos com a pesquisadora Sheyla Diniz (2017), para ela não se deve ignorar as diferenças dos contextos, mas a contracultura possui aspectos universais, como transgredir ou incomodar instituições e tradições de qualquer aspecto, seja político, religioso ou ideológico, e que, não se limita apenas a uma contradição diante da cultura dominante, mas que muitas vezes, se infiltra na mesma criando fricções e tensões (Diniz, 2017, p. 28-29).

de Gil, podemos observar uma “multiplicidade dos espaços e dos tempos, a meada das relações nas quais ele se inscreve” (Revel, 1998, p. 21).

A concepção de micro-história translocal exposta por Christian De Vito é importante neste trabalho. O conceito dialoga com a chamada micro-história global, referente a sujeitos, ideias, objetos que circulam em diferentes espaços. Gil foi e é um indivíduo que simboliza essa “translocalidade”, pois movimentava-se por diversos países e também em distintos setores da sociedade. Para De Vito, a micro-história translocal não considera apenas aspectos como fluidez, conexões, circulação, ao analisar trajetórias que circundam diferentes espaços, mas também considera as diferenças, como por exemplo, sujeitos distintos que realizam um mesmo percurso espacial e que possuem diferentes condições para aplicar suas ações, estratégias, ou em circular e se adaptar a estes espaços (De Vito, 2020, p. 109).

Utilizamos como fontes para esta pesquisa a autobiografia de Gilberto Gil co-escrita com a escritora Regina Zappa nomeada *Gilberto bem perto* e matérias da revista *Manchete* sobre o Festival Ilha de Wight, entre outros textos sobre o evento.

Um tropicalista na efervescente Inglaterra do fim dos anos 1960

A ideia inicial, tanto de Gil quanto de Caetano, era viver os anos de exílio em Paris, o que acabou não se concretizando, de acordo com Gil, devido a pouca receptividade de grande parte da população local a estrangeiros. Sendo assim, decidiram residir na cosmopolita e efervescente Londres do fim dos anos 1960, que assim como Paris, contava com uma relevante comunidade de brasileiros. Tal ponto era importante para os exilados, a existência de uma rede de apoio mútuo entre conterrâneos (Gil; Zappa, 2013, p. 168).

O exílio vivenciado por Gil se distingue do caminho trilhado por outras brasileiras e brasileiros (evidentemente excluindo aspectos psicológicos individuais). Segundo Rollemberg (1998, p. 40), certos pontos foram importantes para que alguns exilados conseguissem se adaptar com maior facilidade a sua nova realidade. Um dos pontos facilitadores de adaptação no exílio para Gil, era o domínio sobre a língua inglesa, além do prestígio que possuía entre brasileiros que já residiam na Inglaterra e também de músicos ingleses. Desta forma, Gilberto Gil conseguiu relativamente vivenciar e experimentar a efervescência cultural e social da Inglaterra naqueles fins de anos 1960 e início dos 1970.

No período em que esteve na Inglaterra, Gil buscou adentrar ao que estava ocorrendo culturalmente e socialmente na ilha europeia, talvez como forma de combater sentimentos negativos quanto ao exílio e aceitar a nova condição imposta:

Naqueles três anos evidentemente uma das reações naturais foi procurar conhecer o local, me misturar o mais que podia com aquilo tudo, com o movimento, com os personagens, com aquilo tudo de Londres, eu saio muito, vou pra noite, vou pros clubes (...) quando eu voltei pra cá, em 72, eu voltei com essa carga, não são, de vivência dessa nova dimensão cultural, que era uma dimensão já presente, incipiente no tropicalismo, mas que ali se dava, de fato, *in loco* com os personagens, com o habitat, no território daquela cultura (Gil, 2011).

Uma das vivências de Gil com a contracultura na Europa foi a sua participação como artista e espectador em eventos símbolos da contracultura na Inglaterra, como o Festival da Ilha de Wight (*Isle of Wight Festival*) relatado na sua autobiografia coescrita com Regina Zappa:

Um ano depois, em agosto de 1970, aconteceu a terceira edição da ilha de Wight e os baianos foram novamente. Era uma versão do tipo Woodstock, com duzentas ou trezentas mil pessoas na ilha inglesa, à beira-mar, todos acampados em barracas e um palco enorme com uma programação de cinco dias, com vários grupos se apresentando o dia inteiro, começando ao meio-dia até meia-noite. Nessa edição do festival, Gil e Caetano não só assistiram, mas se apresentaram com Gal Costa (Gil; Zappa, 2013, p. 197).

O Festival da Ilha de Wight ou Festival de Wight de 1970 foi realizado entre os dias 26 e 31 de agosto, ocorreu na ilha homônima que se situa ao sul do território da ilha principal britânica, próxima de cidades portuárias importantes como Portsmouth e Southampton. A primeira edição de 1968, é considerado o evento que foi modelo para o festival de Woodstock nos Estados Unidos em 1969. A edição de 1970 teve proporções maiores que as anteriores, tanto em público, com estimativa de mais de 500 mil pessoas presentes, assim como pela grandiosidade das atrações, com artistas já consagrados na época, como Joan Baez, The Doors, The Who, Jimi Hendrix entre outros (Anderton, 2019, p. 7).

Gil assim como Caetano, haviam participado da edição de 1969 como espectadores, já em 1970 além de assistirem aos shows, ambos se apresentaram no evento. As três primeiras edições da Ilha de Wight são considerados importantes marcos da contracultura na Inglaterra, além dos artistas que por meios de suas canções, gestuais e indumentárias representavam

padrões contrários a sociedade tradicional inglesa, o público do festival em suma também retratava este sentimento.

A produção e realização do evento, que tinha como principais mentores os irmãos Ray e Ron Foulk, e teve diversos percalços, primeiro com as autoridades britânicas, deputados do partido conservador da Inglaterra tentaram impedir a realização do festival, além disso, grande parte dos moradores da Ilha de Wight também não desejavam mais uma edição do evento, pois em 1969 o número de frequentadores do festival foi impactante, cerca de 100 mil pessoas, muito além da expectativa, devido principalmente a apresentação do músico e compositor estadunidense, Bob Dylan. Outra dificuldade era de ordem estrutural, referente a aparelhagem de som e luzes, principalmente quanto ao primeiro, pois, o sistema de som que foi preparado para o festival era semelhante ao da edição de 1969, que teve um número bem reduzido de público se for comparado com o de 1970, desta forma, em diversas apresentações ocorreram vaias e reclamações, pois parte do público não escutavam as músicas, o problema foi em partes sanado, com o empréstimo da aparelhagem de som da banda inglesa *The Who* (Anderton, 2019, p. 8-9).

A apresentação de Gil na edição de 1970 do festival da ilha de Wight ocorreu acompanhado por diversos outros brasileiros, na sua “auto-biografia” há poucas informações sobre a apresentação em si, é ressaltado o contato com Miles Davis e Jimi Hendrix no *backstage* do festival, este que foi a última apresentação de Hendrix, dias depois o genial guitarrista britânico faleceu. Entretanto, Antonio Bivar, importante dramaturgo e personagem da contracultura no Brasil, em seu livro *Verdes Vales do Fim do mundo* relata sobre a apresentação e como o denominado “grupo brasileiro” conseguiu espaço para se apresentar:

Gilberto Gil e um grupo improvisavam um som do qual todos podiam participar, quem quisesse. Bastava ter um instrumento à mão, qualquer que fosse, do violão ao bongô, ou então se deixar afinar via cordas vocais soltando be-bops. Cláudio Prado gravou a jam e em seguida foi à organização do festival, onde mostrou a fita e contou que se tratava de músicos bem conhecidos no Brasil (Gil e Caetano) e de outros artistas e intelectuais brasileiros exilados na Inglaterra, e que o grupo gostaria de dar uma canja para o público. A organização do festival achou o som interessante e ofereceu a abertura da quinta-feira para o nosso grupo (Bivar, 2006, p. 53-54).

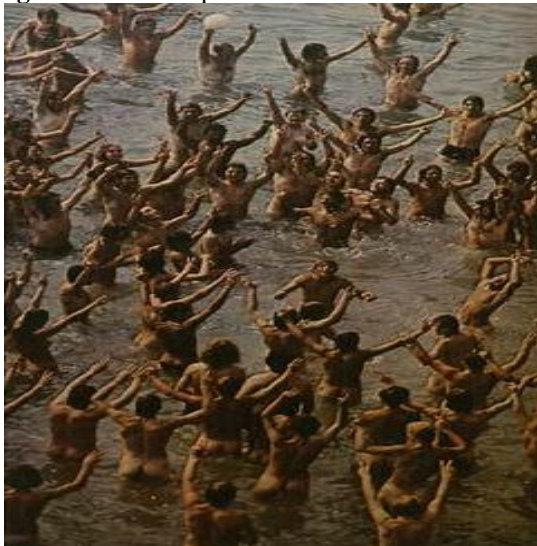
Bivar, expõe que era um grupo numeroso na apresentação, cerca de 20 pessoas, e com pessoas de outras nacionalidades, mas que foram anunciados como “Grupo brasileiro”,

porém, é interessante que o dramaturgo expõe um relativo protagonismo de Gil em meio a tantos artistas na apresentação:

Fomos apresentados como o Grupo Brasileiro, porque a ideia partira de Cláudio Prado e a locomotiva do show era Gilberto Gil. O chic-a-boom, enfim, era brasileiro. Caetano Veloso, num lance político-conceitual, pendurou a nossa bandeira na frente do palco, com o “Ordem e Progresso” de ponta pra baixo, arrancando aplausos calorosos da ala anarquista do público (Bivar, 2006, p. 54).

A revista *Manchete* da edição de 19 de setembro de 1970 dedica a capa e extensa matéria sobre o festival. A matéria possui belas imagens do evento, perpassando a ideia de liberdade quanto ao público do festival, principalmente corporal, de contato com a natureza e busca por conhecimento espiritual. Muitas das fotos são de pessoas nuas e seminuas, sendo as duas primeiras páginas da reportagem, uma foto de pessoas nuas banhando-se no mar da ilha. Um pequeno texto retrata a imagem dos participantes do festival: “Este alegre, despido e coletivo banho de mar, em vez de esfriar os ânimos gerais, ainda esquentou mais o ambiente esfumaçado da pequena ilha de Wight, no arquipélago britânico” (*Manchete*, 19 set. 1970, p. 5). Abaixo a foto a qual está o texto descrito acima:

Fotografia 1 – Participantes do Festival da Ilha de Wight



Fonte: *Manchete*, 19 set. 1970, p. 5.

Os textos nas seis páginas dedicadas ao evento trazem um tom de leve exaltação ao ideário que envolvia o festival. Entretanto alguns trechos parecem demonstrar um certo estranhamento ao descrever o público, principalmente a questão das vestimentas: “Os que estavam de roupa (pouca) ficavam olhando os que estavam sem nada”. A matéria comenta a

presença de Gilberto Gil, também de Caetano Veloso e Gal Costa. Com a foto do tropicalista com um grande sorriso, assim descreve: “Gilberto Gil voltou a ser o mesmo, com barba e o sorriso largo. Ficou na arena, junto ao palco, todos os dias e todas as noites” (Manchete, 19 set. 1970, p. 9).

Fotografia 2 – Gil no Festival de Wight em 1970



Fonte: Manchete, 19 set. 1970, p. 9.

Entretanto, existem outras percepções sobre o Festival da Ilha de Wight, que fogem um pouco a visão de certa forma romantizada apresentada nas páginas da revista *Manchete*, que demonstram que houveram diversos episódios de confusão entre público e artistas e momentos de vandalismo e violência, quem traz essa versão do festival é o compositor e músico Kris Kristofferson, que cantou no evento:

It was a total disaster!. They just hated us. They hated everything. They booed us, Joni Mitchell, Joan Baez, Sly Stone; they threw s*** at Jimi Hendrix. At the end of the night, they were tearing down the outer walls, setting fire to the concessions, burning their tents, shouting obscenities. Peace and love it was not (Beaumont, 2020).⁵

A percepção do artista Kris Kristofferson está presente em reportagem sobre o evento escrita por Mark Beaumont para o jornal britânico *The independent*, há outros relatos no texto sobre artistas que foram agredidos no palco, como o grupo *Sly and the Family Stone* que foi obrigado a encerrar o show antes de terminar o repertório proposto por questões de segurança, pois estavam sendo arremessadas latas pelo público naqueles que invadiam o palco, porém, uma dessas latas atingiu o guitarrista do grupo.

⁵ “Foi um desastre total! As pessoas nos odiaram. Odiaram tudo. Vaiaram a gente, Joni Mitchell, Joan Baez, Sly Stone. Atiraram merda no Jimi Hendrix! No final da noite, as pessoas estavam pondo abaixo cercas, atçando fogo na propriedade, em suas próprias barracas, berrando obscenidades. Paz e amor, aquilo com certeza não era.”

Em certo trecho da matéria da revista Manchete transparece a ideia de que não houveram maiores perturbações no festival, comparando com outro grande evento deste porte, no caso o *Woodstock*, “Em Wight não se repetiram as ocorrências de Woodstock. Só a música e as drogas foram as mesmas” (Manchete, 19 set. 1970, p. 9). Mas a matéria de Beaumont (2020) novamente nos fornece um contraponto, pois expõe relatos de cenas de violência e destruição, assim como, o documentário *Message to love: The Isle of Wight Festival 1970* de Murray Lerner⁶ que foi filmado durante o festival. O documentário mostra a dualidade do festival, cenas de vivência pacífica e amorosa entre o público, mas também imagens de brigas e pessoas destruindo os muros que cercavam a área do festival, inclusive ateando fogo. Uma das cenas do documentário mostra o mestre de cerimônia do evento, Rikki Farr, expondo sua revolta com o público do festival, em uma tentativa de conter os atos de vandalismo:

We put this festival on you bastards, with a lot of love
We worked for one year for you pigs
And you wanna break our walls down?
And you wanna destroy it?
Well you go to hell! (Lerner, 1995).⁷

No vídeo, logo após o desabafo de Farr é possível ouvir a canção *Give peace a chance* de John Lennon, uma das canções símbolos do movimento pela paz, especificamente no contexto da Guerra no Vietnã associado a cultura *hippie*.

A questão do consumo de drogas no festival também foi pauta da reportagem, “a solução é a música, e de preferência, com a erva ou com o ácido” (Manchete, 19 set. 1970, p. 8). Porém, tanto a reportagem da Manchete quanto o texto de Beaumont (2020) relatam a presença policial na ilha, segundo o jornalista britânico haviam policiais disfarçados de participantes do festival, utilizando vestimentas semelhantes à do público *hippie*. Sobre a experiência com drogas alucinógenas na Inglaterra, que era um dos aspectos relacionados ao movimento da contracultura, assim expôs Gilberto Gil em 2013:

Era uma loucura! Uma noite havia uma turma enorme, dez ou quinze brasileiros, viajando de ácido. De repente vimos materializar-se no meio da sala uma das pessoas que estavam no outro quarto. Nós nos assustamos e

⁶Lerner também gravou em vídeo e com ótima qualidade para os padrões daqueles anos, os shows de Joni Mitchell, The Who, Miles Davis, The Doors entre outros artistas que participaram do festival. Algumas dessas apresentações estão presentes na plataforma de vídeos Youtube.

⁷“Nós fizemos este festival para vocês seus bastardos, com muito amor. Nós trabalhamos por um ano para vocês, seus porcos. E vocês querem destruir os muros, querem destruir isso? Bem, vocês que vão para o inferno!”. É possível ver o trecho do documentário específico do desabafo de Rikki Farr em: <https://www.youtube.com/watch?v=xnO4NxOONm8>. Acessado em: 20 nov. 2023.

aquela figura que se materializou como se fosse uma holografia no meio da sala se desvaneceu. Todos corremos para o quarto, a figura estava lá. Foi um grande frisson, um ti-ti-ti... (Gil; Zappa, 2013, p. 198).

O uso de drogas alucinógenas representava algo além de uma busca por diversão ou fuga de problemas cotidianos, simbolizava também, uma ampliação dos sentidos físicos e psicológicos, que auxiliava em um contato mais profundo com a natureza e com um plano espiritual. Além disso, era uma forma de se portar contra os padrões vigentes do real, nas “viagens” realizadas por meio do uso de psicotrópicos, o mundo “careta” imposto pelo sistema era destituído, suas rígidas demandas sociais eram confrontadas com a liberdade proporcionada pelos efeitos alucinógenos.

Tanto nos eventos relacionados a contracultura no Brasil, Inglaterra ou Estados Unidos, a questão da indumentária possuíam contornos semelhantes. As roupas despojadas, geralmente com tons coloridos, evidenciavam uma busca pelo hedonismo. Cabe ressaltar as diferenças, sendo o Brasil um país com clima mais quente, a indumentária ganhava um significado talvez ainda maior no movimento de contracultura, sendo mais audaciosas e provocativas para os padrões conservadores do período. Referente a artistas do *mainstream* que podemos considerar parte dos movimentos de contracultura nos dois países, existem semelhanças quanto às vestimentas, por exemplo, as roupas coladas ao corpo de David Bowie e de integrantes dos *Rolling Stones*, principalmente do vocalista Mick Jagger, que se assemelhavam as utilizadas por grupos brasileiros como os Doces Bárbaros e Secos e Molhados.

Ainda referente a indumentária, para Sueli Garcia, os aspectos que remetem a vestimentas orientais foi outro fator importante na moda contracultural da década de 1960 e 1970:

Considerando a contradição ao estabelecido, o Ocidente, especificamente os Estados Unidos e a Inglaterra, encontraram no Oriente e no multiculturalismo a oposição, tanto no vestir quanto nos ideais pacifistas, assim como nas religiões e rituais de resultados transcendentais. “As roupas *flower power* dos hippies eram superposições de túnicas, saiotos, calças largas, o que dava liberdade nova e propiciava combinações excêntricas. O movimento hippie foi o precursor do encontro entre Oriente e Ocidente (Garcia, 2017, p. 8).

Gilberto Gil em diversas apresentações utilizou-se de vestimentas que remetem ao oriente, como as túnicas. Novamente recorremos à revista *Manchete*, em reportagem de 1968, descreve as vestes de Gil em participação no show do francês Johnny Hallyday: “Gilberto Gil

estava de djelaba e chinelos vermelhos” (Manchete, 23 mar. 1968, p. 77). A *djelaba* também conhecida como *jelaba* é uma vestimenta muito comum em países árabes do norte da África, principalmente no Marrocos. Trata-se de uma peça única que cobre todo o corpo, podendo cobrir totalmente os braços ou parcialmente, utilizada por homens e mulheres. Também fica nítida a fusão com a moda oriental em algumas capas de discos de Gil, como o álbum *Refazenda* de 1975, em que o músico está com um quimono e segurando uma pequena tigela numa das mãos e hashis japoneses na outra, um sinal da sua adoção a alguns elementos da cultura oriental. Já na capa do álbum *Refavela*, é focada no semblante sério de Gil, que está usando um *kufi*, uma espécie de touca de rendas, também conhecida como “touca muçulmana”, comum em diversos países do Oriente Médio e da África.

Pós exílio, durante a década de 1970, Gil continuaria sendo um importante artista relacionado as questões contraculturais, como um dos exemplos desta relação, a formação do grupo Doces Bárbaros com Caetano Veloso, Maria Bethânia e Gal Costa. Fruto também dessa associação com aspectos contraculturais, o consumo de alucinógenos lhe traria problemas, como a prisão por porte de maconha em 1976, na cidade de Florianópolis durante turnê dos Doces Bárbaros.

Considerações finais

Analisando a trajetória de Gil e suas relações com diferentes contextos e agentes da contracultura no Brasil e na Inglaterra, podemos verificar que o movimento contracultural teve características distintas nos dois lugares, mas também apresentam pontos de contato, por exemplo, as vestimentas, o culto a natureza e busca por espiritualidade, o desprezo ao consumo exacerbado entre outros pontos. Entretanto, a intensidade e a visibilidade foram distintas. Se nas páginas da revista Manchete salta imagens de pessoas livres e nuas no festival inglês nos idos da década de 1970, no Brasil isso até ocorria, em eventos como o “Festival de Águas Claras” entre outros, mas longe de câmeras fotográficas profissionais e provavelmente com alguma dose de cautela. Os artistas musicais que faziam parte da contracultura no Brasil tiveram que entender e aprender a demonstrarem suas ideias, percepções, estilos de vida, sobre a pressão de um regime ditatorial, que, entendia a importância da cultura para manutenção dos seus ideais e projeto, e por isso, vigiava com rigor estes personagens.

O Festival de Wight é considerado um dos momentos auge do movimento contracultural na Inglaterra. Mas talvez possa também ser considerado um exemplo da transição da concepção “paz e amor” associada a ideia *hippie* para algo com um tom mais agressivo e anárquico, como demonstram os relatos sobre o festival, podendo ser considerado dos eventos embrionários do movimento *Punk*, que viria a ser um dos grandes marcos da contracultura inglesa na década de 1970 e 1980. Para os *punks* a ideia de “paz e amor” já não era suficiente para indagar e combater as imposições sociais e culturais impostas pelo estado e pelo conservadorismo, era necessária a ação e agressividade. Alguns artistas que participaram do evento denotam por meio de seus estilos musicais o contraste musical, como Jimi Hendrix e *The Who* com suas músicas mais agitadas e pesadas, que contrastavam com o estilo musical mais leve e associado a cultura *hippie* de artistas como Joan Baez, Leonard Cohen e Joni Mitchell.

A passagem de Gil na Inglaterra possui outros episódios relacionado ao amplo movimento da contracultura, além da participação no Festival da Ilha de Wight, no ano de 1971 participou de outro festival associado a contracultura no período, o hoje tradicional, *Glastonbury*. Estabeleceu relações com artistas jamaicanos ou filhos de jamaicanos que viviam na capital inglesa e começavam a ganhar notoriedade com estilos musicais como o *reggae* e *ska*. Também teve contato com bandas que possuíam sonoridades relacionadas ao psicodelismo, como o *hawkwind*, realizando parcerias com Nik Turner, vocalista da banda e um dos grandes nomes da contracultura na Inglaterra.

Este envolvimento contracultural inglês, afetou sua obra musical, e uma dessas influências foi a proximidade com a guitarra. Em seu último álbum antes de partir para a Europa, lançado no Brasil em 1969, a guitarra já estava presente em canções como *Cérebro eletrônico* e *2001*, porém Gil não a utilizava em shows. Nos trabalhos posteriores ao exílio as guitarras novamente estão presentes, mas dessa vez com Gil as empunhando tanto nas gravações quanto nas apresentações ao vivo.

Fontes

BEAUMONT, Mark. “**They booed Joni Mitchell and threw s**t at Jimi Hendrix**”: The amazing story of the 1970 Isle of Wight Festival. *The Independent*. 21 ago. 2020. Disponível em: <https://www.independent.co.uk/arts-entertainment/music/features/isle-of-wight-festival-history-1970-lineup-bob-dylan-jimi-hendrix-leonard-cohen-joni-mitchell-a9681921.html>.

Acessado em: 10 out. 2023.

- BIVAR, Antonio. **Verdes vales do fim do mundo**. L&PM: Porto Alegre, 2006.
- GABAGLIA, Marisa Raja. **Johnny Hallyday: o fino do iê-iê**. MANCHETE. Rio de Janeiro, n. 831, p. 77, 23 mar. 1968.
- GIL, Gilberto. **Gilberto Gil e a Trilogia Re (Refazenda, Refavela e Realce)**. Programa O som do vinil com Charles Gavin. Canal Brasil. 2011. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=K3d_9TkZkcU&t=26s. Acessado em: 05 out. 2023.
- GIL, Gilberto. e ZAPPA, Regina. (Org.). **Gilberto bem perto**. Nova Fronteira: Rio de Janeiro, 2013.
- MESSAGE TO LOVE: THE ISLE OF WIGHT FESTIVAL. Direção: Murray Lerner. Castle Music Pictures, 1995. 1 *dvd* (127 min).
- MANCHETE. **Assim começou o festival de Wight**. Rio de Janeiro, n. 961, p. 04-09, 19 set. 1970.

Referências Bibliográficas

- ANDERTON, Chris. From Woodstock to Glastonbury to the Isle of Wight: the Role of Festival Films in the Construction of the Countercultural Carnavalesque. **Popular Music and Society**, v. 43, n. 2, p. 201-215.
- CARVALHO, Pedro Henrique Varoni de. **A voz que canta na voz que fala: Poética e política na trajetória de Gilberto Gil**. 2013. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2013.
- DE VITO, Christian. Por uma micro-história translocal (micro-spatial history). In: VENDRAME, Maira.; KARSBURG, Alexandre (Orgs.). **Micro-história: um método em transformação**. São Paulo: Letra e Voz, 2020, p. 101-120.
- DINIZ, Sheyla. **Desbundados & marginais: MPB e contracultura nos “anos de chumbo” (1969-1974)**. 2017. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas.
- GARCIA, Sueli. A contracultura e a vestimenta *Hippie* – Estados Unidos e Inglaterra. **Rev. Belas Artes**, n.24, Mai-Ago, 2017.
- LEVI, Giovanni. Micro-história e história global. VENDRAME, Maira; KARSBURG, Alexandre (Orgs.). **Micro-história: um método em transformação**. São Paulo: Letra e Voz, 2020, p. 19-35.
- REVEL, Jacques. Microanálise e construção do social. In: REVEL, Jacques (Org). **Jogos de Escalas**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.
- ROLLEMBERG, Denise. Exílio: refazendo identidades. **História oral**. v. 2, n. 2, p. 39-73, 1999.

“Ligação Direta”: A atuação dos eletricitários gaúchos no processo de encampação da CEERG, pela trajetória do líder sindical Álvaro Ayala entre os anos de 1956 a 1963

“Direct Dial”: The acting of electricians gauchos in the process of expropriation over CEERG, through the trajectory of union leader Álvaro Ayala between the years 1956 and 1963

Suélien de Medeiros Cortes,¹ UFPel

Resumo

Este trabalho é parte inicial da pesquisa que vem buscando analisar a trajetória do líder sindical Álvaro Ayala à frente do sindicato dos eletricitários, observando sua atuação e as conquistas para sua categoria, buscando identificar elementos que coloquem em evidência a ativa atuação do sindicato dos eletricitários no processo de encampação da antiga CEERG no ano 1959, durante o governo de Leonel Brizola. Ayala, além de liderar diversas greves no período, participou do Congresso Sindical Mundial na União Soviética e compôs a comitiva de Leonel Brizola na Conferência da OEA em Punta del Este em 1961; no ano seguinte, durante a Campanha da Legalidade, o Sindicato dos Eletricitários atuou junto aos batalhões populares. Após o golpe de 1964, Ayala teve seus direitos políticos cassados e perdeu o emprego, sendo preso entre anos de 1964 a 1967, voltando a ocupar cargo na CEEE apenas após o processo de anistia.

Palavras-chave: Sindicalismo; Encampação; Trajetória; Eletricitários; Álvaro Ayala.

Abstract

This work is the initial part of the research that seeks to analyze the trajectory of union leader Álvaro Ayala, at the head of the electric workers' union, observing his performance and achievements for his category, seeking to identify elements that highlight the active role of the electric workers' union in the process of expropriation of the former CEERG in 1959, during the government of Leonel Brizola. Ayala, in addition to leading several strikes during the period, participated in the World Trade Union Congress in the Soviet Union and joined Leonel Brizola's delegation at the OAS Conference in Punta del Este in 1961; the following year, during the Legality Campaign, the Electrical Workers Union worked alongside the popular battalions. After the 1964 coup, Ayala had his political rights revoked and lost his job, being imprisoned between 1964 and 1967, returning to a position at CEEE only after the amnesty process.

Keywords: Trade unionism; Encampment; Trajectory; Electrical; Álvaro Ayala.

Introdução

Este artigo corresponde às pesquisas que estão sendo desenvolvidas durante a construção da dissertação para a conclusão do mestrado junto ao PPGH-UFPel. O trabalho

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pelotas.

tem por fito analisar a trajetória do sindicalista Álvaro Leonardi Ayala e a sua participação enquanto liderança do Sindicato dos Eletricitários gaúchos entre os anos de 1956 – período em que se destaca junto aos trabalhadores eletricitários na luta pela encampação da Companhia de Energia Elétrica Riograndense (CEERG) – e o ano de 1963, época que precede o golpe de 1964 que o acabaria levando à prisão durante a Ditadura Civil-Militar Brasileira.

A escolha deste recorte temporal se justifica pelas significativas mudanças ocorridas nas relações de trabalho, nas políticas econômicas adotadas pelo Estado brasileiro no período e na própria relação entre o governo e os trabalhadores, uma vez que estes caminhavam, pela primeira vez, na direção da construção de sua cidadania através do reconhecimento do trabalho como elemento integrador da sociedade brasileira. Nesse sentido, a atuação dos sindicatos foi fundamental: se, por um lado o Estado brasileiro buscava aparelhá-los para tentar controlar a força operária, por outro eles serviam justamente como centros de luta e resistência dos trabalhadores, que usavam suas estruturas internas e suas redes de relações para manter constantes negociações com os governos e, assim, garantir conquistas no campo material e legislativo (Braga, 2006).

Em um segundo momento, com o golpe militar de 1964, os sindicatos acabaram tendo que agregar novas funções; já não bastava lutar por melhores condições de vida, era necessário também resistir às medidas autoritárias da Ditadura Civil-Militar Brasileira e sobreviver em ambiente que se tornava cada vez mais hostil aos movimentos sociais e aos trabalhadores. A análise da trajetória de Ayala, portanto, não se resume a compreender a atuação de uma figura isolada, e sim lançar luz sobre a organização, as estratégias e esquemas de atuação política e resistência dos eletricitários gaúchos na luta por dignidade e direitos. Uma ampliação dessa pesquisa prevê a análise da atuação do líder sindical a partir da Lei da Anistia e do seu retorno ao sindicato e à *Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE)*,² e a extensão até 1999, ano de seu falecimento, quando era considerado o sindicalista mais velho em atividade no país, sendo referência de luta e atuando até o fim de sua vida na defesa das empresas públicas contra as políticas de privatização neoliberais.

O início da liderança sindical

No ano de 1941, o jovem Álvaro Ayala, então com 18 anos e filho de um estivador uruguaio – reconhecido por ser uma respeitada liderança anarco-sindicalista na zona portuária

² Até o ano de 1963 a CEEE era chamada de Comissão e não Companhia de energia.

porto-alegrense – se unia aos movimentos populares que tomavam as ruas da capital dos gaúchos, pressionando o Presidente Getúlio Vargas para romper com o Eixo durante a Segunda Guerra Mundial. Assim como muitos jovens que fizeram parte destes levantes, Álvaro Ayala ingressou no Partido Comunista do Brasil (PCB), partido que só conseguiu a anistia para participar das eleições nacionais após a queda de Vargas em 1945 – ano que a militância de Álvaro Ayala se encontrou com a sua atuação sindical.

No mesmo ano em que o Brasil rompeu com o Eixo, em 1942, Ayala foi admitido como “leiturista” na antiga Companhia de Energia Elétrica Riograndense (CEERG). Nesta época o sindicato dos eletricitários atuava juntamente com os trabalhadores da Telefônica e da Carris, situação que mudaria completamente com a encampação da CEERG em 1959, dando maior visibilidade para os protestos e para os líderes sindicais da categoria. Dentre eles estava um já atuante e politicamente ativo Álvaro Ayala.

Nas décadas anteriores alguns serviços essenciais já haviam sido encampados pelo Estado, a exemplo do Porto de Rio Grande (1919) e da federalização da Viação Férrea (1920), entre tantos outros. Um aspecto recorrente nestas encampações foi a forte participação dos trabalhadores sindicalizados. Segundo Axt (1995), em sua pioneira dissertação sobre o tema, 80% da energia elétrica consumida pelos gaúchos em 1952 já era fornecida pela Comissão Estadual de Energia Elétrica (CEEE), autarquia que surgiu em 1943 como uma alternativa ao crítico serviço prestado pelas multinacionais de energia. Já na década de 1950, apenas duas regiões do estado não eram abastecidas pela CEEE: Porto Alegre e Canoas – que estavam a cargo da *Bond and Share* até a sua encampação em 1959 – e a região de Pelotas, que ficou sob controle da *The Rio Grandense Light and Power Syndicate Limited* até a década de 1970.

Os altos custos e a má qualidade dos serviços levaram a opinião pública a apoiar a encampação livre de indenização, gerando um consenso político favorável (conforme os Anais da Assembleia Legislativa) e unificando conjuntos políticos divergentes em torno do monopólio estatal do setor elétrico (Miranda, 2006). Foi um movimento político ousado por parte do governo estadual: pouco mais de cem dias separaram o início do mandato de Leonel Brizola como governador do Rio Grande do Sul e a encampação da Companhia de Energia Elétrica Riograndense (CEERG) pela Comissão Estadual de Energia Elétrica (CEEE), em 13 de maio de 1959.

No entanto, o caminho do governador Brizola e do sindicalista Ayala se cruzaram inicialmente de forma pouco colaborativa. Em 1956, a oposição sindical liderada pelos sindicalistas Álvaro Ayala e Jorge Campezzatto foi eleita para a direção do Sindicato dos Eletricitários, fazendo deles peças importantes da categoria durante o processo de encampação. A CEEE era uma autarquia estadual com funcionários regidos pelo Estatuto do Funcionalismo Público Estadual Civil, onde os funcionários da CEERG não se enquadravam entre os servidores. A tentativa do governo estadual de incorporá-los ao quadro de funcionários levou a uma série de desentendimentos com o sindicato e à decisão unânime dos trabalhadores da CEERG de rejeitar todas as propostas da Diretoria Geral da CEEE (Santos, 2002, p. 121).

Para encontrar uma saída para este impasse, o governador Leonel Brizola assinou uma resolução constituindo uma Comissão Especial para mediar as negociações; por aclamação a Assembleia Geral acabou aprovando a proposta conciliatória.³ No final de 1959, as conquistas dos trabalhadores do setor de energia elétrica fortaleceram o sindicato, colocando-o como protagonista das greves que ocorreram na sequência, assim como na executiva do Congresso dos Trabalhadores Gaúchos (CTG), onde Álvaro Ayala foi um dos líderes. Na resolução do V Congresso dos Trabalhadores Gaúchos em agosto de 1960, os eletricitários aprovaram uma moção que simbolizava o rompimento com o governo trabalhista (Santos, 2002, p.125).

No ano de 1960, Ayala foi enviado para a União Soviética como delegado da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria (CNTI), a fim de participar de um congresso sindical mundial (mais tarde, essa viagem forneceria materialidade para as acusações feitas pelo comando militar contra ele). Em 1961, esteve junto à comitiva de Leonel Brizola na Conferência da OEA em Punta del Este, onde nas palavras do próprio Ayala:

Muito esperto, o Brizola leva com ele o presidente da Federação de Indústrias do Rio Grande do Sul, e o presidente do Comendo Sindical do Rio Grande do Sul – que era eu – e leva, também, as lideranças estudantis. E se houve ali alguma coisa que o imperialismo entendeu como lição foi: ou eles acabavam com a liberdade na América Latina ou seriam derrubados. A força do discurso do Che Guevara foi fantástica. Eu assisti, eu estava lá! E uma das muitas mágoas que eu tenho da repressão é que eu tinha uma fotografia tirada no *hall* do hotel com o Che Guevara, com o Santiago Dantas, que era

³ Circular Interna CEEE, Porto Alegre, 16 nov. 1959.

Ministro das Relações Exteriores e com o Brizola, e eles queimaram ou botaram fora, sei lá...⁴

No ano seguinte, durante a Campanha da Legalidade, o Sindicato dos Eletricitários atuaria junto aos batalhões populares onde, na fala de Ayala em entrevista cedida ao Jornal O Eletricitário de 1998 do Sinergisul, é possível observar a divergência de atuação com o governo de Brizola:

Fala-se em crise, na crise da legalidade, na liderança do Brizola, mas ninguém conta que os trabalhadores aquartelados no Mata-Borrão⁵ garantirão a vitória. Não se fala – e faz-se questão de não falar – dos batalhões populares que saíram para as ruas e, se de alguma coisa eu me orgulho nesta vida, é de ter sido um dos comandantes destes batalhões populares. Nós fomos para rua, nós garantimos. Tanto, tanto, que nos davam tudo, só não nos davam armas.⁶

Como comunista que era, Ayala se posicionou politicamente contra o trabalhista Leonel Brizola, mas após o golpe de 1964 ambos acabaram submetidos à repressão. Ayala teve seus direitos políticos cassados e perdeu o emprego, conforme registros apresentados nas fontes, sendo preso nos anos de 1964 e 1967 e voltando a trabalhar na CEEE apenas após o processo de anistia, realizado no final do governo militar. Assim, este trabalho busca lançar luz sobre como os trabalhadores, grupo anteriormente compreendido como subalterno, entrou e participou do jogo político no Brasil. Nesse sentido, é importante recorrer a Savage, 2004, quando ele afirma que o que distingue a vida operária seria a sua insegurança estrutural, onde a retirada dos meios de subsistência constrange o trabalhador a achar estratégias para uma vida menos incerta.

Essa formulação nos possibilita reconhecer certas pressões estruturais sobre a vida operária, embora também pontue a urgência de examinarmos a enorme variedade de táticas que os trabalhadores podem escolher para cuidar de seus problemas – da luta contra seus empregadores à formação de cooperativas, à demanda de amparo estatal, a tessituras de redes de apoio nas vizinhanças [...] (Savage, 2004, p. 33).

⁴ Entrevista cedida por Álvaro Ayala com gravação em vídeo no ano 1991 no programa Ligação Direta, dos Eletricitários, na Rádio Guaíba, em Porto Alegre, que assim como a sua entrevista ao Jornal O Eletricitário, órgão de divulgação do Sinergisul – Ano XIV – nº 84 (1998), encontram-se na homenagem *Tchê! Companheiro e Amigo Ayala*, impresso em novembro de 1999, logo após seu falecimento, com tiragem de 1000 exemplares pela Federação Nacional dos Urbanitários (FNU/CUT). P. 18.

⁵ Histórico prédio no centro de Porto Alegre, cujo desenho lembrava um antigo mata-borrão, bastante conhecido pelo papel que desempenhou como QG dos sindicalistas gaúchos.

⁶ *Tchê! Companheiro e Amigo Ayala*, p. 20.

Desta maneira, é importante levar em conta que a atuação de Álvaro Ayala dentro do período que esta pesquisa está abordando, observa que suas escolhas não foram movidas apenas por um viés ideológico ou político, mas como um reflexo da insegurança estrutural que os trabalhadores viviam naquele momento, transformando a luta sindical na busca direta por uma melhor condição de vida para si e para seus companheiros e em uma política de conquista de dignidade e direitos.

Metodologias

O período escolhido para análise – 1956 a 1963 – é marcado por significativas mudanças nas relações de trabalho, especialmente, nas políticas econômicas adotadas pelo Estado brasileiro e na própria relação entre o governo e os trabalhadores, uma vez que pós governos Vargas houve um direcionamento da construção da cidadania através do reconhecimento do trabalho como elemento integrador da sociedade brasileira.

É neste sentido que o aporte teórico de E. P. Thompson nos auxilia na compreensão dos movimentos sociais no Rio Grande do Sul no período da encampação da CEERG, já que passamos a entender que a classe só pode ser definida se situarmos os indivíduos no tempo, analisando sua posição na estrutura social. Desta forma, é necessário observar as relações entre os indivíduos nos meios de produção, assim como suas manifestações culturais para compreender a formação da consciência de classe: “Por classe, entendo um fenômeno histórico, que unifica uma série de acontecimentos díspares e aparentemente desconectados, tanto da matéria-prima da experiência como na consciência.” (Thompson, 1987, p. 9).

Analisando a atuação de Álvaro Ayala à frente do Sindicato dos Eletricitários no contexto da encampação da CEEERG e posteriormente da Campanha da Legalidade, observamos elementos que repercutem nas experiências de vida dos trabalhadores, destacando que a formação da classe operária não se deu de forma espontânea, baseada unicamente nas questões econômicas, mas sim como um processo: “Podemos encontrar uma evidência do sólido desenvolvimento do caráter de reciprocidade na força e no orgulho cerimonial dos sindicatos e das associações de ofício, que emergiram da semilegalidade quando os Decretos sobre as associações foram revogadas” (Thompson, 1988, p. 318). Desta maneira, os estudos de Thompson colaboram com este trabalho na medida em que evidenciam o surgimento de novas formas de relações sociais e salientam a organização sindical como uma forma de resistência.

Este estudo buscará respaldo metodológico junto à micro-história italiana para analisar o Sindicato dos Eletricitários através da atuação de Álvaro Ayala no contexto da encampação da CEERG. O método microanalítico permitirá analisar a práxis sindical de Ayala inserida em diferentes contextos, suas relações, percebendo semelhanças e diferenças para entender através da redução da escala de análise, processos históricos mais amplos (Karsburg, 2015, p. 32).

Esta redução de escala que a micro-história nos proporciona “revela aquelas contradições que só aparecem, quando a escala de referência é alterada” (Levi, 1992, p. 155), de modo que alguns olhares passariam despercebidos por uma análise de escopo mais amplo. Partindo da ideia de Levi, de que toda ação social é vista como o resultado de uma constante negociação, manipulação, escolhas e decisões individuais, é necessário portanto, observar as entrelinhas para demonstrar a importância do sujeito histórico, em um determinado período, que se dá voz através da narrativa, pois para mostrar a presença e relevância de um personagem, o importante é como falar dele (Levi, 2009, p. 13).

Uma breve revisão bibliográfica

Ao revisitar as pesquisas que foram desenvolvidas até o momento sobre a encampação da CEERG, que estava a cargo da estadunidense *Bond and Share*, pelo Governo de Leonel Brizola, observamos que os poucos trabalhos que versam sobre o assunto se dedicam, de uma maneira geral, a tratar de considerações gerais sobre a atuação de Brizola à frente do Executivo gaúcho, onde as encampações aparecem como atos marcantes da gestão do líder trabalhista, suas realizações e seu projeto de desenvolvimento. Essas análises acabam sendo abordadas, de acordo com as características da cultura política do trabalhismo (Gomes, 2004) sem tratar de forma específica as encampações pelo olhar dos trabalhadores da CEERG e dos líderes sindicais que lutaram para preservar sua representação sindical diante do Estatuto do Funcionalismo Público em que não se enquadravam.

Um dos mais importantes trabalhos desenvolvidos sobre a indústria elétrica gaúcha foi realizado pelo historiador Gunter Axt, na sua Dissertação de Mestrado defendida na UFRGS em 1995. Nesse estudo ele abordou o desenvolvimento da indústria elétrica gaúcha entre os anos de 1887 e 1959, trazendo um panorama completo das instalações elétricas, destacando que, enquanto a CEEE organizava o sistema elétrico no interior, a CEERG era a responsável pela capital e a cidade de Canoas, mas que na década de 1940 os longos apagões e os cortes

de energia sem aviso prévio estavam tornando a situação insustentável para os porto-alegrenses (Axt, 1995). O autor trata, por tanto, da progressiva situação de precariedade do setor elétrico na capital e seus efeitos sobre a economia gaúcha. Apenas no seu capítulo final Axt aborda brevemente a encampação, analisando as propostas governamentais para a melhoria da exploração da indústria de eletricidade no estado. Contudo, o autor não relaciona de encampação com a orientação de desenvolvimento econômico do governo Brizola. Para ele a encampação da empresa prestadora dos serviços de energia elétrica em Porto Alegre e Canoas representaria a continuidade de um longo processo de intervencionismo estatal neste setor.

Ainda na década de 1990, a historiadora Elisa Maria de Oliveira Müller realizou outra relevante pesquisa sobre o tema para a sua tese de doutorado na UFF em 1997. Seu estudo aborda a encampação realizada no setor de energia elétrica no Rio Grande do Sul com ênfase na política nacionalista do período. A autora analisou o Plano de Eletrificação Estadual e as defesas da Frente Parlamentar Nacionalista, composta por representantes políticos contrários ao domínio do capital estrangeiro nesta área da economia (Muller, 1997), buscando compreender a precariedade do setor ao final da década de 1950 e estabelecendo as principais condições que resultaram no processo de encampação durante o governo Brizola. A preocupação da autora em analisar o desenvolvimento da indústria elétrica gaúcha, assim com Axt, acaba por não abordar a participação dos trabalhadores e as consequentes lutas sindicais.

Samir Perrone de Miranda em sua dissertação em Ciências Políticas na UFRGS em 2006 realizou um estudo das encampações através da análise do discurso do governo Leonel Brizola entre os 1959-1963, abordando episódios marcantes da gestão de Brizola no Piratini, dedicando o subcapítulo 3.3 “Encampações no setor de energia elétrica” para essa análise. Miranda recorre às mensagens enviadas à Assembleia pelo governador Brizola para avaliar a encampação como decorrência de um processo de declínio na qualidade dos serviços prestados pela CEERG na capital e em Canoas, e da progressiva atuação do Estado na área de energia elétrica. Em suas análises dos discursos de Brizola, comenta a apresentação à Assembleia dos dados contábeis, onde o governador demonstra um discurso técnico utilizado com o intuito de ressaltar a procedência jurídica deste processo de intervenção empreendido. (Miranda, 2006) Todavia, como nos trabalhos anteriores, o autor não aborda as temáticas dos trabalhadores, do movimento sindical e das lutas do período.

Em sua Dissertação de Mestrado apresentada na PUC-RS em 2007, a historiadora Flávia Bemfica, apresenta uma perspectiva sobre a atuação política de Brizola e sua relação como herdeiro político de Vargas, mas dedica o subcapítulo 3.2.1, para analisar o percurso da encampação dos serviços de energia utilizando especialmente os anais da Assembleia Legislativa do RS e documentos oficiais do governo do estado do RS. Bemfica encerra sua análise do assunto considerando que a encampação não foi feita pelo governador, mas pelo amplo apoio da sociedade e das diversas correntes políticas; contudo se limita ao panorama geral e não aborda diretamente a atuação dos eletricitários.

Recentemente, em 2020, Lauren dos Reis Bastos defendeu sua dissertação na UPF e inovou ao utilizar como fontes os processos de desapropriação, autuados pelo Foro da Comarca de Porto Alegre, além de outros documentos jurídicos, para abordar o tema da encampação e desapropriação da CEERG. Bastos analisou a encampação para além da ação política de Leonel Brizola, dando maior visibilidade à atuação do judiciário gaúcho, limitando-se à esta seara.

Apenas na dissertação de João Marcelo Pereira dos Santos, defendida em 2002 na Unicamp, onde o autor analisa a ação coletiva dos trabalhadores porto-alegrenses nos anos de 1958-1963, que encontramos em seu terceiro capítulo “Eletricitário: Toda energia é pouca” uma análise da encampação dando destaque para a mobilização do Sindicato dos Eletricitários Gaúchos, observando que com a luta pela manutenção de direitos após a encampação, o sindicato passou a ter uma maior representatividade. Ele utiliza a análise de jornais, documentos e anais da Assembleia Legislativa, além de entrevistas⁷ realizadas com o sindicalista Jorge Campezzatto⁸ - que cita em diversos momentos o companheiro de luta Álvaro Ayala - como suas fontes. O trabalho de Santos é o primeiro a trazer em um dos seus capítulos a importância da representatividade do sindicato dos eletricitários gaúchos durante a encampação, mas não aborda direta e especificamente a atuação de Ayala, que é o objeto desta pesquisa.

As pesquisas realizadas no Acervo Ayala da UFPel e em documentos públicos do Estado do Rio Grande do Sul sobre a encampação nos permite analisar para além da atuação de um líder sindical, e sim sobre a complexa e profunda organização sindical, as estratégias e

⁷ Santos destaca que chegou a marcar uma entrevista com Álvaro Ayala em 1999 para a sua dissertação, mas ele acabou falecendo antes.

⁸ Jorge foi companheiro e amigo de Ayala, foram da executiva do sindicato juntos e acabaram sendo presos juntos em 1967 conforme fontes apresentadas neste projeto.

esquemas de atuação política e resistência dos eletricitários gaúchos na luta por dignidade e direitos. Por esta razão optamos por dividir este trabalho em três frentes: a primeira sendo a formação do Sindicato dos Eletricitários como um centro formador de líderes sindicais e espaço de luta e resistência, buscando compreender a luta dos trabalhadores, grupo anteriormente visto como subalterno, como participante ativo do jogo político no Brasil; a segunda, a atuação dos eletricitários, especialmente a figura do líder sindical Álvaro Ayala, à frente da campanha de encampação da CEERG, assim como na luta pela garantia de direito dos eletricitários pós encampação; por último, a participação de Álvaro Ayala como líder dos eletricitários durante a Campanha da Legalidade e suas relações políticas, observando suas viagens pela URSS, o Encontro da OEA junto a Brizola e a Che Guevara, entre outros importantes momentos políticos deste contexto.

Considerações finais

Considerando o que foi exposto, pode-se afirmar com relativa segurança que até o momento não foi realizada uma análise específica sobre a criação e atuação do Sindicato dos Eletricitários, o que representa a falta de uma importante lacuna na historiografia sobre a história e as dinâmicas dos trabalhadores. Os estudos encontrados não abordam de maneira direta e totalmente esclarecedora a importância da luta sindical durante a encampação, nem conjugam questões que associem as representações sindicais locais como as conquistas da época. Desta forma, esta pesquisa busca tratar um tema inédito tanto em abordagem quanto em acervo, atuando como uma tentativa de trazer luz à atuação dos eletricitários durante o processo de encampação da CEERG e no processo da conquista de direitos pós encampação.

Referências Bibliográficas

- AXT, Gunter. A formação da empresa pública no setor elétrico gaúcho. **Anos 90**, Porto Alegre, n. 4, dezembro 1995. p. 77-87.
- AXT, Gunter. A indústria de Energia Elétrica em Pelotas. **Revista do Núcleo de Pesquisa**. Pelotas, Depto. História/UFPel, 1995.
- AXT, Gunter. **A indústria de energia elétrica no Rio Grande do Sul: dos primórdios à formação da empresa pública (1887-1959)**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1995.
- BANDEIRA, Luiz Alberto de V. Moniz. **Brizola e o trabalhismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

- BASTOS, Lauren dos Reis. **Muito além de Leonel Brizola**: a encampação e a desapropriação da AMFORP em Porto Alegre (1959). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2020.
- BEMFICA, Flávia Cristina Maggi. **Governo Leonel Brizola no Rio Grande do Sul**: desconstruindo mitos. Dissertação (Mestrado) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.
- BENSA, Alban. Da micro-história a uma antropologia crítica. In: REVEL, Jacques (Org.). **Jogos de escalas**: a experiência da microanálise. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998, p. 39-76.
- BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (Orgs.). **Usos e abusos da história oral**. 8. ed. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2006, p. 183-191.
- BRAGA, Virna Ligia Fernandes. **Entre a honra e o Mercado**: Análise do processo de formação do movimento sindical docente em Juiz de Fora (1934-1964). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Juíz de Fora, Juíz de Fora, 2006.
- BRANDO, Nova Marques *et. al.* **Catálogo Resistência em Arquivo**: memórias e história da ditadura no Brasil. Porto Alegre: CORAG, 2014.
- CERUTTI, Simona. Processo e experiência: indivíduos, grupos e identidades em Turim no século XVII. In: REVEL, Jacques (Org.). **Jogos de escalas**: a experiência da microanálise. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998, p. 173-201.
- GINZBURG, Carlo. Detalhes, primeiros planos, microanálises; Micro-história: duas ou três coisas que sei a respeito; O inquisidor como antropólogo. In: _____. **O fio e os rastros**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 231-293.
- GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais**: morfologia e história. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- GINZBURG, Carlo. **O Queijo e os vermes**: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- GOMES, Angela de Castro. **A invenção do trabalhismo**. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005.
- GOMES, Angela de Castro. Brizola e o trabalhismo. **Anos 90**: Revista do Programa de Pós-graduação em História. Porto Alegre: UFRGS, v. 11, n. 19-20, jan./dez. 2004.
- GRENDI, Edoardo. “Repensar a micro-história?” In: REVEL, Jacques (Org.). **Jogos de escalas**: a experiência da microanálise. Rio de Janeiro: Editora FGV.
- KARSBURG, Alexandre. A micro-história e o método da microanálise na construção de trajetórias. IN: VENDRAME, Maíra et al. **Micro história, trajetórias e imigração**. São Leopoldo: OIKOS, 2015.
- LEVI, Giovanni. Usos da biografia. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (Orgs.). **Usos e abusos da história oral**. 8. ed. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2006, p. 167-182.
- LEVI, Giovanni. Sobre a Micro-História. In: BURKE, Peter (Org.). **A escrita da história**: novas perspectivas. São Paulo: Ed. da UNESP, 1992, p. 133-134.

- LEVI, Giovanni. **A Herança Imaterial: a trajetória de um exorcista no Piemonte no século XVII**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- LEVI, Giovanni. Micro-história e história da imigração. IN: VENDRAME, Maíra et al. **Micro história, trajetórias e imigração**. São Leopoldo: OIKOS, 2015.
- LIMA FILHO, Henrique Espada. **A Micro-história italiana: escalas, indícios e singularidades**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- MIRANDA, Samir Perrone de. **Projeto de desenvolvimento e encampações no discurso do governo Leonel Brizola: Rio Grande Do Sul (1959-1963)**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.
- MÜLLER, E. **A encampação da Companhia de Energia Elétrica Rio-Grandense e o nacionalismo na década de 1950**. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Petrópolis, 1997.
- OLIVEIRA, Paulo Affonso Martins de. 2000. **Atos institucionais: sanções políticas**. Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações. Disponível em: <http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/6384> Acessado em 12/12/2023.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História da indústria sul-rio-grandense**. Guaíba: RIOCELL, 1985.
- REVEL, Jacques (Org.). Microanálise e construção do social. In: **Jogos de escalas: a experiência da microanálise**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.
- SANTOS, João Marcelo Pereira dos. **Os herdeiros de Sísifo: a ação coletiva dos trabalhadores porto-alegrenses nos anos de 1958-1963**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002.
- SAVAGE, Mike. Classe e história do trabalho. In: BATALHA, Cláudio; SILVA, Fernando Teixeira da; FORTES, Alexandre (orgs). **Culturas de classe: identidade e diversidade na formação do operariado**. Campinas: Ed. da Unicamp, 2004.
- SILVA, Marco Antônio Medeiros da. **A Última Revolução: o governo Leonel Brizola no Rio Grande do Sul – 1959-1963**. Tese (Doutorado) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.
- TAVARES, Flávio. **1961: o golpe derrotado: Luz e sombra do Movimento da Legalidade**. 2a ed. Porto Alegre: L&PM, 2012.
- THOMPSON, Edward P. **A formação da classe operária inglesa: A árvore da liberdade**. 6a Ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.
- THOMPSON, Edward P. **A formação da classe operária inglesa: A maldição de Adão**. Vol. II. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- THOMPSON, Edward P. **Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- THOMPSON, Edward P. **Miséria da teoria ou um planetário de erros: Uma crítica ao pensamento de Althusser**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1981.

Uma Escultora Negra ao Sul do Brasil: Uma Análise de ‘Mãe preta amamentando menino branco’ (1988) de Judith Bacci

A Black Sculptor in the South of Brazil: An Analysis of ‘Black mother breastfeeding white boy’ (1988) by Judith Bacci

Guilherme Susin Sirtoli,¹ UFPEL

Carolina Fogaça Tenotti,² UFPEL

Resumo

O presente trabalho visa abordar um recorte da trajetória da artista pelotense Judith Bacci, a partir de uma análise de sua obra ‘Mãe Preta Amamentando Menino Branco’ de 1988, presente no acervo do Museu de Arte Leopoldo Gotuzzo (MALG). A obra de Judith Bacci reflete as complexas relações sociais da época, com raízes no Brasil colonial, lançando uma crítica social ao ambiente em que a artista viveu enquanto mulher negra. Destacamos o impacto contínuo da obra de Bacci, exemplificado pela inclusão de suas produções em exposições contemporâneas dedicadas a artistas negros do Brasil. Isso ilustra a relevância duradoura da artista e sua capacidade de gerar discussões sobre a representatividade de artistas negras, bem como suscitando reflexões sobre questões raciais que permeiam a sociedade brasileira.

Palavras-chave: Arte Afro-Brasileira; História; Judith Bacci; Pelotas.

Abstract

This work aims to address a section of the trajectory of the artist from Pelotas Judith Bacci, based on an analysis of her work ‘Black Mother Breastfeeding White Boy’ from 1988, present in the collection of the Museum of Art Leopoldo Gotuzzo (MALG). Judith Bacci's work reflects the complex social relations of the time, with roots in colonial Brazil, launching a social critique of the environment in which the artist lived as a black woman. We highlight the ongoing impact of Bacci's work, exemplified by the inclusion of his productions in contemporary exhibitions dedicated to black artists in Brazil. This illustrates the artist's lasting relevance and her ability to generate discussions about the representation of black artists, as well as raising reflections on racial issues that permeate Brazilian society.

Keywords: Afro-Brazilian art; History; Judith Bacci; Pelotas.

Introdução

A ausência de artistas negros e negras nas exposições e acervos dos museus de arte é um reflexo de desigualdades históricas que permeiam o mundo da arte, bem como a sociedade

¹ Doutorando em História (PPGH/UFPEL). Bolsista CNPq. Mestre em Artes Visuais (UFPEL). Graduando em Museologia (ICH/UFPEL). Especialista em Artes e Licenciado em Artes Visuais pela mesma instituição. guisusinsirtoli@gmail.com.

² Graduanda em Museologia (ICH/UFPEL). Mestre em Artes Visuais e Bacharel em Artes Visuais pela UFPEL. c.fogacatenotti@gmail.com

brasileira de forma geral. Essa falta de representatividade não apenas priva o público de contato com uma diversidade cultural que reflete a própria cultura brasileira, mas também acaba por perpetuar estereótipos e preconceitos. No entanto, recentemente, há um movimento crescente em direção à inclusão e à visibilização desses artistas. Mostras como ‘Histórias Afro-Atlânticas’, no Museu de Arte de São Paulo (MASP) em 2018, e ‘Presença Negra’, no Museu de Arte do Rio Grande do Sul (MARGS) em 2022, são exemplos disso.

Mesmo que muitas vezes silenciados, os artistas negros possuem uma vasta produção artística em nosso país, e no sul do Brasil não é diferente. Em Pelotas, por exemplo, a atuação da artista Judith da Silva Bacci (1918-1991), uma escultora negra pelotense autodidata, é exemplo disso. Judith atuou como zeladora da antiga Escola de Belas Artes de Pelotas (EBA), que posteriormente foi integrada à Universidade Federal de Pelotas (UFPel). Ela é uma artista marcada pela resistência e pela dificuldade de produção artística em uma sociedade elitista no contexto do século XX. Podemos pensar na própria EBA como um reflexo, um microcosmo que permeia a própria constituição da cidade de Pelotas

Ao que parece, na época da EBA, em Pelotas, apoiar uma instituição cultural, participar do seu êxito, funcionaria para os sujeitos como uma espécie de avalista da sua posição de destaque na sociedade, sendo um elemento de distinção. Assim, a Escola teria se mantido por ter o apoio da sociedade, começando por sua elite. Esta mesma elite, que por muitos é acusada de não ter sabido investir nos negócios para manter o capital econômico que cidade possuiu na época da indústria saladeiril, desempenharia papel importante na manutenção da riqueza cultural, ao se empenhar na manutenção do capital simbólico (Magalhães, 2013, p. 25).

Logo, inserir-se dentro de tal sociedade, sendo uma mulher negra durante o século XX, implicava sérios obstáculos por conta dos padrões da época e do racismo estrutural que perdura desde o período colonial. Ainda assim, a artista agiu frente às adversidades, chegando a trabalhar como laboratorista em escultura e auxiliar de professor no Instituto de Letras e Artes (ILA), após a incorporação da EBA pela UFPel: “A história de Judith é de resistência, e seu trabalho venceu muitos obstáculos, devido a várias convenções que o ambiente elitista em que viveu impunha” (Pereira; Silva, 2011, p. 1).

Sabemos que, apesar de sua vasta produção no âmbito artístico, a artista enfrentou inúmeras desigualdades. A primeira e mais evidente delas, com certeza, é a racial, considerando que a artista, ao entrar em uma escola de artes formal, deve ter enfrentado inúmeras barreiras, desde a discriminação racial até a falta de oportunidades de educação

formal para pessoas negras naquele contexto histórico e geográfico. Ela provavelmente não teve acesso às mesmas oportunidades e recursos que suas colegas brancas, visto que uma elite cultural branca da cidade é quem acabava por ditar as regras da EBA, o que, por sua vez, acaba tornando ainda mais notável o seu desenvolvimento como escultora autodidata (Pereira, 2018).

Sabemos que os espaços acadêmicos, por conta de uma herança colonial, acabam perpetuando determinados saberes em detrimento de outros. Em relação a tal fato, Kilomba (2018) expõe que os centros de conhecimento acadêmicos, muitas vezes, acabam por perpetuar determinados preconceitos contra as pessoas negras, negando o privilégio de fala: “[...] o centro acadêmico, não é um local neutro. Ele é um espaço branco onde o privilégio de fala tem sido negado para pessoas negras” (Kilomba, 2019, p. 50).

Apesar de não ter tido ensino formal em escultura, Judith possuía um vasto conhecimento na área escultórica, adquirido através da observação das aulas do professor e escultor pelotense Antônio Caringi (1905-1981), na época responsável pelas disciplinas de Escultura da Escola de Belas Artes de Pelotas. Através de pesquisa junto aos documentos relativos à Coleção Escola de Belas Artes, presentes no acervo do Museu de Arte Leopoldo Gotuzzo (MALG), foi possível encontrar uma Relação de Títulos datada de maio de 1972, reconhecendo o notório saber de Judith em escultura: “ZELADORA: Judith da Silva Bacci. Conhecimentos em curso primário e **autodidata em Escultura**. Zeladora da Escola desde 01.03.1954. Aprovada pelo Decreto Federal de 27.08.1960. no. 48.903. Pelotas. Maio de 1972” (Eba, 1972, p. 1, grifos nossos).

Atualmente, Judith integra o acervo de alguns museus de arte, como é o caso do próprio MALG. Porém, nos questionamos aqui sobre a representatividade de artistas negros nos museus. Quantos seriam os artistas negros que integram os acervos dos museus de arte? Como o racismo estrutural se exemplifica nestes números? Mobilizados por tais questionamentos, percebemos que no Museu do Rio Grande do Sul (MARGS), por exemplo, através da exposição ‘Presença Negra’ de 2022, foi constatado que um pouco mais de 2% dos artistas presentes no acervo do MARGS eram negros: “hoje são 25 artistas negros/as que o integram, ou seja, apenas 2,23% em um universo de 1.079” (Margs, 2022, p. 1).

Relacionamos tal fato com o pensamento de Vergès (2023), expondo que as desigualdades presentes no museu são um reflexo da própria sociedade e conseqüentemente de desigualdades estruturais: “As desigualdades estruturais de raça, classe e gênero que

existem no museu são um reflexo das desigualdades estruturais globais criadas pela escravidão, pela colonização, pelo capitalismo racial e pelo imperialismo” (Vergès, 2023, p. 25).

Quando a artista criava suas obras, possivelmente não recebia incentivos no âmbito da EBA para produzir e vender. Porém, sabemos que não foi proibida de produzir artisticamente dentro da instituição, tendo reconhecimento por outros alunos e professores da EBA, bem como pelo crítico de arte Nelson Abott de Freitas, importante fomentador cultural da cidade de Pelotas durante a segunda metade do século XX. Nelson, por sua vez, foi um dos colonistas do jornal *Diário Popular*, publicando críticas positivas das obras de Judith Bacci. Em 1984, o crítico deixa “evidente sua opinião sobre a qualidade do trabalho realizado pela artista. Aliás, apenas por Nelson é que Judith recebeu o status de artista” (Pereira; Silva, 2011, p. 2).

Algumas reflexões sobre silenciamento e representatividade na produção artística de Judith Bacci

Buscando ressaltar o protagonismo de Judith Bacci, bem como sua produção artística, nos colocamos no papel de verdadeiros catadores da cultura visual. Logo, nos colocamos no papel constante de refletir sobre sua trajetória, considerando as imbricações entre o pessoal e profissional através da própria produção artística. O conceito de ‘catadores’ relacionado à cultura visual é uma metáfora proposta por Hernández (2007), abordando sobre aqueles que coletam diferentes imagens e fragmentos da cultura visual, possibilitando a criação de novas narrativas a partir dos seus achados:

Os catadores atuais não somente recolhem amostras e fragmentos da cultura visual de todos os lugares e contextos para colecioná-los e ‘lê-los’, como para criar narrativas paralelas, complementares e alternativas [...]. Relatos que lhes permitem reinventar e transformar-se, distanciados de dualismos, subordinações e limites (Hernández, 2007, p. 19).

Consideramos que em cada produção artística, são atravessadas questões formadoras que dizem respeito à trajetória pessoal e profissional do artista e, para além disso, imbricamentos acerca do contexto histórico no qual os artistas estavam inseridos. Logo, podemos dimensionar a identidade de um ser humano através de sua própria atuação no mundo. Segundo Josso (2007), através das transformações do ser humano, a construção da

identidade vai ocorrendo a partir das atividades, contextos, encontros, acontecimentos, entre outros, permitindo-nos refletir sobre o sujeito através de suas relações com o mundo.

Abordar o conhecimento de si mesmo pelo viés das transformações do ser – sujeito vivente e conhecente no tempo de uma vida, através das atividades, dos contextos de vida, dos encontros, acontecimentos de sua vida pessoal e social e das situações que ele considera formadoras e muitas vezes fundadoras, é conceber a construção da identidade, ponta do iceberg da existencialidade, como um conjunto complexo de componentes (Josso, 2007, p. 240).

Entre os trabalhos de Judith que integram o acervo do MALG, está ‘Mãe Preta Amamentando Menino Branco’, escultura datada de 1988. Partindo dessa obra, nos colocamos no papel de refletir sobre as possíveis trajetórias dessa artista. Para tal, fomos em busca de fontes relacionadas à antiga Escola de Belas Artes (EBA), hoje pertencentes à Coleção Escola de Belas Artes do Museu de Arte Leopoldo Gotuzzo (MALG), ligado ao Centro de Artes da Universidade Federal de Pelotas (UFPel). Os documentos consistem em fichas cadastrais de funcionários da antiga EBA, registros fotográficos, bem como os registros ligados ao trabalho artístico de Bacci, incluindo recortes de jornais sobre a artista e sua obra. Neste trabalho, utilizamos como fonte uma Relação de Títulos de Judith Bacci, pertencente ao acervo do MALG (Eba, 1972). Para abordar a trajetória pessoal e profissional da artista, utilizamos como fonte uma entrevista disponível na plataforma Youtube com seu filho, Mário Eugênio Bacci (Bacci, 2012).

Faz-se necessário contextualizar a relação da artista com a sociedade de Pelotas da época, sendo uma mulher negra, pobre e artista autodidata, inserida em uma escola de artes que servia aos interesses de uma determinada elite cultural cidadina. A EBA funcionou até 1973, quando já estava incorporada à Universidade Federal de Pelotas, vindo a ser o Instituto de Letras e Artes (ILA). Atuando desde os primórdios da EBA como zeladora e posteriormente como laboratorista em escultura, Judith também auxiliou professores no antigo ILA (Bacci, 2012), atualmente Centro de Artes (CA) da UFPel.

Devemos considerar que, mesmo em espaços destinados à arte e à cultura, o racismo estrutural ainda se faz presente, como em parcela significativa da sociedade brasileira. A consequência disso acarreta sofrimento através das formas de discriminação no que tange as estruturas sociais e políticas. Assim, ressaltamos a imensa importância de refletir sobre tais fatos, que infelizmente continuam latentes em nossa contemporaneidade. A conceituação do próprio racismo se faz necessária para compreender como o mesmo opera, sendo que este

possui três características bastante evidentes: a construção da diferença entre brancos e negros, os valores hierárquicos manifestados através das relações e o poder, seja ele histórico, político, social ou econômico (Kilomba, 2019).

Apesar da qualidade e da relevância da produção artística de artistas afro-brasileiros, muitas vezes, o reconhecimento às suas produções não é imediato quando comparado com artistas brancos, resultado da imensa desigualdade racial que atravessa o Brasil. Além disso, vale ressaltar a tentativa de apagamento do protagonismo de mulheres negras em inúmeros segmentos sociais, evidenciada em diferentes setores da sociedade, principalmente quando pensamos no âmbito acadêmico.

Ao analisar grande parte das pesquisas no contexto da academia, no que tange à área de artes visuais, por exemplo, percebemos que existem inúmeras publicações acerca de artistas brancos do sexo masculino. Concebemos isso como um reflexo das inúmeras tentativas de silenciamento e apagamento que acabam persistindo “em diversos setores da sociedade, especialmente nos ambientes educacionais e de trabalho. Esse silenciamento é ainda mais acentuado quando se trata de mulheres negras” (Lima, 2023, p. 17530).

Perguntas como ‘Quantas artistas negras você conhece?’ ou ‘Cite o nome de algumas artistas afro-brasileiras’ exemplificam essas questões na sociedade. Muitos acabam não conseguindo se lembrar do nome de nenhuma artista, apesar do nosso país possuir mais de 50% de sua população negra. Considerando que tais artistas afro-brasileiras existem e existiram, atuam e atuaram, e que as mesmas possuem uma produção significativa no âmbito artístico, mas que de forma geral, ainda continuam sendo alvo de inúmeros preconceitos.

A cultura afro-brasileira enfrentou e ainda enfrenta muitos preconceitos. E essa situação reflete-se também no meio da Arte, no qual as subjetividades se projetam. A contribuição de criadores negros para as artes plásticas brasileiras ainda trava duras batalhas para ser reconhecida. A negação dos descendentes de africanos tem se dado não só no plano simbólico, através da produção de imagens de subalternização, mas também nas dificuldades colocadas para a circulação desses criadores no sistema profissional da arte (Mattos, 2013, p. 127).

O protagonismo e atuação de coletivos negros, bem como o esforço de inúmeros profissionais relacionados à arte afro-brasileira e à cultura de modo geral, têm se articulado frente a tal cenário. Em 2023, Judith Bacci integrou a mostra ‘Dos Brasis - Arte e Pensamento Negro’, dedicada inteiramente à produção de artistas e intelectuais negros. A obra de Judith Bacci escolhida para integrar a mostra foi ‘Mãe preta amamentando menino branco’.

Ressaltamos que ‘Dos Brasis’ é considerada a maior exposição dedicada a artistas negros já realizada no país, estando disponível para o público durante o período de 2 de agosto de 2023 a 28 de janeiro de 2024, no Sesc Belenzinho, em São Paulo - SP.

Para se chegar a esse expressivo e representativo número de artistas negros, presentes em todo o território nacional, foram abertas duas importantes frentes. Na primeira, foram realizadas pesquisas in loco em todas as regiões do Brasil com a participação do Sesc em cada estado, com o objetivo de trazer a público vozes negras da arte brasileira. [...] Vale ressaltar que esse processo teve uma atenção especial para que não se limitasse apenas às capitais do país, englobando também a produção artística da população negra de diversas localidades, como cidades do interior e comunidades quilombolas (Sesc, 2023, p. 1).

Logo, fica evidente que mudanças significativas no panorama nacional estão ocorrendo em prol da visibilidade da produção afro-brasileira. Nesse contexto, ressaltamos a relevância de Bacci e de sua produção artística, desenvolvida na região sul do Brasil. Sabemos que seu reconhecimento na contemporaneidade é exemplificado nas pesquisas acadêmicas dedicadas às suas trajetórias e trabalho artístico, bem como na presença de suas produções em museus e mostras de arte pelo país. Ressaltar a representatividade de seu trabalho acaba suprimindo uma lacuna na história da arte brasileira, visibilizando mulheres negras que tiveram protagonismo no contexto da produção artística no país, o que, de certo modo, impacta as futuras gerações: “A representatividade é crucial para que as futuras gerações possam assumir seu lugar de protagonismo” (Lima, 2023, p. 17538).

Mãe preta amamentando menino branco: suscitando questões para além de sua materialidade

A escultura ‘Mãe preta amamentando menino branco’ é uma obra feita em gesso que retrata uma mulher fenotipicamente negra, sentada com as pernas cruzadas, usando um turbante na cabeça, trajando o que parece ser uma vestimenta feita com um único e grande pedaço de tecido. Nesta veste, podemos perceber apenas uma união próxima ao pescoço da figura. O planejamento adotado pela artista é muito simples, dando mais ênfase a outros detalhes da peça, como a expressão da face e dos olhos, por exemplo. O olhar da figura feminina negra tem foco em seu colo, onde se encontra um menino branco que a mesma amamenta em seus seios. A mulher negra segura o menino com o rosto próximo ao seu seio enquanto o mesmo encontra-se mamando, segurando o seio da mulher com uma das mãos. A

mulher parece estar descalça – o que, juntamente aos seus trajes, pode remeter a uma origem simples.

A obra possui uma dualidade paradoxal, ao passo que faz uma referência direta ao peso histórico da escravidão, remetendo diretamente às amas de leite negras que amamentaram crianças brancas durante o período colonial no país, também possui um semblante tranquilo. A feição da figura feminina apresenta harmonia, bem como o seu gestual, que parece muito delicado, apesar das mãos grossas e do peso que carrega a materialidade desta peça. A obra é executada em gesso e coberta com camadas de betume e tinta, seguida de um banho que confere à peça uma impressão acobreada.

Figura 1: Judith Bacci. Mãe preta amamentando menino branco. Escultura em gesso. 39x41x37cm. 1988.
Fotografia: Daniel Moura.



Fonte: Acervo Museu de Arte Leopoldo Gotuzzo (CA/UFPel).

O ano em que a obra foi realizada é emblemático, pois em 1988 é marcado exatamente um século após a abolição da escravatura no país. Ela retrata uma cena que era comum no Brasil, até meados do século XX, mesmo depois da abolição: uma prática que, de acordo com Gil (2018), persistia a ponto de encontrar anúncios em jornais brasileiros em busca de 'amas de leite'. No *Jornal do Brasil*, por exemplo, durante os anos de 1900 a 1909, foram identificados 2.771 anúncios relacionados a esse termo (Gil, 2018, p. 5). Estudando sobre a presença das amas de leite em Pelotas, Rodrigues (2017) expõe que:

Assim, entre os trabalhos domésticos desempenhados por mulheres no passado, está a atividade das amas de leite, tarefa primeiramente imposta às escravizadas, já que a sociedade de então era balizada massivamente nesse

tipo de sistema de trabalho. O contato diário dessas amas com a família para quem trabalhavam, principalmente com as crianças, poderia desencadear relações afetivas que ultrapassam a condição social e laboral dessas mulheres (Rodrigues, 2017, p. 187).

O afeto descrito pela autora pode ser percebido nas relações estabelecidas entre as figuras, ao analisar a escultura de Bacci. A atividade das amas de leite era classificada como um serviço doméstico, presente nas complexas relações de posse sobre as mulheres envolvidas, em um período ao qual era comum que se contratasse esse serviço. Como herança colonialista, quem contratava este serviço eram famílias com uma condição social mais elevada, pertencentes a determinadas elites. Como benefício, a mãe biológica não precisaria deixar de executar suas tarefas do dia a dia e nem deixar de frequentar o círculo social – outra questão que era observada em meados do século XIX era o não afastamento da mãe da vida conjugal, pois acreditava-se que uma nova gravidez poderia afetar o lactente e que o sexo deixaria o leite impuro (Santos, 2019).

Essas complexas relações, bem como a questão das elites, também ficam imbricadas em outras peças realizadas por Bacci. Existem duas outras obras da artista no acervo do Museu de Arte Leopoldo Gotuzzo, ambas pertencentes à Coleção Século XX e incorporadas ao MALG por meio da Escola de Belas Artes. As obras em questão são bustos em gesso, de figuras provenientes de uma elite cultural pelotense, reconhecidas na cena artística do século XX na cidade de Pelotas. As peças intituladas ‘Busto de Marina de Moraes Pires’ (Figura 2) e ‘Busto de Leopoldo Gotuzzo [cópia]’, respectivamente, retratam a diretora da antiga EBA e o Patrono da instituição, o pintor pelotense Leopoldo Gotuzzo, posteriormente homenageado na criação do museu que carrega seu nome.

Figura 2 - Judith Bacci. Busto de Marina Moraes Pires. Escultura em gesso. 38x27x26cm. Sem data. Fotografia: Daniel Moura.



Fonte: Acervo Museu de Arte Leopoldo Gotuzzo CA/UFPeI.

Ambas as produções não possuem data, mas acredita-se que tenham sido realizadas ainda no contexto da Escola de Belas Artes. O busto de Marina possui a descrição em seu registro como sendo uma das primeiras peças realizadas pela artista, algo sem a possibilidade de confirmação. Na cópia do busto de Leopoldo Gotuzzo (Figura 3), há a informação de que seria uma cópia de um trabalho anterior atribuído a Augusto Pastorello. A obra de Pastorello, datada de 1930 (Betemps, 2018), viria a servir de molde para a confecção de um busto em bronze que foi incorporado ao acervo do museu.

Com base nessas informações, além da ficha que fazia menção às suas habilidades em escultura, podemos dizer que Judith já era reconhecida em meio à EBA por suas produções e habilidades artísticas. Perspectivamos que tal reconhecimento não possuía as dimensões de acordo com a relevância e qualidade de seu trabalho, levando em consideração a desigualdade racial e o contexto elitista da própria EBA, bem como a mentalidade da sociedade naquela época.

Figura 3 - Judith Bacci. Busto de Leopoldo Gotuzzo [cópia]. Escultura em gesso. 37x23x22cm. Sem data. Fotografia: Daniel Moura.



Fonte: Acervo Museu de Arte Leopoldo Gotuzzo CA/UFPel.

Bacci foi autora de diversos bustos de figuras políticas da região sul e do Brasil, além de figuras de cunho religioso. Segundo Mário Eugênio Bacci (2012), filho da escultora, as primeiras peças em escultura da artista teriam sido produzidas dentro do ambiente familiar, retratando os filhos e o marido. Após essas produções iniciais, posteriormente, a artista teria começado a observar as aulas na EBA e a produzir dentro da escola.

Também é mencionado que Judith recebia frequentes encomendas, tanto de pessoas comuns como de figuras públicas da cidade. Logo, podemos considerar que, através de seu trabalho, Bacci provia sustento para a sua família (2012). Além das encomendas de bustos para figuras importantes da época, a artista também desenvolveu alguns trabalhos de cunho religioso, principalmente ligados ao catolicismo e às religiões de matriz africana, na sua maioria, retratando figuras femininas:

Fazia também imagens religiosas de cunho católico e afro-brasileiro e, por último, dedicou-se a figuras estilizadas. Citam-se: a Iemanjá (na gruta no balneário dos prazeres em Pelotas); Mãe Preta; Mãe Josefina; Nossa Senhora com Cristo; Línguas de Fogo do Espírito Santo e Nu feminino violeta (Pereira; Silva, 2011 p. 3).

Em 2018, a Gruta da Iemanjá no Balneário dos Prazeres foi declarada patrimônio cultural e religioso da cidade de Pelotas, assim como a festa em homenagem a esta Orixá é considerada patrimônio imaterial do município (Magalhães, 2018). Esse espaço, considerado um patrimônio da cidade, de suma importância para a memória da religiosidade afro-brasileira, é um local de protagonismo de Judith. A representação de Iemanjá feita pela artista já faz parte do imaginário coletivo da população de Pelotas:

Desta maneira, a gruta de Iemanjá também serve como um lugar que propicia o fortalecimento da memória. É um local de reunião e devoção que faz parte da paisagem do Balneário do Prazeres. Ao falar em Iemanjá em Pelotas, o pensamento se volta também para a gruta e o contexto da praia. As festividades anuais na comemoração do dia da orixá também reforçam a memória religiosa dos umbandistas (Pereira, 2018, p. 138).

Logo, os relatos sobre Judith nos levam a refletir sobre o impacto da produção artística em sua vida, em sua própria poética como artista e das representações realizadas por ela. Na grande maioria das obras, é possível perceber figuras femininas relacionadas à cultura afro-brasileira. Como mencionam Pereira e Silva (2011), a artista representou inúmeras figuras femininas, tais como Iemanjá, Mãe Preta, Mãe Josefina, entre outras. Isso nos aproxima da obra escultórica ‘Mãe preta amamentando menino branco’, visto que a representação de mulheres negras ou mesmo de ícones femininos associados à cultura afro-brasileira sempre tiveram papéis protagonistas em sua produção artística.

Analisando a obra da artista, ficam evidentes as reflexões acerca das questões de desigualdade racial que foram perpetuadas ao longo de séculos por meio das estruturas coloniais em nosso país. As relações estabelecidas por Judith em sua obra demonstram que, mesmo um século após a abolição da escravatura no período em que produziu a peça, as desigualdades raciais ainda persistem em nossa sociedade.

Sabemos que a abolição da escravatura não solucionou os problemas de desigualdade racial no Brasil, visto que seus verdadeiros protagonistas continuam desconhecidos pelo grande público, como é o caso de Dandara dos Palmares, por exemplo (Lima, 2023). Ainda existe muito caminho a ser trilhado, principalmente no que tange à representatividade da mulher negra em diversos setores da sociedade. A representação de uma mulher negra na obra de Judith Bacci, uma artista negra autodidata pelotense, não apenas destaca a importância de preservação da memória e combate às injustiças que afetam vidas negras, mas também busca visibilizá-las nas instituições museais. É relevante ressaltar que muitas dessas instituições

foram estabelecidas através de uma visão colonialista (Vergès, 2023), pré-moldadas a partir de determinados cânones hegemônicos de conhecimento.

Considerações finais

A incorporação dos trabalhos de Judith Bacci ao acervo do Museu de Arte Leopoldo Gotuzzo (MALG) suscita diversas considerações significativas. Entre elas, destaca-se a importância da preservação, não apenas da memória da instituição, mas também da memória de Judith, uma notável artista negra de Pelotas que merece um lugar de destaque na história da arte, sendo reconhecida pela sua vasta produção escultórica desde os primórdios da EBA.

Além de sua inegável qualidade estética, a produção de Judith carrega um valor intrínseco de representatividade para além da própria materialidade da obra artística. Essa representatividade se faz fundamental em diversos contextos, incluindo o ambiente do museu, considerando que este é uma ‘herança’ da antiga Escola de Belas Artes, incorporando seu acervo. Faz-se necessário também ressaltar as influências e repercussões da obra de Judith na contemporaneidade. Isso é evidenciado pela inclusão de ‘Mãe preta amamentando menino branco’ na exposição ‘Dos Brasis – Arte e Pensamento Negro’, reverberando a obra da artista no panorama nacional. Essa exposição se dedica a relacionar as contribuições de artistas negros do Brasil em diferentes períodos, destacando o impacto duradouro e a relevância contínua da obra de Judith no contexto artístico e cultural.

A obra de Bacci não é apenas uma expressão artística, mas também um registro intrínseco da história das relações sociais da época em que foi criada, podendo suscitar reflexões sobre a própria Judith, mas também carregando nuances que dizem respeito ao período em que a artista viveu e produziu. Através da produção artística de Bacci, podemos refletir sobre as experiências de suas antecessoras, mulheres negras submetidas às relações coloniais em nosso país, e de como essas influências persistem na sociedade contemporânea. Ao representar uma mulher negra em um período não muito distante da abolição da escravatura, a obra de Judith lança uma crítica social profunda ao ambiente em que a artista vivia. Ela nos confronta com as narrativas em torno da escravidão e parte da narrativa colonial hegemônica sobre a história da própria cidade.

Dessa forma, a presença e exposição da obra de Judith nos museus não são apenas atos de preservação artística, mas também um compromisso com a representatividade e diversidade, bem como com a reconstrução das narrativas históricas, incluindo vozes e

perspectivas anteriormente negligenciadas e silenciadas. O legado de Judith ressoa não apenas na arte, mas na riqueza e complexidade da história e cultura de Pelotas e do Brasil como um todo.

Fontes

BACCI, Mário Eugênio. **Entrevista sobre a Sra. Judith Bacci**. Canal Racismo Ambiental BR. Youtube. 12 de nov de 2012. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=3Ag0xmZ_Zrc&t=1s&ab_channel=RacismoAmbientaBR. Acesso em 08 de dez. de 2023.

EBA. **Relação de títulos de Judith Bacci**. 1972. 1f. Documento. Não publicado. Coleção Escola de Belas Artes (EBA). Acervo do Museu de Arte Leopoldo Gotuzzo (MALG). 1972.

Referências Bibliográficas

BETEMPS, Leandro Ramos. **Augusto Pastorello: o escultor dos franceses in Povoadores de Pelotas** - RS/Brasil. 2018. Disponível em: <https://povoadoresdepelotas.blogspot.com.br/2018/03/augusto-pastorello-o-escultor-dos.html>. Acesso em 03 de nov de 2023.

GIL, Caroline. O trabalho da ama de leite no Brasil Republicano: A amamentação como questão de saúde e como serviço doméstico. In: **XVIII Encontro de História da Anpuh-Rio: História e Parcerias**. v.22. 2018. Disponível em: https://www.encontro2018.rj.anpuh.org/resources/anais/8/1529077530_ARQUIVO_TEXTOFinalAnpuh2018.pdf. Acesso em 20 de out. de 2023.

HERNÁNDEZ, Fernando. **Catadores da cultura visual: proposta para uma nova narrativa educacional**. Porto Alegre: Mediação, 2007.

JOSSO, Marie Christine. A transformação de si a partir da narração de histórias de vida. **Educação**, v. 30, n. 63, p. 413-438, 2007.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano**. Rio de Janeiro: Editora Cobogó, 2019.

LIMA, L. da S. A tentativa de apagamento da visibilidade da mulher negra no Brasil: da ausência de representatividade ao protagonismo. **Contribuciones a las Ciencias Sociales** [S. l.], v. 16, n. 9, p. 17528–17541, 2023.

MAGALHÃES, Clarice Rego. **A Escola de Belas Artes de Pelotas (1949-1973): trajetória institucional e papel na história da arte**. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Pelotas. 2013.

MAGALHÃES, Tânia. **Gruta de Iemanjá é declarada patrimônio cultural e religioso - Prefeitura Municipal de Pelotas**. Site Online. 2018. Disponível em: <https://www.pelotas.rs.gov.br/noticia/gruta-de-iemanja-e-declarada-patrimonio-cultural-e-religioso>. Acesso em 02 de dez. de 2023.

MATTOS, Nelma Cristina Silva Barbosa. A arte afro-brasileira e a circulação das identidades contemporâneas. **Revista de Antropologia da UFSCar**, v.5, n.2, p.126-143, jul/dez. 2013.

MARGS. Presença Negra no MARGS. 2022. Site Online. Disponível em: <https://www.margs.rs.gov.br/midia/presenca-negra-no-margs/>. Acesso em 28 de out. de 2023.

PEREIRA, Letícia Alves; SILVA, Ursula Rosa da. Arte, Realismo e Religiosidade na obra de Judith Bacci: um patrimônio a ser preservado. In: **Anais do XIII Encontro de Pós Graduação** (UFPel). Universidade Federal de Pelotas. 2011. p.1-4.

PEREIRA, Letícia Alves. **A identidade representada, da espiritualidade à materialidade (Pelotas-RS): a arte umbandista de Judith Bacci**. Dissertação (Mestrado em Memória Social e Patrimônio Cultural) - Universidade Federal de Pelotas. 2018. 186f.

PEREIRA, Letícia. Arte, realismo e religiosidade na obra de Judith Bacci: um patrimônio a ser preservado. **Anais do XIII Encontro de Pós-graduação da Universidade Federal de Pelotas**, v 1, n1. 2011.

RODRIGUES, Marta Bonow. Amas de leite: dos anúncios de jornais do Século XIX em Pelotas/RS à atualidade-relações de trabalho e afeto no cuidado com crianças. **Tessituras**, Revista de Antropologia e Arqueologia, v. 5, n. 1, p. 185-204, 2017.

SANTOS, Maria José Moutinho dos. A ama de leite na sociedade tradicional: uma leitura de folhetos de cordel. **História: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto**, v. 4, 2019.

SESC. **Dos Brasis: arte e pensamento negro**. Site Online. Disponível em: <https://www.sesc.com.br/atuacoes/cultura/artes-visuais/dos-brasis/>. 2023. Acesso em 22 de out. de 2023.

VERGÈS, Françoise. **Decolonizar o museu: Programa de desordem absoluta**. São Paulo: Ubu Editora. 2023.

Guerra do Paraguai: efemérides do centenário do conflito em Santa Maria

Paraguayan War: ephemera of the centenary of the conflict in Santa Maria

Beatriz Barbosa Bender,¹ UFSM

Resumo

O presente trabalho tem por objetivo expor reflexões iniciais acerca da dissertação que está em processo de construção no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria. Esta dissertação visa compreender a percepção, apropriação e uso da História por meio da análise das efemérides no centenário da Guerra do Paraguai em Santa Maria, cidade de importância nacional para as Forças Armadas. A Guerra do Paraguai (1864-1870) foi um evento histórico significativo para os países envolvidos e alvo de intensas revisões historiográficas ao longo dos séculos subsequentes ao conflito. Seu centenário abrange os anos de 1964 a 1970, período de tensões políticas e sociais no Brasil, marcado pela Ditadura Civil-Militar. A partir das fontes consultadas até o momento, percebe-se uma tentativa institucional de esquecimento do conflito, expressa pelo esforço em não comemorar.

Palavras-chave: Guerra do Paraguai; Centenário; Efemérides; Memória; Esquecimento.

Abstract

The purpose of this paper is to present initial reflections on the dissertation that is currently under construction in the Graduate Program in History at the Federal University of Santa Maria. This dissertation aims to understand the perception, appropriation and use of history by analyzing the ephemeris of the centenary of the Paraguayan War in Santa Maria, a city of national importance for the Armed Forces. The Paraguayan War (1864-1870) was a significant historical event for the countries involved and the subject of intense historiographical reviews over the centuries following the conflict. Its centenary covers the years 1964 to 1970, a period of political and social tensions in Brazil, marked by the Civil-Military Dictatorship. From the sources consulted so far, we can see an institutional attempt to forget the conflict, expressed by the effort not to commemorate it.

Keywords: Paraguayan War; Centenary; Ephemeris; Memory; Oblivion.

Introdução

O presente artigo é fruto de reflexões iniciais quanto a temática da pesquisa que está em desenvolvimento junto ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria. O mesmo tem por objetivo analisar a percepção, apropriação e uso da História através da análise de efemérides no centenário da Guerra do Paraguai em Santa Maria.

¹ Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em História pela Universidade Federal de Santa Maria, bolsista CAPES/DS.

A Guerra do Paraguai, ocorrida entre os anos de 1864 e 1870, mobilizou quatro países estes sendo o Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai. O conflito é caracterizado como basilar para as nações envolvidas, as modificando internamente e, no caso do Brasil, escrachando suas contradições e colaborando para o andamento de outros eventos históricos, tal como a abolição da escravização e a Proclamação da República.

Historiografia e memória do conflito

A Guerra do Paraguai passou por densas revisões historiográficas que deram luz a diferentes perspectivas para o conflito, as quais, sempre estavam intrinsecamente conectadas às transformações ideológicas de setores políticos, servindo para alicerçar suas perspectivas ou para enfrentá-las. Mesmo antes de seu término, surgiram publicações de membros das tropas que participaram ativamente da guerra, desenvolvendo narrativas épicas de suas experiências, como a obra pioneira do engenheiro Alfredo d'Escragolle Taunay, *A Retirada da Laguna*, publicada pela primeira vez em português em 1974, mas escrita em francês em 1968. Neste livro, Taunay descreve brevemente o comportamento agressivo do Paraguai como país provocador da guerra e, posteriormente, foca em suas próprias aventuras em direção a Mato Grosso.

As publicações após 1870 seguiram o mesmo estilo narrativo e as mesmas conclusões propostas por Taunay. Em resumo, grandes eventos épicos eram lembrados, enquanto a causa do conflito era inteiramente atribuída à figura de Solano López, retratado como um tirano ambicioso que levou seu país à ruína. Entre as obras dignas de menção, destaco *Reminiscências da Guerra do Paraguai* de Dionísio Cerqueira, publicado em 1910 em tom memorialístico. No entanto, com o fortalecimento do movimento republicano, surgiram narrativas que criticavam a atuação do Império na Guerra, bem como questionamentos sobre o desempenho dos líderes militares e as condições insalubres a que os soldados foram submetidos. É importante observar que, nesse momento, a legitimidade da Guerra ainda não era objeto de debate.

Segundo Francisco Doratioto (2009), após a instauração da República em 1889, a posição em relação à Guerra do Paraguai tornou-se ambígua. Enquanto intelectuais positivistas passaram a condenar a atuação do Império no conflito, militares de alta patente que participaram do golpe da república, como Floriano Peixoto e Deodoro da Fonseca, legitimavam a guerra. Uma intensa batalha ideológica dividiu os intelectuais da época, entre

aqueles que produziam justificativas para a nova ordem republicana, destacando os problemas do Império, e os que defendiam as ações da monarquia durante o conflito. Nomes como Taunay, Joaquim Nabuco e André Rebouças se destacaram na defesa das atuações do Império no Prata. Quanto às concepções positivistas no Brasil, Doratioto (2009) aponta que essas perspectivas filosóficas e políticas enfraqueceram com a morte de suas lideranças na década de 1920.

No início do século XX, uma revisão da temática emergiu no Paraguai, liderada por Juan Emiliano O’Leary (1922; 1925), que ressaltou a figura de Solano López como um grande líder e herói de guerra. Essa revisão atendeu a interesses econômicos e políticos, consolidando efetivamente o nacionalismo na sociedade paraguaia. Segundo Doratioto (2022), essa interpretação foi adotada por uma série de ditadores paraguaios: “Rafael Franco (1936-7) a oficializou; Higinio Morínigo (1940-8) a fortaleceu e Alfredo Stroessner (1954-1989) a tornou a ideologia oficial do Estado, a ponto de prender e exilar aqueles que dela divergissem” (Doratioto, 2022, p. 23). Essa virada historiográfica teve repercussões no Brasil, com a publicação de diversos trabalhos que contestam as novas perspectivas sobre a figura de Solano López. Lindolfo Collor (1926), Luis da Câmara Cascudo (1927), Baptista Pereira (1928) e Mário Barreto (1928-33) são exemplos de autores que enfrentaram esse debate.

Na década de 1930, Augusto Tasso Fragoso publicou sua grande obra intitulada *História da Guerra entre a Tríplice Aliança e o Paraguai*, dividida em 5 tomos. Nela, Fragoso contextualiza as origens do conflito, procurando entender a lógica que moveu López a desencadear a Guerra, bem como reflete sobre diversas críticas realizadas em estudos anteriores sobre as decisões tomadas pelos comandantes dos exércitos no desenrolar do conflito. Sua publicação foi considerada uma obra que encerrava os debates sobre a temática, não havendo grandes publicações posteriores a ela durante um longo período.

A próxima grande virada historiográfica referente à Guerra do Paraguai ocorre no final da década de 1960. *La Guerra del Paraguai: gran negocio!* de Leon Pomer (1968) é tido como marco inicial do revisionismo que colocou Solano López como um grande líder anti-imperialista. No Brasil, a obra fundamental para entender esta vertente foi publicada em 1979 por Julio José Chiavenatto, intitulada *Genocídio americano: a Guerra do Paraguai*, a qual se apropria e simplifica as ideias apresentadas por Pomer. Neste livro, Chiavenatto culpabilizou a Tríplice Aliança pelo conflito e alicerçou esta perspectiva em uma narrativa emocional, afirmando a interferência imperialista britânica no conflito. Esta obra tem cunho

intrinsecamente jornalístico e é desenvolvida sem fontes históricas; contudo, a mesma se popularizou e foi amplamente aceita, até mesmo por intelectuais, durante a década de 1980.

Doratioto (2022) explica o silenciamento frente ao revisionismo devido ao

[...] momento histórico em que foi gerado e se desenvolveu, nas décadas de 1960 e 1980, quando as sociedades desta parte da América do Sul viviam sob ditaduras militares, que, apesar de castradoras das liberdades civis, reivindicavam para si a defesa do pensamento liberal. Uma das formas de combater essas ditaduras era desmoralizar seus referenciais históricos, seus ídolos - na Argentina, Mitre; no Brasil, o duque de Caxias - e seus alicerces ideológicos. Daí o espírito acríptico com que o mundo acadêmico aceitou e reproduziu, naquele momento, publicações 'revisionistas' sobre a Guerra do Paraguai, mistificadoras de Solano López, e que responsabilizavam o imperialismo britânico pelo conflito (Doratioto, 2022, p. 24).

O primeiro trabalho a contestar essas perspectivas e dar início à Nova História da Guerra do Paraguai é o livro originado da tese defendida em 1983 por Luiz Alberto Moniz Bandeira, intitulado *O expansionismo brasileiro: o papel do Brasil na bacia do Prata; da colonização ao Império*. Contudo, esta obra permaneceu sem reverberações até o início da década de 1990, quando diversos outros autores publicaram teses, dissertações e livros que, agora, eram alicerçados em teorias e metodologias da ciência histórica. Eles davam novos enfoques para a origem da guerra, eram críticos ao revisionismo e se concentravam em temáticas específicas para desenvolver suas análises. Alguns exemplos são Ricardo Salles (1990), Francisco Doratioto (1991), Ana Paula Squinelo (2002), Mauro César Silveira (1996) e Renato Lemos (1999). Ainda hoje, a grande obra referência na área é o livro publicado em 2002 por Francisco Doratioto, intitulado *Maldita Guerra: Nova História da Guerra do Paraguai*, no qual o autor realiza estudos densos sobre diversos aspectos do conflito, utilizando uma quantidade exorbitante de tipos documentais como fonte histórica.

A partir da Nova História da Guerra do Paraguai, diversas temáticas relacionadas ao conflito passaram a ser exploradas, e nesse contexto, os estudos sobre memória se inserem na historiografia. Francisco Cabral Alambert Junior é pioneiro no estudo da Guerra do Paraguai por meio de uma perspectiva cultural. Em sua tese (1998), o autor discorre sobre os projetos de Brasil que surgem com força após o conflito, geralmente regidos por um esforço "civilizador", expresso no binômio de "civilização" e "barbárie". Essas perspectivas justificaram projetos políticos e culturais tanto no Segundo Reinado quanto na Primeira República, sendo este o recorte temporal empregado pelo autor. Para desenvolver tal análise, Alambert Junior se dedica principalmente a produções literárias do período, analisando

autores como Euclides da Cunha, Visconde de Taunay, Raul Pompéia, José Veríssimo e Machado de Assis.

Marcelo Santos Rodrigues, em sua tese *Guerra do Paraguai: Os Caminhos da Memória entre a Comemoração e o Esquecimento*, defendida em 2009 na Universidade Federal de São Paulo, aborda os processos de memória e esquecimento no imediato pós-Guerra. O autor destaca que a promoção de desfiles na corte dos batalhões que voltavam da campanha, assim como o primeiro esforço para desenvolver monumentos sobre a guerra e seus heróis, fazia parte de um projeto de modernidade em curso no Império, fortemente influenciado por ideias provenientes da França. No entanto, quase imediatamente após essa efervescência, devido ao abandono do grande contingente de voluntários e demais combatentes na guerra, que solicitavam auxílio devido a doenças e mutilações originadas na campanha, bem como às reivindicações de pensões das viúvas enlutadas pelos cônjuges falecidos, o Império inicia um processo de apagamento da memória do conflito, deslegitimando esses pedidos de indenizações e pensões. Segundo o autor, esse processo de esquecimento é agravado pelo contexto histórico caracterizado por diversas transformações sociais e políticas.

O autor também destaca a relação da República com esses processos, pois a mesma necessitou legitimar-se por meio de seus grandes heróis, que foram selecionados dentre os grandes combatentes da Guerra que eram republicanos, criando assim uma nova memória para o conflito. A República também procurou cumprir as promessas que o Império fez aos voluntários da pátria. No entanto, mesmo após o decreto 1.687, promulgado em 1907, que garantia uma série de direitos aos oficiais e praças sobreviventes, a grande maioria dos sobreviventes continuou sem nenhum tipo de auxílio. Isso se deve ao fato de que a execução da lei estava condicionada à comprovação do mérito, e sem recursos para se dirigir à capital do país e sem os documentos necessários, a lei não se aplicou efetivamente.

Para além, o autor destaca que mesmo a memória da Guerra não estando em voga na agenda do Império e da República, o Exército e a Marinha

[...] não deixaram de recordar anualmente as vitórias contra o inimigo e, assim, exaltar suas participações na campanha. [...] Todavia, essas comemorações eram motivadas por duas questões pertinentes: a disputa pela memória gloriosa e o reconhecimento de que as duas instituições ingressavam na vida política do Brasil, notadamente o Exército (Rodrigues, 2009, p. 306).

Por fim, saliento que o autor destaca o papel da imprensa neste processo de esquecimento, a qual optou por noticiar os novos acontecimentos políticos e sociais em detrimento de outros assuntos, tal como a memória da Guerra, suas consequências e agentes. Para além, o autor afirma que alguns redatores justificam seus silenciamentos quanto a temática devido a repugnância emanada da população em geral sobre o assunto, devido a ser um tema sensível. Poucas referências às batalhas ocorridas durante a Guerra foram encontradas na imprensa carioca pelo pesquisador, o qual destaca que, ao lembrar dos horrores cometidos pelo Paraguai, a sociedade e as futuras pesquisas na área, seriam também confrontadas pelos horrores cometidos pelo Brasil.

Ana Beatriz Ramos de Souza, em sua tese defendida em 2020, intitulada *Mártires da véspera: a construção da memória sobre a Guerra da Tríplice Aliança (1870-1945)*, desenvolve um denso estudo sobre os processos de memória e esquecimento do conflito, com um recorte que compreende de 1870 a 1945. Assim como Rodrigues (2009), a autora se debruça sobre as ações de memória do Império no imediato pós-Guerra, em um momento em que a memória se confundia com a história que se gostaria de constituir sobre o conflito. Contudo, a autora avança no recorte temporal, passando pelo Império e seguindo para diversos governos republicanos.

Sua tese é dividida em dois grandes blocos, no primeiro a autora aborda temáticas como a Construção do Asilo de Exilados da Pátria e das discussões sobre a criação de um Museu para abrigar as relíquias da Guerra, bem como seus respectivos abandonos por parte do Estado. Explora também a relação entre a tentativa de esquecimento evocada por positivistas na década de 1920, em consonância com o entusiasmo de Gustavo Barroso em construir um Museu que guardasse a História Nacional, com ênfase na Guerra. Destaca ainda a Guerra do Paraguai sendo exaltada novamente durante o governo Vargas devido à necessidade de arregimentação de tropas para a Segunda Guerra Mundial. A autora também desenvolve uma toponímia da Guerra no Rio de Janeiro através das nomeações de espaços públicos, como ruas e praças, que possuem referência ao conflito.

Dentro desse mesmo recorte temporal, na segunda parte de sua dissertação, a autora reflete sobre iniciativas particulares de recordações, as quais se apropriaram e constituíram discursos que integraram um imaginário coletivo. Para tal análise, são exploradas obras literárias, diários, reminiscências e publicações de jornais referentes à guerra. Neste momento, enfatiza-se suas problematizações sobre a eterna memória de grandes nomes enquanto outros

são relegados a locais de esquecimento. Por fim, a autora faz algumas contribuições quanto aos cemitérios receptores de memória e aos cemitérios monumentos, realizando uma densa análise de seus sentidos e funções concretas.

Quanto à temática da memória da Guerra do Paraguai no interior das Forças Armadas, destaco dois trabalhos que foram localizados até o momento nos repositórios de teses e dissertações da CAPES, sendo as dissertações de Marcos Pereira Antunes (2007) e Rodrigo Perez Oliveira (2011). Em seu trabalho *Uma batalha simbólica: memória da retirada da Laguna no contexto de profissionalização do Exército Brasileiro (1906-1930)*, Marcos Antunes tem como objetivo analisar os discursos presentes em três obras escritas por autores militares ou ligados ao Exército, publicadas na década de 1920. Estas obras são: *A epopeia da Laguna, comemoração que se impõe, dívida sagrada a resgatar*, do coronel do Exército e professor da Escola Militar José Feliciano Lobo Vianna; *A Epopeia de Mato Grosso no bronze da história (1926)*, do Capitão do Exército e também professor da Escola Militar, Pedro Cordolino de Azevedo; e *Heroes Abandonados, peregrinação aos lugares históricos do sul de Mato Grosso (1925)*, de Armando Arruda Pereira, engenheiro que projetou uma série de quartéis do Exército em Mato Grosso.

Neste sentido, o autor disserta que a retirada da Laguna se tornou um símbolo importante da identidade dos militares brasileiros. A partir do início do século XX, o Exército iniciou um processo de identificação de seus integrantes com os "heróis" do passado, incluindo os participantes das ações realizadas no Sul do antigo estado do Mato Grosso, por ocasião da guerra contra o Paraguai, conhecida como retirada da Laguna. O autor discorre que, a partir deste momento, o Exército passou a valorizar a luta, o sofrimento e a abnegação como elementos fundamentais da identidade militar, deste modo, as três obras mencionadas consolidaram a identidade militar e, além disso, fundamentaram o processo de profissionalização militar ocorrido no início do século XX.

Rodrigo Oliveira (2011) em sua dissertação *As armas e as letras: a Guerra do Paraguai na memória oficial do Exército Brasileiro (1881-1901)* analisa a atuação do Exército brasileiro pela perspectiva da memória, abordando os diferentes usos da representação do passado desenvolvida através da institucionalização de um discurso oficial, em seu processo de sedimentação. Para tal o autor utiliza fontes militares variadas, tal como jornais, revistas e bibliografias, todas produzidas e publicadas por militares.

Frente ao levantamento exposto, minha dissertação visará responder questões que ainda não foram exploradas. Como é possível perceber através do breve levantamento acima, a temática da Guerra do Paraguai passou por um longo processo de transformações historiográficas até o presente, contudo, todas essas transformações serviram de alguma forma para corroborar com projetos políticos, deste modo, também afetando as perspectivas de memória quanto ao conflito. Com os trabalhos de Francisco Cabral Alambert Junior, Marcelo Santos Rodrigues e Ana Beatriz Ramos de Souza foi possível compreender os embates de memória desde o fim do conflito até, no estudo com maior amplitude temporal, o fim do Estado Novo (1945), tendo algumas reflexões que tangem a atualidade, tal como a toponímia da Guerra na cidade do Rio de Janeiro.

Quanto aos dois trabalhos que se propõe a pensar a memória da Guerra do Paraguai dentro do exército brasileiro, ambos tem um recorte temporal bastante recuado no tempo, e ambos pensam nos processos de institucionalização de uma memória da Guerra dentro do exército, porém Marcos Antunes faz suas reflexões através do evento da Retirada da Laguna e a forma que esse acontecimento sedimentou diversas perspectivas dentro da corporação, enquanto Rodrigo Oliveira pensa na influência da Guerra para a elaboração de um discurso memorialístico e histórico que oficial e que reverbera na atualidade.

Neste sentido, minha dissertação visa compreender de que forma a Guerra do Paraguai foi manejada, principalmente através de efemérides, em um recorte ainda não estudado, seu centenário (1964-70). Devido ao fato de que a pesquisa tem seu foco em efemérides, é evidente que a memória e o esquecimento são temas centrais: o que se deseja comemorar? Por quais setores? De quais formas? Quais vertentes historiográficas são evocadas para fundamentar tais ações? Estes são alguns dos aspectos que devem ser levados em consideração ao buscar compreender os usos de narrativas sobre a Guerra em um momento em que o Brasil se encontra em meio a graves crises políticas, sociais e humanitárias, sendo o recorte do centenário do conflito nos anos de 1964 a 1970, quando o país estava envolto à Ditadura Civil-Militar.

Com o objetivo de compreender concepções teóricas sobre as ações, principalmente as públicas e políticas, de memória e esquecimento, serão abordados inicialmente duas obras para reflexão. Estes são *A memória, a história, o esquecimento* de Paul Ricoeur (2007) e *Culturas do passado – presente* de Andreas Huyssen (2014).

Em sua obra, Ricoeur inova ao colocar o esquecimento em pé de igualdade com a memória, pois até então, o esquecimento era tido como um erro da memória, uma lacuna. Sob essa perspectiva, o conceito de memória se definiria como a luta contra o esquecimento. Ao desenvolver sua teoria sobre o tema, o autor aborda dois meios pelos quais o esquecimento ocorre: através do apagamento de rastros, que engloba aspectos materiais, psíquicos e cerebrais, e através do que ele chama de “esquecimento de reserva”.

O que é vital para a construção do trabalho em questão são as relações entre verdade e narrativas, bem como a compreensão de como essas relações se manifestam nos processos de esquecimentos públicos institucionalizados. Ricoeur afirma que a narrativa sempre possui uma dimensão seletiva e excludente. Dessa forma, as construções das histórias oficiais direcionam a composição dessa narrativa, retirando esse poder dos atores sociais, em um processo que muitas vezes, esses atores devido a processos psíquicos complexos gestados em momentos de tensões e traumas, optam por não narrarem a si mesmos como uma forma de escapar da memória, escolhendo o "não-querer-saber".

De maneira incisiva, Ricoeur elabora sobre ações conjuntas que trazem à tona a memória manipulada, tal como

[...] a estrutura patológica, a conjuntura ideológica e a encenação midiática juntaram regularmente seus efeitos perversos, ao passo que a passividade desculpatória se concilia com a artimanha ativa das omissões, das cegueiras, das negligências. A famosa “banalização” do mal não passa, nesse sentido, de um efeito-sintoma dessa combinatória ardilosa (Ricoeur, 2007, p. 459).

Deste modo, o esquecimento ativo e passivo, presente comumente hoje, é produto de uma série de fatores, os quais, trazem questionamentos aos historiadores, tal como as temáticas que devem ser levantadas, suas relevâncias para o presente e quais as maneiras mais apropriadas para abordá-las.

Ricoeur posteriormente complexifica o entendimento dos abusos associados aos esquecimentos institucionais, notadamente os realizados por meio de anistias. Em resumo, o autor argumenta que a anistia tem o propósito de encerrar graves desordens políticas que impactam a paz civil, mas surgem diversas problemáticas decorrentes desse processo de esquecimento institucionalizado, as quais são posteriormente analisadas por Andreas Huyssen em sua obra *Culturas do passado – presente*. Em síntese, Ricoeur destaca a ligação entre a anistia e um passado proibido, que não aborda os processos de trauma visando à superação, mas simplesmente impede a revisitação do tema. O próprio autor reconhece que é útil para um

Estado encerrar conflitos por meio de um ato institucional que responsabiliza ambas as partes pelas violências cometidas, reafirmando a unidade nacional. No entanto, geralmente esses processos apagam da memória os crimes cometidos e suas consequências para as sociedades.

Mais recentemente, Andreas Huyssen, em seu capítulo *Resistência à memória: usos e abusos do esquecimento público*, afirma que o esquecimento ainda é considerado, mesmo após os esforços de Ricoeur, como uma falha da memória que deve ser suprimida. O autor menciona Walter Benjamin ao abordar o vácuo teórico em torno do esquecimento, contextualizando-o no momento pós-Segunda Guerra Mundial, no qual não se desejava evocar aspectos que pudessem gerar esquecimento.

Huyssen tece críticas também a Paul Ricoeur o qual afirma que apesar de seu trabalho ser intitulado por *A memória, a história, o esquecimento* o mesmo não constrói uma base sólida para se pensar uma ética do esquecimento, para além de uma patologia, contudo também destaca que este foi um importante esforço na busca de diferenciar as maneiras que se dão o esquecimento nas esferas públicas e políticas. Neste mesmo sentido, o autor ainda destaca que muitos trabalhos são produzidos enfatizando os excessos de memória, mas nenhum dos mesmos realmente faz uma defesa ao esquecimento, nem se propõe a realizar reflexões teóricas que corroborem com o campo.

Em suma, o autor declara que o senso comum, que coloca a memória contra o esquecimento e considera o esquecimento como unicamente um fator constitutivo da memória, precisa ser revisto, de modo que “o esquecimento precisa ser situado num campo de termos e fenômenos como silêncio, desarticulação, evasão, apagamento, desgaste, repressão – todos os quais revelam um espectro de estratégias tão complexo quanto à própria memória” (Huyssen, 2014, p. 158).

Após a apresentação das ideias dos autores, destacam-se algumas construções teóricas sobre as formas de esquecimento elaboradas na obra de Ricoeur, mas que são problematizadas por Huyssen. Estas incluem: o esquecimento como uma memória impedida, aspecto intrinsecamente relacionado às concepções freudianas; o esquecimento através da memória manipulada, que se relaciona com as problemáticas anteriormente abordadas sobre as narratividades e sua seletividade; e, por último, o esquecimento obrigatório, referindo-se aos processos de esquecimento institucionalizados, frequentemente observados em casos de anistia.

De maneira inovadora, Huyssen traz novas perspectivas ao pensar nas formas de esquecimento teorizadas por Ricoeur, utilizando exemplos como a luta das mães da Praça de Maio em relação aos desaparecidos políticos da Ditadura Civil-Militar Argentina. Ao analisar sua atuação após a instauração da anistia no país, percebe-se que essa forma de esquecimento institucional não acalmou as reivindicações da sociedade. Além disso, o exemplo do silenciamento em diversas esferas, tanto públicas quanto praticado pela sociedade e até mesmo pela academia alemã, em relação aos bombardeios estadunidenses contra os alemães no final da Segunda Guerra Mundial, traz à tona a noção de memória manipulada. Nesse caso, o esquecimento se deu por meio da narrativa em que a sociedade, em um momento de luto e resignação, escolheu silenciar. Dessa forma, isso problematiza concepções associadas aos conceitos, pois, como demonstrado, nem toda anistia resulta em um silenciamento hegemônico, e nem toda escolha de narrativas é prejudicial, dependendo de seus contextos de produção.

Após o levantamento do estado da arte e a apresentação do aporte teórico, torna-se evidente a necessidade de esforço para compreender as formas de memória e esquecimento políticos relacionados à Guerra do Paraguai, dada sua importância no desenrolar da História dos países envolvidos e sua subsequente influência narrativa. Com esse propósito, busquei fontes periódicas para elaborar sobre o assunto, considerando que a cidade de Santa Maria se destaca como um polo militar de importância nacional.

Ao tratar metodologicamente das fontes periódicas, as concepções de Tania Regina de Luca (2006) e Eric Brasil e Leonardo Fernandes Nascimento (2020) se tornam vitais, pois ambos expõem concepções e dicas para realizar um estudo crítico e completo, deste modo pretendo – ao pesquisar os periódicos disponíveis no Arquivo Histórico de Santa Maria e na Hemeroteca Digital Brasileira – analisar quais são os discursos desses jornais, quem são seus patrocinadores, qual o público destinado, como se dá a sua publicidade, bem como o seu posicionamento político em geral, de modo que, ao encarar as notícias e as colunas em suas páginas, se tenha a competência de perceber suas intenções.

Com isso, destaco aqui duas colocações importantes percebidas através das primeiras análises do jornal *A Razão*: existem algumas lacunas no acervo disponível do periódico no Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria, não estando disponível para pesquisa alguns de seus números na temporalidade estudada, fato que precisa ser exposto devido ao comprometimento de uma análise integral; de forma geral, o periódico nos anos de 1964-70 se

colocou a favor da Ditadura Civil-Militar em curso, porém, além de discursos e notícias político-partidárias, o periódico faz uma boa cobertura do cotidiano da cidade de Santa Maria, sempre havendo publicações sobre eventos culturais, esportivos e educativos, bem como notícias diversas sobre os acontecimentos cotidianos da cidade.

Em suma, por meio das fontes coletadas até o presente momento, observo uma tentativa de esquecimento por parte do Estado e das Forças Armadas, que, neste momento, se confundem devido ao país estar imerso na Ditadura Civil-Militar. O esforço de esquecimento é evidenciado pela ausência de menções nos jornais a qualquer efeméride relacionada à Guerra do Paraguai, contrastando com as diversas publicações encontradas sobre eventos militares e civis na cidade no mesmo período (1964 – 1970). Isso suscita hipóteses que ainda estão em processo de construção e elaboração mais aprofundada.

Considerações finais

Dentre estas hipóteses que estão sendo analisadas, até o presente momento acredito que a realização de festejos sobre o centenário da Guerra foi desencorajada pelas autoridades políticas brasileiras as quais não almejavam desagradar o país Guarani, pois, como se pode perceber através de outras pesquisas, tal como a de Ricardo Yegros e Liliana Brezzo (2013), haviam processos em curso que tangem as relações internacionais que necessitavam de uma boa relação entre o Brasil e o Paraguai, mais precisamente, entre as ditaduras instauradas nos dois países em questão, pois o Paraguai estava sendo governado pelo ditador Alfredo Stroessner que alcançou o poder supremo do país em 1954 e apenas saiu do governo em 1989 devido a dissidências internas em seu alicerce governamental, o Partido Colorado. As relações amistosas entre os dois países foram cultivadas pelo menos desde o governo de Juscelino Kubitschek (1956 – 1961) devido ao desenvolvimento da Operação Pan-Americana (OPA) e continuaram posteriormente ao recorte do centenário da Guerra, onde a colaboração entre ambas as ditaduras parecia ser algo bastante desejável e, na década de 1970, com a Operação Condor, essa relação continuaria forte.

Para além, lembrar da Guerra e propor manifestações e debates públicos sobre o tema podia abrir espaço para os revisionismos que estavam ganhando notoriedade no Brasil, visto o que foi apresentado no início deste trabalho. De fato, não seria desejável, para ambas as ditaduras militares, terem seus arquivos revirados e a memória das suas Forças Armadas

colocadas em xeque pela população. Assim sendo, o ato de “esquecer”, mesmo que circunstancialmente, também tem fins políticos no presente.

A pesquisa que está em desenvolvimento apresentada se encontra ainda em um processo de análise das fontes coletadas e em busca de novos tipos de documentos que corroborem com novas percepções sobre as análises comentadas, contudo, saliento a dificuldade de acesso aos acervos militares da cidade de Santa Maria, os quais não estão disponíveis para livre pesquisa, este sendo um empecilho para a elaboração da dissertação em curso.

Referências Bibliográficas

- ALAMBERT JUNIOR, Francisco Cabral. **Civilização e barbárie, história e cultura: representações culturais e projeções da "Guerra do Paraguai" nas crises do Segundo Reinado e da Primeira República.** Tese (Doutorado) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.
- ANTUNES, Marcos Pereira. **Uma Batalha simbólica: memória da retirada da Laguna no contexto de profissionalização do Exército Brasileiro: (1906-1930).** Dissertação (Mestrado) – Pós-Graduação em História, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2007.
- BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **O expansionismo brasileiro: o papel do Brasil na Bacia do Prata - da colonização ao Império.** Rio de Janeiro: Philobiblion, 1985.
- BRASIL, Eric; NASCIMENTO, Leonardo Fernandes. História digital: reflexões a partir da hemeroteca digital brasileira e do uso de caqdas na reelaboração da pesquisa histórica. **Estudos Históricos** (Rio de Janeiro), v. 33, n. 69, p. 196-219, 2020.
- CERQUEIRA, Dionísio. **Reminiscências da campanha do Paraguai, 1865-1870.** Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1980.
- CHIAVENATTO, Julio José. **Genocídio Americano: a Guerra do Paraguai.** São Paulo: Editora Brasiliense, 1979.
- DORATIOTO, Francisco. **Guerra do Paraguai; 2º visão.** São Paulo: Brasiliense, 1991. 83 p.
- DORATIOTO, Francisco. História e Ideologia: a produção brasileira sobre a Guerra do Paraguai. **Nuevo Mundo Mundos Nuevos**, [S.I], v. 00, n. 00, p. 49012, 13 jan. 2009.
- DORATIOTO, Francisco. **Maldita Guerra: nova história da Guerra do Paraguai.** 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.
- FRAGOSO, Augusto Tasso. **História da Guerra entre a Tríplice Aliança e o Paraguai.** Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1960.
- HUYSSSEN, Andreas. **Culturas do passado – presente.** Rio de Janeiro: Contraponto – Museu de Arte do Rio, 2014.
- LEMOS, Renato Luís do Couto Neto e. **Benjamin Constant: vida e história.** São Paulo: Topbooks, 1999.
- LUCA, Tania Regina. Fontes impressas: História dos e nos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi. **Fontes históricas.** São Paulo: Contexto, 2006, p. 111-153.

- O'LEARY, Juan Emiliano. **El libro de los héroes**: páginas históricas de la Guerra del Paraguay. Asunción: Librería Mundial, 1922.
- O'LEARY, Juan Emiliano. **El mariscal Solano López**. 2. ed. Madri: Imprenta de Félix Molinos, 1925.
- OLIVEIRA, Rodrigo Perez. **As armas e as letras**: a Guerra do Paraguai na memória oficial do exército brasileiro (1881-1901). Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.
- POMER, León. **La Guerra del Paraguai**: gran negocio! Buenos Aires: Caldén, 1968.
- RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Ed. da Unicamp, 2007.
- RODRIGUES, Marcelo Santos. **Guerra do Paraguai**: os caminhos da memória entre a comemoração e o esquecimento. Tese (Doutorado) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.
- SALLES, Ricardo. **Guerra do Paraguai**: escravidão e cidadania na formação do Exército. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- SILVEIRA, Mauro César. **Solano López na mira da imprensa ilustrada da corte**: a caricatura como arma na Guerra contra o Paraguai. 1996. Dissertação (Mestrado) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1996.
- SOUZA, Ana Beatriz Ramos de. **Mártires da véspera**: a construção da memória sobre a Guerra da Tríplice Aliança (1870-1945). Tese (Doutorado) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.
- SQUINELO, Ana Paula. **A Guerra do Paraguai**, essa desconhecida... ensino, memória e história de um conflito secular. Campo Grande: UCDB, 2002.
- TAUNAY, Alfredo D'Escragnolle. **A retirada da Laguna**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. Tradução e organização Sergio Medeiros.
- YEGROS, Ricardo Scavone; BREZZO, Liliana. **História das Relações Internacionais do Paraguai**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2013.

O Partido Trabalhista Brasileiro em Santa Cruz do Sul na experiência democrática (1945-1964)

The Brazilian Labor Party in Santa Cruz do Sul in the democratic experience (1945-1964)

Gustavo Henrique Kunsler Guimarães,¹ UNISINOS

Resumo

O presente trabalho tem por objetivo analisar a formação e atuação do Partido Trabalhista Brasileiro em Santa Cruz do Sul, compreendendo sua formação, eleições, resultados eleitorais e principais lideranças. Tal proposta tem como recorte cronológico o período conhecido como experiência democrática (1945-1964). Para o desenvolvimento, a comunicação mobiliza como fontes o jornal Gazeta de Santa Cruz, que na segunda metade da década de 1950 passou a ser chamado de Gazeta do Sul. Além do periódico, também se utiliza o Banco de dados eleitorais da Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC), que disponibiliza informações sobre os resultados dos pleitos analisados no trabalho. A partir de uma abordagem qualitativa, o que se investiga é como se deu a estruturação do partido, sua força eleitoral, dinâmica em cada pleito e como estas questões reverberaram no periódico, que no período era o maior no município.

Palavras-chave: Partido Trabalhista Brasileiro; Santa Cruz do Sul; Eleições; História Política.

Abstract

The present study aims to analyze the formation and performance of the Brazilian Labor Party in Santa Cruz do Sul, including its formation, elections, electoral results and main leaders. This proposal has as its chronological outline the period known as the democratic experience (1945-1964). For development, communication uses as sources the newspaper Gazeta de Santa Cruz, which in the second half of the 1950s began to be called Gazeta do Sul. In addition to the periodical, is also used the Electoral Database of the University of Santa Cruz do Sul (UNISC), which provides information on the results of the claims analyzed in the study. From a qualitative approach, what is investigated is how the party was structured, its electoral strength, dynamics in each election and how these issues reverberated in the newspaper, which at the time was the largest in the municipality.

Keywords: Brazilian Labor Party; Santa Cruz do Sul; Elections; Political History.

Introdução

Refletir sobre o processo de estruturação das forças político-partidárias em diferentes espaços, se torna um ponto relevante para compreender como características de determinada sociedade se manifestam nesta seara. Neste artigo, o que se propõe é ampliar a análise sobre o

¹ Licenciado em História pela Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC). Mestre em História pela Universidade de Passo Fundo (UPF). Atualmente é doutorando no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS).

Partido Trabalhista Brasileiro em Santa Cruz do Sul, compreendendo sua formação, eleições, resultados eleitorais e principais lideranças.

Diversas pesquisas já trataram da política no município de Santa Cruz do Sul. Dentre elas poderíamos citar a pesquisa de Silvana Krause *Economia, política e religião em Santa Cruz do Sul na República Velha* (1991), pensando no período proposto neste artigo (1945-1964), se pode destacar os trabalhos de João Pedro Schmidt, *As Eleições em Santa Cruz Do Sul, passo a passo* (2004a), *Capital social e participação política em Santa Cruz do Sul: um aparente paradoxo* (2004b), *Comportamento eleitoral e ideologia em Santa Cruz do Sul: o nazismo, o integralismo e a esquerda* (2004c) e *Continuismo e conservadorismo nas eleições de Santa Cruz do Sul* (2004d). Mais recente, ainda se destacam o artigo publicado por Andrius Noronha, *A formação política de uma comunidade de imigrantes alemães no sul do Brasil: o caso de Santa Cruz do Sul (da Primeira República ao Regime Militar, 1889-1965)* (2019) e as produções de conclusão de curso de Gustavo Henrique Kunsler Guimarães, *As eleições estaduais de 1947 no Rio Grande do Sul pelas páginas da Gazeta de Santa Cruz do Sul: da formação dos diretórios municipais em Santa Cruz do Sul à articulação das lideranças político-partidárias* (2016) e Márcia Cristina Kaeffer, *A redemocratização em Santa Cruz do Sul: as eleições de 1947 à formação do Partido Social Democrático (PSD)(1945-1947)* (2017). Nas pesquisas citadas, a lógica político-partidária foi abordada em maior ou menor profundidade.

Para contribuir ao campo, a análise proposta neste texto tem como fonte o principal periódico santa-cruzense do período, a *Gazeta de Santa Cruz*, que passou a ser chamado de *Gazeta do Sul* na segunda metade da década de 1950. A partir de princípios de categorização presentes em Bardin (2016), se procura mapear, organizar e analisar as fontes, no sentido de colaborar com a proposta. Para a análise dos resultados eleitorais, se utiliza o Banco de dados eleitorais da Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC), que disponibiliza informações sobre os resultados dos pleitos compreendidos neste texto.

Logo, o que se investiga é como se deu a estruturação do partido, sua força eleitoral durante o período analisado e como estas questões reverberaram no periódico santa-cruzense. Neste sentido, espera-se contribuir para as pesquisas em história política do município, problematizando a seção do Partido Trabalhista Brasileiro em Santa Cruz do Sul.

Partidos Políticos na Experiência Democrática (1945-964)

Os partidos políticos se configuram como um importante espaço de interação e representação na lógica eleitoral. No reconhecido texto *Os Partidos*, Serge Berstein (2003) discorre sobre a configuração e forma de atuação dos partidos. Em seu raciocínio, o autor recorre a diversos pensadores para compreender a criação, funcionamento, lógica interna e formas de representação de uma agremiação. Buscando respostas nas publicações de cientistas políticos americanos, cita critérios que definem os partidos em relação a outras forças políticas, tais como: a duração no tempo, a extensão no espaço, a aspiração ao exercício do poder e a vontade de buscar apoio da população. O autor pontua que “um partido é antes de tudo, uma reunião de homens em torno de um objetivo comum, e é em primeiro lugar sobre aqueles que reúne que ele é capaz de nos esclarecer” (Berstein, 2003, p. 72). Berstein coloca que “uma vez nascido, o partido político torna-se um organismo vivo que tem sua existência própria e proporciona a si mesmo os meios de durar” (2003, p. 69). Para isso são necessários mecanismos de manutenção da estrutura partidária, a fim de que ela não seja efêmera.

Em nível nacional três grandes partidos surgiram no Brasil após o Estado Novo: o Partido Social Democrático (PSD), o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e a União Democrática Nacional (UDN). Os dois primeiros partidos foram criados a partir da principal figura política do país, Getúlio Vargas. Enquanto o primeiro foi formado por membros da antiga máquina burocrática do Estado Novo, o segundo tinha suas bases ligadas a setores mais populares. Já a UDN se configurou como um partido de oposição a Getúlio Vargas. Enquanto no plano nacional PSD e PTB faziam coligações, tal coesão não ocorreu no Rio Grande do Sul, onde os partidos disputaram a hegemonia durante todo o período de suas existências. No estado “agrupando-se as coalizões partidárias formadas no período que vai de 1950 a 1960, encontram-se aí pelo menos dois blocos distintos: o do PTB e seus aliados, e o do PSD e dos conservadores”. (Baquero; Prá, 2007, p. 80).

No caso dos partidos políticos brasileiros, sobretudo a partir de 1945 quando da criação do Partido Trabalhista Brasileiro, existem diversas pesquisas discorrendo sobre tal processo. Lucília de Almeida Neves (2001) analisa a formação do partido sugerindo três tendências ideológicas: os getulistas pragmáticos, os doutrinários trabalhistas e os pragmáticos reformistas. Já no caso sul-rio-grandense, a obra de Miguel Bodea (1992) coloca a formação do partido ligada a confluência de três correntes: sindicalista, doutrinário-pasqualinista e pragmático-getulista. Como apontado por João Batista Carvalho da Cruz “tal

classificação, a nosso ver, é parcial, e válida apenas para os anos iniciais do partido no estado. Isso porque ela indica tão somente as origens de atuação (social, política e profissional) dos grupos que formaram o PTB gaúcho” (2017, p. 34).

Maria Celina D’Araújo (1996) aponta em sua obra as dificuldades em trabalhar com tais definições. Além da autora, estudos mais recentes como os de Maura Bombardelli (2016), Diego Orgel Dal Bosco Almeida (2020) e Douglas Souza Angeli (2020), vêm discutindo tais classificações, visto que elas não comportam em sua totalidade, as diferentes formas de inserção no campo político-partidário dos agentes vinculados ao PTB no período.

O Partido Trabalhista Brasileiro em Santa Cruz do Sul: Da formação aos primeiros anos de atuação

Apesar do período conhecido como *experiência democrática* iniciar em 1945, não constam informações de um diretório municipal petebista em Santa Cruz do Sul nas fontes analisadas. Nas eleições de 1945, os resultados eleitorais mostram um desempenho muito baixo do PTB no município para o cargo de deputado federal², o que acompanha os resultados obtidos em nível estadual.

Neste sentido, ocorreu uma estruturação partidária no município, para as eleições seguintes, que ocorreram em janeiro de 1947. Segundo publicado na *Gazeta de Santa Cruz*, em 22 de novembro de 1946, foi eleito o diretório municipal do partido, tendo como executiva:

Tabela 1 – Executiva do Diretório Municipal do PTB em Santa Cruz do Sul, eleito em 1946

Cargo	Nome
Presidente	Arno W. Schmidt
1º vice-presidente	Guilherme Bauer
2º vice-presidente	Emilio Konzen
3º vice-presidente	Arlindo Rezende
Secretário Geral	Ervino Rodrigues
1º Secretário	Aristarco Brasil
2º Secretário	Julio de Oliveira Viana
1º Tesoureiro	Leonorio Franciosi
2º Tesoureiro	Salustiano Nascimento
Comissão de Propaganda	Antonio Zimmer, Arlindo Rezende, Julio de Oliveira Viana, Gomercindo Andrade, Ananias dos Santos, Guilherme Huebner Filho e Anarolino Teixeira

Fonte: Gazeta De Santa Cruz, edição de 26 nov. 1946.

² Neste pleito os cargos em disputa eram os de presidente, senador e deputado federal. O PTB não apresentou candidatos para a presidência e não concorreu pela vaga ao senado no Rio Grande do Sul. Getúlio Vargas, senador eleito, concorreu pelo PSD neste pleito.

A primeira executiva tinha entre seus participantes pessoas ativas na sociedade santacruzense do período. Arno W. Schmidt, por exemplo, foi advogado com escritório no município (Guimarães, 2016). Estabelecida a executiva municipal, o partido deu maior dinâmica a campanha eleitoral, onde Alberto Pasqualini era o candidato petebista para o governo do estado. Na campanha, as formas de contato com o eleitorado foram semelhantes ao período abordado nesta pesquisa: comitivas visitando localidades, comícios, falas em rádio, publicações e a pedidos no periódico municipal.

No que se refere aos resultados eleitorais desse pleito, se pode afirmar que estes não foram positivos para o partido na cidade. Dos três concorrentes para o cargo de governador, Walter Jobim (PSD), Alberto Pasqualini (PTB), Décio Martins Costa (UDN-PL), o candidato petebista foi o menos votado no município.³ Walter Jobim do PSD além de eleito, também foi o candidato mais votado no município. Para o senado, o candidato pessedista Osvaldo Vergara também foi o mais votado.⁴ Já no caso dos deputados estaduais, a votação no município se concentrou em Guilherme Hildebrand (PSD) com 4.410 votos, Carlos Maurício Werlang do Partido de Representação Popular (PRP) com 1.777 e Arthur Germano Fett (UDN) com 1.655 votos. O candidato petebista mais votado em Santa Cruz do Sul foi Egydio Michaelson, com 450 votos.

Os baixos números alcançados nas eleições estaduais também se refletem em nível local. Em novembro de 1947, ocorreram eleições para os cargos de prefeito, vice-prefeito e vereador. No pleito, os petebistas apoiaram José Augusto Mergener, candidato da Frente Única (PL-UDN-PRP-PTB), para prefeito e Edmundo Jacob Jaeger para vice-prefeito. Ambos candidatos foram derrotados pelos pessedistas Alfredo José Kliemann, eleito prefeito e Arnaldo Gruending, eleito vice-prefeito.⁵ Nos resultados para Câmara de Vereadores, o partido conseguiu uma das treze cadeiras, com a eleição de Benno Waldermar Assmann.

Conforme averiguado no jornal *Gazeta de Santa Cruz*, no ano de 1950 ocorreu uma reorganização do PTB local, onde foi constituída uma junta governativa local “pelos srs. Dr Arno W. Schmidt, Benno W. Assmann, Antenor Kniphoff, Emilio Konzen, Salustiano Nascimento e Rodolfo Donato Geske” (*Gazeta De Santa Cruz*, 09/05/1950, p. 1). A junta

³ Para mais informações sobre os resultados do pleito em Santa Cruz do Sul ver: Guimarães, 2016.

⁴ Informação retirada de Schmidt, 2004a.

⁵ Cabe destacar que essa eleição foi muito expressiva para o PSD na Câmara de vereadores, visto que alcançou 9 das 13 cadeiras em disputa no leito.

tinha como objetivo organizar o novo diretório municipal do partido, eleito em junho do mesmo ano.

Tabela 2 – Executiva do Diretório Municipal do PTB em Santa Cruz do Sul, eleito em 1950

Cargo	Nome
Presidente	Arno W. Schmidt
1° vice-presidente	Benno Waldemar Assmann
2° vice-presidente	Ottomar Muench
Secretário Geral	Rodolfo Donato Geske
1° Secretário	Antenor A. Kniphoff
2° Secretário	Garibaldi A. Simões Pires
Tesoureiro	Salustiano Nascimento
2° Tesoureiro	João Manoel Alves da Rosa
Conselho Fiscal	Guilherme Bauer, Eduardo Frantz, Heitor da Silva Lemos

Fonte: Gazeta De Santa Cruz, edição de 06 jun. 1950.

O que se observa é que na década seguinte, o partido foi pleito a pleito ganhando mais espaço na esfera política santa-cruzense, se afastando dos baixos resultados alcançados na segunda metade da década de 1940. A primeira mudança significativa ocorreu já na eleição de 1950. Ainda que no plano estadual, o pleito tenha sido amplamente favorável ao Partido Trabalhista Brasileiro (Bodea, 1992), em Santa Cruz do Sul os candidatos apoiados pelo PSD alcançaram votações mais expressivas. Porém, o PTB obteve o candidato mais votado para deputado estadual no município. Siegfried Heuser⁶ alcançou 3.067 votos em Santa Cruz do Sul,⁷ números que foram decisivos para garantir uma cadeira na Assembleia Legislativa. Essa foi uma mudança considerável em relação ao último pleito, quando o partido teve apenas o quarto candidato mais votado no município.

Nas eleições municipais, a mudança foi mais visível. No pleito de 1951, o partido lançou como candidato Arthur Walter Kaempf e Alfonso Koehler para vice-prefeito em uma coligação PTB-PRP. Os candidatos foram vencidos pelos eleitos Jesus Arthur Ferreira e Elíbio Mailander da coligação PSD-PL-UDN. Contudo, nas eleições para a Câmara de Vereadores, o crescimento petebista foi significativo, saindo de 1 para 5 vereadores. Nas eleições de novembro de 1951, foram eleitos os petebistas Ottomar João Muench, Orlando Oscar Baumhardt, Erich Kuentzer, Nestor Frederico Henn e Benno Waldemar Assmann.⁸

⁶ Natural do município, Siegfried Heuser foi uma das principais lideranças trabalhistas do Vale do Rio Pardo. Para maiores informações sobre o político sugere-se a leitura de Guimarães, 2020.

⁷ Dados retirados da Base de dados eleitorais da Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC).

⁸ Informação retirada de Schmidt, 2004a.

Alguns candidatos de 1951 compuseram a executiva do partido em 1954, como pode ser visto na tabela elaborada abaixo:

Tabela 3 – Executiva do Diretório Municipal do PTB em Santa Cruz do Sul, eleito em 1954

Cargo	Nome
Presidente	Arno W. Schmidt
1º vice-presidente	Arthur Walter Kaempf
2º vice-presidente	Orlando Oscar Baumhardt
Secretário Geral	Emiliano Limberger
1º Secretário	Arcy Milton Bauer
2º Secretário	Nestor Ilha
Tesoureiro Geral	Salustiano Nascimento
1º Tesoureiro	Benno Waldemar Assmann
2º Tesoureiro	Ottomar João Muench

Fonte: Gazeta De Santa Cruz, edição de 03 jun. 1954.

No mesmo ano, ocorreram eleições para governador, senador, deputados federais e estaduais. A situação foi muito semelhante ao pleito de 1950. Apenas na disputa para deputado estadual o PTB teve o candidato mais votado, Siegfried Heuser, que foi reeleito, alcançando 4.107 votos no município. Nas eleições do ano seguinte, pode-se afirmar que o PTB teve seu resultado mais expressivo durante o período estudado.

Conforme a Base de Dados eleitorais da Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC), o candidato mais votado no município para presidente em 1955 foi Juarez Távora, da União Democrática Nacional com 4.298 votos. O candidato eleito e apoiado pelo PTB, Juscelino Kubitschek (PSD), recebeu 3.236 votos em Santa Cruz do Sul. Já na disputa para vice-presidente, os dados mostram que o candidato petebista João Goulart recebeu 5.035 votos, contra 4.211 do segundo colocado, Milton Campos representante do Partido Democrata Cristão (PDC).

Nas eleições locais, a agremiação lançou como candidato para prefeitura Arthur Walter Kaempf. O político foi eleito com 5.505 votos, contra 4.165 votos de Ernesto Kurt Lux (PSD) e 2.755 votos de Edmundo Hoppe, do Partido Libertador (PL). Para vice-prefeito, o PTB também sagrou-se vencedor. Frederico Guilherme Bartholomay obteve 5.367 votos, contra 4.211 de Alfredo José Kliemann -conhecida liderança política local- e 2.680 votos de Dorval Martins. Já para a Câmara de Vereadores, os trabalhistas ocuparam 4 cadeiras, com a eleição de Ottomar João Muench, Orlando Oscar Baumhardt, Emiliano José Limberger e Erich Kuentzer.

Mudam os ares: A troca na presidência da executiva petebista santa-cruzensense

Foi durante o período de gestão petebista em Santa Cruz do Sul que houve uma mudança nos quadros do diretório municipal. Nesta executiva, ocorreu a mudança da presidência do partido passando de Arno W. Schmidt para o deputado Siegfried Heuser.

Tabela 4 – Executiva do Diretório Municipal do PTB em Santa Cruz do Sul, eleito em 1957

Cargo	Nome
Presidente	Siegfried Heuser
1º vice-presidente	Benno Waldemar Assmann
2º vice-presidente	Ottomar João Muench
3º vice-presidente	Ernesto Unfer
4º vice-presidente	Darcy Mueller Neto
Secretário Geral	Emiliano Limberger
1º Secretário	Bruno Pritsch
2º Secretário	Euclides P. Soares
Tesoureiro Geral	Friedrich Pechmann
1º Tesoureiro	Adail Gonzaga Fernandes
2º Tesoureiro	Júlio de Oliveira Viana

Fonte: Gazeta Do Sul, edição de 17 out. 1957.

Sob a ótica intrapartidária, a definição do diretório tinha certa expectativa, visto que estavam sendo decididas as candidaturas internas do PTB para a disputa de governador do estado. Os principais candidatos eram Leonel Brizola e Loureiro da Silva, este último apoiado por Siegfried Heuser. Contudo, na convenção estadual do partido, o candidato escolhido para disputar o pleito foi Leonel Brizola, que foi eleito em 1958 governador do estado do Rio Grande do Sul.

No que diz respeito aos resultados eleitorais de 1958 no município, Leonel Brizola (PTB) alcançou 8.390 votos e o candidato do PSD, Walter Peracchi Barcellos, ainda que não tenha vencido o pleito, foi o candidato mais votado pelos santa-cruzenses com 8.815 votos. Para o senado, o candidato eleito que era apoiado pelo PTB, Gui Mondin do PRP, obteve 7.661 votos no município. Contudo, novamente o candidato mais votado em Santa Cruz do Sul foi o apoiado pela coligação do PSD, Carlos de Brito Velho do PL, com 8.879 votos.

Para deputado federal o candidato mais votado foi Willy Carlos Froehlich (PSD) com 5.359, contudo o político não foi eleito, ficando na suplência. O segundo candidato mais votado foi Fernando Ferrari, com 5.076 votos, que contribuíram para sua expressiva votação no estado e consequente eleição para o cargo. Por fim, mantendo um padrão iniciado em 1950, Siegfried Heuser obteve a maior votação no município com 6.430, seguido de Euclides Kliemann (PSD) que obteve 5.980 votos. É importante destacar algumas impressões deste pleito. Em geral, os petebistas não recebiam votações expressivas em Santa Cruz do Sul, o que pode ser confirmado pela liderança dos políticos do PSD ou de partidos apoiados. Para

fins de exemplo, se pode analisar os resultados para o senado. Guido Mondin, candidato do PRP fazia parte de uma agremiação com considerável recepção no município, contudo o candidato mais votado foi o libertador Brito Velho. Ainda que não possa ser definida apenas pela coligação, se pontua que Mondin fez parte da coligação PTB-PRP-PSP, enquanto Brito Velho representa a coligação nucleada em torno do PSD. A exceção desta lógica está no cargo de deputado estadual, com Siegfried Heuser. O político alcançou nas eleições de 1958 sua maior votação no município e a maior votação no estado, sendo o terceiro candidato mais votado para a Assembleia no pleito (Guimarães, 2020).

Em 1959, ocorreu a eleição para Prefeitura e Câmara de Vereadores em Santa Cruz do Sul. O pleito foi marcado por diversas possibilidades nas articulações para formação das candidaturas a Prefeitura. Publicado em capa na primeira edição do mês de julho da *Gazeta do Sul*, a reportagem “A Convenção do PTB, no Sábado, escolherá o candidato a prefeito” (Gazeta do Sul, 1º/07/1959) dava conta que os políticos Frederico Bartholomay e Ottomar Muench estariam disputando internamente a candidatura petebista para prefeito. Na gestão que se encerrava Bartholomay atuava como vice-prefeito, enquanto Ottomar Muench foi o líder petebista na Câmara. Além disso, a publicação apontou que Siegfried Heuser, presidente do diretório local e principal liderança petebista santa-cruzense seria favorável a candidatura de Frederico Bartholomay.

Em edição posterior, datada de 4 de agosto de 1959, a *Gazeta do Sul* publicou também em capa a reportagem “Hoppe ou Heuser o Vice de Bartholomay”. Nela, foi informado que Siegfried Heuser havia convidado Edmundo Hoppe, então candidato do PL, para compor a chapa com Frederico Bartholomay, na condição de candidato a vice-prefeito. A reportagem ainda informava que sendo inviável essa composição estava em cogitação o nome de Siegfried Heuser para vice-prefeito.

Apesar das possibilidades suscitadas no jornal, nenhuma se concretizou. Edmundo Hoppe (PL) foi o candidato eleito, alcançou 7.619 votos, enquanto Frederico Bartholomay - que venceu a disputa interna com Ottomar Muench -, obteve 6.847. Contudo, para o cargo de vice-prefeito o candidato eleito foi o petebista Orlando Oscar Baumhardt com 8112 votos, contra os 5.935 votos de Adolfo Caspary (PSD). Para a Câmara o PTB elegeu 5 vereadores das 13 cadeiras em disputa, sendo respectivamente: Luiz A. Jacobus (873 votos), Quirino Pereira de Aquino (631 votos), Arthur Walter Kaempf (603 votos), Júlio de Oliveira Vianna (582 votos) e Ottomar João Muench (580 votos). Assim, ainda que os trabalhistas não tenham

vencido o pleito para prefeito, eles compuseram o executivo com o vice-prefeito eleito, que obteve votação superior à do candidato vencedor para prefeitura. Na Câmara, o partido foi o que obteve o maior número de cadeiras, uma a mais que o PSD.

A dinâmica das últimas duas eleições indicava um crescimento dos trabalhistas no município, mas os resultados nas eleições presidenciais de 1960 não corroboram com essa afirmação. O candidato amplamente mais votado foi Jânio Quadros do Partido Trabalhista Nacional (PTN), apoiado pela UDN. No município ele alcançou 8.132 votos, mais do que o dobro do segundo candidato mais votado, Adhemar de Barros do Partido Social Progressista (PSP), que obteve 3.949 votos. Henrique Teixeira Lott, candidato do PSD e apoiado pelo PTB em nível nacional fez 2.945 votos em Santa Cruz do Sul.

Na disputa para vice-presidência ocorreu uma situação curiosa. O candidato mais votado foi Fernando Ferrari que concorreu pelo Movimento Trabalhista Renovador (MTR), partido fundado por Ferrari e dissidentes petebistas.⁹ Em Santa Cruz do Sul, o político conseguiu incríveis 9.981 votos, enquanto João Goulart, segundo colocado mais votado obteve apenas 3.474 votos. O candidato Milton Campos da UDN alcançou 1.364 votos santa-cruzenses.¹⁰ A votação de Fernando Ferrari representou 63,31% dos votos no município. Para João Pedro Schmidt (2004a) o resultado de Ferrari “não se deve à força do MTR no município e sim à sensibilização do eleitorado a uma candidatura gaúcha” (2004a, p. 12). Essa leitura tem respaldo nos resultados obtidos pela legenda em Santa Cruz do Sul, mas se complementa a análise que em três pleitos (1950, 1954 e 1958), Fernando Ferrari fez “dobradinha” com Siegfried Heuser, o primeiro para deputado federal, o segundo para estadual (GUIMARÃES, 2020), sendo um nome conhecido para o eleitorado santa-cruzense.

No ano de 1962, na capa da edição de 3 de abril, a *Gazeta do Sul* informou sobre a executiva municipal do partido, composta da seguinte forma:

Tabela 5 – Executiva do Diretório Municipal do PTB em Santa Cruz do Sul, eleito em 1962

Cargo	Nome
Presidente	Siegfried Heuser
1° vice-presidente	Orlando Oscar Baumhardt
2° vice-presidente	Luiz A. Jacobus
3° vice-presidente	Walter Kern

⁹ Entre os dissidentes petebistas que migraram para o Movimento Trabalhista Renovador, encontrava-se Emiliano Limberger, que já havia participado de executivas petebistas no município e também atuado como vereador.

¹⁰ Para a apuração dos resultados eleitos para vice-presidência foi utilizado o Banco de Dados eleitorais do Nupergs. Para o cargo de presidente foi utilizado o Banco de dados eleitorais da Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC), fonte utilizada na maior parte dos pleitos.

4º vice-presidente	Ottomar João Muench
Secretário Geral	Florian P. K. Menezes
1º Secretário	Raul G. Bartholomay
2º Secretário	Waldomiro Gil
Tesoureiro Geral	Sadi Pinto Guedes
1º Tesoureiro	Tomé de Souza
2º Tesoureiro	Quirino Pereira de Aquino

Fonte: Gazeta Do Sul, edição de 03 abr. 1962.

Reeleito presidente da executiva municipal do partido, Heuser também foi candidato à deputado estadual pela quarta vez, sendo eleito novamente. Acerca dos resultados das eleições de 1962, o candidato mais votado em Santa Cruz do Sul foi Ildo Meneghetti do PSD (eleito) com 6.528 votos, seguido de Fernando Ferrari (MTR) com 5.192 e Egydio Michaelson que obteve 3.651 votos. Para o cargo de senador também houve predominância dos partidos conservadores com Daniel Krieger da UDN alcançando 8.501 votos e Mem de Sá do PL com 8.103. Os candidatos petebistas Antônio Brochado da Rocha e José Mariano de Freitas Beck obtiveram respectivamente 5.023 e 4.933 votos no município. Para deputado federal, dos três candidatos mais votados no município, Norberto Schmidt, Willy Carlos Froehlich e Tarso Dutra, nenhum compunha a legenda trabalhista. O Partido Trabalhista Brasileiro alcançou apenas o quarto candidato mais votado, com 1.758 votos de Floriceno Paixão.

Para deputado estadual, como já apontado anteriormente, Siegfried Heuser foi o candidato mais votado no município com 4.458 votos, seguido de Euclides Kliemann com 4.103 votos. Considerando os resultados eleitorais, com Heuser como exceção, o pleito foi amplamente favorável aos candidatos nucleados em torno da legenda do PSD.

No último pleito analisado neste texto, de 1963 é considerado por Schmidt (2004a) como a eleição mais conturbada do período. Conforme o autor “Orlando Baumhardt, eleito vice-prefeito pelo PTB em 1959, ao não conseguir a concordância do PTB para uma coligação com o PSD, transferiu-se daquele para este partido e concorreu a prefeito pela coligação PSD-UDN-PRP-MTR” (2004a, p. 13). O posicionamento do líder petebista Siegfried Heuser acerca do acordo foi reverberado nas páginas da *Gazeta do Sul*. Para o trabalhista “este acordo que nos é proposto, partindo de quem parte, é mais do que uma anedota: é um insulto” (30/07/1963, p. 1). Dada a necessidade de nova composição da chapa trabalhista para o pleito, chegou a ser apontado a possibilidade de uma chapa composta por PTB-PL-PDC-MTR, com Elemar Gruending (PL) para prefeito e Siegfried Heuser (PTB) para vice-prefeito (Gazeta Do Sul, 08/08/1963, p. 1). Apesar das articulações para a composição da chapa:

O PTB lançou como candidatos Ruben Guilherme Kaempf e Sady Pinto Guedes. Ruben Kaempf acabou impugnado pela justiça eleitoral. O PTB resolveu manter a candidatura isolada do seu candidato a vice e apoiou para prefeito o candidato do PDC. O PDC apresentou Antonio Koehler e José Alfredo Goettert para prefeito e vice (Schmidt, 2004a, p. 13).

Sobre os resultados eleitorais, o candidato eleito foi Orlando Oscar Baumhardt (PSD) com 9.628 votos, contra 7.125 votos de Antônio Koehler do Partido Democrata Cristão (PDC) e apoiado pelo PTB. Para vice-prefeito, o PSD também se sagrou vencedor com 9.366 votos para Silvérius Kist. O candidato petebista Sady Pinto Guedes obteve 4.846 votos e José Alfredo Goettert do PDC 1.926 votos. Para a Câmara de vereadores, o PTB garantiu 3 cadeiras com Roberto A. Hartungs 1.001 votos, Júlio de Oliveira Vianna com 667 votos e Gloria Dulce Buglione com 422 votos.¹¹ Além dos resultados favoráveis ao PSD¹², a composição da Câmara mostrou um decréscimo do PTB em relação aos pleitos anteriores. dos 13 vereadores, 6 foram do PSD, 3 do PTB, 2 do PRP, 1 do PDC e 1 PL.

As eleições de 1963 foram o último pleito do período conhecido como experiência democrática. As eleições seguintes já ocorreram dentro do contexto ditatorial. Nesse período, a partir do Ato Institucional nº2, os partidos criados no entre 1945 e 1964 foram extintos, dando lugar a agremiações com atribuições de partidos, que posteriormente foram confirmadas como partidos. Nessa conjuntura que surgiram a Aliança Nacional Renovadora (ARENA) e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Enquanto o primeiro se configurava como partido de apoio a ditadura civil-militar, o segundo foi uma oposição consentida ao regime.

Considerações Finais

Considerando a trajetória do partido, desde sua organização no município até a última eleição analisada, se pode tecer alguns apontamentos. Se percebe que, assim nas esferas nacional e estadual, o PTB local inicia com baixa expressão nos resultados eleitorais, aumentando paulatinamente no decorrer da década de 1950, fator que pode ser percebido no cargo de vereador, por exemplo.

¹¹ Gloria Dulce Buglione foi a primeira vereadora eleita em Santa Cruz do Sul. Além do pleito de 1963, a política ainda foi eleita vereadora nas eleições de 1976, pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB).

¹² Ainda que não seja possível dimensionar, se pontua que a morte do deputado estadual Euclides Kliemann em 31 de agosto de 1963, por um vereador petebista registrado ao vivo durante um programa na Rádio Santa Cruz, foi um elemento presente na campanha eleitoral e com peso para os resultados do pleito.

Contudo, se destaca que os trabalhistas não conseguiram se constituir como principal força política do município. Os dados analisados indicam que este posto foi do PSD, partido mais votado em diferentes eleições. Cabe informar que, quando o PSD não obteve o candidato mais votado, este esteve alinhado ao partido, por meio de coligação. Esta situação também confirma os estudos sobre a recepção de partidos de cunho liberal-conservador na região.

A exceção a situação se faz no cargo de deputado estadual. Como visto no texto, o líder trabalhista Siegfried Heuser foi o candidato mais votado no município nos quatro pleitos que disputou. Pensando apenas em Santa Cruz do Sul, se chama atenção para a eleição de 1955, onde o PTB chegou à liderança do executivo com Arthur Walter Kaempf como prefeito e Frederico Guilherme Bartholomay como vice-prefeito. Também se destaca que em 1959, apesar de não ter vencido a disputa para prefeito, os petebistas obtiveram o cargo de vice-prefeito com Orlando Oscar Baumhardt. Ainda se pontua que na eleição de 1963, o PTB elegeu a primeira vereadora de Santa Cruz do Sul, Gloria Dulce Buglione.

O que se percebe a partir das constatações, é que o partido ocupou um espaço importante dentro do campo político santa-cruzense, configurando-se como principal partido de oposição do município. Os resultados também dão margem para afirmar que os trabalhistas tinham boa recepção no município, comprovada a partir do crescimento eleitoral durante a década de 1950. As executivas municipais do partido, mostram que ocorreram transições durante o seu período de existência, mas que a liderança se manteve com por longo período com um prócer trabalhista e quando houve mudança, esta continuou com um novo líder até o fim da sigla no município. Por fim, se analisa que em diversas eleições os trabalhistas se aproximaram de outros correntes ideológicas na composição das chapas. Essa situação se explica pela necessidade manter a força no jogo político santa-cruzense, em algumas situações flexibilizando o programa partidário da agremiação.

Fontes

Banco de Dados Eleitorais. **NUPERGS**. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/nupergs/banco/index.php>. Acesso em: 15/02/2021.

Universidade de Santa Cruz do Sul. **Base de dados Eleitoral**. Disponível em: <https://online.unisc.br/acadnet/moduloEleicoes/>. Acesso em: 15/02/2021.

GAZETA DE SANTA CRUZ, edição de 26 nov. 1946.

GAZETA DE SANTA CRUZ, edição de 09 mai. 1950.

GAZETA DE SANTA CRUZ, edição de 06 jun. 1950.

GAZETA DE SANTA CRUZ, edição de 03 jun. 1954.

GAZETA DO SUL, edição de 17 out. 1957.

GAZETA DO SUL, edição de 1° jul. 1959.

GAZETA DO SUL, edição de 04 ago. 1959.

GAZETA DO SUL, edição de 03 abr. 1962.

GAZETA DO SUL, edição de 30 jul. 1963.

GAZETA DO SUL, edição de 08 ago. 1963.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Diego Orgel Dal Bosco. Para ler os dois estudos "clássicos" sobre o PTB: a propósito de um exercício de reflexão. In: Charles Sidarta Machado Domingos; Alessandro Batistella; Douglas Souza Angeli; Luiz Alberto Grijó; Jonas Moreira Vargas. (Org.). **Capítulos de História Política: problemas e estudos**. 1ed. Passo Fundo: Acervus, 2020, v. 1, p. 201-228.

ANGELI, Douglas Souza. Alberto Pasqualini e Getúlio Vargas: revisitando interpretações. **Estudos Históricos (Rio de Janeiro)**, v. 33, n. 71, p. 559-578, 2020.

BAQUERO, Marcello; PRÁ, Jussara Reis. **A democracia brasileira e a cultura política no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: UFRGS, 2007.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. 3. reimp. da 1. ed. de 2016. São Paulo: Edições, v. 70, 2016.

BERSTEIN, Serge. Os partidos. In: RÉMOND, René (org.). **Por uma História Política**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. p. 57-98. Tradução de Dora Rocha.

BOMBARDELLI, Maura. **A Trajetória de Fernando Ferrari no PTB: Da Formação do Partido ao "Trabalhismo Renovador" (1945-1960)**. 2016. 210 f. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Filosofia e Ciência Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

BODEA, Miguel. **Trabalhismo e populismo no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: UFRGS, 1992.

CRUZ, João Batista Carvalho da. Aos trabalhadores do Brasil, um novo partido: a formação do PTB no rio grande do sul. In: BRANDALISE, Carla; HARRES, Marluza Marques (org.). **O PTB do Rio Grande do Sul e a experiência democrática (1945-1964)**. São Leopoldo: Oikos; Editora Unisinos, 2017. p. 17-50.

D'ARAÚJO, Maria Celina. **Sindicatos, carisma & poder: o PTB de 1945-65**. Editora FGV, 1996.

GUIMARÃES, Gustavo Henrique Kunsler. **A trajetória política de Siegfried Emanuel Heuser (1950-1986)**. Acervus Editora. Passo Fundo. 2020.

GUIMARÃES, Gustavo Henrique Kunsler. **As eleições estaduais de 1947 no Rio Grande do Sul pelas páginas da Gazeta de Santa Cruz do Sul: da formação dos diretórios municipais em Santa Cruz do Sul à articulação das lideranças político-partidárias**. Monografia

(Graduação em História) - Universidade de Santa Cruz do Sul, 2016 Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11624/1345>>. Acesso em: 09 ago. 2022.

KAEFFER, Márcia Cristina. **A redemocratização em Santa Cruz do Sul**: as eleições de 1947 à formação do partido social democrático (PSD) (1945 -1947). Monografia (Graduação em História) - Universidade de Santa Cruz do Sul, 2017. Acesso em: 09 ago. 2022.

KRAUSE, Silvana. **Economia, política e religião em Santa Cruz do Sul na República Velha**. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1991.

NEVES, Lucília de Almeida. Trabalhismo, Nacionalismo e Desenvolvimento: Um Projeto para o Brasil (1945-1964). In: FERREIRA, Jorge (Org.). **O populismo e sua história**: debate e crítica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. p. 167-203.

NORONHA, Andrius Estevam. A formação política de uma comunidade de imigrantes alemães no sul do Brasil: o caso de Santa Cruz do Sul (da Primeira República ao Regime Militar, 1889-1965). **Política & Sociedade**, v. 18, n. 42, p. 266-296, 2019.

SCHMIDT, João Pedro. **As Eleições em Santa Cruz Do Sul, passo a passo**. 2004a. Disponível em: <http://online.unisc.br/acadnet>. Acesso em: 02 fev. 2021.

SCHMIDT, João Pedro. **Capital social e participação política em Santa Cruz do Sul**: um paradoxo. 2004b. Disponível em: <http://online.unisc.br/acadnet>. Acesso em: 02 fev. 2021.

SCHMIDT, João Pedro. **Comportamento eleitoral e ideologias em Santa Cruz do Sul**: o nazismo, o integralismo e a esquerda. 2004c. Disponível em: <http://online.unisc.br/acadnet>. Acesso em: 02 fev. 2021.

SCHMIDT, João Pedro. **Continuismo e conservadorismo nas eleições de Santa Cruz do Sul**. 2004d. Disponível em: <http://online.unisc.br/acadnet/moduloEleicoes>. Acesso em: 02 fev. 2021.

Representação do trabalho rural feminino em Concórdia de 1940 – 1950

Representation of women's rural work in Concordia, 1940-1950

Jordan Brasil dos Santos,¹ UFPEL

Resumo

A utilização de imagens históricas como fontes primárias na pesquisa acadêmica oferece uma perspectiva valiosa, mas apresenta desafios significativos. Embora essenciais para compreender sociedades passadas, as imagens possuem limitações na captura das interações sociais. A análise crítica deve considerar o contexto cultural e histórico em que foram produzidas. O conceito de opacidade e transparência é crucial para interpretar as imagens: opacidade refere-se à materialidade da imagem e seus aspectos técnicos, enquanto transparência envolve os significados transmitidos além da representação literal. Essa dualidade implica que, apesar da materialidade intrínseca, as imagens são reinterpretadas nos contextos culturais dos observadores. Um exemplo significativo é a representação das mulheres agricultoras, que frequentemente reforça estereótipos de gênero e oferece insights sobre seu trabalho e vida cotidiana. Interpretar essas imagens requer atenção às relações de poder e normas sociais da época. A combinação de diferentes fontes e a busca por novas evidências são essenciais para construir uma visão mais completa das sociedades estudadas.

Palavras-chave: Imagens Históricas; Contexto Cultural; Representação de Gênero.

Abstract

The use of historical images as primary sources in academic research offers valuable insights but also presents significant challenges. While essential for understanding past societies, images have limitations in capturing social interactions. Critical analysis must consider the cultural and historical context in which they were produced. The concept of opacity and transparency is crucial for interpreting images: opacity refers to the materiality of the image and its technical aspects, while transparency involves the meanings conveyed beyond the literal representation. This duality implies that despite their intrinsic materiality, images are reinterpreted within the observers' cultural contexts. A significant example is the representation of women farmers, which often reinforces gender stereotypes while providing insights into their work and daily lives. Interpreting these images requires attention to the power relations and social norms of the time. Combining different sources and seeking new evidence are essential to construct a more complete view of the societies studied.

Keywords: Historical Images; Cultural Context; Gender Representation.

Introdução

O presente artigo, visa analisar como foi representado o trabalho no campo na microrregião de Concórdia nos anos de 1940 a 1950. Essa representação se deu a partir de imagens arquivadas no museu municipal e por isso necessitam serem problematizadas para a

¹ Doutorando em História (UFPEL).

melhor compreensão. O uso das fontes visuais para produção historiográfica leva ao estudo da sociedade na sua totalidade. Entendendo que antes da imagem vem a própria sociedade.

A região de Concórdia está localizada na região do Oeste Catarinense. Essa região é marcada pelo seu processo de desenvolvimento. Um processo de migração populacional que, segundo Poli (1991), existem três fases: a indígena, a cabocla e a de colonização. A fase indígena durou até meados do século XIX onde a região era ocupada pelos Kaingang, a fase cabocla, uma população miscigenada com os indígenas, onde a principal atividade era a agricultura de subsistência e formava assim a “frente da frente”, após a invasão das comunidades indígenas o caboclo ocupava, por um tempo determinado, as terras como “posseiro”, em seguida vinham os colonos e compravam e ocupavam definitivamente a terra (Poli, 2006, p. 164-165).

A colonização fez com que a região oeste de Santa Catarina tivesse uma mudança substancial na sua organização geográfica e social. Entre os anos de 1908 e 1910, com a construção da ferrovia São Paulo-Rio Grande, iniciou-se o povoamento com a chegada dos trabalhadores da ferrovia. Para Valentini (2015) após a inauguração da ferrovia e das primeiras concessões de terra para a Brazil Railway Company para a colonização, seguiram-se anos de grandes negociações de terra e de expropriação dos nativos. A instalação da estrada de ferro era a modernização chegando ao oeste, considerado como atrasado, para trazer o “progresso” e isso gerou a oportunidade de reprodução ao capital por meio de articulação entre localidades de produção de mercadorias e serviço, “a chegada do trem a vapor em Santa Catarina simbolizava o moderno” (Pertile, 2008, p. 52), mas essas transformações não aconteceram de forma pacífica, geraram revoltas entre os sertanejos iniciando a Guerra do Contestado (1912- 1916).

A partir da década de 1940 a agricultura familiar começou sua consolidação na região. Surgindo assim as indústrias de processamento de alimentos que se fortaleceu pelo aumento da demanda interna por alimentos. Mesmo assim, numa escala menor, a extração de erva mate e de madeira continuavam e contavam com a mão de obra dos agricultores e agricultoras. Esses fatores fizeram com que elementos da vida dos agricultores familiares fossem deixados de lado para que elementos técnicos fossem incorporados visando a melhor produtividade (Pertile, 2008).

Nessa região, as mulheres agricultoras eram, na sua maioria, de origem italiana ou germânica, brancas e com um nível de escolaridade baixo ou inexistente. Essas mulheres já

desempenhavam atividades produtivas e reprodutivas, mas a partir da entrada do capital agroindustrial, lidavam ainda com a exploração do capital sobre seus corpos, saberes e seus trabalhos. Isso gerou uma invisibilização, ainda maior, do trabalho das mulheres rurais porque as atividades produtivas foram masculinizadas, pois eram remuneradas, e as atividades reprodutivas foram feminilizadas, pois não geravam renda direta, apesar de serem essenciais para o trabalho no campo. Essa mulher participou tanto das atividades produtivas e reprodutivas ao contrário do homem que, na maioria das vezes, só dedicou tempo para as atividades remuneradas.

A agroindústria aprofundou, ainda mais, as desigualdades de gênero na agricultura, principalmente na questão do trabalho, transformando o agricultor em assalariado e a agricultora em ajudante do homem. A exploração da mão de obra dos agricultores e seus corpos, foi a base fundadora do capitalismo na região. À mulher foi imposto os trabalhos reprodutivos (trabalhos domésticos e de cuidado) e desconsiderada nas atividades produtivas (atividades da propriedade rural que geravam renda), criando assim, uma invisibilização do seu trabalho. A divisão sexual do trabalho no campo ganha traços permanentes, definindo os espaços masculinos e femininos, do trabalho e do não trabalho, desvalorizando a participação feminina nos trabalhos produtivos (Deere; León, 2001). O trabalho da mulher não recebe reconhecimento, nem mesmo quando ela desempenha atividades produtivas, sendo considerada como uma ajuda ao trabalho do homem (Heredia, 1979) e “as hierarquias de gênero e geração delinham a divisão do trabalho no campo – um padrão que se (re)produz dentro das famílias, a partir de certas práticas sociais e da legitimidade da autoridade masculina” (Schwendler, 2020, p. 7).

Conceituação de imagens

Uma questão importante é de que a problemática histórica é proposta pela pesquisa e não pelas fontes obtidas. As fontes auxiliam a pesquisa e contribuem para compreender a sociedade, que é o objeto de qualquer pesquisa histórica. Nesse sentido é que as fontes visuais são importantes, para a compreensão da sociedade e suas representações, mas sempre deve ser considerada a sua limitação que é a impossibilidade de revelar a interação social na sua integralidade. Fazendo-se necessário, mesclar as fontes, ir em busca de novas fontes para a reconstrução das sociedades em estudo. Essas fontes visuais são partes vivas da nossa

realidade, e necessitam serem lidas a partir do entendimento da sociedade, de sua cultura e de seus costumes (Menezes, 2003).

No momento em que a imagem adquire a alteridade ela começa a ser interpretada com uma valoração específica para aquela cultura ou sociedade. A alteridade propõe um respeito ético pelo outro, uma tolerância. É nesse momento que a imagem passa a ser entendida como o outro. Uma fonte com valores e importâncias que geram incômodos e satisfação (Santiago Jr., 2019). É dentro dessa alteridade que a cultura visual existe para toda a sociedade que produz imagens em contextos históricos. As novas imagens ou as velhas imagens são retomadas e desafiam os padrões estabelecidos. Ou seja, é uma tomada de consciência, pela sociedade, sobre a produção de imagens (Menezes, 2003).

A imagem pode adquirir diferentes significados para diferentes indivíduos, isso é a parte essencial da imagem, gerar algo por ser um 'outro'. Essas atitudes geradas por esse algo, que é a imagem, constroem a alteridade que ela adquire. Há uma constituição de relações das coisas com as pessoas, reconhecendo a importância do imaginal, possibilitando uma reinterpretação do mundo, valorizando formas complexas de afeto, produzindo uma revisão do presente e do passado histórico. Se a imagem é o fundamento das coisas é necessário estudar as coisas a partir do seu ponto de vista e confrontar com outras fontes (Santiago Jr. 2019).

Nessa perspectiva podemos entender a imagem como um médium, um tipo de linguagem que representa algo, que representa uma determinada situação, como o todo de uma realidade que se captura pela lembrança, que representa uma realidade. A imagem pertence obrigatoriamente numa cultura material e pode apontar alguns fenômenos culturais, sociais, como formas afetivas que não são especificadas pela linguística, ficando assim mal focadas numa reflexão sobre o mundo. A leitura da imagem deve contemplar esses aspectos culturais e sociais que representa uma realidade específica. Para essa leitura ser um trabalho de história é necessário que ela seja uma leitura crítica, deve ser feito um estudo crítico da imagem. Ou seja, uma construção do conhecimento do passado através de um vestígio no presente (Santiago Jr, 2019).

A imagem projeta uma questão cultural e também uma questão pessoal. Sempre levando em consideração que todos os indivíduos pertencem a um coletivo maior e que isso influencia diretamente a forma como interpreta a imagem. A forma como interpretar essas imagens são frutos da visão do passado que o historiador possui. Os afetos e simbolismos se

expressam de forma mais visível para quem lê. Isso ocorre porque esses elementos tornam-se mais significativos para quem lê.

É necessário compreender a cultura para compreender a imagem. A imagem é necessariamente um tipo de linguagem. Para Santiago Jr. (2019) trazendo a teoria Boehm, não formalista, afirma que a imagem será necessariamente interpretada a partir da cultura em que a imagem está inserida, a que se refere. As novas tecnologias influenciaram essas novas abordagens de Boehm. A base de interpretação das imagens já se deu conta de que a questão formalista não faz sentido, tem do que ir para além dela. Questões importantes devem ser consideradas como: porque a imagem foi construída, para quem ela foi construída, qual a âncora com o contexto local.

Para Alloa (2015) a imagem tem um duplo paradigma opacidade e transparência, que é oposto. A opacidade é a representação da materialidade da imagem e a transparência é o que transcende ao que está representado, ao objeto. Toda a imagem tem um suporte, uma materialidade física, e deve ser considerado no conjunto de leitura. A transparência é imanente e se ressignifica conforme a cultura e a interpretação dos indivíduos, sendo incluindo coisas que são individuais. O material e a transcendência são essenciais para a interpretação. Sendo sempre oposição a alguma coisa. Essa oposição remete a ideia do que compreendemos sobre a imagem, “uma imagem, por mais perfeita, tira sua iconicidade de uma diferença. Logo, a diferença icônica não seria, portanto, mais restrita à imanência de um ente, mas ela acontece onde haja uma diferenciação” (Boehm, 2015, p. 28).

A leitura das imagens, suas interpretações devem ser consideradas a transparência e apropriação. Ou seja, a leitura parte da percepção e consciência, sendo individuais. As apropriações de imagens dependem do nível de consciência sobre a imagem, cultural individual e coletivo, de que cada indivíduo possui da imagem. A imagem é uma produção da realidade, mas não é concreto, ela se atualiza de acordo com as interpretações e com a consciência. Essa é a transcendência da imagem, dialogando com a percepção dos indivíduos (Boehm, 2015).

As descrições sobre a imagem, escritos, reportagens, fazem com que o pesquisador veja as transparências da imagem, contribuindo para a compreensão dos vários contextos da produção da imagem. Além do contexto do pesquisador que influencia diretamente na interpretação da imagem. Não sendo substitutivas de nada, nenhuma imagem substitui a outra. Palavras e gestos fazem parte de um sistema de linguagem assim como a imagem também é.

A construção do sujeito faz com que a imagem ganhe um outro significado, uma nova significação. Essa é a lógica da mostração, o que ela mostra primeiro, o que tem nas linhas primeiras, o que ela dá ênfase. Boehm (2019, p.32-36) demonstra que a lógica da mostração ela mostra aspectos, como pensar, aprender, compreender, sendo a imagem como palavra. A mostração se fundamenta do gesto motor, inteligibilidade (do espectador). Dessa forma, a mostração é a demonstração da produção de significação, do gesto e da imagem. A mostração é o pensar a imagem, a ligação entre o material imagético e a visualidade que desse emana.

A imagem traz inúmeras informações sobre a cultura local, sobre as diferenças culturais nas representações. As perguntas que são feitas para a imagem mostram aquilo que nem sempre parece real na imagem. Os elementos discursivos da imagem fazem atravessar as camadas, através das transparências e mostram uma percepção comum a determinado alguns grupos coletivos e individuais. As leituras sobre a imagem são diversas e múltiplas, individuais e coletivas, simultaneamente e concomitante. Entrar nas camadas é ir com intensidade para dentro dela, saindo do lugar de conforto.

A imagem e o texto têm uma aproximação com relação aos símbolos, são formas de comunicação e construção de narrativas. Segundo Mitchel (2015) imagens e textos partem do mesmo princípio, mas exigem de metodologias diferentes para fazer a leitura delas. A imagem pode ter uma ligação natural dependendo de convenções sobre as referências, sendo uma representação. Comparar as imagens e textos é fazer uma metáfora e diferencia-las é anunciar uma verdade literal, dadas as diferenças.

Os símbolos, a representação que as imagens trazem remetem a mensagem pré-estabelecidas socialmente. As imagens e textos servem para a representação de algo, trabalhando juntas, que através de convenções é possível ler o mundo num sistema de representações.

Mundo rural e trabalho

É no mundo rural da sociedade, em especial a sociedade brasileira, que podemos encontrar nossas raízes e localizamos a “herança de nossas tradições que se situam no âmbito das experiências vivenciadas no cotidiano e no universo simbólico da sociedade” (Brandenburg, 2010, p. 168). O mundo rural segundo Holanda (1978) foi marcado pelo domínio das grandes propriedades, onde o proprietário era o chefe da família, o mandatário e dono de um poder. Essas relações foram construídas no interior das grandes propriedades. No

sul do Brasil, com a necessidade de produção de alimentos e proteção da fronteira geográfica, a propriedade rural assumiu características diferentes, como é o caso do Oeste de Santa Catarina. As pequenas propriedades familiares tinham, na organização da vida social, a comunidade, ou vizinhos como referência de grupos do mundo rural (Brandenburg, 2010). Esse mundo rural não foi algo a parte da sociedade como um todo, está integrado ao conjunto da sociedade brasileira e ao contexto das relações internacionais (Wanderley, 2000).

A colonização do mundo rural, se deu, segundo Brandenbrug (2010), através da modernização da agricultura, uma modernização conservadora que expulsou do campo milhares de camponeses, pequenos agricultores familiares e trabalhadores rurais. A agricultura fica subordinada, a partir da modernização, ao capital, e isso altera toda a forma de organização do campo, “moderniza, mas não o transforma totalmente, por isso o coloniza” (Brandenburg, 2010, p. 178), e isso acaba expropriando o agricultor transformando-os em trabalhadores assalariados ou mal remunerados. Com essa modernização conservadora a propriedade rural torna-se mais concentrada e “as disparidades de renda aumentaram, o êxodo rural acentuou-se, aumentou a taxa de exploração da força de trabalho nas atividades agrícolas, cresceu a taxa de auto- exploração nas propriedades menores, piorou a qualidade de vida da população trabalhadora do campo” (Palmeira, 1989, p. 87).

A entrada do capital no oeste catarinense se deu com a construção da estrada de ferro São Paulo – Rio Grande, com isso a empresa adquire o direito de explorar as terras ao redor da ferrovia com o objetivo de colonizar a região. Assim começa o processo de privatização da terra com os loteamentos e venda para os colonos das colônias velhas do Rio Grande do Sul. Assim houve a expropriação em massa da população indígena e cabocla que não tinham condições de comprar e até então tinham a posse da terra. Esse processo de privatização da terra aumenta o desequilíbrio das relações de gênero com o aprofundamento da divisão sexual do trabalho no campo, além da exploração do trabalho do agricultor, especialmente o trabalho da mulher.

Os trabalhadores livres, que vendiam a sua força de trabalho para o capital, segundo Marx, nem integram os meios de produção e esses não lhe pertencem, estão livres e desvinculados desses meios, e isso transforma “os produtores diretos em trabalhadores assalariados” forma então a acumulação primitiva, que é um “processo histórico de separação entre produtor e meio de produção”, essa é a história da expropriação do produtor e de seus meios de produção (Marx, 2013, p.960). Para Marx (2013) a expropriação da terra é a base de

todo o processo de acumulação primitiva.

A dominação do corpo e dos saberes das mulheres é parte dessa acumulação primitiva. Para a acumulação capitalista ser efetiva era necessário controlar o sujeito para o trabalho sem remuneração e também para a procriação, então a mulher passou a ser controlada para o trabalho não remunerado e para ter filhos o “corpo feminino foi transformado em instrumento para a reprodução do trabalho e para a expansão da força de trabalho, tratado como uma máquina natural de criação, funcionando de acordo com ritmos que estavam fora do controle das mulheres” (Federici, 2017, p. 146).

Para a autora a história das mulheres está intimamente ligada com a história da acumulação primitiva. Surge uma nova ordem social patriarcal que “tornava as mulheres servas da força de trabalho masculina” e isso foi essencial para o desenvolvimento do capitalismo, pois essa foi a base para “uma nova divisão sexual do trabalho, que diferenciou não somente as tarefas que as mulheres e os homens deveriam realizar, como também suas experiências, suas vidas, sua relação com o capital e com outros setores da classe trabalhadora” (Federici, 2017, p.232). A relação de poder da divisão sexual do trabalho fez com que a acumulação primitiva fosse feita de forma rápida e intensa. Assim, “a acumulação primitiva foi, sobretudo, uma acumulação de diferenças, desigualdades, hierarquias e divisões que separaram os trabalhadores entre si e, inclusive, alienaram a eles mesmos” (Federici, 2017, p.234).

Bourdieu (1995) afirma que a divisão sexual, que perpetua a dominação masculina, está presente nas práticas cotidianas, no *habitus* de cada indivíduo e de tal forma que pareça natural. O *habitus*, para Boni (2005), é a naturalização da patriarcal divisão sexual do trabalho na pequena propriedade rural e a autora afirma a dificuldade de quebrar com essa naturalização já que a socialização da mulher rural foi “é muito rígida” ela foi “educada para aceitar o que os homens decidem e mesmo quando não aceitam, não lhes é dado o direito de intervir” (Boni, 2005, p.52).

Karl Marx analisou a transformação da propriedade feudal para a propriedade capitalista na Inglaterra do século XVIII essa propriedade passa por um processo de transformação de propriedade feudal para propriedade privado com um sentido de utilidade econômica ao bem, tentando fazer o máximo de dinheiro possível “ela proporciona ao proprietário a máxima renda fundiária possível, ao arrendatário o máximo lucro possível de seu capital. Os trabalhadores agrícolas estão, por isso, reduzidos já ao mínimo [...]” (Marx, 2004,

p. 77). Marx não defendia o fim da propriedade em geral, mas a abolição da propriedade privada nos meios de produção. A burguesia separou o sujeito que realiza o trabalho, o trabalhador, do proprietário da produção, o burguês. Para Marx, essa “expropriação e expulsão de uma parte da população rural não só libera trabalhadores para o capital industrial, e com eles seus meios de subsistência e seu material de trabalho, mas cria também o mercado interno” (Marx, 2013, p.994).

A colonização favoreceu os migrantes para conseguirem comprar mais terras do que nas colônias velhas, de acordo com a capitalização familiar. Deste modo, estabeleceram-se as pequenas propriedades rurais onde havia a garantia de reprodução social para todos os membros da família, sabe-se que com relação as mulheres esse argumento não era considerado, ou seja, as mulheres eram deserdadas da herança familiar. A mercantilização da terra, através da pequena propriedade rural, foi marcada pela desigualdade de gênero entre os filhos homens e as filhas mulheres, para eles a herança estava garantida, para elas apenas um enxoval e na melhor das hipóteses uma novilha (Renk; Winckler, 2017).

Essa pequena propriedade de terra organizou a vida dos imigrantes social e economicamente, pois a família controlava os meios de produção e exercia todas as atividades de trabalho da propriedade rural, assim a ordem social do colono estava unida entre a propriedade, família e trabalho. Para manter a sobrevivência da família o trabalho de todos era importante, num primeiro momento na lida com a madeira, após isso, com o plantio de produtos de subsistência e criação de animais para a alimentação. A criação de suínos foi comum, pois exigia pouco trabalho e os colonos já tinham familiaridade com essa técnica, que era relativamente fácil. Assim a pequena propriedade rural estava consolidada, com a diversificação da produção e de atividades e com todos da família trabalhando (Konrad; Da Silva, 2012).

Com a crescente necessidade das famílias em adquirir mais terras para os descendentes, houve também a crescente comercialização do excedente da produção. Isso aumentou a quantidade de casas comerciais como moinhos, laticínios, pequenas indústrias de banha. Assim, a suinocultura consolidou-se como sendo uma das atividades motoras da agricultura através do comércio de suínos e de banha, surgindo os primeiros frigoríficos na região (Campos, 1987).

Essa pequena propriedade é marcada pelo uso da força de trabalho de toda a família e é nela que a produção, consumo e vida social dos imigrantes acontece. Há uma relação

próxima com a terra, que une “domínio doméstico e a produção para o mercado”, sendo essa unidade de produção um elemento básico para a “interação social” (Seyferth, 2011, p. 17). Sendo a principal motivadora das transformações sócio – espacial baseada na força de trabalho e também de acesso aos meios de produção (Konrad; Da Silva, 2012). As características da agricultura familiar estão centradas na mão de obra, terra e renda, já que é na família que há a concentração do trabalho e da renda na propriedade. Os agricultores familiares produzem e vendem o excedente da produção que não é designado para a sua subsistência (produção e trabalho) e possuem autonomia para alocar e realocar os fatores de produção (Troian; Breitenbach, 2018).

A Imagem 1, arquivada no Museu Histórico de Concórdia, mostra a realidade da rotina de trabalho numa propriedade familiar, onde todos os membros da família devem desenvolver atividades que geram renda. Existem variações na quantidade de trabalho e na forma de acordo com a idade, o gênero e a hierarquia familiar. É possível perceber que na imagem tem um adolescente com uma foice na mão, sinal de que o trabalho entre os agricultores familiares é aprendido desde a mais tenra infância. É acompanhando os pais nas atividades agrícolas que as crianças e adolescentes aprendem as técnicas agrícolas e a forma como tratar os animais. O trabalho das crianças e adolescentes é essencial para a produção de bens e serviços necessários para o consumo da família toda. Mesmo assim esse trabalho é considerado uma ajuda para a propriedade.

Na Imagem 1 ainda é possível perceber que existem mulheres mais jovens e de mais idade, provavelmente é a mãe com suas filhas. Não é possível ter exatidão pois não há a descrição de quem são as pessoas da foto e nem se a foto foi encomendada ou tirada espontaneamente. Muito provavelmente, essa foto foi encomendada pela família, visto que na década de 1950 fotografia era algo raro e caro. O fato de ter mulheres nas fotos comprava que as mulheres, mesmo que seja para posar para uma foto, estavam presentes nas atividades produtivas, ou seja, nas atividades que geram valor econômico para a propriedade. Um fato curioso é que elas estão de saias, isso dificultaria e muito o trabalho no campo, podendo ser explicado pelo fato de que era apenas vestimenta para uma foto posada e não necessariamente a rotina diária da família.

Nesse momento pode-se perceber que a imagem ganha alteridade como afirma Menezes (2003) ou seja é nessa alteridade que há a produção de imagens em contextos históricos diversos. Assim as imagens velhas voltam para serem analisada, mas agora com

novas problemáticas, ocorre essa conscientização social que é necessário revisitar e reinterpretar essas imagens históricas, como é o caso da imagem 1.

Há um homem no canto direito da foto, imagem 1, provavelmente foi algum trabalhador da região, que necessitavam trabalhar em forma de diárias. As diárias eram comuns na região para as famílias numerosas, com muitos filhos, então os mais velhos necessitavam ir em busca de vender a sua mão de obra e troca de recursos financeiros ou até mesmo em troca de produtos de alimentação. E há um homem agachado que ganha um destaque na foto. Hipoteticamente acredita-se que seja o homem responsável pela propriedade. Essa imagem exemplifica o Federici (2017) falou a divisão sexual que foi construída em cima da acumulação primitiva e com isso as diferenças, desigualdades, hierarquias e divisões foram acumuladas também alienando e separando os trabalhadores. As diferenças percebidas na postura dos indivíduos, na imagem, deixam claro que há uma acumulação das diferenças e uma hierarquia no campo.

Imagem 1- Colheita e trigo - Década de 1950 em Concórdia/SC.



Fonte: Arquivo Público Municipal de Concórdia/SC.

A foto é uma representação de poder, uma escolha da representação do mundo rural, uma escolha feita pelo fotógrafo ou pela família. A escolha desse cenário, muito provavelmente, pode ser explicada pela importância que o trabalho possui entre a maioria dos imigrantes que vieram para o oeste catarinense. O trabalho é culturalmente construído na lógica do capitalismo, e é uma condicionante de separação, ou seja, quem trabalha e produz é digno de respeito e prestígio na comunidade, e quem não trabalha não está no patamar do

respeito e da dignidade. Essa ideia está muito enraizada na lógica protestante, onde o trabalho é garantidor de dignidade e construído como um dever moral (Cassel; Moreira; Zilioto, 2005).

A imagem 2 mostra um cenário muito parecido com a imagem anterior. Uma família, um pouco menor em quantidade de membros, na colheita do trigo que seria vendido para as indústrias nascentes, ou ainda transformado nos moinhos da região. Há na imagem 2 uma criança de aproximadamente 5 anos com um fecho de trigo. Isso representa muito bem que o trabalho infantil, desde muito cedo, foi uma realidade na pequena propriedade rural. Há também mulheres e homens de idades diferentes reafirmando que o trabalho produtivo era uma atividade de toda a família.

As roupas das mulheres, da imagem 2, mostram que o acesso à lojas era muito escasso, e por isso as roupas eram produzidas pelas mulheres da família. Apenas era necessário comprar o tecido para a confecção das roupas, pode-se perceber que o corte e a estampa são muito parecidas. Há um idoso na foto, aparentemente, essa família é composta por idosos, podem ser os pais do casal. Isso era um costume muito forte, um filho casava e permanecia na propriedade para dar continuidade ao trabalho da família e conduzir a propriedade. Se isso for verdade, pode perceber a ausência da mulher mais velha, que muito provavelmente está na casa da família nas atividades produtivas. Visto que, as mulheres mais velhas eram ‘poupadas’ das atividades braçais mais pesadas e ficavam no cuidado da casa, na costura das roupas, no cozimento dos alimentos.

A imagem ainda traz uma mata ao fundo. Nessa época a legislação ambiental ainda não estava em vigor e o desmatamento era uma prática dos primeiros imigrantes da região. A venda da madeira era uma fonte de renda, ou ainda a madeira extraída servia para a construção das casas, galpões e futuramente chiqueiros de porcos.

É importante ressaltar que essas imagens trazidas nesse artigo estão de pose do Museu Histórico de Concórdia. Isso faz parte do acervo histórico sobre a história do município e valorização das raízes. Muitas fotos que foram preservadas são de agricultores trabalhando, produzindo, desenvolvendo atividades produtivas, fortalecendo a concepção de que é através do trabalho que as pessoas adquirem respeito e prestígio. Isso pode ser identificado na forma como as pessoas se referem ao município de Concórdia/SC, capital do trabalho, onde trabalhar é, para a maioria das pessoas, um orgulho e quanto mais pesado esse trabalho, melhor pois é, mais respeitável e digno, na visão de grande parte da sociedade. Esse fato pode

explicar o motivo da maioria das fotos registrar o momento em que a família está trabalhando na colheita ou em outra atividade produtiva.

Assim pode-se evocar novamente Santiago Jr. (2019) que mostra a ideia de que a imagem pode assumir significados diversos para diversos indivíduos. Essa característica da imagem é a sua alteridade. Sendo então necessário estudar essas imagens históricas para entender a origem das coisas, a partir do seu ponto de vista e confrontar com novas teorias e outras tipologias de fontes. Por isso, é importante entender o contexto e a cultura material que a imagem foi construída, e toda a leitura das imagens deve contemplar essas especificidades culturais, históricas e ideológicas.

Imagem 2 - Colheita de trigo em Linha São Paulo na década de 1940 - Concórdia/SC.



Fonte: Arquivo Público Municipal de Concórdia/SC.

A imagem 3 revela o ponto de comércio de suínos na atual cidade de Arabutã/SC, que antigamente pertencia ao município de Concórdia. Nesse período, a partir de 1945, a indústria de frigoríficos já estava se consolidando na região, ainda sem um aparato de tecnologia para a produção. Os agricultores criavam os suínos e levavam até um ponto de venda, através do tropeirismo de porcos, atividade comum entre os pequenos produtores familiares. O tropeirismo visava levar os porcos prontos para o abate da propriedade rural até o ponto de venda. Como as estradas eram inexistentes ou de péssimo tráfego os porcos eram transportados a pé de uma localidade para outra.

A imagem 3 traz um grupo de agricultores em carroças puxadas por bois que traziam os porcos para vender nesse ponto no então distrito de Arabutã. É possível perceber a ausência das mulheres e crianças. Devido a avidez da atividade, que as vezes durava dias, não era comum as mulheres e crianças participarem, pois, as mesmas necessitavam dar continuidade aos trabalhos domésticos e na propriedade rural.

Há algumas crianças na janela da casa, onde funcionava de sede para a compra de porcos, mas provavelmente essas crianças são filhos e filhas dos proprietários da casa, visto que as crianças estão dentro da casa. Essa casa é típica da cultura germânica, casa alta, com muitas janelas e geralmente com sobrado e porão. Casa construída, na maioria das vezes, com madeiras da região feitas pelos próprios agricultores e com uma arquitetura que só era comum para as famílias com maior poder aquisitivo.

A venda dos produtos e o trato com dinheiro, culturalmente, não são atividades para as mulheres e nem para todos os homens. Alguns, com poder aquisitivo maior, conseguem ter o poder de barganha e até mesmo a possibilidade de se ausentar alguns dias da propriedade para a venda dos porcos. Provavelmente a família desses homens que estão negociando os porcos é numerosa e dá conta de todas as atividades da propriedade. Isso representa um poder aquisitivo maior do que a maior parte dos agricultores da regi

Imagem 3 - Posto de Compras de suínos da Sadia em Arabutã/SC na década de 1948.



Fonte: Arquivo Público Municipal de Concórdia/SC.

A imagem 4 traz uma cena muito comum no campo do meio oeste catarinense, o chamado *mutirão*. Isso consistia na ajuda de amigos, familiares e vizinhos na colheita do trigo ou do milho na propriedade de outra família, em troca de receber de volta essa ajuda. A moeda de troca eram os dias trabalhados e que provavelmente foi representado nas fotos, visto que há mais pessoas do que era comum para uma família. A colheitadeira de milho está em evidência na foto porque, talvez, era uma das poucas na região e representava um poder aquisitivo maior quem a possuía.

Na imagem 4 há homens, mulheres e crianças, incluindo menores de 2 anos. As roupas das pessoas são de tecidos e costuras muito parecidas o que representa, novamente, que a prática de costurar em casa as roupas da família era muito comum. Além disso, as mulheres usavam vestidos na foto. Se essa foto representar um dia de trabalho, o uso de vestidos compromete muito a eficiência das atividades das mulheres, pois dificulta a mobilidade. Como não se sabe se a foto foi encomendada ou não, não há como ter certeza de que o uso de vestidos nas atividades rurais era uma prática corriqueira.

No fundo há uma lavoura de milho, uma reserva ambiental e algumas casas, que provavelmente eram as casas dos trabalhadores. Casas simples, de madeira bruta, com uma arquitetura básica. Isso demonstra que esses colonos, diferentemente dos proprietários de comércios, não tinham recursos para construir casas com uma arquitetura mais elaborada, ou ainda casas como a da imagem 3.

Há ainda alguns bois que eram utilizados para ajudar nas atividades de colheita e de plantio. Esse era um costume muito comum a utilização de bois nas atividades agrícolas. Assim as atividades que exigiam uma maior força física eram aliviadas pela ajuda dos animais como os bois, geralmente trabalhando em juntas.

Imagem 4 - Colheita de Milho em Lageado[sic] dos Pintos na década de 1940 em Concórdia/SC.



Fonte: Arquivo Público Municipal de Concórdia/SC.

A colheitadeira que aparece na imagem 4, possuía rodas o que representa que ela era de uso comunitário. Ou seja, ela era utilizada por todos os moradores de uma determinada comunidade. Essa prática era muito comum na época já que, individualmente, as famílias não tinham condições de comprar as suas próprias máquinas agrícolas. O que explicaria também os mutirões nas propriedades de vizinhos, a máquina era coletiva e os vizinhos e amigos ajudavam nas atividades.

A imagem 5 registrou uma abertura de estradas na região rural de Concórdia/SC. Como forma de aumentar a renda os homens mais velhos iam trabalhar na abertura manual de estradas e isso gerava uma renda extra para a família e uma possibilidade de comércio com a nova estrada aberta. Essa atividade era extremamente exaustiva e exigia muito dos trabalhadores, por isso, era uma atividade considerada apenas masculina.

A imagem 5 ainda destaca tocos de árvores cortados, os instrumentos utilizados para abrir as estradas, as pedras que foram destocadas e uma quantidade generosa de trabalhadores homens para as atividades. Apesar de ser uma atividade exclusivamente masculina, é possível perceber, de forma mais escondida na imagem, a presença de mulheres e crianças. Havendo um destaque maior para a presença masculina. Homens com a posição ereta empunham suas ferramentas como sinal de vitória, uma conquista. Possivelmente, as mulheres estavam

presentes para trabalhar nas atividades voltadas com alimentação e no corte da madeira para a lenha.

Quase a totalidade dos homens usavam chapéus, o que não é comum para as mulheres nas atividades fora da casa. Era uma questão cultural sobre o estilo da mulher, existiam roupas que eram socialmente aceitas e havia uma postura ideal para uma senhora respeitada. É possível notar que alguns homens estão bebendo algum líquido. Pode-se deduzir que era alguma bebida alcóolica, visto que, era um costume muito forte entre homens imigrantes o consumo de bebidas com álcool, principalmente após ou durante a realização de atividades físicas.

No canto esquerdo há uma bateria, o que indica que o trabalho era regado a bebida e música, deixando assim as dificuldades mais leves. A bateria junto com as enxadas, serrotes e pás, formam as ferramentas básicas de trabalho para um dia com atividades árduas e exaustivas.

Imagem 5 - Abertura de estradas em Barra do Tigre na década de 1950 em Concórdia/SC.



Fonte: Arquivo Público Municipal de Concórdia/SC.

As imagens analisadas acima são parte desse processo de mostração, elas mostram uma cultura, uma parte da rotina cotidiana do trabalho de homens, mulheres e crianças. Mas

essa mostração não   estética, e nem representa a totalidade. Sendo necessário questionar as imagens com novas perguntas e novas teorias para compreender o contexto como um todo.

Considera es finais

O conceito de opacidade e transparência de Alloa (2015) ajuda a compreender o contexto em que as imagens foram construídas e até mesmo o objetivo da sua produção. Esses elementos devem ser considerados na leitura que se tem das imagens. Sendo assim, é importante notar que, nas imagens analisadas, o fotógrafo tinha um domínio da técnica de fotografar, o que mostra que não era um amador ou um iniciante, mas sim um profissional. A nitidez das fotos   de qualidade para a época em que foram produzidas, a impressão da mesma forma, em bom papel e com uma qualidade impressionante, pensando na tecnologia existente. Assim podemos concluir que as fotos foram posadas, ou seja, as pessoas se prepararam e criaram um ambiente para representar um aspecto da sua vida e do seu trabalho. Isso não desqualifica em nada as fotografias, mas é importante levar em considera o essa informa o pois, as imagens registram um recorte de um cenário e contexto maior.

As fotos foram tiradas, geograficamente, na área rural do município de Concórdia. Isso fica evidente pelo ambiente que aparece nas imagens. Em algumas há uma oposi o entre mata e área desmatada, eventos que fazem parte do processo de desenvolvimento econômico e regional da região. Todas as imagens foram tiradas durante o dia, com o fundo natural, em espaços privados. Não se sabe qual é o nome do fotógrafo que tirou a foto e nem a exatidão do ano em que ela foi feita.

As pessoas representadas nas imagens são de origem italianas e alemãs, todos brancos, com traços europeus, os homens com altura alta e as mulheres um pouco mais baixas. Traços rudes e castigados pelo trabalho no campo marcam o rosto das pessoas, homens e mulheres, que foram trazidas nas fotos. Além das pessoas adultas, as crianças têm características físicas muito comuns, cabelos claros e pele branca.

Em quase todas as fotos, a presença de animais é um aspecto marcante. Pois na vida rural animais domesticados e que ajudam nas atividades da propriedade são extremamente essenciais para a manuten o da reprodu o da vida familiar.

As fotos são a captura de um momento do trabalho das famílias na propriedade ou na comunidade. Por isso, elas representam uma parte, significativa, mas não a totalidade, da vida e do trabalho, na pequena propriedade rural. É essencial destacar que o cenário escolhido para

ser registrado foi o que, na visão das pessoas, era o mais digno de registro, o que mais gerava orgulho em todos. Por ser uma escolha, outros aspectos da vida e do trabalho no campo foram deixados de lado, ou porque não eram considerados importantes ou porque não geravam valor para a família.

Nesse sentido pode-se perceber que a presença das mulheres é uma realidade em quase todas as atividades produtivas, somente na que exigia uma permanência fora de casa não houve a presença feminina. Essa presença nem sempre era considerada um trabalho, estando no mesmo patamar do trabalho das crianças, considerados como ajuda ao trabalho do homem. Não há nenhuma imagem que retrate a mulher desempenhando atividades reprodutivas, domésticas, de horta. Isso mostra que a invisibilização do trabalho feminino é uma realidade.

Questionar as imagens produzidas é lançar novas perguntas para essas fontes históricas, é problematizar a história dita oficial, é trazer personagens esquecidos para a memória coletiva e repensar os usos do passado no presente.

Referências Bibliográficas

- ALLOA, Emanuel. Entre a transparência e a opacidade – o que a imagem dá a pensar. In: ALLOA, Emanuel (org). *Pensar a Imagem*. **Autêntica Editora**, Belo Horizonte, 2015.
- BOEHM, Gottfried. Aquilo que se mostra. Sobre a diferença icônica. In: ALLOA, Emanuel (org). *Pensar a Imagem*. **Autêntica Editora**, Belo Horizonte, 2015.
- BONI, Valdete. **Produtivo ou Reprodutivo: O trabalho das mulheres nas agroindústrias familiares - um estudo na região oeste de Santa Catarina**. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.
- BOURDIEU, Pierre. A dominação masculina. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, jul./dez.1995.
- BRANDENBURG, Alfio. A colonização do mundo rural e a emergência de novos atores. **RURIS**, Revista do Centro de Estudos Rurais – UNICAMP, v. 4, n. 1, mar. 2010.
- CAMPOS, Indio. **Os colonos do Rio Uruguai: relações entre a pequena produção e agroindústrias no Oeste Catarinense**. (Dissertação) - Universidade Federal da Paraíba, 1987.
- CASSEL, Déborah Kuntze; MOREIRA, Gabriela Schmidt; ZILLOTTO, Denise Macedo. A imigração alemã e a concepção de trabalho no Vale dos Sinos. **Revista Práxis**, Novo Hamburgo, v. 1, p. 57-62, 2005.
- DEERE, Carmen; LEÓN, Magdalena. **Género, propiedad y empoderamiento: tierra, Estado y mercado en América Latina Tercer Mundo** Editores y UN. Facultad de Ciencias Humanas. Bogotá, 2001.
- FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. Editora Elefante, São Paulo, 2017.

- HEREDIA, Beatriz M. A. de. **A morada da vida**: trabalho familiar de pequenos produtores do Nordeste do Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- KONRAD, Joice; DA SILVA, Clécio Azevedo. Agricultura familiar no oeste catarinense: da colônia à Integração. 21 ed., **Encontro Nacional de Geografia Agrária**, Uberlândia, 2012.
- MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos**. Tradução de Jesus Raineri. São Paulo: Boitempo, 2004.
- MARX, Karl. **O Capital**: Crítica da economia política. Livro I: O processo de produção do capital. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. Fontes visuais, cultura visual, História visual. Balanço provisório, propostas cautelares. **Revista Brasileira de História**, v. 23, n. 45, p. 11-36, 2003.
- MITCHELL, William John T. **Iconologia, Imagem e Iconografia**. Buenos Aires: Autêntica, 2015.
- PALMEIRA, Moacir. Modernização, Estado e Questão agrária. **Estudos Avançados**, v. 3, n. 7, p. 87-108, 1 dez. 1989.
- PERTILE, Noeli. **Formação do espaço agroindustrial em Santa Catarina**: o processo de produção de carnes no oeste catarinense. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal de Santa Catarina, 2008.
- POLI, Jaci. Caboclo: Pioneirismo e Marginalização. In: **Cadernos do CEOM** (Centro de Organização da Memória Sócio-Cultural do Oeste), Chapecó, FUNDESTE, n. 7, 1991.
- RENK, Arlene; WINCKLER, Silvana. Para uma biografia da pequena propriedade rural no oeste catarinense. **Revista História: Debates e Tendências**, v. 17, n.2, p. 307-319, 2017.
- SANTIAGO JR. Francisco Chagas. A virada e a imagem: história teórica do pictorial/iconic/visual turn e suas implicações para as humanidades. **ANAIS DO MUSEU PAULISTA** – v. 27, 2019, p. 1-51.
- SANTOS, Cláudio Soares dos; JOHN, Natacha Souza. O desenvolvimento rural e a agroecologia: uma alternativa para sustentabilidade ambiental. **Brazilian Journal of Development**, Curitiba, v. 4, n. 6, p. 3053-3063, out./dez. 2018.
- SCHWENDLER, Sônia Fátima. A divisão sexual do trabalho no campo sob a perspectiva da juventude camponesa. **Revista de Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 28, n. 1, p.1-14, jun. 2020.
- SEYFERTH, Giralda. O colono múltiplo: transformações sociais e (re) significação da identidade camponesa. **Raízes**, v.31, n.1,p. 10-24, jan-jun / 2011.
- TROIAN, Alessandra; BREITENBACH, Raquel. Estratégias e formas de reprodução social na agricultura familiar da fronteira oeste do Rio Grande do Sul. **Novos Cadernos NAEA**, v. 21, n. 1, p. 139-158, jan/abr 2018.
- VALENTINI, Delmir José. A Guerra do Contestado (1912-1916). In: RADIN, José Carlos; VALENTINI, Delmir José; ZARTH, Paulo A. **História da Fronteira Sul**. Editora Letra e Vida, Chapecó, 2015.
- WANDERLEY, Maria de N. Baudel. **A valorização da agricultura familiar e a reivindicação da ruralidade**. Desenvolvimento e Meio Ambiente, Editora da UFPR, n. 2, Curitiba, 2000.

Jean-Paul Sartre: trajetória, engajamento e intelectualidade

Jean-Paul Sartre: trajectory, engagement and intellectuality

Lucas Do Prado,¹ UPF

Resumo

Neste estudo, objetivamos uma análise da trajetória de vida e do pensamento de Jean-Paul Charles Aymard Sartre em relação ao contexto histórico e social em que o mesmo viveu. Destacamos seu engajamento com correntes filosóficas como a fenomenologia, o existencialismo e o marxismo. Examinamos como a Segunda Guerra Mundial desempenhou um papel significativo em sua construção intelectual, especialmente no que diz respeito ao seu envolvimento político. Sartre emergiu como uma figura proeminente no cenário intelectual e político francês, no período pós-guerra, e defendia a ideia de que os intelectuais tinham uma responsabilidade intrínseca de se engajarem na esfera política. Assim, procuramos destacar o desenvolvimento de seu pensamento e seu papel como intelectual no contexto sociopolítico em que ele estava inserido.

Palavras-chave: Sartre; Engajamento; Trajetória.

Abstract

In this study, we aim to analyze the life trajectory and thoughts of Jean-Paul Charles Aymard Sartre in relation to the historical and social context in which he lived. We highlight his engagement with philosophical currents such as phenomenology, existentialism and Marxism. We examine how the Second World War played a significant role in his intellectual construction, especially with regard to his political involvement. Sartre emerged as a prominent figure on the French intellectual and political scene in the post-war period, and defended the idea that intellectuals had an intrinsic responsibility to engage in the political sphere. Thus, we seek to highlight the development of his thought and his role as an intellectual in the sociopolitical context in which he was inserted.

Keywords: Sartre; Engagement; Trajectory.

Sartre e seu tempo: Um Olhar sobre as flutuações intelectuais e políticas

Jean-Paul Sartre, um destacado intelectual francês, emergiu como filósofo, escritor, romancista, dramaturgo e ativista político ao longo do século XX. Reconhecido como um dos principais expoentes da corrente filosófica do existencialismo, Sartre nasceu em 21 de junho de 1905, na cidade de Paris, França. Proveniente da união de Jean Baptiste Marie Aymard Sartre² e Anne-Marie Sartre,³ sua trajetória multifacetada reflete contribuições significativas

¹ Graduado em História pela Universidade de Passo Fundo. Mestrando Bolsa CAPES do curso de História do Programa de Pós Graduação da Universidade de Passo Fundo. E-mail: 152829@upf.br. Contato alternativo: lucazsoad@gmail.com.

² Jean Baptiste Marie Aymard Sartre foi oficial da Marinha francesa e que acabou por falecer quando Sartre estava com menos de dois anos de idade.

para o panorama intelectual e político de sua época e buscaremos desenvolvê-lo ao longo de nosso trabalho.

Buscaremos em nosso estudo, contextualizar a trajetória de Jean-Paul Sartre abrangendo parâmetros do ambiente social, intelectual e político onde o filósofo francês esteve inserido. A vida de Sartre é caracterizada por uma notável complexidade, marcada por períodos de destaque e influência, assim como fases de declínio, ainda em vida. Essa dinâmica oscilante abrangeu desde sua aclamação como um filósofo de amplo apelo popular até períodos de aparente desinteresse por sua obra filosófica. Para compreender de maneira abrangente sua evolução intelectual e influência, é imprescindível situar sua trajetória no contexto dessas flutuações sociais, intelectuais e políticas vividas por Sartre.

Para que conseguíssemos chegar no resultado de nossas objetivações, fizemos uma revisão bibliográfica abrangente a respeito do contexto ao qual Jean-Paul Sartre estava imerso. Esta tarefa de revisão bibliográfica, constitui um papel indispensável no processo de pesquisa histórica, ela visa proporcionar um entendimento acerca das circunstâncias e fatores dos quais moldaram o ambiente tanto intelectual quanto ideológico que envolveu Sartre. Assim, esta revisão bibliográfica almeja tanto a coleta e análise de informações qualitativas e quantitativas, assim nos oferecendo perspectivas abrangentes acerca das influências e pensamentos que permearam a esfera de influências de Jean-Paul Sartre.

Neste contexto, também temos a possibilidade identificarmos e analisarmos as possíveis transformações ocorridas no pensamento sartriano, juntamente, das mudanças referentes ao pensamento predominante em dado período histórico, no caso, o contexto vivenciado por Sartre. Aqui também pode-se observar como as ideias e concepções são passíveis de adaptação, manifestando variações conforme o contexto histórico, social e cultural que lhes serve de molde.

Em nossos estudos, pudemos notar que, no século XX, em boa parte do mundo, mas, principalmente na França a corrente filosófica do existencialismo tornou-se muito popular, alcançou seu auge entre os anos de 1940 e 1960. Esta popularidade do existencialismo francês

³ Anne-Marie Schweitzer, nome de solteira, filha de Charles Schweitzer, professor de alemão, prima do famoso médico e missionário Albert Schweitzer, ganhador do prêmio Nobel da Paz. Após a morte de seu marido, mudou-se para Meudon, cidade francesa onde junto de Jean-Paul Sartre vivem juntos de seus avós. Em 1917 casa-se com Joseph Mancy.

deve-se a nomes como: Simone de Beauvoir (1908-1986);⁴ Albert Camus (1913-1960)⁵ e Jean-Paul Sartre.

Sartre em seu desenvolvimento como intelectual, passou pelo período que abrangeu desde os acontecimentos devastadores da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) até a bipolarização global da Guerra Fria (1947-1991). É impossível negar que estes eventos de escala global mundial exerceram uma influência significativa em sua evolução como pensador. Portanto, este estudo também nos permite uma análise da relação de Sartre com os eventos históricos mencionados, assim, poderemos juntamente compreender de que forma tais acontecimentos possam ter transformado ou moldado seu pensamento. Além, disso, poderá também se investigar como se deu o pensamento sartriano neste contexto intelectual que permeou este período.

Aproveitamos para deixar claro, que este trabalho não almeja ser biográfico, e esperamos que também, caro leitor não entenda de tal forma, mas sim que são levantamentos de informações acerca de nosso teórico de análise que serão substanciais para a construção do trabalho.

Os contatos

Como trata-se de uma análise histórica, nós historiadores, ao analisarmos narrativas, personalidades ou obras específicas, temos também de contextualizá-las. Assim, visamos iniciarmos esta contextualização com o período em que Jean-Paul Sartre viveu e desenvolveu suas obras, partindo de onde o mesmo nasceu e se desenvolveu historicamente. Esta perspectiva se dá para que possamos elucidar contextos em seu desenvolvimento que possam ter de alguma forma influenciado em suas escolhas e por consequência refletido em suas obras. Como nossa pesquisa em grande medida se baseia na análise de um único autor como principal fonte, é de fundamental importância que também consigamos conceber uma narrativa da persona pela qual as palavras saíram e nos são mostradas em nossa análise.

⁴ Simone Lucie-Ernestine-Marie Bertrand de Beauvoir, filósofa, escritora e feminista francesa. Nascida em 9 de janeiro de 1908. Entre os anos de 1929 a 1943, foi professora de filosofia na França. Também conhecida por difundir a filosofia existencialista através da literatura. Contando também com obras filosóficas entre elas a mais famosa *Le Deuxième Sexe* (O segundo sexo), publicado em 1949. Falece em 1986, por consequências de uma pneumonia.

⁵ Albert Camus foi um escritor, filósofo, romancista e dramaturgo franco-argelino. Nasceu no dia 7 de novembro de 1913 em Dréan, Argélia. Amplamente associado ao movimento intelectual do existencialismo e também ao conceito de absurdo. Faleceu tragicamente em um acidente de carro entre Lourmarin e Paris no ano de 1960.

Dado que o presente estudo se insere no âmbito de uma análise historiográfica, enquadrando-se nas teorias da História, e pode igualmente ser interpretado como um exercício de pesquisa na área da História Intelectual ou da História dos Intelectuais, julgamos apropriado apresentar ao leitor uma introdução concisa acerca da figura de Sartre.

JP Sartre experimentou sua fase formativa em Montparnasse, onde residia com sua família de origem considerada pequeno-burguês.⁶ Desde tenra idade, ele cultivou uma proximidade com a literatura, resultado tanto do ambiente onde vivia, Montparnasse, quanto do acesso precoce aos livros. Este bairro parisiense, renomado como um epicentro artístico e intelectual da época, constituiu um ponto de encontro para figuras literárias, pensadores e ilustradores, como Ernest Hemingway, Amedeo Modigliani, Pablo Picasso, entre outros notáveis associados à região.

Em nossa pesquisa sobre Sartre, pudemos perceber que desde a infância o filósofo teve contato com a leitura e escrita, não somente pelo local onde morava, mas, em conjunto com a influência de seu avô, que o lia histórias e aguçava a imaginação de um jovem futuro escritor. Sartre, escreve seu primeiro romance na idade de sete anos, era uma pequena escrita chamada *Pour un papillon (Por uma borboleta)*. Ali iniciava-se a longa jornada de Sartre com a literatura, de forma original e mais íntima a sua relação com o papel, a pena e a tinta.

Tratando-se de literatura, é impossível deixarmos de lado como fora polêmica a relação de Sartre com a mesma. No ano de 1964 Sartre recebe a honraria do Prêmio Nobel de Literatura, no entanto acaba-o recusando. Tempos depois, no ano de 1967, J. P Sartre explica o porquê de sua recusa ao prêmio em uma coletânea de ensaios chamada *L'écrivain devrait refuser d'être transformé en institution (O escritor deveria recusar deixar ser transformado em uma instituição)*. Esta coletânea tratava de questões relacionadas a literatura e o papel do literato, esse conjunto de obras retomaria novamente as preocupações de Sartre acerca da literatura, vinte anos após o lançamento de um livro escrito por ele chamado *Qu'est ce que littérature? (Que é a Literatura?)*, obra também totalmente dedicada ao tema.

Ao analisarmos também comentadores de Sartre, descobrimos considerações que contribuem e dão sustança a nossa pesquisa historiográfica acerca de Sartre. A análise das concepções propostas por István Mészáros revela uma subdivisão do desenvolvimento intelectual de Jean-Paul Sartre em seis fases distintas. Inicialmente, encontramos a etapa designada como: “Os Anos de Inocência”, abarcando o período entre os anos de 1923 a 1940.

⁶ É um termo usado na teoria marxista para designar a classe média, estão acima dos proletariados e abaixo dos burgueses.

Subsequentemente, situam-se os “Anos de Heroísmo”, abrangendo o intervalo de 1941 a 1955. A terceira fase é caracterizada como “A Busca da Política no Código da Moralidade”, correspondente ao período de 1946 a 1950. A quarta fase recebe a denominação de “A Busca da Moralidade no Código da Política”, englobando os anos de 1951 a 1956. A quinta fase é identificada como “A Busca da Dialética da História”, situando-se no intervalo entre 1957 e 1962. Por fim, a sexta e última fase, intitulada “A Descoberta do Universal Singular” que se estende a partir do ano de 1963. Mas neste momento trataremos de analisarmos “Os anos de inocência” de J. P Sartre.

É nos anos de inocência que Sartre conclui seu *Baccalaurét*⁷ e, ingressa na Escola Normal Superior de Paris,⁸ no liceu Louis-le-Grand, local este, que Sartre torna-se amigo mais íntimo de Paul Nizan,⁹ Georges Politzer¹⁰ e Raymond Aron.¹¹ Raymond Aron esse, que futuramente viria a desfazer sua amizade com Sartre e fazer críticas contundentes as suas ideias. Ali também é que Sartre conhece Simone de Beauvoir, sua companheira quase que inseparável tanto de vida quanto de escrita.

Após a sua conclusão do que seria o curso superior para nós brasileiros, Sartre teria sido reprovado em seu exame da *agrégation*,¹² não obstante, no ano posterior, em 1929 teria sido aprovado e agora com a melhor nota da turma e Simone de Beauvoir teria ficado em segundo lugar.

Segundo Katherine J. Morris (2008), posterior a este período da *agrégation*, porém ainda em seus anos de inocência, Sartre cumpre o seu serviço militar e em seguida inicia suas atividades como professor, ministrando aulas no *lycée*¹³ Francisco I, na comuna de Le Havre entre os anos de 1931 e 1936.

⁷ É um exame em que os alunos em escolas na França se submetem ao final do ano letivo, este período é equivalente ao ensino médio no Brasil.

⁸ É uma instituição de Ensino Superior localizada em Paris, capital da França.

⁹ Paul-Yves Nizan, nascido em 7 de fevereiro de 1905 em Tours na França. Ficou conhecido por ser um ensaísta, romancista e jornalista francês. Foi amigo de Sartre por poucos anos. Acabou morto em combate como soldado nos primeiros dias da Batalha de Dunkirk.

¹⁰ Georges Politzer, um eminente teórico e filósofo marxista, nasceu em 3 de maio de 1903, na cidade de Oradea, na Romênia. Sua vida foi marcada por um trágico desfecho, ocorrido em 1942, quando, devido à sua afiliação ao comunismo e à sua ascendência judaica, ele e sua esposa enfrentaram um destino fatídico. Naquela época, durante a ocupação nazista da França, Georges Politzer e sua esposa foram vítimas de uma execução sumária perpetrada pela Gestapo, a polícia secreta do regime alemão nazista, resultando na perda de suas vidas.

¹¹ Raymond Aron foi um filósofo, sociólogo, historiador e jornalista francês, nascido no dia quatorze de março em Paris, na França. Aron morreu em dezessete de outubro de 1983 por questões médicas.

¹² Concurso que qualifica os aprovados a lecionar nos liceus que assim como as universidades é um estabelecimento de Ensino.

¹³ Escola ou instituição de ensino equivalente ao ensino médio

Em 1933, Jean-Paul Sartre iniciou sua incursão efetiva na fenomenologia. De acordo com Morris (2008), que relata uma citação de Beauvoir, Sartre, Raymond Aron e Beauvoir estavam reunidos em um pub chamado *Bec de Gaz*. Durante uma conversa, Aron abordou o tema da fenomenologia, deixando Sartre visivelmente ciente ao sugerir que até mesmo os coquetéis que estavam consumindo poderiam ser objetos de reflexão filosófica. Foi nesse momento que Sartre encontrou a direção filosófica que buscava. Aron, então, aconselhou Sartre a explorar as obras de Emmanuel Lévinas,¹⁴ juntamente com a filosofia husserliana.

Em 1933, Jean-Paul Sartre empreendeu uma estadia na Alemanha, com a finalidade de prosseguir seus estudos acadêmicos. Coincidentemente, esse mesmo ano marcou a ascensão de Adolf Hitler ao poder na Alemanha, um evento que contextualizou de maneira significativa o ambiente intelectual da época. Durante sua permanência no território alemão, Sartre se viu progressivamente atraído pela fenomenologia, movimento filosófico ainda influente da época na Alemanha, que o levou a explorar e assimilar as ideias de filósofos como Edmund Husserl¹⁵ e Martin Heidegger.¹⁶ Foi nesse período que Sartre também dedicou sua atenção a leituras que se concentraram em figuras como: Max Scheler,¹⁷ Søren Kierkegaard¹⁸ e Karl Jaspers.¹⁹ Esse período de estudo e imersão intelectual na Alemanha marcou um momento crucial na trajetória acadêmica e filosófica de Jean-Paul Sartre, influenciando profundamente seu pensamento e seu desenvolvimento como filósofo.

Antes desse intervalo intermediário, marcado pelo início das atividades de escrita e publicação de Jean-Paul Sartre, um período que inicialmente transcorreu sem grande destaque ou repercussão, não subsiste um corpo literário que possa ser claramente identificado como uma produção distintivamente sartriana anterior a 1934. Nesse estágio inicial, sua produção literária compreende principalmente contos, fragmentos de romances e correspondências.

¹⁴ Emmanuel Lévinas foi um filósofo nascido no dia doze de janeiro de 1906 em Kaunas, na Lituânia. Teve forte influência de Martin Heidegger e Edmund Husserl em seu pensamento.

¹⁵ Edmund Husserl, nascido em 1859 na Prostějov, Morávia (atualmente parte da República Tcheca). Falecido em 1938, é reconhecido como o pioneiro da corrente filosófica da fenomenologia.

¹⁶ Martin Heidegger, nascido em 1889 e falecido em 1976, destacou-se como um filósofo alemão renomado, sendo reconhecido como um dos pensadores mais impactantes do século XX. Originário de Meßkirch, Alemanha, Heidegger tornou-se notório por suas contribuições à filosofia fenomenológica e existencialista, sendo seu livro "Ser e Tempo" ("Sein und Zeit"), publicado em 1927, uma obra que marcou seu legado intelectual.

¹⁷ Max Scheles, nascido em vinte e dois de agosto de 1874 em Munique na Alemanha. Foi um filósofo alemão conhecido por seus trabalhos sobre fenomenologia.

¹⁸ Søren Aabye Kierkegaard, foi um teólogo, filósofo e poeta dinamarquês. Nascido dia cinco de maio de 1813 em Copenhague na Dinamarca. Considerado o pai do existencialismo.

¹⁹ Karl Theodor Jaspers, nascido em vinte e três de fevereiro de 1883 em Oldemburgo na Alemanha. Foi e psiquiatra e filósofo com contribuições em áreas como: Filosofia Existencialista, Psicopatologia, Filosofia da História e Filosofia da Religião.

Todavia, o quase “anonimato” de Sartre findava-se no ano de 1934, ano do qual escreve *La transcendance de l’Ego* (*A transcendência do ego*). Porém, a sua publicação viria posterior, no ano de 1936. Entre os anos de 1935 a 1940 temos também a publicação de *Esquisse d’une Théorie des Emotions* (*Esboço para uma teoria das emoções*) *L’imagination* (*A imaginação*) e *L’Imaginaire: Psychologie phénoménologique de l’imagination* (*O imaginário: psicologia fenomenológica da imaginação*), que seguem uma linha de combinar elementos de filosofia e psicologia em suas escritas.

Ainda no período de inocência sartriano, mas, em outra linha de escrita, posterior a sua descoberta acerca da fenomenologia, temos obras voltadas a introdução tanto de quem lê Sartre e também do próprio Sartre ao existencialismo. Neste período temos obras como *Histoires du temps de l’indigence* (*Histórias dos tempos da indigência*). Este livro foi publicada no ano de 1939 e é um compilado de contos escritos por Sartre, entre estes, temos os contos: *Le Quatrième* (*O quarto*) *Érostat* (*Erostat*); *Intimité* (*Intimidade*); *L’enfance d’un patron* (*A infância de um chefe*). E o mais famoso, *Le Mur* (*O muro*). Este último, se passa durante a Guerra civil espanhola, carrega temas como política e liberdade.

E por fim talvez o seu romance filosófico mais famoso *La Nausée* (*A Náusea*), escrito enquanto Sartre lecionava em Havre. Este romance existencialista, narra por meio de um diário, a vida e as sensações de Antoine Roquentin. Durante o enredo podemos observar reflexões que perpassam a questão do tempo e da própria existência. Nota-se momentos onde podemos perceber que Sartre ao escrevê-lo traz à tona temas existenciais, como a liberdade e a autenticidade.

A Náusea, inicialmente, teria o título de *Mélancolie* (*Melancolia*), no processo de edição do livro, o nome acaba sendo alterado para o que conhecemos hoje. Esta mudança, deve-se pelo fato que Sartre achou que *La Nausée* passaria ao leitor de forma mais adequada a atmosfera que Roquentin sentia, de alguma forma a sua desconexão ou falta dela para com o mundo, a angústia existencial sofrida pelo protagonista e os questionamentos sobre sua própria existência.

Neste momento, consideramos pertinente abordar o tema do existencialismo e sua popularidade. Além das razões mencionadas acima, observamos que a literatura produzida por Sartre desempenhou um papel crucial na divulgação desta corrente filosófica nado existencialismo. Sartre, em sua abordagem singular da escrita, amalgamou a literatura com a filosofia. Como destacou Mézaros, “desde o princípio, a obra de Sartre foi descrita por um

esforço consciente de combinar filosofia e literatura para amplificar os poderes de persuasão e demonstração” (2005, p. 25). No entanto, essa particularidade de Sartre também recebeu críticas. Um exemplo disso é Raymond Aron, que, em seu livro *D'une sainte famille à l'autre* (*De uma sagrada família a outra*), aborda críticas a Sartre. Aron argumenta que, enquanto em Kierkegaard e Nietzsche o existencialismo ainda permanece “nos limites de uma filosofia grande e séria, [com] Sartre, torna-se uma roleta russa cínica e frívola. Não é mera coincidência que Sartre distribua seu existencialismo em romances e dramas, explorando-o comercialmente no teatro” (Aron, 1970, p. 16-17).

Como pudemos notar, mesmo em seus anos iniciais de escrita, o arsenal de produção de Sartre é abundante, fazendo contribuições em diversas áreas do conhecimento e também da cultura, confirma Mészáros:

a obra de Sartre cobre uma área imensa e apresenta uma variedade enorme: desde artigos ocasionais até um ciclo de romances, desde contos até sínteses filosóficas vastas, desde roteiros cinematográficos até panfletos políticos, desde peças de teatro até reflexões sobre arte e música, e desde crítica literária até psicanálise, assim como biografias monumentais, tentando captar as motivações interiores de indivíduos singulares em relação às condições sócio históricas específicas da época que os moldou e à qual, por sua vez ajudaram a transformar (Mészáros, 2002, p. 27).

Tanto em seus ensaios quanto em suas obras literárias, que incluem romances, contos e peças teatrais produzidas durante esse período, fica clara a orientação que Jean-Paul Sartre imprimiu à sua escrita. Ele abordou temas como a fenomenologia e, subsequentemente, o existencialismo, além de explorar questões políticas, comprometimento político, ética e responsabilidade. Esses elementos se tornariam marcas distintivas de grande parte de sua produção escrita posterior. No entanto, ao chegar ao final de 1939, um evento crucial ocorreu, desencadeando uma transformação significativa no pensamento de Sartre. Este episódio será examinado minuciosamente no próximo subcapítulo deste trabalho.

A Guerra e o desenvolvimento no pensamento sartriano

Como é de nosso conhecimento, no mês de setembro de 1939 dava-se início o conflito que geraria uma perturbação significativa em todos os domínios do conhecimento humano. Esse evento, além disso, acarretaria transformações drásticas no contexto global. No primeiro dia de setembro desse mesmo ano, a Alemanha nazista iniciou suas primeiras investidas em

direção aos territórios poloneses, marcando assim o início do que posteriormente seria reconhecida como a Segunda Guerra Mundial.

Compreendemos que os eventos que culminaram no início desse conflito foram mais intrincados do que exposto anteriormente. Uma abordagem mais detalhada sobre os antecedentes desse conflito catastrófico seria digna de um estudo específico. Contudo, em nossa análise, não nos deteremos em uma investigação mais aprofundada sobre os motivos que desencadearam a Segunda Guerra Mundial. Nosso foco estará centrado em entender de que maneira esse conflito pode ter exercido influência no pensamento de Jean-Paul Sartre e, conseqüentemente, manifestando-se em suas obras.

O desenvolvimento intelectual de um indivíduo está intrinsecamente vinculado à maneira como ele se manifesta diante das contínuas mudanças, conflitos sociais e políticos em meio a sua época de atividade plena. No contexto do século XX, Sartre, desempenhou um papel fundamental ao abordar as questões prementes desse período. Ele acompanhou de perto a multiplicidade de transformações que caracterizaram uma era permeada por numerosos conflitos. Sua postura foi a de compreender essas complexas tensões em seu contexto, e as conseqüências das quais dela decorreram. Sartre, destacou-se por resgatar o papel e o protagonismo da existência humana por meio do prisma do existencialismo, em um cenário que emergiu no pós-Segunda Guerra Mundial, “uma vez que o que exige uma readequação da questão humana e dos problemas concretamente vividos no universo filosófico” (Rodrigues, 2007, p. 77).

No início da Segunda Guerra Mundial, Jean-Paul Sartre fixou residência na França, mais especificamente em Paris, que, neste contexto, se encontrava sob a ocupação das forças nazistas alemãs. Conforme apontado por Hobsbawm, após ser invadida pelas tropas alemãs, a França teria sido atropelada com ridícula facilidade e rapidez, teria aceito a subordinação a Hitler sem hesitação, isso ocorreu devido ao fato de o país ter sangrado quase até a morte entre anos de 1914 e 1918 (Hobsbawm, 2017).

Sartre, foi convocador para apresentar-se ao serviço militar no início da guerra, serviu em Alsácia, porém, em decorrência aos seus problemas de visão, não atuou como um soldado nas linhas de frente, digladiando diretamente contra soldados alemães. Seu envolvimento efetivo, concentrou-se em atividades mais estratégicas, contribuindo em análises meteorológicas, como auxiliar em um “*poste de sondage*”. Neste cargo, foi capturado pelas forças alemãs do regime nazista.

Neste mesmo período, enquanto servia ao exército na Alsácia, Arlette Elkaim-Sartre²⁰ expôs que J.P Sartre escrevera um diário sobre os dias que passou servindo ao exército francês. Segundo Arlete, Sartre teria escrito este diário para seus contemporâneos, este diário, tinha a intenção de “registrar o testemunho de um soldado comum sobre a guerra e sobre o estranho rumo tomado por ela, descrevendo a mobilização ociosa em que ele e milhões de outros foram lançados” (Sartre, 1983, p. 5). É deste diário, que surge o livro póstumo *Les carnets de la drôle de guerre*, que chegou ao Brasil com o título de *Diário de uma guerra estranha*, publicado inicialmente no ano de 1983 pela editora Gallimard. Ao todo, especula-se que Sartre havia escrito cerca de quinze cadernos, porém, esta versão do livro conta com apenas cinco, sendo o caderno III, V, XI, XII e XIV²¹. Os demais teriam sido perdidos por um amigo de Sartre em um trem. Existe a possibilidade de que realmente tenham sido perdidos e destruídos ou também que se alguém realmente os tenha, prefira manter em segredo, como um troféu.

Ainda neste diário, podemos encontrar rascunhos ou esboços de obras que viriam a ser publicadas futuramente por Sartre, como *Les Mots (As palavras)*, também rascunhos da obra monumental de Sartre *L'Être et le Néant: Essai d'ontologie phénoménologique (O Ser e o Nada: Ensaio de ontologia fenomenológica)*, assim como ideias para a construção de uma moral e de como compreender o homem em sua totalidade, que só teria resposta em 1971 com a publicação de *L'Idiot de la Famille (O idiota da família)*.

Entre junho de 1940 a março de 1941, Sartre, foi mantido como prisioneiro de guerra pelos alemães. O que se imagina é que Sartre teria ficado em ostracismo neste período, talvez uma manobra tática política por parte dos alemães. Porém, mesmo em cárcere, J.P Sartre, não se deixou enrijecer, “ele deu aulas sobre Martin Heidegger para um grupo de prisioneiros, tendo também dado aulas particulares a um dos padres, Marius Perrin” (Morris, 2009, p. 29).

Sartre, neste período, também proferiu aulas sobre Heidegger para prisioneiros do Stalag XII-D — a nomenclatura “Stalag” deriva da palavra alemã Stammlager que quer dizer “campo base”. A nomenclatura XII-D indica o lugar onde este campo base estava localizado

²⁰ Nascida em Constantine, editora, trabalhou nos relatórios do Tribunal Russell no final da década de 1960. Em 1956, aos dezanove anos, conheceu Sartre. Eles tiveram um breve caso. Em 1965, ele a adotou como filha. Em 1980, após a morte de Sartre, ela tornou-se sua legatária universal do filósofo.

²¹ Caderno III. Novembro de 1939. Brumath – Morsbronn.

Caderno V. Dezembro de 1939. Morsbronn.

Caderno XI. Fevereiro de 1940. Morsbronn – Paris – Bouxwiller.

Caderno XII. Fevereiro de 1940. Brouxwiller.

Caderno XIV. Março de 1940. Brouxwiller – Brumath.

— Neste caso, o Stalag XII-D estava localizado na cidade de Trier, no sudoeste da Alemanha, perto da fronteira com Luxemburgo.

Durante esse mesmo período de detenção, Jean-Paul Sartre iniciou sua incursão na escrita de peças teatrais, dando origem a um episódio marcante em sua trajetória. Foi nesse contexto que concebeu a sua primeira obra teatral, intitulada *Bariona ou le Fils du tonnerre*.²² Segundo as observações de Morris (2009, p. 29), a peça teve sua estreia durante a noite de Natal de 1940, não apenas representando o despertar de suas inclinações dramáticas, mas também funcionando como um espetáculo para seu posterior envolvimento no ativismo político. Vale destacar a relevância incontestável desse período de encarceramento para o desenvolvimento das ponderações intelectuais do filósofo francês. Marius Perrin registra que a peça “*Bariona*” se tornou uma força transformadora integral. Conforme palavras de Perrin, o impacto desse trabalho teatral transcendeu os limites convencionais, provocando uma mudança significativa na paisagem intelectual e motivacional de Sartre, instigando-o a considerar a iminência da ação direta. Morris (2009, p. 29) valida esse processo de evolução, assinalando que, em meio ao cárcere, Sartre concluiu que era propício realizar uma transição do âmbito da contemplação em sua “torre de marfim” para a esfera da ação engajada e militante.

Um ano posterior a escrita de *Bariona* foi quando Sartre deu início a escrita da peça *La Mouche* (*A mosca*) no ano de 1941. Esta peça é uma forma de reinterpretação da tragédia Grega *Electra*, de Sófocles. Em grande maioria trata de temas como a questão de identidade, relacionamentos, liberdade, escolhas e responsabilidade. Sete anos depois, em 1948, escreve a peça *Les mains sales* (*As mãos sujas*), peça que em grande medida explora temas como as questões do comprometimento político e a moral, a responsabilidade, a liberdade e culpabilidade sobre o passado, peça esta, com uma grande carga filosófica em seu desenrolar.

Após se ver livre das mãos dos nazistas, em março de 1941 — ao menos enquanto cárcere —, Sartre inicia a jornada de escrita do *L'Être et le Néant: Essai d'ontologie phénoménologique*, que como vimos, já havia iniciado alguns esboços em seus cadernos diários enquanto lutava ao lado da França em um “*Poste de sondage*”. Nesta obra, que Sartre explora a filosofia existencialista e também a fenomenologia, nela, o filósofo francês aborda

²² O resultado, de *Bariona*, é um conto acerca da resistência de aldeões na Judeia contra a ocupação romana — transparentemente um símbolo da França sob ocupação alemã — com a mensagem do Jesus criança na vila vizinha de Belém sendo a de que ‘você é responsável por você mesmo e pelo seu sofrimento’. A peça foi representada pelos prisioneiros, com Sartre no papel de Baltazar” (Morris, 2009, p. 31).

temáticas como liberdade, consciência, subjetividade, autenticidade e a natureza da existência humana, temas esses que já víamos anteriormente em suas obras literárias, mas que agora ele explora de maneira mais profunda e complexa, ingressando de fato de forma teórica na fenomenologia e no existencialismo.

Um aspecto notável na jornada de Sartre é a conexão entre o ativismo político e o papel dos intelectuais, gerando indagações devido à perspectiva única pela qual Sartre abordou esses elementos. É crucial esclarecer, no entanto, que a propensão de Sartre pelo ativismo político, conforme delineado por sua visão peculiar, se manifesta no conceito do “Intelectual engajado”.

A vivência de Sartre em um cenário de aprisionamento durante o contexto bélico, parece ter provocado modificações de natureza conceitual em seu pensamento, gerando por consequência, uma transformação nas motivações individuais, notadamente das pessoas que compartilhavam do confinamento com o filósofo. Nesse âmbito, emerge a concepção de que foi nesse período, após a fase da criação de *Bariona*, que o conceito de “intelectual engajado” emergiu de forma notória, conforme discutido posteriormente por Sartre ao sair da reclusão.

No desfecho da Segunda Guerra Mundial em 1945, Sartre foi agraciado com a oferta da Légion d’Honneur,²³ condecoração que, assim como o Prêmio Nobel, conferido em 1964, e a admissão à Académie Française como um dos “quarenta imortais”,²⁴ mas recusou.

Em paralelo, durante esse período pós-guerra, a participação política de Sartre despontou vigorosamente ativa. Mészáros (2012, p. 221) alega que o envolvimento direto de Jean-Paul Sartre na esfera política sofreu uma transformação a ponto de ser considerado irreconhecível. O autor assevera que após o término do conflito, o engajamento político adotado por Sartre assumiu contornos ainda mais proeminentes e ativos, corroborando assim com o seu posicionamento como um “intelectual engajado”. Este intelectual engajado aparece a partir da adoção de fato de Sartre o pensamento filosófico do existencialismo.

Referências Bibliográficas

ANDERSON, Perry. **Considerações sobre o marxismo ocidental nas trilhas do materialismo histórico**. São Paulo: Boitempo, 2004.

²³ Légion d’Honneur é uma condecoração, a mais alta da ordem honorífica na França. Ela foi estabelecida no ano de 1802 por Napoleão Bonaparte. É uma homenagem concedida pelo chefe de Estado a figuras notáveis.

²⁴ Os quarenta imortais da Académie Française, são quarenta cadeiras destinadas a indivíduos eleitos que servem como guardiões da língua francesa.

- ARRON, Raymond. **De uma sagrada família a outra** - ensaios sobre os marxismos imaginários. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.
- BARROS, José D'Assunção. **História das ideias** - em torno de um domínio historiográfico. História em reflexão. Dourados, v. 2, n. 3, p. 1-11, jan./jun. 2008.
- BLOCH, Marc. **Apologia da história ou o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Ed. Zahar/2001.
- COHEN-SOLAL, Annie. **Sartre**. Rio Grande do Sul: L&PM, 2005.
- HOBSBAWM, Eric. **Era dos extremos – O breve século XX 1914-1991**. São Paulo, Companhia das Letras, 1994.
- KOSELLECK, Reinhart. **Uma história dos conceitos: problemas teóricos e práticos**. Estudos históricos, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 134-146, jul./ dez. 1992.
- _____. **Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.
- _____. **O conceito de história**. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.
- LACAPRA, Dominick. Repensar la historia intelectual y leer textos. In: PALTÍ, E. **Giro Linguístico e historia intellectual**. Buenos Aires: Universidad Nacional de Quilmes, 1998.
- LOVEJOY, Arthur. **A grande cadeia do ser**. São Paulo: Palíndromo, 2005.
- MÉSZÁROS, István, **A obra de Sartre – busca da liberdade e desafio da história**. São Paulo: Boitempo, 2012.
- MORRIS, Katherine J. **Sartre: Introdução**. Porto Alegre: Artmed, 2008.
- SARTRE, Jean-Paul. **A Idade da Razão**. São Paulo: Abril cultural, 1981.
- _____. **A Náusea**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira S.A, 2016.
- _____. **As questões de método**. Rio de Janeiro: DP&A 2002b. 58.
- _____. **Crítica da razão dialética**. Rio de Janeiro: DP&A 2002a.
- _____. **Diário de uma guerra estranha**. São Paulo: Círculo do Livro, 1983.
- _____. **O existencialismo é um humanismo**. 3ª ed. Lisboa: Editorial Presença, 1970.
- _____. **O Muro**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira S.A, 2015.
- _____. **O Ser e o Nada**. 13ª ed. Petrópolis: Vozes, 2005
- _____. **Que é a Literatura**. São Paulo: Editora Ática, 2004.

Duelos de honra em uma perspectiva global: conexões entre elites e imprensa no Oceano Atlântico na segunda metade do século XIX

Honor duels in a Global Perspective: connections between Elites and Press in the Atlantic Ocean in the second half of the 19th Century

Vitor Wieth Porto,¹ UFPEL

Resumo

O presente artigo aspira a debater sobre os duelos de honra em variados países da Europa e América Latina ao final do século XIX, visando construir conexões tanto a respeito da prática quanto dos seus praticantes nos dois continentes, pensando na elaboração de uma possível integração entre os duelistas europeus e americanos. Para tal, utiliza-se de autores que tratam do referido costume em vários países, buscando pontos em comum para interligar as particularidades de cada local a um contexto de compartilhamento de preceitos e ações que balizam tais duelos, os quais se destacam a elaboração e difusão dos “códigos de honra” e a publicação de notícias tangendo os referentes embates em várias localidades.

Palavras-chave: Honra; Duelos; Elites; Imprensa.

Abstract

The present article aims to discuss honor duels in various countries in Europe and Latin America at the end of the 19th century, seeking to establish connections regarding both the practice and its practitioners on both continents, with the intention of exploring the potential integration between European and American duelists. To achieve this, the article draws on authors who address this custom in various countries, identifying common points to link the specificities of each location to a context of shared principles and actions that guide such duels. Key aspects highlighted include the development and dissemination of "codes of honor" and the publication of news related to these conflicts in various locations.

Keywords: Honor; Duels; Elites; Press.

Introdução

Em diversos países, duelar era uma prática que alcançou certa relevância nas últimas décadas do século XIX. A atração por esses combates com uma finalidade muito específica e importante – o de defender a própria honra diante de uma afronta – fez com que as redações dos jornais passassem a publicar tais contendas, especialmente quando os envolvidos eram figuras de relevância em determinados contextos e os próprios embates poderiam colocar os jornais em evidência e prestígio social (Nye, 1998; Hughes, 1998; Frevert, 1998; Guillet,

¹ Doutorando do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), sendo Mestre e Bacharel em História pela mesma instituição. Bolsista CAPES. E-mail: vitorwieth@gmail.com

2013). Os duelistas, homens que geralmente pertenciam a uma elite, se baseavam em códigos de honra escritos com um propósito de regrar por que, onde e como esses combates aconteciam, visando criar uma distinção muito nítida entre o que era um duelo *de fato* (uma prática “civilizada”) e um ato de agressão ou de homicídio (Porto, 2022, p. 63-77).

Tais códigos demonstraram possuir uma circularidade que trespassava as fronteiras nacionais e continentais: códigos franceses, por exemplo, serviram de inspiração para a elaboração de regulamentos em países latino-americanos como o México, Uruguai e Argentina (Piccato, 1999; Thompson Flores, 2018). Pablo Piccato (1999, p. 333-334), analisando a inserção dos duelos no México durante os últimos anos do século XIX, atribui que a prática era vista por certos setores da burguesia mexicana como algo moderno, pois os tornariam “[...] membros de um *grupo internacional* de homens de honra” (Piccato, 1999, p. 334, grifos nossos) por partilharem o mesmo conhecimento acerca da prática dentro de um contexto que a referida era consideravelmente praticada na França, Itália e Alemanha.

Partindo de tal premissa, temos por objetivo iniciar uma reflexão em que os duelos podem ser pensados como uma prática que passa a ser *compartilhada* por elites da Europa e da América, havendo uma integração do costume e do valor que o precede, ou seja, a honra.² A História Global pode nos ajudar a compreender essas conexões ocorridas entre esses homens, de modo que traremos uma breve discussão sobre alguns autores que podem contribuir para nossa tarefa. A partir disso, tentaremos trazer as conexões de fato, utilizando tanto de uma bibliografia que tange vários países quanto alguns periódicos da imprensa brasileira de época, visando também inserir o Brasil no debate ao mesmo passo que exemplificamos como a imprensa teve um papel crucial para a construção dos elos que abordaremos.

Ainda sobre a imprensa, Mariana Thompson Flores e José Remedi (2021) já abordaram para o caso específico do Brasil que a circulação de notícias sobre duelos nas primeiras décadas do século XX. Segundo os pesquisadores, elas chegavam por jornais físicos que eram trazidos principalmente pelas embarcações marítimas. A instalação de cabos telegráficos submarinos no final dos anos 1800 ainda possuíam consideráveis dificuldades, problemas técnicos e atrasos, fazendo com que as agências de notícias internacionais que os

² De modo breve, conceituamos a honra a partir de Julian Pitt Rivers (1988, p. 13-14), vendo-a como uma pretensão de orgulho próprio, construção de uma autoestima e também a exigência de respeito pelos demais, havendo uma constante preocupação e autoavaliação com a própria reputação, a qual seria atribuída a um sentimento, o de vergonha.

utilizavam (como a Havas) ainda não fossem tão efetivas. Para além disso, existia uma intensa circulação de informações entre os próprios países americanos e agências de notícias locais, o que tornava o panorama muito mais complexo e interligado (Thompson Flores; Remedi, 2021, p. 228-230). Logo, para as últimas décadas do século XIX, levamos em conta as limitações espaciais e temporais para que esses duelos estrangeiros fossem conhecidos e propagados pela imprensa local.

Acerca do marco temporal escolhido, pensamos principalmente a partir da década de 1870, visto que houve um acréscimo considerável de duelos na França (Nye, 1998), Alemanha (Frevert, 1998) e Itália (Hughes, 1998) no período, o que acabou por influenciar as elites burguesas da América a verem na dinâmica proporcionada pelo duelo uma possibilidade de se integrarem em uma lógica que pautava a honra individual como um valor essencial para a ordenação das sociedades em que estavam inseridas, algo que iremos abordar ao longo do texto.

Antes, precisamos pensar o que entendemos por “História Global”. Não existe um consenso sobre o que é de fato a História Global, havendo um grande número de “subáreas” que se utilizam de uma abordagem macroscópica para a pesquisa (Sochaczewski; Santos Jr., 2017), porém as razões por trás desse novo advento ao macro são comuns a alguns dos autores que se introduzem o assunto. Alguns marcos mais pontuais, como a Queda do Muro de Berlim em 1989 e a conseqüente dissolução da URSS em 1991, além dos atentados ao *World Trade Center* em 11 de Setembro de 2001 foram eventos de tamanha complexidade que a ser explicados por meio de processos amplos, já inseridos em um contexto de crescente globalização (Conrad, 2019). Esse interesse da própria academia por explicações e transformações ao nível global se deu por outros motivos. A eventual descolonização da Ásia e África na segunda metade do século XX, além da progressiva ascensão da China no fim do século, também é outro ponto importante, pois deslocou a atenção dos historiadores, antes focados na Europa como um norte para seus estudos em sua maioria, para um crescente interesse e aprofundamento em outras realidades e nas conexões possíveis entre essas (Sochaczewski; Santos Jr., 2017; Crossley, 2015).

A questão do etnocentrismo, focado especificamente na História do Ocidente (e principalmente da Europa), passou a ser profundamente debatido pelos pesquisadores, o que também impulsionou a ideia de se pensar em uma forma de se escrever História sem ter em sua base de análise o estado-nação (europeu, em sua essência) (Conrad, 2019, p. 13-16).

Outro ponto que não pode ser ignorado e que impacta nossas vidas constantemente, é a “revolução comunicacional” que se iniciou na década de 1990. Sebastian Conrad (2019, p. 12) tece um breve parágrafo sobre esse fenômeno:

Historiadores – e seus leitores – viajam e experienciam muito mais o mundo do que qualquer geração até agora. Este aumento de mobilidade, reforçado posteriormente pela Internet, facilitou a construção de formas de *networking* e tornou possível a participação de historiadores em fóruns de discussão globais – embora, há de confessá-lo, as vozes das ex-colônias sejam pouco audíveis. Tal significa que os historiadores são, hoje, confrontados com um grande número de narrativas concorrentes e que procuram potenciais novas ideias, precisamente entre esta diversidade de vozes. Por fim, a lógica inerente ao trabalho em rede, impulsionada pelas novas tecnologias de informação, também alterou a forma de pensar dos historiadores, que recorrem cada vez mais à linguagem da rede e de pontos nodais, em substituição da antiga lógica territorial.

O advento da internet possui uma grande influência na forma de se pensar e escrever História, tornando possível um elo com outros tipos de conceitos, metodologias e trabalhos antes impossíveis,³ o que conseqüentemente criou uma expansão de formas e estratégias de pesquisa, elemento esse importante para se pensar a História Global. Como dissemos antes, existem diversas subáreas como a História Atlântica, a História Mundial, a Sociologia Histórica e outras (Sochaczewski; Santos Jr., 2017, p. 488-489), o que torna difícil se chegar a um consenso dos pressupostos básicos da História Global. Entretanto, é possível chegar em certas noções que podem ajudar no desenvolvimento desse artigo. A primeira delas, que parte de Conrad, é a questão da integração.

[...] o que diferencia essa abordagem de outras é a escolha heurística de prestar atenção nas transformações em escala global, sempre privilegiando análises de contextos sistêmicos. O próprio autor comenta que o conceito de integração por ele proposto se aproxima bastante das noções sociológicas de estruturas, portanto haveria algumas estruturas mais recorrentes na história global, como as *tecnologias*, os impérios, a economia, *as culturas* e a biologia. Em uma abordagem integrada, seria comum a *sobreposição dessas estruturas*, uma vez que uma das tarefas da história global como perspectiva seria “compreender as relações entre diferentes causalidades operando em largas escalas (Conrad, 2016 *apud* Sochaczewski; Santos Jr., 2017, p. 490, grifos nossos).

Uma “cultura dos duelos”, portanto, pode estar dentro de uma estrutura cultural mais complexa e que pode ser explicada para além de causas internas e particularistas de cada país.

³ O presente caso, onde utilizamos impressos presentes na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, se encaixa perfeitamente nesse debate.

É claro que as singularidades de como os duelos se desenvolveram dentro de um estado-nação não podem ser ignoradas, contudo podemos conjecturar que haveria tido um esforço por parte das elites latino-americanas se integrarem nessa estrutura cultural que pautava as relações sociais das elites europeias. Até que ponto isso foi possível?

Para chegarmos à tentativa de responder essa indagação, precisamos solucionar outro impasse. Utilizar-se de notícias de duelos, ou seja, fatos isolados que ocorreram em um breve espaço de tempo, só pode ser devidamente feito a partir de uma análise microscópica. Conciliar o uso de eventos ínfimos, que poderiam ser considerados simples e inexpressivos “sintomas” de uma “doença” maior, com uma visão macroscópica da expansão e perpetuação de um valor de significante como a honra? Jacques Revel (2010) acredita que isso pode ser possível por meio de uma variação de escalas de análise. Para ele,

[...] variar a focalização de um objeto não é unicamente aumentar ou diminuir seu tamanho no visor, e sim modificar sua forma e trama. [...] a escolha de uma ou outra escala de representação não equivale a representar em tamanhos diversos uma realidade constante, sim transformar o conteúdo da representação mediante a escolha do que é representável (Revel, 2010, p. 438).

Ou seja, ao utilizar o “princípio da variação de escala” (Revel, 2010, p. 438), a sua forma e trama também são modificadas e com isso, o seu próprio sentido. Logo, é possível interpretar que um combate causado por conta de uma ofensa pessoal, passa a englobar uma ação dentre milhares que compõem e ajudam a explicar um intrincado sistema de valores, costumes e práticas culturais compartilhado por diversos países e estariam, portanto, integrando a mesma “estrutura”, aliando-se assim à proposta de integração de Conrad (2019). Dessa forma, não existe de fato uma oposição entre o estudo de eventos pontuais e a história global, mas sim a necessidade de exercer uma mudança de proporções da análise.

Duelos europeus, duelos latino-americanos: um conectado debate historiográfico

Como já elencamos, a década de 1870 foi crucial para o aumento dos duelos de honra na França, Itália e Alemanha. As razões para o acréscimo das disputas dessa natureza têm uma explanação geral no contexto europeu do período. Difundido na esfera militar, o conceito de honra permeou outras áreas da sociedade com o objetivo de manter um “espírito de corpo” entre os homens em tempos de paz (Nye, 1998, p. 88-90; Hughes, 1998, p. 70; Frevert, 1998, p. 51). Os conceitos de bravura, coragem, autocontrole e honra foram considerados cruciais

para os futuros soldados nas guerras seguintes, acreditando que homens honestos defendem o país até o último suspiro (Nye, 1998, p. 90).

Não é por acaso que essa valorização da honra e o conseqüente aumento dos duelos ocorreram a partir de 1870. A Guerra Franco-Prussiana (1870-1871) foi um golpe profundo no moral francês (Corbin, 2013), ao mesmo tempo em que confirmou a capacidade dos alemães e os colocou como importantes atores políticos europeus. Na Itália, o fim da unificação e a pressão pela convivência nessa nova sociedade fizeram do duelo e de todos os seus valores um exercício capaz de devolver temporariamente o povo à heroica era revolucionária (Hughes, 1998, p. 69). No caso alemão, o duelo era considerado uma prática reservada às elites militares que influenciando e acabando por incluir as elites bacharelescas viam na honra um valor capaz de criar um senso de pertencimento nacional ao país (Elias, 1997, p. 54; Frevert, 1998). Desse modo, em termos gerais, mais do que reparar a própria reputação, a prática seria uma norteadora que guiava os homens a terem uma postura firme, afirmando-se tanto para seus compatriotas quanto para os estrangeiros, criando um senso de coletividade (perante os seus) e de distinção (perante os “outros”).

A ideia de coletividade tange à de honra coletiva, visto que todos os grupos possuem uma honra que é partilhada entre todos os seus membros, de modo que uma ofensa ao coletivo atinge todos os indivíduos que o integram. Nessa lógica, grupos de variados tipos são imbuídos de honra, desde a família até a nação (Pitt-Rivers, 1988, p. 25). Um caso muito notório de como o duelo pode ser utilizado para a defesa da honra coletiva – mais precisamente, uma honra *nacional*: em 1897, o Conde de Turim venceu um duelo contra o príncipe de Orleans, motivadas por publicações na imprensa feitas pelo segundo acerca do fracasso italiano na Primeira Guerra Ítalo-Etíope, o que os jornais italianos justificaram (e celebraram) como um ato em defesa da honra do país (Hughes, 1998, p. 70; Guillet, 2013, p. 134). De tal modo, conseguimos conjecturar que os duelos foram importantes para a construção de nacionalismos europeus, servindo como o principal elo de conexão na construção de um senso partilhado de honra entre as antigas aristocracias e a burguesia ascendente, incluindo também profissionais liberais (Nye, 1998; Hughes, 1998).

Mesmo que essa prática tenha sido utilizada e apropriada para um recrudescimento de ideias nacionalistas, existia uma noção de que o valor da honra e sua defesa por intermédio dos duelos não era circunscrita às fronteiras nacionais e muito menos para elas. Isso se dá por uma questão temporal, tendo em vista que os duelos já eram praticados em diversos lugares

antes de 1870 e por uma questão particular da própria prática: em sua grande maioria, os embates de davam por razões *individuais* dos seus praticantes, ou seja, tratavam de reparar ofensas de cunho pessoal. O caso do parlamentar português José Júlio em 1863 exprime perfeitamente esse cenário. Apesar de não querer bater-se em duelo com Miguel de Sá Carneiro por temer a morte, acabou sendo pressionado por outros parlamentares que passaram a destratar-lo por sua covardia, vendo que só poderia manter sua honra “pública”, atrelada à sua condição de político, aceitando o desafio. O combate aconteceu e o temor de José Júlio se concretizou: o mesmo acabou morrendo no conflito (Rangel, 2011).

Embora tenha tido uma pressão de outros indivíduos para que a contenda se desse, a questão era puramente pessoal entre Manuel e José, sendo as perdas e ganhos circunscritos à realidade em que os homens estavam inseridos. Vemos que o caráter individual dos problemas que os duelos visavam resolver era um grande motivador para a sua inserção nos mais diversos locais. Tratamos acima de um exemplo ocorrido em Portugal, mas esse não é o único: o duelo era um horizonte para a resolução de conflitos pessoais entre dois portugueses que exerciam cargos administrativos em Angola enquanto colônia no início do século XX (Lemos, 1993, p. 564-565), o que demonstra que assuntos pessoais poderiam acabar ajudando a inserir a prática em outros locais do mundo, embora o referido caso aborde um contexto de dominação colonial e a consequente imposição de valores dos colonizadores.

Na América Latina, entretanto, a lógica foi outra: como abordado por Piccato (1998, p. 334), mas também por outros autores que serão inseridos no debate em breve, a prerrogativa individual de honra teve tanto peso quanto a coletiva para a proliferação dos duelos: os homens de elite a viam como uma prática distintiva, a qual separava e hierarquizava o “cavalheiro honrado” do homem popular paralelamente em que ordenada a sociedade entre os que *duelam* e os que *brigavam*. Nos países que outrora eram colônias do Império Espanhol, existia uma noção que distinguia os duelos, praticados pelas elites e as *riñas*, conflitos protagonizados por indivíduos das classes populares, termo pejorativo dado pelos próprios homens de elite que não conseguiam enxergar a mesma prerrogativa de honra nessa prática de justiça privada popular (Gayol, 1999; Parker, 2001). O próprio uso de manuais de honra servia como uma grande barreira para os populares seguirem as “devidas” regras, logo que os níveis de alfabetização e de erudição para ler e compreender tais códigos eram extremamente restritivos, assim como o tempo necessário para que os homens se tornassem conhecedores das regras que pautavam esse cavalheirismo (Thompson Flores, 2018, p. 378).

A elaboração de leis que visavam penalizar a prática exprime como havia um ativo movimento para que ela se tornasse algo exclusivo das classes altas. Na prática, os duelistas – quando punidos – eram condenados a penas bem mais brandas, logo que a defesa da honra de modo específico e regrado acabava por respaldar a argumentação de advogados e juristas nessas situações. Elisa Speckmann Guerra (2006, p. 1435) conjectura para o contexto mexicano que um pluralismo cultural (que tornava os duelos aceitáveis aos olhos da sociedade) trouxe a possibilidade de diversas interpretações e aplicações da lei para os que se batiam, pluralismo que acreditamos ir ao encontro das pretensões das elites mexicanas em se projetarem internacionalmente, se inserindo em uma “estrutura cultural da honra” partilhada com os países europeus.

O mesmo pluralismo cultural evidenciado por Guerra pode ser visto na Argentina, país latino-americano em que os duelos “se proliferaram” de modo mais exponencial.⁴ O código penal argentino de 1887 tornou o duelo um delito especial, fazendo com as penas cabíveis aos seus praticantes fossem mínimas, mesmo que algum dos envolvidos fosse à óbito (Gayol, 1999, p. 315-316). Sandra Gayol (1999, p. 317-320) observa que vários trabalhos foram elaborados na Faculdade de Direito de Buenos Aires apontando a ameaça que os duelos constituíam para a construção de um Estado que deveria ter como base um código penal igualmente aplicável à todos os cidadãos, mas acabaram por ser silenciados por uma sociedade – e principalmente pelos homens que deviam efetivamente elaborar e aprovar tais leis – que entendia a honra e o duelo como elementos culturais importantes para si.

Se nos dois exemplos acima, podemos observar as pressões e esforços para que os duelos fossem constitutivos de suas respectivas realidades, o contexto uruguaio evidencia ainda mais como a referida prática tornou-se tão relevante que uma lei a legalizou em pleno século XX. Estamos falando da *Ley del Duelo*, aprovada em 6 de agosto de 1920.⁵ A norma estabelecia que os duelistas não podiam ser penalizados em combates que fossem autorizados por um tribunal de honra, o qual deveria ser formado por três cidadãos maiores de 40 anos (um escolhido pelo desafiante, um pelo desafiado e um terceiro indicado pelos dois designados) e tinha por objetivo analisar os antecedentes do desafio e se a ofensa era grave o suficiente para um embate (Parker, 1999, p. 310). A conjuntura em que a lei foi aprovada

⁴ Sandra Gayol (2008, p. 115) encontrou 2417 casos tangendo duelos apenas na cidade de Buenos Aires durante 1860-1971. A grande maioria desses expressivos números se deram no século XIX, especialmente durante suas duas últimas décadas.

⁵ Antes da referida lei, o duelo já se encontrava tipificado como um delito especial desde 1889 (Parker, 1999, p. 302).

também não pode ser ignorada: a proposta voltou a ser pauta (logo que havia sido votada e rejeitada no ano anterior) pelo governo do Partido Colorado para salvar um dos seus líderes, o ex-presidente José Batlle y Ordoñez, notório duelista que poderia ser condenado por ter assassinado Washigton Beltrán (político do Partido *Blanco*) em uma dessas contendas. Por mais que tenha sido uma manobra política do Partido Colorado, a questão perpassava as divisões e rivalidades políticas uruguaias, de modo que parlamentares *blancos* votaram a favor da referida lei, o que exprime como o ponta de honra não era relevante apenas enquanto manobra para absolver Batlle y Ordoñez (Parker, 1999; Thompson Flores; Remedi, 2019, p. 11-12).

Os exemplos apresentados servem para evidenciar como o caráter especial dos duelos dentro dos códigos penais possuía duas intenções principais: sustentar uma prática apropriada pelas elites nacionais por meio de punições mínimas e diferenciá-las dos atos praticados em defesa da honra das classes populares. Nesse sentido, existiria uma intenção de exclusividade que não se dava somente em *como* defender a própria honra, mas da honra *em si*. Mais do que um modo de distinção claro, a ideia de que somente os homens de elite possuíam honra entra em confluência com a construção mais ampla de representações sobre as classes populares e sobre a própria pobreza, onde a própria ideia burguesa de “mérito” torna-se um ponto de partida para elaborar uma visão de que os pobres são perigosos, bárbaros, sexualmente degenerados e preguiçosos (Chalhoub, 1996; Kalifa, 2017), ou seja, incapazes de possuir um senso de honra. Conceitualmente, a honra possui uma característica que incita à competição, logo que não é somente inerente às características individuais, mas adquirida por meio da posição social em que se está inserido, ou seja, de uma precedência (Pitt-Rivers, 1988, p. 14-15).

Logo, os diversos movimentos de inserção e integração dessas elites se dão paralelamente a uma competição que se dá tanto intraclasse quanto extraclasse. Os países latino-americanos até o momento abordados possuem exemplos mais nítidos do que tentamos abordar, porém a prática também se fez presente em países como o Chile, Peru e Cuba (Parker, 2001), o que aponta para uma pluralidade de desdobramentos diante do mesmo objetivo: conectar os cavalheiros de mais diversas nacionalidades em um preceito comum de duelos civilizados e exclusivos. Nesse ensejo, o Brasil apresenta um desenrolar próprio em relação à prática, o qual discutiremos a seguir para entender melhor como a especificidade brasileira ajuda a entender nossa proposição.

O Brasil no mapa dos duelos a partir da imprensa do Rio de Janeiro (1880-1889)

Abordamos a relevância dos códigos de honra que eram compartilhados e influenciavam a criação de novas obras em um processo de apropriação das elites que tinham acesso à essa literatura (Piccato, 1999; Thompson Flores, 2018), porém não debatemos sobre como as notícias de duelos – principalmente de outros países – poderiam influenciar a inserção e aspiravam a uma normalização da prática dentro de uma sociedade. A própria imprensa poderia ser uma grande fomentadora desses embates. Discussões geradas a partir de perspectivas diferentes entre redações e/ou jornalistas poderiam acabar escalonando para um ponto de ofensa e/ou humilhação de uma das partes, o que colocava a reputação em risco, logo que haveria um “[...] acordo geral sobre o fato de que a extensão do prejuízo causado a uma reputação estar[ia] ligado à opinião pública que dele tem conhecimento” (Pitt-Rivers, 1998, p. 15). De tal perspectiva, ter a honra ferida perante a opinião pública da imprensa do século XIX possuía um grande peso e risco para a reputação, logo que o alcance dos impressos reverberava uma ofensa de modo extremamente prejudicial à reputação. Mais do que isso, poderia ser de interesse das redações em publicizar as distensões e embates ocorridos diante das mesmas, logo que havia um crescente interesse público por notícias de natureza violenta (Guillet, 2013, p. 115-121; Kalifa, 2019).

A crescente liberdade de imprensa experimentada no século, o que era uma novidade em determinados contextos, como o italiano (Hughes, 1998), fez com que jornalistas extrapolassem do “livre-arbítrio” e criassem uma retórica que poderia ser vista como ofensiva para indivíduos e grupos, especialmente no que tocava a esfera política. Ao mesmo tempo, a esmagadora maioria dos jornalistas pertenciam a uma elite intelectual que cultivava os ideais cavalheirescos aqui abordados, fazendo com que efetivamente buscassem competir e angariar prestígio social por meio de suas publicações (Hughes, 1998; Parker, 2001). O tópico da liberdade (ou melhor, do seu *excesso*) na imprensa brasileira se fazia presente. A frequente utilização de testas de ferro para ofender e caluniar desafetos na seção de publicações a pedido dos periódicos era um hábito amplamente criticado, fazendo com que um grupo seletivo de intelectuais da Corte do Império do Brasil vissem os duelos de honra como um antídoto para “curar” a imprensa desse ato considerado covarde (Braga-Pinto, 2018, p. 56-61).

Durante os anos 1880, conseguimos encontrar alguns intelectuais da Corte que se apropriaram dos valores de honra e da prática de duelar, tentando inseri-las no próprio

cotidiano e no da sociedade em que estavam inseridos. Em grande maioria, os duelistas encontrados no Rio de Janeiro estavam ligados às redações de jornais, escritores, muitos deles sendo bacharéis ou militares (Porto, 2022). Nomes como Olavo Bilac, Coelho Neto, Pardal Mallet, Germano Hasslocher, Ferreira de Araújo, Luiz Castro Soromenho, Luís Murat, José do Patrocínio podem ser encontrados envolvendo a prática das mais variadas maneiras: seja como duelistas, padrinhos e/ou como apoiadores públicos por intermédio da própria imprensa, essa intelectualidade que estaria inserida na conhecida “Geração de 70” (Alonso, 2000) praticava e propagava os duelos em seus jornais como estratégia de distinção das “velhas elites” que governavam o país e dos populares ao mesmo passo que competiam entre si em um contexto de intensas disputas de ideias, letras e políticas (Braga-Pinto, 2018; Porto, 2022, p. 95).

As notícias de embates estrangeiros, especialmente os ocorridos na Europa, se encaixavam dentro da estratégia de inserção da prática no Brasil. Acreditamos que tais publicações influenciavam diretamente os próprios jornalistas que as replicavam, pois o desenrolar de uma publicação de um duelo ocorrido na França em 1886 pode indicar uma ligação direta com um embate ocorrido no próprio Rio de Janeiro alguns dias depois. Para que possamos explicitar tais conexões, iremos expor o dito embate francês. Em 9 de agosto de 1886, a *Gazeta de Notícias*, jornal chefiado por Ferreira de Araújo, expôs um duelo protagonizado por figuras de grande relevância na França no período:

O DUELLO DO MINISTRO DE GUERRA DA FRANÇA

São muito diversas as versões dos periódicos franceses a respeito do modo como se realizou o duelo entre o general Boulanger e o barão de Lareinty. Segundo o *Gaulois*, apenas chegaram ao terreno escolhido, os dois adversários cumprimentaram-se. As testemunhas, afastando-se para o lado, procederam aos últimos preparativos do combate. / Durante esse tempo, o barão de Lareinty e o general Boulanger, que tinham ficado um em face do outro, a uma distância de cerca de cinquenta metros, mediam o terreno. / De repente, o general Boulanger, nesse caminhar de um lado para outro, achou-se perto do barão de Lareinty, a quem fez um cumprimento e dirigiu a palavra. A conversação durou aproximadamente um quarto de hora, conversa que, diz o *Gaulois*, lhe não convém referir. / As testemunhas, que tinham estado a conferenciar um pouco distante dos adversários, ficaram surpreendidas quando os viram a conversar tranquilamente, perto um do outro. / Principiou o duelo. O general Frébault examinou as pistolas, levadas pelas testemunhas do barão de Lareinty. O general Lecointe carregou-as, enquanto Hervé de Saisy e o general Frébault tiravam os lugares a sorte. / Os adversários foram colocados um em face do outro, a vinte e cinco passos de distância, medidos pelo general Espivent de la Villesboisnet. / O duelo deveria verificar-se d’este modo: a voz de “Um!” os adversários deveriam levantar as pistolas, apontar e descarregar antes da voz de “Três!”. / Logo

que o general Lecointe gritou com uma voz forte: “Um!”, o general Boulanger apontou para o barão de Lareinty, que se conservava com a pistola levantada. / A voz de “Dois!” baixou o cano da pistola, e ouviu-se uma detonação seca. / Vendo esse movimento, e como fosse dada a voz de “Três!”, o barão de Lareinty descarregou a pistola, desviando-a da linha de combate. / Apenas partiu a bala numa direção ligeiramente oblíqua, o barão de Lareinty adiantou-se para o ministro da guerra, e disse-lhe com um tom seco: – General, por que não atirou contra mim? / – Sr. barão, respondeu o general Boulanger, não lhe teria feito tal injúria! Repare que a minha pistola errou fogo. / Ouvindo estas palavras, o general Lecointe, que dirigia o duelo, tirou das mãos do general Boulanger a pistola, cujo cão estava abatido; armou-a de novo, e, levantando a arma no ar, descarregou. A pistola errou fogo segunda vez. Só a terceira vez é que descarregou. / As testemunhas declararam logo, que davam a honra satisfeita com o que tinha passado. / O general Boulanger aproximou-se então do barão de Lareinty, estendeu-lhe a mão e disse: – Ficaria pesaroso, Sr. barão, se privasse a França de um dos seus maiores preciosos defensores. / – General, respondeu o barão, sinto-me feliz por terem ficado dois soldados a mais no nosso país. / O *Soir*, depois de declarar que a despeito de todos os mistérios e precauções, conseguiu assistir ao duelo, refere-o de um modo diferente, dizendo o seguinte: Durante os preparativos, o general Boulanger, impaciente por esperar, passeava de um lado para o outro, com as mãos nos quadris. Logo que lhes trazem as armas, os adversários tomam os respectivos lugares, e as testemunhas afastam-se. A sorte tinha dado ao general um lugar em que ele ficava voltado para o sol, enquanto o barão de Lareinty ficava a sombra de um mássico. / Os dois adversários levantam simultaneamente as pistolas: o general Frébault dá o sinal e ouve-se só um tiro. Foi do barão de Lareinty. O ministro, impassível, afrontou o fogo do adversário. Retirou-se, em seguida, sem descarregar o gatilho, entregando a pistola a uma das testemunhas, que a descarregou para o ar. / O *Matin* afirma que as pessoas que assistiram ao duelo, estavam a tal distância, que lhes será impossível dizer se o general Boulanger descarregou ou não o gatilho da pistola (GAZETA, 09/08/1886, p. 1).

Entendemos que a extensão do relato expressava o interesse da *Gazeta* acerca do assunto, utilizando-se de vários jornais franceses com múltiplas visões para dar uma visão ampla do que ocorreu entre Boulanger e Lareinty, mas focando mais no relato do *Gaulois* precisamente por ele apresentar uma versão mais polida e honrada do desenvolvimento e conclusão do duelo. Não iremos nos aprofundar no conteúdo da publicação em si, mas achamos importante apresentá-la para que tenhamos uma melhor visualização de como um conflito ocorrido do outro lado do Atlântico era tão relevante que seu detalhado relato foi estampado na primeira página de um impresso do Rio de Janeiro. Pensando que a estrutura interna de um periódico nunca é feita sem um propósito e precisa levar em conta seus responsáveis (Luca, 2008, p. 139-140), o que no presente caso se conecta diretamente aos duelos em um evento ocorrido nove dias depois da notícia referenciada.

Ferreira de Araújo, redator-chefe da *Gazeta de Notícias* e João José dos Reis Júnior, dono do *O Paiz* protagonizaram um duelo na Ilha d'Água (localizada na Baía de Guanabara) no dia 18 de agosto. Uma discussão culminada dentro da própria imprensa desde o dia 7 do mesmo mês acabou se estendendo e escalonando por uma semana, até que Ferreira de Araújo pediu a reparação pelas armas. Noticiado e aclamado por outros impressos como a *Gazeta da Tarde* e o *Diário de Notícias*, o duelo em solo fluminense acabou sendo o primeiro que encontramos que seguia os preceitos ditados pelos códigos de honra e que, portanto, introduziu a prática na Corte Imperial (Porto, 2022, p. 192-204). Portanto, não acreditamos que o primeiro duelo no Rio de Janeiro ter se dado apenas nove dias depois do noticiado embate francês tenha sido uma simples coincidência. Certamente, uma confluência maior de fatores culminou na contenda, porém essa circularidade de notícias de duelos vindos de outros países provavelmente estaria dentre as variantes que fizeram os jornalistas se sentirem impelidos ao ato e partilharem essa noção de homens de honra internacionais (Piccato, 1999).

Nos “preparativos” do respectivo duelo fluminense, se por algum motivo as autoridades o impedissem se acontecer, os relatos da imprensa dizem que as testemunhas acordaram que o desagravo à honra deveria ser resolvido em algum lugar do Rio da Prata, ou seja, na Argentina ou no Uruguai (Porto, 2022, p. 197-199). A alternativa chama a atenção, pois Mariana Thompson Flores e José Remedi (2019) encontraram preparativos na mesma lógica para um possível duelo entre o brasileiro e diretor do jornal *O Paiz* João Lage e o senador argentino Saguier no ano de 1920, onde o terreno de combate seria no Uruguai. De tal maneira, existiria uma noção de mais de 30 anos de que as nações do Cone Sul eram locais “seguros” para os duelistas que desejassem evitar complicações jurídicas no Brasil, verdadeiros “territórios neutros” (Thompson Flores; Remedi, 2019). Assim, observamos que a defesa da honra através do duelo não “respeitava” fronteiras nacionais, ignorando-as e/ou utilizando-as de modo que beneficiasse os homens de elites e seus “ideais cavalheirescos”.

Ainda que existente no Brasil, os duelos não tiveram a mesma adesão e impacto como aconteceu na Argentina e no Uruguai, por exemplo. O Código Penal de 1890 tipificou o duelo como crime em seu capítulo VI. Mesmo que não fosse um “delito especial”, as penas eram muito mais brandas do que as de agressão e/ou homicídio desde que fosse comprovado que o duelo ocorreu a partir do regramento e “rito” estabelecido pelos códigos de honra (Brasil, 1890). A impunidade também se fazia presente, como no notório caso que o senador Pinheiro Machado duelou com o jornalista Edmundo Bitencourt em 1906, ferindo-o no abdômen

(Remedi, 2009; Porto, 2020). Nesse sentido, algumas pesquisas sobre a prática no Brasil evidenciam que a mesma era pontual e fragmentada durante o final do século XIX e início do século XX, de modo que os desafios eram mais comuns que o ato consumado (Remedi, 2009; Thompson Flores; Remedi, 2019; Porto, 2019; Thompson Flores; Remedi, 2021; Porto, 2022), mas ainda é um campo em aberto e que há muito a se explorar. Apesar da particularidade brasileira, existe a inserção e visível pretensão de grupos específicos que igualmente pensavam em valores de honra que perpassavam noções nacionalistas.

Apontamentos finais

Elaboramos uma argumentação partindo do pressuposto de que os duelos seriam uma prática que inseriria homens de elite dos mais variados países dentro de uma ideia de um grupo internacional de cavalheiros que teriam como premissa a manutenção e elevação da própria honra enquanto indivíduos. Utilizando de uma historiografia diversa e que aborda tanto países europeus quanto latino-americanos, conseguimos ver que a própria ideia de honra atrelada aos duelos era voltada tanto numa perspectiva de distinção interna de cada país (principalmente nos jovens estados-nação da América) quanto de manutenção da honra coletiva atrelada à uma ideia de nação (pensando nos casos alemão, francês e italiano). Apesar disso, enxergamos o duelo como uma prática “conectora” de uma estrutura de valores pautados pela honra que dentro da perspectiva das elites latino-americanas, deveria ser compartilhada por fornecer um nexos de ligação entre eles e as elites europeias do período (Piccato, 1999; Parker, 2001).

Nessa lógica, a prática do duelo pode ter sido influenciada pelos países europeus, mas existem limitações e apropriações dessa influência no que tange como os embates se inseriram e foram encarados por cada sociedade, como no contexto brasileiro. Logo, a possibilidade de integração dos duelos deve ser encarada exatamente como uma *possibilidade*, tendo seus limites pautados pelas particularidades de cada local. Ainda assim, as conexões existem. Elas podem ser vistas por meio dos códigos de honra, pelas notícias de duelos dos mais variados lugares e até mesmo pela circularidade especial de indivíduos. Ferreira de Araújo, por exemplo, viajou à Europa em algumas oportunidades (Luca, 2017, p. 100). No Rio de Janeiro, jornalistas italianos como Giuseppe Fogliani e Alessandro D’Atri também estão envolvidos em duelos, contribuindo indiretamente para a inserção da prática ao protagonizarem desafios a desafetos no Brasil (Porto, 2022, p. 163-165; 171-178). No mesmo caminho, o crescimento de

duelos nos anos 1880 em vários países americanos (Piccato, 1999; Parker, 1999; Gayol, 2008; Porto, 2022), apesar das especificidades e disparidades quantitativas, fortalece a argumentação da possibilidade integrativa dos duelos.

Então existiriam “duelos globais”? Pensamos que existam conexões visíveis entre a prática nos mais variados países europeus e latino-americanos, as quais se pautariam em uma ideia comum atrelada ao valor de honra e de virilidade masculina em voga ao final do século XIX (Corbin, 2013). As possibilidades a partir dessas conexões, entretanto, devem ser exploradas com um maior aprofundamento teórico e historiográfico. De tal modo, entender as distinções e ações individuais que possam compor uma estrutura cultural integrativa (Conrad, 2019, p. 132-134) no que tange os duelos se faz necessário. O presente artigo visou apresentar uma viabilidade para tal, esperando que a perspectiva “multinacional” dos duelos aqui apresentada possa proporcionar uma reflexão acerca da necessidade de uma pluralidade de abordagens acerca de um tópico que possuía impacto social na vida das classes altas de dois continentes ao final do século XIX.

Fontes

O duello do ministro de guerra da França. **Gazeta de Notícias**, Rio de Janeiro, 9 ago 1886, p. 1. Acervo da Hemeroteca Digital. Biblioteca Nacional Digital. Disponível em: <http://memoria.bn.br/pdf/103730/per103730_1886_00221.pdf>. Acesso em: 26 abr. 2024.

BRASIL. Código Penal. Decreto Nº 847 de 11 de outubro de 1890. Rio de Janeiro, 1890. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/d847.htm>. Acesso em: 21 dez 2022.

Referências Bibliográficas

ALONSO, Angela. Crítica e contestação: o movimento reformista da geração 1870. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 15, n. 44, p. 35-55, 2000.

BRAGA-PINTO, César. **A violência das letras**: amizades e inimizades no Rio de Janeiro (1888-1940). Rio de Janeiro: EdUERJ, 2018.

CHALHOUB, Sidney. **Cidade Febril**: cortiços e epidemias na Corte Imperial. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

CONRAD, Sebastian. **O que é a História Global?** Lisboa: Edições 70, 2019.

CORBIN, Alain. A obrigação da virilidade, fonte de ansiedade e angústia. In: CORBIN, A.; COURTINE, J. J.; VIGARELLO, G (org). **História da Virilidade**: o triunfo da virilidade, o século XIX. Petrópolis: Vozes, 2013, p. 439-461.

CROSSLEY, Pamela K. **O que é História Global?** Rio de Janeiro: Ed. Vozes, 2015.

- ELIAS, Norbert. **Os alemães**: a luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.
- FREVERT, Ute. The taming of the Noble Ruffian: Male violence and Dueling in the Early Modern and Modern Germany. In: SPIERENBURG, Peter (org.). **Men and Violence**: gender, honor, and rituals in modern Europe and America. Columbus: The Ohio University Press, 1998, p. 37-63.
- GAYOL, Sandra. Duelos, honores, leyes y derechos: Argentina, 1887-1923. **Anuario IEHS 14**, p. 313-330, 1999.
- GAYOL, Sandra. Exigir y dar satisfacción: um privilegio de las elites finiseculares. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy; GAYOL, Sandra (orgs.). **Sociabilidades, justiça e violências**: práticas e representações culturais no Cone Sul (séculos XIX e XX). Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008, p. 109-146.
- GUERRA, Elisa Speckman. Los jueces, el honor y la muerte. Um analisis de la justicia (Ciudad de México, 1871-1931), **Historia Mexicana**, v. 55, n. 4, p. 1411-1466, 2006.
- GUILLET, François. O duelo e a defesa da honra viril. In: CORBIN, A.; COURTINE, J. J.; VIGARELLO, G (org). **História da Virilidade**: o triunfo da virilidade, o século XIX. Petrópolis: Vozes, 2013, p. 97-152.
- HUGHES, Steven. Men of Steel: Dueling, honor, and politics in Liberal Italy. In: SPIERENBURG, Peter (org.). **Men and Violence**: gender, honor, and rituals in modern Europe and America. Columbus: The Ohio University Press, 1998, p. 64-81.
- KALIFA, Dominique. **Os bas-fonds**: História de um imaginário. São Paulo: EdUSP, 2017.
- KALIFA, Dominique. **A tinta e o sangue**: narrativas sobre crimes e sociedade na Belle Époque. São Paulo: Editora UNESP, 2019.
- LEMOS, Mário Matos e. O duelo em Portugal depois da implantação da República. **Revista de História das Ideias**, Coimbra, v. 15, p. 561-597, 1993.
- LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla (Org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2008, p. 111-153.
- LUCA, Tânia Regina de. A Ilustração (Paris, 1884-1892) e a Revista de Portugal (Porto, 1889-1892): diálogos entre projetos editoriais e possibilidades técnicas. Rio de Janeiro: **Topoi**, v. 18, n. 34, p. 91-115, 2017.
- NYE, Robert. The end of the Modern French Duel. In: SPIERENBURG, Peter (org.). **Men and Violence**: gender, honor, and rituals in modern Europe and America. Columbus: The Ohio University Press, 1998, p. 82-85.
- PARKER, David. La ley y las “leyes caballerescas”: hacia el duelo legal em el Uruguay, 1880-1920. **Anuario IEHS 14**, p. 295-330, 1999.
- PARKER, David. Law, honor, and impunity in Spanish America: The debate over dueling 1870-1920. **Law and History Review**, v 19, n. 2, 2001.
- PICCATO, Pablo. Politics and the Technology of Honor: Dueling in turn-of-the-century Mexico. **Journal of Social History**, Columbia, v. 33, n. 2, 1999.

PITT-RIVERS, Julian. Honra e Posição Social. In: PERISTIANY, John. G. (org.). **Honra e vergonha**: valores das sociedades mediterrâneas. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2ª Edição, 1988, p. 11-59.

PORTO, Vitor Wieth. **Os duelos de honra rio-grandenses através do jornal A Federação (1885-1910)**. 2019. 80 f. Monografia (Bacharelado em História) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2019.

PORTO, Vitor Wieth. “Generoso e cavalheiro mesmo em face da morte”: a defesa da honra partidária no duelo de Pinheiro Machado por meio de A Federação. In: ANGELI, Douglas Souza; VARGAS, Jonas Moreira (Orgs). **Contribuições recentes sobre História & Política**: uma coletânea dos trabalhos apresentados no III Seminário do GT História Política, Anpuh-RS, Porto Alegre: Editora Fi, 2020, p. 297-312.

PORTO, Vitor Wieth. **A defesa da honra no Império do Brasil**: os duelos na Corte pelas páginas do Jornal do Commercio e Gazeta de Notícias (1870-1889). 2022. 244 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2022.

RANGEL, Danny Martins. O Código d’honra e as alterações na prática de duelar em Portugal nos séculos XIX-XX. **CEM - Cultura, Espaço e Memória**. N. 2. 2011.

REMEDI, José Martinho Rodrigues. Intelectuais e honorabilidade: o papel dos duelos como forma de pertencimento ao campo social. **Métis: história & cultura** – v. 8, n. 15, p. 167-184, jan./jun. 2009.

REVEL, Jacques. Micro-história, macro-história: o que as variações de escala ajudam a pensar em um mundo globalizado. **Revista Brasileira de Educação**, v. 15, n. 45, p. 234-244, set/dez, 2010.

THOMPSON FLORES, Mariana Flores da Cunha. En un país em donde el honor es máspreciado que la vida: os códigos cavalheirescos e os fundamentos de defesa da honra no Prata. In: **Crime e Justiça**: reflexões, fontes e possibilidades de justiça. São Leopoldo: Oikos, 2018.

THOMPSON FLORES, Mariana Flores da Cunha; REMEDI, José Martinho Rodrigues. Território Neutro: soberanias justapostas e duelos de honra às margens dos estados nacionais sul-americanos de meados do século XIX às primeiras décadas do século XX. **História (São Paulo)**, v. 38, 2019.

THOMPSON FLORES, Mariana Flores da Cunha; REMEDI, José Martinho Rodrigues. Duelos impressos: a circulação de notícias sobre duelos na imprensa brasileira. Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro, 1910-1930. Bogotá: **Anuario Colombiano de Historia Social y de la Cultura**, v. 48, n. 2, p. 209-240, 2021.

SOCHACZEWSKI, Monique; SANTOS JR., João Júlio Gomes dos. História Global: um empreendimento intelectual em curso. **Revista Tempo**, v. 23, n. 3, p. 483-502, set./dez., 2017.